



Universitat d'Alacant
Universidad de Alicante

Institut Universitari d'Investigacions Turístiques
Instituto Universitario de Investigaciones Turísticas



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA

Tesis Doctoral

**Turismo e Desenvolvimento: Uma Proposta para medição
e avaliação da Vulnerabilidade Social nos Territórios
Turísticos**

Marilia Natacha de Freitas Silva

Tesis presentada para aspirar al grado de
DOCTORA POR LA UNIVERSIDAD DE ALICANTE

MENCIÓN DE DOCTORA INTERNACIONAL
DOCTORADO EN TURISMO

Tesis Doctoral dirigida por:

Antonio Aledo Tur

Eustógio W. Correa Dantas

Financiado por:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

AGRADECIMENTOS

Ninguém nasce sozinho, nem aprende a andar sozinho e muito menos vive sozinho, e o ato de agradecer as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da minha tese de doutorado é uma forma de mostrar o quão são importantes na minha vida.

Quero agradecer a minha família: Minha mãe, meu pai e meu irmão pela compreensão e estímulo nesta etapa de estudo. Obrigada por compreender a distância, meus tempos de estudos e meus momentos de isolamento da família para a realização de um sonho.

A minha companheira de vida (Angy) e a meu peludo (Teo) favorito que me proporcionaram um *hogar* seguro e feliz para alcançar meu objetivo.

Quero agradecer profundamente ao meu tutor e diretor de tese, Dr. Antônio José Aledo Tur, por me guiar com muita sabedoria e paciência, por sua completa disposição e disponibilidade e, principalmente pela confiança que sempre teve em mim e por sua amizade. Nesta linha, também quero agradecer a sua esposa Maripaz por seu carinho e pelas maravilhosas *cenar*s realizadas em seu *hogar* com muito amor.

Também quero expressar meus sinceros agradecimentos aos Professores da Universidade de Alicante, e em particular ao Professor e coordenador do curso de Doutorado em Turismo, Fernando Vera, que sempre se mostrou solícito a ajudar-me. Também quero agradecer a Secretária do Doutorado em Turismo, Begoña, que sempre me ajudou a resolver os problemas burocráticos com um sorriso no rosto.

Também quero agradecer aos professores e colegas do departamento de Sociologia I, por me proporcionar um espaço para trabalhar de igual para igual, por me ajudar e permitir aprender da multidisciplinariedade e de suas experiências. Quero agradecer, em especial, aos colegas de departamento e amigos Emilio e Sara por me ajudarem a dar meus primeiros passos no campo da sociologia.

Quero fazer um agradecimento em especial ao meu eterno orientador Eustógio Dantas, Professor da Universidade Federal do Ceará (Brasil), que sempre confiou

em mim. Professor Eustógio me motivou e me apoiou a iniciar esta aventura no “velho mundo”.

A todo o departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, e em especial aos professores Alexandre Queiroz e Professora Clélia Lustosa por me ajudarem na efetivação e no sucesso dos trabalhos de campo realizados em Jericoacoara e Pipa, em 2017.

Aos bolsistas e voluntários do Lapur que serei eternamente grata. A pesquisa como prática não seria possível sem a colaboração de todos: Mara, Nara, Alessandra, Regina, Gerlaine, Dalete, Marcos, Tiago, Victor, Léia e a tia Sol.

A querida Regina que me ajudou com a tarefa de mapeamento e construção dos mapas para a tese.

Meus amigos em Brasil, por seguirem sendo meus amigos mesmo com a distância. A los amigos que me *regaló* Espanha, *muchas gracias* por todo.

Para finalizar, quero agradecer a CAPES que confiou e acreditou no meu trabalho e, conseqüentemente financiou os meus sonhos.

RESUMO

Esta tese tem como **objetivo** principal propor um marco conceitual e metodológico para a avaliação do desenvolvimento dos territórios turísticos a partir do enfoque da vulnerabilidade social. A nossa proposta “*Activos, Vulnerabilidad, Estructura de Oportunidades e Turismo*” (AVEOT) foi desenvolvido iterativamente a partir da avaliação, adaptação e integração de teorias e modelos existentes, destacando: a teoria social “*Capability Approach*” de Amartya Sen; O quadro metodológico social “*asset-vulnerability framework*” de Moser; e, finalmente, pelo enfoque conceitual e metodológico da vulnerabilidade social “*Activos-Vulnerabilidad y Estructuras de Oportunidades (AVEO)*”. O modelo AVEOT é uma ferramenta metodológica para auxiliar na identificação, avaliação, planejamento e gerenciamento das questões sociais associadas ao desenvolvimento do turismo e grandes projetos em qualquer comunidade que tenha uma relação direta ou indireta com o turismo. O **objetivo específico** deste trabalho é apresentar exemplos de metodologias-práticas elaboradas desde o quadro AVEOT para a avaliação empírica do processo de desenvolvimento do turismo sobre os territórios e grupos locais. Para ilustrar a nossa proposta selecionamos as comunidades de Jericoacoara (Jeri) /CE e Pipa/RN no Brasil **Metodologia**. Para isso, buscamos elaborar diferentes propostas desde uma abordagem quanti-qualitativa; **a)** Avaliar e testar a relação entre o binômio turismo/desenvolvimento a partir da análise sobre as estruturas de oportunidades em escala macrossocial. Para isso, foi realizado análises descritivas de referência cruzada e testes de hipóteses (Qui-quadrado) para amostras independentes; **b)** Elaboração do Índice de Vulnerabilidade Social para Comunidades Turísticas (IVScT) para avaliar os cenários e as situações de vulnerabilidade existente em Jeri e Pipa; **c)** Apresentar um exemplo prático para avaliar as estratégias e a capacidade de respostas dos domicílios frente às atividades turísticas a partir de uma abordagem qualitativa e aplicamos entrevistas semiestruturadas. **Resultados:** A metodologia possibilitou expressar com uma qualidade empírica e cartográfica a dinâmica de reprodução da desigualdade socioespacial regional no Brasil e nas comunidades de Jeri e pipa. **Conclusão:** Com a qualidade de informação sobre o portfólio de ativos das famílias de Jeri e Pipa é possível o desenho de políticas públicas orientadas a maximizar os efeitos positivos do turismo sobre os diferentes grupos a partir do entendimento sobre o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns ativos nas comunidades, os quais, ao princípio, deveria estar à disposição de todo cidadão por força da ação do Estado.

Palavras-chave: Desenvolvimento turístico; Vulnerabilidade Social; Proposta Metodológica AVEOT; Capacidade de Resposta, Territórios turísticos.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo principal proponer un marco conceptual y metodológico para la evaluación del desarrollo de los territorios turísticos a partir del enfoque de la Vulnerabilidad Social. Nuestra propuesta de " Activos-Vulnerabilidad y Estructuras de Oportunidades en Turismo " (AVEOT) se desarrolló a partir de la evaluación, adaptación e integración de teorías y modelos existentes, destacando: la teoría social "*Capability Approach*" de Amartya Sen; el marco metodológico social "*Asset-Vulnerability Framework*" de Moser; y, por último, por el enfoque conceptual y metodológico de la vulnerabilidad social "Activos-Vulnerabilidad y Estructuras de Oportunidades (AVEO)". El modelo AVEOT es una herramienta metodológica que facilita la identificación, evaluación, planificación y gestión de las cuestiones sociales asociadas al desarrollo del turismo y grandes proyectos en cualquier comunidad que tenga una relación directa o indirecta con el turismo. El objetivo específico de este trabajo es presentar ejemplos prácticos de su aplicación desde el cuadro AVEOT para la evaluación empírica del proceso de desarrollo del turismo sobre territorios y grupos locales. Para ilustrar nuestra propuesta seleccionamos las comunidades de Jericoacoara (Jeri) / CE y Pipa / RN en Brasil. Para ello, buscamos elaborar diferentes propuestas desde un enfoque cuantitativo: a) evaluar y probar la relación entre el binomio turismo/desarrollo, a partir del análisis sobre las estructuras de oportunidades a escala macro social. Para ello se realizaron análisis descriptivos de referencia cruzada y pruebas de hipótesis (Chi-cuadrado) para muestras independientes; b) Elaboración del Índice de Vulnerabilidad Social para las Comunidades Turísticas (IVScT) para evaluar los escenarios y las situaciones de vulnerabilidad existentes en Jeri y Pipa; c) Por último, presentar un ejemplo práctico donde se evalúa las estrategias y la capacidad de respuestas de los domicilios frente a las actividades turísticas a partir de un abordaje cualitativo y aplicamos entrevistas semiestructuradas. Resultados: La metodología permitió expresar con una calidad empírica y cartográfica la dinámica de reproducción de la desigualdad socioespacial regional en Brasil y en las comunidades de Jeri y Pipa. Conclusión: Con la calidad de la información sobre los activos de las familias de Jeri y Pipa es posible el diseño de políticas públicas orientadas a maximizar los efectos positivos del turismo sobre los diferentes grupos a partir de la comprensión sobre el acceso, la ausencia o la insuficiencia de algunos activos en las comunidades, que, al principio, debería estar a disposición de todo ciudadano como parte de la responsabilidad del Estado.

Palabras clave: Desarrollo turístico; Vulnerabilidad Social; Propuesta Metodológica AVEOT; Capacidad de Respuesta, Territorios turísticos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA DE PESQUISA.....	25
1.1 PRESENTAÇÃO	29
1.2 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO.....	32
1.3 HIPOTHESES	33
1.4 OBJETIVO DE PESQUISA	34
1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	36
1.5.1 O método e os instrumentos.....	37
1.5.1.1 A pesquisa bibliográfica.....	37
1.5.1.2 Os estudos de casos e análise comparativa.....	38
1.5.2 Âmbito territorial de aplicação.....	40
1.5.3 Pesquisa de campo.....	43
1.5.4 Fontes de informação.....	44
1.5.5 Metodologia geral e Fases da pesquisa e estrutura da tese.....	46
CAPITULO 1. INTRODUCCIÓN Y PROBLEMÁTICA DE INVESTIGACIÓN.....	51
1.1 PRESENTACIÓN	51
1.2 PREGUNTAS DE INVESTIGACIÓN.....	54
1.3 OBJETIVOS DE INVESTIGACIÓN.....	55
1.4 METODOLOGÍA DE LA INVESTIGACIÓN.....	57
1.4.1 El método y los instrumentos.....	57
1.4.2 Estudios de casos y análisis comparativa.....	58
1.4.3 Âmbito territorial de aplicación.....	58
1.4.4 Fuentes de información.....	59
1.4.5 Metodología general y las Fases de la investigación	61

PRIMEIRA PARTE: MARCO TEÓRICO E METODOLÓGICO

CAPÍTULO 2. MARCO TEÓRICO: TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO E TURISMO NOS PAÍSES EM VIA DE DESENVOLVIMENTO.....	67
2.1 TEORIA DA MODERNIZAÇÃO E O TURISMO COMO MEDIADOR DO DESENVOLVIMENTO.....	72
2.1.1 Considerações críticas à teoria da modernização e sua contribuição para o turismo	75
2.2 TEORIA DA DEPENDÊNCIA E O TERCEIRO MUNDO	76
2.3 TEORIA NEOLIBERAL E FLEXIBILIZAÇÃO DO TURISMO.....	80
2.3.1 O turismo no combate à pobreza: Teoria neoliberal e o turismo	83
2.4 TEORIAS ALTERNATIVAS E O TURISMO: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DESENVOLVIMENTO HUMANO	87
2.4.1 Teoria do desenvolvimento sustentável e o turismo.....	88
2.4.2 Teoria do desenvolvimento humano e a abordagem do desenvolvimento endógeno local no turismo	93
2.4.2.1 Desenvolvimento humano e local: Fortalezas, críticas e desafios para os estudos do turismo.....	97
2.5 ESTUDOS ANALÍTICOS-INTERPRETATIVOS DO TURISMO: Desafio conceitual e metodológico para a análise do turismo.....	103

CAPÍTULO 3. PROPOSTA CONCEITUAL E METODOLÓGICA: O ENFOQUE DA VULNERABILIDADE SOCIAL PARA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NOS TERRITÓRIOS TURÍSTICOS	111
3.1 AMARTYA SEN E O “CAPABILITY APPROACH”: DESENVOLVIMENTO HUMANO COMO UM NOVO PARADIGMA	116
3.1.1 <i>Teoria do desenvolvimento humano e a elaboração do IDH</i>	120
3.2 THE VULNERABILITY AND ASSETS FRAMEWORK: O PAPEL DOS ATIVOS DOS INDIVÍDUOS E GRUPOS PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA	123
3.2.1 Papel do capital social como estratégia de redução da vulnerabilidade e pobreza.....	127
3.3 ATIVOS, VULNERABILIDADE E ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES: O ENFOQUE DA VULNERABILIDADE	131
3.3.1 Atlas da Vulnerabilidade Social no Brasil: uma aproximação ao marco AVEO.....	139
3.3.2 Metodologia para medição da vulnerabilidade socioeconômica	143
3.4 OPERACIONALIZAÇÃO DO ENFOQUE DA VULNERABILIDADE SOCIAL PARA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO EM TERRITÓRIOS TURÍSTICOS	146
3.4.1 O papel das Estrutura de oportunidades em um turístico.....	149
3.4.2 Capacidade de resposta e o turismo: ativos e estratégias.....	155
3.4.2.1 Uma proposta de variáveis para avaliar o portfólio de ativos dos domicílios.....	156
3.4.2.2 Marco lógico para avaliar as estratégias e as metas de bem-estar dos domicílios.....	163

CAPÍTULO 4: APLICAÇÃO METODOLÓGICA DO AVEOT: EXEMPLOS PRÁTICOS PARA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.....

4.1 ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES E O TURISMO	175
4.1.1 Planejamento da Pesquisa sobre as EOP.....	176
4.1.2 Coleta de dados.....	177
4.1.3 tabulação e análise dos dados	178
4.2 PORTFOLIO DE ATIVOS E RECURSOS DOS DOMICÍLIOS: Construção do índice de vulnerabilidade social	180
4.2.1 Planejamento da Pesquisa sobre o portfólio de ativos sociais.....	182
4.2.2 Coleta de Dados.....	190
4.2.3 Tabulação, ponderação	193
4.2.4 Construção do IVScT.....	199
4.3 ESTRATÉGIAS E CAPACIDADE DE RESPOSTA DOS INDIVÍDUOS/GRUPOS	201
4.3.1 Planejamento da pesquisa e as estratégias.....	202
4.3.2 Coleta de dados.....	202
4.3.3 Análise dos dados.....	203
4.4 TRABALHOS DE CAMPO: ESTRATÉGIAS DE COLETA DE DADOS	204
4.4.1 coletas de dados em Jeri/CE e Pipa/RGN.....	207
4.4.1.1 Estratégias de coleta de dados.....	208
4.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO DE METODOLOGIA DA TESE	210

SEGUNDA PARTE: APLICAÇÃO EMPÍRICA E RESULTADOS

CAPÍTULO 5: ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES DESTINADAS A CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO NO BRASIL: processo de modernização, homogeneização e internacionalização dos territórios	213
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO BRASIL E NORDESTE	217
5.1.1 Contextualização e profundização sobre as políticas públicas de turismo no Brasil e Nordeste.....	221
5.1.1.1 PRODETUR I e II: um antes e um depois no Brasil e Nordeste.....	222
5.1.1.2 PRODETUR NACIONAL e a regionalização do turismo.....	229
5.1.1.3 O PAC e o turismo como política macroestrutural	237

5.1.2 BREVE CONCLUSÃO SOBRE AS ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES DO TURISMO NA REGIÃO NORDESTE.....	242
5.2 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TURISTICAS DE JERICOACOARA/ CE E PIPA/ RGN.....	242
5.2.1 Vila de Jericoacoara/CE.....	243
5.2.1.1 Aspectos Históricos.....	248
5.2.1.2 Aspectos Econômicos e socioculturais.....	252
5.2.1.3 Aspectos Políticos.....	258
5.2.1.4 A produção do espaço de Jeri.....	260
5.2.1.5 Nicho Urbano de Jeri.....	264
5.2.2 Comunidade de Pipa/RGN.....	272
5.2.2.1 Aspectos históricos.....	274
5.2.2.2 Aspectos econômicos.....	278
5.2.2.3 Turistificação e urbanização em Pipa.....	280
5.2.2.4 Configuração Urbana e infraestruturas.....	295
5.3 DISCUSSÃO GERAL: TURISMO COMO OPORTUNIDADES?.....	291

CAPITULO 6: ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES E ATIVOS: análise na escala macro..... 295

6.1 RELAÇÃO EMPÍRICA ENTRE TURISMO, DESENVOLVIMENTO E VULNERABILIDADE SOCIAL NO BRASIL.....	299
6.1.1 Análise do Turismo e o cenário de Desenvolvimento no Brasil e regiões	300
6.1.1.1 Turismo e a dimensão Renda.....	308
6.1.1.2 Turismo e a dimensão Educação.....	310
6.1.2 Análise do Turismo e o cenário de Vulnerabilidade no Brasil e regiões.....	312
6.1.2.1 Turismo e a dimensão Infraestrutura.....	322
6.1.2.2 Turismo e dimensão Capital Humano.....	325
6.1.2.3 Turismo e dimensão Renda e Trabalho.....	328
6.2 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E VULNERABILIDADE SOCIAL NA REGIÃO NORDESTE.....	332
6.2.1 Análise do Turismo e o cenário de Desenvolvimento no Nordeste.....	333
6.2.1.1 Turismo e dimensão renda no Nordeste.....	336
6.2.1.2 Turismo e ativo educação no Nordeste.....	337
6.2.2 Análise do Turismo e o cenário de Vulnerabilidade no Nordeste.....	338
6.2.2.1 Turismo e Ativo Infraestrutura.....	341
6.2.2.2 Turismo e Capital humano.....	343
6.2.2.3 Turismo e ativos Renda e Trabalho.....	346
6.3 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E VULNERABILIDADE SOCIAL NO CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE.....	349
6.3.1 Análise do Turismo e o cenário de Desenvolvimento no Ceará e RGN.....	350
6.3.1.1 Turismo e ativo Renda.....	353
6.3.1.2 Turismo e ativo educação.....	354
6.3.2 Análise do Turismo e o cenário de Vulnerabilidade no Ceará e RGN.....	355
6.3.2.1 Turismo e ativo Infraestrutura.....	357
6.3.2.2 Turismo e Capital humano.....	360
6.3.2.3 Turismo e ativos Renda e Trabalho.....	361
6.4 DISCUSSÕES GERAIS: TURISMO E ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES EM ESCALA NACIONAL, REGIONAL E ESTADUAL	363

CAPITULO 7: CAPACIDADE DE RESPOSTA E MOBILIZAÇÃO DOS ATIVOS SOCIAIS: medição e análise da vulnerabilidade social em escala micro..... 367

7.1 METODOLOGIA E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS ENTREVISTADOS EM JERI E PIPA	371
7.1.1 Descrição Demográfica das famílias: Apresentação Geral sobre o perfil dos entrevistados.....	373
7.2 UMA INTRODUÇÃO A VULNERABILIDADE SOCIAL EM JERI E PIPA.....	378
7.2.1 Breve introdução sobre as dimensões e ativos de Jeri e Pipa.....	383

7.3 TURISMO E VULNERABILIDADE SOCIAL: APLICAÇÃO DO IVSCT.....	387
A–Vulnerabilidade Demográfico: Uma faceta das desvantagens sociais	387
B – Vulnerabilidade e Capital Físico.....	392
b. I – Ativo Infraestrutura.....	399
b. II–Bens Materiais.....	413
b. III – Habitação	419
b. IV – Creditos e Contas.....	426
C- Vulnerabilidade e Capital Humano.....	434
C. v – Agregado familiar.....	440
C. vi – Educação	446
C. vii – Ativo trabalho.....	459
C. viii – Ativo social Renda	472
D – Vulnerabilidade e o Capital Social.....	481
d.IX –Ativo social Redes, confiança e solidariedade.....	486
d.X – Ativo Coesão e integração social.....	495
d.XI – Ativo social Autoridade, Capacitação e Ação Política.....	506
E – Vulnerabilidade social e Características do Turismo.....	516
7.4 DISCUSSÃO FINAL SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL E A RELAÇÃO ENTRE AS EOP E A CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS FAMÍLIAS DE JERI E PIPA.....	530

CONCLUSÕES

CAPITULO 8: CONCLUSÕES FINAIS.....	541
8.1 CONCLUSÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICO DO ENFOQUE DA VULNERABILIDADE SOCIAL AOS ESTUDOS DO TURISMO.....	543
8.2 CONTRIBUIÇÕES DA MEDIÇÃO MEDICAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL E O QUADRO AVEOT PARA AVALIAÇÃO DO TURISMO.....	547
8.3 CONCLUSÕES SOBRE A APLICAÇÃO-EXPERIMENTAL DO AVEOT	552
8.3.1Conclusões sobre a relação entre turismo, desenvolvimento e vulnerabilidade social na região do Nordeste, desde a análise das EOP.....	553
8.3.2Contribuições do IVScT para avaliação dos ativos nas comunidades turísticas	556
8.3.3 Conclusões sobre a relação entre as estratégias e as metas de vida das famílias	559
8.4 REFLEXÃO FINAL DO TRABALHO.....	560
CAPÍTULO 8: RESULTADOS Y CONCLUSIONES.....	565
8.1 CONTRIBUCIONES DEL ENFOQUE DE LA VULNERABILIDAD SOCIAL PARA LOS ESTUDIOS TURÍSTICOS.....	568
8.2 RESULTADOS Y CONTRIBUCIONES DE LA APLICACIÓN EMPÍRICA DEL CUADRO AVEOT	
8.2.1Resultados y conclusiones sobre la relación entre el desarrollo turístico y la vulnerabilidad en el Nordeste, a partir del análisis de EOP.....	569
8.2.2Resultados del IVScT para la evaluación de los activos sociales.....	571
8.2.3 Resultados sobre la relación entre las estrategias de las familias Jeri y Pipa.....	574
8.3 REFLEXIÓN FINAL DEL TRABAJO.....	575

BIBLIOGRAFIA E ANEXOS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	579
ANEXOS.....	599

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Fortalezas, críticas e desafios das TDH e do TDLE para os estudos do turismo	98
Quadro 2: Benefícios do turismo para as comunidades e países segundo a Plataforma Apologética	104
Quadro 3: Custos econômicos e socioculturais do turismo segundo plataforma Precautiva	105
Quadro 4: Pontos positivos e negativos da abordagem de Sen e o IDH	123
Quadro 5: Fortalezas, fraquezas e desafios do “Assets-Vulnerability”	126
Quadro 6: Pontos positivos e negativos da metodologia empregada pelo QI-MCS	130
Quadro 7: Pontos positivos, negativos e desafios em relação ao marco AVEO	137
Quadro 8: pontos positivos, negativos e os desafios do atlas de vulnerabilidade social do Brasil.	142
Quadro 9: Pontos positivos e negativos da metodologia do DNIT (2003)	146
Quadro 10: Marco lógico para análise das estruturas de oportunidades em escala macro/micro em comunidades turísticas (exemplo)	150
Quadro 11: Marco lógico para analisar as estratégias e as metas de vida nas comunidades	166
Quadro 12: Identificação das variáveis para a coleta de dados e análise das estruturas de oportunidades em escala macro/micro.	176
Quadro 13: Fonte de estudo para a construção da metodologia relacionada aos ativos	183
Quadro 14: Relação das questões conforme sua tipologia	187
Quadro 15: Classes sociais: classificação a partir da quantidade de salários mínimos	189
Quadro 16: Listado de Expertos	194
Quadro 17: Respostas dos expertos por ativos	195
Quadro 18: Ponto de inflexão de cada ativo a partir dos cálculos realizados	197
Quadro 19: Ponto de inflexão das dimensões/Capital	197
Quadro 20: Valor de inflexão a partir do pior cenário do Questionário Geral	199
Quadro 21: Fatores de inflexão por grupos/condição de risco socioeconômico	200
Quadro 22: Marco lógico de investigação	202
Quadro 23: Sazonalidade do turismo de Jijoca de Jericoacoara	265
Quadro 24: População residente em Tibau do Sul, entre 1991-2010	277
Quadro 25: Taxas da População (residente) migrante em Tibau do Sul	277
Quadro 26: Semelhanças dos impactos do turismo nas comunidades de Jeri e Pipa	292
Quadro 27: Quadro resumo dos resultados encontrados na escala Nacional	330
Quadro 28: Quadro resumo dos resultados a escala regional (Nordeste)	347
Quadro 29: Quadro resumo dos resultados a escala estadual (RN e CE)	361
Quadro 30: Principais resultados e conclusões da vulnerabilidade demográfica	391
Quadro 31: Principais Resultados e Conclusões sobre a Dimensão do Capital Físico	399
Quadro 32: Principais Resultados e Conclusões sobre o ativo infraestrutura da comunidade	410
Quadro 33: Resultados e Conclusões sobre o ativo Bens Materiais	418
Quadro 34: Principais resultados e conclusões sobre o ativo habitação	425
Quadro 35: Resultados e Conclusões sobre o ativo Créditos e Contas	433
Quadro 36: Resultados e Conclusões sobre a dimensão Capital Humano	439
Quadro 37: Resultados e Conclusões sobre o ativo Agregado Familiar	446
Quadro 38: Resultados e Conclusões sobre o ativo social Educação	458
Quadro 39: Principais Resultados e Conclusões sobre o ativo Trabalho	470
Quadro 40: Resultados e Conclusões sobre o ativo Renda	481
Quadro 41: Resultado e Conclusões sobre o Capital Social	486
Quadro 42: Resultados e Conclusões sobre o ativo Redes, Confiança e Solidariedade	495
Quadro 43: Resultados e Conclusões sobre o ativo Coesão e Integração Social	505
Quadro 44: Percepção dos chefes de família de Pipa e Jeri sobre os principais problemas de caráter político	514
Quadro 45: Resultados e Conclusões sobre a Dimensão Características do turismo	529
Quadro 46: Contextualização do cenário de vulnerabilidade social em Jeri e Pipa	531
Quadro 47: Índices de vulnerabilidade por capital/dimensão, segundo pior cenário geral do questionário.	609

ÍNDICE DE ESQUEMAS

Esquema 1: Os estágios do desenvolvimento econômico, de Rostow	73
Esquema 2: Sistematização das políticas de turismo, desde a teoria dos Estágios do desenvolvimento econômico de Rostow (1960). Elaboração Própria.	82
Esquema 3: Balança de pós e contra do turismo	106
Esquema 4: análise e interpretação cíclica do turismo	107
Esquema 5: Base teórica, conceitual e metodológica de construção do AVEOT	115
Esquema 6: Marco lógico da “Capability Approach” de Amartya Sen	117
Esquema 7: Portfólio de ativos para a análise da capacidade de resposta dos domicílios	124
Esquema 8: Quadro conceitual e metodológico AVEO	135
Esquema 9: Quadro conceitual para avaliação do desenvolvimento e bem-estar social em comunidades turísticas, baseado no AVEOT.....	149
Esquema 10: Tipos de estratégias segundo o contexto político externo (EOP) e a capacidade de resposta dos indivíduos e famílias (interno).....	164
Esquema 11: Estratégias e capacidade de resposta.....	170
Esquema 12: Exemplo de metodologias-práticas aplicadas e testadas na tese	174
Esquema 13: Etapas para a construção do IVScT	181
Esquema 14:: Marco lógico de investigação dos ativos dos domicílios	182
Esquema 15: Gradientes entre integração total e exclusão total.....	200

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Fases da pesquisa e estrutura da tese.....	49
Figura 2: Dimensões e indicadores do IDHM/Brasil	122
Figura 3: Faixas de desenvolvimento Humano Municipal Brasil.....	122
Figura 4: Dimensões para medição do Capital Social conforme o QI-MCS	129
Figura 5: Dimensões do IVS/Brasil	140
Figura 6: Dimensões utilizadas pelo DNIT para a análise da vulnerabilidade social.....	145
Figura7: Marco lógico e conceitual para análise do portfólio de ativos dos indivíduos/ou famílias	157
Figura 8: Pesos e indicações das situações de vulnerabilidade segundo DNIT.	187
Figura 9: Matriz para a determinação do peso do rendimento familiar médio mensal para imóveis de uso predominante ou exclusivamente residenciais.....	189
Figura 10: Oficinas de preparação e capacitação dos entrevistadores para Jeri e Pipa.....	192
Figura 12: Oficinas de preparação e capacitação dos entrevistadores para Pipa.....	192
Figura 13: Registro do trabalho de campo exploratório em Pipa.....	205
Figura 14: Registro fotográfico do primeiro campo exploratório em Jericoacoara.	206
Figura 15: Registro do segundo campo exploratório em Jericoacoara.	207
Figura 16: Equipe de entrevistadores em Jericoacoara/CE e Pipa/RN.	208
Figura 17: Delimitação do território de Jericoacoara por setores e quadras.	209
Figura 18: delimitação do território de Pipa por setores e quadras.	210
Figura 19: Divisão político-administrativa do Brasil	218
Figura 20: Divisão Geoeconômica do Brasil	219
Figura 21: Localização do Brasil e região Nordeste (Novo Nordeste).....	220
Figura 22: Pólos de turismo no Nordeste Brasileiro e os investimentos do Prodetur I.....	224
Figura 23: Destinos Indutores do Turismo (DIT's) e Roteiros Turísticos Regionais (RTR's).....	230
Figura 24: Jijoca (Sede do município) e Vila de Jericoacoara (comunidade).....	245
Figura 25: Investimento em duplicação da CE-085	246
Figura 26: Aeroporto Regional de Jericoacoara.....	246
Figura 27: Destinos e frequência dos voos ao aeroporto de Jeri.....	247

Figura 28: Pedra Furada, Cartão postal de Jericoacoara	247
Figura 29: Lagoa Azul (Jijoca) e Duna do "Pôr-do-Sol"	248
Figura 30: Risco de soterramento (Nova Jeri)	261
Figura 31: Ocupação do território de Jeri em 2004 e 2017	262
Figura 32: Fiscalização realizada pelo IBAMA em dias aleatórios	263
Figura 33: Estacionamento comunitário da Vila de Jeri.....	264
Figura 34: Meio de transporte local em Jericoacoara (Jardineiras e Buggies).....	266
Figura 35: UPA 24H da Vila de Jericoacoara	269
Figura 36: Sistema de eletricidade de Jeri.....	269
Figura 37: Caminhão de coleta de lixo em Jeri.....	270
Figura 39: Paisagens recriadas pela atividade turística (Pipa)	280
Figura 40: Áreas de expansão de Pipa.....	282
Figura 41: Área de expansão residencial não-turística.....	282
Figura 42: Condomínios de luxo construídos na área do Chapadão.....	283
Figura 43: Posto de saúde em Pipa	288
Figura 45: Painéis colocados ao longo da comunidade de Pipa	289
Figura 46: Praça do Pescador em Pipa	290
Figura 47: Complexo poliesportivo de Pipa	290
Figura 48: Comparativa entre o IDH (2000) e IDH (2010)	301
Figura 50: Índice de desenvolvimento humano (educação) / Brasil (2000 e 2010).....	311
Figura 51: IVS (2010) X IDH (2010) - Brasil.....	313
Figura 52: Comparação entre IVS (2000) X IVS (2010)	315
Figura 53: Cenário de vulnerabilidade social (ativo infraestrutura) - 2000 e 2010	321
Figura 54: Resultado do IVS em educação entre 2000 e 2010	324
Figura 55: Resultado do IVS renda e trabalho nos anos de 2000 e 2010	327
Figura 71: Equipamentos turísticos em Jeri.....	380
Figura 74: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	454
Figura 76: Relação entre o desenvolvimento e bem-estar das famílias.....	534
Figura 77: Relação entre o cenário de vulnerabilidade de Jeri e Pipa e a estrutura de oportunidades.....	539
Figura 78: relação entre dependência do turismo, estratégias e meta de vida das famílias.....	540

ÍNDICE DE CARTOGRAMAS

Cartograma 1: Mapa de localização dos DIT's e RTR's do Brasil	42
Cartograma 2: Investimentos Prodetur I e II nos estados da Bahia e Pernambuco.....	226
Cartograma 3: Prodetur I e II nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará.....	228
Cartograma 4: Investimentos do Prodetur Nacional por estado (U\$)	232
Cartograma 5: PRODETUR Nacional por componente: Bahia e Pernambuco.....	234
Cartograma 6: Prodetur Nacional em Rio Grande do Norte e Ceará	236
Cartograma 7: Espacialização dos investimentos do PAC por estado (R\$).....	238
Cartograma 8: Espacialização dos investimentos do PAC em rodovias por estado	239
Cartograma 9: PAC na Bahia e em Pernambuco	240
Cartograma 10: PAC em Rio Grande do Norte e Ceará.....	241
Cartograma 11: Mapa de Localização de Jericoacoara/CE	244
Cartograma 12: Mapa de Localização de Pipa/RN.....	273
Cartograma 13:: Resultado socioespacial do IVScT.....	380
Cartograma 14: Resultado socioespacial do IVScT (Pipa).....	382
Cartograma 15: Espacialização do resultado do IVSCF em Jeri e Pipa.....	395
Cartograma 16: Espacialização do IVSCF por quadras e por ativos (Jeri e Pipa)	398
Cartograma 17:Espacialização do resultado do IVS-infraestrutura em Jeri	402
Cartograma 18: Espacialização do resultado do IVSBM em Jeri	413
Cartograma 19: Espacialização do resultado do IVSHB em Jeri.....	421
Cartograma 20: Espacialização do resultado do IVSCC em Jeri	428
Cartograma 21: Espacialização do IVSCH por domicílio e por densidade em Jeri e Pipa.....	437

Cartograma 22: Espacialização do resultado do IVSAF em Jeri e Pipa	442
Cartograma 23: Espacialização do ATIVO educação em Jeri e Pipa.....	448
Cartograma 24: Resultado da espacialização do ativo social trabalho em Jeri e Pipa	469
Cartograma 26: Espacialização do resultado do Ativo Renda em Jeri.....	480
Cartograma 28: Espacialização dos resultados do Capital Social em Jeri e Pipa.....	484
Cartograma 29: Espacialização do resultado do IVS (redes) em Jeri e Pipa	489
Cartograma 30: Espacialização do resultado do ativo coesão e integração social	498
Cartograma 31: Espacialização do resultado do ativo autoridade/capacitação e ação política em Jeri	509
Cartograma 32: Espacialização do resultado da características do turismo (Jeri/Pipa).....	519

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População residente da Vila de Jericoacoara de 1980 a 2010	250
Gráfico 2: População residente no município de Jijoca entre 1980 a 2010	251
Gráfico 3: Faixa Etária da população de Jijoca e Jericoacoara	251
Gráfico 4: Mudança de Atividade com o turismo (ano base, 2000)	253
Gráfico 5: Renda dos Nativos em Função do turismo (ano 2000)	254
Gráfico 6: Renda dos Nativos em Função do turismo (Jericoacoara)	255
Gráfico 7: Renda dos responsáveis dos domicílios em função do turismo (Jericoacoara)	255
Gráfico 8: PIB per capita de Jijoca e municípios do estado do Ceará (ano 2016)	256
Gráfico 9: Salário médio dos trabalhadores do município de Jijoca e estado do Ceará (2017)	256
Gráfico 10: Matrículas realizadas entre 2005 e 2017 no município de Jijoca de Jericoacoara	268
Gráfico 11: Pirâmide etária de Tibau do Sul e Pipa	278
Gráfico 12: Valor Adicionado Bruto por atividade econômica no PIB - Tibau do Sul	279
Gráfico 13: Situação de desenvolvimento nos RTR's	362
Gráfico 14: Situação do desenvolvimento dos não-RTR's.....	363
Gráfico 15: Situação de desenvolvimento nas regiões brasileiras (em termos gerais)	364
Gráfico 16: Sexo do responsável/chefe de família (Jeri e Pipa)	373
Gráfico 17: Idade do responsável/chefe de família (Jeri e Pipa)	374
Gráfico 18: Cor/Raça do Responsável/chefe de família (Jeri e Pipa).....	374
Gráfico 19: Naturalidade do responsável/chefe de família (Jeri e Pipa).....	375
Gráfico 20: crescimento populacional das áreas de estudo	375
Gráfico 21: tempo de residência (Jeri e Pipa)	376
Gráfico 22:: Grau de escolaridade dos chefes de família em Jeri e Pipa	376
Gráfico 23:: relação de dependência das famílias com o turismo	377
Gráfico 24: contratos laborais dos chefes de família em Jeri e Pipa	377
Gráfico 25: Renda Mensal das famílias em Jeri e Pipa	378
Gráfico 26: IVScT em Jericoacoara	379
Gráfico 27: Resultado do IVScT para Pipa	381
Gráfico 28: Cenário de Vulnerabilidade social em JERI por dimensão	383
Gráfico 29: Cenário de Vulnerabilidade social em Pipa por dimensão	384
Gráfico 30: Cenário de vulnerabilidade em Jeri por ativos	385
Gráfico 31:: Cenário de vulnerabilidade em Pipa por ativo.....	386
Gráfico 32 Resultado do IVSCF em Jeri e Pipa	394
Gráfico 33: Resultado do IVSCF por ativo (Jeri)	396
Gráfico 34: IVSCF por componente (Pipa).....	397
Gráfico 35: Resultado IVS-Infraestrutura em Jeri e Pipa	401
Gráfico 36: Resultado IVSIF por componente (Jeri)	403
Gráfico 37: Resultado do IVSIF por componente (Pipa).....	406
Gráfico 38: Resultado do IVSMB em Jeri e Pipa	412
Gráfico 39: Relação de posse do domicílio (Jeri e Pipa)	414
Gráfico 40: Preço médio do aluguel em Jeri e Pipa.....	416
Gráfico 41: Resultado do IVSHB em Jeri e Pipa.....	420

Gráfico 42: Tamanho do imóvel (< ou > 40m ²)	422
Gráfico 43: Condição/estado físico do domicílio	423
Gráfico 44: Modo de escoamento dos banheiros/sanitários do domicílio	425
Gráfico 45: Resultado IVSCC em Jeri e Pipa	427
Gráfico 46: Responsável com Conta Bancária (Jeri e Pipa).....	429
Gráfico 47: Responsável com acesso a crédito bancário e similar (Jeri e Pipa)	430
Gráfico 48: Reserva de dinheiro ou similar	432
Gráfico 49: Resultado do IVSCH em Jeri e Pipa	436
Gráfico 50: Resultado do IVSCH por ativo em Jeri.....	438
Gráfico 51: Resultado do IVSCH por ativo em Pipa	439
Gráfico 52: Resultado do IVSAF em Jeri e Pipa	441
Gráfico 53: Relação geral entre moradores/idade das domicílios/famílias em Jeri.....	443
Gráfico 54: Relação geral entre moradores/idade das domicílios/famílias em Pipa	444
Gráfico 55: IVSAF por componentes (demais variáveis) em Jeri	445
Gráfico 56: IVSF por componentes (demais variáveis) em Pipa	445
Gráfico 57: Resultado do Ativo educação em Jeri e Pipa.....	447
Gráfico 58: Responsável/chefe de família alfabetizado	449
Gráfico 59: Grau de escolaridade do Chefe de família em Jeri e Pipa.....	451
Gráfico 60: Alfabetização do agregado familiar x naturalidade - Jeri	453
Gráfico 61: Alfabetização do agregado familiar x naturalidade - Pipa	454
Gráfico 62: Grau de escolaridade do Agregado familiar – Jeri e Pipa.....	455
Gráfico 63: Grau de escolaridade do agregado familiar x naturalidade - Jeri	455
Gráfico 64: Grau de escolaridade do agregado familiar x naturalidade - Pipa	456
Gráfico 65: Resultado do ATIVO trabalho em Jeri e Pipa	461
Gráfico 66: Situação laboral em Jeri (estabilidade laboral)	462
Gráfico 67: Situação laboral em Pipa (estabilidade laboral)	462
Gráfico 68: Tipo de contrato laboral (Jeri).....	463
Gráfico 69: Tipo de contrato laboral (Pipa)	464
Gráfico 70: Comparação entre a situação laboral e o contrato laboral (Jeri)	465
Gráfico 71: Proprietário estabelecimento comercial turístico ou similar (%) – Jeri.....	465
Gráfico 72: Comparação entre situação laboral e o tipo de contrato laboral (Pipa)	466
Gráfico 73: Proprietário de algum estabelecimento comercial ou turístico (%) – Pipa.....	467
Gráfico 74: Chefes de família com Previdência social ou similar (Jeri e Pipa).....	467
Gráfico 75: Horas de Trabalho por semana (chefes de família) – Jeri e Pipa.....	468
Gráfico 76: Resultado do Ativo social Renda em Jeri.....	473
Gráfico 77: Resultado do Ativo social Renda em Pipa	473
Gráfico 78: Rendimento total da Unidade familiar (Faixas - Jeri)	474
Gráfico 79: Rendimento total da Unidade Familiar (Faixas - Pipa).....	474
Gráfico 80: Renda per capita (Faixas) - Jeri	475
Gráfico 81: Renda Per capita (faixas) – Pipa	475
Gráfico 82: Sazonalidade da renda dos chefes de família (Jeri)	476
Gráfico 83: Sazonalidade da renda dos chefes de família (Pipa).....	477
Gráfico 84: Dependência econômica com a atividade turística Jeri/ Pipa	478
Gráfico 85: Famílias que recebem ajudas sociais do Governo (Jeri e Pipa	478
Gráfico 86: Resultado do IVScS de Jeri e Pipa	483
Gráfico 87: Resultado do IVScS por ativo em Jeri.....	485
Gráfico 88: Resultado do IVScS por ativo em Pipa	485
Gráfico 89: Amigos próximos (Jeri e Pipa).....	490
Gráfico 90: Amigos próximos para situações de emergência em Jeri e Pipa	491
Gráfico 91: Ajuda mútua e solidariedade em Jeri e Pipa.....	492
Gráfico 92: Escala de confiança nos moradores da comunidade (Escala 1 a 5)	493
Gráfico 93: O grau de confiança na comunidade melhorou, permaneceu mais ou menos igual ou piorou depois do turismo?	494
Gráfico 94: Resultado do Ativo coesão e integração social em Jeri e Pipa	497
Gráfico 95: Qual o grau de comunhão ou proximidade ente os moradores?	499

Gráfico 96: Há grupos na comunidade que não tem acesso a serviços de educação?	499
Gráfico 97: Há grupos na comunidade que não conseguem ter acesso a serviços de moradia? ..	502
Gráfico 98: Grau de integração social com outras pessoas da comunidade	503
Gráfico 99: Grau de violência em Jeri e Pipa? (Percepção dos chefes de família)	503
Gráfico 100: Resultado do ativo autoridade e ação política em Jeri e Pipa	508
Gráfico 101: Participação em associação, organização comunitária, sindicato ou similar (Jeri) ..	510
Gráfico 102: Grau de confiança na PREFEITURA LOCAL? (Escala 1 a 5) Jeri	511
Gráfico 103: O governo e os líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas pela comunidade para a tomada de decisão? Jeri	513
Gráfico 104: Grau de confiança nos membros do governo Nacional (Brasil)? - Jeri e Pipa	513
Gráfico 105: Resultado da dimensão características do turismo - Jeri e Pipa	518
Gráfico 106: Que atividades de lazer o responsável realiza no tempo livre?	520
Gráfico 107: Que atividades de lazer o responsável realiza no tempo livre? Pipa	520
Gráfico 108: Qual a frequência que realiza atividades de lazer? Jeri e Pipa	521
Gráfico 109: Direito a férias? Jeri e Pipa.....	522
Gráfico 110: Frequência que usufruiu de férias nos últimos 10 anos (remuneradas ou não)?	522
Gráfico 111: O desenvolvimento do turismo foi positivo ou negativo para sua família? (Percepção dos responsáveis) Jeri e Pipa	523
Gráfico 112: Destaque qual a maior/mais importante mudança POSITIVA na sua família, com do turismo? (Uma opção – questão aberta) - Jeri.....	524
Gráfico 113: Destaque qual a maior/mais importante mudança POSITIVA na sua família, com o turismo? (Uma opção – questão aberta) - Pipa	524
Gráfico 114: Destaque qual a maior/mais importante mudança NEGATIVA para a sua família e comunidade, com o turismo? (Questão aberta) – Jeri	525
Gráfico 115: Destaque qual a maior/mais importante mudança NEGATIVA para a sua família e comunidade, com o turismo? (Questão aberta) - Pipa	526
Gráfico 116: Custo de Vida na comunidade? (Percepção do chefe de família) Jeri e Pipa	527
Gráfico 117: Tráfico de drogas segundo a percepção famílias (Jeri e Pipa)	527
Gráfico 118: Prostituição segundo a percepção do chefe de família em Jeri e Pipa.....	528
Gráfico 119: Satisfação com o turismo	528
Gráfico 120: Desenvolvimento em territórios turísticos e não turístico no Brasil.....	532
Gráfico 121: Resultado do IDH e IVS (Brasil) por dimensão nas áreas de estudo	533
Gráfico 122: Capacidade de resposta das famílias por dimensão	536
Gráfico 123: Capacidade de resposta por ativo	537

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Contratação de Subempréstimo Prodetur II.....	225
Tabela 2: Investimentos do Prodetur Nacional por região	232
Tabela 3: Investimentos do PAC em Aeroportos por região.....	238
Tabela 4: Investimentos do PAC em Aeroportos por região.....	240
Tabela 5: Tabulação cruzada DIT's * IDH (2010) - Brasil	301
Tabela 6: Tabulação cruzada RTR's * IDH (2010) - Brasil	302
Tabela 7: Tabulação cruzada Municípios litorâneos * IDH (2010) - Brasil	304
Tabela 8: Tabulação cruzada Macrorregiões * IDH (2010) - Brasil	305
Tabela 9: Tabulação cruzada RTR's * IDH (2010) * Macrorregiões - Brasil.....	307
Tabela 10: Tabulação cruzada RTR's * IDH – Renda (2010) / Brasil.....	308
Tabela 11: Tabulação cruzada RTR's * IDH (Renda) * Macrorregiões /Brasil	309
Tabela 12: Tabulação cruzada RTR's * IDH (Educação) - 2010 /Brasil	311
Tabela 13: Tabulação cruzada RTR's * IDH Educação (2010) * Macrorregiões / Brasil	312
Tabela 14: Tabulação cruzada IVS - 2010 * IDH - 2010 /Brasil.....	314
Tabela 15: Tabulação cruzada (DIT's) * IVS (2010) / Brasil	316
Tabela 16: Tabulação cruzada (DIT's) * IVS (2010) * Macrorregiões / Brasil.....	317
Tabela 17: Tabulação cruzada (RTR's) * IVS (2010) / Brasil.....	318
Tabela 18: Tabulação cruzada (RTR's) * IVS (2010) * Macrorregiões / Brasil	318

Tabela 19: Tabulação cruzada Municípios Litorâneos * IVS (2010) /Brasil.....	319
Tabela 20: Tabulação cruzada RTR's * IVS (Infraestrutura) - 2010 /Brasil.....	322
Tabela 21: Tabulação cruzada RTR's * IVS (Infraestrutura) - 2010 * Região /Brasil.....	322
Tabela 22: Tabulação cruzada RTR's * IVS (Capital Humano) - 2010 /Brasil.....	325
Tabela 23: Tabulação cruzada RTR's * IVS (Capital Humano) - 2010 * Região /Brasil.....	326
Tabela 24: Tabulação cruzada RTR's * IVS (Renda e Trabalho) - 2010 /Brasil.....	328
Tabela 25: Tabulação cruzada RTR's * IVS (Renda e Trabalho) - 2010 * Região.....	329
Tabela 26: Tabulação cruzada DIT's* IDH (2010) /Nordeste.....	331
Tabela 27: Tabulação cruzada RTR's * IDH (2010) * Estados (NE).....	332
Tabela 28: Tabulação cruzada RTR's* IDH - Renda 2010.....	334
Tabela 29: Tabulação cruzada RTR's * IDH - Educação (2010).....	335
Tabela 30: Tabulação cruzada DIT's (NE) * IVS (2010).....	336
Tabela 31: Tabulação cruzada DIT's (NE) * IVS (2010) * Capital.....	337
Tabela 32: Tabulação cruzada RTR's * IVS (2010).....	338
Tabela 33: Tabulação cruzada municípios litorâneos (NE) * IVS (2010).....	338
Tabela 34: Tabulação cruzada RTR's* IVS - Infraestrutura (2010).....	339
Tabela 35: Tabulação cruzada RTR's* IVS - Infraestrutura (2010) * Estado (NE).....	340
Tabela 36: Tabulação cruzada RTR's* IVS – Capital Humano (2010).....	341
Tabela 37: Tabulação cruzada RTR's* IVS – Capital Humano (2010) * Estados (NE).....	342
Tabela 38: Tabulação cruzada RTR's* IVS – Renda e Trabalho (2010).....	344
Tabela 39: Tabulação cruzada RTR's* IVS/ Renda e Trabalho (2010) * Estados (NE).....	345
Tabela 40: Tabulação cruzada RTR's * IDH (2010).....	348
Tabela 41: Tabulação cruzada RTR's * IDH (2010) * Estados.....	349
Tabela 42: Tabulação cruzada PRODETUR I, II, III, PAC * IDH (2010).....	349
Tabela 43: Tabulação cruzada PRODETUR I, II, III, PAC * IDH (2010) * Estados.....	350
Tabela 44: Tabulação cruzada RTR's* IDH - Renda 2010.....	351
Tabela 45: Tabulação cruzada RTR's* IDH - Educação (2010).....	352
Tabela 46: Tabulação cruzada RTR's * IDH - Educação (2010) * Estados.....	353
Tabela 47: Tabulação cruzada RTR's* IVS - 2010.....	353
Tabela 48: Tabulação cruzada RTR's * IVS (2010) * Estados.....	354
Tabela 49: Tabulação cruzada PRODETUR I, II, III, PAC * IVS - 2010.....	355
Tabela 50: Tabulação cruzada RTR's* IVS - Infraestrutura (2010).....	356
Tabela 51: Tabulação cruzada PRODETUR I, II, III, PAC * IVS - Infraestrutura (2010).....	357
Tabela 52: Tabulação cruzada RTR's * IVS - Infraestrutura (2010) * Estados.....	357
Tabela 53: Tabulação cruzada RTR's* IVS – Capital Humano (2010).....	358
Tabela 54: Tabulação cruzada RTR's * IVS – Capital Humano (2010) * Estados.....	359
Tabela 55: Tabulação cruzada RTR's* IVS – Renda e Trabalho (2010).....	360
Tabela 56: Tabulação cruzada RTR's * IVS – Renda e Trabalho (2010) * Estados.....	360
Tabela 57: Tabela cruzada IVSID (Jeri) * IVScT.....	387
Tabela 58: Tabulação cruzada IVS (caráter demográfico) (Pipa) * IVScT.....	388
Tabela 59: Tabela de cruzada entre Sexo/Gênero e IVScT (Jeri e Pipa).....	389
Tabela 60: Tabela de cruzada entre Idade (chefe família) e IVScT (Jeri e Pipa).....	390
Tabela 61: Tabela cruzada entre Cor/Raça do chefe de família e IVScT (Jeri e Pipa).....	391
Tabela 62: Tabulação cruzada IVSCF * IVScT (Jeri).....	392
Tabela 63: tabulação cruzada IVSCF * IVScT (Pipa).....	393
Tabela 64: Tabulação cruzada IVS infraestrutura * IVScT (Jeri).....	400
Tabela 65: Tabulação cruzada IVSIF * IVScT (Pipa).....	400
Tabela 66: Tabulação cruzada IVS - bens materiais (Jeri) * IVScT.....	411
Tabela 67: Tabulação cruzada IVS-bens materiais * IVScT (Pipa).....	411
Tabela 68: Tabulação cruzada IVSHB * IVScT (Jeri).....	419
Tabela 69: Tabulação cruzada IVSHB * IVScT (Pipa).....	419
Tabela 70: Tabulação cruzada IVSCC * IVScT (Jeri).....	426
Tabela 71: Tabulação cruzada IVSCC * IVScT (Pipa).....	427
Tabela 72: Tabulação cruzada Opção de crédito * Proprietário estabelecimento turístico ou similar? (Jeri).....	430

Tabela 73: Tabulação cruzada Opção de crédito * Proprietário estabelecimento turístico ou similar? (Pipa).....	431
Tabela 74: Tabulação cruzada IVS-Capital humano * IVScT (Jeri).....	435
Tabela 75: Tabulação cruzada IVS-Capital humano * IVScT (Pipa)	435
Tabela 76: Tabulação cruzada IVS Agregado familiar * IVScT (Jeri).....	440
Tabela 77: Tabulação cruzada IVS Agregado familiar * IVS (Pipa).....	441
Tabela 78: Tabulação cruzada IVS-educação * IVS (Jeri).....	446
Tabela 79: Tabulação cruzada IVS- educação * IVS (PIPA)	447
Tabela 80: Tabulação cruzada idade do responsável * analfabetismo? (Jeri)	450
Tabela 81: Tabulação cruzada idade do responsável * analfabetismo? (Pipa).....	451
Tabela 82: Tabulação cruzada entre naturalidade e grau de escolaridade (Jeri).....	452
Tabela 83: Tabulação cruzada entre naturalidade e grau de escolaridade (Pipa)	452
Tabela 84: Tabulação cruzada IVS trabalho (JERI) * IVScT	460
Tabela 85: Tabulação cruzada IVS trabalho (PIPA) * IVScT	460
Tabela 86: tabulação cruzada IVS Renda e IVScT (Jeri)	472
Tabela 87: Tabulação cruzada IVS renda * IVScT (Pipa).....	472
Tabela 88: Tabulação cruzada IVS Capital social * IVScT (Jeri).....	482
Tabela 89: Tabulação cruzada IVS Capital social * IVScT (Pipa)	483
Tabela 90: Tabulação cruzada IVS redes * IVScT (Jeri)	487
Tabela 91: Tabulação cruzada IVS redes * IVScT (Pipa)	488
Tabela 92: Tabulação cruzada IVS inclusão e coesão * IVScT (Jeri)	496
Tabela 93: Tabulação cruzada IVS inclusão e coesão * IVScT (Pipa)	497
Tabela 94: Tabulação cruzada IVS ação e autoridade política * IVScT (Jeri)	507
Tabela 95: Tabulação cruzada IVS ação e autoridade política * IVScT (Pipa).....	507
Tabela 96: Tabulação cruzada IVS características do turismo * IVScT - Jeri	516
Tabela 97: Tabulação cruzada IVS características do turismo (Geral) * IVScT - Pipa.....	517

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADH - Atlas do Desenvolvimento Humano
APA - Área de proteção ambiental
AVEO – Ativos, vulnerabilidade e estruturas de oportunidades.
AVEOT – Ativo, Vulnerabilidade, Estrutura de Oportunidades e Turismo
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CAF – Confederação Andina de Fomento
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE - Ceará
CELADE - Centro Latino americano e Caribenho de Demografia
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
COELCE - Companhia Energética do Ceará
CONFIEX - Comissão de Financiamentos Externos do Governo Federal
DIT's – Destinos Indutores do Turismo
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPP – domicílios particulares e permanentes
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de desenvolvimento humano municipal
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE – Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará
IVS – Índice de Vulnerabilidade Social
IVScT – Índice de vulnerabilidade social para comunidades turísticas
LAPUR – Laboratório de Planejamento Urbano e Regional
MTur – Ministério do Turismo do Brasil
OCDE – Organização para cooperação e desenvolvimento econômico
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de aceleração do crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios
PNUD - Programa de desenvolvimento de Nações Unidas
POF – Pesquisa de orçamento familiar
PPT – “*Pro-Poor Tourism*”
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
QI-MCS – Questionário integrado para medição do capital social
QI-MVS – Questionário integrado para medição da vulnerabilidade social
RN – Rio Grande do Norte
RTR's – Roteiros Turísticos Regionais
SEADE - Fundação sistema estadual de análise de dados
SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SUDENE - Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste
UFC – Universidade Federal do Ceará

PREAMBULO

Numa pesquisa, a problemática acadêmica, assim como os objetivos que um quer alcançar, justifica-se ora pela base na trajetória de vida do pesquisador, ora pela formação acadêmica dele, e em alguns casos, parte dos dois. Esta tese é resultado de um caminho acadêmico largo e interdisciplinar.

Minha trajetória acadêmica relacionada aos estudos do turismo iniciou-se com a minha inserção como bolsista de investigação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) do departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). As primeiras pesquisas faziam parte de um projeto de investigação sobre o processo de metropolização das capitais nordestinas e sua relação com o fenômeno do turismo.

A posteriori, minha dissertação de mestrado, financiada pela CAPES, teve como objetivo de identificar e analisar as políticas públicas de turismo no Nordeste e sua relação com o avanço do turismo residencial e hoteleiro na região. Em outras palavras contribuiu para identificar o papel das políticas públicas de turismo no processo de reestruturação e reordenamento espacial das comunidades litorâneas. Como consequência surgiu inúmeras perguntas e curiosidades sobre os efeitos e impactos desse processo sobre as comunidades e se as populações se sentiam beneficiados pelo turismo.

Com a minha inserção na Universidade de Alicante (UA) como estudante de doutorado no *Instituto Universitario de Investigaciones Turísticas* (IUIT), projeto financiado pela CAPES, e com uma orientação levada a cabo por um tutor sociólogo me proporcionou uma lente orientada as ciências sociais e às ferramentas metodológicas da área da sociologia e da antropologia que me ajudaram a criar ferramentas capazes de solucionar meus questionamentos.

Para tanto esta tese se fundamenta no interesse de contribuir com uma proposta para a quantificação e avaliação empírica do binômio turismo/desenvolvimento, desde um olhar focalizado nos grupos locais e no estado de bem-estar social que se encontram.

Uma vez finalizado este trabalho me considero com as competências necessárias para dirigir novas investigações dentro do âmbito, no qual, me desenvolvo e desta forma colaborar e melhorar o nível de investigação que deve aportar a universidade para melhor o bem-estar social dos grupos e das comunidades e, conseqüentemente para o desenvolvimento do país.

Essa é uma mais das minhas tarefas, e assim, nasceu esta investigação.

Financiamento



Apoio



INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1:
INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Este capítulo é uma introdução ao conteúdo da tese de doutorado e apresenta um esboço geral de sua abordagem e desenvolvimento metodológico. É uma breve exposição do que será feito durante a investigação e a justificativa de por que e como. Assim, em primeiro lugar, o interesse científico do estudo é formulado pela primeira vez para apresentar seus objetivos e iniciar hipóteses. De acordo com estas premissas, desenvolve-se a metodologia genérica que permitirá cumprir os objetivos e as fontes de informação necessárias para o estado da questão e efetuar a proposta metodológica-prática.

1.1 APRESENTAÇÃO

Na segunda metade do século XX, o mundo foi marcado por importantes mudanças sociopolíticas. Dentre as diversas alterações nos modos de produção e nas relações de trabalho, destaca-se o setor terciário, tendo o turismo recebido o maior destaque, tornando-se rapidamente uma fonte de negócios, e uma megaindústria global (JAFARI, 2005). E, por isso, para muitos autores e gestores públicos e privados¹, o fenômeno do turismo passa a ser fundamental no processo de desenvolvimento local, a partir da década de 60 e 70 – principalmente nos países

¹ Pesquisadores, instituições públicas e privadas e gestores políticos concentraram suas pesquisas para o entendimento do desenvolvimento do turismo e sua relação com o crescimento econômico dos países em viés de desenvolvimento, principalmente a partir dos anos 1950, 1960 e 1970. Alguns exemplos: CEPAL (1967); Grunwald; Musgrove (1970); CEPAL (1976); Cardoso, F,H; Faletto, E. (1979); Krause, W.J; Joseph, H.G.D. (1973); Schluter, R.G. (1993); Portes,A.; Itzigsohn,J.; Dore-Cabral, C. (1994); Kearney,M. (1995); Stonich,S.C; Sorensen, J.H.; Hundt,A. (1995); Brohman, J. (1996); Melendez,A. (2000).

da América Latina – que passam a recorrer a financiamentos para impulsionar o turismo em prol do desenvolvimento.

No Brasil, especificamente no Nordeste - uma região historicamente e socialmente subdesenvolvida - as expectativas de crescimento induzido pelo turismo foram particularmente fortes. No final da década de 1970, o setor privado e as políticas públicas foram orientados a promover o turismo com a esperança de que essa atividade se tornasse o motor do desenvolvimento da região, incluindo incentivos excepcionais para sua inserção no cenário turístico internacional.

Depois de 50 anos de investimentos públicos e privados e do processo de turistificação nos territórios desta região, cabe analisar e revisar o grau de desenvolvimento alcançado por estes territórios através das atividades turísticas na região. Desta forma, o tema da presente pesquisa se centra na crescente preocupação em compreender “se o turismo é de fato motor de desenvolvimento e se estes indivíduos e grupos locais se sentem beneficiados por ele”. Portanto, o primeiro **problema** que se tenta resolver neste trabalho é revisar se o turismo foi capaz de cumprir as promessas de desenvolvimento no Nordeste, mediante a análise comparativa de dois casos de estudos (Jericoacoara e Pipa).

Hoje ninguém coloca em dúvida que o turismo deve ser uma prática sustentável e que contribua para o desenvolvimento econômico, mas também para a equidade e bem-estar social dos grupos, a valorização cultural e a preservação do meio ambiente. No entanto, alcançar um desenvolvimento turístico que seja humano, social e sustentável não é fácil, especialmente considerando que a imprecisão do conceito dificulta sua aplicação. De fato, essa imprecisão é a principal razão para a disseminação e aceitação do binômio turismo-desenvolvimento em geral, mas também de seu uso retórico e perda de sentido.

É necessário, portanto, esclarecer o conceito e estudá-lo com instrumentos que permitam transformar a ideia teórica em valor prático, isto é, em uma série de parâmetros identificáveis e quantificáveis. Com este passo, o desenvolvimento (na escala humana e social) deve deixar de ser uma estratégia geral, com muitas interpretações e ações possíveis, e se tornar uma realidade viável e adaptada às circunstâncias específicas de cada lugar. É necessário desenvolver metodologias para identificar os impactos do turismo, a fim de facilitar a incorporação ao termo de desenvolvimento para ajudar nos processos de decisão e gestão.

Não há dúvida de que o binômio turismo - desenvolvimento é constante no discurso, e mesmo no planejamento (por exemplo, PRODETUR / NE), mas carece de ação, medição e avaliação. É justamente esta carência onde esta pesquisa também se inspira: a necessidade de estabelecer uma metodologia aplicável aos territórios turísticos locais para alcançar um maior grau de desenvolvimento humano e social. Portanto, o segundo problema - de natureza metodológica e prática - que tenta resolver a tese é: Como analisar, medir e avaliar o desenvolvimento dos territórios por meio de uma abordagem empírica e replicável que forneça uma informação densa e de qualidade para facilitar o processo de formulação de políticas públicas.

Nesta linha, partimos da ideia que a medição e avaliação empírica (quantitativo e/ou qualitativo) são condições indispensáveis para promover bem-estar social e desenvolvimento humano sobre os territórios. Com essa premissa é desenhado e desenvolvido o framework "Ativos, Vulnerabilidade, Estrutura de Oportunidades e Turismo" (AVEOT), utilizando o potencial teórico, conceitual e metodológico do enfoque da Vulnerabilidade Social para analisar, medir e avaliar o grau de territórios e comunidades turísticas. O AVEOT toma como referência o "*Cabability approach*" de Amartya Sen, o "*Assets and vulnerability*" de Moser (1998) e o "*Activos, Vulnerabilidad y Estructuras de Oportunidades (AVEO)*" de Kaztman (2000).

A dita proposta possibilita analisar a heterogeneidade socioespacial apresentada pelas famílias nos territórios e comunidades turísticas baseando-se na condição de incapacidade/capacidade dos domicílios em melhorar suas situações de bem-estar, a partir da articulação em torno das seguintes categorias analíticas: 1) os Ativos: entendidos como posse, controle ou mobilização de recursos materiais e simbólicos que permitem ao indivíduo desenvolver-se na sociedade; 2) a Estrutura de Oportunidades: responsável pela alocação de recursos e representada pelo Estado, Mercado e Sociedade; e 3) Estratégias: consistindo na diversidade de maneiras pelas quais indivíduos e/ou famílias mobilizam ativos para alcançar mobilidade social ascendente ou reduzir a mobilidade social descendente.

O quadro metodológico nos permitirá um duplo avanço, a) teórico: A inserção da vulnerabilidade oferece um olhar mais complexo com ênfase na distribuição desigual das oportunidades e dos impactos, assim como uma visão alternativa

sobre o conceito de desenvolvimento – a partir da inserção de dimensões humanas e sociais; b) e um avanço metodológico e prático. O quadro é uma ferramenta de comunicação que garante de um lado um processo de conscientização dos indivíduos sobre sua condição de vulnerabilidade social, e do outro, informação densa e de qualidade para o aprimoramento nos desenhos de políticas públicas para maximizar os efeitos positivos do turismo sobre os diferentes grupos e comunidades.

1.2 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

É possível mencionar uma série de perguntas das quais surge a presente investigação, as quais se bem não se pretende dar uma resposta explícita a todas elas, mas determinam o fundo ideológico sobre o qual se sustenta esta tese:

- 1) Como se associa o conceito de desenvolvimento com o fenômeno do turismo?
- 2) É possível associar as características do desenvolvimento turístico com os níveis mais gerais de desenvolvimento dos territórios em uma visão integral, ou seja, integrando dimensões sociais aos estudos do turismo?
- 3) Como é possível medir e avaliar (empiricamente) o grau de desenvolvimento que alcançam os diferentes territórios, considerando critérios de desempenho (econômico, humano e social) que determinem se os espaços são ou não são desenvolvidos?

Da mesma forma, buscando uma análise aplicada, levantamos as seguintes questões?

- 4) O desenvolvimento do turismo planejado e executado nas últimas décadas no Brasil e região Nordeste, garantiu o desenvolvimento humano, físico e social dos territórios?
- 5) São os territórios mais turísticos os mais desenvolvidos ou menos vulneráveis no Brasil e regiões?
- 6) Quais os cenários e situações de vulnerabilidade existentes nestas comunidades (especificamente em Jericoacoara/Pipa) e sua relação com o desenvolvimento do turismo?

- 7) Quais os grupos e áreas mais desenvolvidas ou vulneráveis e qual a relação com a atividade turística em Jeri e Pipa?
- 8) Quais as dimensões e os ativos sociais (variáveis) mais significativos/importantes para a superação da vulnerabilidade social e sua relação com o turismo e as estruturas de oportunidades em Jeri e Pipa?
- 9) Quais as estratégias empregadas pelos grupos/domicílios para superação e/ou sobrevivência e/ou adaptação ao processo de mudanças sociopolíticas relacionados ao desenvolvimento do turismo em Jeri e Pipa?

1.3 HIPOTÉSES

H.1 Crescimento econômico ou turístico não é o mesmo que desenvolvimento (humano ou social);

H.1.1 Sendo o crescimento econômico ou turístico diferente de desenvolvimento humano ou social, a nossa segunda hipótese é que o desenvolvimento da atividade turística, por si, não tem capacidade de contribuir para o desenvolvimento dos territórios da região Nordeste e reverter as desigualdades estruturais, sociais e regionais no país.

H1.2. A inserção do turismo na região Nordeste (de cima para baixo), desde um projeto hegemônico – região inserida em um contexto de injustiças estruturais, históricas e socialmente construídas - apenas REFORÇOU as estruturas de dependências (pré-existent) e, ademais AGRAVOU E (RE) PRODUZIU novas situações de vulnerabilidade social a médio e longo prazo (pós-turismo) ” sobre os grupos e comunidades locais.

H2. É necessário desenvolver metodologias para identificar os impactos do turismo, a fim de facilitar a incorporação ao termo de desenvolvimento para ajudar nos processos de decisão e gestão. Nesta linha, reconhece-se, que o caráter multifacetado, multidimensional e multissetorial da vulnerabilidade torna-o um caminho interessante em âmbitos teórico, conceitual e metodológico para a medição, gestão e avaliação do desenvolvimento das comunidades turísticas e para o desenho de políticas públicas que possam orientar a maximizar os efeitos positivos do turismo sobre os diferentes grupos e comunidades a partir das necessidades reais dos indivíduos e famílias.

1.4 OBJETIVO DE PESQUISA

De acordo ao exposto, e a fim de centrar em estudar com detalhe e rigor alguns dos aspectos enunciados, foi levantado o **objetivo geral** para esta pesquisa: **OBJETIVO: ANALIZAR, MEDIR E AVALIAR** a capacidade do turismo em contribuir para o desenvolvimento e bem-estar de comunidades e grupos locais desde o enfoque da vulnerabilidade social (ativos, estruturas de oportunidades e estratégias).

Para alcançar os objetivos se estabeleceram os seguintes **objetivos específicos (primários e secundários)** que se detalham na continuidade:

Objetivo 1: APROFUNDAR no conhecimento entre os estudos do turismo, desenvolvimento e vulnerabilidade e as metodologias de estudos relacionadas.

- ✓ Objetivo 1.1: Estudar a relação teórica e terminológica entre turismo e desenvolvimento (teorias de desenvolvimento), assim como sua evolução temporal.
- ✓ Objetivo 1.2: Conhecer com maior profundidade o enfoque teórico, conceitual e metodológico da vulnerabilidade social e sua capacidade de contribuir para uma análise complexa, multidimensional e multifacetada entre turismo e desenvolvimento;
- ✓ Objetivo 1.3: Analisar a aplicação prática do enfoque da vulnerabilidade social aos temas de desenvolvimento e pobreza através do estudo de atividades documentas para buscar categorias de análise, conceitos, ferramentas e metodologias que possam inovar os estudos entre turismo e desenvolvimento.

Objetivo 2: ELABORAR E PROPOR um marco conceitual, metodológico e prático para analisar, medir e avaliar empiricamente o desenvolvimento turístico nos territórios a partir da inserção do enfoque da vulnerabilidade social (estrutura de oportunidades, ativos sociais e estratégias), como ferramenta de ajuda para decisão, gestão e planejamento do turismo.

- ✓ Objetivo 2.1: Operacionalizar o enfoque conceitual e metodológico da vulnerabilidade aos estudos do turismo e desenvolvimento;

- ✓ Objetivo 2.2: Identificar e propor um conjunto de variáveis (físicas, financeiras, humanas e sociais) aplicáveis ao binômio turismo e desenvolvimento, desde o enfoque dos ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades (AVEO);
- ✓ Objetivo 2.3: Propor metodologias-práticas para análise empírica do turismo;
- ✓ Objetivo 2.4: Construir um índice de vulnerabilidade social aplicado a comunidades turísticas (IVScT), para medir e analisar as situações e os cenários de vulnerabilidade social em entornos turísticos.

Objetivo 3. ANALISAR, MEDIR E AVALIAR o desenvolvimento turístico desde uma análise dialética entre as Estrutura de oportunidades (questões estruturais), e a capacidade de resposta dos grupos (questões conjunturais), efetuando uma aplicação empírica/prática em escala macro (Brasil e regiões) e escala micro (nas comunidades turísticas de Jericoacoara e Pipa/Nordeste Brasil).

- ✓ Objetivo 3.1 Comprovar a relação de dependência (ou não) entre turismo e desenvolvimento humano no Brasil e regiões, a partir do papel estratégico das estruturas de oportunidades (Estado, mercado e sociedade) para o desenvolvimento do turismo e as contradições nas diferentes escalas;
 - Objetivo 3.1.1: Contextualizar o desenvolvimento do turismo na região Nordeste/Brasil como um marco geral de estudo;
 - Objetivo 3.1.2: Identificar como as teorias do desenvolvimento associado ao turismo influenciaram o processo de reestruturação sociopolítico das comunidades tradicionais no Brasil e Nordeste;
 - Objetivo 3.1.3: Testar e comprovar estatisticamente a relação de dependência entre os territórios turísticos, desenvolvimento humano e vulnerabilidade social no Brasil e regiões;
 - Objetivo 3.1.4: Identificar as dimensões e os ativos sociais (variáveis) que mais influenciam sobre o cenário de desenvolvimento humano e de vulnerabilidade social no Brasil e suas regiões e territórios turísticos;
- ✓ Objetivo 3.2: Analisar a relação entre as estruturas de oportunidades e a capacidade de resposta das famílias (ativos sociais) de enfrentar o processo de mudanças sociopolíticas decorrente do desenvolvimento do turismo nas comunidades de Jeri e Pipa;
 - Objetivo 3.2.1 Contextualizar o turismo em Jericoacoara e Pipa como um marco geral de estudo e de seleção de casos (destinos turísticos);
 - Objetivo 3.2.2: Efetuar uma aplicação prática do índice de vulnerabilidade social aplicado a comunidades turísticas (IVScT) em Jericoacoara e Pipa.

- Objetivo 3.2.3: Identificar as dimensões e os ativos sociais (variáveis) que mais influenciam sobre o cenário de vulnerabilidade social no entorno turístico de Jeri e Pipa;
- Objetivo 3.2.4: Espacializar e caracterizar os grupos e as áreas mais e menos vulneráveis sobre os territórios de Jeri e Pipa e sua relação com o turismo.
- Objetivo 3.2.5: Analisar o conjunto de limitações ou desvantagens sociais que as famílias (domicílios ou grupos) encontram para acessar e usar os ativos/recursos (físicos, humanos e sociais) que se distribuem no entorno turístico.
- Objetivo 3.2.6: Analisar as estratégias e identificar as metas gerais empregadas pelas famílias nas comunidades de Jeri e Pipa
- Objetivo 3.2.7: Analisar a capacidade dos domicílios/famílias de enfrentar o processo de mudanças sociopolíticas decorrente do desenvolvimento do turismo nas comunidades, a partir das diferentes estratégias empregadas para superar e evitar seu deterioro a curto, médio e longo prazo;

1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Em muitos casos, a pesquisa em turismo tem faltado em bases metodológicas e sido submetida a uma escassa revisão científica, que tem a ver com seu caráter multidisciplinar e a transversal, que dificultam seu estudo. Dado o caráter multidimensional do fenômeno do turismo e do conceito de desenvolvimento humano é essencial, então, que esta pesquisa seja baseada em uma visão holística que integre conhecimentos teóricos e práticos. É nesse sentido, como se reflexa em sua estrutura, que a pesquisa se aborda desde uma perspectiva dupla: 1) teórica-conceitual e 2) aplicada. O primeiro gera conhecimento baseado em pesquisa bibliográfica e experiências documentadas; enquanto o segundo é baseado na observação e /ou aplicação prática.

Como explicado anteriormente, o binômio turismo e desenvolvimento será estudada através do enfoque da vulnerabilidade social, desde uma abordagem quati-qualitativa, realizada através de um sistema de indicadores e, posteriormente, com um índice agregado, que será aplicado às comunidades turísticas de Jericoacoara e Pipa. Para tanto, o conteúdo desta seção delineará o arcabouço metodológico geral desenvolvido na tese, apresentando o método e os instrumentos utilizados, o âmbito territorial de estudo e, finalmente, a concretização de cada uma das fases de investigação.

Deve-se levar em conta, entretanto, que o objetivo final da pesquisa é propor um modelo metodológico e prático para auxiliar na identificação (quantificação e qualificação do desenvolvimento turístico sobre os territórios e grupos), avaliação, planejamento e gerenciamento das questões sociais associadas ao desenvolvimento do turismo e grandes projetos em qualquer comunidade que tenha uma relação econômica direta ou indireta com o turismo., razão pela qual as explicações sobre os processos metodológicos concretos serão apresentados ao longo de todo o estudo.

1.5.1 o método e os instrumentos

Na presente investigação, optou-se por aplicar o método hipotético-dedutivo, por ser considerado o mais completo e adequado para atingir os objetivos estabelecidos. O método baseia-se na formulação de uma ou várias hipóteses que são analisadas de forma indutiva, através da experimentação. Desta forma, o procedimento combina reflexão teórica ou momento racional (formação de hipóteses e referencial teórico) com a observação da realidade ou momento empírico (experimentação e verificação).

As lógicas de indução são baseadas na generalização baseada nos resultados registrados em casos particulares, que são gerados a partir da experimentação científica. Estes sub métodos devem ser usados para validar ou rejeitar as suposições inicialmente formuladas. Nesse sentido, a pesquisa utiliza basicamente dois instrumentos no desenvolvimento do método exposto: a pesquisa bibliográfica e o estudo de casos.

1.5.1.1 A pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é a ferramenta necessária para descrever os princípios teóricos e conceituais a partir dos quais se desenvolve um estudo e suas hipóteses. Este processo permite estabelecer o estado da questão do sujeito específico que se quer investigar e adquirir um conhecimento global para elaborar um discurso coerente e argumentado que fundamente a pesquisa e seu valor. O objetivo é colocar a pesquisa dentro do conjunto de teorias e procedimentos

científicos desenvolvidos até o momento, e assim poder estabelecer precedentes e apreciar as principais promoções e novidades a serem respeitadas.

No presente estudo foi realizado, inicialmente, uma revisão bibliográfica sobre os binômios turismo-desenvolvimento; e desenvolvimento-vulnerabilidade social, e posteriormente um levantamento documental e avaliação das principais metodologias e indicadores utilizados para a medição dos níveis de vulnerabilidade desde o paradigma do desenvolvimento e pobreza e conseqüentemente suas forças (fortalezas), fraquezas e desafios para aplicação prática.

Desde essa revisão bibliográfica entre os binômios turismo-desenvolvimento e desenvolvimento-vulnerabilidade social foi possível criar um *link* entre os conceitos de turismo, desenvolvimento e vulnerabilidade. Em termos gerais, essa ligação turismo-vulnerabilidade social², contribuiu para a realização de uma proposta conceitual e metodológico para a avaliação do desenvolvimento turístico desde o enfoque da vulnerabilidade social.

O modelo foi desenvolvido iterativamente a partir da adaptação e integração de teorias e modelos existentes - como a teoria social “*Capability Approach*” de Amartya Sen, do quadro metodológico social “*asset-vulnerability framework*” de Moser (1998), financiado pelo Banco Mundial; e o enfoque conceitual e metodológico da vulnerabilidade social “*activos-vulnerabilidad y estructuras de oportunidades*” desenvolvido por investigadores, membros da Comissão Económica para América Latina e Caribe (CEPAL).

1.5.1.2 Os Estudos de casos e análise comparativa

O estudo de caso é uma ferramenta de pesquisa empírica que, nesse caso, foi baseada em uma análise quantitativa e qualitativa de variáveis. O procedimento consiste, primeiramente em uma análise estatística entre os municípios brasileiros (turísticos e não turísticos), e posteriormente uma análise estatística entre as comunidades turísticas de Jericoacoara e Pipa, para quantificar sua realidade socioeconômica e as relações de dependência entre turismo, desenvolvimento e

² Até o momento não existem trabalhos avançados em termo conceitual e/ou metodológico, entre turismo e o enfoque da vulnerabilidade, com exceção dos trabalhos científicos sobre as mudanças climáticas e os riscos para as zonas costeiras turísticas (desde um enfoque da vulnerabilidade física e das ameaças naturais).

vulnerabilidade. Esse processo nos permitiu analisar o fenômeno do turismo em diferentes áreas territoriais e, por comparação, identificar diferenças e semelhanças a partir das quais extrair conclusões generalizáveis.

A comparação de casos envolve pesquisa e interpretação inter-relacionadas do fenômeno em diferentes contextos (nacional, regional, estadual e local). É um procedimento de alto valor prático, que facilita a transferência de experiência e o desenvolvimento de uma teoria, estabelecendo regras de valoração e distanciando o que é essencial do que é trivial.

Este método, portanto, tem a coragem de induzir generalizações, bem como de permitir a construção e teste de teorias. Precisamente essas qualidades são as que o tornam adequado para esta pesquisa, levando em conta o desejo de identificar as variáveis (físicas, financeiras, humanas e sociais) que determinam o desenvolvimento humano ou vulnerabilidade social nos diferentes territórios (turísticos) e propor uma metodologia para quantificá-la e qualificá-la.

A análise comparativa pode ser temporária (uma área territorial em diferentes períodos de tempo) ou espacial (entre diferentes áreas territoriais). Neste estudo é escolhido preferencialmente para comparações espaciais, especificamente entre diferentes cidades turísticas e não turísticas no Brasil e regiões (escala macrossocial) e uma análise comparativa entre a comunidade de Jericoacoara (Ceará) e a comunidade de Pipa (Rio Grande do Norte).

Existem três abordagens para a pesquisa comparativa no turismo (PEARCE; BUTLER, 1993):

a) Comparação de estudos de caso: Os casos selecionados fazem parte de um processo comparativo estruturado, analisado e interpretado como parte de uma investigação mais geral com objetivos comuns e inter-relacionados.

b) comparação elemento a elemento: uma variável de diferentes campos é examinada e comparada bidirecionalmente. Muitas variáveis podem ser comparadas, mas a generalização das conclusões extraídas é limitada.

c) análise quantitativa e gráfica: os dados disponíveis permitem o uso de técnicas quantitativas e gráficas para a análise de casos, o que facilita consideravelmente a comparação.

Essas abordagens não são exclusivas, mas é possível combinar e aproveitar as virtudes que cada uma apresenta separadamente, ao mesmo tempo em que

neutraliza as deficiências. A tese trabalha nesta linha e aplica os três tipos de pesquisa comparativa - ademais de incluir uma análise qualitativa - a estudos de caso selecionados.

1.5.2 Âmbito Territorial de Aplicação

O marco territorial de referência em que se desenvolve a tese são:

1) Brasil e Nordeste, sendo as unidades espaciais operacionais os municípios turísticos e não turísticos do Brasil (5.570 municípios). Como resultado do processo histórico de desenvolvimento do turismo e de uma geografia diversa e contrastada, a projeção territorial do turismo levou a região Nordeste a se converter em um cenário que abriga uma ampla variedade de atividades turísticas, onde diferentes modelos de turismo territorial são desenhados, sobretudo orientadas ao turismo de sol e mar. É, por isso, que a região Nordeste e seus territórios – como exemplo, Jericoacoara e Pipa – tornam-se interessantes laboratórios de pesquisa onde é possível encontrar amostras representativas de diferentes realidades turísticas.

2) para a aplicação do IVScT, se estabeleceu como marco territorial os municípios de Jijoca de Jericoacoara e Tibau do Sul (ambos destinos Indutores do Turismo/DIT's) e as unidades espaciais operacionais são as comunidades turísticas de Jericoacoara e Pipa. Acreditamos que a escala local reconhece com mais fidelidade os impactos econômicos e sociocultural do turismo e define com mais propriedade os interesses e as aspirações da sociedade local. Com uma análise a escala local se avalia melhor os efeitos do turismo sobre os grupos e conseqüentemente é possível identificar os níveis de desenvolvimento (ou não) e de bem-estar social (ou não) das famílias o que pode contribuir de forma mais direta com instrumentos de planificação e gestão do território (VERA, 2001). O âmbito local é concreto e tangível, e, portanto, é de mais fácil acesso para planejar, desenhar, gerir e controlar as atividades em sua totalidade (OMT, 1999).

Desde a perspectiva que nos interessa nesta pesquisa, a comunidade deve ser entendida como uma estrutura organizacional das relações sociais com lógica própria, independente e autónoma dos seus centros administrativos (CROW; ALLEN, 1994). Podemos resumir, com palavras próprias, que a comunidade é uma

estrutura de funcionamento com entidade em si mesma, com uma grande capacidade de auto-organização e ação coletiva, entretanto, isso não significa que seja autônoma do exterior. Portanto, em resumo, comunidade não é uma coisa, se não uma forma.

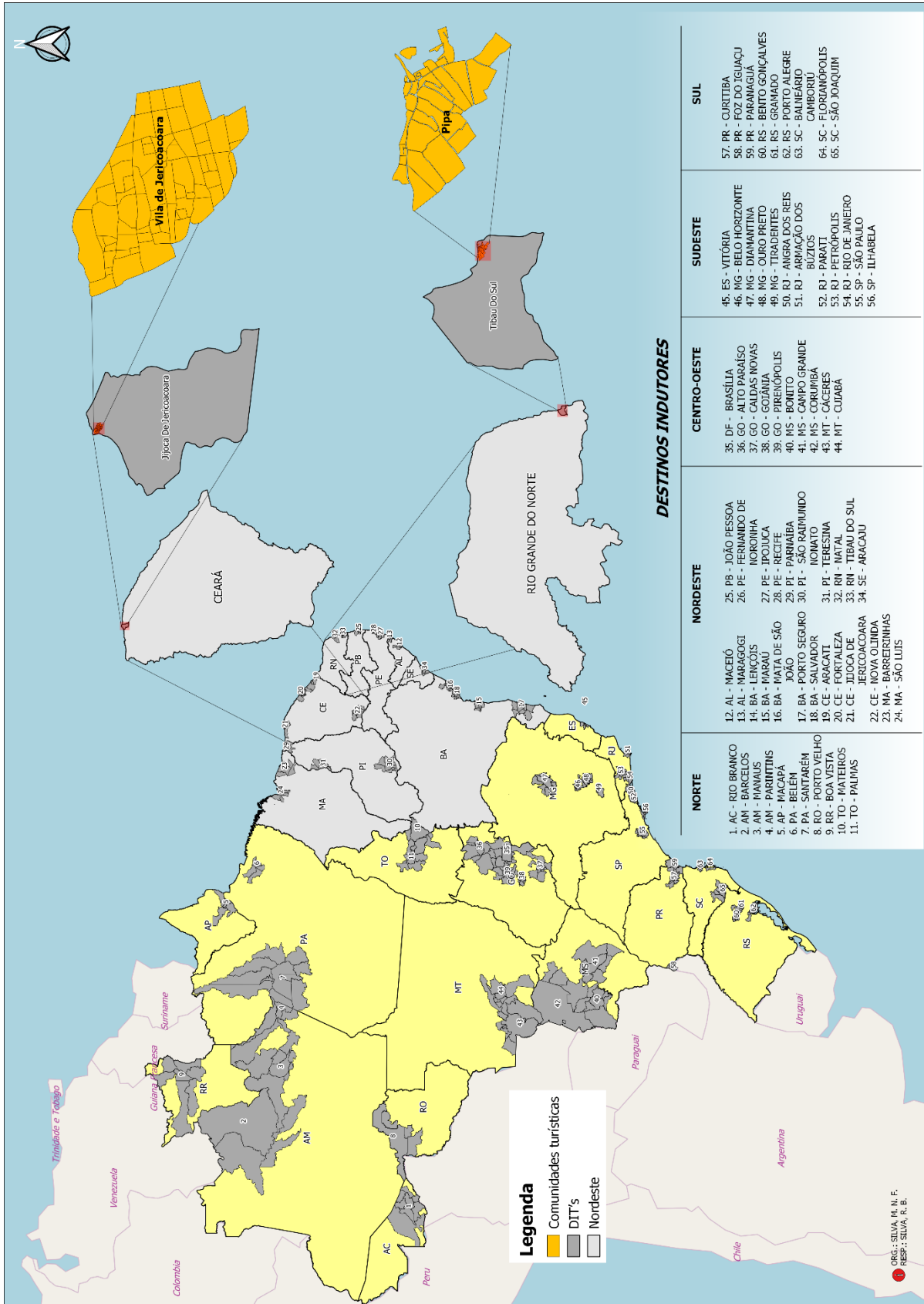
Portanto, uma comunidade turística, seria a compreensão de todo anteriormente exposto, acrescentada do turismo como principal atividade econômica e social para o desempenho organizacional da comunidade. Em outras palavras, são localidades isoladas e autônomas de suas respectivas cidades, mas podem consistir em lugares altamente competitivos a nível turístico e em uma escala global, como o caso de Jericoacoara e Pipa.

Cabe mencionar que a escolha por estas duas comunidades não foi aleatória e se justifica por motivos intencionais e de conveniência. Dos motivos intencionais, podemos destacar:

- 1) Jeri e Pipa fazem parte territorialmente dos DIT's (Jijoca de Jericoacoara /CE e Tibau do Sul/RN) e, ademais estas comunidades são as verdadeiras e únicas responsáveis pela competitividade turística destes DIT's (cart. 1);
- 2) ambas comunidades se sustentam economicamente através de atividades turísticas e possuem expressão no cenário turístico nacional e internacional;
- 3) além da ampla bibliografia existente: Fonteles (2000); Lima e Silva (2004); Medeiros, (2006); Silva e Oliveira, (2012; 2013); Demajorovic et. al. (2010; 2011) e etc.

Além dos motivos intencionais apresentados, vale ressaltar o motivo convencional e prático, que tem a ver com a proximidade destas comunidades com o Laboratório de Pesquisa LAPUR (Laboratório de Planejamento Urbano e Regional) localizado na UFC (Universidade Federal de Fortaleza), o que facilitou na construção, na elaboração, planejamento e na execução dos inúmeros trabalhos de campos realizados para a aplicação experimental da proposta metodológica.

Cartograma 1: Mapa de localização dos DIT's e RTR's do Brasil



Fonte: Mtur (2007). Elaboração e organização (SILVA, M.N.F; SILVA, R.B.)

1.5.3 Pesquisa de campo

A pesquisa ou trabalho de campo é a fase na qual o pesquisador vai a campo para implementar todas as ações previstas no projeto inicial. Em outras palavras, é a parte referente à coleta de material para análise. Entretanto, no caso desta pesquisa, podemos dizer que o trabalho de campo se constituiu não só como etapa estritamente técnica e exclusivamente de coleta de dados, mas como um processo – fundamental - dentro da construção da metodologia proposta. Portanto podemos dividir dois momentos importantes dos trabalhos de campo realizados no doutorado. Primeiramente um momento de caráter aberto e indutivo com o objetivo de buscar conexões entre o enfoque da vulnerabilidade (categorias de análise) e o cenário turístico; e um segundo momento que foi utilizado para a coleta de dados in-lócus para a aplicação empírica-experimental do IVScT:

- Conceitual-exploratório:

O primeiro trabalho de campo contribuiu para encontrar respostas para as principais dúvidas quanto a aplicação teórico-conceitual, podemos destacamos:

- Vulnerabilidade tem capacidade teórica e conceitual para analisar e avaliar o desenvolvimento das comunidades turísticas?
- Como utilizar as categorias de análise do enfoque da vulnerabilidade social (estruturas de oportunidades, ativos e estratégias) no cenário turístico?
- Como estas categorias se expressam no território?
- Quais metodologias, ferramentas e técnicas que podemos utilizar?

Esse primeiro momento foi realizado na praia de Pipa (2015), através de observação não-participante, registro fotográfico, conversas informais e entrevistas. Foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores e trabalhadores locais da comunidade de Pipa. A seleção dos entrevistados foi possível através da técnica de bola de neve. Para as entrevistas semiestruturadas utilizamos as categorias de análise do enfoque da vulnerabilidade (estrutura de oportunidades, ativos e estratégias) e suas dimensões (capital físico, humano e social) para compreender e adaptar o enfoque a realidade campo, e não o contrário.

- Metodológica-experimental:

Um segundo momento (com um total de 4 trabalhadores de campo) foi utilizado para conhecer as comunidades, para contatar com possíveis líderes comunitários, para aplicação do pré-teste dos questionários e finalmente para a coleta de dados para a construção do IVScT. A aplicação dos questionários e das entrevistas semiestruturadas realizadas com os chefes de famílias para a construção do IVScT e análise das estratégias aconteceu entre os meses de março e abril de 2017.

1.5.4 Fontes de informação

Tendo em conta a metodologia de pesquisa apresentada, as fontes de informação empregada ao longo do presente trabalho de investigação são diversas e se detalham com maior precisão nos distintos capítulos da tese. Em modo geral, as mesmas podem ser classificadas dentro dos seguintes grupos:

- ✓ **Fontes bibliográficas (especializada):** A informação compilada e trabalhada no marco teórico da pesquisa foi fornecida majoritariamente de revistas científicas, livros ou capítulos de livros, informes, teses doutorais, estudos, documentos de trabalho e manuais (organismos internacionais e nacionais), atas de congressos, etc. Estes documentos permitem uma revisão dos conhecimentos científicos gerados sobre o tema até o momento, e fornecem uma base de referência para construir o respectivo estudo. A apresentação sobre as políticas públicas de turismo e o desenvolvimento do turismo no Brasil, região Nordeste e, mais especificamente nos territórios de Jericoacoara e Pipa, também foi necessário um levantamento bibliográfico concreto.
- ✓ **Instituições governamentais:** Foi necessário a consulta de estudos e informes elaborados por estas instituições governamentais sobre os temas de desenvolvimento, turismo e vulnerabilidade social, podemos destacar, alguns: Organização Mundial do Turismo (OMT), Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE), Nações Unidas (NU), Banco Mundial; Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e etc.
- ✓ **Fontes estatísticas:** Dados procedentes de organismos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (IPEA); Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO); *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*; Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), entre outros.

- ✓ **Legislação/documentação oficial: Plano Nacional de turismo (PNT 2002-2006; 2007-2010; 2011-2014; 2017-2020);** Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional realizado pelo Ministério do Turismo (Mtur); Relatório final do PRODETUR I e II (Banco do Nordeste do Brasil/BNB, 2005; 2012), Relatório do Prodetur Nacional (CONFIEX, 2012) Pesquisa Básica sobre vulnerabilidade socioeconômica realizada pelo Departamento Nacional de infraestruturas de transportes (DNIT, 2014); Relatório Final do Programa de Ação de Crescimento (PAC): ações e estratégias (2006 – 2012).
- ✓ **Páginas web:** Páginas web oficiais de organismos internacionais, destacamos: a) <http://atlasbrasil.org.br/2013/ATLAS>, referentes aos dados sobre a metodologia, aplicação e resultados do IDH do Brasil; b) <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>, dados sobre a metodologia, aplicação e resultados do IVS do Brasil; c) <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/> (informações gerais sobre a população brasileira, por setores censitários); d) <https://www.cepal.org/es/publications> (As principais publicações da Cepal no último século).
- ✓ **Consultas a expertos:** Ao longo de toda a tese doutoral tem sido realizada consultas a expertos - através de conversas ou congressos (nacionais e internacionais) - para constatar o procedimento metodológico e para enriquecer o processo de reflexão. A evidencia mais clara, neste sentido, foi o processo de análise multicritério realizado com 23 expertos, das diferentes áreas do conhecimento, (geografia, sociologia, estatísticas, história, turismo, etc.), entre instituições brasileiras e espanholas, para a realização do processo de ponderação das dimensões e ativos (variáveis) para o cálculo final do IVScT.
- ✓ **Elaboração própria:** O desenvolvimento conceitual e metodológico, bem como tratamento de dados realizado ao longo desta pesquisa, exigiu a elaboração e geração própria de informação através de levantamento de dados primários (questionários e entrevistas), construção de relatórios de campo, elaboração de

documentos gráficos de dados, assim como procedimentos próprios de seleção e sistematização de variáveis, ademais da produção de material fotográfico e etc. Este tipo de informação além de facilitar a leitura e interpretação do que está sendo explicado tem o valor agregado de produzir novos conhecimentos a partir da expressão de variáveis com a intenção de mostrar fenômenos determinantes.

1.5.6 Metodologia e Desenvolvimento das fases da pesquisa e estrutura da tese

De acordo com o planejado, a tese se estrutura em uma introdução e duas partes ou blocos claramente diferenciados.

Na introdução podemos encontrar o tema e a problemática de pesquisa, as hipóteses, os objetivos estabelecidos, a metodologia empregada e a delimitação da área de estudo, assim como as principais fontes de informação (capítulo 1). Uma vez apresentado o capítulo introdutório damos seguimento a primeira parte ou bloco da tese, **o Marco teórico e metodológico**, que corresponde ao primeiro e segundo objetivo da tese e se estende ao largo de 3 capítulos:

No capítulo 2, se apresenta a conceitualização do termino de turismo e sua relação com o conceito de desenvolvimento, fazendo referência ao papel das teorias de desenvolvimento em diferentes momentos da história. A intenção é de compreender a relação teórica e conceitual entre a ideia de desenvolvimento e a evolução do turismo como motor de desenvolvimento para as comunidades. Desta forma, se pretende demonstrar a ambiguidade existente na definição dos conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento turístico, assim como os principais impactos da atividade e, conseqüentemente os limites metodológicos existentes para a medição e avaliação do desenvolvimento turístico nos territórios.

Na continuidade, o capítulo 3 tem como objetivo analisar com maior profundidade o enfoque teórico, conceitual e, sobretudo metodológico da vulnerabilidade social dentro do marco de estudo do desenvolvimento e conhecer sua capacidade teórica e metodológica para uma análise multidimensional e multifacetada entre turismo e desenvolvimento. Se apresenta também as principais metodologias e ferramentas existentes para medir e avaliar o desenvolvimento dos territórios e dos grupos desde a noção de vulnerabilidade social. Em base a

evolução da noção da vulnerabilidade, desde os estudos da pobreza e da desigualdade social, se destacam as principais categorias de análises entre os estudos, ademais dos pontos fracos e fortes entre as metodologias e a possível contribuição na noção de vulnerabilidade social aos estudos do turismo.

Cabe destacar o subcapítulo 3.4, onde apresentamos uma proposta conceitual, metodológico e prático para auxiliar na investigação, planejamento e avaliação do desenvolvimento do turismo - através de um enfoque empírico (quantitativo e qualitativo), dialético e multidimensional -, construído desde o enfoque da vulnerabilidade social e suas principais categorias de análise: Estruturas de oportunidades (EOP/Estado, mercado e sociedade), Ativos sociais (capital físico, humano e social) e estratégias (consumo, acumulação e inversão).

No capítulo 4, se apresenta as metodologias e os processos metodológicos utilizados e testados neste trabalho de como medir, analisar e avaliar o desenvolvimento turístico, a partir das três principais categorias de análise (estrutura de oportunidades, ativos sociais e estratégias).

Uma vez desenvolvida a primeira parte teórica, conceitual e metodológica, se procede a aplicação prática da metodológica proposta para avaliar o desenvolvimento do turismo, tanto em escala macro (Brasil e Nordeste) como em escala micro (realizado nas comunidades turísticas, Jeri e Pipa), dando lugar a segunda parte da tese, **Aplicação Empírica e Resultados**, correspondente ao terceiro e último objetivo específico da tese, detalhado nos capítulos 5, 6 y 7:

Se parte inicialmente de uma caracterização da área de estudo e das estruturas de oportunidades existentes para o desenvolvimento do turismo no Brasil (capítulo 5). Para esta caracterização foram necessários fontes documentais e dados secundários sobre os investimentos e as principais ações do PRODETUR's para a promoção e consolidação do turismo no país nas últimas décadas. São apresentadas as principais políticas públicas de turismo planejadas e executadas nas últimas quatro décadas – políticas entendidas como parte das estruturas de oportunidades – e suas principais ações no Brasil e regiões.

Ainda, no capítulo 5, apresentamos uma caracterização geral das comunidades turísticas de Jericoacoara, localizado no estado do Ceará – Brasil, e de Pipa, localizado no estado do Rio Grande do Norte-Brasil. Este capítulo, em geral, ajudou a aprofundar na caracterização turística no Brasil e o papel que o

Estado desempenha, como estrutura de oportunidade, na produção de áreas turísticas e na consolidação do turismo em nome do “desenvolvimento local” dos territórios, sobretudo na região Nordeste e suas comunidades costeiras.

A continuação no capítulo 6, como parte prática e experimental da proposta, foi realizado uma análise estatística descritiva de referência cruzada e testes Qui-quadrado para amostras independentes para testar as hipóteses de dependência entre os binômios turismo-desenvolvimento e turismo-vulnerabilidade. Este capítulo contribuiu para responder a dois objetivos específicos principais: a) analisar e avaliar o desenvolvimento turístico, nas diferentes escalas, e sua relação com os melhores níveis de desenvolvimento humano e/ou baixos níveis de vulnerabilidade social; e b) identificar as dimensões (entre renda, educação, infraestrutura, capital humano e renda/trabalho) que mais influenciam sobre o cenário de vulnerabilidade e desenvolvimento do Brasil e regiões.

Continuando, se apresenta os resultados encontrados a partir da aplicação empírica-experimental do IVScT em Jeri e Pipa (capítulo 7). Para esta etapa foi utilizado o índice de vulnerabilidade social construído, especificamente, para aplicação em comunidades turísticas (IVScT). Para aplicação do índice em escala de comunidade foi necessário um levantamento de dados primário, realizado através de uma amostragem probabilística (aleatória) e com aplicação de questionários fechados. O trabalho de campo foi realizado entre os meses de março e abril de 2017, onde foram realizados 256 (Jeri) e 251 (Pipa) questionários aplicados aos chefes de família (homem ou mulher) dos DPP (uso residencial ou misto).

Afim de humanizar o cálculo e avançar na construção do IVScT em Jeri e Pipa, utilizamos o método multicritério na tomada de decisão para a ponderação dos indicadores, no qual, realizamos através de uma consulta a expertos sobre o tema. Para a tabulação, construção e obtenção das situações de vulnerabilidade social foi utilizado o programa SPSS e para a interpretação e análise dos resultados, foram elaborados cartogramas (através do programa QGis) para a espacialização dos resultados sobre os territórios de Jeri e Pipa. Também foram elaborados quadros e gráficos para a análise dos resultados.

Com o IVScT foi possível encontrar as principais situações e cenários de vulnerabilidade social nas comunidades, e ademais também foi possível alcançar e

aprofundar os seguintes aspectos: a) identificar as dimensões e os ativos sociais (variáveis) que mais influenciam sobre o cenário de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa; b) encontrar os grupos mais e menos vulneráveis; e c) Espacializar e pontuar as áreas mais e menos vulneráveis sobre os territórios de Jeri e Pipa.

Ademais da análise quantitativo e da construção do IVScT, foi realizado simultaneamente uma análise qualitativo nas comunidades, a partir de 60 entrevistas semiestruturadas com as chefes de famílias de Jeri e Pipa, que contribuiu para analisar as estratégias (entre consumo, acumulação e inversão. Com a análise conjunta entre os ativos das famílias e de suas estratégias contribuiu para uma compreensão mais complexa sobre as causas da vulnerabilidade e o porquê da existência entre grupos vulneráveis e grupos não vulneráveis e também entre áreas mais e menos vulneráveis dentro das comunidades.

Finalmente, no ultimo capítulo (capítulo 8), se apresentam as conclusões e reflexões finais, afirmando ou refutando a hipóteses de partida. Também, se faz menção as vantagens e as limitações do estudo e se deixa mencionadas as futuras linhas de investigação que surgem dos resultados desta tese doutoral.

A figura mostra um esquema sintético da metodologia geral utilizada na tese e exposta ao largo desta seção.

Figura 1: Fases da pesquisa e estrutura da tese



CAPÍTULO 1: INTRODUCCIÓN Y PROBLEMÁTICA DE INVESTIGACIÓN

Este capítulo es una introducción al contenido de la tesis de doctorado, presentando un esbozo general de su enfoque y desarrollo metodológico. Encontraremos una breve exposición de lo que se realizará durante la investigación y una justificación de por qué y cómo. Así, en primer lugar, el interés científico del estudio se formula por primera vez para presentar sus objetivos e iniciar hipótesis. De acuerdo con estas premisas se desarrolla la metodología genérica que permitirá cumplir los objetivos y las fuentes de información necesarias para el estado de la cuestión y efectuar la propuesta metodológica y práctica.

1.1 PRESENTACIÓN

En la segunda mitad del siglo XX, el mundo estuvo marcado por importantes cambios sociopolíticos. Entre las diversas alteraciones en los modos de producción y en las relaciones de trabajo destaca el sector terciario, recibiendo el turismo el mayor protagonismo, convirtiéndose rápidamente en una fuente de negocios, un potente sector de la economía internacional y una mega industria global (JAFARI, 2005). Y así, para muchos autores y gestores públicos y privados, el fenómeno del turismo se convierte en la piedra angular del proceso de desarrollo local a partir de la década de los años 60 y 70 - principalmente en los países de América Latina - que pasan a recurrir a financiaciones para impulsar el turismo en favor del desarrollo.

En Brasil, concretamente en el Nordeste - una región históricamente y socialmente subdesarrollada - las expectativas de un crecimiento inducido a través

del turismo fueron particularmente fuertes. Al final de la década de los años 1970, el sector privado y las políticas públicas fueron orientadas a promover el turismo con la esperanza de que esta actividad se convirtiese en el motor de desarrollo de la región, incluyendo incentivos excepcionales para su inserción en el escenario turístico internacional.

Después de 50 años de inversión pública y privada y de un proceso de “turistificación” en los territorios de la región, cabe preguntarse cuál es el impacto real alcanzado sobre el nivel de desarrollo en el Nordeste. Esto nos lleva al objeto de esta investigación, la cual está centrada en la creciente preocupación por la comprensión de si el turismo es el motor de desarrollo local y si los individuos y grupos locales se sienten beneficiados por ello. Por lo tanto, el primer **problema** que trata de resolver este trabajo es revisar si el turismo fue capaz de cumplir las promesas de desarrollo en Nordeste a través del análisis comparativo de dos estudios de caso (Jericoacoara y PIPA).

Para que el desarrollo se afiance no basta solo con un crecimiento de la economía, la producción de la riqueza o el Producto Interno Bruto (PIB), sino que también debe preocuparse en cómo se distribuye esa riqueza (CORIOLANO, 2003). Sin embargo, alcanzar un desarrollo humano, social y sostenible no es fácil, especialmente considerando que la imprecisión del concepto dificulta su aplicación. De hecho, esta imprecisión es la principal razón para la diseminación y aceptación del binomio turismo-desarrollo en general, pero también de su uso retórico y pérdida de sentido.

Es necesario, pues, aclarar el concepto y estudiarlo con instrumentos que permitan transformar la idea teórica en un valor práctico, es decir, en una serie de parámetros identificables y cuantificables. Con este paso, el desarrollo (en la escala humana y social) debe dejar de ser una estrategia general, con muchas interpretaciones y acciones posibles, y convertirse en una realidad viable y adaptada a las circunstancias específicas de cada lugar. Es necesario desarrollar metodologías para identificar los impactos del turismo a fin de facilitar la incorporación al término de desarrollo para ayudar en los procesos de decisión y gestión.

No hay duda de que el binomio turismo - desarrollo es constante en el discurso, e incluso en la planificación (por ejemplo, PRODETUR/NE³), pero carece de acción, medición y evaluación. Precisamente es en esta carencia donde también se inspira esta investigación: la necesidad de establecer una metodología aplicable a los territorios turísticos locales para lograr un mayor grado de desarrollo humano y social. Por lo tanto, el segundo **problema** - de naturaleza metodológica y práctica - que trata de resolver la tesis es: Cómo analizar, medir y evaluar el desarrollo de los territorios a través de un enfoque empírico y replicable que proporcione una información densa y de calidad, teniendo como objetivo facilitar el proceso de diseño de políticas públicas.

En esta línea se parte de la idea de que la medición y la evaluación empírica (cuantitativa y/o cualitativa) son condiciones esenciales para promover el bienestar social y el desarrollo humano en los territorios. Con esta premisa se diseña y se elabora el marco "Activos, Vulnerabilidad, Estructura de Oportunidades y Turismo" AVEOT, utilizando el potencial teórico, conceptual y metodológico del enfoque de Vulnerabilidad Social para analizar, medir, planificar y evaluar el grado de desarrollo de los territorios y comunidades turísticas. El AVEOT toma como referencia el "*Cabability approach*" de Amartya Sen, el "*Assets and vulnerability*" de Moser (1998) y el "*Activos, Vulnerabilidad y Estructuras de Oportunidades (AVEO)*" de Kaztman (2000).

Dicha propuesta permite analizar la heterogeneidad socio-espacial presentada por las familias en los territorios turísticos y en las comunidades basándose en la condición de incapacidad/capacidad de los hogares para mejorar su situación de bienestar social. Todo ello a partir de la articulación en torno a las siguientes categorías analíticas: 1) **Activo**: entendida como la posesión, control o la movilización de materiales y recursos simbólicos que permiten al individuo desarrollarse en la sociedad; 2) **Estructura de Oportunidades**: responsable de la asignación de recursos y representado por el Estado, mercado y sociedad; y 3) **Estrategias**: se entiende como la diversidad de manera por la cual los individuos y/o familias movilizan los activos sociales para lograr la movilidad ascendente o reducir la movilidad descendente.

³ PRODETUR/NE: Programa de Desarrollo del Turismo en Nordeste.

El marco metodológico nos permitió un doble avance: a) Teórico: La inserción del concepto de vulnerabilidad proporciona una mirada más compleja sobre la desigual distribución de las oportunidades y de los impactos, así como una visión alternativa sobre el concepto de desarrollo económico con las inclusiones de las dimensiones humanas y sociales; b) Un avance metodológico y práctico. El cuadro AVEOT es una herramienta de comunicación que garantiza, por un lado, un proceso de sensibilización con los individuos y grupos hacia la vulnerabilidad social existente y, por otro lado, una información de calidad para la mejora de los diseños de políticas públicas que maximice los efectos positivos del turismo sobre los diferentes grupos de las comunidades.

1.2 PREGUNTAS DE INVESTIGACIÓN

Es posible mencionar una serie de preguntas de las cuales surge la presente investigación. No se pretende dar una respuesta explícita a todas ellas, sino que determinan el fondo ideológico sobre el que se sustenta esta tesis:

- 1) ¿Cómo se asocia el concepto de desarrollo con el fenómeno del turismo?
- 2) ¿Se puede relacionar las características del desarrollo del turismo con los niveles más generales de desarrollo desde una visión integral, es decir, incorporando las dimensiones sociales a los estudios de turismo?
- 3) ¿Cómo es posible medir y evaluar (empíricamente) el grado de desarrollo que alcanzan los diferentes territorios, considerando criterios de desempeño (económico, humano y social) que determinan si los espacios son o no son desarrollados?

De la misma forma, buscando un análisis aplicado, planteamos las siguientes cuestiones:

- 4) ¿El desarrollo del turismo planificado y ejecutado en las últimas décadas en Brasil y el Nordeste garantizó el desarrollo humano, físico y social de los territorios?
- 5) ¿Son los territorios más turísticos los más desarrollados o menos vulnerables en Brasil y regiones?

- 6) ¿Cuáles son los escenarios y situaciones de vulnerabilidad existentes en estas comunidades (concretamente en Jericoacoara / Pipa) y su relación con el desarrollo del turismo?
- 7) ¿Qué grupos y áreas son las más desarrolladas o las menos vulnerables y cuál es la relación con la actividad turística en Jeri y Pipa?
- 8) ¿Cuáles son las dimensiones y activos sociales (variables) más determinantes para la superación de la vulnerabilidad social en Jeri e Pipa y su relación con el turismo y las estructuras de oportunidades?
- 9) ¿Cuáles son las estrategias empleadas por los grupos/hogares para superación y/o supervivencia y/o adaptación al proceso de cambios sociopolíticos relacionados al desarrollo del turismo en Jeri y Pipa?

1.3 OBJETIVO DE INVESTIGACIÓN

Con el fin de centrarse en el estudio en detalle, se ha planteado el siguiente **objetivo general** para esta investigación:

Analizar, medir y evaluar la capacidad del turismo para contribuir al desarrollo de los territorios y bienestar social de los individuos y grupos desde el enfoque de la vulnerabilidad social (activos, estructuras de oportunidades y estrategias).

Para lograr los objetivos se establecieron los siguientes **objetivos específicos**:

Objetivo 1: Profundizar en el conocimiento de los estudios de turismo, el desarrollo y la vulnerabilidad y las metodologías de estudio relacionados existentes en la actualidad.

- ✓ 1.1: Estudiar la relación teórica y terminológica entre el turismo y el desarrollo (teorías de desarrollo) y su evolución.
- ✓ 1.2: Conocer con mayor profundidad el enfoque teórico, conceptual y metodológico de la vulnerabilidad social y su capacidad para contribuir a un análisis más complejo y multidimensional del turismo y del desarrollo;
- ✓ 1.3: Analizar la aplicación práctica del enfoque de la vulnerabilidad social en temas de desarrollo y pobreza a través del estudio de actividades

documentales con el objetivo de seleccionar categorías de análisis, conceptos, herramientas y metodologías que puedan innovar los estudios entre turismo y desarrollo.

Objetivo 2: Elaborar y proponer un marco conceptual, metodológico y práctico para analizar, medir y evaluar empíricamente el desarrollo turístico en los territorios a partir de la inserción del enfoque de la vulnerabilidad social (estructura de oportunidades, activos sociales y estrategias), como herramienta de ayuda para la decisión, gestión y planificación del turismo.

- ✓ 2.1: Operacionalizar el enfoque conceptual y metodológico de la vulnerabilidad a los estudios del turismo y del desarrollo;
- ✓ 2.2: Identificar y proponer un conjunto de variables (tangibles e intangibles) aplicables al binomio turismo-desarrollo, desde el enfoque de los activos, vulnerabilidad y estructura de oportunidades (AVEO);
- ✓ 2.3: Proponer metodologías prácticas para el análisis empírico del turismo;
- ✓ 2.4: Construir un Índice de Vulnerabilidad Social aplicado a las Comunidades Turísticas (IVScT), para medir y analizar las situaciones y los escenarios de vulnerabilidad social en entornos turísticos.

Objetivo 3. ANALIZAR, MEDIR Y EVALUAR el desarrollo turístico desde un análisis dialéctico entre las estructuras de oportunidades (cuestiones estructurales), y la capacidad de respuesta de los grupos, efectuando una aplicación empírica y práctica a escala macro (Brasil y regiones) y a escala micro (comunidades turísticas de Jericoacoara y Pipa / Nordeste Brasil).

- ✓ 3.1 Comprobar la relación de dependencia (o no) entre turismo y desarrollo humano en Brasil y regiones, a partir del papel estratégico de las estructuras de oportunidades (Estado, mercado y sociedad) para el desarrollo del turismo y sus contradicciones en las diferentes escalas;
- ✓ 3.2: Analizar la relación entre las estructuras de oportunidades y la capacidad de respuesta de las familias (activos sociales) para enfrentar los procesos de cambios sociopolíticos resultantes del desarrollo del turismo en las comunidades de Jericoacoara y Pipa

1.4 METODOLOGÍA DE LA INVESTIGACIÓN

Que el fenómeno del turismo y la idea de desarrollo humano son conceptos multidisciplinares es innegable, por ello, esta investigación se basa en una visión holística que integra conocimientos teóricos y prácticos.

Es en ese sentido la investigación se aborda desde una perspectiva doble tal y como se refleja en su estructura: 1) teórica-conceptual y 2) aplicada. El primero genera un conocimiento basado en la investigación bibliográfica y experiencias documentadas; mientras que el segundo se basa en la observación y / o aplicación práctica de la misma.

Como se explica anteriormente, el binomio turismo y desarrollo son estudiados desde el enfoque social de la vulnerabilidad, un enfoque cualitativo y cuantitativo llevado a cabo a través de un sistema de indicadores que posteriormente, con un índice agregado, se aplicará a las comunidades turísticas de Jericoacoara y Pipa. Para ello, el contenido de esta sección delinearé el marco metodológico general desarrollado en la tesis, presentando el método y los instrumentos utilizados, el ámbito territorial de estudio y, finalmente, la concreción de cada una de las fases de investigación.

Se debe tenerse en cuenta, sin embargo, que el objetivo último de la investigación es a proponer un modelo metodológico y práctico para ayudar a la identificación (cuantificar y cualificar el desarrollo turístico de los territorios y grupos), la evaluación, la planificación y la gestión de los problemas sociales asociados con el desarrollo del turismo y grandes proyectos en cualquier comunidad que tenga una relación económica directa o indirecta con el turismo.

1.4.1 El método y las herramientas

En la presente investigación, se optó por aplicar el método hipotético-deductivo, por ser considerado el más completo y adecuado para alcanzar los objetivos establecidos. El método se basa en la formulación de una o más hipótesis que se analizan inductivamente, a través de la experimentación. De esta forma, el procedimiento combina reflexión teórica o momento racional (formulación de

hipótesis y marco teórico) con la observación de la realidad o momento empírico (experimentación y verificación).

Las lógicas de inducción se basan en la generalización basada en los resultados registrados en casos particulares, que se generan a partir de la experimentación científica. Estos sub-métodos se deben utilizar para validar o rechazar las suposiciones inicialmente formuladas. En este sentido, la investigación utiliza básicamente dos instrumentos en el desarrollo del método expuesto: la investigación bibliográfica y el estudio de casos.

1.4.2 Los estudios de casos y análisis comparativo

El estudio de caso es una herramienta de investigación empírica que, en este caso, se basó en un análisis de las variables cuantitativas y cualitativas. El procedimiento consiste en un primer análisis estadístico entre los municipios (turístico y no turístico) para después pasar a un análisis estadístico de las comunidades turísticas de Jericoacoara y Pipa, cuantificando su realidad socioeconómica y sus relaciones de dependencia entre el turismo, el desarrollo y la vulnerabilidad. Este proceso nos permitió analizar el fenómeno del turismo en los diferentes ámbitos territoriales y, en comparación, identificar las diferencias y similitudes de los cuales se pudo extraer conclusiones generalizadas.

1.4.3 Ámbito de aplicación territorial

El marco territorial de referencia en el que se desarrolla la tesis son:

1) Brasil y la región Nordeste, siendo las unidades operativas los municipios (turísticos y no turísticos). Como resultado del proceso histórico de desarrollo del turismo y de una geografía diversa y contrastada, la proyección territorial del turismo llevó a la región Nordeste a convertirse en un escenario que alberga una amplia variedad de actividades turísticas y donde conviven diferentes modelos de turismo territorial, sobre todo orientados al turismo de sol y mar. Es por eso que la región Nordeste y sus territorios -como ejemplo, Jericoacoara y Pipa- se convierten en interesantes “laboratorios de investigación” donde es posible encontrar muestras representativas de diferentes realidades turísticas.

2) para la implementación de IVScT se ha establecido como marco territorial los municipios de Jijoca de Jericoacoara y Tibau do Sul (ambos destinos inductores del turismo/ DIT) y las unidades espaciales operativas son las comunidades turísticas de Jericoacoara y Pipa. Se cree que el nivel local reconoce con mayor fidelidad los impactos económicos y socio-culturales del turismo y puede definir más adecuadamente los intereses y aspiraciones de la sociedad local. Con un análisis a escala local se evalúa mejor los efectos del turismo sobre los grupos y consecuentemente es posible identificar los niveles de desarrollo (o no) y de bienestar social (o no) de las familias, lo que puede incidir más directamente en los instrumentos de planificación y gestión del territorio (Vera, 2001).

La elección de estas dos comunidades no fue al azar, se justifica por motivos intencionales y por conveniencia. De los motivos intencionales, podemos destacar:

1) Jericoacoara y Pipa territorialmente hace parte de los Destinos Inductores del Turismo (DIT's/ Jijoca Jericoacoara/CE y Tibau do Sul/RN) y, además, estas comunidades son el verdadero y único responsable de la competitividad turística de los DIT's.

2) Ambas comunidades se sostienen económicamente a través de las actividades turísticas;

3) Hacen parte del escenario turístico internacional;

4) Posee una extensa literatura: Fonteles (2000); Lima e Silva (2004); Medeiros, (2006); Demajorovic. et. al. (2010, 2011), etc.

Además de las razones intencionales, vale la pena mencionar la razón convencional, relacionada con la proximidad de estas comunidades con el Laboratorio de Investigación LAPUR (Laboratorio de Planificación Urbana y Regional) que se encuentra en UFC (Universidad Federal de Fortaleza), facilitando el diseño, la planificación y la ejecución de los innumerables trabajos de campo realizados para la aplicación experimental de la propuesta metodológica.

1.4.4 Fuentes de información

Teniendo en cuenta la metodología de investigación presentada, las fuentes de información empleada a lo largo del presente trabajo de investigación son

diversas y se detallan con mayor precisión en los distintos capítulos de la tesis. En general, se pueden clasificar dentro de los siguientes grupos:

- ✓ **Fuentes bibliográficas (especializados):** la información recopilada y trabajada en el marco teórico de la investigación fue obtenida principalmente de revistas científicas, libros o capítulos de libros, informes, tesis de doctorado, estudios, documentos de trabajo, manuales (organismos internacionales y nacionales), actas de congresos, etc. Estos documentos permiten una revisión del conocimiento científico generado sobre el tema hasta la fecha, y proporcionan una base de referencia para construir el presente estudio. La presentación sobre las políticas públicas de turismo y el desarrollo del turismo en Brasil, Nordeste, y más concretamente en los territorios de Jericoacoara y Pipa, también requirió un bibliográfica específica.
- ✓ **Las instituciones gubernamentales:** Fue necesario la consulta de informes de los institutos gubernamentales sobre temas de desarrollo, turismo y vulnerabilidad social, destacando algunos de ellos como: Organización Mundial del Turismo (OMT), Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), de Demografía para América Latina y el Caribe (CELADE) , Naciones Unidas (NU), Banco Mundial; Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE); Programa de Desarrollo de las Naciones Unidas (PNUD); y etc.
- ✓ **Fuentes estadísticas:** Los datos de los organismos oficiales como el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), Instituto de Investigación Económica Aplicada (IPEA), Atlas del desarrollo humano en Brasil, Empresa Brasileña de Infraestructura Aeroportuaria (INFRAERO), Búsqueda Nacional por Muestra de Domicilios (PNAD); Instituto de Investigación y Estrategia Económica de Ceará (IPECE), entre otros.
- ✓ **Legislación/documentación oficial:** Plan Nacional de Turismo (2002-2006; 2007 - 2010; 2011 - 2014; 2017-2020); Estudio de competitividad de 65 destinos inductores del desarrollo turístico regional realizado por el Ministerio de Turismo (Mtur); Informe final de PRODETUR I y II (Banco del Nordeste/BNB, 2005; 2012); Informe PRODETUR NACIONAL (CONFIEX, 2012) Investigación Básica en la vulnerabilidad socioeconómica realizada por el Departamento Nacional de Infraestructura del Transporte (DNIT, 2014); Informe

Final del Programa de Acción para el Crecimiento (PAC): Acciones y estrategias (2006 - 2012).

- ✓ **páginas web:** páginas web oficiales de las organizaciones internacionales, incluyen: a) <http://atlasbrasil.org.br/2013/ATLAS> , en referencia a los datos sobre la metodología, aplicación y resultados de HDI Brasil; b) <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>, datos sobre la metodología y aplicación resultados de IVS Brasil; c) información general acerca de la población brasileña, por sectores censales <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>; d) Las principales publicaciones de la CEPAL en el siglo pasado <https://www.cepal.org/es/publications>.

1.4.5 Metodología y el Desarrollo de las fases de la estructura de investigación y tesis

Tal y como se ha explicado anteriormente, la tesis se estructura en una introducción y dos partes o bloques claramente diferenciados.

En la Introducción podemos encontrar el tema y la problemática de investigación, sus hipótesis, los objetivos establecidos, la metodología utilizada y la delimitación de la zona de estudio, así como las principales fuentes de información (todo ello abarcando el Capítulo 1).

Una vez presentado el Capítulo Introductorio damos paso a la primera parte o bloque de la tesis, el **Marco Teórico Y Metodológico**, que corresponde al primer y segundo objetivo de la tesis y se extiende a lo largo de 3 capítulos:

En el capítulo 2, presenta la conceptualización del turismo y su relación con el concepto de desarrollo, haciendo referencia al papel de las teorías de desarrollo en diferentes momentos de la historia. La intención es comprender la relación teórica y conceptual entre la idea de desarrollo y la evolución del turismo como motor de desarrollo para las comunidades. De este modo, se pretende que demostrar la ambigüedad en la definición de los conceptos de desarrollo y el desarrollo turístico, así como los principales impactos de la actividad y, consecuentemente, las limitaciones metodológicas existentes para la medición y evaluación del desarrollo del turismo en los territorios.

Continuando, el tercer capítulo se propone analizar con mayor profundidad el enfoque teórico, conceptual y sobre todo metodológico de la vulnerabilidad social dentro del marco de estudio del desarrollo y conocer su capacidad teórica y metodológica para un análisis multidimensional y multifacético entre turismo y desarrollo. Se presentan también las principales metodologías y herramientas existentes para medir y evaluar el desarrollo de los territorios y de los grupos desde la noción de vulnerabilidad social. En base a la evolución de la noción de la vulnerabilidad, desde los estudios de pobreza y desigualdad social, se destacan las principales categorías de análisis entre los estudios, además de los puntos débiles y fuertes entre las metodologías y la posible contribución a la noción de vulnerabilidad social a los estudios del turismo.

Cabe destacar el subcapítulo 3.4, donde presentamos una propuesta conceptual, metodológica y práctica para ayudar en la investigación, la planificación y la evaluación del desarrollo turístico a través de un enfoque empírico (cuantitativo y cualitativo), dialéctico y multidimensional. Todo ello construido desde el enfoque de la vulnerabilidad social y sus principales categorías de análisis: Estructura de oportunidades (EOP/Estado, mercado y sociedad), los Activos Sociales (capital físico, humano y social) y estrategias (de consumo, acumulación e inversión).

En el capítulo 4 se presentan las metodologías utilizadas y probadas en este trabajo para medir, analizar y evaluar el desarrollo del turismo desde las tres principales categorías de análisis (estructura de oportunidades, los activos sociales y estrategias).

Una vez desarrollada la primera parte teórico-conceptual y metodológica, se procedió a la aplicación práctica de la metodología propuesta para evaluar el desarrollo del turismo, tanto en escala macro (Brasil, Nordeste y Rio Grande do Norte y Ceará) como en escala micro (llevaron a cabo en dos comunidades turísticas, Jeri e Pipa), dando lugar al segundo bloque de la tesis, **Aplicación Empírica Y Resultados**, correspondiente al tercer y último objetivo específico y detallado en los Capítulos 5, 6 y 7.

Se parte inicialmente de una descripción de la zona de estudio y de las estructuras de oportunidades existentes para el desarrollo del turismo en Brasil (Capítulo 5). Para esta descripción fueron necesarios fuentes documentales y datos secundarios sobre las inversiones y las principales acciones de

PRODETUR para la promoción y consolidación del turismo en el país en las últimas décadas. Se presentan las principales políticas públicas del turismo planificadas y ejecutadas en las últimas cuatro décadas (política, entendida como parte de las estructuras de oportunidad) y sus principales acciones en Brasil y regiones.

Este capítulo, en general, ayuda a profundizar en la descripción de turismo en Brasil y el papel que juega el Estado como estructura de oportunidades en la producción de las zonas turísticas y consolidación del turismo en el nombre del "desarrollo local" de los territorios, especialmente en la región Nordeste y sus comunidades costeras.

A continuación, el capítulo 6, como parte práctica y experimental de la propuesta, se llevó a cabo un análisis estadístico descriptivo de referencia cruzada y prueba de Chi-cuadrado para muestras independientes con el objetivo de poner a prueba la hipótesis de dependencia entre el turismo, el desarrollo del binomio y el turismo-vulnerabilidad. Este capítulo contribuyó a responder a dos objetivos específicos principales: a) analizar y evaluar el desarrollo turístico en las diferentes escalas y su relación con los mejores niveles de desarrollo humano y/o bajos niveles de vulnerabilidad social; b) identificar las dimensiones (entre renta, educación, infraestructura, capital humano y renta/trabajo) que más influencia tienen sobre el escenario de vulnerabilidad y desarrollo en Brasil y regiones.

Continuando, se presentan los resultados de la aplicación empírica y experimental de IVScT en Jericoacoara y Pipa (capítulo 7). Para este paso se utilizó el índice de vulnerabilidad social construido específicamente para su uso en los municipios turísticos (IVScT). Con el fin de humanizar el cálculo y avanzar en la construcción de IVScT en Jericoacoara y Pipa, se utiliza el método multicriterio en la toma de decisiones para la ponderación de los indicadores, para lo cual se lleva a cabo una consulta a expertos en la materia. En la tabulación, construcción y obtención de las situaciones de vulnerabilidad social se utilizó el programa SPSS y para la interpretación y análisis de los resultados se elaboraron cartogramas (a través del programa QGIS) para la distribución espacial de los resultados sobre los territorios de Jericoacoara y Pipa. También se prepararon tablas y gráficos para el análisis de los resultados.

Con IVScT fue posible encontrar las principales situaciones y escenarios de vulnerabilidad de las comunidades sociales y, además, también fue posible lograr los siguientes aspectos: a) identificar las dimensiones y activos sociales (variables) que influyen en el escenario de la vulnerabilidad social de Jericoacoara y Pipa; b) Encontrar a los grupos más vulnerables y los grupos menos vulnerables; c) espacializar y localizar las zonas más y menos vulnerables en los territorios de Jericoacoara y Pipa.

Además del análisis cuantitativo y de la construcción del IVScT, se realizó simultáneamente un análisis cualitativo en las comunidades, a partir de 60 entrevistas semiestructuradas con las familias de Jericoacoara y Pipa que permitió analizar las estrategias de los hogares (entre el consumo, la acumulación y la inversión). Este análisis conjunto entre los activos de las familias y sus estrategias contribuyó a una comprensión más compleja de las causas de la vulnerabilidad y el porqué de la existencia de grupos vulnerables y no vulnerables.

Por último, en el Capítulo 8, se presentan las conclusiones y reflexiones finales, afirmando o refutando las hipótesis de partida. Además, se hace mención de las ventajas y limitaciones del estudio y se deja mencionadas las futuras líneas de investigación derivadas de los resultados de esta tesis doctoral.

**PRIMEIRA PARTE:
MARCO TEÓRICO E METODOLÓGICO**

CAPÍTULO 2:
MARCO TEÓRICO: TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO E
CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO NOS PAÍSES EM VIA DE
DESENVOLVIMENTO

CAPÍTULO 2. TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO NOS PAÍIS EM VIA DE DESENVOLVIMENTO

A evolução do pensamento sobre o turismo e a sua contribuição para o desenvolvimento, tem alguns pontos em comum com a construção do próprio conceito de desenvolvimento (SHARPLEY; TELFER, 2002). Ambos começam a aparecer mais fortemente na literatura após a segunda Guerra Mundial e tornam-se áreas de interesse de diversos pesquisadores em diferentes partes do mundo e temas de debate e pesquisa em organizações multilaterais como a ONU. Este capítulo é um convite à revisão do modelo hegemônico, mais que isso, uma crítica, a fim de pensar uma revolução no modo de avaliar, de planejar, de produzir e de fazer o turismo. Pois o que se deseja é uma sociedade justa, sustentável, com o lazer contribuindo com a elevação do bem-estar social dos moradores locais e a satisfação dos turistas, afastando-se do puro consumismo.

Este capítulo tem como objetivo explorar o turismo em seu potencial de transformação do meio e do enfrentamento aos discursos hegemônicos e dominantes de modernização e globalização. No que se diz respeito à organização do capítulo, os primeiros subcapítulos abordam as teorias do desenvolvimento e sua relação com o processo de inserção e consolidação do turismo através de um exame histórico. Nesta perspectiva serão abordados alguns aspectos críticos sobre a relação economicista entre desenvolvimento/turismo no mundo contemporâneo, avançando para uma proposta alternativa para avaliar e planejar o turismo desde uma perspectiva alternativa ao desenvolvimento, atrelada a ideia do conceito de desenvolvimento humano, endógeno e local.

Uma breve análise das teorias que relacionam o turismo e o conceito desenvolvimento pode ser exposta desde a perspectiva de quatro paradigmas

principais: (i) teoria da modernização; (ii) teorias heterodoxas; (iii) teoria neoliberal e (iv) abordagem adaptativa do desenvolvimento. A estas quatro adicionamos (v) a visão alternativa ao desenvolvimento, baseada nos fundamentos da cidadania, da participação, a ética e bem-estar humano, endógeno e social, muito mais orientada a necessidade de incorporar as humanidades na avaliação do turismo.

A consolidação do turismo como atividade econômica alternativa nos países periféricos como fator de desenvolvimento segundo (MUÑOZ MAZÓN et.al., 2012) foi fundamento dentro da teoria da modernização a partir de estudos que abordavam a atividade turística⁴ como uma estratégia para aumentar o emprego e renda, gerar divisas, aumentar o PIB, atrair capital privado nacional e internacional (MINGS, 1969; CULPAN, 1987) e para promover formas de vida modernas com base em valores ocidentais (MATHIESON e WALL, 1982).

Com o passar do tempo, algumas observações pontuais, assim como, algumas investigações sobre os efeitos do turismo começaram a colocar em questão a teoria da modernização. As teorias “heterodoxas⁵” começam aportar alternativas conceituais ao conceito de desenvolvimento (TELFER, 2002). Estas teorias buscaram distinguir os conceitos de crescimento e desenvolvimento em função de fatores estruturais e do processo tecnológico, e aparecem os fatores sociais como variáveis fundamentais e, incluso, em algumas ocasiões, estas variáveis recebem um caráter mais relevante que o fator econômico (ver CARMONA, 1963; DOS SANTOS et.al. 1969).

Conseqüentemente do debate polarizado entre os impactos da atividade turística -ora positivos, ora negativos- outras vozes entram no debate e o conceito de desenvolvimento se abre a outras dimensões além da econômica (REED, 1997). O desenvolvimento sustentável é a corrente que aparece ao final dos anos oitenta dando ênfase a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento econômico com os limites sociais e ambientais (KRIPPENDORF, 1982; MOWFORTH e MUNT, 2003). No rastro das discussões sobre o desenvolvimento sustentável o turismo também passa a adotar este novo paradigma de desenvolvimento como desafio.

⁴ Relação do turismo e crescimento econômico das regiões: Shaw, G.; Williams, A.M. (1994); Hunter, C.; Green, H. (1995); Hall, C.M. (1994); Pearce, D.G. (1981).

⁵ Alguns exemplos: estruturalismo da CEPAL (1945-1957); o enfoque da dependência (1957-1969); o Neoestruturalismo na América latina (desde 1983), enfoque das Necessidades Básicas (1969-1978).

Neste âmbito, tanto especialistas como organismos nacionais e internacionais têm proposto diretrizes para um turismo sustentável.

Apesar de existir um número cada vez maior de estudos sobre o assunto, ainda não existe um consenso sobre: a) o tratamento a ser adotado ao uso dos recursos naturais e à degradação do meio ambiente; b) e como incorporá-los nas contas nacionais. Por isso que o termo desenvolvimento sustentável tem sido alvo de muitas críticas sobre o seu significado e sobre sua viabilidade prática (SHARPLEY, 2000; FOLADORI, 2001; 2007). Muitos o consideram falacioso, contraditório e meramente teórico (RITCHIE e JAY, 1999; LIU, 2003). Outros o avaliam como uma nova roupagem do desenvolvimento capitalista, sobre novos adjetivos - “sustentável”, “equitativo”, “local”, “humano”, etc. - para encobrir suas velhas práticas de expansão mundial em busca do lucro (DE ASSIS, 2002).

Como resultado, no que se diz respeito ao exame histórico realizado entre as teorias de desenvolvimento e o turismo foi possível reconhecer que a visão dominante do turismo como negócio importante, gerador de renda e emprego, levou à hegemonia das teorias voltadas a uma obediência cega a modernização e à falta de crítica político-econômica dessas teorias. Em termos gerais, o turismo tem contribuído para o crescimento econômico dos destinos entendido como sinônimo de desenvolvimento. Mesmo os estudos alternativos (desenvolvimento alternativo/turismo sustentável) não consideram transcender a visão de turismo apenas como gerador de renda (análise utilitarista), tornando a sua discussão estática e sem vida.

Partindo do pressuposto de que vivemos inseridos no contexto de um modo de produção capitalista e o que o capitalismo é, por essência, concentrador de riqueza e gerador de exclusão social, como afirma Cruz (2006), o que cabe, portanto, é a discutir sobre a real possibilidade e capacidade da atividade turística contribuir para reverter às situações de vulnerabilidade pré-existentes destas comunidades. Portanto, seria a atividade turística capaz de transformar-se em um vetor de desenvolvimento possível de realizar a passagem para um novo modo de produzir que tenha uma preocupação social? É possível orientar o desenvolvimento do turismo para além dos condicionantes econômicos?

Nesta direção, no limiar do século XXI emergem experiências em contraponto ao desenvolvimento globalizado, realçando o local, o conhecimento,

as organizações cooperativas e participativas, como resistência ao global. Ao largo do tempo, o conceito de desenvolvimento vem incluindo aspectos não apenas econômicos como também aspectos sociais, políticos e ambientais. Estes aspectos têm aparecido nos estudos sobre desenvolvimento desde campos como a sociologia, a antropologia, ciência política (MUÑOZ, 2009) e na geografia (BOHLE, 2010).

Esta mudança de paradigma sobre uma visão alternativa do desenvolvimento está contribuindo com novidades e incorporação de postulados ligados a elementos de máxima relevância como os de capital humano, capital social, governança e cidadania. Associações e empresas que se pautam em valores diferenciados para a promoção de outro desenvolvimento fundamentado na econômica solidária, economia de comunhão e economia criativa, cooperativismo. Assim modelos alternativos de desenvolvimento minam o modelo hegemônico, buscando sustentabilidade econômica associada à socioambiental, com compromisso e postura ética. Para tanto, adota-se aqui o conceito de desenvolvimento humano e o desenvolvimento local endógeno como um caminho teórico alternativo de turismo e sua relação com o enfoque da vulnerabilidade social como caminho metodológico para avaliação e planejamento do turismo focalizado nas estruturas e na agencia humana.

2.1 TEORIA DA MODERNIZAÇÃO E O TURISMO COMO MEDIADOR DO DESENVOLVIMENTO

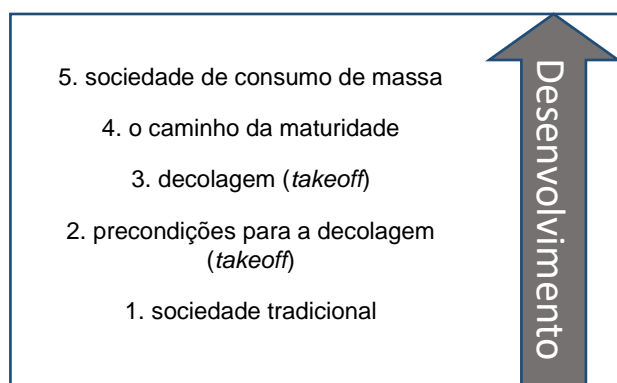
O objetivo deste subcapítulo é apresentar as contribuições da teoria da modernização que permitem apontar elementos introdutórios para o debate teórico sobre a relação entre modernização e desenvolvimento e, conseqüentemente, entender o papel desta teoria na construção dos primeiros passos para a consolidação de um discurso favorável ao binômio turismo-desenvolvimento, sobretudo nos países em via de desenvolvimento (MODESTE, 2000; TISDEL, 2001).

A preeminência do paradigma Keynesiano na economia, o sucesso do Plano Marshall e o clima político do período pós-guerra dão razão à primeira grande teoria do desenvolvimento, a teoria da modernização (MUÑOZ-MAZÓN, 2012,

et.al.2012). Desde o famoso discurso de Harry Truman, em 1949, a ideia de desenvolvimento como modernização passou a predominar nas relações geopolíticas entre os países do Norte e do Sul global.

Segundo o presidente americano Truman, o subdesenvolvimento era caracterizado pelas palavras, “primitivo” e “estagnado” e, portanto, para se mover da condição de subdesenvolvimento para desenvolvimento seria necessária à aplicação do conhecimento moderno, científico e técnico. É nesse contexto que o discurso do presidente americano fomentou entre as sociedades do norte global a ideia otimista de salvar os povos, do mundo todo, da pobreza e do subdesenvolvimento, a partir da ideia de modernização.

As ideias economicistas de Truman foram teorizadas por Rostow (1960), – na sua obra *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto* – na qual, afirmava que o desenvolvimento era resultado de um processo, no qual, as sociedades evoluíam através de estágios, passando de uma condição pré-capitalista/sociedade tradicional para uma sociedade do consumo de massa (FARIA, 2012/esquema 1). O conceito de desenvolvimento, segundo Rostow, é vinculado ao crescimento econômico, o que seria possível com a industrialização, significando, portanto, modernização. Nesse sentido, sua perspectiva vai ao encontro da de outros autores clássicos que, como Ragnar Nurse e Gunnar Myrdal, construíram, no mesmo período, teorias sobre o subdesenvolvimento nitidamente marcados pelas lentes políticas dos países capitalistas centrais.



Esquema 1: Os estágios do desenvolvimento econômico, de Rostow
Fonte: Rostow (1960 apud FAZITO, 2015)

O sonho da superação do subdesenvolvimento alimentava expectativas e utopias de progresso e é nesse contexto político baseado na teoria da

modernização, desde uma perspectiva estritamente econômica, que alguns autores como De Davis (1978), Miossec (1976) ou Butler (1980) consideravam o turismo como uma via alternativa para o desenvolvimento e para a modernização dos destinos que se encontravam nos países periféricos - sobretudo naquelas sociedades que encontraram problemas com a industrialização.

Em outras palavras, a modernização era entendida como o processo por onde desapareceria a brecha entre a tradição e modernidade, na qual, se podia reverter à situação de subdesenvolvimento nos países periféricos a partir da reprodução paulatina da situação alcançada pelos países avançados. É neste contexto que a modernização turística vê o turismo como a indústria mais adequada para ocupar lugares não modernizados (LUCHIARI, 1998). O papel do turismo, nesse sentido é exatamente o de transformar em bens de consumo aqueles lugares que não foram completamente ‘modernizados’ (lugares vistos como ‘atrasados’, ‘exóticos’, ‘distantes’, ‘desconhecidos’), explorando-os como destinos turísticos (FAZITO, 2015).

Nesta linha, a partir da década de 70, para muitos autores e gestores públicos ou privados, o fenômeno turístico passa a ser fundamental no processo de desenvolvimento local, - principalmente nos países da América Latina – que passaram a recorrer a financiamentos para impulsionar o turismo em prol do desenvolvimento (MIOSSEC, 1976). Como consequência modelos de desenvolvimento através do turismo foram incorporados em regiões tropicais baseados na sinonímia entre desenvolvimento e crescimento econômico e na utilização de modelos “de sucesso” dos países desenvolvidos (ARCHER; COOPER, 2001; STREETEN, 2006; SINCLAIR e STABLER, 2009)

Essa associação com o desenvolvimento é idealizada tomando como pressuposto que o turismo tem potencial para corrigir desigualdades, através da geração de emprego e renda e do seu efeito multiplicador da receita gerada (BRITTON, 1982; KRIPPENDORF, 1982; KO, 2001). Os trabalhos de (MODESTE, 2000; TISDELL, 1998; PLAZA, 2006), tomam como marco de referência os impactos positivos no ingresso de divisas, no emprego, aumento do PIB, incremento da produção, em novas oportunidades de negócios para os residentes, acrescentando, algumas vezes, os efeitos negativos, como a centralização urbana,

concentração de investimentos e aumento das importações para satisfazer as necessidades dos turistas.

2.1.1 Considerações críticas à teoria da modernização e sua contribuição para o turismo

As críticas à teoria da modernização mostram, sobretudo, que os apoiadores desse modelo se utilizam do conceito de 'crescimento econômico' como sinônimo de 'desenvolvimento' e, nesta medida, a solução para alcançar o desenvolvimento baseia-se na expansão dos mercados, das empresas, enfim, do capitalismo (HIDALGO, 2008). Em resumo, a teoria da modernização estava baseada na ideia de que todas as sociedades seguem um inevitável processo linear, do atraso para o moderno – da agricultura para a indústria, do rural para o urbano (SHARPLEY; TELFER, 2015), reduzindo o conceito de desenvolvimento ao de crescimento econômico, linear e ilimitado, negligenciando os aspectos sociais, ambientais e culturais também inerentes ao processo de desenvolvimento.

Por outro lado, segundo Ribeiro (2008), a teoria da modernização torna-se frágil na medida em que ela se revela muito mais ideológica do que científica. Mais do que para apontar evidências de um processo universal, o modelo rostowiano serviu para sustentar a ideologia do progresso, a qual foi amplamente invocada como fundamento político das decisões tomadas por inúmeros países que passaram a se espelhar no padrão dos países considerados desenvolvidos. Por ter utilizado a mesma fórmula para os demais países – embora tenha produzido algum resultado positivo, estritamente econômico -, os reflexos negativos foram muito mais extensos, entre eles: aumento das dívidas externas, agravamento das desigualdades sociais e espaciais e, inclusive a instauração de ditaduras militares, a exemplo do que aconteceu na América Latina.

A teoria rostowiana foi alvo de inúmeras críticas, sobretudo por ter caracterizado as circunstâncias do processo de modernização da economia dos países hoje vistos como desenvolvidos, que teriam cumprido essa trajetória no período posterior à Segunda Guerra Mundial (CONCEIÇÃO et. al., 2016). O problema é que Rostow sugere que os países subdesenvolvidos chegariam ao desenvolvimento seguindo idêntica trajetória de modernização, uma vez que o

subdesenvolvimento seria apenas uma etapa atrasada do mesmo processo histórico de crescimento econômico e progresso industrial.

A visão dominante do turismo como negócio importante, gerador de renda e emprego, levou a hegemonia das teorias voltadas a uma obediência cega à modernização e à falta de crítica político-econômica, negligenciando as experiências sociais locais contextualizadas a realidades do sul global, e negando as contradições entre Norte e Sul (SHARPLEY; TELFER, 2002). Em outras palavras, o Norte negligencia a validade ou mesmo a existência de conhecimentos alternativos ao conhecimento científico – conhecimentos populares, indígenas, camponês, etc. – a fim de modernizá-los e transforma-los em matéria prima – a todo custo - para a confirmação de seus desejos e de sua ideia única de desenvolvimento (MALTA E BARBOSA, 2013).

2.2 TEORIA DA DEPENDÊNCIA E A ANÁLISE NEGATIVA DO TURISMO

Várias foram as teorias que tentaram explicar e propor soluções para o subdesenvolvimento. A mais destacada foi a teoria da dependência (FRANK, 1978; DOS SANTOS, 1973). Ela explicava o subdesenvolvimento pelas relações comerciais desfavoráveis no mercado internacional. O turismo, como um setor de crescente importância nas economias nacionais, não escapou desta análise e foi objetivo de múltiplos estudos que evidenciavam o processo de acumulação e concentração do capital estrangeiro e as consequências de desapropriação e dependência deste modelo, sobretudo nos países em via de desenvolvimento (DE KADT, 1979; HOIVIK; HEIBERG, 1980; KRIPPENDORF, 1987).

A teoria da dependência surgiu na América Latina apresentando uma forte crítica aos pressupostos da teoria da modernização que começava a perder força, principalmente porque se verificou que os países periféricos foram incapazes de manter índices satisfatórios de crescimento econômico. Quer dizer, estes países não conseguiram reduzir os níveis de pobreza, de desigualdade social e muito menos, atingir o desenvolvimento esperado. Esta teoria foi aperfeiçoando ao longo dos anos 1960 e se consolidou ao princípio da década de 1970 com os aportes teóricos de Frank (1978), Theotônio dos Santos (1973), Faletto e Henrique Cardoso (1981), entre outros.

A grosso modo, a década dos anos setenta presenciou uma mudança paradigmática na visão do desenvolvimento, quando ficou evidente que o desenvolvimento econômico não consiste em um processo linear, se não, mais bem holístico, onde a riqueza e a pobreza estão intimamente ligadas a escala global (BARAN, 1957). A teoria da dependência parte da ideia, principal, que subdesenvolvimento e o desenvolvimento não constituem etapas de um processo, de um *continuum* evolutivo, embora estruturalmente relacionados, são realidades diferentes resultados do modo de produção capitalista mundial, o que Marx chamava de desenvolvimento desigual e combinado (FRANK, 2004).

A teoria da dependência foi formulada a partir das pesquisas realizadas pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). O presidente da Cepal – na época - Raul Prebisch já era um crítico sobre o processo de dependência dos países periféricos aos países centrais. A teoria da dependência, desde as análises teóricas da CEPAL, defende que o subdesenvolvimento não é uma condição original a ser suplantada através da integração da economia mundial, mas é uma condição criada por essa integração (PREBISCH, 1982).

O enfoque da dependência – conjuntamente com as demais teorias heterodoxas⁶ - ofereceu um marco alternativo de análise das causas e das consequências do desenvolvimento nas nações, sobretudo nos países em via de desenvolvimento. Essas abordagens heterodoxas começam a propor alternativas conceituais para o significado de desenvolvimento, uma vez que os fatores sociais aparecem como uma variável fundamental nos processos de desenvolvimento e, incluso, em muitas ocasiões, estas variáveis sociais recebem um caráter mais relevante do que o componente econômico.

O modelo centro-periferia, pilar do enfoque da dependência e das teorias heterodoxas, é a primeira crítica as teorias neoclássicas (ortodoxas) da economia e do comércio internacional. Este enfoque dividiu o mundo em países “centrais” (países desenvolvidos) e “periféricos” (países em via de desenvolvimento). O que se observa é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados pelos

⁶ Teorias heterodoxas: é uma categoria que se refere a abordagens ou escolas de pensamento econômico que são consideradas fora da economia ortodoxa, e pode ser definida em termos de um nexo "estrutura histórico-social-institucional". Exemplo: Teoria estruturalista da CEPAL (1960), o enfoque da regulação (de 1976), o neoestruturalismo (desde 1983); a economia radical do desenvolvimento dos anos noventa; enfoque das necessidades básicas (1969-78); Teorias neomarxistas, (1970).

países do “centro” e uma perda de controle dos países da “periferia” sobre seus recursos, causando uma transferência de renda da “periferia” para o “centro” (SHARPLEY; TELFER, 2014). A grosso modo, os ‘teóricos da dependência’, anteriormente citados, criticaram a modernização por ser uma ideologia utilizada para justificar o envolvimento e a dominação ocidental sobre os países do sul global.

No âmbito do turismo, Sharpley e Telfer, 2002 destacam que a relação centro-periferia tem sido explorada por vários autores, como Christaller, (1963), Turner (1976) e Hoivik; Heiberg (1980). A leituras da dependencia sobre este fenómeno argumentam que dependencia e turismo são questões que vão de mãos dadas, de la mano, conforme Bruner *“el colonialismo y el turismo (...) nacieron juntos y son parientes.”* (Apud SALAZAR, 2006, p. 103). Vários autores levantaram a problemática de que a integração do turismo nas estruturas económicas de países em via de desenvolvimento (ou periféricos) implica apenas mais um passo em direção “servidão” (KRIPPENDORF, 1987).

A leitura quanto a relação centro-periferia no turismo, se faz na comparação entre os países em via de desenvolvimento sendo a “periferia do prazer” dependente do centro (países desenvolvidos) - em fatores-chaves como: a chegada de visitantes estrangeiros; na geração de divisas; na atração de empresas transnacionais para a implantação e gestão de empresas turísticas; na contratação de mão de obra estrangeira para a gestão dos negócios; na importação de produtos para atender as necessidades dos turistas, entre outros -, reduzindo o impacto económico local e favorecendo a permanência da dependência dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos (SHARPLEY; TELFER, 2002).

A teoria da dependência tem sido umas das teorias de desenvolvimento dominantes utilizadas na pesquisa turística, principalmente a uma vertente mais negativa da atividade. Nesta linha, aparecem algumas observações pontuais, assim como, algumas investigações sobre os aspectos e efeitos do turismo que começaram a colocar em questão os benefícios “positivos” do turismo (BRYDEN,1973; DE KADT, 1979; SMITH, EADINGTON, 1992). Dentro deste marco estão as investigações que mostram que os efeitos multiplicadores são menores do que os relatados com o otimismo pelos teóricos da modernização.

A grosso modo, a leitura entre o binômio turismo-desenvolvimento desde o enfoque da dependência não se limitava apenas aos benefícios econômicos, se não, que ampliou a discussão acerca dos impactos negativos do turismo, tais como: perda de identidade; efeito imitação sobre o consumo; aumento das importações de bens improdutivos; iniquidade nas oportunidades; pouco impacto sobre a pobreza; tendência inflacionaria que acompanha o crescimento da demanda turística; incluindo o preço da terra e, sobretudo, o preço das habitações e especulação imobiliária (TURNER, 1976; BRITTON, 1982;1989; BROWN; HALL, 2000).

A pesar da fortaleza da teoria da dependência e das muitas críticas originadas destes teóricos ao sistema capitalista e, em consequência ao turismo, muitos setores acadêmicos e políticos tem sentenciado a norte das teorias da dependência, argumentando que seus esquemas de interpretação eram simplistas e mecanicistas, e sobretudo porque suas contribuições eram parte de um contexto político e econômico que se transformou. Concretamente se argumenta que o esquema de globalização superou as visões estruturalistas de dependência, como afirma Beigel *“la categoría de dependencia se presentaba, antes que como una teoría, como un problema teórico”* (BEIGEL, 2006, p. 297).

Os críticos consideram que a teoria da dependência não forneceu soluções de como os países periféricos iriam superar as contradições internas do capitalismo (THOMAS, 2000). Suas recomendações em termos de políticas eram demasiado ambíguas (SO, 1990 apud FARIA, 2012), e como fraqueza constata a ausência de análises a nível local (PREISTER, 1989 apud FARIA, 2012). Como resultado, o discurso da modernização – no caso do turismo, a favor da modernização, homogeneização e urbanização turística - encampado pelos países do norte global acabou por se tornar o discurso dominante de desenvolvimento em quase todo o mundo. O fortalecimento do discurso da modernização bem como seus desdobramentos mais recentes – teoria neoliberal – vem causando altíssimos níveis de desigualdades e de impactos negativos sobre as comunidades (ESCOBAR, 1995).

2.3 TEORIA NEOLIBERAL: GLOBALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TURÍSTICA

O neoliberalismo é uma doutrina que surge com a crise fiscal do Estado, inspirando políticos, governantes e economistas, no prisma da política e da economia, ao implementarem ações e tomarem decisões com base nas leis de livre mercado sem a intervenção do Estado. O turismo, por lidar com o deslocamento de pessoas e, ser visto como atividade que rompe fronteiras constantemente, pode ser considerado como um dos símbolos do mercado global. Muitos efeitos nocivos da exploração da atividade, sem a preocupação com o longo prazo e as gerações futuras, são reconhecidos e, para tanto, este subcapítulo, tem como objetivo fazer a discussão sobre o desenvolvimento da teoria neoliberal e sua relação com os desdobramentos da atividade turística, assim como destacar as principais críticas ao tema.

A corrente de pensamento neoliberal ganha força ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980 em uma conjuntura econômica caracterizada por uma crise de oferta (aumento do preço do petróleo nos anos 1973), por mudanças na política monetária dos Estados Unidos da América (taxas de juros crescentes) e alterações na política cambial (valorização do dólar) que resultou da desintegração dos fundamentos da ordem estabelecida no pós-guerra (acordos *Bretton-Woods* e o estado de bem-estar).

O objetivo da corrente neoliberal era o reordenamento das relações entre centro hegemônico e outros países capitalistas, cujo paradigma ideológico foi o modelo anglo-saxão (TAVARES; FIORI, 1993). Há uma retomada das ideias de livre mercado, proposto por Adam Smith, e as vantagens comparativas de David Ricardo retornam como uma diretriz para o crescimento ou desenvolvimento econômico. O debate sobre desenvolvimento, que algumas contribuições embora fundamentadas na teoria neoliberal, incorporavam aspectos de outras correntes teóricas, como o crescimento desigual e os efeitos de processos de causação circular cumulativa e a teoria da modernização (subcapítulo 2.1).

Conforme a visão da corrente neoliberal, o fortalecimento das estruturas de mercado é suficiente para alcançar os resultados esperados do desenvolvimento econômico e a intervenção de agentes específicos pode resultar em obstáculos a este processo de evolução. A partir dessa ideia, de barreiras ao livre mercado é

construído o argumento para explicar as diferenças entre o nível de desenvolvimento de diferentes países. Os principais obstáculos, de acordo com a corrente neoliberal, são: primeiro a tradição, ou seja, a continuidade dos modos de organização social fora do mercado; em seguida as empresas monopolistas (indústria e prestadores de serviços) e o monopólio da mão de obra, representado pelos sindicatos e regulação estatal (FARIA, 2012).

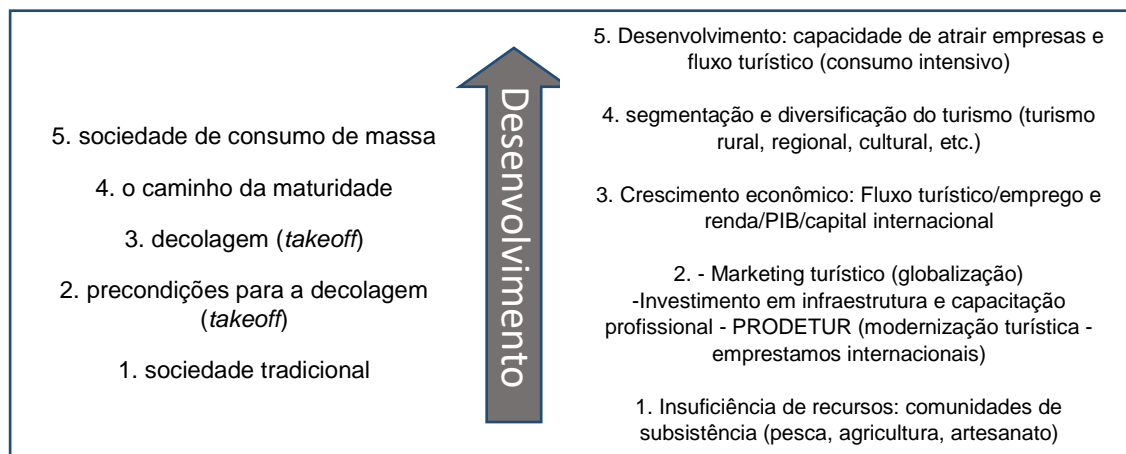
As diretrizes para romper os “obstáculos ao desenvolvimento”, se fundamentaram, sobretudo, na liberação do comércio internacional, o que contribuiria para o desenvolvimento das economias com base exportadora. Recomendam-se também políticas de liberalização do mercado, a privatização das empresas públicas e a redução da intervenção do Estado na economia. Em geral, as orientações políticas para romper os “obstáculos ao desenvolvimento” foram estabelecidas pelo Banco Mundial ou pelo FMI, através dos seus programas de ajustes estruturais. Assim, para se alcançar o desenvolvimento devem-se adotar políticas econômicas que privilegiam a liberação dos mercados (de capital e do comércio, mas não de mão de obra).

É neste contexto de liberação do comércio internacional que a atividade turística, aparece nos discursos dos organismos internacionais – Banco Mundial, OMT, Nações Unidas - como uma oportunidade econômica. O turismo se consolida como política econômica em muitos países, sobretudo em América Latina, como um típico produto da ideologia da globalização neoliberal. O Turismo se transformou simplesmente em um agente da modernização, uma indústria, que possibilita a expansão de riqueza e renda onde a indústria convencional não conseguiu chegar.

A partir dos anos 1980, os recursos destinados ao turismo pelas instituições multilaterais se intensificaram e os agentes financeiros de ajuda e cooperação oferecem recursos para desenvolver planos de desenvolvimento do turismo e implantar a infraestrutura necessária, para a modernização e internacionalização da indústria do turismo. Na Europa os programas Leader (*Liaisons entre actions pour la development des economies rurales*) se aproximaram do turismo no interesse de promover o desenvolvimento de áreas rurais (PERALES, 1998). Em relação a América Latina e Caribe, o Banco Interamericano de desenvolvimento

(BID), é o maior financiador de recursos e investimentos públicos dirigidos a fomentar o turismo nesta região (ALTÉS, 2006; CORIOLANO 2006a; 2006b).

No Brasil, por exemplo, o grande divisor de águas foi o programa de desenvolvimento do turismo da região Nordeste do Brasil (PRODETUR), que foi financiado pelo BID, no ano de 1994 (DANTAS, 2005). A meta do PRODETUR era alcançar o desenvolvimento econômico da região Nordeste, através dos seguintes objetivos principais: 1) apoiar a estruturação dos destinos (com base na modernização turística – eq. 2, ponto 2.); 2) na promoção do turismo do País no cenário turístico internacional (globalização – eq. 2, ponto 2 e 3); 3) e na captação de capital nacional e internacional (liberação do mercado/turismo internacional, eq. 2, ponto 4 e 5). Verifica-se no PRODETUR, um **retorno** aos autores da década de 50 (teoria da modernização), como Myrdal (1956) e Rostow (1960) a partir de uma nova perspectiva – neoliberal e globalizada. Em geral, os conceitos de modernização, neoliberalismo e globalização formam o tripé do discurso desenvolvimentista das políticas públicas de turismo do Brasil (FAZITO, 2015/esquema 2).



Esquema 2: Sistematização das políticas de turismo, desde a teoria dos Estágios do desenvolvimento econômico de Rostow (1960). Elaboração Própria.

O turismo se inclui no contexto da globalização dos mercados, de modo que incentivar o turismo internacional pode contribuir para o desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos, como apresentado no estudo Clarke e Ng (1993), onde a partir de uma perspectiva neoliberal, os autores mostram que o turismo internacional é capaz de proporcionar benefícios econômicos e sociais para

o país anfitrião. Atualmente, existem vários estudos que reagem a essa hipótese e mostram que o turismo internacional não é sempre benéfico para os países anfitriões (geralmente discutidos por teóricos da dependência, de acordo com o subcapítulo 2.2), entretanto os agentes financeiros internacionais continuam a incentivar esta atividade como propulsora de desenvolvimento econômico⁷. Na atualidade são múltiplas as abordagens a favor do turismo como ferramenta favorável à redução da pobreza em países periféricos, como exemplo a divulgação e aceitação da teoria “*Pro-Poor Tourism*” (PPT), no mundo.

2.3.1 O turismo no combate à pobreza: um exemplo prático da teoria neoliberal no turismo

Com a construção do mito da criação de emprego e renda estimulado pelos Estados do terceiro mundo, tem-se argumentado também, que o turismo pode gerar benefícios para os "pobres" através de atividade empresarial. É neste contexto que surge o “turismo para o pobre” (na literatura anglo-saxônica, conhecida como “*Pro-Poor Tourism*”), abordagem baseada nos pressupostos neoliberais. O conceito de PPT é definido como o turismo que gera benefícios líquidos para os pobres, ou seja, benefícios que superam os custos.

O PPT surge de uma crença de que o turismo pode e deve contribuir para o crescimento econômico em benefício, também dos pobres (KABBER, 1994; MCMICHAEL, 2000). Globalmente, há inúmeras evidências empíricas que justificam o aumento do desenvolvimento do turismo e sua parcela de contribuição aos pobres e, por isso o turismo aparece ser a única esperança para muitos países marginalizados e com poucos recursos (BRITTON, 1983; MILNE, 1992 e HALL, 1998 apud SCHILCHER, 2007).

Os defensores referem-se ao turismo como uma ferramenta capaz para alívio da pobreza, redução da pobreza ou, até mesmo, para a eliminação da pobreza e redução da pobreza nos países do terceiro mundo (SOFIELD et.al. 2004). E, como consequência, esses conceitos têm sido usados e adotados como

⁷ No Brasil, o Prodetur Nacional é um exemplo concreto, ver: <http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-aco-es-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>.

discurso de políticas públicas. O Banco Mundial, por exemplo, é uma entidade transnacional, que aparece como grande defensor do turismo.

O Banco Mundial prevê que o crescimento econômico rápido, por si, beneficiaria o pobre através do ‘efeito gotejamento’. Em geral, o Banco continua promovendo uma abordagem neoliberal para a política econômica nos países em desenvolvimento com o objetivo de liberalização econômica e abertura para estimular o crescimento econômico para a redução da pobreza, sem prestar atenção nas perdas e nos impactos e a indústria do turismo, por si, encaixa bem, nessa abordagem focada no neoliberalismo (SCHILCHER, 2007).

As oportunidades para os pobres, para participar na indústria do turismo, por exemplo, sob a forma de pequenas empresas são enfraquecidas em um ambiente neoliberal devido à concorrência do capital-intensivo, verticalmente integrada, ou devido a restrições de entrada no mercado dado ao limitado poder de negociação dos pobres; escasso à acesso a bens materiais como capital e terra; e falta de proteção e intervenção do Estado na economia local (SCHILCHER, 2007).

Enquanto o nexos entre o binômio crescimento do turismo e alívio da pobreza, é bastante discutido, e parece, não haver, na prática, um consenso sobre o papel do crescimento econômico na redução da pobreza. O PPT surge como uma proposta da ortodoxa teoria neoliberal, na qual, o crescimento econômico é fundamental para lutar contra a pobreza e a participação do capital transnacional é a chave (GASCÓN, 2011). Em outras palavras, quanto maior o número de hotéis, casas de segunda residência ou espaços dedicados ao turismo, maiores os “benefícios marginais” para a população local.

Em contrapartida, os fatores gerados pelo desenvolvimento turístico como o incremento da diferença socioeconômica, os processos migratórios, as condições laborais injustas, a destruição dos ecossistemas ou a distribuição não equilibrada dos benefícios, são considerados pelo PPT como efeitos secundários, frente a suposta possibilidade que oferece o turismo de gerar ingressos por meio de salários baixos, propinas ou venda de artesanatos. Em resumo, existem muitas evidências que o turismo, como atividade econômica global, é causador de muitos dos danos socioeconômico e cultural nas populações locais, principalmente nos países do terceiro mundo (CHRIST et.al., 2003). Trabalhos como de Chok (et.al., 2007),

Schilcher (2007) e Harrison (2008) apresentam algumas críticas as políticas de turismo neoliberais, como exemplo:

Em primeiro lugar, dentre os limites e crítica à abordagem PPT como estratégia de redução da pobreza, Chock et.al (2007) destaca, que, a pesar, que se deseje uma justiça distributiva enquanto um resultado desejado, esse não consiste em um objetivo explícito na abordagem do PPT. Ou seja, o PPT enquanto, uma política turística a “favor” dos pobres, o retorno para os pobres, na realidade não consiste em uma preocupação imediata. Na verdade, a abordagem do PPT adverte contra essa expectativa de que todas as pessoas pobres serão beneficiadas igualmente, e ademais reconhece que “alguns vão perder” (DFID, 1999).

Como segundo ponto, cabe destacar, que a abordagem PPT surgiu a partir de uma mistura de otimismo e oportunismo. Esta não é uma combinação inerentemente negativa. Ela se torna problemática, no entanto, quando as partes interessadas (*Stakeholders*) e poderosas manipulam as possíveis oportunidades socioeconômicas para servir os seus próprios interesses. Reid (2003) afirma que esses “*stakeholders*” ainda são capazes de fazê-lo sob o véu da preocupação humanitária.

Uma terceira crítica à abordagem, é que a redução da pobreza através do turismo em um ambiente neoliberal pode ser percebida como um sistema de “self-help”, onde, se espera que os “pobres” possam se livrar da pobreza, tornando-se agentes economicamente ativas (SCHILCHER, 2007). Em geral, as abordagens “self-help” são um suplemento construtivo para estratégias PPT direcionadas para os pobres e, especialmente, para os “mais pobres” em termos de proteção social, ou seja, a população, sozinha, precisa buscar meios para inserir-se no negócio do turismo.

Portanto, em resumo, aqueles que não têm ativos (recursos materiais ou imateriais) e habilidades necessárias para iniciar o seu próprio negócio do turismo - entendendo que a pobreza é heterogenia - não só, não se beneficia desse efeito gotejamento do crescimento do turismo, como são as mais afetadas pelos programas de ajustamento estrutural e do desmantelamento das funções de bem-estar do Estado e contribuindo a longo prazo com processo de vulnerabilidade dentro das comunidades (BROHMAN, 1996; MOWFORTH, MUNT, 2009).

Como quarta crítica a essa abordagem, as relações que alguns autores fazem entre o turismo, pobreza e violência. Autores como (BEDDOE, 2001 e CULLEN, 2005) mostram que o turismo e a violência no sul da Ásia, tanto como em Tailândia, Bali, Cambódia, Vietnã e Filipinas estão interligados, assim como taxas de exploração de mulheres e crianças continuam a crescer bem como o tráfico humano e de animais, e outras atividades ilegais. Também há relatos generalizados de minorias indígenas e comunidades rurais sendo reassentadas ou deslocadas para abrir caminho para infraestrutura turística (MATSUI, 1999 e MBAIWA, 2004 apud CHOK et.al., 2007).

Isto não é sugerir que o avanço tecnológico e do comércio internacional deve ser limitado às nações ricas. Também não é o caso de que o turismo é a única indústria culpada de direitos humanos e violações ambientais. O ponto aqui é que os recursos dirigidos para a promoção do crescimento do turismo rápido nos países em desenvolvimento parecem desproporcionais ao que está disponível no combate aos problemas que tendem a surgir com ele.

O alívio da pobreza ou fim da pobreza, partir de uma abordagem de subsistência sustentável significa reduzir vulnerabilidades - isso inclui o fornecimento de redes de segurança para os pobres durante os tempos ruins, "mitigar o stress sazonal e permitindo-lhes conservar os seus bens de subsistência" (CHAMBERS; CONWAY, 1992, p.34, tradução nossa). O foco deve ser em identificar e abordar as desigualdades estruturais profundas dentro do nosso paradigma de desenvolvimento global que exacerbam a pobreza. A abordagem PPT, não resolve problemas estruturais, muito menos questões de corrupção e pobreza crônica e, portanto, o turismo pode ser considerado como uma fermenta, mas nunca uma opção única, ou um milagre.

O resultado de trinta anos de utilização das políticas neoliberais para alcançar o desenvolvimento não mostrou avanços quanto a redução da desigualdade entre os países (BRESSER-PEREIRA, 2014). Ao contrário, como resultado das políticas de ajuste estrutural, muitas vezes verificou-se o aumento da pobreza, particularmente no grupo de mulheres e crianças. Observou-se que uma ordem mundial emergiu onde o estado perde o poder em um mercado liderado e organizado por corporações globais. Tavares e Fiori (1993) mostram como a desregulamentação dos mercados financeiros e a liberalização do comércio

desencadeou amargas experiências no Chile, Argentina e México na década de setenta, e novamente na Argentina e México na década de oitenta.

A liberalização dos mercados financeiros, principalmente no ocidente, resultou na recente crise internacional iniciada nos anos de 2008, cujo paradoxo foi às medidas intervencionistas tomadas pelos governos nacionais para reduzir a progressão dos danos. Ademais os altos índices de desigualdade social e degradação ambiental observados atualmente, e que são frutos desses discursos dominantes de desenvolvimento, alertam para a necessidade de discursos alternativos de desenvolvimento, que promovam uma solidez teórica da modernização.

É relevante a crítica de Hidalgo (2008), ao dizer que confundir os conceitos de desenvolvimento e crescimento significa que o desenvolvimento se esgota na expansão dos mercados e do capitalismo e, conseqüentemente, na necessidade do sistema em maximizar os lucros das empresas. Com esta premissa a prioridade é, de forma errônea de acordo ao autor, o crescimento do produto no longo prazo, de onde serão extraídos os lucros das empresas além de uma concentração da riqueza nas mãos de poucos para permitir a geração de um superávit para investimento. Conseqüentemente, haverá uma pressão sobre o meio ambiente à medida que crescem o consumo e a produção (Hidalgo, 2008, p.97).

Frente a todos os problemas identificados torna-se difícil argumentar que as forças do mercado são suficientes para promover o desenvolvimento, possibilitando a entrada acadêmica de propostas alternativas. Dentro desse debate opositor ao desenvolvimento tradicional, baseado no crescimento econômico e no turismo de massa, alguns discursos de desenvolvimento alternativos emergiram na literatura, o que veremos a seguir.

2.4 TEORIAS ALTERNATIVAS E O TURISMO: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DESENVOLVIMENTO HUMANO E LOCAL

Nas décadas de 1980 e 1990, não apenas se percebeu que os modelos estritamente fundados nos critérios econômicos convencionais não eram suficientes para explicar a mudança social, como também se passou a advogar a preocupação com os limites dos recursos naturais, a hipótese de crescimento

contínuo, seus objetivos e limites passam a ser questionados, e a noção de sustentabilidade começa a ser forjada.

Neste contexto, outras vozes entram no debate e o conceito de desenvolvimento se abre a outras dimensões para além da econômica. Amplia-se um foco orientado a um “desenvolvimento alternativo”. Reconhece-se a importância das restrições ambientais para o desenvolvimento, por conseguinte, para alcançar o desenvolvimento, faz-se necessário incluir diferentes dimensões como a humana, ambiental e econômica na elaboração das políticas (FARIA, 2012).

As Nações Unidas entram no debate, na tentativa de propagar a humanização parcial dos mercados, adotando o paradigma do desenvolvimento humano. A abordagem da questão do meio ambiente e da escala humana proporcionou o desabrochar de duas escolas de pensamento: a primeira refere-se ao desenvolvimento sustentável e a segunda ao desenvolvimento humano ou endógeno. As teorias de desenvolvimento alternativo tornam-se áreas de interesse de diversos pesquisadores em diferentes partes do mundo e temas de debate e pesquisa em Organizações multilaterais como a ONU. Nesta linha, o turismo é apontado por estes organismos com um forte potencial para fomentar um desenvolvimento equilibrado (humano, social e sustentável) entre as diferentes regiões e territórios do mundo.

Para tanto, este subcapítulo está dividido em dois tópicos. O primeiro tem como objetivo apresentar brevemente alguns antecedentes e contextos da emergência da noção de desenvolvimento sustentável e sua relação com o turismo (SACHS, 1986; EADINGTON; SMITH, 1992; HUNTER, 1997; BUTLER, 1998)). O segundo tem como objetivo apresentar a importância da teoria do desenvolvimento humano e endógeno ou local e alguns debates e orientações para o turismo (SHAPLEY, 2000; CAÑADA; GASCON, 2007; CORIOLANO, 2006; HIDALGO, 2008; FAZITO et.al. 2017).

2.4.1 Teoria do Desenvolvimento sustentável e o turismo

A partir do fim da década de 1980, a noção de desenvolvimento sustentável começa a circular como uma possibilidade de revisar e ajustar as desgastadas concepções de desenvolvimento. Devido ao aumento da degradação dos recursos

naturais do planeta, a preocupação ambiental passou a ser uma “questão global”, já que a atual fase do capitalismo acentuava o “domínio” do homem sobre a natureza, substituindo cada vez mais esta, por uma natureza artificial (DE ASSIS, 2002). A noção de desenvolvimento sustentável surgiu com o propósito inicial de estreitar a relação entre o crescimento econômico e a temática ambiental, e é mobilizada sobretudo por setores governamentais, empresariais e acadêmicos para distintas prioridades e objetivos.

Uma estratégia para entender como a noção de desenvolvimento sustentável se consolidou nas diferentes esferas da vida – econômica, estatal, jurídica, científica e social – é acompanhar o processo histórico de institucionalização do debate ambiental. Há um consenso entre os autores de que o marco inicial das discussões ambientais foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o meio Ambiente, realizada em Estocolmo (Suécia), em 1972. Nesta conferência houve a defesa de um novo modelo de desenvolvimento que congregasse crescimento econômico, justiça social e a conservação dos recursos naturais.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi objeto de diferentes fóruns das Nações Unidas ao longo da última década do século XX, seja na Reunião sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) no Rio de Janeiro, em 1992; seja na Conferência sobre população e desenvolvimento, no Cairo, em 1994; seja na Reunião sobre desenvolvimento social em Copenhague ou na conferência sobre a mulher, realizada em Pequim, ambas em 1995, e finalmente, na cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável em 2002 em Johannesburgo.

A difusão internacional do conceito encontrou sua melhor caixa de ressonância na conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro em 1992, o que deu passo para inúmeras iniciativas institucionais que tem contribuído para consolidar o paradigma da sustentabilidade como referência das políticas públicas e a incrementar o grau de sensibilização social em torno aos efeitos ambientais do crescimento econômico (ASSIS, 2002). No entanto, a rápida e generalizada atribuição de instituições e agentes sociais aos princípios teóricos do desenvolvimento sustentável contrasta com a persistência de padrões insustentáveis na conservação e gestão dos

recursos naturais e na distribuição dos benefícios do crescimento econômico (VERA-REBOLLO, 2001).

No rastro das discussões sobre o desenvolvimento sustentável, o turismo, como a atividade que mais vem crescendo no mundo nas últimas décadas, também passa a adotar este novo paradigma de desenvolvimento como desafio. Na esteira do crescimento do turismo no mundo, proliferaram na última década estudos e definições sob a perspectiva do turismo sustentável, especialmente sob o prefixo “eco” (turismo) ou sob o adjetivo “ecológico”.

O ‘turismo sustentável’ corresponde a um termo específico que denota a aplicação do desenvolvimento sustentável ao contexto particular do turismo (DE ASSIS, 2002). O auge conceitual do desenvolvimento sustentável coincide com uma crise e reelaboração do modelo turístico massivo a partir do qual se produz uma revalorização de destinos que demonstram ter um meio cultural/natural com pouca deterioração, com qualidade ambiental e que seguisse pautas de conservação sustentável. Conceitos como capacidade de carga e o de limiares ambientais limites se aplicaram ao turismo, principalmente operando sobre o componente ambiental natural e a experiência turística (LIM, 1998; LINDBERG et.al., 1997).

A aplicação dos princípios da sustentabilidade ao turismo participa da dicotomia existente entre sua ampla difusão e as limitações dos progressos alcançados. A notável repercussão destes princípios no campo do turismo tem possibilitado que o paradigma da sustentabilidade aglutine o debate em torno as implicações do turismo o desenvolvimento e seus efeitos ambientais, socioculturais e econômicos. Debate iniciado na década de 1970 no âmbito acadêmico, com trabalhos emblemáticos no plano internacional, como Krippendorf (1978), Cohen (1987) e De Kadt (1979).

A evolução das relações entre turismo e desenvolvimento tem um fiel reflexo nas diversas declarações e documentos elaborados por organismos internacionais entre as que destaca a Organização mundial do turismo (OMT): declaração de Manila sobre o turismo mundial (1980), declaração de direitos e código do turista de Sofia (1985), declaração de turismo da Haya (1989), carta do turismo sustentável de Lanzarote (1995), agenda 21 para o setor de viagens e turismo (OMT et.al., 1995), entre outros. Documentos nos que se observa uma progressiva

transição desde o predomínio dos aspectos socioculturais e econômicos do turismo ao paradigma da sustentabilidade.

A OMT buscou adotar o enfoque sustentável para o turismo, como assim também em todos os estudos de planejamento e desenvolvimento empreendidos por ela. Em 1990, a partir da Conferencia *Globe '90: Tourism Stream: An Action Strategy for Sustainable Tourism Development (British Columbia, Vancouver, Canadá, março de 1990)*, na qual, adaptou o turismo aos conceitos da sustentabilidade. Nesta linha, A OMT define ao desenvolvimento turístico sustentável da seguinte forma,

“el desarrollo sostenible atiende a las necesidades de los turistas actuales y de las regiones receptoras y al mismo tiempo protege y fomenta las oportunidades para el futuro. Se concibe como una vía hacia la gestión de todos los recursos de forma que pueden satisfacer las necesidades económicas, sociales y estéticas, respetando al mismo tiempo la integridad cultural, los profesos ecológicos esenciales, la diversidad biológica y los sistemas que sostienen la vida” (OMT, 1998, p. 22).

Sem implicar inovações radicais, o paradigma da sustentabilidade se supõe uma revalorização e, em certo moto, uma reorientação da planificação e gestão turística. Também é verdade, que a pesar da sua profunda utilização, não existe uma definição única e geralmente aceita no conceito de desenvolvimento turístico sustentável. Por isso, o termo desenvolvimento sustentável tem sido alvo de muitas críticas e querelas sobre o seu significado e sobre sua viabilidade prática (FOLADORI, 2001).

Na sua essência, o desenvolvimento sustentável, segundo Rodrigues (1998) está eivado de contradições, inclusive na sua própria terminologia. Muitos o consideram falacioso, contraditório e meramente teórico. Outros o avaliam como uma nova roupagem do desenvolvimento capitalista, sob novos adjetivos, como “turismo sustentável”, “turismo equitativo”, “ecoturismo”, etc., para encobrir suas velhas práticas de expansão mundial em busca do lucro (DE ASSIS, 2002).

O que se verifica é a incorporação de outras dimensões ao termo desenvolvimento, sem questionar ou colocar travas ao crescimento econômico. Pode-se em um livre exercício, pensar o desenvolvimento sustentável como uma probabilidade condicional, quer dizer, a probabilidade de se alcançar o desenvolvimento sustentável é a probabilidade da preservação do meio ambiente

desde que haja crescimento econômico. Há aqueles que a veem como provável e há outros que não acreditam em absoluto.

Mesmo Sachs, um dos autores mais respeitados pela sua interpretação complexa do desenvolvimento sustentável, não escapa do crivo dos que advogam a incompatibilidade real entre este novo modelo de desenvolvimento e a globalização. Ouriques (1998) afirma que a tese de Sachs (1993) tem caráter, idílico, e que, de fato, não passa de mera retórica e trazem implícita uma argumentação economicista liberal, ou seja, a atividade turística é, na própria essência, incompatível com uma ideia de desenvolvimento sustentável (RODRIGUES, 2002).

Outra fragilidade do conceito de desenvolvimento sustentável reside na falta de clareza ou de mecanismos concretos que possibilitem o uso racional dos recursos, garantindo a qualidade de vida às gerações presentes e futuras. Neste sentido, Rodrigues (1999; p. 52) questiona:

Se as gerações presentes não estão sendo atendidas em suas necessidades mínimas e muito menos ouvidas, o que dizer das gerações que sequer estão fisicamente presentes para fazer qualquer solicitação? Pensar nas gerações futuras, mantendo as condições do presente não é, contraditoriamente negar a possibilidade de desenvolvimento ilimitado, negar a crença na tecnologia como uma forma de resolver os problemas presentes e futuros?

Assim, como nos anos 1950, a indústria foi propalada nos discursos desenvolvimentista dos governos do terceiro mundo - assim como no Brasil - hoje o turismo sustentável parece estar se transformando no 'novo mito do desenvolvimento', encarnando o que Chauí (apud Rodrigues, 2000) denomina um 'mito fundador', ou seja, "aquele que não cessa de encontrar outros meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo".

Nesta linha crítica, de acordo com Hidalgo (2008, p.106), a abordagem do desenvolvimento sustentável está ligada ao modernismo tecnológico, que dizer, através da construção de modelos de intervenção em que se confia fortemente nos mercados e nas novas tecnologias para resolver o problema ambiental. Verifica-se que o desenvolvimento sustentável como um objetivo alcançável e prático para o turismo ainda não alcançou a maturidade (KO, 2005).

Por mais que se atribua ao turismo a capacidade de não degradar o meio ambiente, de ser uma atividade contemplativa, uma “indústria sem chaminé”, que cada vez mais difunde o ecoturismo ou o turismo ecologicamente correto, quando analisamos as suas contradições, não podemos deixar de inquirir se o turismo sustentável é mais um ‘mito fundador’ que se aproveita dos ‘novos discursos’ para legitimar ‘velhas práticas’? (DE ASSIS, 2002).

Na continuidade trataremos de refletir sobre um conceito de desenvolvimento que seja capaz de promover um desafio aos discursos hegemônicos, modernizantes e industrialistas, e que não deixe se perder a ideia da geração de um mundo melhor para as gerações futuras, presente no discurso de desenvolvimento sustentável. Sugere-se uma nova definição de desenvolvimento a partir de um encontro entre as teorias de desenvolvimento humano (influenciado por Amartya Sen) e da abordagem territorial do desenvolvimento local endógeno como caminho para posicionar a contribuição potencial do turismo para a construção da civilização contemporânea.

2.4.2 Teoria do Desenvolvimento Humano e a abordagem do Desenvolvimento Local Endógeno no Turismo

A visão dominante do turismo como negócio importante, gerador de renda e emprego, levou à hegemonia das teorias voltadas a uma obediência cega à modernização (FAZITO et.al., 2017). Mesmo os estudos alternativos (sustentabilidade) não conseguiram transcender a visão de turismo apenas como gerador de renda, tornando a sua discussão estática e sem vida (FRANKLIN; CRANG, 2001). Se argumenta a necessidade de um discurso alternativo de turismo, capaz de contribuir para a transformação do meio. Para tanto, adota-se aqui o conceito de desenvolvimento humano e o de desenvolvimento local endógeno como este caminho. O encontro dessas teorias propõe uma convergência de conceitos humanos, sociais e territoriais que são complementares e que contribuem para uma releitura do conceito de desenvolvimento turístico, que tratamos na continuidade.

Com a crise dos anos oitenta as regiões mais ricas deixaram de poder financiar as regiões mais pobres, porque elas próprias apresentaram problemas de desenvolvimento econômico, e além disso, acumularam os principais problemas

sociais decorrentes da crise. Observa-se um reconhecimento das falhas do processo de desenvolvimento, uma rejeição ao modo de pensar e viver construído pela modernidade. Os teóricos da dependência e os economistas estruturalista da Cepal, como Celso Furtado ou Raul Prebisch, deixaram isso muito claro (subcapítulo 2.2). A desigualdade evoluía paralelamente ao crescimento econômico, as promessas de diminuição da pobreza e da miséria material não encontravam respostas frente à crescente vulnerabilidade social e aos riscos aos quais os indivíduos estavam expostos (FREITAS et.al., 2016).

Na década de 1990, não apenas se percebeu que os modelos estritamente fundados nos critérios econômicos convencionais não eram suficientes para explicar a mudança social, como também se passou a advogar a necessidade de dar maior atenção aos sujeitos sociais e às suas capacidades de alterar os padrões institucionalizados (FOX, 1996). Em outras palavras o paradigma tradicional da política regional deixou de responder aos novos desafios com que os políticos se deparavam, quer do ponto de vista do desenvolvimento, cujo objetivo deixou de ser a homogeneização, quer do ponto de vista da necessidade de novos instrumentos e sua governação (LOPES, 2016).

Neste contexto, emergem diversas abordagens que buscam compreender de modo mais amplo e integrado as transformações sociais e econômicas, sem cair nas armadilhas do economicismo, que geralmente recorre a uma ideia de etapas de desenvolvimento, com os países ditos “subdesenvolvidos” tendo que se adequar aos modelos das economias “avançadas” (subcapítulo 2.1). As novas teorias que enfatizam o potencial humano, social e endógeno de desenvolvimento, centram-se agora nos fatores imateriais do desenvolvimento, como a qualificação dos recursos humanos e a capacitação organizacional, deixando para segundo plano o investimento em infraestruturas, tão característico da política tradicional (LOPES, 2016).

É neste momento que os trabalhos do economista indiano Amartya Sen ganham visibilidade nos estudos sobre o desenvolvimento. Na visão de Sen, para pensar a equidade social, é necessário inserir nos debates a questão da diversidade humana, além de reconhecer os valores e as concepções de vida daqueles que seriam “alvos” dos “projéteis” de desenvolvimento. Os “atores sociais” passam a merecer a atenção que antes era dada prioritariamente ao Estado ou ao

Mercado. Na esteira de debates sociológicos em torno da capacidade de “agência” humana, vários autores procuraram reposicionar os indivíduos no centro das novas abordagens do desenvolvimento (GIDDENS, 1989; TOURAINE, 1994).

A adoção do conceito de desenvolvimento humano pelas Nações Unidas em 1990, baseado no trabalho de Amartya Sen e outros reconhecidos economistas (Mahbub ul Haq; Jean Drèze), contribuiu para uma evolução significativa do conceito de desenvolvimento. Para Amartya Sen, o crescimento econômico e os indicadores associados (PIB e indicadores de renda) possuem grande importância em termos de bem-estar humano, mas é insuficiente para compreender o conceito de desenvolvimento de maneira integral. Nesta linha, Sen questiona as concepções de desenvolvimento restritas ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e ao aumento das rendas pessoais, ou de qualquer outra avaliação que tivesse como critério único indicadores monetários.

Neste contexto de crise do paradigma tradicional do desenvolvimento e em consonância com o fortalecimento da teoria do desenvolvimento humano (da agência humana e das capacidades individuais/ GIDDENS, 1984; MAX-NEFF, 1984; SEN, 1985) que surge a abordagem territorial do desenvolvimento local endógeno (VÀZQUEZ BARQUERO; 1993; BOISIER, 1993; 2001). Com o paradigma do desenvolvimento endógeno há uma revalorização do pluralismo, das maneiras mais simples de vida e uma mudança no modo de pensar o território, se fortalecem as iniciativas locais e se dá importância a participação das comunidades no processo de desenvolvimento (FARIA, 2012).

A própria expressão “desenvolvimento endógeno” espalha, na opinião de Polèse (1998, p. 218) como “a esperança do próprio meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no “know-how”) dos próprios habitantes e das empresas das regiões”. Existe assim, a convicção de que as mulheres e os homens de determinado território devem ter capacidade para desencadear as adaptações mais adequadas às alterações do mercado internacional e, partindo das suas potencialidades e objetivos, orientarem o processo de desenvolvimento local (RIBEIRO; VEREIRO, 2007).

Nesta linha, o desenvolvimento local endógeno é aquele realizado em pequenos lugares de forma participativo, levando às mudanças socioestruturais,

com caráter endógeno (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002). Nele, os habitantes possuem relativa autonomia, para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles, e decidir como cada um pode contribuir com inovações. O desenvolvimento local ou endógeno visa reconhecer, fortalecer, incentivar processos internos às sociedades locais, que através da organização de seus próprios recursos, estratégias sociais, fortalecimento das estruturas de rede podem levar a processo de desenvolvimento alternativo, de acordo com cada sociedade, buscando proposta para a transformação social, fortalecendo valores comunitários (HIDALGO, 2008; VÁZQUEZ BARQUERO, 2007).

O turismo também se faz presente nesse crescente debate do desenvolvimento endógeno com o que se vem chamado de turismo comunitário (TC), no qual, as próprias comunidades locais são os protagonistas no desenvolvimento dessa atividade (CORIOLANO, 2012). As primeiras discussões sobre turismo comunitário – conceitualizado no mundo anglo-saxônico como *community-based tourism* (RUIZ-BALLESTEROS et.al., 2008) -, sucedem no início dos anos 1990, quando fatores de ordem econômica, social, cultural e política tomam maior visibilidade no mercado turístico, tendo a comunidade o foco dos debates (REED, 1997; MITCHELL; REID, 2001; OKAZAKI, 2008). Desde os anos 90 este modelo de turismo tem se expandido por todo o mundo impulsionado por instituições globais (WWF), governos nacionais (Peru, Equador e Brasil⁸) e organizações sociais de base (MST e ALBASUD⁹/ ANDREU, et.al., 2017).

O TC vem em resposta às formas convencionais do turismo, tendo como formato a troca de experiências e o envolvimento participativo na elaboração dessa atividade. O TC é considerado como um novo eixo do turismo, visto que, nessa nova modalidade as comunidades, assim como os visitantes desfrutam de trocas de saberes e experiências autênticas, promovidas pelo comércio justo, destaca-se para as práticas de cooperação, diferente ao turismo convencional, o qual é marcado pelo individualismo (MEQUIS, et. al., 2015).

⁸ No Brasil, um dos exemplos mais relevantes de TC é a praia do canto Verde, localizado no município de Beberibe/Ceará. Texto. Os autores Andreu et.al., 2017, fazem uma análise complexa sobre o estudo de caso do TC na prainha do canto verde, no artigo ¿Es viable a largo plazo el turismo comunitario? Lecciones aprendidas del caso de Prainha do Canto Verde (Brasil).

⁹ Movimento Sem-Terra (MST) e Investigación y comunicación para el desarrollo (ALBA SUD).

Em outras palavras, são os residentes os agentes principais do desenrolar de todo processo de desenvolvimento e zelam pela qualidade das relações interpessoais, interinstitucionais, aproveitam as sinergias em benefício da coletividade (MALDONADO, 2009). Portanto, o desenvolvimento do TC depende da forma de como a comunidade se relaciona, se há o desenvolvimento dessa rede solidária/endógena/capital social ou não, respostas que implicarão diretamente no seu desenvolvimento.

As propostas de desenvolvimento na escala humana e o turismo de base local devem mudar o eixo de interesse das ações e agir em consonância com as necessidades reais dos locais. Voltar o desenvolvimento para a escala humana e o turismo para benefício de comunidades, ou de desenvolvimento local e endógeno, significa adotar políticas que criem oportunidades de trabalho e renda para a maioria, sem deixar de dar a proteção social requerida, colocando o homem no centro do poder, promovendo sua realização (CORIOLANO, 2009).

2.4.2.1 Desenvolvimento humano e endógeno: Fortalezas, Críticas e desafios para os estudos do turismo

A atividade turística já não é considerada como atividade alternativa ou secundária, em muitos países, regiões ou territórios o turismo é a única opção de atividade econômica para as populações. Verifica-se cada vez mais o papel do turismo nas diferentes sociedades, e por isso existe a necessidade de buscar caminhos teóricos e metodológicos capazes de transformar o turismo nesse motor de desenvolvimento, para além de uma perspectiva simplista ou utilitarista do papel do turismo nas sociedades.

Mudar a visão do desenvolvimento significa substituir ideias, compromissos, significados assim como mudar indicadores por aqueles mais representativos dessa construção mental remetidos à sociedade a não apenas à economia. Existe uma necessidade real e atual, para que a discussão acerca do turismo e o discurso do desenvolvimento possam ultrapassar debates fincados estritamente em "dados duros" (PIB e renda). Necessita-se, de indicadores do crescimento qualitativo e não apenas econômicos, incluir dimensões que possam medir, de fato, o papel do

turismo no desenvolvimento socioeconômico dos territórios para um planejamento mais eficiente.

Desde esta afirmação, se apresenta as teorias de desenvolvimento humano e do desenvolvimento local endógeno como um caminho teórico e metodológico para a eficiência do planejamento socioterritorial do turismo nas diferentes escalas, dimensões e territórios. Entre as fortalezas da teoria do desenvolvimento humano, se destaca, sobretudo, o foco em dimensões humanas e sociais (multidimensional), quer dizer não se restringe unicamente a uma análise economicista.

Outro ponto forte, é o entendimento sobre as estruturas e agência humana. A teoria do desenvolvimento humano considera os indivíduos e grupos como atores ou agentes sociais. A análise não parte dos impactos ou dos efeitos socioeconômicos ou ambiental sobre os grupos (tão utilizado nas teorias da modernização, dependência, neoliberalismo ou desenvolvimento sustentável), mas sobre os diferentes graus de capacidade (alta, média ou baixa) de cada indivíduo ou grupo de enfrentar, superar ou manejar com as dificuldades frente as mudanças socioeconômicas. Quer dizer, em resumo, os autores que contribuíram para essa teoria (subcapítulo 2.4.2), acreditavam na heterogeneidade da sociedade e, conseqüentemente na capacidade de resposta ou não (vulnerabilidade) dos indivíduos de alcançar melhores níveis de níveis.

A adoção do conceito de desenvolvimento humano, vem sendo utilizada desde os anos 1990, e contribuiu para uma evolução significativa nos estudos referente ao binômio desenvolvimento-pobreza. Em relação ao turismo, não existem muitos trabalhos que incluam a teoria do desenvolvimento humano, e quando fazem, na sua maioria, ainda são trabalhos no campo mais teórico. Um dos grandes desafios é inserir essa teoria aos estudos do turismo (FAZITO et.al, 2017), assim como poder identificar e selecionar variáveis para a medição do desenvolvimento turístico em uma escala humana.

Quadro 1: Fortalezas, críticas e desafios das TDH e do TDLE para os estudos do turismo

Referencias das teorias	Fortalezas	Críticas	desafios
Teoria do Desenvolvimento humano (TDH)			
Foco	Escala humana e social	Não existem muitos trabalhos em turismo que tenham trabalhado desde a teoria do desenvolvimento humano, e quando fazem, são trabalhos ainda no campo teórico.	Inserir teoricamente e metodologicamente a teoria do desenvolvimento humano aos estudos do turismo
Análise	Abordagem das capacidades e da estrutura e agencia (vulnerabilidade)		

dimensões	Educação, trabalho, esperança de vida, renda, bem-estar, felicidade, etc.	Dificuldade de identificar e medir as variáveis humanas;	Identificar e selecionar variáveis para a medição do DH nas diferentes escalas (macrossocial e microssocial) e sua relação com o turismo
Escala de atuação	Dialético (estrutura e agência)	Dificuldade de analisar as estruturas e a agência (capacidade de resposta dos grupos), desde uma perspectiva dialética	
Desenvolvimento Local endógeno (DLE)			
Foco	Desenvolvimento local/endógeno Turismo local	Nicho de mercado: turismo comunitário, turismo local, turismo rural, turismo cultural, turismo religioso, etc.	Focalizar no desenvolvimento local/endógeno: inserir políticas estratégicas para transformar as condições socioeconômicas e políticas locais.
Análise	de baixo pra cima: *leva em consideração a escala microssocial	Não leva em consideração as questões macroestruturais e sua importância sobre os territórios	Inserir a análise e um planejamento desde uma perspectiva da dialética macro (estrutural) e micro (conjuntural).
Conexão com outros setores	Alta conexão: Valorização do patrimônio natural e cultural	Existem alguns estudos de caso que mostram que as atividades tradicionais foram secundarizadas ou enfraquecidas em prol do turismo	Apostar por políticas Multissetoriais em prol de um território multifuncional
dimensões	Equidade, sustentabilidade e participação (capital social)	Existem muitos trabalhos teóricos sobre o DLE e, também sobre algumas experiências, mas ainda é reduzida as análises e avaliação práticas sobre os impactos.	Construir Indicadores para a mensurar e avaliar o grau de desenvolvimento local das comunidades turísticas.
Escala de atuação	Local/Comunidade: *turismo comunitário: respeito as características intrínsecas da comunidade	não leva em consideração a heterogeneidade dos grupos existentes na comunidade	Buscar ferramentas para identificar a heterogeneidade da comunidade e os diferentes grupos existentes para uma gestão eficiente e multissetorial
		Dificuldade de planejamento e gestão do território	Estratégia de desenvolvimento local como um enfoque integral

Elaboração própria

As preocupações sobre o desenvolvimento local endógeno (DLE) têm se destacado no âmbito acadêmico do turismo (MALDONADO, 2006; ROUSSEL, 2006; RUIZ-BALLESTEROS, 2008; CORIOLANO, 2009; 2013). Opções para o planejamento de ações para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento social, para o desenvolvimento sustentável, entre outras estratégias de desenvolvimento, surgem constantemente em livros e em revistas científicas (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015). Um dos pontos fortes sobre a perspectiva do DLE e o turismo é o foco das políticas públicas orientadas aos interesses individuais e coletivos dos sujeitos, pautados em estratégias endógenas,

pertencentes e plenamente assumidos pelo tecido social local, uma vez que são os atores locais e seu território que devem ser desenvolvidos de forma a gerar benefícios presentes e futuros.

A pesar da importância teórica da teoria do DLE e da sua difusão e apoio recebido, sobretudo no âmbito do turismo, a maior crítica aos modelos expirados desde esta teoria se argumenta que, em numerosos casos, estes projetos não tem uma intenção transformadora das condições socioeconômicas e políticas da comunidade, ao contrário, está muito mais orientado a proporcionar um novo nicho de mercado a indústria turística global. Por isso, que o maior desafio da teoria do desenvolvimento local e endógeno é a construção de políticas que possam, de fato, ser orientadas a transformar as condições socioeconômicas locais e maximizar os efeitos positivos do turismo sobre o bem-estar social da comunidade.

O desenvolvimento local surge, assim como um processo centrado numa ideia de desenvolvimento que é, em última instância, o aumento global do bem-estar das pessoas, e através da sua participação e exercício duma cidadania ativa, a qual só se pode fazer de baixo para cima, ou seja, só se pode fazer a partir da comunidade (microsocial). Apesar do DLE focalizar sua análise e planejamento sobre as características intrínsecas da comunidade e do território, este enfoque não argumenta suficientemente que as economias locais estão integradas em sistemas produtivos nacionais e internacionais e que, de uma forma ou de outra, estas econômicas são afetadas pelos próprios processos nos que participam (VÁZQUEZ BARQUERO, 2007). No caso do turismo local ou comunitário, não são consideradas as limitações macroestruturais ao controle local do turismo (ANDREU et.al., 2017).

Em resumo, este tipo de estratégia, embora busque uma substituição parcial da política regional (centralizada) por uma política local (descentralizada), quando praticado isoladamente mostra-se insuficiente e insustentável na promoção do desenvolvimento endógeno da economia local (RÉVEZ, 2014). Em resumo, o Desenvolvimento endógeno depende do nível de organização das instituições, mercado, Estado e sociedade civil, mas também depende das políticas macroeconômicas e sociais do país. Por isso, que o maior desafio do DLE é a inserção de uma gestão dialética, que leve em consideração tanto os aspectos macrossociais (questões estruturais) quanto os aspectos microsociais

(conjunturais), ou seja, de um planejamento que integre a agencia humana (atores locais e/ou *stakeholders*) e as estruturas sociais e políticas (Estado, Mercado e Sociedade).

O turismo comunitário ou turismo local tem como formato a troca de experiências e o envolvimento participativo da elaboração da atividade. Este turismo alternativo ao turismo convencional vem se intensificando e se definido como um processo de mudança no papel do turismo em comunidades promovendo diversos benefícios, que vão desde a valorização das culturas locais e do patrimônio natural à intensificação de redes solidárias. Deste modo, o turismo se põe como um dos mecanismos de viabilização desse processo de desenvolvimento local endógeno, valorizando os modos de vida tradicionais.

Embora teoricamente exista uma corrente que aponta o DLE como um caminho a fortalecer e valorizar os modos de vida tradicionais, existem alguns estudos de caso, que demonstram que as atividades tradicionais foram secundarizadas ou enfraquecidas em prol do turismo (POLET, 2011; CABANILLA, 2015). O maior desafio é atentar-se para que essas atividades não se tornem atração em grande escala, posto que o turismo é apenas uma opção de renda extra (SANSOLO, 2009). Deve-se priorizar políticas de caráter multissetorial em prol de um território multifuncional (SEGRELLES, 2007; COVARRUBIAS; RODRÍGUEZ, 2018), valorizando um equilíbrio entre o turismo e outras atividades comum da comunidade – como a pesca artesanal, agricultura de subsistência, artesanato, etc. (PICORNELL, 2015).

A teoria do DLE potencializa uma série de dimensões sociais e territoriais – para além de dados estritamente econômico -, trazendo à tona a importância de dimensões como o capital humano, o capital social, o planejamento participativo, cooperação, equidade, sustentabilidade, etc. Existem muitos trabalhos teóricos sobre o DLE e, também sobre algumas experiências locais de desenvolvimento na escala endógena – sobretudo no tema de turismo -, mas ainda é reduzida ou quase nula as análises ou avaliações em termos práticos sobre os impactos dessa atividade sobre as comunidades ou o nível de desenvolvimento gerado por essas estratégias de DLE.

A escassez de trabalhos de avaliação do DLE in lócus, tem relação com a dificuldade prática em quantificar e qualificar as dimensões de caráter social e

humana, como exemplo: o grau de capital social da comunidade, ou nível de participação e cooperação entre os membros da comunidade, as redes de confiança e solidariedade, o grau de capital humano das famílias, e etc. Por isso, um dos maiores desafios da gestão do DLE, é a criação de estratégias e técnicas de avaliação para a medição do cumprimento de metas e dos compromissos institucionais. Em outras palavras existe a necessidade de quantificar e qualificar as dimensões humanas, sociais e territoriais, assim como construir indicadores para a mensurar e avaliar o grau de desenvolvimento local endógeno das comunidades – sejam elas turísticas ou não.

Diferente das outras teorias que prezam pela modernização e homogeneização das comunidades sem levar em consideração os aspectos culturais, naturais, ambientais e políticos intrínsecos dos diferentes territórios do mundo, a teoria do DLE - como exemplo prático, o turismo de base comunitária - se baseia teoricamente como um caminho para o respeito destas características intrínsecas, e conseqüentemente da valorização da heterogeneidade entre estas comunidades. Idílica e romântica a respeito dos grupos das comunidades.

A pesar desta abordagem levar em consideração que as comunidades são heterógenas entre si, não leva em consideração que existe também uma heterogeneidade dentro de cada comunidade. Ou seja, algumas das propostas de TC apresentam as comunidades locais como grupos homogêneos, desprovidos de diferenças sociais e ausentes de lutas de poder interno (DURKHEIM, 1997; BIACCHI, 2003). Existe um desafio de entender a comunidade desde a heterogeneidade da população - escapando de uma noção romântica ou idílica de comunidades - e, conseqüentemente dar voz aos diferentes grupos e a heterogeneidade de opiniões e valores, buscando uma gestão mais eficiente.

Em resumo, o turismo deve ser analisado com maior profundidade junto a todas as suas variáveis desde diferentes óticas, assim como demonstra ser, um fenômeno complexo. É importante acelerar esse tipo de pesquisa e contribuições, especialmente aquelas que podem contribuir ativamente para os processos de inovação. Todos estes estudos devem fortalecer um modelo que aspire os princípios do desenvolvimento local, humano e sustentável, com estratégias que sejam executadas desde a ótica comunitária e que busquem minimizar os efeitos

negativos que podem causar um turismo espontâneo e não planejado sobre modo de vida, a cultura e bem-estar social das comunidades,

2.5 ESTUDOS ANALÍTICO-INTERPRETATIVOS DO TURISMO: desafio conceitual e metodológico para a análise do turismo

A contribuição do turismo ao desenvolvimento vai depender de onde se quer chegar, isto é, a um crescimento econômico tradicional, medido através de indicadores convencionais, incorporando o destino no contexto global do turismo ou a um desenvolvimento mais humano, com mais oportunidades, com mais equidade, utilizando ferramentas para um desenvolvimento prudente e para a transformação social (CAÑADA; GASCON, 2007). Trata-se de desfazer as malas de um mundo conceitual limitado pela racionalidade econômica. Para tanto, o objetivo deste subcapítulo é fazer uma revisão crítica sobre os estudos analíticos do turismo e apostar por um discurso alternativo desde uma perspectiva teórica mais humana, assim como apostar por um caminho alternativo para avaliar, planejar e fazer o turismo desde o enfoque da vulnerabilidade social (estrutura e agência humana).

O impressionante avanço do turismo tanto nos países desenvolvidos quanto em viés de desenvolvimento e sua contribuição à reestruturação socioespacial de países, cidades e comunidades orientado pelas diferentes teorias de desenvolvimento (anteriormente mencionadas), impulsionou a criação de um corpo doutrinal, conceitual e metodológico de base multidisciplinar (economia, sociologia, geografia, antropologia, e outros) o que propiciou guiar e planificar seu desenvolvimento em todas as suas fases, esferas e nas diferentes escalas (local, regional e internacional/COHEN, 2005; HIERNAUX-NICOLAS, 2002).

Em relação ao marco analítico-metodológico e prático dos estudos do turismo, Jafari (2005) classificou em quatro grupos principais, cada um deles indicativo de certa posição ou plataforma teórica. Em relação à primeira plataforma chamada “apologética”, esta apareceu como resultado do esforço de uma série de indivíduos, firmas e instituições - que incluíam empresas privadas, agências públicas e associações da indústria, entre outras – direta ou indiretamente interessadas nos aspectos econômicos e positivos do turismo.

Estes “grupos de interesses” argumentam que o turismo é uma indústria intensiva que beneficia a muitos setores econômicos e conseqüentemente uma fonte de trabalho e renda (BUTTLER e WALDBROOK, 2003)¹⁰. Estes grupos de interesses apresentam o turismo como uma alternativa econômica viável para muitas comunidades e países como gerador de divisas, principalmente nos países em via de desenvolvimento (DURBARRY, 2004).

Essa plataforma analítica e interpretativa do turismo associada às teorias utilitaristas e economicistas de desenvolvimento (como exemplo, as teorias da modernização e neoliberal, subcapítulos 2.1 e 2.3) se apoia, sobretudo em dados estritamente econômicos, para reforçar os pontos positivos da atividade turística e para consolidá-la como alternativa para os diferentes territórios do planeta (quadro 2). As ideias dominantes são divulgadas e propagadas até a formação de um discurso coletivo, daí por que todos afirmam que o turismo é gerador de emprego e renda. E conseqüentemente, o porquê daqueles territórios que ainda não se inseriram nos roteiros turísticos, lutam para sua inclusão. Nesta linha, o Estado adota normas e posiciona-se a favor das empresas, com políticas indutivas da economia cujos os discursos ratificam a proposta neoliberal, engrandecem o mercado e omitem sua missão.

Quadro 2: Benefícios do turismo para as comunidades e países segundo a Plataforma Apologética

Benefícios econômicos	Benefícios socioculturais
<ul style="list-style-type: none"> • Cria emprego (tempo completo, sazonal, a tempo parcial, baixa qualificação); • Gera divisas; • Usa a infraestrutura existente; • Usa produtos locais; • Facilita o desenvolvimento econômico; • Complementa outras atividades econômicas; • Tem efeitos multiplicadores; 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhora a educação • Promove o entendimento internacional e a paz; • Pode reduzir barreiras (linguísticas, socioculturais; raciais; políticas; religiosas); • Reforça a manutenção da cultura e o patrimônio; • Promove o cosmopolitismo e a participação na comunidade global; • Melhora a apreciação da cultura própria;

Fonte: Jafari (2005)

Com o passar do tempo, algumas observações pontuais, assim como, algumas investigações sobre os efeitos do turismo começaram a colocar em questão a plataforma apologética, chamada por Jafari de plataforma Precautiva. A

¹⁰ Original de 1991

plataforma precautiva é formada, sobretudo por críticos estruturalistas, marxistas (neomarxistas) ou cepalistas (subcapítulo 2.2). Essa plataforma era composta, sobretudo, por membros da comunidade científica, especialmente algumas instituições públicas e privadas preocupadas com a proteção das culturas, dos povos tradicionais e da natureza (meio ambiente).

Sua mensagem não se limitava apenas aos benefícios econômicos, se não, que ampliou a discussão acerca dos impactos negativos do turismo, como: A precariedade dos empregos criados e a informalidade; o caráter empresarial e capitalista da atividade; a inflação, a dependência econômica dos países periféricos aos países centrais, assim como os problemas ambientais e sociais decorrentes da atividade (quadro 3). Nesta vertente mais negativa sobre o turismo, aparecem posturas como a de Bryden (1973), Turner (1976), De Kadt (1979) e Smith e Eadington (1992).

Quadro 3: Custos econômicos e socioculturais do turismo segundo plataforma Precautiva

Custos econômicos	Custos socioculturais
<ul style="list-style-type: none"> • Causa inflação; • Aumenta importações supérfluas; • Cria sazonalidade e contribui ao desemprego; • Susceptível a mudanças, rumores, crises, epidemias, flutuações econômicas; • Desenvolvimento desequilibrado • Dependência exterior • Cria efeitos de demonstração • Destrói recursos e cria poluição visual 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribui a criar barreiras de comunicação; • Gera estereótipos; • Pode induzir a xenofobia; • Poluição social; • Mercantilização de comunidades e de sua cultura, religião, arte e ademais; • Debilita a estrutura familiar; • Contribui com a prostituição; • Pode incrementar a delinquência; • Pode gerar conflitos na comunidade local;

Fonte: Jafari (2005)

A grosso modo, ambas as plataformas *precautiva ou apologética) se limitam a analisar os efeitos ou impactos do turismo, ao invés de buscar uma análise mais profunda que possa apresentar as causas e os porquês. Como resultado destas investigações é apresentado uma série de impactos ambientais, culturais, sociais, políticos e, sobretudo econômicos (esquema 3). Sejam pesquisas acadêmicas ou governamentais as interpretações analíticas se concentram nos impactos, apresentando, ora os impactos positivos, ora os impactos negativos, ora os dois.

Contudo, em consonância com as análises superficiais do marco teórico-metodológico, os diferentes impactos são distribuídos em uma espécie de balança entre os pós e contra da atividade turística, onde os impactos negativos (sociais,

ambientais e culturais), na maioria dos casos, são assumidos a favor dos impactos positivos (estritamente econômicos) ou em uma minoria dos casos, estas análises-interpretativas contribuem para o surgimento de novos adjetivos do turismo.

Esquema 3: Balança de pós e contra do turismo



Percebe-se ainda que sua relação imediatista com a prática, sem revelar os impactos em longo prazo, coloca o turismo em uma superficialidade pobre de percepção e infeliz de resultados para a sociedade em geral. São paradigmas criados por gestores públicos e privados sem o conhecimento abrangente e que muitas vezes tornam a atividade tanto benfeitora, em perspectivas quantitativas evasivas, quanto malfeitoras, já na abordagem qualitativa percebida na sociedade, no meio ambiente, na economia e na cultura dos destinos visitados (DA CRUZ et. al., 2008).

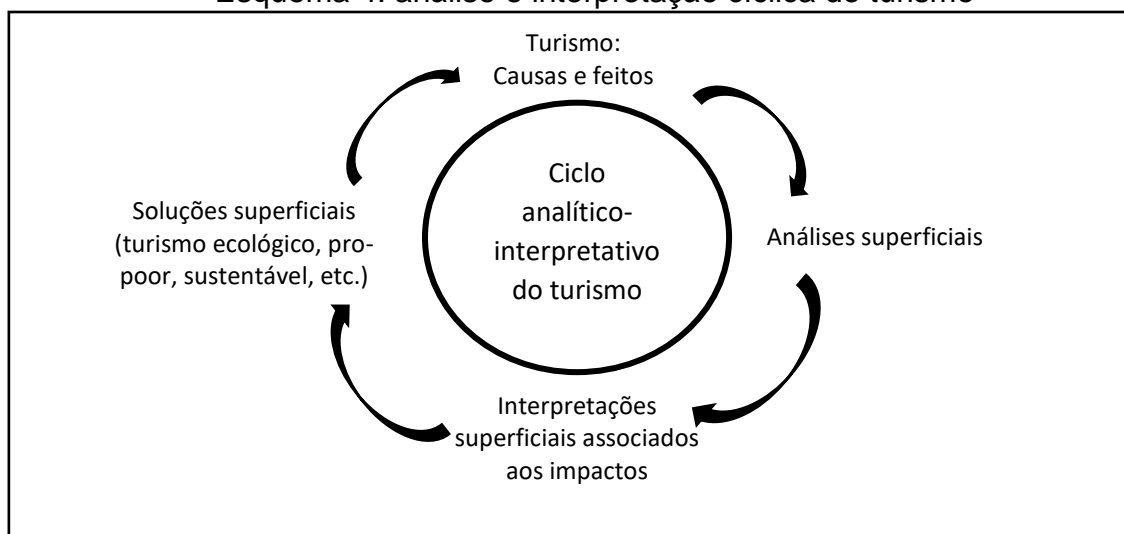
Assistimos uma “luta de braço”, entre correntes que apoiam o turismo, e assumem os impactos ambientais e sociais para que possa haver crescimento econômico (JENKINS; HENRY, 2000), e do outro lado, as correntes que alertam os prejuízos advindos da atividade do turismo (SINCLAIR; STABLER, 2009), tanto por seus efeitos devastadores à natureza, quanto por associarem o turismo com o próprio processo de neocolonialismo (ARCHER; COOPER, 2001; HARVEY, 2007).

Conseqüentemente do debate polarizado entre a teoria apologética e precautiva e dos efeitos e impactos da atividade turística, ora positivos ora negativos foi criado uma terceira plataforma durante os anos oitenta, o que Jafari chama de plataforma adaptativa. Essa plataforma interpretativa dos estudos do turismo argumenta sobre formas alternativas de turismo que pudessem ter menores efeitos negativos sobre a natureza e as comunidades (SHARPLEY; TELFER, 2014).

Em resumo, existe uma inserção de políticas de correção superficial da prática do turismo que a grosso modo privilegia a inserção do “mesmo turismo” (a favor das empresas e dos lucros), entretanto com uma nova cara ou novos adjetivos (turismo social, ecológico, etc.), o que causa ou poderá causar novos efeitos e agravar as situações de vulnerabilidades sobre uma comunidade e/ou grupos historicamente e estruturalmente vulneráveis.

Esse ciclo vicioso entre as análises interpretativas e políticas públicas não é natural, faz parte de um processo manipulado pela própria estrutura de oportunidades (Estado, mercado e sociedade), que necessitam justificar o turismo como motor de desenvolvimento nas comunidades (esquema 4). Contudo, este desenvolvimento é apenas um discurso a favor dos seus próprios benefícios e lucros, e, por isso que existe um desafio teórico metodológico para uma análise mais complexa das causas e dos efeitos da atividade turística, fato que não é possível com a análise interpretativa da avaliação dos impactos.

Esquema 4: análise e interpretação cíclica do turismo



A pesar dos avanços dos estudos do turismo, a análise dessa atividade, assim como o seu desenvolvimento ainda não consegue desamarrear-se dos objetivos e interesses do mercado e do Estado. Por isso, pesquisadores como Jafari (2005) e Nogués-Pedregal (2009; 2016), chamam atenção sobre o papel do turismo na atualidade, e a necessidade do turismo, assim como outras indústrias bem estabelecidas, de recobrar sua própria voz pública; atuar com decisão; prever os acontecimentos (tanto positivos quanto negativos); formular opções; ter

alternativas à sua disposição e ademais poder influir e incluso canalizar os acontecimentos antes que se produzam.

Um fenômeno tão complexo como o turismo não pode ser analisado e interpretado a partir dos efeitos ou impactos, mas da sua capacidade transformadora dos lugares e territórios. Ademais, para compreender a relação entre turismo e desenvolvimento, cabe centrar-se, não apenas nas estruturas de poder (Estado e Mercado), mas também deve-se levar em conta o conjunto de indivíduos e/ou grupos que compõe uma sociedade, pois esse conjunto não é uma forma homogênea, ao contrário, é uma massa heterogênea e segmentada socialmente (GIDDENS, 1994). Consequentemente a heterogeneidade contribui em uma desigual divisão de poder, fazendo com que certos indivíduos consigam manejar seus recursos com mais facilidade, e influenciar as estruturas em seu benefício próprio.

Em resumo, a análise dos impactos quando focaliza apenas nos efeitos do turismo, e não sobre as questões mais complexas (causas de fundo, pressões dinâmicas, vulnerabilidade ou capacidade de respostas dos indivíduos e grupos, etc.) contribuem para uma interpretação parcial da realidade e das situações dos indivíduos e grupos, o que limita a sua capacidade prática para solucionar ou propor uma revisão dos projetos turísticos no mundo. Em termos geral, as análises de impactos não têm gerado um produto empírico suficientemente forte como para sustentar um discurso alternativo capaz de enfrentar-se ao discurso hiperdesenvolvimento, hegemônico e curto-prazista dos porta-vozes do turismo (ALEDO, 2016).

Das inúmeras limitações do marco-metodológico, da avaliação dos impactos, é possível destacar as principais: a) possui uma limitada capacidade de análise causal (limita-se aos efeitos); b) a subordinação da diversidade de impactos ambientais e socioculturais frente à hegemonia econômica; c) a ausência da análise da dialética entre estrutura e agência humana; d) as populações locais são consideradas atores passivos frente aos impactos externos e; e) a incapacidade de criar um quadro de soluções - estruturais e/ou adaptado à realidade e necessidade das comunidades - para os tomadores de decisão.

Acreditamos que uma parte destes déficits podem ser solucionados com a inclusão do enfoque da vulnerabilidade à avaliação do desenvolvimento do turismo.

Com o enfoque da vulnerabilidade se analisam as causas profundas e estruturais dos efeitos do turismo; se introduz a tensão entre as estruturais e a agência humana ao levar em conta as estratégias de indivíduos e famílias de aproveitar ou serem afetados pelas forças estruturais que influenciam na sua capacidade de acesso aos recursos para melhorar seu bem-estar. A grosso modo, a análise da vulnerabilidade reconhece o papel ativo das populações locais no processo de adaptação ao fenômeno turístico, assim como sua capacidade de influir nele (ALEDO, 2016).

Nesta linha, pretende-se, neste trabalho propor um marco conceitual, metodológico e prático para analisar, medir e avaliar empiricamente o desenvolvimento humano e local em comunidades a partir da inserção do enfoque da vulnerabilidade social. A inserção do enfoque da vulnerabilidade aos estudos do turismo permitirá teoricamente uma visão alternativa sobre o conceito de desenvolvimento - procurar-se-á avançar no entendimento dos condicionantes além da pobreza e crescimento econômico - e empiricamente focalizará à análise sobre a relação entre o turismo e as diferentes condições de vulnerabilidade social nas diferentes comunidades. A análise da estrutura e da agência humana, desde o enfoque da vulnerabilidade social proporcionará informação de qualidade para o processo de desenho de políticas públicas orientados ao desenvolvimento humano e endógeno das comunidades.

CAPÍTULO 3.
PROPOSTA CONCEITUAL E METODOLÓGICA: O ENFOQUE DA
VULNERABILIDADE SOCIAL PARA AVALIAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO NOS TERRITÓRIOS TURÍSTICOS

CAPÍTULO 3. PROPOSTA TEÓRICA-CONCEITUAL E METODOLÓGICA: O ENFOQUE DA VULNERABILIDADE SOCIAL PARA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NOS TERRITÓRIOS TURÍSTICOS

Ao largo do tempo, o conceito de desenvolvimento vem incluindo aspectos não apenas econômicos como também aspectos sociais, políticos e ambientais. Estes aspectos têm aparecido nos estudos sobre desenvolvimento desde campos como a sociologia, a antropologia, a ciência política (MUÑOZ MAZÓN et.al., 2012) e na geografia (BOHLE, 2010). Esta mudança de paradigma sobre uma visão alternativa do desenvolvimento está contribuindo com novidades e incorporação de postulados ligados a elementos de máxima relevância como os de capital humano, capital social, governança e cidadania. Contudo esta mudança de paradigma ainda é a exceção e não a prática nos estudos do turismo, o que torna um desafio conceitual e metodológico para os novos estudos.

Por isso Jafari (2005) alerta que os estudos do turismo devem recobrar sua própria voz pública; prever os acontecimentos e ademais poder influir e incluso canalizar os acontecimentos antes que se produzam. A partir dessa lógica, cabe perguntar, não somente sobre o desenvolvimento turístico nos territórios, mas se à atividade do turismo (em sua complexidade) está contribuindo para o desenvolvimento humano e bem-estar social dos grupos. Nas palavras de Coriolano (2003) para que o desenvolvimento se concretize não basta crescer apenas a economia, a produção da riqueza ou o Produto Interno Bruto (PIB), mas deve-se preocupar-se em como se distribui essa riqueza.

Seguindo esta linha crítica, argumentamos que os estudos do turismo ao invés de preocupar-se com o aumento das receitas turísticas deveriam centrar-se sua preocupação na distribuição e no acesso a essas receitas. Em outras palavras, os debates centrais sobre o turismo deveriam girar em torno à pergunta se a

atividade do turismo, planejada nas últimas décadas nestes países, está sendo capaz de contribuir para o desenvolvimento local e bem-estar social dos indivíduos, ou, se ao contrário está reforçando e agravando a vulnerabilidade social sobre os grupos locais?

Como um caminho para o entendimento sobre a relação turismo e desenvolvimento, apostamos na inserção do enfoque da vulnerabilidade aos estudos do turismo. Com a inserção deste enfoque aos estudos do turismo é possível analisar as causas profundas dos efeitos do turismo, introduzindo a tensão entre as estruturas e a agência humana, ao considerar as estratégias de indivíduos e famílias de aproveitar ou de ser afetado pelas forças estruturais que influenciam na capacidade dos indivíduos de acessar aos recursos e oportunidades para melhorar sua condição de bem-estar. Esta análise focaliza sobre a situação dos grupos locais em contraposição aos turistas, reconhecendo o papel destes grupos locais em um processo de adaptação ao fenômeno turístico, assim como sua capacidade de influenciá-lo.

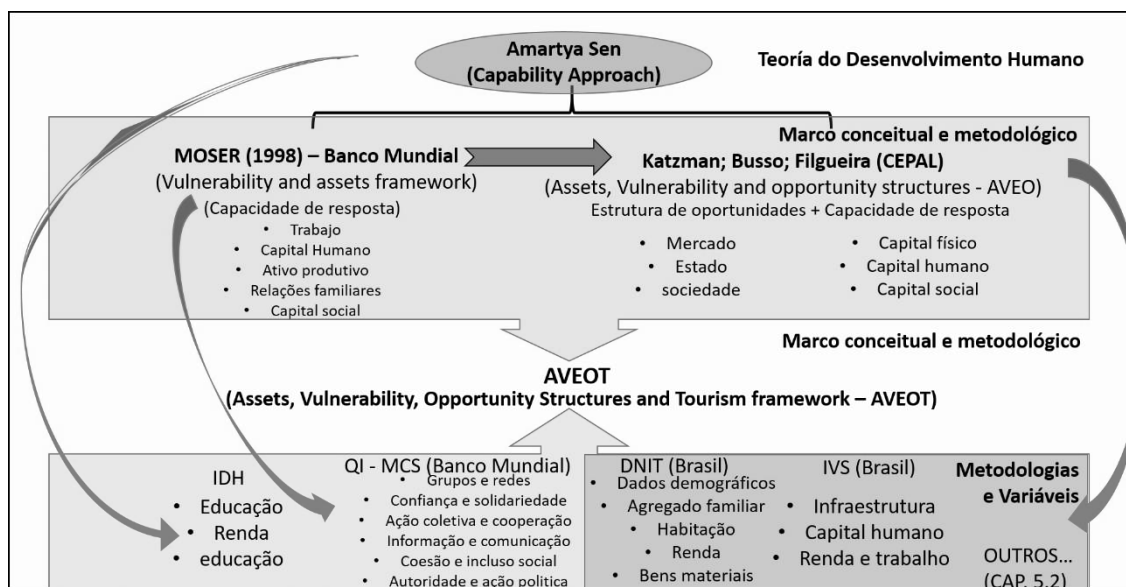
Neste trabalho reconhece-se, portanto, o caráter multifacetado, multidimensional e multissetorial da vulnerabilidade e como este enfoque pode ser um caminho interessante em âmbitos teóricos, conceitual e metodológico para a medição, gestão e avaliação do desenvolvimento das comunidades turísticas e, conseqüentemente contribuir para o desenho de políticas públicas que possam orientar a minimizar os efeitos negativos e maximizar os efeitos positivos do turismo sobre os diferentes grupos e comunidades a partir das necessidades reais dos indivíduos e famílias (ALEDO, 2016). A ideia geral é a de promover um diálogo entre as dimensões sociais e o desenvolvimento econômico e, com isso, desenvolver e implementar estratégias de redução da vulnerabilidade social em cenários turísticos que sejam mais eficazes.

Portanto, desde o objetivo inicial de inserção do enfoque da vulnerabilidade social aos estudos do turismo e desenvolvimento, foi possível construir um quadro conceitual e metodológico para auxiliar na identificação, medição, avaliação, planejamento e gerenciamento das questões sociais associadas ao desenvolvimento do turismo e grandes projetos em qualquer comunidade que tenha uma relação econômica direta ou indireta com o turismo, baseando-se, de um lado, na condição de vulnerabilidade ou incapacidade dos domicílios em administrar o

portfólio de ativos (físico, humano e social) para alcançar uma melhor qualidade de vida, e do outro, sobre as oportunidades disponíveis (ou não) nos distintos socioeconômicos.

O presente quadro conceitual e metodológico “*assets-vulnerability, structure of opportunities and tourism*” (AVEOT) foi construído iterativamente em base a teoria social das capacidades humanas “*Capability Approach*” de Amartya Sen (1985; 1987); do quadro conceitual e metodológico “*asset-vulnerability framework*” de Moser (1998); e finalmente pelo enfoque conceitual e metodológico da vulnerabilidade social “*activos-vulnerabilidad y estructuras de oportunidades*” (Katzman et.al. 1999a), ambos aplicados a questões de desenvolvimento humano, pobreza, exclusão e desigualdade social (esq. 5).

Esquema 5: Base teórica, conceitual e metodológica de construção do AVEOT



Além do marco teórico, conceitual e metodológico principal foi realizado um *survey* sobre os principais trabalhos metodológicos relacionadas diretamente com o enfoque da vulnerabilidade social - reconhecidos internacionalmente e nacionalmente -, para a identificação e seleção de variáveis e questões sociais associadas ao conceito de desenvolvimento humano e bem estar social para a construção do quadro AVEOT, como exemplo: IDH (índice baseado na abordagem das capacidades de Amartya Sen); QI-MCS (realizado pelo Banco Mundial, baseado no quadro de Moser, 1998); Índice de Vulnerabilidade Social/Brasil);

Pesquisa Básica de Vulnerabilidade Socioeconômica (DNIT, 2013) – ambas influenciadas pelo quadro metodológico AVEO (esq.5).

No que diz respeito à apresentação dos subcapítulos, os três primeiros focalizam sobre os três marcos teóricos, conceituais e metodológicos de referência, tomados para a elaboração do AVEOT, são eles: Subcapítulo 3.1: AMARTYAN SEN E O “CAPABILITY APPROACH”: Desenvolvimento humano como um novo paradigma; Subcapítulo 3.2: MOSER E O “THE ASSETS VULNERABILITY FRAMEWORK”: O papel ativo dos indivíduos e grupos na superação da pobreza; Subcapítulo 3.3: ACTIVOS-VULNERABILIDAD Y ESTRUCTURAS DE OPORTUNIDADES (AVEO): o enfoque da vulnerabilidade social na América Latina; e 3.4 Capacidade teórico, conceitual e metodológica do enfoque da vulnerabilidade social.

O objetivo desta primeira parte é apresentar em profundidade os marcos teóricos e conceituais utilizados para a elaboração do AVEOT, assim como aprofundar e identificar as categorias de análises e os conceitos-chaves para cada marco teórico. Na continuação, também foi possível identificar algumas metodologias-práticas elaboradas e fundamentadas desde as teorias da “Capability Approach” (Sen), Assets And Vulnerability (Moser) e AVEO, o que consequentemente contribuiu para a seleção de conceitos, variáveis e ferramentas empíricas (quantitativas e qualitativas) para a elaboração do quadro e, também para a construção da metodológica-prática da tese (capítulo 4).

Para finalizar, o subcapítulo 3.4 - *Operacionalização do enfoque da vulnerabilidade social para a avaliação do desenvolvimento em cenários turísticos* - tratamos de apresentar o quadro AVEOT, conjuntamente com as questões-chaves, conceitos, variáveis e principais marcos lógicos possíveis para a investigação e avaliação do desenvolvimento em cenários turísticos (nas diferentes escalas) desde o enfoque da vulnerabilidade social.

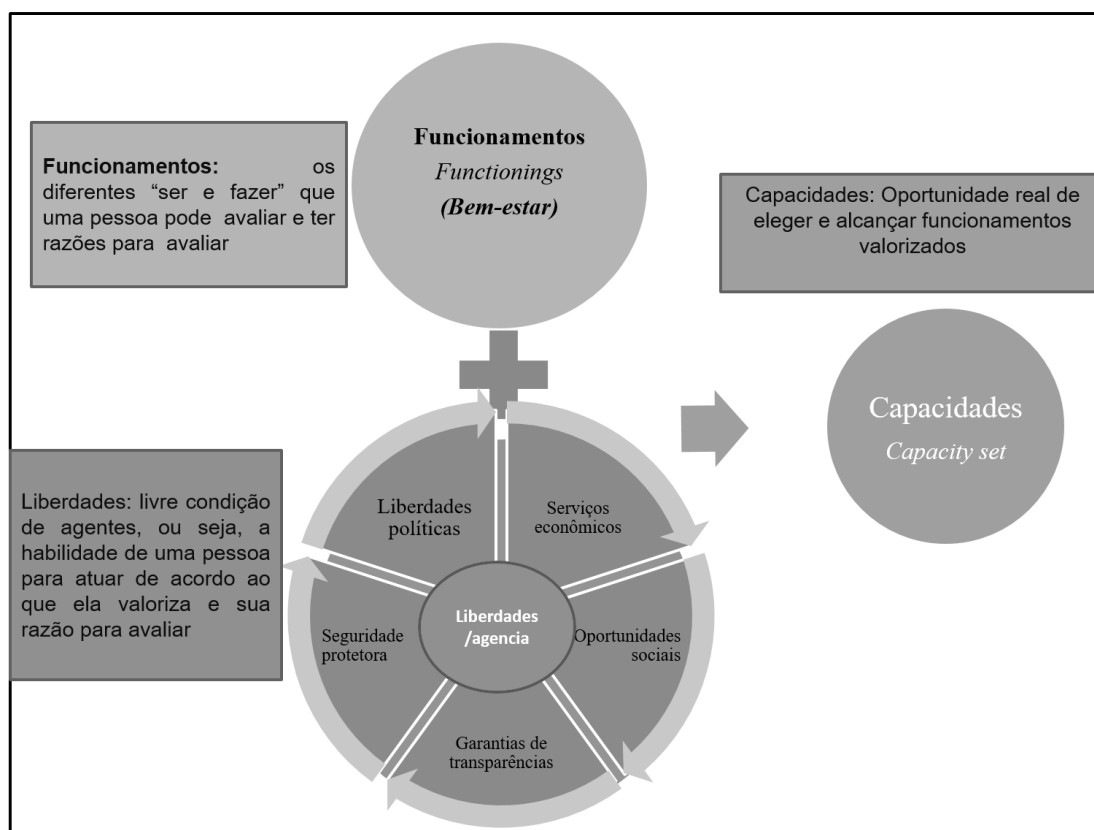
3.1 AMARTYAN SEN e o “Capability Approach”: Desenvolvimento humano como um novo paradigma

O conceito de desenvolvimento vem incluindo aspectos não apenas econômicos como também aspectos sociais, políticos e ambientais. Esta mudança

de paradigma sobre uma visão alternativa do desenvolvimento está contribuindo com novidades e incorporação de elementos de máxima relevância como os de capital humano, capital social, governança e cidadania. Os trabalhos do economista Amartya Sen iniciados da década de 1970 se constituem no ponto de partida dessa mudança de paradigma quanto aos estudos de desenvolvimento, pobreza e economia de bem-estar.

A visão de Amartya Sen (1992) corrobora a compreensão de que tão importante quanto ter suas necessidades básicas atendidas é dispor de condições – meios para funcionar ou funcionamentos (*functionnings*) e um conjunto de capacidades ou habilidades (*capacity set*) – que permitam obter a satisfação de tais necessidades. A partir do conceito de capacidades, Sen cria o enfoque “*Capability Approach*” que consiste em um marco avaliativo e crítico sobre o bem-estar e as liberdades individuais (SEN, 1990).

Esquema 6: Marco lógico da “*Capability Approach*” de Amartya Sen



Fonte: Elaboração própria segundo Sen (1990; 1999; 2003) e Alkire, (2002; 2005).

O escopo da teoria das capacidades não se restringe à avaliação do desenvolvimento associado à análise da pobreza ou do crescimento econômico, ao

contrário sua análise centra-se na capacidade (ou incapacidade) dos indivíduos de mobilizar meios e habilidades para melhorar seu estado de bem-estar (SEN, 1997). É possível estabelecer dois conceitos constitutivos na proposta de Sen conforme esquema 6: os funcionamentos (*functionings*) e as capacidades (*capabilities*). Os funcionamentos têm relação com o bem-estar efetivamente alcançado, pode ser entendido como um estado desejado ou uma conquista de uma pessoa (ALKIRE, 2002).

A sua vez, os funcionamentos podem ser classificados em simples e complexos. Os funcionamentos simples são aquelas funções mais elementares como está bem alimentada, ter boa saúde, não sofrer de doenças crônicas, e outras. Os funcionamentos complexos se representam pelas funções como ser feliz, ter dignidade, ser capaz de participar na vida de comunidade, entre outras (SEN, 2005).

Em relação ao segundo aspecto (*capacity*) tem a ver com um conjunto de vetores de funcionamentos que refletem a liberdade da pessoa para alcançar aquilo que ela valoriza como importante. Portanto, segundo esta abordagem, o êxito da sociedade deve ser avaliado a partir das liberdades desfrutadas por seus membros. A liberdade é “o determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social” (SEN, 2000, p.33), estando relacionado ao aspecto da condição de agente (*agency aspect*), entendido como sujeito ativo e capaz de provocar mudanças.

Sua análise da pobreza centra-se, portanto, na capacidade de mobilizar meios e habilidades para funcionar ou agir. Ao invés de se deter sobre o orçamento monetário disponível, Sen valoriza o conjunto de funcionamentos e capacidades ao alcance de cada indivíduo, conjunto esse que lhe permite escolher livremente o modo de vida de sua preferência. A grosso modo, na visão de Sen, “não se pode estimar se os recursos econômicos disponíveis são adequados (ou não) sem antes considerar as possibilidades reais de “converter” renda e recursos em capacidade de funcionar (agir)” (SEN, 1999, p.111).

A pobreza deixa de ser um estado de ausência de bem-estar para ser interpretado como a distribuição de habilidades e meios de agir de modo alcançar esse estado de bem-estar. Portanto, pobreza não é apenas penúria, é, sobretudo, não conseguir alçar-se à condição de sujeito capaz de comandar seu próprio

destino (DEMO, 2003). Em outras palavras, “pobreza é não ter, mas é também não ser ou estar impedido de ser” (SEN, 1999).

A concepção multidimensional da pobreza permite diferenciar as situações de pobreza crônica e transitória. A pobreza transitória é associada à vulnerabilidade de indivíduos, famílias e comunidades em relação a choques econômicos, como por exemplo, de quebra de safra agrícola, de flutuações de preços, de debilitações em termos de saúde e de falta de segurança. Já a pobreza crônica se refere a indivíduos confirmados a essa situação, e que se encontram excluídos do acesso ao capital humano físico e social.

A multidimensionalidade é uma característica dessas teorias que amplia o conceito de desenvolvimento para além do processo de crescimento econômico, ressaltando a importância dos aspectos sociais, humanos e exigindo mudanças nos critérios de investigação do nível de desenvolvimento ((KUKLYS, 2005). Assim a análise da vulnerabilidade dos indivíduos ultrapassou o foco da pobreza e a insuficiência de recursos monetários, para entender e analisar as capacidades e habilidades dos indivíduos e/ou grupos, para mobilizar os recursos para acender ou sair na pobreza - para além de aspectos econômicos - de considerar outros fatores, como os recursos humanos e sociais.

Nas décadas de 1980 e 1990, não apenas se percebeu que os modelos estritamente fundados nos critérios econômicos convencionais não eram suficientes para explicar a mudança social, como também se passou a advogar a necessidade de dar maior atenção aos sujeitos sociais e às suas capacidades de alterar os padrões institucionalizados. Precisava-se então esclarecer novos conceitos e abordagens que analisassem privações, bem-estar, qualidade de vida e capacidades para entender o que estava acontecendo em determinados contextos e como estes poderiam ser melhorados (THOMAS, 2000).

As medidas de pobreza e desenvolvimento baseadas na abordagem das capacitações se caracterizam pela preocupação com a qualidade de vida dos indivíduos, não se restringindo a quantificação da pobreza. Mais ainda, estas medidas refletem a ideia de que o desenvolvimento humano não pode ser analisado somente pela ótica da renda. Um marco na elaboração dessas medidas foi à formulação do Índice de desenvolvimento humano (IDH) apresentado pelo relatório

de desenvolvimento humano da ONU no início da década de 1990 (BOLTVINIK et.al., 2014).

As críticas dirigidas à abordagem multidimensional da pobreza podem ser classificadas, em geral, em duas naturezas distintas. Uma quantitativa que argumenta que a avaliação empírica da pobreza multidimensional é dificultada pela necessidade de ponderação de múltiplos conceitos de pobreza em um único indicador. Além disso, a própria definição de pobreza multidimensional relativa para diferentes sociedades é difícil para estudos empíricos, tanto por causa das dificuldades de operacionalização, já que costumam envolver aspectos não observáveis e mensuráveis quantitativamente, como por causa de sua conceptualização. A maioria dos estudos da pobreza ainda está voltada à abordagem que se apoia no utilitarismo, segundo a qual a renda (ou consumo) é a melhor representante do bem-estar (SILVA et. al., 2011).

A pesar das críticas, são encontrados avanços na literatura nacional e internacional para se tratar a pobreza em sua abrangência multidimensional. Contudo, essa literatura ainda é recente com poucas contribuições no contexto mundial, bem como no cenário brasileiro, e conseqüentemente nos cenários turísticos. Em termos gerais, ainda são poucos os trabalhos na área do turismo que utilizam o marco da teoria do desenvolvimento humano, e quando fazem, na sua maioria, se limitam a teoria e não a prática. Desde esta crítica, consideramos como desafio a inserção da “abordagem das capacidades” do Sen como um caminho, em potencial, para avaliação do bem-estar social dos grupos locais e para a medição do nível de desenvolvimento em cenários turísticos.

Na continuidade apresentamos a importância do IDH e a contribuição do Amartya Sen para a construção deste indicador social, e conseqüentemente as principais variáveis utilizadas pelo índice, as quais, potencializaram a elaboração do índice de vulnerabilidade social em comunidades turísticas (IVScT).

3.1.1 Teoria do desenvolvimento humano e a elaboração do IDH

A popularização da abordagem de desenvolvimento humano se deu com a criação e adoção do IDH como medida do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB), hegemônico, à época, como

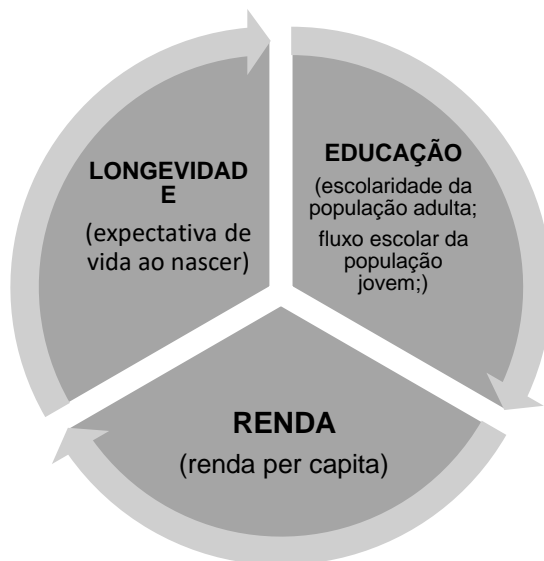
medida de desenvolvimento. O índice foi desenvolvido em 1990 e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual.

O IDH foi desenvolvido, em grande parte, graças a Amartya Sen e sua visão de uma economia na qual o centro das atenções deveria ser posto sobre o ser humano. O indicador, leva em consideração fatores como a expectativa de vida, renda e educação e surgiu com o reconhecimento que os indicadores macroeconômicos dos países, não necessariamente, refletem como vivem na realidade os seus habitantes. Estas dimensões são reconhecidas como fundamentais, e, portanto, sem elas não existe possibilidade de um verdadeiro desenvolvimento humano entre os grupos e populações.

É neste contexto de popularização do conceito de desenvolvimento humano e da criação do IDH, que em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. A construção da metodologia de cálculo do IDHM teve como objetivo adequar a metodologia do IDH Global para: a) ajustar a metodologia ao contexto brasileiro, buscando indicadores mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores – os municípios; b) adaptar a metodologia do IDH Global aos indicadores disponíveis nos Censos Demográficos brasileiros, de forma a garantir mesma fonte de dados e comparabilidade entre todos os municípios.

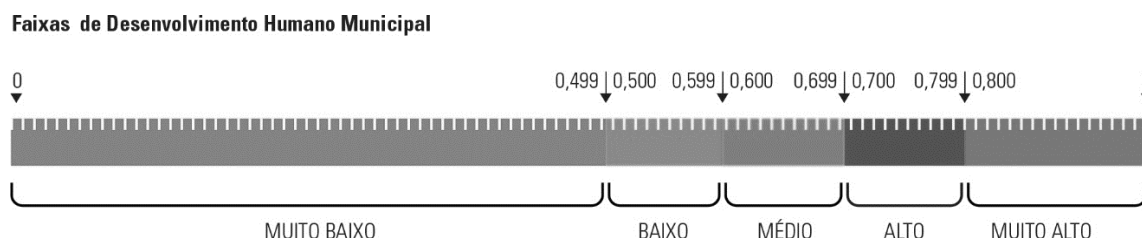
O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade (vida longa e saudável), educação (acesso ao conhecimento) e renda (padrão de vida), e dentre estas três dimensões, podemos destacar os quatro indicadores utilizados para o cálculo do IDHM: 1) expectativa de vida ao nascer; 2) escolaridade da população adulta; 3) fluxo escolar da população jovem; 4) renda per capita. Embora o IDH (Global) e o IDHM meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras.

Figura 2: Dimensões e indicadores do IDHM/Brasil



Em relação a leitura do índice, podemos observar que varia entre 0 e 1. Portanto, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. Em contraposição, quanto mais próximo de 0, menor o desenvolvimento humano dos diferentes territórios.

Figura 3: Faixas de desenvolvimento Humano Municipal Brasil



Em termos gerais o objetivo do Atlas Brasil é a democratização de informações no âmbito municipal e metropolitano contribui para o fortalecimento das capacidades locais, o aprimoramento da gestão pública e o empoderamento dos cidadãos brasileiros por meio da ampliação do conhecimento sobre a sua realidade. O Atlas colabora na consolidação de um diálogo informado e embasado sobre desenvolvimento a partir de uma referência utilizada internacionalmente - o Índice de Desenvolvimento Humano. É um instrumento de estímulo ao uso de dados socioeconômicos para a análise da nossa sociedade.

Quadro 4: Pontos positivos e negativos da abordagem de Sen e o IDH

Fortalezas	Fraquezas e desafios
<ul style="list-style-type: none"> • IDH é um contraponto ao PIB; • Análise multidimensional (além de aspectos estritamente econômicos); • IDH: Identificação das dimensões: saúde, educação e renda; <ul style="list-style-type: none"> • IDH: análise empírica • IDH: Metodologia estatística (diferentes escalas de análise e comparação); • IDH: Estimula a proposta de políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • IDH: Não leva em consideração os ativos sociais que dependem da capacidade da própria população, como por exemplo: o capital social; • IDH: Falta de análise micro/local

Fonte: Elaboração própria.

Dos pontos negativos podemos destacar a limitada seleção de dimensões e variáveis para o entendimento do desenvolvimento humano e a falta de análise em escala micro, por se tratar de dados secundários disponibilizados pelo IBGE. Outro ponto negativo é que sua análise metodológica não faz referência as questões microssociais em escala local.

Na continuidade apresentamos o marco conceitual e metodológico “*The Assets And Vulnerability*” Influenciado pela abordagem das capacidades de Sen. A metodologia “*The Assets and Vulnerability Framework*”, elaborado por Moser (1998) tem como característica principal, sua análise que focaliza na capacidade de resposta (ativos sociais e estratégias) das famílias desde o enfoque da vulnerabilidade, incluindo variáveis, em potencial, como o Capital Humano, Capital Social e relações familiares, entre outras. Esta metodologia tem papel importante na elaboração teórica, conceitual e metodológica do quadro AVEOT.

3.2 THE ASSETS VULNERABILITY FRAMEWORK: O papel ativo dos indivíduos e grupos na superação da pobreza

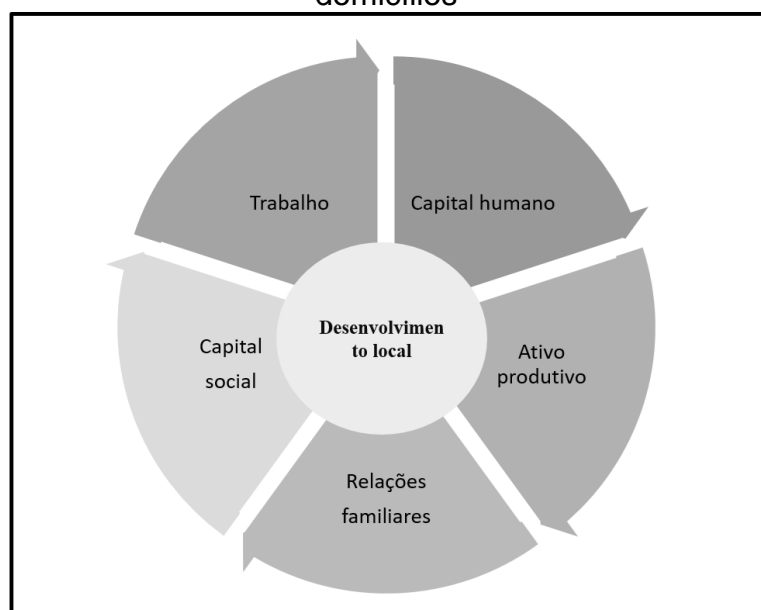
A metodologia construída por Moser (1998) no seu artigo “*the asset vulnerability framework*” é resultado de numerosos trabalhos empíricos realizados e financiados pelo Banco Mundial. A abordagem multidimensional criada por Moser (1998), foca muito mais em identificar o que os pobres têm, do que identificar o que eles não têm. Moser conseguiu fazer, o que as outras concepções teórico-

metodológicas não conseguiram, diferenciar conceitualmente pobreza de vulnerabilidade.

Para Moser, pobreza é essencialmente um estado e um conceito estático no tempo. Em contradição, vulnerabilidade é mais dinâmica e captura melhor os processos como “*people move in and out of poverty*” (Lipton; Maxwell, 1992, p.10). Moser buscou ultrapassar uma leitura da pobreza estritamente cristalizada, para entender pobreza como um processo natural das relações sociais e estruturais. Conseguiu conceitualizar o conceito de vulnerabilidade, entendido, pela primeira vez, como algo distinto ao conceito de pobreza, quando afirma que muitos pobres podem estar em situações de vulnerabilidade, mas nem todos os vulneráveis são pobres, identificando o conceito multidimensional e multifacetado da vulnerabilidade.

Contribuindo para o debate extensivo de ativos e vulnerabilidade identificado, o estudo de Moser (1998) desenvolveu uma classificação de ativos, apropriados para identificar os pobres urbanos a partir do “*asset – vulnerability framework*”. Dos ativos sociais destacados no quadro metodológico de Moser (1998), são: a) trabalho ou ocupação; b) capital humano; c) ativo produtivo; d) relações familiares; e) capital social (esquema 7).

Esquema 7: Portfólio de ativos para a análise da capacidade de resposta dos domicílios



- Trabalho ou ocupação (*Labor*): Destacado como o ativo mais importante de uma pessoa pobre;
- Capital humano (*Human Capital*): Status de saúde, que determina a capacidade do indivíduo de trabalhar, e habilidades e educação que determinará o retorno (rendimento) da sua ocupação;
- Ativo produtivo (*productive assets*): Para as famílias urbanas pobres, o mais importante, muitas vezes, é a sua casa (habitação);
- Relações familiares (*household relations*): o mecanismo de partilha dos rendimentos (entrada de renda) e consumo entre os indivíduos;
- Capital Social (*social capital*): reciprocidade com os vizinhos e comunidade e entre os familiares, baseado na confiança derivada dos laços sociais (PARKER, 2003);

Moser (1998) advertia que as diversas situações de pobreza era resultado das diferentes formas em que os domicílios e famílias administram seus portfólios de ativos (GONZÁLEZ, 2009). Neste caso, a habilidade para evitar ou reduzir a vulnerabilidade depende não somente destes ativos, mas também a capacidade de manusear os ativos. Desse ponto de vista, os indivíduos ou famílias são mais vulneráveis que outros, de acordo a possessão e utilização que fazem dos distintos ativos sociais (esq. 7). A grosso modo, os ativos servem as pessoas para enfrentar os riscos (sensitivity) ou, em seu defeito, para se adaptar ativamente a suas consequências (resilience) (MOSER, 1998).

Apresentamos na continuidade, com o objetivo de apresentar as fortalezas do quadro *Asset And Vulnerability*, as quais, serviram de inspiração conceitual e metodologia para a construção do quadro AVEOT. Das fortalezas da metodologia de Moser, podemos destacar (quadro 5):

- Primeira, o quadro assets and vulnerability focalizada a análise sobre os indivíduos e famílias, dando ênfase aos ativos sociais e a capacidade de respostas destes atores frente as adversidades. Moser revolucionou a metodologia de análise sobre a pobreza, quando conseguiu dar ênfase aos indivíduos como atores ativos do seu próprio processo de superação da vulnerabilidade social;

- A autora também conseguiu com sua metodologia diferenciar os conceitos de pobreza e vulnerabilidade, mostrando a importância de superar a dicotomia pobre - não pobre;
- No quadro *assets and vulnerability* é possível identificar a inclusão de dimensões para além de dados estritamente econômicos, e o potencial de fatores como capital humano e capital social para análise das capacidades das famílias, superando a dicotomia renda-pobreza. Para a elaboração do AVEOT, levamos em consideração todos as variáveis (ativos sociais) selecionados pelo quadro *Assets And Vulnerability* (Trabalho, capital humano, capital social, infraestrutura e por último o ativo produtivo, o que chamamos de capital físico);
- Construiu uma metodologia empírica à nível local e na escala microssocial, focalizando nos ativos sociais e nas estratégias empregadas pelas famílias. A grosso modo, Moser conseguiu dar forma prática e empírica à abordagem das capacidades de Amartya Sen.
- Com uma metodologia empírica, à nível local e microssocial é possível criar políticas de redução da pobreza focalizada nos grupos.

Quadro 5: Fortalezas, fraquezas e desafios do “*Assets-Vulnerability*”

Fortalezas	Fraquezas e Desafios
<ul style="list-style-type: none"> • Focaliza a análise sobre os indivíduos e grupos locais; • Vulnerabilidade = incapacidade de resposta dos indivíduos e famílias • Ênfase no conceito de pobreza transitória (pobreza como um processo) • Inclusão de dimensões em potencial (capital humano, trabalho, capital social, infraestrutura); • Análise empírica em escala micro; • Promoção de políticas públicas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não analisa as relações estruturais e as estruturas de oportunidades (escala macro); • Desafio é inserir a análise entre agência humana e estruturas de poder

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Moser (1998).

A pesar das inúmeras fortalezas, também existe crítica ao trabalho realizado por Moser. A maior crítica a metodologia está associada à sua análise que se reduz a medição da capacidade de resposta ou a incapacidade dos indivíduos em superar as situações de risco adversas, negligenciando a relação dialética entre as estruturas (Estado e/ou Mercado) e agência humana, o que contribui para uma análise incompleta e com conclusões equivocadas da realidade.

A grosso modo, essa análise parcial da realidade, contribui de um lado, a culpabilizar os indivíduos por suas debilidades ou incapacidades frente aos processos de vulnerabilidade, perdendo de vista o papel das estruturas nesse processo de construção de cenários vulneráveis, e do outro, na elaboração de políticas públicas que se limitam apenas a conscientizar e capacitar estes indivíduos e grupos, ao invés de promover uma mudança à nível estrutural e conjuntural. Portanto a maior crítica a metodologia, também consiste como seu maior desafio, o de incluir a análise das estruturas, ao enfoque dos ativos sociais realizado por Moser (1998). No subcapítulo 3.3, voltamos a esta discussão.

A pesar da crítica consistente a respeito do quadro *Asset and Vulnerability*, este quadro apresenta uma evolução no modo de analisar a capacidade de resposta dos indivíduos e família, o que influenciou muitas metodologias subseqüente. Dentre as metodologias-práticas influenciadas pelo quadro dos ativos sociais, podemos destacar o questionário integrado para medição do capital social (QI-MCS), também financiado pelo Banco Mundial.

3.2.1 Papel do capital social como estratégia de redução da vulnerabilidade

Neste subcapítulo apresentamos o QI-MCS, tendo em conta que foi uma peça importante para a identificação e seleção de variáveis, em potencial, para a elaboração da dimensão do Capital Social do quadro AVEOT, e também para a seleção e construção do questionário primário para a coleta de dados do IVScT (capítulo 4).

A construção do Questionário Integrado para Medir Capital Social¹¹ (QI-MCS), elaborado pelos autores Grootaert, Narayan, Nyhan Jones e Woolcock, foi publicado primeiramente em 2003. A metodologia teve como objetivo expandir a ideia do capital social (CS) como uma estratégia para redução da pobreza em comunidades pobres de países em desenvolvimento. O capital social, desde a perspectiva do Banco Mundial, consistia como uma abordagem (teórica e conceitual) que aspirava novos avanços para a leitura sobre as situações de pobreza em países em desenvolvimento, mas também consistia em uma

¹¹ O QI-MCS está disponível em: https://posgraduacao.faccat.br/moodle/pluginfile.php/1788/mod_resource/content/0/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf. Acesso em: 12/11/2017.

metodológica pois promovia um conjunto de ferramentas empíricas para medição do capital social dos domicílios e das comunidades.

O QI-MCS foi desenvolvido para ser utilizado por pesquisadores, avaliadores, gerenciadores de projetos e programas, por aqueles que estejam conduzindo levantamentos de índices de pobreza ou *surveys* nacionais sobre capital social, e por aqueles que estejam desenvolvendo estratégias nacionais de redução da pobreza. A ideia era promover um diálogo entre as dimensões sociais e o desenvolvimento econômico e, com isso, poder desenvolver e implementar estratégias de redução da pobreza mais eficazes.

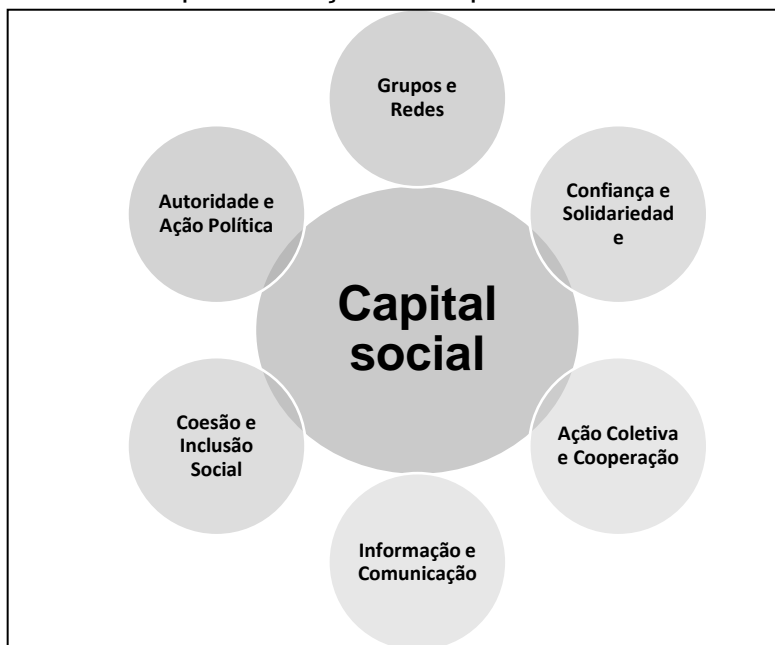
Entretanto, é importante enfatizar que esta ferramenta não foi desenvolvida para pesquisadores iniciantes, uma vez que pressupõe um sólido conhecimento de métodos de pesquisa social em geral e ferramentas de pesquisa do tipo *survey* em particular, assim como a familiaridade com os temas e debates centrais da literatura sobre capital social. Cada questão incluída no QI-MCS foi retirada de pesquisas anteriores sobre capital social (onde foram demonstradas sua confiabilidade, validade e utilidade). O material primário no qual se baseia este *survey* reúne as lições aprendidas nos seguintes estudos (enumerados em ordem cronológica):

- O *Survey* sobre Capital Social na Tanzânia coletou dados sobre participação em associações e confiança, e relacionou esses conceitos ao acesso a serviços e tecnologia agrícola (ver Narayan e Pritchett, 1999).
- O Estudo Sobre Instituições de Nível Local coletou dados comparáveis sobre capital social estrutural na Bolívia, em Burkina Faso e na Indonésia. A análise focalizou o papel do capital social em relação ao bem-estar e à pobreza doméstica, acesso ao crédito, e ação coletiva (ver Grootaert, 2001).
- A Iniciativa do Capital Social patrocinou 12 estudos acerca do papel do capital social em projetos setoriais e no processo de criação e destruição de capital social (Grootaert e Van Bastalaer, 2002a, 2002b)
- O *Survey* sobre Capital Social em Gana e Uganda coletou dados sobre grupos e redes, bem-estar subjetivo, engajamento político, sociabilidade, atividades comunitárias, violência, criminalidade e comunicações (ver Narayan e Cassidy, 2001).
- O Levantamento acerca da Pobreza na Guatemala combinou uma PPV com o módulo de capital social (ver também Ibáñez, Lindert e Woolcock, 2002).

Ao final do levantamento documental e análise dos mais variados questionários aplicados em diferentes países sobre CS (mencionados anteriormente), foi possível elaborar a metodologia e, conseqüentemente o QI-MCS. Os autores Grootaert, et.al. (2003) do QI-MCS selecionaram e destacam seis

principais dimensões para a medição do capital social e identificação dos grupos mais vulneráveis em comunidades, são eles (figura 4):

Figura 4: Dimensões para medição do Capital Social conforme o QI-MCS



- **Grupos e Redes:** Esta é a categoria mais comumente associada ao capital social. As questões nesta seção consideram a natureza e a extensão da participação de um membro de um domicílio em vários tipos de organização social e redes informais, assim como as várias contribuições dadas e recebidas nestas relações;
- **Confiança e Solidariedade:** Além das perguntas tradicionais sobre confiança presentes em um número notável de surveys nacionais, esta categoria busca levantar dados sobre a confiança em relação a vizinhos, provedores de serviços essenciais, e estranhos, e como essas percepções mudaram com o tempo.
- **Ação Coletiva e Cooperação:** Esta categoria investiga se e como os membros do domicílio têm trabalho com outras pessoas em sua comunidade, em projetos conjuntos e/ou como resposta a uma crise;
- **Informação e Comunicação:** Esta categoria de questões explora os meios pelos quais os domicílios pobres recebem informações relativas às condições de mercado e serviços públicos, e até onde têm acesso às infraestruturas de comunicação.
- **Coesão e Inclusão social:** As “comunidades” não são entidades coesas, mas antes se caracterizam por várias formas de divisão e diferenças que podem levar ao conflito. Questões nesta categoria buscam identificar a natureza e o tamanho dessas diferenças, os mecanismos por meio dos quais elas são gerenciadas, e quais os grupos que são excluídos dos serviços públicos essenciais.

- **Autoridade (ou capacitação) e Ação Política:** As questões nesta seção buscam averiguar o sentimento de felicidade, eficácia pessoal e capacidade dos membros do agregado doméstico para influenciar tantos eventos locais como respostas políticas mais amplas.

Embora o capital social tenha sido conceitualizado nos níveis micro, médio e macro, as ferramentas necessárias para medir CS ao nível dos domicílios ou indivíduos são muito diferentes daquelas necessárias para medir o capital social ao nível do país. No caso do QI-MCS concentra-se na medida ao nível micro, isto é, ao nível dos domicílios e indivíduos, o que corresponde ao foco das Pesquisas de Padrão de Vida (PPVs), as quais têm como objetivo medir os padrões de vida dos domicílios.

Em termos gerais a metodologia desenvolvida por (Grootaert; Narayan; Nyhan Jones e Woolcock, 2003), com financiamento do Banco Mundial e testada com comunidades em Albânia e na Nigéria trazem consigo um avanço na medição do CS. Apesar de existir uma extensa bibliografia sobre a importância do capital social como estratégia para diminuição da pobreza, são poucos os trabalhos que conseguem provar o papel do CS empiricamente, como fazem desde o QI-MCS.

Quadro 6: Pontos positivos e negativos da metodologia empregada pelo QI-MCS

Pontos positivos	Pontos Negativos
<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de variáveis para a análise do CS; • A construção de um questionário prático para a medição do capital social; • Análise em escala micro (aplicada a domicílios); • Metodologia desenvolvida e testada em países em via de desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Leva em consideração apenas o Capital Social • Foco na capacidade de resposta dos indivíduos/comunidades e desconsidera as questões estruturais; • Desafio é inserir a análise entre agência humana e estruturas de poder

Fonte: Elaborado conforme Grootaert et.al., 2003

Em relação aos pontos negativos ou fraquezas da metodologia se pode destacar a utilização, estrita, de variáveis de capital social, negligenciando outras dimensões tão importantes quanto o CS, como exemplo a habitação, infraestrutura, renda, trabalho e outras. Outra fraqueza do QI-MCS é a desconsideração do papel das estruturas de poder na existência ou não de capital social nas comunidades. O grande desafio do QI-MCS (2003), assim como no caso do “*Assets And Vulnerability*” de Moser (1998) é a possibilidade de inserir a análise dialética entre as estruturas de poder e agência humana.

Na continuidade apresentamos o marco conceitual e metodológico AVEO, como caminho para o entendimento da vulnerabilidade desde a análise dialética entre as estruturas e a agência (capacidade de resposta). A análise AVEO, não se concentra apenas nos ativos sociais dos indivíduos e suas estratégias, mas nos impactos que a distribuição destes ativos (desde as estruturas de oportunidades/Estado e Mercado) tem sobre a economia de bem-estar dos setores mais pobres e vulneráveis em geral.

3.3 ACTIVOS-VULNERABILIDAD Y ESTRUCTURAS DE OPORTUNIDADES (AVEO): o enfoque da vulnerabilidade social na América Latina

Neste subcapítulo apresentamos o enfoque teórico e metodológico dos *activos, vulnerabilidad y estructuras de oportunidades* (conhecido como AVEO), influenciado pela abordagem das capacidades de Sen e pelo trabalho realizado por Moser (1998). Desde o escritório da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Rubén Kaztman e Carlos Filgueira desenvolveram um parâmetro conceitual com o propósito de analisar as estruturas sociais das cidades da América Latina, desde a noção de vulnerabilidade ante os processos de pobreza e exclusão. Dada a importância do enfoque AVEO para o entendimento do quadro AVEOT, destacaremos na continuidade as questões, conceitos e categorias mais importantes do enfoque.

Em conjunto “as novas questões sociais” identificadas na América Latina, como resultado do novo padrão de desenvolvimento econômico, predominantemente na segunda metade dos anos noventa, houve um grande interesse de vários organismos internacionais e cientistas sociais em diferentes disciplinas pelo conceito de vulnerabilidade, procurando oferecer um corpo coerente e sistemático de conceitos e relações que podiam dar conta do fenômeno da pobreza, como um processo histórico e dinâmico, associado às situações de desigualdade sociais e bem-estar de indivíduos, famílias e comunidades.

Portanto as definições e medições da pobreza foram se modificando e ampliando para incluir outras dimensões da vida, tentando superar os enfoques de ingressos e dos bens materiais, neste cenário, o enfoque da vulnerabilidade social conseguiu um espaço importante nos estudos da América Latina (BUSSO, 2001).

Em efeito, como afirma Rodriguez Vignoli (2000, p.14) “este auge parece ter sido engatilhado por Carolina Moser (1998) e sua investigação financiada pelo Banco Mundial que sintetizaram o denominado “*asset/vulnerability framework*” (subcapítulo 3.2). Moser conseguiu mostrar a partir do seu quadro metodológico que a maior debilidade objetiva dos pobres (vulnerabilidade) para enfrentar a sobrevivência cotidiana, com maior razão, as crises econômicas, podia ser amenizada com uma adequada gestão dos ativos que tem com independência de seus ingressos escassos.

Ainda que o seu enfoque esteja vinculado estritamente vulnerabilidade com pobreza, chamou atenção sobre os ativos sociais dos pobres. Conforme Kaztman (1999) e Rodríguez Vignoli (2000; 2001) a inovação que introduz o enfoque da vulnerabilidade para os estudos das desigualdades e desvantagens sociais é que não tematiza apenas sobre os passivos dos setores pobres e indigentes, se não, que introduz o conceito “ativos” (na literatura saxônica “*assets*”), mostrando que as famílias pobres possuem recursos e “*que de hecho hacen uso en forma continua para mejorar su bienestar o para enfrentar situaciones adversas*” (KAZTMAN, 1999, p. 3).

Kaztman e Filgueira têm levantado uma revisão crítica desta conceptualização focalizada estritamente à leitura sobre a capacidade de respostas dos indivíduos e grupos e sua negligencia sobre a distribuição do acesso dos ativos sociais e dos efeitos de diversas fontes de risco ou vulnerabilidade dentro da noção de estrutura de oportunidades (MORENO CROSSLEY, 2008). Os autores propõem um enfoque alternativo – bem mais complementar - ao “*assets and vulnerability*” que denominam “*activos-vulnerabilidad y estructura de oportunidades (AVEO)*”. O AVEO se integra em três componentes analíticos centrais: os ativos, as estratégias de uso dos ativos e as estruturas de oportunidades (mercado, Estado e a sociedade civil).

Neste enfoque se assume que o conceito de ativos sociais não alcança uma significação unívoca, se não, está referido as estruturas de oportunidades que geram desde ao lado do mercado, Sociedade e Estado. Em outras palavras, o enfoque, se sustenta, na ideia, que o portfólio e a mobilização de ativos das famílias vulneráveis “*sólo puede examinarse a la luz de las lógicas generales de produccion*

y reproducción de activos que no pueden ser reducidas a la lógica de las familias y sus estrategias” (Kaztman et. al., 1999b, p. 33-34).

A investigação assumiu a perspectiva teórico-metodológica dos ativos sociais, aplicando especialmente ao mercado do trabalho e relacionando com as perspectivas da pobreza e a exclusão social (GONZÁLEZ, 2009). Os autores acordam com a ênfase posta nas famílias e seus recursos como eixo explicativo dos fenômenos dinâmicos de reprodução do bem-estar das famílias e advertem uma forte influência de paradigmas de orientação liberal, na dinâmica e constituição das famílias e conseqüentemente nos processos de vulnerabilidades dos indivíduos, famílias e comunidades na região.

A especificidade do novo enfoque, não está na identificação dos riscos aos que estão expostos os indivíduos, famílias e comunidades, se não, em que permite colocar no centro da discussão a articulação de aspectos relativos à: 1) as doações iniciais e as formas de reprodução de ativos; 2) o uso de estratégias diferenciadas por parte de indivíduos, famílias e comunidades em diferentes dimensões; 3) a conformação de cenários socioeconômicos e políticos sob responsabilidade de governos locais, nacionais e as diversas instâncias internacionais. A partir das inter-relações destes aspectos se poderiam identificar níveis de vulnerabilidade para determinados grupos de população e territórios, complementando e superando de forma construtiva as medições tradicionais das desvantagens sociais a partir das medições de pobreza (Busso, 2001).

A noção de vulnerabilidade social tem como potencialidade contribuir a identificar indivíduos, domicílios e comunidades que por sua menor dotação de ativos e diversificação de estratégias somado a sua situação de desvantagem social possuem menor capacidade de resposta e resiliência para enfrentar as alterações significativas nos planos sociais, políticos e econômicos que afetam suas condições de vida (BUSSO, 2006). Neste marco analítico, a vulnerabilidade social consiste na,

la incapacidad de una persona o de un hogar para aprovechar las oportunidades disponibles en distintos ambitos socioeconómicos, para mejorar su situación de bienestar o impedir su deterioro. Por lo tanto, con el desprovechamiento de oportunidades implica un debilitamiento del proceso de acumulación de activos, las situaciones de vulnerabilidad suelen desencadenar sinergias negativas que tienden a un agravamiento progresivo (Kaztman, 2000, p. 281).

Portanto, vulnerabilidade social – para todos, pobres ou não – passa por uma relação entre as oportunidades sociais e capacidades individuais. As oportunidades relacionam-se com os processos de desenvolvimento social e com a forma como a sociedade civil e os responsáveis políticos nacionais incorporam, quer as formas de redistribuição social, quer as políticas de igualdade e de coesão. Por sua vez, os sujeitos têm diferentes capacidades no acesso às oportunidades e à forma concretizar os seus projetos fazendo apelo a um conjunto de recursos mobilizáveis que moldam um sistema de oportunidades/constrangimentos nos quais se inserem desigualmente, visto serem dotados de distintas capacidades (GUERRA, 2012).

Ainda conforme Guerra (2012) todos os seres humanos e comunidades, em maior ou menor medida, são vulneráveis, sejam por ingresso, por património, por lugar de residência, por país de nascimento, por origem étnica, por gênero, por doença, por fatores políticos, ambientais ou por uma infinidade de motivos que implicam riscos e inseguridades que seria impossível e inviável enumerá-los aqui. Portanto o nível de vulnerabilidade depende de vários fatores que se relacionam, por um lado com os riscos de origem natural e social e, por outro, com os recursos e estratégias que dispõem os indivíduos, famílias e comunidades.

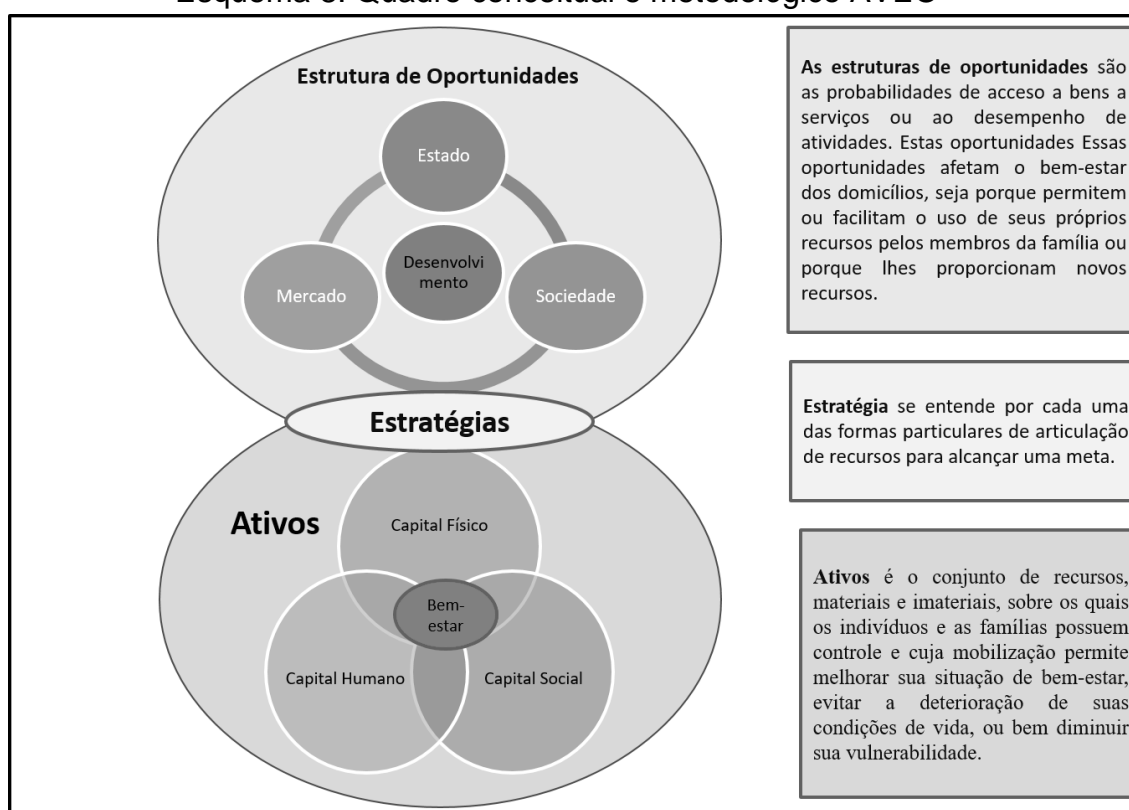
Neste marco conceitual e metodológico, a vulnerabilidade refere-se à análise da relação dialética entre entorno (Estruturas de oportunidades) e o “interno” (Estratégias e Ativos) que apresenta determinadas características que qualificam a unidade de análise como vulnerável. O “interno” entende, de forma geral, como diversos níveis de agrupamento que tem sua expressão territorial e temporal, no indivíduo, família, grupo, comunidade ou região. Nesse sentido, a exposição aos impactos e riscos que provém do entorno se combina com as características internas básicas dos indivíduos, famílias, grupos ou comunidades que enfrentam mudanças em seu contexto de referência.

O entorno oferece um conjunto de oportunidades que se vincula diretamente a níveis de bem-estar aos que os indivíduos podem acessar em um território e tempo determinado de acordo com seus ativos e suas capacidades estratégicas (esq.8). A noção de conjunto de oportunidades tem a ver com a possibilidade de acesso aos mercados de bens e serviços para realizar intercâmbios e transações, com a possibilidade de aceder a emprego, proteção social e os direitos de

cidadania que permitam a indivíduos, famílias e comunidades alcançar um nível de bem-estar.

Os ativos, conjuntamente com as estratégias, condicionam a capacidade de resposta que terão os indivíduos, famílias e comunidades. Ao fazer referência à capacidade de resposta ante as mudanças ou choques externos, a abordagem analítica centrada na vulnerabilidade enfatiza na quantidade, qualidade e diversidade dos tipos de recursos internos ou ativos (físicos, financeiros, humanos e sociais) que podem mobilizar para enfrentar a variação do entorno.

Esquema 8: Quadro conceitual e metodológico AVEO



Fonte: elaboração própria. Fonte: Filgueira (2001); Kaztman (2000); CEPAL (2002).

Outro fator importante sobre a capacidade de resposta dos indivíduos pode ser encontrado na análise das estratégias destes. Para os indivíduos e famílias, as estratégias podem ter como critério alcançar um maior bem-estar, com uma mobilidade ascendente ou pelo menos, não descendente. Portanto, para entendimento das estratégias, cabe entender, primeiramente, que não tem a ver unicamente com portfólio de ativos (“o ter”), mas sobre os usos possíveis (“a capacidade de mobilizar esses ativos”) dos diferentes tipos de capitais.

As estruturas de oportunidades articuladas no mercado, o estado e a sociedade também afetam estas estratégias e por isso fortalecer a capacidade de resposta dos grupos com desvantagens sociais implica diminuir seus níveis de vulnerabilidade frente aos choques externos. Esta capacidade de resposta se relaciona com a disposição e características dos ativos possuídos e se desagrega, nos seguintes aspectos: diversidade, fortaleza e flexibilidade de recursos internos; previsão e grau de exposição a riscos; criatividade e velocidade de resposta; organização e participação de indivíduos/grupos expostos; e intensidade e duração do choque externo (BUSSO, 2001).

As relações entre estes e outros aspectos no uso dos recursos internos mostram, como característica distintiva da noção, que o Estado, e o mercado não somente tem que contribuir a gerar um cenário propício para o desenvolvimento econômico, sociocultural, político e ambiental para os cidadãos, se não, ademais, necessitam fortalecer quantidade, qualidade e diversidade de ativos, e fomentar hábitos e pautas de condutas (estratégias) para diminuir a vulnerabilidade em qualquer de seus níveis de agregação.

O cenário, os incentivos e as estratégias podem ser integrados na noção de vulnerabilidade tanto para prevenir e evitar riscos, reparar e compensar os efeitos produzidos pelas alterações no entorno. O contraste entre quantidade, qualidade e composição dos ativos, as estratégias de seu uso e mobilização com respeito ao conjunto de oportunidades que definem o mercado, o Estado e a sociedade civil são os principais aportes analíticos que derivam da noção de vulnerabilidade.

A infinidade de situações que podem definir neste marco analítico deveria orientar, em términos das políticas públicas e do funcionamento dos mercados, a fazer que os choques externos tenham menor impacto no nível de vulnerabilidade de indivíduos e famílias, qualquer que seja a forma em que se avalie o nível de vulnerabilidade e qualquer que seja as variáveis independentes que se utilizem. Desde esta abordagem analítica, as políticas públicas tinham como imperativo atuar para prevenir, reduzir ou eliminar o impacto dos choques externos. Dito de outro modo se supõe que as políticas públicas contribuem para “proteger” ou fortalecer a capacidade de resposta das famílias expostas às transformações do entorno, a par que deveriam contribuir a gerar um entorno socioeconômico mais

inclinado a integração social e a eliminar fatores de riscos que moldam os destinos de grupos da população.

A potencialidade heurística do conceito de ativos na noção de vulnerabilidade reside, principalmente, em poder introduzir distinções relevantes nas famílias com desvantagens sociais, de tal modo que permita desenhar intervenções diferenciadas em função do “stock” e “fluxo” de seus ativos. O processo de heterogeneização da pobreza que se tem observado nas investigações dos anos oitenta e noventa em América Latina encontra na noção de vulnerabilidade um apoio conceitual que excede, e complementa de forma superior, o âmbito das diferenças de ingressos por sexo, idade, lugar de residência, nível educativo, etnia ou qualquer outra distinção que usualmente se realizam estes tipos de estudos.

O enfoque da vulnerabilidade social e o marco analítico AVEO, trazem grandes conquistas para os estudos associados a desigualdades e desvantagens sociais resultado do novo padrão de desenvolvimento, buscando dar conta das causas e processos relacionados e conseqüentemente a possibilidade de analisar o excepcional caso da América Latina (quadro 7). Além da identificação dos pobres, o marco analítico ultrapassa a dicotomia pobre-não pobre e busca analisar a partir de uma análise micro e macro as causas e os porquês do crescimento da desigualdade social na região, apesar do alto crescimento econômico nos diferentes países.

Quadro 7: Pontos positivos, negativos e desafios em relação ao marco AVEO

Positivos	Fraquezas e desafios
<ul style="list-style-type: none"> • Proposta analítica e conceitual para situações de desigualdade América Latina; • Fim da dicotomia pobre-não pobre. • Analisar as causas e processos; • Relação entre escala micro e macro; • Enfoque dinâmico e flexível; foco nos atores e em seus ativos e estratégias; • Heterogeneidade da pobreza; 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca bibliografia sobre o tema; • Referencial teórico-metodológico e analítico ainda em processo embrionário. • Desafio de desenvolver estratégias de medição, confiáveis e válidas; • Criar estratégias para sua inserção nos estudos do turismo;

Fonte: Elaborado pela autora segundo CEPAL (1986; 2013); Kaztman (2000; 2006).

Visto as fortalezas e a possível contribuição destes marcos teóricos e metodológicos, cabe destacar algumas críticas ou fraquezas destes enfoques e, conseqüentemente o desafio em operacionalizá-los, destacamos:

Primeiramente cabe reconhecer que a análise da natureza, fonte e usos dos ativos requer de metodologias e instrumentos de medição específicos. Isto é mais notório, em particular, quando se trata de captar os tipos de recursos menos tangíveis dos domicílios, para, o qual seria necessário desenvolver estratégias de medição inovadoras, ademais de confiáveis e válidas. Tampouco se dispõe de um instrumental conceitual medianamente consensual desde o qual, faz com, que a tarefa de construção de medidas deva avançar paralelamente em dois planos: o operacional e o teórico.

Por último, é conhecido que os registros contínuos como as entrevistas de domicílios ou outras ferramentas similares contem clara virtude de oferecer um volume respeitável de informação confiável, contínuo, comparável e sistematizada, está claro que estes dados têm sido desenhados com propósitos que escapam a capacitação de ativos sociais (sobretudo os ativos de capital social), em toda a sua variedade e suas principais interações. Um dos grandes desafios para a análise da vulnerabilidade é a possibilidade de apostar por dados primários que possam contribuir para captar os ativos sociais das famílias e conseqüentemente analisá-las.

A todas essas limitações, adicionamos um desafio quanto à inserção e operacionalização do enfoque da vulnerabilidade para a avaliação do desenvolvimento de comunidade em um contexto “turístico”. Não existe na atualidade trabalhos que relacionem este enfoque (desenvolvida a partir da abordagem “*assets/vulnerability*”) com os estudos do turismo, - com exceção dos estudos de mudança climática que fazem desde a ideia da vulnerabilidade física dos territórios - o que torna um desafio teórico-prático quanto à necessidade de selecionar e identificar questões sociais chaves que possa ser associada com os problemas relacionados ao desenvolvimento em cenários turístico.

A proposta a pesar de ser embrionária, contribuiu e veem contribuindo com estudos quantitativos e qualitativos na região. É possível encontrar inúmeros trabalhos elaborados a partir das ideias e conceitos defendidos pelo AVEO e elaboração de índices de vulnerabilidade social aplicados a diferentes escalas e com diferentes objetivos. Na continuidade, apresentamos dois exemplos práticos de metodologias realizadas no Brasil, desde o AVEO, que também contribuíram

para a elaboração do quadro AVEOT e também para a aplicação das propostas empíricas realizadas nesta tese.

3.3.1 Atlas de vulnerabilidade social no Brasil: metodologia baseada no marco AVEO

Por muitas décadas as análises macrossociais relacionadas ao desenvolvimento do Brasil e suas respectivas regiões apostavam nos dados estritamente econômicos. A pobreza no país era medida pela a insuficiência de renda dos domicílios, caso evidenciado em outros países. Entretanto, nas últimas décadas, com marco conceitual baseado na pobreza multidimensional, estas análises evidenciam mudanças significativas. O índice de desenvolvimento humano (IDH), por exemplo, é um marco desse processo de mudança.

Não obstante, cabe mencionar que não apenas os estudos da pobreza multidimensional vêm provocando mudanças nas análises das desigualdades no Brasil, mas também os estudos associados ao foco da vulnerabilidade social estão sendo disseminados nas análises do país. O que prova uma progressão das análises interpretativas sobre os conceitos de pobreza, desigualdade, marginalização e exclusão no Brasil e América Latina.

As noções de “exclusão” e de “vulnerabilidade social” têm sido cada vez mais utilizadas no Brasil e no mundo por pesquisadores, gestores e operadores de políticas sociais. Nesse sentido a leitura desses processos resultante desta “nova” conceituação pode dialogar e produzir efeitos sobre as propostas e os desenhos das políticas públicas, alargando seu escopo e colocando em evidência as responsabilidades do Estado, em todos os seus níveis administrativos, na promoção do bem-estar dos cidadãos.

Por isso, no ano de 2014, numa iniciativa que nasceu e se desenvolveu de forma paralela à construção do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) por meio de pesquisa desenvolvida no âmbito da Rede IPEA coordenou a construção de um Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) que desse uma viabilidade aos indicadores disponibilizados pela plataforma ADH. O Ipea¹² tem aprendido com a experiência

¹² Equipes parceiras: IPEA, PNUD, Ministério do desenvolvimento social e combate à fome.

do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) com as vantagens e os riscos que trazem os indicadores sintéticos, e por isso, aposta no IVS.

O IVS construído a partir de indicadores do ADH no Brasil procura dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza. O IVS traz dezesseis indicadores estruturados em três dimensões, a saber: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. Essas dimensões correspondem ao conjunto de ativos, recursos ou estruturas, cujo acesso, ausência ou insuficiência indica que o padrão de vida das famílias encontra-se baixo, sugerido, no limite, o não acesso e a não observância dos direitos sociais.

Figura 5: Dimensões do IVS/Brasil



O subíndice que contempla a vulnerabilidade de infraestrutura urbana procura refletir as condições de acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, são eles: a) percentual de pessoas em domicílios com abastamento de água e esgotamento sanitário inadequado; b) percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo; c) percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.

O subíndice capital humano envolve os aspectos: saúde e educação. Nesse sentido, foram selecionados para compô-lo indicadores que retratam não só a presença atual destes ativos e recursos, mas também o potencial que suas gerações mais novas apresentam de ampliá-lo. Como exemplo: a) mortalidade até um ano de idade; b) percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a

escola; c) percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; d) percentual de mulheres entre 10 e 17 anos com filhos; e) percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade; f) taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais; g) percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo; h) percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010).

A vulnerabilidade de renda e trabalho, medida por esse subíndice, agrupa não só indicadores relativos à insuficiência de renda presente, mas incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda, configuram um estado de insegurança de renda: a desocupação de adultos; a ocupação informal de adultos pouco escolarizados, a dependência com relação à renda de pessoas idosas; assim como a presença de trabalho informal.

Em conclusão a respeito sobre a metodologia construído pelo Ipea para a construção de um índice de vulnerabilidade social apresentaremos os principais pontos positivos, negativos e os desafios da análise.

O enfoque na vulnerabilidade “dar luz” ao entendimento de uma ideia de pobreza e de desigualdade associada, não só a insuficiência de renda, mas também a outras dimensões e indicadores. Em outras palavras, a inserção dos indicadores relacionados às variáveis de infraestrutura urbana, trabalho, renda e, sobretudo de capital humano (associado à educação), faz referência a uma ideia de pobreza multidimensional.

O foco do estudo do IPEA também vislumbra a importância do entendimento da pobreza e as desigualdades estruturais nas respectivas regiões do país (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul). Essa leitura das desigualdades estruturais focaliza na incapacidade e inabilidade do Estado Nacional de reverter o quadro de injustiças e idealiza o papel das estruturas de oportunidades em solucionar as disparidades a partir desse mapeamento da vulnerabilidade social.

O mapeamento consegue enfatizar as áreas mais vulneráveis e identificar os ativos mais significativos na produção de regiões e cidades vulneráveis. Essa ênfase associada à identificação dos ativos, dos grupos e das áreas mais vulneráveis contribui para a construção de uma agenda futura protagonizada pelas

políticas públicas para a correção e os ajustes estruturais necessários para a diminuição das vulnerabilidades e conseqüentemente das desigualdades nas diferentes escalas administrativas do país.

Quadro 8: pontos positivos, negativos e os desafios do atlas de vulnerabilidade social do Brasil.

Positivo	Negativo	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> • Amplicação da metodologia AVEO • Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade multidimensional • Vulnerabilidade estrutural e a Estrutura de oportunidades/Estado • Capital, Ativos e recursos. • Mapeamento da vulnerabilidade no Brasil • Agenda futura (problemas não cristalizados) • Comparação entre territórios (estatístico) 	<ul style="list-style-type: none"> • Vulnerabilidades dinâmicas • Análise micro/local (comunidades) • Mapeamento apenas em escala político-administrativa • Faltam dimensões importantes (vulnerabilidade reduzida a infraestrutura, capital humano e renda e trabalho) • Dados IBGE (2010) – a cada 10 anos 	<ul style="list-style-type: none"> • Quantitativo/qualitativo • Mapeamento em escala local (comunidades) • Dados primários ou dados secundários mais atualizados • Inserção de outras dimensões econômicas, humano e sociais.

Fonte: Atlas da vulnerabilidade social (IPEA, 2014). Elaboração própria.

A pesar dos inúmeros pontos positivos e avanços da leitura da desigualdade nas ferramentas analíticas no Brasil e regiões, cabe apontar as debilidades desta análise para os estudos em escala micro/local. O principal fator negativo é a questão dos dados secundários. Entendo que existem vulnerabilidades dinâmicas, a análise a partir de dados coletados a cada 10 (dez) anos podem desmascarar os fenômenos e os processos mais dinâmicos da sociedade, principalmente quando estamos falando em mundo que vivencia mudanças instantâneas associadas ao setor terciário (turismo).

Outro ponto negativo é a ênfase dada apenas às questões estruturais, associadas às estruturas de oportunidades (da pressão de fora para dentro – global ao local). Apesar da importância dos processos estruturais, cabe destacar que existem os processos de resistência e/ou incapacidade da população (agencia) frente às mudanças políticas e econômicas agravando as situações de vulneráveis no tempo e no espaço. Por isso, a pesar da análise macrossocial ser de grande contribuição, não contribuiria sozinha para o entendimento dos processos que envolvem desigualdades, pobreza e vulnerabilidades dinâmicas nas comunidades tradicionais.

A inserção de indicadores sociais para a indicação das vulnerabilidades é o grande avanço desta metodologia, contudo, posso adicionar duas críticas construtivas. A primeira que os indicadores são insuficientes para um entendimento mais complexo das desigualdades e vulnerabilidades, como exemplo dados que não identificam que tipo de trabalho, e muito menos qual a origem da renda.

Segundo, no tocante ao enfoque da vulnerabilidade o capital social consiste na dimensão mais importante quando falamos das abordagens das capacidades e das habilidades de superação de situações de exclusão, marginalização e desigualdades (PARKER, 2003). Para muitas comunidades ou domicílios a superação se dar muito vezes através das redes sociais que são invisíveis e imateriais.

A pesar das críticas no tocante à falta de uma análise da agência humana, ou na escala microssocial, essa ferramenta estatística foi de importante contribuição para a análise das estruturas de oportunidades e as pressões vivenciadas na região Nordeste nas últimas décadas (capítulo 6). Também contribuiu para a seleção de variáveis para o quadro AVEOT, e na seleção de indicadores para a construção do IVScT.

3.3.2 Metodologia para aferição da vulnerabilidade socioeconômica

A metodologia elaborada pelo departamento nacional de infraestrutura e transito no Brasil, contribuiu em grande parte para a construção do questionário do IVScT e, ajudou como modelo para elaboração do cálculo do IVScT. O objetivo deste subcapítulo é apresentar a metodologia de medição da vulnerabilidade socioeconômica elaborado por DNIT, que contribuiu, potencialmente para a elaboração da proposta metodológica e empírica do IVScT que foi aplicado e testado nas comunidades de Pipa e Jeri.

A presente metodologia foi desenvolvida pela diretoria de planejamento e pesquisa de desapropriação do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transito do Brasil (DNIT) em 2013, em base o enfoque da vulnerabilidade AVEO. O objetivo da metodologia é de identificar e qualificar os moradores em faixas de domínio de empreendimento rodoviários (escala micro/local) do Sistema Nacional de Viação (SNV), atentando-se para a caracterização daqueles moradores que apresentam uma notória condição de vulnerabilidade socioeconômica.

O indicador de vulnerabilidade socioeconômica desenvolvida por DNIT, baseada no enfoque AVEO para identificação e qualificação de moradores vulneráveis em territórios (local) de domínio de empreendimentos rodoviários esta construído para coleta de dados primários por meio de questionários.

Os questionários, em sua vez, estão diferenciados em dois módulos básicos, separados em função da tipologia do uso da terra:

- a) Módulo I¹³: imóveis de uso predominante ou exclusivamente residencial e/ou misto; (questionário base utilizado para a construção do IVScT desta tese doutoral)
- b) Módulo II: Imóveis de uso predominante ou exclusivamente comercial;

O sistema de pesos estabelecido é composto por duas tipologias:

- ❖ Os **pesos contábeis**: estabelecem valores a serem somados para a aferição da condição de vulnerabilidade. São identificados pelos símbolos (“0”; “1”; “2”).
- ❖ Os pesos compulsórios: determinam a classificação e as ações a serem impetradas, independentemente do somatório obtido de aferição de condição de vulnerabilidade. São identificados pelas insígnias (“socialmente vulnerável” e “socialmente não vulnerável”).

O questionário é aplicado aos domicílios que se localizam, obrigatoriamente, na faixa de domínio. Ademais, deve ser realizado apenas com a população residente. O questionário de caracterização da vulnerabilidade socioeconômica é composto por cinco temas/dimensões principais:

- (i) **Identificação**: compõe-se de variáveis demográficas básicas para o estabelecimento da identidade do responsável pela unidade familiar em análise, ou seja, o chefe de família.
- (ii) **Dados básicos**: compõe-se de variáveis que complementam a identificação do responsável, bem como o imóvel/edifício pesquisado, pautando-se em pesos compulsórios para a aferição da vulnerabilidade socioeconômica.
- (iii) **Composição familiar**: compõe-se de variáveis de caracterização da organização familiar em suas diversas faixas etárias, estabelecendo as condições

¹³ O questionário da pesquisa básica de vulnerabilidade socioeconômica se encontra disponível em: <http://www.dnit.gov.br/download/planejamento-e-pesquisa/desapropriacao-e-reassentamento/1anexo-pesquisa-basica-de-vulnerabilidade-socioeconomica-para.pdf>. Acesso em 13/11/2-18.

no âmbito da estrutura doméstica. Estabelece-se como dimensão crucial por afetar a capacidade de geração de renda corrente da família, uma vez que a superação da situação de vulnerabilidade requer esforços diferenciados em função do arranjo familiar.

(iv) Renda potencial: compõe-se de variáveis de caracterização do trabalho, da renda e da escolaridade do responsável pela unidade família. Configura-se como a parte estrutural do indicador de vulnerabilidade, uma vez que expressa o nível de capacidade de geração de renda;

(v) Habitação: Compõe-se de variáveis de caracterização do padrão físico do imóvel/edifício, da posse do domicílio e do acesso/disponibilidade dos serviços urbanos, valendo-se de descrições qualitativas das condições estruturais/de vivência.

Figura 6: Dimensões utilizadas pelo DNIT para a análise da vulnerabilidade social



A metodologia de identificação e qualificação dos moradores em grupos de vulnerabilidade desenvolvido pelo DNIT possui muitos pontos positivos e por isso foi de fundamental contribuição metodológica para construção do IVScT aplicados e testado nesta tese.

Como principais pontos positivos, podemos destacar a inserção do enfoque da vulnerabilidade social (AVEO) à escala local (áreas e territórios não administrativos). Existem poucos trabalhos que conseguiram trabalhar a metodologia AVEO à uma escala de localidade.

Ademais, a metodologia de aferição da vulnerabilidade socioeconômica do DNIT, contribuiu com um método muito específico para aplicação, tabulação e cálculo do índice de vulnerabilidade, facilitando o processo de medição da vulnerabilidade social em escala microssocial e local.

Quadro 9: Pontos positivos e negativos da metodologia do DNIT (2003)

Fortalezas	Fraquezas e desafios
<ul style="list-style-type: none"> • A inserção do enfoque AVEO a escala local; • A análise empírica e prática em escala local; • A delimitação de dimensões importantes para análise da vulnerabilidade; • A contribuição metodológica para coleta de dados (questionário) e cálculo e análise dos dados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não leva em consideração algumas dimensões importantes como o capital social e outros ativos sociais importantes para a produção ou superação da Vulnerabilidade Social.

Da fraqueza da pesquisa realizada pelo DNIT para o reassentamento dos moradores em áreas públicas de domínio rodoviário, é possível destacar a utilização de umas poucas e limitadas dimensões para a análise da vulnerabilidade social. A pesquisa limita-se, quase que estritamente, a questões socioeconômicas o que enfraquece a análise da vulnerabilidade social sobre as diferentes dimensões importantes para a medição da capacidade de resposta das famílias.

3.4 OPERACIONALIZAÇÃO DO ENFOQUE DA VULNERABILIDADE SOCIAL PARA A AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO EM CENÁRIOS TURÍSTICOS.

Apesar de existir uma mudança de paradigma quanto à ideia de desenvolvimento – para além de crescimento econômico - assim como um movimento na construção de abordagens, enfoques e quadros metodológicos multidimensionais para o entendimento dos temas da pobreza, marginalização, exclusão e desigualdades sociais em consonância com o novo padrão de desenvolvimento e das novas questões sociais - principalmente nos países da América latina, infelizmente esse movimento dentro dos estudos do turismo ainda é uma exceção, e não prática, enquanto isso, as mudanças e crises associadas a atividade do turismo são a norma, e não a exceção.

Por isso Jafari (2005) alerta que os estudos do turismo devem recobrar sua própria voz pública; prever os acontecimentos e ademais poder influir e incluso

canalizar os acontecimentos antes que se produzam. A partir dessa lógica, cabe perguntar, não somente sobre o crescimento do turismo nas comunidades, mas se à atividade do turismo (em sua complexidade) está contribuindo para o desenvolvimento local e bem-estar social dos indivíduos e grupos e como analisar, medir e avaliar o desenvolvimento turístico de uma comunidade dando ênfase aos grupos locais?

Nossa proposta é apresentar um quadro conceitual e metodológico para auxiliar na identificação, avaliação, planejamento e gerenciamento das questões sociais associadas ao desenvolvimento do turismo e grandes projetos em qualquer comunidade que tenha uma relação econômica direta ou indireta com o turismo baseando-se na condição de vulnerabilidade ou na capacidade dos domicílios em administrar o portfólio de ativos (físico, humano e social) para alcançar uma melhor qualidade de vida.

O presente quadro metodológico “*assets-vulnerability, structure of opportunities and tourism*” (AVEOT) foi construído iterativamente em base a teoria social “*Capability Approach*” de Amartya Sen; do quadro metodológico social “*asset-vulnerability framework*”; e pelo enfoque conceitual e metodológico da vulnerabilidade social “*activos-vulnerabilidad y estructuras de oportunidades*” da CEPAL (Katzman et.al. 1999), ambos aplicados a questões de desenvolvimento, pobreza e desigualdade social.

Além do marco teórico-conceitual principal foi realizado um *survey* sobre os principais trabalhos metodológicos relacionadas diretamente com o enfoque da vulnerabilidade social - reconhecidos internacionalmente e nacionalmente -, para a identificação e seleção de variáveis e questões sociais associadas ao conceito de desenvolvimento humano e bem-estar social (IDH; IVS; QI-MCS, etc.). Também foi realizado uma análise de natureza exploratória a partir de entrevistas em profundidade com especialistas, *stakeholders* e diferentes grupos em comunidades turísticas e em diferentes períodos de tempo (entre 2014 e 2017), com o objetivo de identificar e selecionar as principais questões-sociais importantes para a leitura dos cenários turísticos. O modelo também foi discutido com colegas e apresentado em algumas conferências internacionais melhorando-o progressivamente a partir do *feedback*.

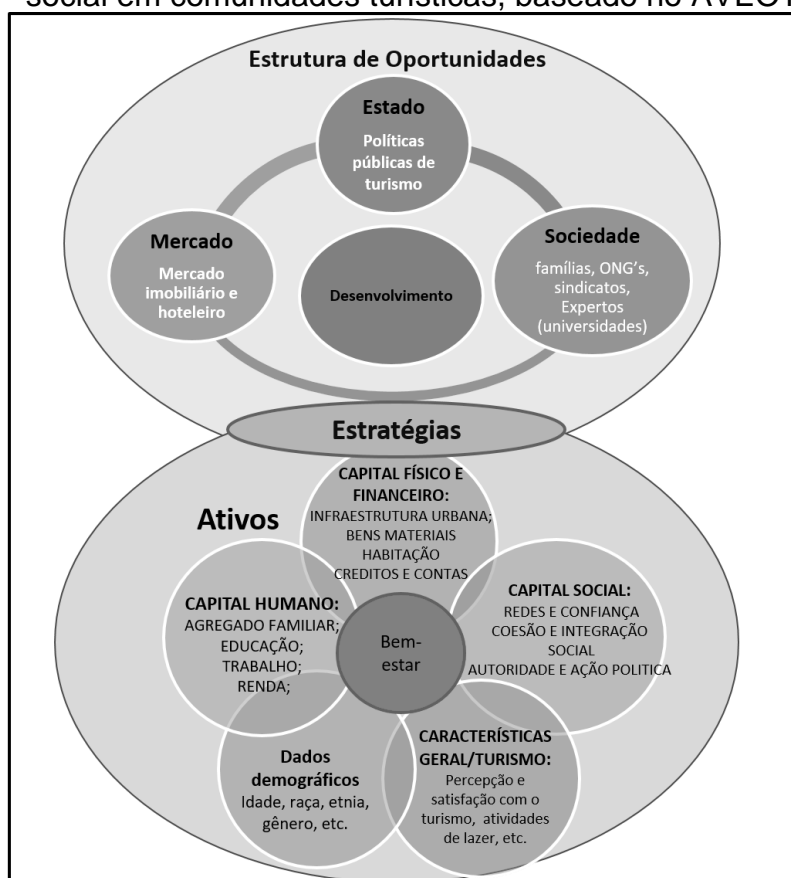
Da adaptação ou reformulação das abordagens (anteriormente mencionado) para a construção do quadro conceitual e metodológico AVEOT, podemos destacar três pontos fundamentais:

- Inclusão do enfoque da vulnerabilidade para a avaliação do desenvolvimento “turístico” (operacionalizar a vulnerabilidade com casos turísticos);
- Análises desde o trinômio turismo-desenvolvimento-vulnerabilidade social;
- Desenvolvimento de um marco conceitual, metodológico e prático para a identificação dos cenários, avaliação dos problemas e das causas e proposta estratégicas;
- A capacidade empírica (micro/macrossocial) para analisar as estruturas e a agência humana (capacidade de resposta);

Metodologicamente a vulnerabilidade social em cenários turísticos é analisada a partir da interseção de dois conjuntos (esquema 9): um a nível macro/entorno (forças externas: estrutura de oportunidades) e outro a nível micro/interno (ativos e estratégias). Simplificando a diferença desses dois conjuntos podemos afirmar que, *grosso modo*, no primeiro os indivíduos não controlam ou não podem decidir nos padrões mais gerais da estrutura de oportunidades (Estado, mercado e sociedade), enquanto, no segundo conjunto, relativo aos ativos e as estratégias, vai depender, sobretudo dos usos e da capacidade de resposta (administrativa) dos indivíduos e/ou grupos.

Portanto, para analisar a grau da capacidade de resposta dos indivíduos e grupos e, conseqüentemente as metas de vida em geral, é necessário entender a razão entre os ativos (quantidade e qualidade destes ativos sociais), e as estratégias desempenhadas pelas famílias. Ao fazer referência à capacidade de resposta ante as mudanças ou choques externos (neste caso, o desenvolvimento do turismo), a abordagem analítica centrada na vulnerabilidade social enfatiza na quantidade, qualidade e diversidade dos tipos de recursos internos ou ativos (físicos, financeiros, humanos e sociais) que estes indivíduos e/ou grupos podem mobilizar para enfrentar as mudanças socioespaciais provocadas pelas estruturas de oportunidades (desde o Estado, Mercado e elite local) para o desenvolvimento e consolidação das atividades turísticas.

Esquema 9: Quadro conceitual para avaliação do desenvolvimento e bem-estar social em comunidades turísticas, baseado no AVEOT



A análise entre as estruturas de oportunidades e a capacidade de resposta dos indivíduos, famílias e grupos, garante de um lado, um processo de conscientização dos indivíduos e grupos sobre os cenários e situações de vulnerabilidade social existente, e do outro, informação densa (socioeconômica e demográfica) para o aprimoramento nos desenhos de políticas públicas que possam maximizar os efeitos positivos do turismo sobre os diferentes grupos das comunidades.

Na continuidade se apresenta com mais propriedade o quadro conceitual e as principais vias de análise.

3.4.1 O PAPEL DAS ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES EM UM CONTEXTO TURÍSTICO

Neste subcapítulo apresentamos as estruturas de oportunidades fazendo uma referência a atividade turística. Focalizamos no papel que joga o turismo desde as estruturas de oportunidades. Ademais apresentamos um quadro lógico de

investigação, que pode contribuir a hora de analisar a relação do turismo e estruturas de oportunidades.

As estruturas de oportunidades se definem como probabilidades de acesso aos bens, serviços ou atividades que incidem sobre o bem-estar de uma família, porque podem facilitar o uso de recursos próprios ou recursos novos (Kaztman, 2000). A chave para distinguir a fonte dos ativos, dos ativos mesmo é a noção de controle ou comando. Essas fontes de ativos não podem ser transformadas ou afetadas pela ação individual das famílias ou pessoas. Ao contrário, estas fontes constituem estruturas de oportunidades para o acesso aos ativos, que os indivíduos podem utilizar ou não – dado suas preferências, capacidades, atitudes, cultura, valores, e etc. (Kaztman et. al., 1999b). A maneira de ilustração, estas funções se podem classificar em dois grandes grupos: As que facilitam um uso mais eficiente dos recursos que já dispõe a família e as que preveem novos ativos ou regeneram os esgotados.

Em um nível, mais geral, se pode afirmar que as fontes básicas de ativos sociais são comunidade, mercado e Estado (Kaztman et.al., 1999a; Busso, 2001; Filgueira, 2001a). Essas fontes de ativos possuem um papel importante na construção de uma sociedade mais ou menos vulnerável, e, portanto, apresentamos na sequência a importância de cada um (quadro 10):

Quadro 10: Marco lógico para análise das estruturas de oportunidades em escala macro/micro em comunidades turísticas (exemplo).

Estrutura de oportunidades	Escala	Oportunidades	Fontes de ativos	Variáveis
Estado	Macro	Políticas públicas de turismo e outras	Infraestrutura e serviços	Escolas e creches Saúde Segurança
	Micro	Políticas públicas turismo e outras	Infraestrutura da comunidade	Transporte público Saneamento Espaços públicos
		Políticas públicas, Bem-estar e cidadania.	Educação Créditos Ajudas sociais Trabalho	Acesso à educação e qualificação Acesso ao crédito Acesso a cidadania Acesso ao trabalho e proteção social
Mercado	Macro/micro	Investimentos privados	-----	Empreendimentos turísticos (hoteleiro e mobiliário)
	Micro	Mercado de trabalho	Trabalho e renda	Ocupações e Tipos de ocupações Tipos de contratação Horas trabalhadas Estabilidade e/ou sazonalidade
Sociedade	Macro	Situações e cenários existentes	Educação Trabalho Renda	Capital humano, físico e social (IVS) Renda, educação e saúde (IDH)

			Bens materiais	
	Micro	Capital comunitário	Organização social Redes e confiança	Impactos negativos e positivos do turismo; Associações, sindicatos, grupos de apoio, projetos sociais e similares; Redes para conseguir empréstimos ou trabalho; Confiança nos vizinhos ou no bairro; Ajuda mutua;

Com respeito ao Estado, segundo a matriz institucional de cada país, suas instituições têm um papel central na conformação das oportunidades, a través do seu impacto direto e indireto conforme (quadro 10). A infraestrutura de uma comunidade (escolas, postos de saúde, transportes públicos, etc.); e a infraestrutura de um domicílio (canalização da água, formas de escoamento dos banheiros, eletricidade, saneamento básico, etc.), assim como as políticas públicas de acesso microcréditos, de educação, saúde e previdência social podem ser elementos chaves para análise das oportunidades desde o Estado e que são questões-chaves para analisar as fontes de oportunidades ou de riscos desde qualquer território, seja ele turístico ou não turístico.

Como exemplo do primeiro grupo podemos destacar a importância das creches infantis, tendo em conta, que em comunidade turísticos, - diferente de atividades econômicas como a mineração, siderúrgicas, petroleiras, etc. - , a maior parte dos empregos do turismo (formais ou informais) são realizados por mulheres (faxineira, diarista, camareira, serviços gerais, etc.) e, portanto, a existência e utilização de creches públicas pode permitir um melhor aproveitamento dos recursos humanos da família com a consequência da elevação de seu bem-estar social. Quer dizer, para além de identificar o mercado de trabalho, é necessário ampliar as oportunidades para que os grupos possam acessar, com segurança, as oportunidades laborais.

Resultados similares se produzem com a infraestrutura de uma comunidade (escolas, postos de saúde, transportes públicos, transporte escolar, saneamento básico, etc.); e a infraestrutura de um domicílio (destino do lixo, canalização da água, formas de escoamento dos banheiros, eletricidade, saneamento básico, sistema de comunicação, etc.). A existência ou inexistência de uma infraestrutura básica de qualidade nos territórios também contribuiu com a produção dos cenários de vulnerabilidade social, e quando estas infraestruturas são negligenciadas pelos

Estado e suas políticas públicas (prefeituras, governos estaduais ou federais), pode contribuir com grandes problemas socioeconômicos sobre os grupos e os territórios turísticos.

Outro exemplo claro é a provisão de oportunidades de acesso à educação gratuita e de qualidade pelo Estado, cuja eficácia depende da utilidade que mostram os correspondentes logros educativos. Parafraseando Paulo Freire, “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67). Nesta linha, o Estado tem e deve contribuir com educação de qualidade nos diferentes territórios como estratégia para diminuição dos cenários de vulnerabilidade social entre os grupos. No caso do turismo, muitos governos desde políticas públicas concretas, investem para a dinamização do fluxo turístico ou para atração de empresas e cadeias hoteleiras internacionais, mas negligenciam de, um lado, os serviços de educação (primários, secundários, etc.) e, do outro, a promoção de cursos para qualificação dos trabalhadores locais na área do turismo.

Também existem formas menos visíveis, mas igualmente importantes através das quais, o Estado e a comunidade podem atuar para facilitar o uso dos recursos próprios de um domicílio/família, como exemplo o fortalecimento do capital social comunitário. A construção de territórios menos vulneráveis também depende de um planejamento que integrem as necessidades e anseios da população local, nessa linha de raciocínio, assim como afirmou Beni (1997, p. 85): *"a verdadeira integração no turismo e do turismo só se dará quando a visão do planejador e a do governo confluírem para a inadiável necessidade de uma gestão territorial compartilhada e participativa"*, em conjunto com os grupos locais.

Podemos adicionar a essa categoria a existência ou facilidade de créditos as micros e pequenas empresas, assim como créditos concedidos para a compra da primeira casa. A facilidade no acesso aos créditos também pode contribuir para a inserção, mais segura e satisfatória, das famílias às atividades turísticas. O acesso ao crédito pode gerar novos ativos sociais, e conseqüentemente fortalecer a capacidade de resposta dos indivíduos, famílias e grupos locais frente as mudanças socioeconômicas implementadas pelas atividades turísticas.

Brevemente se pode afirmar que a função do Estado como fonte de ativos se manifesta através de uma multiplicidade de variáveis, que podem ser divididas nas seguintes categorias:

a) estruturador, que o permite definir os nexos entre fontes, como no caso do requisito de participação formal no mercado de trabalho para atribuir os benefícios de segurança social. Neste caso, desde as estruturas de oportunidades (neste caso, o Estado) também cabe revisar, antes de mais nada, as leis trabalhistas de um país, o sistema de previdência, e outros pontos significativos.

b) empregador, facilitando o acesso a empregos públicos estáveis e com plena cobertura de benefícios.

c) provedor direto de ativos físicos e em recursos humanos, através da alocação de domicílios e da educação e a saúde pública, e como provedor indireto, facilitando o acesso a ativos a través dos créditos para microempresas ou para domicílios, ou fazendo possível um uso mais eficiente dos recursos dos domicílios, como o caso das creches.

E, finalmente d) regulador do funcionamento de outras fontes de ativos, como é o caso dos controles sobre o funcionamento do mercado e das instituições da sociedade civil e sobre o uso dos espaços públicos.

A respeito do mercado, em nossa sociedade, é uma das esferas mais importantes, porque é a partir do mercado que os ativos são gerados, apropriados e utilizados. O mercado de trabalho constitui nesse sentido uma das estruturas de oportunidades fundamentais para os indivíduos e famílias (quadro 10). Atualmente, o impacto do ajuste econômico, da abertura econômica e da globalização, a meta dominante de aumentar a produtividade em um contexto altamente competitivo tende a favorecer ainda mais a importância do mercado como alocador de recursos.

Com a crescente centralidade do mercado na estrutura institucional que fundamenta a ordem social, o atual cenário social registra, paralelamente, uma crescente incerteza, com respeito ao trabalho como via principal de construção do futuro das pessoas, e suas famílias. A esta incerteza, contribuem o aumento do desemprego e do emprego precário, a flexibilização laboral, aumento da informalidade, enfraquecimento das instituições sindicais e o retrocesso do Estado como empregador e como garantidor da proteção social (CEPAL, 1999). Estas situações também são comuns nos territórios turísticos.

No mercado de trabalho, mesmo com toda a dinamicidade da atividade turística, a demanda tem sido sempre maior que a oferta. E, nesse caso, o resultado tem sido também afetado pela baixa qualificação da força de trabalho, que não pode ser apontada como elemento responsável por tal situação. Dada sua complexidade, podemos afirmar que estamos diante de um "novo" setor econômico, com uma heterogeneidade e dinamicidade sem precedentes, porém de grande perversão. Um setor nebuloso e pouco analisado que não pode ser negligenciado pela academia, em particular pelos que produzem as ciências sociais, e principalmente a Geografia.

Por isso, que a pesar de existir um forte apoio ao desenvolvimento do turismo desde o capital público (Estado) e privado (mercado imobiliário e hoteleiro) como alternativa econômica para os diferentes territórios do mundo, não se pode esquecer o lado obscuro desta economia. A maior parte dos trabalhadores do turismo trabalha de mais (ultrapassando às 50 horas semanais) e trabalha de menos ao longo do ano (refém da sazonalidade). O segmento do turismo, ora nos evidencia a ocupação formal, ora nos apresenta os trilhos e os atalhos da informalidade, da expansão dos autônomos e dos sem-carteira assinada. Nos tempos de desemprego, muitos não podem contar com qualquer apoio social, pois a grande maioria se dedica a trabalhos informais.

É na família, sociedade civil e comunidades onde se localiza a terceira fonte de ativos. As diferentes formas de associabilidade, modalidades de ação coletiva, as relações dentro das comunidades e nas famílias são exemplo de fontes onde podemos encontrar as principais relações sociais. Por extensão, as formas de ação vinculadas à esfera política também podem e devem ser consideradas como parte dessa estrutura de oportunidades, como: sindicatos, corporações empresariais e partidos políticos.

Muitas das comunidades turísticas vem passando por um processo de segregação socioespacial em seus territórios o que contribui negativamente na possibilidade de socialização das pessoas provenientes de distintos estratos socioeconômicos. Os mecanismos que reproduzem a segregação residencial aparecem terem sido fortalecidos em consonância com os processos de urbanização, especulação e "privatização" dos espaços públicos e geraram desintegração e marginalização social e emergiram problemas relacionados com a

falta de segurança, a aparição de “guetos turísticos”, assim como a prostituição e tráfico de drogas.

Para além do conjunto de oportunidades ou riscos criados por estas estruturas (estudo macrossocial), é fundamental analisar a quantidade/qualidade e o processo distribuição igual/desigual destas oportunidades ao conjunto/coletivo das comunidades. É fundamental somar a análise macro ao estudo micro, ou seja, compreender também a **capacidade de resposta** dos indivíduos, famílias e grupos e as dificuldades/facilidades para acessar a esse conjunto de oportunidades. Para isso, é necessário identificar o conjunto de ativos (materiais e imateriais) sobre os quais os indivíduos e domicílios possuem controle e suas estratégias de uso para melhorar sua situação de bem-estar.

3.4.2 Capacidade de Resposta e o Turismo: Ativos e Estratégias

Entendo que para compreender o fenômeno do turismo assim como a manifestação e a criação do entorno turístico nestes territórios, é necessário abrir mão de entender em uma perspectiva apenas estruturalista e dualista. Apesar das forças estruturais condicionarem processos e fenômenos socioculturais e econômicos, é necessário entender que os indivíduos e/ou grupos, possuem capacidades de influenciar esses processos e fenômenos.

Por isso, para compreender a relação entre turismo e desenvolvimento de uma comunidade, cabe centrar-se, não apenas nas estruturas de poder (estruturas de oportunidades), mas também, nos indivíduos e grupos que fazem parte destas comunidades. Pois a vulnerabilidade de uma comunidade deve ser medida, também, pela vulnerabilidade dos seus grupos, que por sua incapacidade ou inabilidade de enfrentar situações de mudanças sociopolíticas pode ocasionar um processo cíclico de impactos e consequências desastrosas.

Nesta linha, o objetivo deste subcapítulo é apresentar uma proposta, desde o quadro AVEOT, para avaliar a capacidade de resposta dos indivíduos/famílias ou grupos desde o processo de identificação dos diferentes cenários/situações de carências ou desvantagens diferenciadas dos indivíduos/famílias ou grupos segundo o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns ativos sociais, assim como, a identificação das possíveis estratégias de acumulação, consumo,

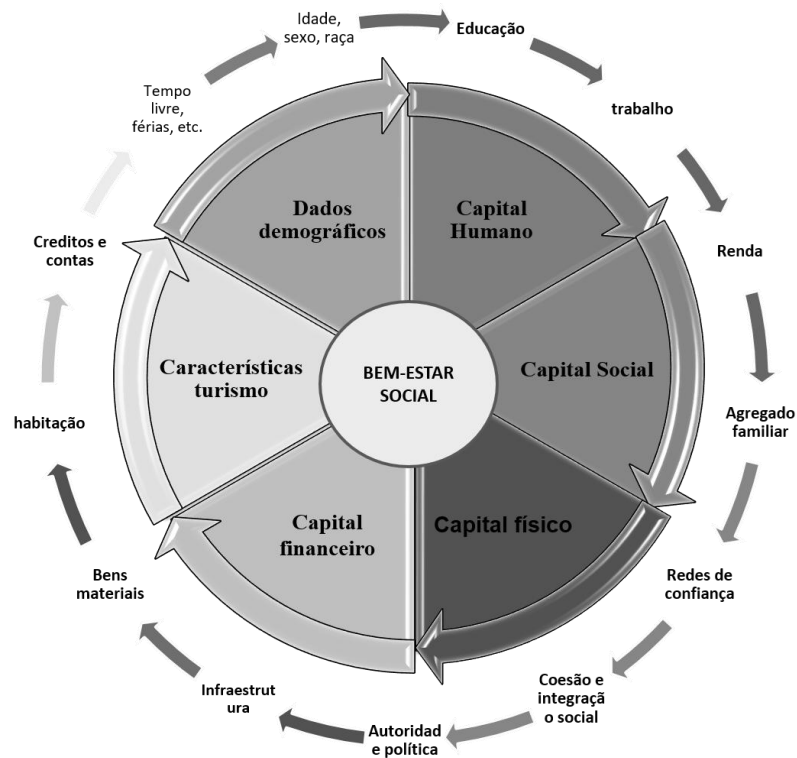
aquisição, proteção e inversão realizadas por estes grupos para a geração de novos ativos, ou bem, para a proteção dos ativos já existentes. Para isto, apresentamos a proposta em duas linhas investigativa: a primeira, com o marco lógico de investigação desde a categoria de análise dos ativos sociais para a avaliação sobre a quantidade e qualidade dos ativos sociais de um indivíduo/família; e a segunda, orientamos um caminho lógico de investigação para analisar as estratégias de mobilização dos ativos para o entendimento sobre as metas de vida de bem-estar social destes indivíduos.

3.4.2.1 Uma posposta de variáveis para avaliar o Portfólio de ativos dos domicílios

A proposta contribui para identificar os diferentes cenários/situações de carências ou desvantagens diferenciadas dos domicílios/famílias segundo o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns ativos sociais. Para analisar os ativos sociais dos indivíduos ou grupos em comunidades turísticas, destacamos dois grupos de variáveis: 1) as dimensões: (capital físico, capital humano, capital social, dados demográficos e as características in lócus do turismo); e 2) os ativos sociais (“infraestrutura da comunidade”; “bens materiais”; “habitação”; “créditos e contas”; “agregado familiar”; “educação”; “trabalho”; “renda”; “redes de confiança e solidariedade”; “coesão e integração social” e “autoridade e ação política”/ fig. 7).

A dimensão do **capital físico** em territórios turísticos, se refere basicamente a todos os bens materiais que incluem a terra, casa, maquinarias e meios de transporte disponíveis por uma família, assim como serviços (públicos ou privados) ofertados por uma organização (bairro, comunidade, cidades, etc.) e que são usados por estas famílias. Para analisar e avaliar a capacidade de resposta dos indivíduos ou famílias, desde a dimensão do capital físico, identificamos e selecionamos três subgrupos de ativos (variáveis) principais, são eles (figura 7):

Figura7: Marco lógico e conceitual para análise do portfólio de ativos dos indivíduos/ou famílias (AVEOT)



i) **Infraestrutura da comunidade:** Este ativo social – a cargo, majoritariamente, do Estado - refere-se ao conjunto de elementos ou serviços considerados necessários (exemplo: creches, escolas públicas, postos de saúde, hospitais, transporte público, transporte escolar, sistema de saneamento e abastecimento de água, eletricidade, espaços de lazer e esporte, departamento e agentes de segurança – delegacias e afins, etc.), para que uma organização (comunidade, bairro, cidade, país) possa funcionar ou para que as atividades (exemplo: turismo) se desenvolva efetivamente;

ii) **Bens materiais dos domicílios ou grupos:** Bens materiais ou bens econômicos - de responsabilidade, majoritariamente, dos próprios indivíduos e grupos - são todas aquelas coisas que podem ser comercializadas independente do seu valor de mercado.

Em comunidades turísticas, por exemplo, onde o custo de vida é, muitas vezes, mais alto em comparação à territórios não-turísticos (resultado do alto processo de especulação imobiliária e alto contingente de imigração), possuir uma casa ou não precisar pagar por ela (aluguel) se traduz no atributo fundamental e,

muitas vezes determinante, entre os setores mais ou menos vulneráveis. Por isso que para os setores pobres, a casa constitui-se como um bem material de suma importância.

iii) Ativo Habitação: Este ativo social - de responsabilidade, majoritariamente, dos próprios indivíduos e grupos - Refere-se a) à condição ou estado físico da casa; b) a oferta e qualidade dos serviços públicos disponíveis segundo a localização da habitação (energia elétrica, abastecimento de água e/ou escoamento dos banheiros da habitação, etc.) e a c) localização da residência {área de risco: social (favela ou afins); ou ambiental (alagamento, deslizamentos, dunas moveis, incêndios, terremotos, avalanches, tempestades, etc.)}.

Em relação ao **capital financeiro nos territórios turísticos**, nos remetemos aos recursos representados por poupança, acesso a créditos, títulos e ações, certificados e outros papéis negociáveis e rapidamente conversíveis em dinheiro.

iv) acesso à créditos e contas: Podemos destacar o acesso à créditos e contas – esse ativo social conta com o papel dos bancos, políticas de Estado e do próprio poder financeiro dos indivíduos e famílias -, como ativos sociais de alta importância para a geração de nos ativos sociais, como comprar ou reformar uma casa, mudar de bairro, investir em um negócio, etc. Portanto, o acesso à créditos e contas pode ser um caminho para incrementar potencialidades funcionais aos setores mais vulneráveis.

Em relação ao **capital humano** no quadro AVEOT, destacamos que esta dimensão ela pode ser medida pelo o conjunto de qualificação, destrezas e habilidades que um indivíduo possui ou a soma dos membros de um lar. O seu uso mais importante se encontra no acesso ao emprego e o auto emprego, atividades que por sua vez constituem fontes adicionais para a geração de outros tipos de ativos (como exemplo: renda, habitação, bens materiais, etc.). Este capital pode ser analisado a partir de dois níveis:

- Individual: podemos destacar o estado de saúde, o grau de educação (qualificação profissional), emprego ou tipo de contrato laboral e habilidades, como os atributos básicos desse tipo de ativos;
- Familiar: podemos destacar a quantidade de trabalho potencial como um dos ativos mais importantes. Assim a situação de saúde dos membros do domicílio e a

capacidade coletiva de mobilizar-se e gerar ativos entre os próprios membros. Portanto, das variáveis relacionadas ao capital humano desde o quadro AVEOT, podemos destacar quatro subgrupos de ativos sociais principais:

v) Agregado familiar: Esse ativo social tem a ver com as pessoas que vivem em economia comum e que tenham laços familiares. A família propicia aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel primordial na educação formal e informal; é no seu espaço que valores éticos e morais são introduzidos e incorporados, onde se fortalecem os laços de solidariedade.

Neste sentido, a vulnerabilidade social de um indivíduo também tem a ver com a existência ou não de uma estrutura familiar de apoio, sejam em territórios turísticos ou não turísticos. O ativo agregado familiar é destes ativos que tem capacidade de gerar muitos outros ativos sociais, como exemplo: a Renda; Habitação para morar, conseguir bens materiais, heranças, empréstimos, conseguir trabalho, e etc.

vi) Educação: Refere-se ao grau de escolaridade do responsável do domicílio e dos membros do agregado familiar. A educação é destes ativos sociais que tem capacidade de promover novos ativos (como por exemplo alcançar melhores trabalhos) ou de regenerar ativos esgotados.

Com essa frase destacamos o ativo social educação como um dos ativos mais importantes para um indivíduo ou família para a superação de contextos de vulnerabilidade social, pobreza ou exclusão.

No contexto turístico o grau de educação pode facilitar o acesso à melhores trabalhos e contratos laborais (gerência, promoção, marketing, etc.) em comparação com a população com baixos níveis de educação que estão mais vulneráveis e submetidos à precarização e flexibilização do mercado laboral turístico. Em termos gerais, um maior nível de educação ou qualificação profissional pode contribuir para uma maior capacidade de resposta, e conseqüentemente uma menor dependência econômica do turismo.

vii) Trabalho: Refere-se a qualquer atividade exercida a fim de que como resultado dessa atividade tem-se uma recompensa, em geral, na forma material. O ativo trabalho, também é destes ativos que possui uma alta capacidade de gerar e renovar demais ativos sociais. A partir do ativo trabalho é possível por

exemplo: investir em educação, ter uma renda, comprar ou reformar uma habitação, adquirir bens materiais, fazer amigos (capital social), e etc.

O trabalho é um dos ativos sociais mais importantes para um indivíduo, pois é a partir do trabalho que este indivíduo pode satisfazer suas necessidades básicas primárias (fisiológicas e as de segurança), e em alguns casos, alcançar e satisfazer as suas necessidades secundárias (que são as sociais, estima e auto realização/STREETEN, 1981; MASLOW, 1991; MAX-NEEF, 1993). Nesse sentido, quanto melhor o acesso a um bom trabalho, maior a capacidade de resposta ou adaptação de um indivíduo e, conseqüentemente menor sua situação de vulnerabilidade social frente as mudanças ou crises socioeconômicas.

Em nosso sistema social e econômico (focalizamos no turismo), diferentes dispositivos de marginalização são produzidos, contemplando, dentre esses, as condições de produção para o mercado de trabalho. Distanciando-se das condições de acesso a um emprego formal, muitos adolescentes e jovens passam a ser visibilizados *a priori* como indivíduos vulneráveis. O mercado laboral turístico é, por si, um dispositivo de marginalização quando a cada 1 trabalho formal, existem outros 10 informais (PICORNELL, 2015). Nos tempos de desemprego, muitos não podem contar com qualquer apoio social, pois a grande maioria se dedica a trabalhos informais. Nesta linha, para entender o ativo trabalho em territórios turísticos é imprescindível analisar: os empregos existentes; tipos de emprego, tipos de contrato, horas de trabalho; a informalidade; o acesso a carteiras de trabalho ou a INSS, e etc.

viii) Renda: Refere-se não só a renda absoluta como a subjetividade da renda do responsável e dos membros do agregado familiar. A renda, assim como o ativo trabalho, tem uma grande importância para os indivíduos. É através da renda que o indivíduo pode satisfazer as necessidades básicas primárias ou axiológicas (fisiológicas e as de segurança).

Por isso o ativo renda – desde as primeiras abordagens da pobreza – sempre esteve associado como elemento chave para a superação da pobreza, marginalização e exclusão social. Apesar do enfoque da vulnerabilidade considerar outras dimensões sociais e humanas para o entendimento do desenvolvimento dos indivíduos, a renda ainda consiste em um ativo primordial e básico para a superação da pobreza. Para entender o ativo Renda em territórios turísticos é

necessário levar em consideração temas como: a sazonalidade do emprego e renda, custo de vida, pressão imobiliária, preços dos alugueis, e etc.

Em relação ao **capital social**, este está relacionado à capacidade para mobilizar a solidariedade/vontade de outras pessoas em seu benefício, sem recorrer à força ou a ameaça (Kaztman, 2000). O capital social pode adquirir um papel importante no portfólio de ativos familiares de grupos vulneráveis e constituir um aspecto chave que viabiliza o uso mais produtivo de outras formas de capital, assim como a acumulação destes. Esta afirmação explica o caso de famílias que são pobres (associada à insuficiência de renda), mas que não são vulneráveis; e de famílias que não são pobres, mas são vulneráveis devido à falta de redes sociais.

Para especificar os alcances da noção de capital social, convém pontuar que o conjunto de ativos sociais que pode mobilizar uma pessoa está relacionado a três principais fatores: a) a extensão das obrigações: vinculados às expectativas geradas por um indivíduo em receber recursos de outras pessoas; b) a intensidade dos laços que vinculam as pessoas nas redes e a força das normas que regulam estas interações; c) e por último a significação dos recursos que circulam nas redes.

O capital social e a possibilidade de medir esta dimensão é de suma importância, sobretudo quando mencionamos os casos de turismo comunitário, turismo local, turismo endógeno. Estes são exemplo claros de atividades que só podem acontecer, de fato, se existe um contexto de cooperação, confiança, solidariedade, participação política e integração social entre os indivíduos, famílias e grupos. Ademais, poder medir o capital social das comunidades, é uma tarefa necessária para avaliar, gerir e planejar o turismo, sobretudo em termos comunitários, pois apenas com a sua medição e avaliação é possível afastar-se de qualquer ideia idílica e romântica quanto a homogeneidade comunitária e poder planejá-la dando voz e respeitando os diferentes grupos, opiniões, classe, gênero ou vulnerabilidade social. Para medição do Capital social de uma comunidade, desde o quadro AVEOT, destacamos três ativos sociais fundamentais:

ix) as redes de confiança e solidariedade: Refere-se às redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que decorrem das relações interpessoais dentro da comunidade. Esta é a categoria mais comumente associada ao capital social.

Além das perguntas tradicionais sobre confiança presentes em um número notável de *surveys* nacionais, esta categoria busca levantar dados sobre a condição de confiança e solidariedade entre os vizinhos, provedores de serviços essenciais, e estranhos, e como essas percepções mudaram com o tempo e se existe relação com o turismo.

(x) coesão e inclusão social: Como condição fundamental para transformação social, para a criação de bem-estar e de mudança social nas comunidades.

As “comunidades” não são entidades coesas, mas antes se caracterizam por várias formas de divisão e diferenças que podem levar ao conflito. Neste ativo social deve-se buscar identificar a natureza e o tamanho dessas diferenças, os mecanismos por meio dos quais elas são gerenciadas, e quais os grupos que são excluídos dos serviços públicos essenciais.

(xi) autoridade ou capacitação e ação política: Refere-se à capacidade de um indivíduo ou família para influenciar tanto um evento local como respostas políticas mais amplias. O ativo autoridade ou capacitação e ação política tem a ver com a extensão da participação de um membro de um domicílio em vários tipos de organização social e redes informais, assim como as várias contribuições dadas e recebidas nestas relações; conseqüentemente sua capacidade de desempenhar um papel fundamental em uma organização (bairro, comunidade, cidades, etc.).

Outro ponto chave da variável autoridade ou capacitação e ação política é que este ativo social, também tem a ver com a percepção dos indivíduos, famílias ou grupos quanto à credibilidade ou eficácia pública dos governos (nas diferentes escalas de atuação). Nesta linha, podemos usar a seguinte frase: “pode-se governar sem popularidade, mas não se pode governar sem credibilidade” (frase do ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso). A confiança, é, portanto, um elemento importante em qualquer sociedade e governo, sem ela as conexões entre as famílias e os grupos locais e as instituições representativas são frágeis, o que fortalece práticas autoritárias na implementação das políticas públicas.

Também devem ser considerados variáveis relacionadas as características gerais do turismo in lócus. Podem ser incluídas na análise a percepção das famílias quanto aos impactos gerados pelo turismo, sejam eles positivos ou negativos.

Também é importante saber quais os grupos que se encontram mais ou menos satisfeitos com o turismo, assim como identificar a relação entre a percepção de satisfação com o estado de dependência ou não com o turismo.

Além dos ativos tangíveis e intangíveis, não podemos ignorar os indicadores relacionados aos dados sociodemográficos para identificar a capacidade de resposta e conseqüentemente a condição de vulnerabilidade social de uma família (CELADE, 1999; 2002; RODRÍGUEZ VIGNOLI, 2000). O conceito de vulnerabilidade demográfica vem sendo usado para distinguir uma manifestação da vulnerabilidade social que se produz por razões demográficas relacionada diretamente as questões de raça, etnia, gênero e idade (FILGUEIRA, 2001b).

Uma vez identificado o conjunto de portfólio de ativos e as questões demográficas ou de desvantagens sociais, cabe à compreensão sobre o uso e mobilização dos ativos sociais através das estratégias empregadas e sua capacidade de resposta frente as mudanças socioeconômicas. Para os indivíduos e famílias, as estratégias podem ter como critério alcançar um maior bem-estar, com uma mobilidade ascendente ou pelo menos, não descendente. Portanto, para o entendimento das estratégias é necessário tomar consciência, primeiramente, que não tem a ver unicamente com portfólio de ativos (“o ter”), mas sobre os usos possíveis (“a capacidade de mobilizar esses ativos”) dos diferentes tipos de capitais.

3.4.2.2 Marco lógico para avaliar as estratégias e as metas de bem-estar dos domicílios

Ao fazer referência a capacidade de resposta, a abordagem analítica centrada na vulnerabilidade foca-se na quantidade e qualidade do portfólio de recursos ou ativos que um indivíduo ou uma família dispõe, mas também das estratégias de acumulação, consumo, aquisição, proteção e inversão que os diferentes indivíduos/grupos podem mobilizar-se para prevenir, afrontar ou reagir frente aos riscos ou desvantagens sociais existentes, para alcançar um melhor nível de bem-estar, ou bem, para evitar a perda de bem-estar social.

A troca, ou escolha entre um ou outro ativo, entre bem-estar imediato ou bem-estar futuro, entre consumo material e inversão educativa, entre trabalho e

educação, como alguns exemplos, são dilemas que enfrentam as famílias todos os dias. Nesta linha, as estratégias são cada uma das formas particulares de articulação de recursos para lograr uma meta ou objetivo, que pode ser de bem-estar imediato ou de bem-estar futuro.

A grosso modo, para uma análise complexa sobre as estratégias empregadas em um cenário turístico é necessário avaliar desde a combinação dialética entre as estruturas (conjunto de oportunidades) e a agência humana (e a capacidade de resposta dos indivíduos ou famílias). Na continuidade as principais situações e estratégias possíveis desde a análise combinada entre estruturas e capacidade de resposta, fornecendo alguns exemplos em cenários turísticos. Destacamos as quatro situações possíveis, são elas (esq.10):

Esquema 10: Tipos de estratégias segundo o contexto político externo (EOP) e a capacidade de resposta dos indivíduos e famílias (interno).

	Risco socioeconómico ou desvantagens sociais	Oportunidades
Fortalezas	<p>Contexto político:   Risco ou desvantagem social</p> <p>Capacidade de resposta: Fortalezas</p> <p>Média dotação e/ou diversificação de ativos</p> <p>Estratégias de defesa, para: Inversão (médio ou longo prazo)</p> <p>Bem-estar futuro</p>	<p>Contexto político:   Oportunidades</p> <p>Capacidade de resposta: Fortalezas</p> <p>Portfolio de ativos sociais: Alta dotação e diversificação de ativos</p> <p>Estratégias Ofensivas, para: Acumulação (largo prazo)</p> <p>Bem-estar futuro</p>
Debilidades	<p>Vulnerabilidade</p> <p>Contexto político:   Risco ou desvantagem social</p> <p>capacidade de resposta: debilidades</p> <p>Baixa dotação e diversificação de ativos</p> <p>Estratégias de sobrevivencia</p> <p>Estratégias de Consumo (curto prazo)</p> <p>Bem-estar Imediato</p>	<p>Contexto político:   Oportunidades</p> <p>Capacidade de resposta: Debilidades</p> <p>Média dotação e/ou diversificação de ativos</p> <p>Estratégias adaptativa, para: Inversão (médio e largo prazo)</p> <p>Bem-estar Futuro</p>

- **Situação 1: Fortalezas + Oportunidades = Estratégias Ofensivas**

As estratégias ofensivas são as **estratégias de crescimento**. Tem a ver com as famílias que buscam relacionar os pontos fortes internos (Fortalezas) e externos (oportunidades) para melhorar sua situação de **bem-estar futuro**. A

grosso modo, as estratégias ofensivas possuem o valor de explorar e potencializar todas as possíveis oportunidades existentes no meio, neste caso, em um cenário turístico. As estratégias ofensivas podem ser associadas àquelas famílias que tanto possuem uma alta quantidade e diversificação de ativos sociais, quanto por sua capacidade resolutiva (fortalezas) em acessar constantemente as oportunidades (advindas do turismo) para a reprodução e acumulação de novos ativos sociais.

Dentre estes grupos, podemos destacar a capacidade das cadeias hoteleiras ou das empresas imobiliárias de capital internacional, como grupos que possuem fortalezas (física, financeira e humana) para aproveitar-se de localidades com alto potencial para oportunidades de negócios turísticos.

- **Situação 2: Fortalezas + Risco ou desvantagem social = Estratégias Defensivas**

Também chamadas de **estratégias reativas ou inversão**. Relacionam os pontos fortes internos para neutralizar ou amenizar os riscos externos (impactos negativos). *Exemplo:* é possível destacar o Capital Social como uma das mais importantes **fortalezas** de um indivíduo ou de uma família para defende-se de riscos ou para conseguir oportunidades, como exemplo: emprego. A inversão em educação e qualificação profissional entre indivíduos de famílias pobres também aparece como um importante caminho para brincar as desvantagens sociais.

Como exemplo, destes grupos, podemos destacar as famílias que por possuírem um nível de capacidade de resposta alto, seja por sua fortaleza física ou financeira ou humana ou social, são menos dependentes vulneravelmente do turismo. Também das famílias que enviam seus filhos para estudar em outras cidades, para seguir uma carreira profissional, na maioria das vezes, fora destes contextos turísticos.

- **Situação 3: Fraquezas + Oportunidades = Estratégias Adaptativas**

Ou estratégias de **reorientação**. Neste sentido, é possível modificar algum elemento de fraqueza para aproveitar as oportunidades. Exemplo: Um exemplo relacionado ao turismo, podemos destacar as estratégias de alguns pescadores para adaptar-se (reorienta-se a uma nova atividade econômica) as novas mudanças, transformando barcos de pesca em barcos à motor para passeios turísticos (oportunidade). Outra estratégia é o aluguel de quitinetes aparece como

oportunidade de renda (oportunidade renda) para muitas famílias pobres (pobreza como fraqueza) que vivem em comunidades turísticas.

- **Situação 4: Fraquezas + Risco ou desvantagem social = Estratégias de sobrevivência em cenários turísticos**

Estratégias de sobrevivência ou de consumo. Em contexto político de desvantagem social somado a uma fraqueza ou incapacidade de resposta frente as mudanças sociopolíticas, as estratégias das famílias se resumem ao uso e consumo dos ativos já existentes para a sobrevivência cotidiana. Como um exemplo, é possível destacar a venda de terrenos (terras) por nativos para especuladores ou veranista. A prostituição também aparece como este caso entre vulnerabilidade e desvantagem social, no qual, jovens se prostituem como estratégia de sobrevivência, situação muito comum em cenários turísticos.

Portanto se de um lado a identificação do conjunto de ativos dos domicílios tem objetivo de detectar as condições de vulnerabilidade e/ou não vulnerabilidade, a análise das diferentes estratégias pode contribuir para o conhecimento complexo sobre as causas e os porquês das diferentes situações de vulnerabilidade social (sejam estruturais e/ou conjunturais). No quadro 11, estão descritas as principais variáveis que podem ser selecionadas, e desenvolvidas para avaliar, analisar e compreender as estratégias empregadas e as causas das situações de vulnerabilidade. Na continuidade explicaremos da esquerda para a direita o caminho do marco lógico para a avaliação das estratégias e metas de vida dos indivíduos, com o objetivo de facilitar ao leitor a proposta de análise das estratégias, desde a proposta do AVEOT.

Quadro 11: Marco lógico para analisar as estratégias e as metas de vida nas comunidades

Estratégias	ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES				CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS FAMILIAS E COMUNIDADES		
	a.1 Contexto político (escala macro)	a.2. Contexto político (Dependência intersetorial)	b. Meio externo?	c. Dotação e diversificação dos ativos das famílias?	d. Valores subjetivos	e. vulnerabilidade frente ao turismo	f. Meta de vida, em geral?

Consumo (adaptativa)	Riscos	Economia uni setorial	Segregação?	Infraestrutura	Religiosos	Vulneravelmente dependente do turismo	Bem-estar imediato? (Sobrevivência)
Inversão (defensiva)	Oportunidades	Multifuncionalidade do território	Coesão e integração social	Bens materiais Habitação Acesso ao crédito Agregado familiar Trabalho Renda Educação Redes e confiança Coesão Ação política	Culturais	Não dependência (vulnerável) ou nenhuma relação com o turismo	Bem-estar futuro?
Acumulação (ofensivas)					Atitudinais		

A – Contexto político (subcapítulo 3.4.1)

Para compreender as estratégias empregadas ou adotadas por um indivíduo ou outro em um cenário turístico, é necessário, antes de mais nada compreender as Estruturas de poder ou de oportunidades existentes em um território. Desde as estruturas de oportunidades, é necessário analisar a relação entre as oportunidades e os riscos advindos da relação entre Estado, Mercado e Sociedade. As questões macrossociais afetam diretamente a capacidade de resposta dos indivíduos. Quanto maior os níveis de pobreza, desigualdade social, dificuldades econômicas, baixo nível de educação de um território (seja uma comunidade, cidade, estado ou país), menor será a capacidade de adaptação ou de resposta dos indivíduos ou famílias.

Para o entendimento sobre as estruturas de oportunidades, é necessário buscar respostas para inúmeros questionamentos, se o turismo é realmente o passaporte para o desenvolvimento dos territórios? Se a maioria dos grupos e comunidades conseguem acessar ao conjunto de oportunidades? Se a maioria dos grupos se veem beneficiados por essas oportunidades? Se o turismo contribui com oportunidades ou como um risco para as comunidades?

Desde estas perguntas, cabe analisar, se o turismo é uma opção extra de renda para as economias ou se é posto (de cima para baixo) como uma única opção econômica, negligenciando o papel de outras atividades econômicas nos territórios. Se o turismo é fortalecido pelas estruturas de oportunidades como uma única atividade econômica para as comunidades, a atividade pode deixar de ser uma oportunidade, para tornar-se um risco em termos econômico, cultural, ambiental

e político. Fortalecer a competência intersetorial do turismo, ao invés de apostar por um território multifuncional, é correr o risco de uma dependência cega e vulneravelmente perigosa para os territórios, que ficam à mercê da sazonalidade da atividade, da precariedade e flexibilidade laboral, da informalidade dos trabalhos, de uma limitada opção de emprego e renda, e etc.

B – Meio Externo (subcapítulo 3.4.1)

Outro ponto importante, é o entendimento sobre o meio externo dos territórios, que deve ser analisado nas diferentes escalas. Um contexto desigual pode contribuir para um processo de segregação socioespacial dos territórios. Cabe analisar o papel para o fortalecimento de um processo de coesão ou integração social ou para a construção de territórios segregados.

A sua vez, o contexto político e o meio externo desde a relação entre Estado, Mercado e Sociedade influenciam diretamente na dotação e diversificação do portfólio de ativos sociais dos indivíduos e comunidades. Os ativos, conjuntamente com as estratégias, condicionam a capacidade de resposta que terão os indivíduos, famílias e comunidades.

C – Dotação e diversificação do portfólio de ativos sociais (subcapítulo 3.4.2.1)

Ao fazer referência à capacidade de resposta ante as mudanças ou choques externos, a abordagem analítica centrada na vulnerabilidade enfatiza na quantidade, qualidade e diversidade dos tipos de recursos internos ou ativos (físicos, financeiros, humanos e sociais) que podem mobilizar para enfrentar a variação do entorno (subcapítulo 3.4.2.1). Portanto, para entendimento da capacidade de resposta dos indivíduos, identificar e avaliar o com portfólio de ativos (“o ter”) existentes nas famílias e comunidades. Em termos gerais, quanto maior a quantidade e qualidade dos ativos sociais existentes entre os indivíduos e famílias de uma comunidade, maior a capacidade de resposta deste para enfrentar as diversidades.

D – Valores subjetivos

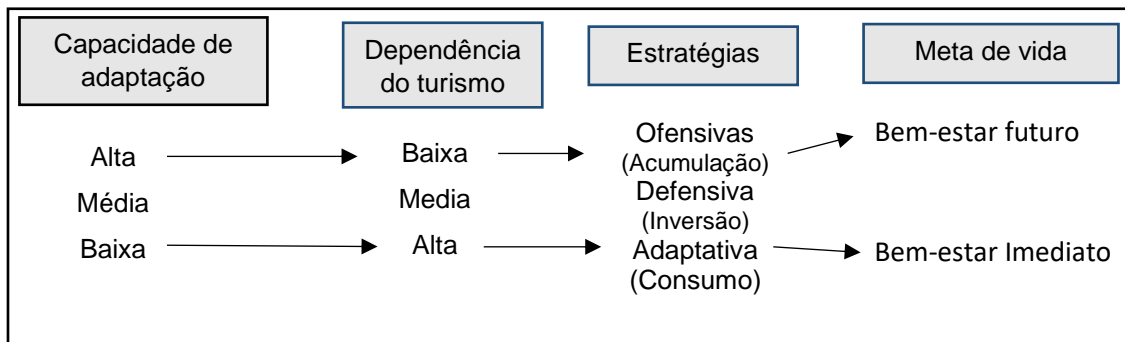
Também cabe destacar que as estratégias estão fortemente determinadas por aspectos atitudinais e culturais dos domicílios/família. As estratégias de uma

família, a escolha por um ativo ou outro, não dependerá apenas do portfólio de ativos prévios, tampouco das mudanças dentro do contexto familiar, e muito menos apenas das estruturas de oportunidades, mas também dos valores (atitudinais, religiosos e culturais) que os indivíduos dão a estes ativos como fins para si mesmo e como meios para lograr outros fins.

E- Dependência vulnerável dos indivíduos em relação ao turismo

Entretanto, cabe frisar, que não é tão fácil, optar por uma estratégia ou outra, e muito menos a escolha por uma meta de vida “X” ou “Y”. Uma questão-chave para analisar a meta de vida das famílias e capacidade de respostas dos indivíduos/famílias está relacionado as questões quanto a dependência econômica do turismo (PICORNELL, 2015). Dentro do cenário turístico, depender economicamente - unicamente e exclusivamente - do turismo é estar sujeito a volatilidade, sazonalidade e a precariedade dos trabalhos e renda desta atividade. Para os trabalhadores esta dependência do turismo significa trabalhos sazonais, uma falta de proteção social para o resto do ano e práticas abusivas nas relações de trabalho associada ao setor.

Ademais, o fluxo turístico é suscetível a qualquer tipo de mudanças e por isso qualquer desastre natural, qualquer instabilidade sociopolítica ou simplesmente qualquer mudança na tendência dos turistas pode ter um efeito devastador sobre as economias e conseqüentemente no nível de bem-estar social dos indivíduos comunidades. Portanto, para analisar as capacidades (adaptação ou resposta) dos domicílios em alcançar níveis positivos de qualidade de vida dentro de um cenário ou de uma comunidade turística é necessário entender a relação entre a dependência econômica de um e, a sua vez como esta dependência afeta o emprego entre uma ou outra estratégia e conseqüentemente a meta de vida dos domicílios (esquema 11).



Esquema 11: Estratégias e capacidade de resposta

A partir do conhecimento das metas que deseja alcançar uma família e do potencial dos recursos que controlam, um observador (investigador) pode fazer uma avaliação das estratégias dessa família contrastando com as que surgem de um cálculo que maximiza a combinação dos recursos disponíveis para a conquista destas metas. Lembramos que para uma adequada avaliação das estratégias dos domicílios é necessário afastar-se tanto de um “antropologismo ingênuo”, que valida o ponto de vista do “agente”, como de um “racionalismo ingênuo”, que valida o ponto de vista do observador.

CAPÍTULO 4:
APLICAÇÃO METODOLÓGICA DO AVEOT:
Exemplos-práticos para avaliação do desenvolvimento
em territórios turísticos no Nordeste Brasileiro.

CAPÍTULO 4: APLICAÇÃO METODOLÓGICA DO AVEOT: exemplos-práticos para avaliação do desenvolvimento em territórios turísticos no Nordeste Brasileiro.

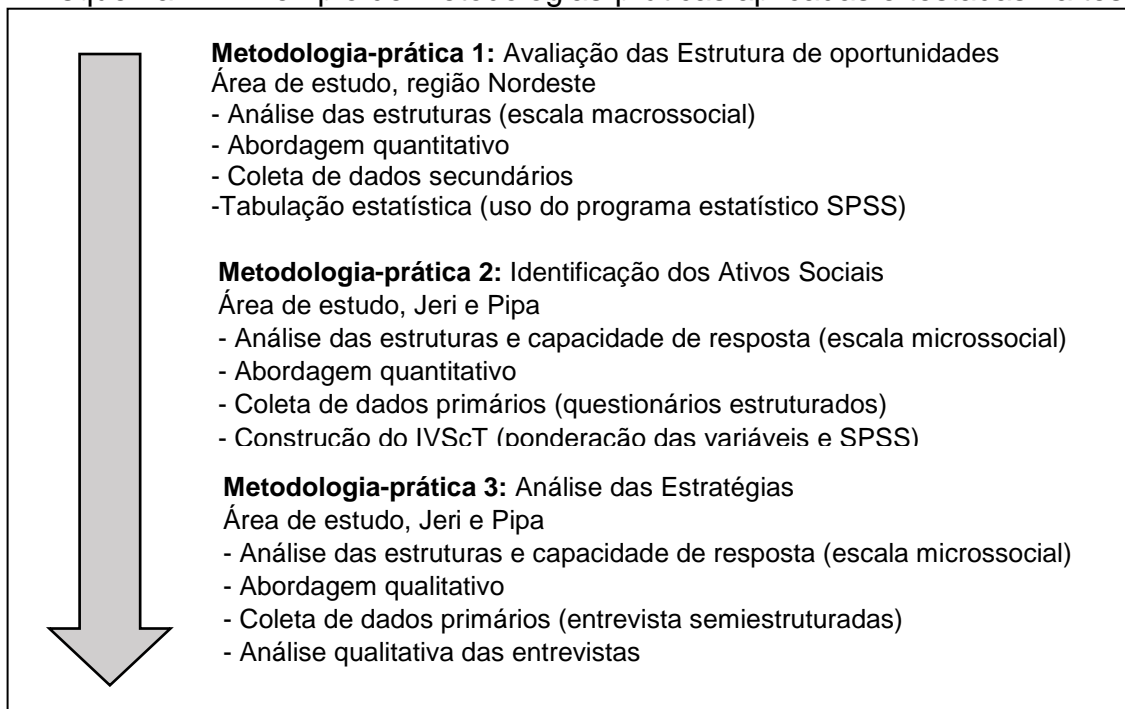
Analisar o fenômeno do turismo não é uma tarefa fácil e por isso, é delicado determinar um protocolo metodológico estrito para o seu entendimento. Por isso, buscamos elaborar diferentes propostas para avaliar o desenvolvimento do turismo. Para tanto, **objetivo** deste capítulo é apresentar exemplos de metodologias-práticas, elaboradas desde o quadro AVEOT, para a avaliação empírica do processo de desenvolvimento do turismo sobre os territórios e grupos locais. Foram realizados três exemplos práticos, são elas (quadro):

- A metodologia-prática 1, foi desenhada para avaliar o desenvolvimento em territórios turísticos a partir da análise sobre as estruturas de oportunidades em escala macrossocial. O objetivo da proposta era testar estatisticamente a relação de dependência entre os binômios: turismo/ desenvolvimento e turismo/ vulnerabilidade. Para isso foi realizado análises descritivas de referência cruzada e testes de hipóteses (Qui-quadrado) para amostras independentes, realizada através do software SPSS. Para ilustrar a metodologia-prática selecionamos os municípios turísticos e não-turísticos das diferentes regiões do Brasil, focalizando a análise sobre a região Nordeste.
- A metodologia-prática 2, da aplicação do quadro (AVEOT), teve como objetivo avaliar o desenvolvimento em comunidades turísticas a partir do quantidade e qualidade de ativos sociais disponíveis pelas diferentes famílias. A proposta possibilita analisar a heterogeneidade socioespacial apresentada pelas famílias nas comunidades turísticas baseando-se na condição de incapacidade/capacidade dos domicílios em melhorar suas situações de bem-estar

a partir da elaboração de índice de vulnerabilidade social para comunidades turísticas (IVScT), que pode ser facilmente, replicado à outras comunidades turísticas. Para ilustrar a metodologia-prática selecionamos as comunidades de Jericoacoara e Pipa, na região Nordeste do Brasil.

- Também apresentamos um exemplo prático capaz de analisar as estratégias e a capacidade de respostas dos domicílios frente às atividades turísticas. Para esta metodologia apostamos por uma abordagem qualitativa. Foi realizado trabalho de campo em Jeri e Pipa para aplicação de entrevista semiestruturadas com os chefes de famílias dos domicílios. Realizamos uma amostragem não-probabilística por saturação para alcançar uma amostra relevante para a pesquisa.

Esquema 12: Exemplo de metodologias-práticas aplicadas e testadas na tese



No que diz à apresentação dos subcapítulos, os três primeiros apresentamos os três exemplos metodológicos e práticos, elaborados desde o quadro AVEOT, aplicados e testados no presente trabalho de tese, são eles: Subcapítulo 4.1: ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES E A PROGRESSÃO DA VULNERABILIDADE; Subcapítulo 4.2. PORTFÓLIO DE ATIVOS E RECURSOS DOS DOMICÍLIOS: A construção do Índice de vulnerabilidade social para comunidades turísticas; 4.3 ESTRATÉGIAS E AS METAS DE VIDA DAS FAMILIAS. O objetivo desta primeira parte é a de explorar e validar

metodologicamente o quadro AVEOT, apresentando e aplicando três exemplos práticos metodologicamente distintos para a avaliação do desenvolvimento em cenários turísticos.

Para finalizar, no subcapítulo 4.4 TRABALHO DE CAMPO: ESTRATÉGIAS DE COLETA DE DADOS E CRONOGRAMA, descrevemos os trabalhos de campo realizados para a construção do quadro AVEOT e para a coleta de dados primários em Jericoacoara e Pipa.

4.1 ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES E O TURISMO

Neste subcapítulo, apresentamos uma metodologia-prática da aplicação do quadro (AVEOT) para avaliar o desenvolvimento em territórios turísticos a partir da análise sobre as estruturas de oportunidades, realizada desde uma escala macrossocial. Para ilustrar a metodologia-prática selecionamos a região Nordeste do Brasil. A proposta possibilita testar estatisticamente a relação de dependência entre os binômios: turismo/ desenvolvimento e turismo/ vulnerabilidade, através análises descritivas de referência cruzada e testes de hipóteses para amostras independentes, realizada através do software SPSS. A análise foi realizada a nível macrossocial, utilizando dados secundários sobre renda, trabalho e renda, capital humano, infraestrutura e educação, disponibilizados pelo IVS e IDHM do Brasil, e os municípios turísticos e não turísticos disponibilizados pelo MTur.

A metodologia e as ferramentas selecionadas para a análise das EOP para a construção deste trabalho de tese, foram selecionadas conforme os objetivos traçados:

- Comprovar a relação de dependência (ou não) entre turismo e desenvolvimento humano no Brasil e regiões, a partir do papel estratégico das estruturas de oportunidades (Estado, mercado e sociedade) para o desenvolvimento do turismo e as contradições nas diferentes escalas;
- Contextualizar o desenvolvimento do turismo na região Nordeste/Brasil como um marco geral de estudo;
- Identificar como as teorias do desenvolvimento associado ao turismo influenciaram o processo de reestruturação sociopolítico das comunidades tradicionais no Brasil e Nordeste;

- Testar e comprovar estatisticamente a relação de dependência entre os territórios turísticos, desenvolvimento humano e vulnerabilidade social no Brasil e regiões;
- Identificar as dimensões e os ativos sociais (variáveis) que mais influenciam sobre o cenário de desenvolvimento humano e de vulnerabilidade social no Brasil, regiões e territórios turísticos;
- Analisar a relação entre as estruturas de oportunidades e a capacidade de resposta das famílias (ativos sociais) para a produção dos cenários de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa;

4.1.1 Planejamento da pesquisa sobre as EOP

Primeiramente, para a análise sobre as EOP, foram necessárias algumas etapas fundamentais, e a mais importante, é a identificação do marco lógico de análise e a identificação das principais variáveis para o estudo.

- Identificação das Variáveis:

Para a análise das estruturas de oportunidades no contexto turístico do Brasil, Nordeste e, especificamente Jericoacoara e Pipa, se destaca as principais variáveis para a coleta de dados.

Conforme o quadro, para a análise das EOP em escala macro e micro foram necessários identificar as principais oportunidades, as fontes de ativos e variáveis. Para essa etapa o levantamento de dados secundários e primário foi de extrema importância.

Quadro 12: Identificação das variáveis para a coleta de dados e análise das estruturas de oportunidades em escala macro/micro.

Estrutura de oportunidades	Escala	Oportunidades	Fontes de ativos	Variáveis	Fonte de pesquisa
Estado	Macro	Políticas públicas de turismo	-----	Prodetur I, II, Nacional e PAC	Dados secundários
	Micro	Bem-estar (qualidade de vida) e cidadania	Infraestrutura da comunidade	Escolas Saúde Segurança Transporte público Saneamento Esporte e lazer	*Dados secundários e primários *Entrevistas qualitativas com comunidade

		Políticas públicas e cidadania	Educação Créditos Ajudas sociais Trabalho	Acesso à educação e qualificação Acesso ao crédito Acesso a cidadania Acesso ao trabalho e proteção social	*Dados secundários e primários *Entrevistas qualitativas comunidade
Mercado	Micro	Mercado de trabalho	Trabalho	Tipos de ocupações Tipos de contratação Horas trabalhadas	*questionários e Entrevistas qualitativas comunidade
Sociedade	Macro	Vulnerabilidade social Desenvolvimento humano	-----	Índice de vulnerabilidade social Índice de desenvolvimento humano	IPEA (dados secundários) PNUD (dados secundários)
	Micro	Vulnerabilidade social	11 ativos sociais	IVScT local	(dados primários)
		Capital comunitário	Organização social Redes e confiança	Associações, sindicatos, grupos de apoio, projetos sociais e similares Redes para conseguir empréstimos ou trabalho;	*questionário e Entrevistas com comunidade

4.1.2 Coleta de dados

A investigação acerca das estruturas de oportunidades na região Nordeste, foi realizada através de abordagem quantitativa, a partir da coleta de dados secundários, sobre as seguintes informações: a) Investimentos em políticas públicas em turismo, como exemplo PRODETUR I, II, NACIONAL, PAC, disponibilizado pelo Banco do Nordeste (BNB), Comissão de Financiamento Externo (CONFIEX), Programa de Aceleração do Crescimento do Brasil (PAC) e os municípios e áreas selecionadas por estes Investimentos; b) levantamento dos territórios turísticos e não turísticos no Brasil (Destinos Indutores do Turismo/DIT's; Roteiros Turísticos Regionais/RTR's e Municípios litorâneos), disponibilizados pelo Ministério de turismo do Brasil (MTur); c) Dados sobre capital humano, renda e trabalho e infraestrutura das cidades do Brasil, encontrados através no Índice de

Vulnerabilidade Social do Brasil (IVS), disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); d) Dados sobre renda e educação retirados do Índice de Desenvolvimento humano Municipal do Brasil (IDHM), disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD).

Também foi realizado uma investigação sobre as EOP em escala micro, nas comunidades de Jeri e Pipa. Os dados sobre infraestruturas existentes nas comunidades (Jericoacoara e Pipa) foi possível através dos trabalhos campo, registro fotográfico e entrevista informais com moradores locais. Também foi realizado levantamento de informações e dados secundários sobre as infraestruturas e serviços públicos diversos de Jeri e Pipa desde livros, monografias e teses e também desde os sites oficiais dos municípios.

4.1.3 Tabulação e Análise de dados

A análise sobre as EOP tinha como objetivo de levantar hipóteses e testar estatisticamente a existência de uma relação de dependência entre a entre duas variáveis, X e Y, neste caso, entre (desenvolvimento do turismo) x (desenvolvimento humano); e entre (desenvolvimento do turismo) e (cenários de vulnerabilidade), testados entre os municípios turísticos e não-turísticos do Brasil e suas regiões; a partir das seguintes perguntas principais:

- As políticas públicas de turismo contribuíram para melhorar os níveis de desenvolvimento do Brasil e regiões?
- é o turismo, uma ferramenta ou um passaporte para o desenvolvimento do Brasil e regiões?
- Existe relação entre o desenvolvimento do turismo e o aumento do desenvolvimento humano em renda e educação no país nas diferentes escalas (comparação entre territórios turísticos e não turísticos)?
- Existe relação entre o desenvolvimento do turismo e a diminuição da vulnerabilidade social em infraestrutura, capital humano e renda e trabalho no país nas diferentes escalas de atuação (comparação entre territórios turísticos e não turísticos)?

- Quais as dimensões (entre renda, educação, infraestrutura, capital humano e renda e trabalho) que mais determinam o cenário de desenvolvimento humano e de vulnerabilidade social no País e regiões.

Para esta análise foi realizada uma tabulação cruzada entre os dados de IDH (Brasil), IVS (Brasil) e territórios turísticos (RTR's; DIT's e Municípios litorâneos) e não turísticos (demais); e posteriormente foi realizado as análises descritivas¹⁴ de referência cruzada entre duas variáveis (x e y) e analisadas através de testes de hipóteses (Qui-quadrado e teste t para amostras independentes). Com os testes de hipóteses foram possíveis avaliar estatisticamente a relação de dependência significativa entre as variáveis de vulnerabilidade, desenvolvimento e turismo. Também foi possível identificar as dimensões (entre renda, educação, capital humano, infraestrutura, renda e trabalho) que mais determinam o cenário de vulnerabilidade social e de desenvolvimento humano no Brasil, e, mais especificamente na região Nordeste (Capítulo 6).

Para interpretar as análises descritivas de referência cruzada de duas variáveis 2x2 é necessário analisar o valor de significância (*Sig. Asymp*), através do *Qui-quadrado de Pearson*. O qui quadrado testa a hipótese de que as variáveis de linha e coluna são independentes. Quanto menor o valor de significância, menos provável é que as duas variáveis sejam independentes (não relacionadas). No caso da figura abaixo, o valor de significância é tão baixo que é exibido como 0.000, o que significa que pode parecer que as duas variáveis estão, na verdade, relacionadas. Ou seja, quando o resultado de significância é $x < 0,05$, quer dizer que as duas variáveis são dependentes ou estão relacionadas, se o resultado $x > 0,05$, quer dizer que as duas variáveis são independentes (não relacionadas).

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	37.677 ^a	3	.000
Likelihood Ratio	37.313	3	.000
Linear-by-Linear Association	36.537	1	.000
N of Valid Cases	6400		

¹⁴ Para a tabulação e análise descritiva de referência cruzada foi necessário o uso do programa SPSS.

4.2 PORTFÓLIO DE ATIVOS E RECURSOS DOS DOMICÍLIOS: A construção do Índice de vulnerabilidade social para comunidades turísticas

Neste subcapítulo, apresentamos uma metodologia-prática da aplicação do quadro (AVEOT) para avaliar o desenvolvimento em comunidades turísticas a partir do conjunto de ativos e tipos de ativos disponíveis pelas diferentes famílias. A proposta possibilita analisar a heterogeneidade socioespacial apresentada pelas famílias nas comunidades turísticas baseando-se na condição de incapacidade/capacidade dos domicílios em melhorar suas situações de bem-estar a partir de um índice de vulnerabilidade social para comunidades turísticas (IVScT) aplicado às comunidades turísticas.

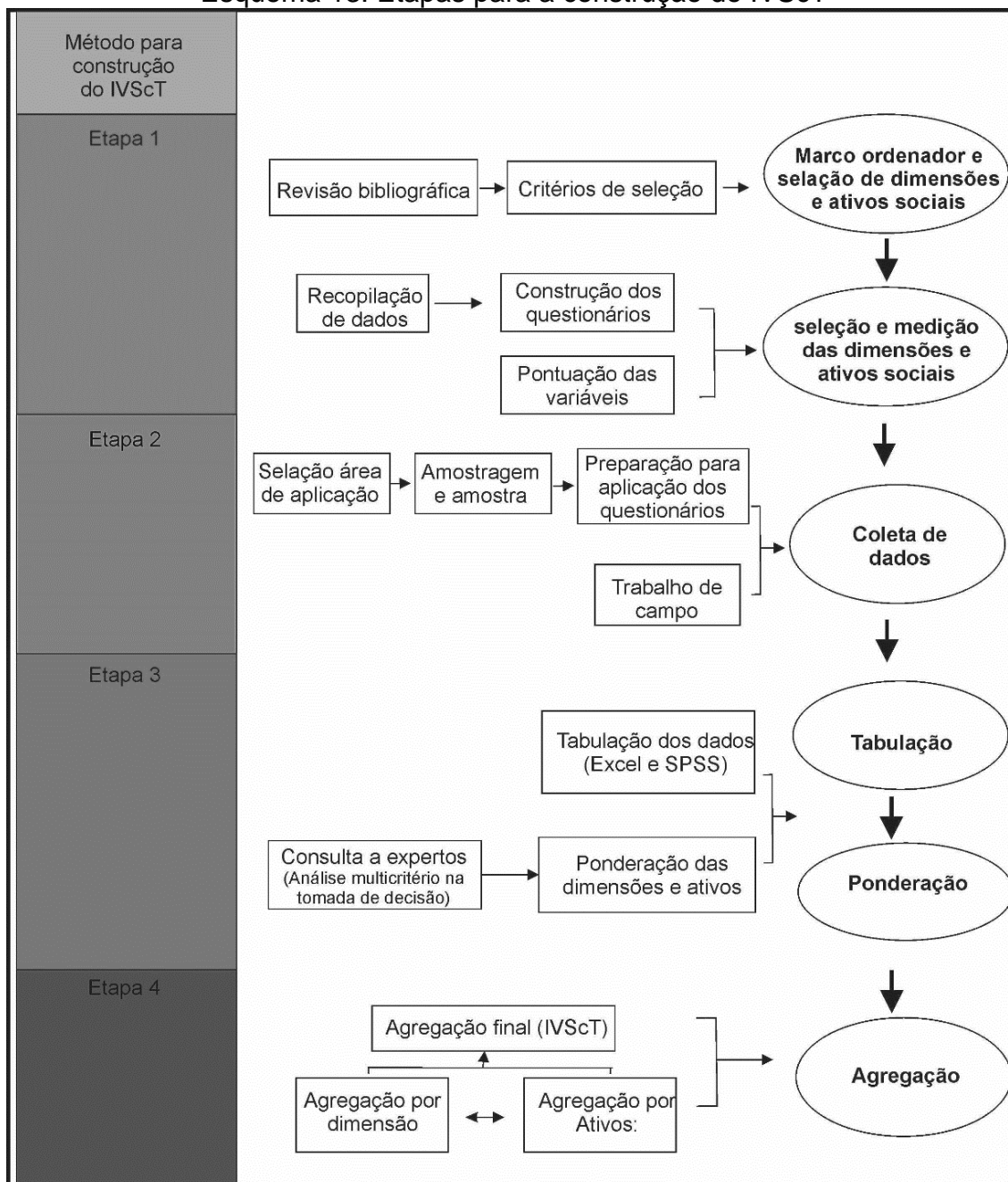
A análise do portfólio de ativos foi desenvolvida conforme os seguintes objetivos específicos traçados:

- ✓ Analisar a relação entre as estruturas de oportunidades e a capacidade de resposta das famílias (ativos sociais) de enfrentar o processo de mudanças sociopolíticas decorrente do desenvolvimento do turismo nas comunidades e a produção dos cenários de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa;
 - Construir um índice de vulnerabilidade social aplicado a comunidades turísticas (IVScT), a partir do portfólio de ativos da comunidade (capital físico, humano e social) para medir e analisar as situações e os cenários de vulnerabilidade social em entornos turísticos.
 - Contextualizar o turismo em Jericoacoara e Pipa como um marco geral de estudo e de seleção de casos (destinos turísticos);
 - Efetuar uma aplicação prática do índice de vulnerabilidade social aplicado a comunidades turísticas (IVScT) em Jericoacoara e Pipa.
 - Identificar as dimensões e os ativos sociais (variáveis) que mais influenciam sobre o cenário de vulnerabilidade social no entorno turístico de Jeri e Pipa;
 - Espacializar e caracterizar os grupos e as áreas mais e menos vulneráveis sobre os territórios de Jeri e Pipa e sua relação com o turismo.
 - Analisar o conjunto de limitações ou desvantagens sociais que as famílias (domicílios ou grupos) encontram para acessar e usar os ativos/recursos (físicos, humanos e sociais) que se distribuem no entorno turístico.

Para a construção do IVScT, foram necessárias algumas etapas fundamentais, destacamos: o planejamento geral da pesquisa; a coleta de dados (trabalho de campo); tabulação, ponderação e construção do IVScT (Jeri e Pipa); e finalmente avaliação e análise dos dados. Portanto, se apresenta na continuidade as etapas fundamentais para a construção da proposta empírica para a

identificação dos diferentes cenários/situações de carências ou desvantagens diferenciadas dos domicílios/famílias segundo o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns ativos sociais. A aplicação empírica da presente pesquisa sobre o portfólio de ativos se esquematiza na figura cuja as etapas e passos se resumem detalhadamente a continuação. Desta forma, se buscar expor com transparência o processo seguido para a construção do IVScT.

Esquema 13: Etapas para a construção do IVScT



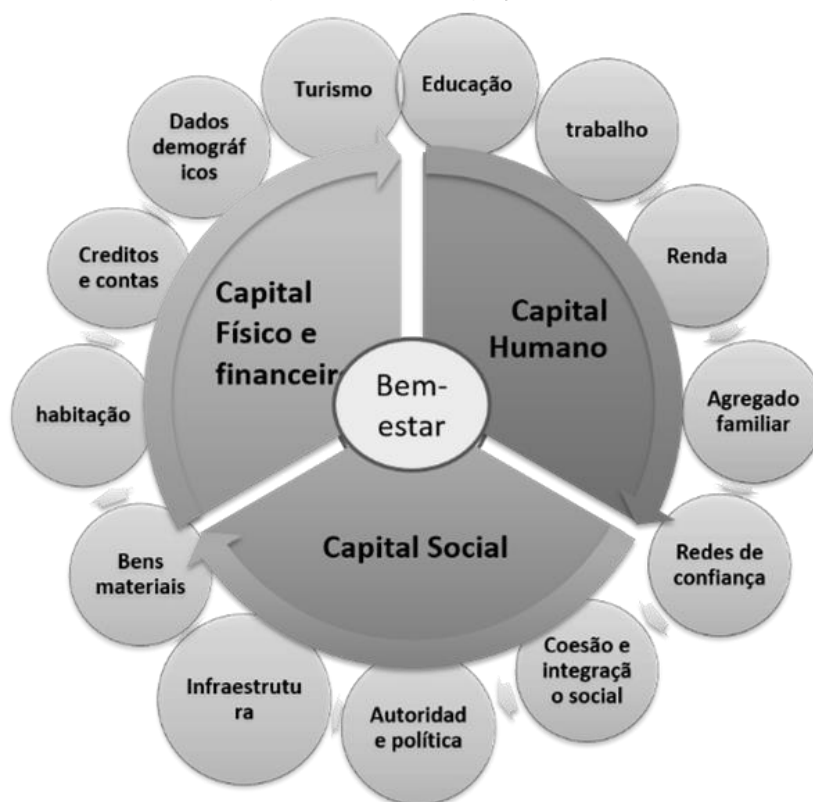
4.2.1 Planejamento geral da pesquisa sobre o portfólio de ativos

Para alcançar os objetivos foi necessário algumas etapas e passos fundamentais, começamos apresentando inicialmente os três passos realizados para a construção da etapa 1:

- *Passo 1: Marco ordenador e seleção de dimensões e ativos sociais: Identificação das variáveis*

Para a construção dos índices, coube identificar as dimensões, fontes de ativos e as variáveis, foi necessária uma análise e comparação entre a) as variáveis selecionadas (AVEOT); b) e as variáveis já validadas em questionários nacionais e internacionais; c) e entrevistas em profundidade com a comunidade¹⁵;

Esquema 14:: Marco lógico de investigação dos ativos dos domicílios



Elaboração própria.

¹⁵ No ano de 2015 foi realizado um trabalho de campo na comunidade de Pipa para a realização de entrevistas em profundidade, com o objetivo de testar e interligar o enfoque da vulnerabilidade social ao cenário turístico e conseqüentemente identificar as dimensões e os ativos sociais mais importantes para as famílias.

Podemos destacar as dimensões e ativos selecionados: Identificação/dados demográficos; Capital físico e financeiro; Capital humano; capital social e características gerais do turismo na comunidade. Dentro dessas dimensões ou capitais, contemplamos onze fontes de ativos, dos quais, são eles: 1. Infraestrutura da comunidade; 2. Bens materiais; 3. Habitação; 4. Créditos e contas; 5. Composição da família; 6. Educação; 7. Trabalho; 8. Renda; 9. Redes, confiança e solidariedade; 10. Coesão e inclusão social 11. Autoridade e ação política (esquema 14).

- *Passo 2: Construção do Questionário para a coleta dos dados primários*

O objetivo do Questionário integrado para medir e identificar as situações e os cenários de vulnerabilidade social (QI-MVS), é prover um conjunto de questões essenciais do tipo *survey* para todos aqueles interessados em gerar dados quantitativos sobre várias dimensões e ativos sociais importantes para o entendimento da vulnerabilidade social.

Cada questão incluída no questionário para a construção do IVScT foi retirada de *surveys* anteriores associados ao enfoque da vulnerabilidade social (onde foram demonstradas sua confiabilidade, validade e utilidade). As questões foram baseadas em trabalhos e questionários desenvolvidos e aplicados, sobretudo no Brasil tanto por órgãos e instituições públicas, como por investigações em nível acadêmico, mas também foram necessário a leitura e inserção de outros *surveys* desenvolvidos, validados e utilizados em outros países¹⁶. O material primário no qual se baseia este QI-MVS reúne as lições aprendidas nos seguintes estudos (quadro 13):

Quadro 13: Fonte de estudo para a construção da metodologia relacionada aos ativos

Dimensão e Capital	Fontes de ativos	Variáveis	Baseado em:
A – Identificação/dados demográficos	-----	Idade, sexo, raça, estado civil,	Baseado no questionário CELADE (2002), POF (2008,2009) e DNIT (2013)

¹⁶ Exemplo: questionário de capital social aplicado em Nigéria e Albânia, produzido por Banco mundial

B - Capital Físico e Capital financeiro	1. infraestrutur a da comunidade	Localização/situação do imóvel, segundo: iluminação pública; saúde; educação; transporte escolar; transporte público; segurança pública; esporte e lazer; manutenção da rua.	Baseado no questionário do POF (2008,2009) e DNIT (2013)
	2.bens materiais	Condição de posse do domicílio; número de propriedades; bens de comunicação; veículo de passeio trabalho.	Baseado no questionário do POF (2008,2009) e DNIT (2013)
	3.habitação	Condição do domicílio: Tamanho do imóvel; estado físico; proveniência da água; escoamento dos banheiros e destino do lixo.	Baseado no questionário do POF (2008,2009) e DNIT (2013)
	4.créditos e contas	Conta bancária; acesso ao crédito; endividamento; reserva de dinheiro.	Baseado no questionário do POF (2008,2009)
C - Capital Humano	5. Composição familiar	O agregado familiar é um dos ativos mais importantes de um indivíduo: Estrutura etária do domicílio; condição/função das crianças, adolescentes e idosos; remuneração dos idosos; adolescente grávida; morador com deficiência física; morador com deficiência crônica; morador com deficiência socioeconômica.	Baseado nos questionários: Índice paulista de vulnerabilidade (IPVS) Pesquisa de vulnerabilidade socioeconômica – (DNIT) POF (2008,2009)
	6.Educação	Analfabetismo; grau de escolaridade do responsável; grau de escolaridade da família.	Baseado no questionário do POF (2008,2009) e DNIT (2013)
	7.Trabalho	Ocupação; número de ocupações; relação/situação laboral; contrato de trabalho; proteção social; horas de trabalho.	Baseado no questionário do POF (2008,2009) e DNIT (2013)
	8.Renda	Renda: responsável; total família e renda per capita da família; e satisfação com a renda	Baseado no questionário do POF (2008,2009), DNIT (2013).
D - Capital Social	9. redes, confiança e solidariedade	Empréstimos e/ou ajudas informais; confiança na comunidade; solidariedade entre os membros da comunidade.	(Qi-Mcs) Banco Mundial (2003)
	10. coesão e inclusão social	Grau de violência e acesso a estrutura de oportunidade, quanto: educação, saúde e moradia digna.	(Qi-Mcs) Banco Mundial (2003)
	11. autoridade e ação política	Capacitação e ação política; confiança no governo local e nacional; satisfação com os serviços públicos: infraestrutura, educação, saúde, transporte público, segurança, saneamento e esporte e lazer.	(Qi-Mcs) Banco Mundial (2003)
E- Características gerais do turismo na comunidade	-----	Um resumo de todos os ativos, relacionados diretamente com a questão do turismo na comunidade. Trabalho, renda, tempo livre, férias, impactos socioambiental do turismo, percepção dos moradores quanto aos aspectos positivos ou negativos.	-----

Fonte: elaboração própria, segundo DNIT (2003); IBGE (2008 e 2009); SEADE (2010); IPEA (2015); PNUD (2010); Grootaert et.al., (2003); Cunha; Jakob; Hogan, e Carmo (2006).

Ao final do levantamento documental e análise dos mais variados questionários aplicados em diferentes países sobre a vulnerabilidade social (mencionados anteriormente), foi possível elaborar o QI-MCS. O questionário está

dividido em 6 (seis) partes, a primeira o cabeçalho com a localização e identificação geral do domicílio (setor, quadra, coordenada geográfica, etc.) e, posteriormente, os cinco temas/dimensões. Cada tema/dimensão abarca uma série de tema/ativos, e, conseqüentemente dentro desses ativos, são contemplados indicadores principais:

(I) **Cabeçalho de identificação:** (Q¹⁷¹ a Q5) compõe-se de variáveis relacionadas a identificação e localização do domicílio, assim como: endereço completo, coordenadas geográficas, setor, quadra, data e hora da entrevista e o entrevistador.

(A) **Identificação/Dados demográficos:** (Q6 a Q15) dados referentes a identificação/caracterização do chefe de domicílio, assim como dados demográficos (gênero, raça, idade, etc.).

(B) **Capital físico e financeiro:** (Q16 a Q28) dados referentes ao capital físico/material disponível pelo chefe de família e seu domicílio, e, portanto, compõe-se de quatro tema/ativos, são eles: (i) infraestrutura da comunidade; (ii) bens materiais; (iii) habitação e (iv) créditos e contas.

Das relacionadas com o capital físico e financeiro, são elas: localização/situação do imóvel, segundo: iluminação pública; saúde; educação; transporte escolar; transporte público; segurança pública; esporte e lazer e; manutenção da rua (ativo infraestrutura); Condição de posse do domicílio; número de propriedades; bens de comunicação; veículo de passeio e/ou trabalho (ativo bens materiais); Condição/situação da habitação: Tamanho do imóvel; situação física; proveniência da água; escoamento dos banheiros e destino do lixo (ativo habitação); Conta bancária; acesso ao crédito; endividamento; reserva de dinheiro (ativo créditos e contas).

(C) **Capital humano:** (Q29 a Q52) dados relacionados ao capital humano/imaterial do chefe de domicílio e sua família. Compõe-se de quatro tema/ativos, são eles: (v) agregado; (vi) educação; (vii) Trabalho; (viii) renda.

Das variáveis relacionadas ao capital humano, encontramos: Estrutura etária do domicílio; condição/função das crianças, dos adolescentes e dos idosos; remuneração dos idosos; gravidez na adolescência; existência de morador com

¹⁷ A letra "Q" faz referência as questões do questionário

deficiência física ou doença crônica ou morador com problemas socioeconômicos (ativos composição familiar); Analfabetismo; grau de escolaridade do responsável; grau de escolaridade da família (ativo educação); Ocupação; número de ocupações; relação/situação laboral; contrato de trabalho; proteção social; horas de trabalho (ativo trabalho); Renda do responsável, renda da família, e renda per capita; e satisfação com a renda (ativo Renda);

(D) **Capital social** (Q53 a 66): as informações referentes ao capital social/imaterial do chefe de domicílio compõem-se de três temas/ativos, são eles: (ix) redes, confiança e solidariedade; (x) coesão e inclusão social; (xi) autoridade ou capacitação e ação política.

Em relação ao capital social, as variáveis são: Empréstimos e/ou ajudas informais; confiança na comunidade; solidariedade entre os membros da comunidade (ativos redes, confiança e solidariedade); Grau de violência e acesso a estrutura de oportunidade, quanto: educação, saúde e moradia digna (ativo coesão e inclusão social). Capacitação e ação política; confiança no governo local e nacional; satisfação com os serviços públicos: infraestrutura, educação, saúde, transporte público, segurança, saneamento e esporte e lazer (ativos autoridade e ação política).

(E) **Características gerais do turismo – Pipa e/ou Jericoacoara (Q67 a Q74):** esse tema/dimensão consiste em um resumo geral das características do turismo nas comunidades segundo a satisfação e/ou percepção do entrevistado (chefe de família) em relação a sua comunidade. Compõe-se de questões relacionadas ao tempo livre, as atividades de lazer, direito a férias, o papel do turismo para as famílias e comunidades, assim como perguntas relacionadas ao nível de custo de vida, tráfico de drogas, prostituição e a satisfação deste com o desenvolvimento do turismo em sua comunidade.

Antes de passar a outra etapa de construção do IVScT, é necessário destacar três situações que devem ser considerados por se acaso outros pesquisadores queiram replicar o QI-MCS, destacamos: (a) nem todas as questões enumeradas (questionário/Anexo 1) poderão ser úteis em todos os lugares e territórios; (b) nem todas as enunciações de uma questão em particular poderão ser apropriadas para todos os contextos e/ou facilmente traduzidas para outras línguas; (c) várias questões de importância local talvez precisem ser

acrescentadas; (d) para aplicação do questionário em territórios não-turísticos, algumas questões devem ser reorientadas ao novo tema ou adicionadas.

- Passo 3: Pontuação das variáveis

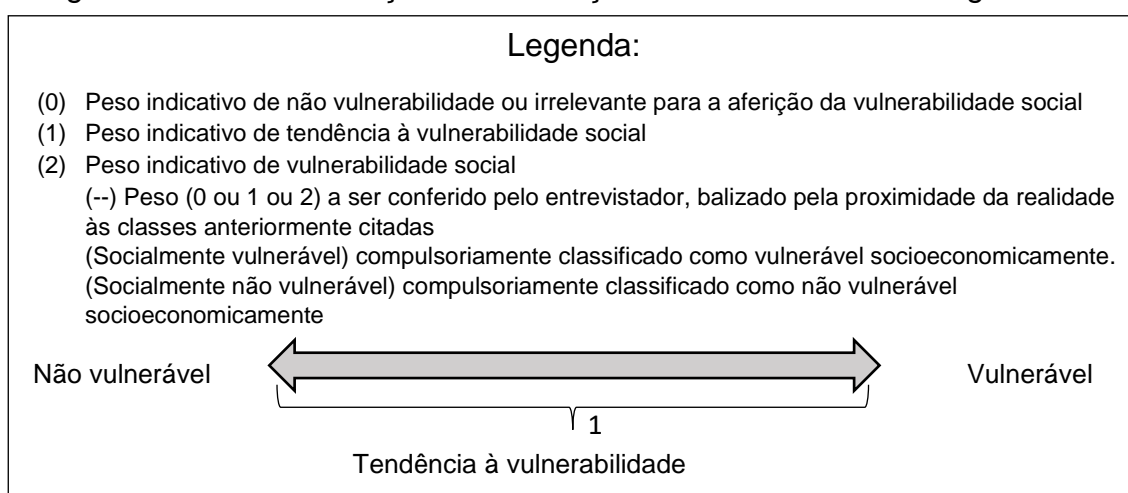
Em relação à pontuação das variáveis para a construção deste índice, se tomou como referência a pesquisa básica de vulnerabilidade socioeconômica para fins de reassentamento, produzida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT). Esse departamento leva em consideração um sistema de peso composto por duas tipologias (quadro 14):

Quadro 14: Relação das questões conforme sua tipologia

Tipologia da questão		Questões
Questão informativa		Q1 a Q7/ Q13 a Q15/ Q47
Questão contabilizada	De pesos contábeis	Q8 a Q12/ Q16 a Q46/ Q49 a Q51/ Q53 a Q74
	De pesos compulsórios	Q48 e Q52

- **Os pesos contábeis:** estabelecem valores a serem somados para aferição da situação de vulnerabilidade. São identificados pelos símbolos, a) “0” para situações indicativas de não vulnerabilidade; b) “1” para situações que indicam tendência à vulnerabilidade social; c) “2” para situações de vulnerabilidade social, e d) “(--)” que está relacionado à outra condição.

Figura 8: Pesos e indicações das situações de vulnerabilidade segundo DNIT.



Fonte: elaboração própria segundo legenda conceitual do IVS elaborada por DNIT (2013).

▪ **Os pesos compulsórios:** determinam a condição/situação de vulnerabilidade, independentemente do somatório obtido de aferição da condição de vulnerabilidade. São identificados como, (socialmente vulnerável) e (socialmente não vulnerável). Caso exista alguma ambiguidade entre questões de pesos compulsórios – ou seja, se ocorrer a marcação determinista de vulnerabilidade social em uma questão, e de não-vulnerabilidade social em outra -, o resultado “socialmente vulnerável” deve prevalecer sobre o “socialmente não vulnerável”.

Em relação aos pesos compulsórios, o questionário de IVScT, possui duas questões para sua avaliação, questão 48 e 52.

Q48) Rendimento médio mensal – para a aferição do fator renda (valor compulsório), construiu-se uma matriz relacional com base em duas variáveis: (i) a renda total bruta e (ii) a renda per capita. Em relação à variável de renda per capita (eixo vertical), foram estabelecidas as seguintes classes:

- Extremamente pobres (até R\$85): com base no Relatório de Desenvolvimento Mundial (1990), do Banco Mundial – o qual estabelece a faixa de US\$ 1/dia/pessoa como limite da linha de indigência, o Governo Federal, por meio do programa Brasil Carinhoso, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), adota como medida de extrema pobreza familiar rendimentos mensais abaixo de R\$ 85/pessoa.

- Pobres (de R\$85 a R\$170): de acordo com o mesmo relatório do Banco Mundial supracitado, a linha de pobreza é estabelecida pela faixa de US\$ 2/dia/pessoa; assim, dobrando-se o valor da linha de extrema pobreza obtém-se, por sua vez, o valor da linha de pobreza para as referências oficiais nacionais.

- De R\$170 a ½ S.M. (R\$468): esta classe está baseada no limite superior da linha de pobreza e 50% do salário mínimo/ pessoa, definido em si como o mais baixo valor de salário, caracterizado por ser “capaz de satisfazer, em determinada região do País e em determinada época, as necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte” (definição dada pelo Decreto-Lei nº399, de 30 de abril de 1938).

- De ½ S.M. (R\$468) a 1 S.M. (R\$937): esta classe estabelece como intervalo os valores correspondentes a 50% e 100% de um salário mínimo/ pessoa,

aproximando-se, pois, de situações desejáveis/ adequadas de rendimento individual.

- mais de 1 S.M. (R\$937): esta classe apresenta o melhor cenário, em que o rendimento individual é superior ao salário mínimo vigente (R\$ 937), estando, portanto, em melhores condições de satisfazer economicamente as necessidades. Por seu turno, a variável indicativa do rendimento familiar médio mensal baseia-se na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – utilizada no Censo Demográfico de 2010 – para a discriminação das classes sociais, valendo-se, para tanto, do número total de salários mínimos brutos, conforme quadro abaixo:

Quadro 15: Classes sociais: classificação a partir da quantidade de salários mínimos

Classe	SALÁRIOS MÍNIMOS (S.M)*	RENDA FAMILIAR
A	Acima de 20 SM	Mais de R\$ 18.740
B	10 a 20 SM	De R\$ 9.370 a R\$ 18740
C	4 a 10 SM	De R\$ 3748 a R\$ 9370
D	2 a 4 SM	De R\$ 1870 a R\$ 3748
E	Até 2 SM	Até R\$ 1870

*Salário Mínimo: R\$ 937 (2017)

Fonte: elaborado a partir do DNIT (2014)

Destarte, a partir da correlação entre as classes econômicas A (mais de 20 S.M.), B (de 10 a 20 S.M.), C (de 4 a 10 S.M.), D (de 2 a 4 S.M.) e E (até 2 S.M.) e as classes previamente estabelecidas de renda per capita, elaborou-se a seguinte matriz, determinante dos pesos compulsórios e contábeis a serem conferidos para cada caso associativo:

Figura 9: Matriz para a determinação do peso do rendimento familiar médio mensal para imóveis de uso predominante ou exclusivamente residenciais

RENDIMENTO TOTAL DA UNIDADE FAMILIAR					
Renda per capita da unidade familiar	até 2 s.m. (1874)	de 2 s.m. (1874) a 4 s.m. (3748)	de 4 s.m. (3748) a 10 s.m. (9.370)	de 10 s.m. (9.370) a 20 s.m. (18740)	> de 20 s.m. (18.740)
Extremamente pobre até R\$85	a. (socialmente vulnerável)	a. (socialmente vulnerável)	a. (socialmente vulnerável)	a. (socialmente vulnerável)	a. (socialmente vulnerável)
Pobres (de R\$85 a R\$170)	b. (2)	b. (2)	b. (2)	b. (2)	b. (2)
de R\$170 a 1/2 s.m. (R\$468)	b. (2)	b. (2)	c. (1)	c. (1)	c. (1)
de 1/2 s.m. (R\$468) a 1 s.m. (R\$937)	b. (2)	c. (1)	d. (0)	d. (0)	d. (0)
mais de 1 s.m. (>R\$937)	c. (1)	c. (1)	d. (0)	e. (socialmente não vulnerável)	

Fonte: DNIT (2014)

- a. Socialmente vulnerável
- b. Vulnerável (2)
- c. Tendência a vulnerável (1)
- d. Não vulnerável (0)
- e. Socialmente não vulnerável

Q52) Participação em Programas de Transferência de Renda – inclui peso compulsório de vulnerabilidade para os casos afirmativos de registro no Cadastro Único (CadÚnico) – instrumento de identificação e de caracterização de famílias de baixa renda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – e/ou de recebimento de benefícios de Programas Oficiais de Transferência de Renda (tais como Bolsa Família, Bolsa Alimentação, Bolsa-Escola, Auxílio-Gás etc.), inclusive em nível municipal. Esse peso compulsório é estabelecido por partir do pressuposto de que a admissão das famílias em tais programas já contemplou uma triagem e aferição da condição de vulnerabilidade por critérios próprios e específicos de algum órgão e/ou instituição oficial.

4.2.2 Coleta de dados

Para a realização da etapa 2 (esquema 13), foram necessários alguns passos importantes para a sua realização. A coleta de dados consiste em uma etapa importante para a realização do IVScT, entretanto, para a realização desta etapa, cabe a eleição e delimitação da área de aplicação, a escola da amostragem e amostra e, preparação da equipe de entrevistadores e, finalmente a realização do trabalho de campo.

- Passo 4: Área de aplicação, Amostragem e Amostra

Para a construção do índice de vulnerabilidade foi necessário uma amostra probabilística¹⁸ aleatória, aplicado nas comunidades de Jericoacoara/CE e Pipa/RN aos domicílios particulares e permanentes¹⁹ (DPP)²⁰. Vale ressaltar que o questionário estruturado de vulnerabilidade social com um total de 74 questões²¹ foi aplicado e respondido, sempre e quando possível pelos chefes de família²² (responsável pela unidade familiar do edifício/imóvel), entretanto nos casos que não

¹⁸ Amostragem probabilística é aquela em que todos os elementos da população têm probabilidade conhecida, diferente de zero, de ser incluído na amostra, o que garante a representatividade da amostra em relação à população. Pode ser: aleatória, sistemática, estratificada e por conglomerado.

¹⁹ A escolha do domicílio era feita de forma aleatória, onde os entrevistadores chamavam de porta em porta com o objetivo de encontrar moradores disponíveis para responder o questionário.

²⁰ Segundo IBGE o (DPP) é o domicílio que foi construído a fim de servir exclusivamente para habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

²¹ Questionário em anexo

²² Os chefes de família são os responsáveis pelo domicílio/família (homens ou mulheres).

foram possíveis, buscou-se identificar se o informante estava apto para responder sobre o respectivo responsável.

A vila de Jericoacoara, segundo o censo de 2010 (IBGE), faz parte de 3 setores censitários. Para cada setor, encontramos os valores específicos de DPP: Setor 1 (um) ou superior: 72 domicílios; Setor 2 ou central: 215 domicílios; e Setor 3 ou inferior: 477 domicílios. Portanto, a soma total é de 764 DPP na vila de Jericoacoara. Para uma amostra com um 95% de confiança e um 5% de margem de erro foi necessário aplicar 256 questionários válidos aos DPP da comunidade de Jericoacoara.

Em relação à comunidade de Pipa, segundo o censo de 2010 (IBGE), possui os seguintes valores específicos: Setor 1 (um), com 204 domicílios; Setor 2 ou central, com 225 domicílios; e Setor 3, com 296 domicílios. A soma é de um total de 722 domicílios em Pipa/RN, e, portanto, para uma amostra probabilística com um 95% de confiança e um 5% de margem de erro, aplicamos 251 questionários aos domicílios da comunidade.

- Passo 5: Preparação para aplicação dos Questionários-Ativos (OFICINAS)

Para a realização do quarto e quinto trabalho de campo, dedicados à aplicação de questionários e entrevistas, era viável a formação de uma equipe capacitada para a efetivação das atividades. A aplicação de questionários e das entrevistas são atividades que requerem muita habilidade dos entrevistadores, assim como entendimento mínimo a respeito do tema e da metodologia e leitura dos questionários.

Essa parte da pesquisa (levantamento de dados primários) foi possível graças, ao apoio e colaboração do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR), do departamento de Geografia/UFC. O laboratório é coordenado pelo professor Dr^o Alexandre Queiroz Pereira que gentilmente convidou aos bolsistas e voluntários do LAPUR a participarem como entrevistadores na pesquisa. O coordenador também disponibilizou as dependências do laboratório para a realização das oficinas e das reuniões para a preparação dos trabalhos de campo.

Para a realização do trabalho de campo na vila de Jericoacoara/CE, foram necessárias três oficinas, ministradas nos dias nos dias 07, 08 e 22 de fevereiro. Após o retorno do trabalho de campo (seção 5.4) em Jericoacoara, foram dedicados 2 (duas) oficinas, nos dias 13 e 15 de março para a correção geral dos questionários

(relacionado sobretudo aos pontos de coordenadas, setores e quadras); e a apresentação dos resultados alcançados em Jericoacoara à equipe e aos professores Eustógio Wanderley Correa Dantas (coorientador) e professora Clélia Lustosa da Costa (chefe do departamento de geografia).

Figura 10: Oficinas de preparação e capacitação dos entrevistadores para Jeri e Pipa



Fonte: autor, 2017

Para a realização do trabalho de campo em Pipa/RN, foram necessárias, também três oficinas, ministradas nos dias nos dias 22 e 27 de março e no dia 12 de abril. As oficinas foram realizadas, sobretudo levando em consideração os aspectos de Pipa, os conflitos socioterritoriais, a dinâmica do turismo, assim como a organização do trabalho de campo quanto às datas, traslado, alimentação, divisão das duplas e etc.

Figura 11: Oficinas de preparação e capacitação dos entrevistadores para Pipa.



Fonte: autor, 2017

Ao total foram 8 (oito) oficinas de preparação/capacitação da equipe e trabalhos de campo, que conseguimos apresentar e debater os seguintes pontos principais, são eles: a) apresentação do tema e do marco teórico geral; b) a metodologia e método; c) apresentação das áreas/territórios de estudo (Jericoacoara e Pipa); d) leitura e análise dos questionários; e) elaboração e treinamento de entrevistas semiestruturadas e f) preparação do trabalho de campo in lócus (datas, horários de saída, traslados e impressão dos questionários);

- Passo 6: Realização dos trabalhos de campo para coleta de dados

O trabalho de campo para a aplicação do questionário aconteceu entre os meses de março e abril de 2017 em Jeri e Pipa (seção 4.4).

4.2.3 Tabulação dos questionários e ponderação das variáveis

Para a construção do índice para aferição da condição de vulnerabilidade social primeiramente, deve-se encontrar o pior cenário possível para cada dimensão e ativos e depois o fator de inflexão (ponderação) por grupo de dimensão e por grupo de ativo. Os pesos compulsórios simplificam o resultado, uma vez que determinam a classificação dos objetos de pesquisa em “socialmente vulnerável” e “socialmente não vulnerável”.

Em relação aos pesos contábeis requerem a definição de um **valor de inflexão**²³ que é possível a partir da multiplicação entre o **índice do pior cenário**²⁴ possível de cada dimensão/ativo e do **fator de inflexão**²⁵ para a definição dos intervalos de resultados considerados em cada um dos grupos indicados. Portanto, partiu-se do pior cenário possível para cada uma das dimensões/ativos segundo a pontuação geral do questionário.

A atividade realizada pelos especialistas consistia em ponderar cada ativo, segundo suas respectivas opiniões quanto ao grau de importância de cada ativo/recurso para o desenvolvimento socioeconômico de um indivíduo, família e/ou

²³ Índice numérico a partir do qual os valores passam a indicar a condições de vulnerabilidade social.

²⁴ Diz respeito à somatória de pesos (0 – 1 – 2) total para cada dimensão/ativo

²⁵ Índice percentual a partir do qual os valores passam a indicar a condições de vulnerabilidade social. O fator de inflexão pode ser realizado de distintas maneiras, entretanto, para esse trabalho foi obtido através da análise de multicritério na tomada de decisão realizada com expertos sobre o tema.

grupo pertencente a uma comunidade de base econômica turística, mediante o emprego de uma escala de cinco pontos (de muito pouco importante a muito importante).

Para a construção da lista²⁶ e delimitação da quantidade de expertos necessários para a análise multicritério na tomada de decisão. Inicialmente contamos com uma amostragem intencional. Foram selecionados um total de 15 pesquisadores/professores de diferentes áreas do conhecimento que possuíam um conhecimento sobre os temas propostos. Com a técnica de coleta de dados “*snow ball*” foi possível contatar com outros especialistas e alcançando, finalmente, uma saturação das respostas no vigésimo terceiro formulário. Os 23 formulários foram respondidos por pesquisadores e professores de diversas áreas de estudos de universidades que possuem um elevado conhecimento sobre os impactos do turismo no Brasil²⁷.

Quadro 16: Listado de Expertos

Maria Elisa Zanella	Brasil	Geografia	Vulnerabilidade socioambiental	UFC
Alexandre Queiroz Pereira	Brasil	Geografia	Políticas de turismo e processo de urbanização	UFC
Caroline Vitor Loureiro	Brasil	Geografia	Turismo comunitário e vulnerabilidade socioambiental	IFCE
Luiz Cruz Lima	Brasil	Geografia	Turismo e reestruturação socioespacial	UECE
Lea Carvalho Rodriguez	Brasil	Antropologia e Sociologia	Antropologia do Turismo e políticas públicas - povos e comunidades tradicionais - e ambiente.	UFC
Linda Gondim	Brasil	Sociologia	Turismo e comunidades tradicionais	UFC
Cleyber Nascimento de Medeiros	Brasil	Estatística	Vulnerabilidade socioambiental	IPECE
Maria Edilma Fernandes da Silva	Brasil	Geografia	Turismo, impactos socioambientais e comunidades pesqueiras.	UVA/CE
Francisco Fransualdo de Azevedo	Brasil	Ciências Econômicas e Geografia	Turismo e produção do espaço e políticas públicas	UFRN
Celso Donizete Locatel	Brasil	Geografia	Turismo, políticas públicas e vulnerabilidade	UFRN

²⁶ A lista criada tem funcionalidade metodológica para as áreas de Jeri e Pipa, sabendo-se que 65% dos expertos foram escolhidas pela sua relação direta/indireta com ambas as áreas de estudos.

²⁷ Os professores de origem espanhola, foram indicados através da técnica da bola de neve, devido o alto conhecimento sobre os impactos do turismo no Brasil.

Christiano Henrique Maranhão	Brasil	Turismo	Contexto geral do turismo	UFRN
Lutiane Queiroz de Almeida	Brasil	Geografia	Vulnerabilidade e riscos socioambiental.	UFRN
Michel Jairo Viera da Silva	Brasil	Turismo	Turismo, segregação e capital social	UFRN
Salete Gonçalves	Brasil	Turismo	Territorialização do turismo	UERN
Marcelo Taveira	Brasil	Turismo	Políticas, mercado e gestão do turismo	UFRN
Tadeu Alencar Arrais	Brasil	Geografia	Turismo, desenvolvimento regional e políticas públicas	UFG
Vera Maria Guimarães	Brasil	Sociologia	Turismo, encontros turísticos, subjetividade do turista	UNIPAMPA
Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira	Brasil	Turismo	Desenvolvimento regional do turismo, Lazer e Sociedade, sustentabilidade.	UFMG
Hugo Andreu	Espanha	Sociologia	Turismo e desenvolvimento e comunidade de Pipa	UA
José Fernando Rebollo Vera	Espanha	Geografia	Análise Geográfica Regional	UA
Armando Ortuño Padilla	Espanha	Urbanismo e planificação	Área de Urbanística e ordenação do território	UA
Maria Josefa Pastor Alfonso	Espanha	Antropologia	Teorias e métodos na investigação sobre turismo	UA
Carlos Samper	Espanha	Geografia Humana	Geografia do turismo	UA

Fonte: formulários respondidos pelos expertos

Com a finalização dos formulários, realizamos uma média aritmética entre as respostas dos expertos, o que contribuiu para hierarquizar cada ativo social, segundo os expertos sobre o tema (quadro 17).

Quadro 17: Respostas dos expertos por ativos

Expertos (EX.)	Infraestrutura	Bens materiais	Habitacão	Créditos e contas	Agregado familiar	Educação	Trabalho	Renda	Redes, confiança e solidariedade	Coesão e inclusão social	Autoridade e ação política
EX.1	5	3	4	4	4	4	5	4	5	4	4
EX.2	3	3	3	4	4	5	4	5	5	4	3
EX3	4	3	5	4	3	5	5	5	4	5	3
EX4	5	3	3	3	4	5	5	5	5	5	5
EX5	4	4	4	3	5	5	5	5	5	5	5
EX6	4	2	5	3	5	5	5	3	5	5	5
EX7	3	4	4	5	3	5	4	4	4	3	2
EX8	2	3	3	3	3	3	3	3	4	4	4
EX9	4	4	5	4	4	5	5	5	5	5	5
EX10	3	4	5	1	3	5	5	5	5	4	3
EX11	4	3	4	3	4	5	4	4	4	4	4
EX12	5	4	5	4	4	4	4	4	3	3	5
EX13	4	3	5	4	3	5	5	4	4	5	4
EX14	4	4	3	4	3	5	5	4	5	5	4
EX15	3	3	5	3	4	5	5	5	4	5	5
EX16	5	4	5	4	5	5	4	4	4	4	3
EX17	4	3	3	4	2	4	4	3	4	5	4
EX18	4	4	5	4	5	5	4	4	5	5	4
EX19	3	2	2	4	5	5	4	2	5	5	5

EX20	4	4	4	3	5	5	5	5	5	5	4
EX21	3	3	3	4	4	5	4	4	5	5	5
EX22	5	4	4	4	5	5	5	4	5	5	4
EX23	4	4	5	4	5	5	5	3	5	5	2
Total média	3,8695 65217	3,3913 04348	4,0869 56522	3,60 869 565 2	4	4,7826 08696	4,5217 3913	4,08 695 652 2	4,56521 7391	4,56521 7391	4

Após encontrar a média segundo o critério dos expertos, seguimos para encontrar a relação de importância de cada ativo social (cálculo 1), e conseqüentemente o fator de Inflexão (Calculo 2).

Cálculo 1, Exemplo:

<p>Valor da média ativo infraestrutura = 3,86</p> <p>5 (média máxima possível) = 100% (importância máxima possível)</p> <p>3,86 (média geral para infraestrutura) = x (importância da infraestrutura)</p> <p>Valor x = 77,2% (relação de importância do ativo infraestrutura a partir da média dos expertos)</p>
--

Uma vez encontrado a média das respostas dos expertos (hierarquia dos ativos sociais) e o valor de importância de cada ativo social, é possível calcular o ponto de inflexão. O Ponto de inflexão é inversamente proporcional a relação de importância do ativo para os expertos, ou seja, quanto maior a importância do ativo para os expertos, menor o fator ou ponto de inflexão para a aferição da vulnerabilidade social;

Cálculo 2, Exemplo:

<p>Fator ou ponto de inflexão:</p> <p>77, 2% (importância do ativo infraestrutura – 100% (valor máximo de importância)</p> <p>= 22,8% (valor inverso a importância/ponto de inflexão do ativo infraestrutura)</p>

E, portanto, para cada ativo, seu ponto de inflexão, para o cenário de Jeri e Pipa destacamos no quadro 18:

Quadro 18: Ponto de inflexão de cada ativo a partir dos cálculos realizados

Hierarquia	Ativos	Media dos expertos	Valor de importância %	Ponto de inflexão %
1º	Educação	4,78	95,6	4,4
2º	Redes	4,56	91,	8,8
2º	Coesão	4,56	91,2	8,8
3º	Trabalho	4,52	90,4	9,6
4º	Habitação	4,08	81,6	18,4
4º	Renda	4,08	81,6	18,4
5º	Agregado	4	80	20
5º	Autoridade política	4	80	20
6º	Infraestrutura	3,86	77,2	22,8
7º	Créditos e contas	3,60	72	28
8º	Bens materiais	3,39	67,8	32,2

Após calcular e encontrar o fator de inflexão para cada ativo social, cabe calcular o fator de inflexão para cada dimensão. Para isso, realizamos uma média aritmética entre os pontos de inflexão de cada ativo social correspondente a sua dimensão ou capital (quadro 19).

Quadro 19: Ponto de inflexão das dimensões/Capital

DIMENSÕES	Ativos	Ponto de inflexão ativos
CAPITAL HUMANO	Agregado	20%
	Educação	4,4%
	Trabalho	9,6%
	Renda	18,4%
Média de inflexão do capital humano		13,1%
CAPITAL SOCIAL	Redes	8,8%
	Coesão	8,8%
	Autonomia	20%
Média de inflexão do capital social		12,53%
CAPITAL FÍSICO	Infraestrutura	22,8%
	Bens materiais	32,2%
	Habitação	18,4%
	Créditos e contas	28%
Média de inflexão do capital físico		25,35%
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TURISMO	Agregado	20%
	Educação	4,3%
	Trabalho	9,6%
	Renda	18,3
	Redes	4,56%
	Coesão	4,56%
	Autonomia	20%
	Infraestrutura	22,6%
	Bens materiais	32,2%
	Habitação	18,3%
Créditos e contas	27,8	
Média de Inflexão as características do turismo		17%

O ponto de inflexão para a dimensão identificação foi construído a partir de um pensamento teórico e metodológico, que entendemos que os dados referentes a essa dimensão são referentes aos dados sociodemográficos, relacionados a

questões de gênero, idade, chefes de domicílio e raça, ou seja, diferente das outras dimensões (físico, humano, social e características gerais), essa dimensão, *grosso modo*, não é considerada um ativo (s), visto, que ninguém escolhe sua raça, gênero e/ou idade, por exemplo.

A pesar, de serem informações importantes para a construção do índice e da aferição das situações de vulnerabilidade na comunidade, entendemos esses indicadores não são determinantes para a construção de situações de vulnerabilidades. Deixo claro, que entendo a importância dos dados sociodemográficos, mas também entendo que são menos importantes que as outras dimensões, tomando o fato, que em todos os outros ativos e dimensões correspondentes, são situações que dependem muito mais do poder de cada indivíduo em consegui-los.

O capital humano, por exemplo, vai variar, de acordo com as estratégias de cada indivíduo e domicílio, e ao contrário, os dados sociodemográficos são situações reais e não variadas, o que nos faz entender que é muito menos determinante que as outras dimensões que fazem parte dessa discussão teórica. E, portanto, sabendo que o ponto de inflexão de mais alto valor ou de menor importância e relevância são de 32,2% (bens materiais), entendemos que o ponto de inflexão para a dimensão identificação, teria que ser um valor inteiro e hierarquicamente inferior aos bens materiais, o que destacamos um 40%.

Para finalizar o cálculo atrela-se os fatores de inflexão (com a média final entre as respostas dos especialistas) aos valores máximos dos piores cenários possíveis do questionário geral obtivemos os pesos (valores de inflexão), para cada tema/dimensão e para cada tema/ativos, a partir dos quais se configura uma situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para o caso de valores racionais não inteiros, foi considerado como valor de inflexão o valor arredondado, para menos ou para mais. Podem ser observados os valores gerais para o questionário, no quadro abaixo.

Quadro 20: Valor de inflexão a partir do pior cenário do Questionário Geral²⁸²⁹

Ativos	Índice de pior cenário possível (A)	Fator de inflexão (B)	Valor de inflexão (a x b)	Valor de inflexão Considerado
Identificação	7	40%	2,8	3
INFRAESTRUTURA	7	22,8%	1,60	2
Bens materiais	5	32,2%	1,61	2
Habitação	8	18,4%	1,46	1
Créditos	3	28%	0,84	1
Agregado	15 ³¹	20%	3	3
Educação	7 ³²	4,4%	0,30	0
Trabalho	10	9,6%	0,96	1
Renda	6	18,4%	1,09	1

4.2.4 Construção dos índices de vulnerabilidade

Com o valor de inflexão total considerado é possível classificar as famílias que não foram classificadas a partir dos pesos compulsórios (socialmente vulnerável/socialmente não vulnerável). Portanto, uma família será considerada como vulnerável, caso a somatória dos pesos auferidos (pesos contábeis) seja maior que 19 (dezenove). Em contrapartida, aquelas famílias que somam valores igual ou menos que 19 (dezenove), se consideram famílias não-vulneráveis, em outras palavras, não se encontram em uma condição de vulnerabilidade social.

A partir do estabelecimento desse critério, definiram-se, portanto, os fatores de inflexão totais (somatório dos pesos contábeis) para cada um dos grupos de risco socioeconômico e os grupos socialmente vulneráveis e socialmente não-vulneráveis (pesos compulsórios). Tais relações entre grupos/condições de risco socioeconômico, suas principais características gerais e o somatório dos pesos contábeis obtidos podem ser visualizados no quadro e figura, respectivamente.

²⁸Não corresponde ao valor numérico máximo, uma vez que a questão 29 possui excepcionais acréscimos nos pesos para os casos de superlotação no domicílio, e/ ou mais de 5 crianças entre 0 – 14 anos.

²⁹ Não corresponde ao valor numérico máximo, uma vez que a questão 40 possui excepcionais acréscimos nos pesos para os casos de mais de três moradores analfabetos, ou mais de duas crianças e adolescentes entre 14 - 17 anos sem o 1º grau, ou mais de dois menores entre 6 – 14 anos que não estudam, no domicílio.

Quadro 21: Fatores de inflexão por grupos/condição de risco socioeconômico

Grupos/situação	Características gerais	Condição de risco e vulnerabilidade
Socialmente não vulnerável	Nível de ingressos muito alto - Integração alta	Valor compulsório
Nenhum risco socioeconômico	Nível de ingressos alto - integração media	Valor Contábeis - Zero (0)
Médio ou alto risco socioeconômico	Nível de Ingressos medios - integração fraca	Valor Contábeis – (entre 1 a 19)
Vulnerabilidade	Nível de ingresos medio: a. Excluído não pobre b. Integrado pobre	Valor contábeis (maior que 19)
Socialmente Vulnerável	Niveles de ingresos baixos - Exclusão alta o total	Valor compulsório

Esquema 15: Gradientes entre integração total e exclusão total

Grupo/condição de risco				
Risco associado a motivos não econômicos		Vulnerável (vulneráveis conjunturais)	Vulneráveis por Pobreza a exclusão (vulneráveis estruturais)	
Nível de Ingressos muito alto	Nível de Ingressos alto	Nível de Ingressos medios		Nível de Ingressos bajos
I. socialmente não vulnerável	II. nenhum risco	III. medio ou alto risco	IV. Vulnerável	V. Socialmente vulnerável
Integração alta	Integração media	Integração débil	a. Excluído não pobre (exclusão débil/media) b. Integrado pobre	Exclusão alta ou total (núcleo duro da pobreza)
Integração (características gerais): <ul style="list-style-type: none"> • Dotação alta e diversificação de ativos sociais; • Ingressos suficientes para cubrir necesidades materiales e não materiales de existencia; • Uma maioria no setor formal da economia; • Maior acesso a redes de seguridade social; • Medio ou alto grau de educação; • Nenhuma, Baixa ou media dependência do setor turístico; • Laços fortes (rede de amizade e confiança); • Acesso aos direitos de cidadania; • Acesso a créditos e empréstamos; 		Exclusão (características gerais): <ul style="list-style-type: none"> • Baixa dotação e diversificação de ativos sociais; • Ingressos insuficientes para cubrir necesidades materiales e não materiales de existencia; • Uma maioria no Setor informal da economia; • Acesso parcial ou nulo a redes de seguridade social; • Baixo nível de educação e qualificação profissional; • Alta dependência con o sctor turístico; • Laços sociais fracos (rede de amizade e confiança); • Acesso parcial aos direitos de cidadania; • Dificuldade para acessar a créditos e empréstamos bancarios. 		

Ademais o resultado pode ser compartimentado por dimensão e ativo, assim que o IVScT não apresenta apenas a vulnerabilidade geral, mas como os domicílios e comunidade se encontram vulneráveis segundo cada dimensão (dados demográficos, capital físico, humano e social e características do turismo) e ativos (infraestrutura, bens materiais, habitação, créditos e contas, agregado familiar,

educação, trabalho e renda, redes de confiança e solidariedade, coesão e integração social e autoridade e ação política (anexo 2).

A análise do IVScT, foi possível graças a elaboração de tabelas e gráficos através do SPSS e de cartogramas com o software QGis. Com a elaboração deste material foi possível encontrar e responder as seguintes perguntas:

- Quais as situações e os cenários de vulnerabilidade existentes nas comunidades de Jericoacoara e Pipa?
- Qual a relação entre a vulnerabilidade e o turismo?
- Quais as dimensões e ativos mais determinantes para a produção dos cenários de vulnerabilidade?
- Quais os grupos mais vulneráveis?
- Quais as áreas mais vulneráveis?
- Qual a relação entre os cenários de vulnerabilidade social e as EOP?

4.3 ESTRATÉGIAS E A CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS FAMILIAS

Neste subcapítulo, apresentamos outro exemplo de metodologia-prática desde o quadro (AVEOT), para analisar as estratégias e a capacidade de respostas dos domicílios frente às atividades turísticas. Para esta metodologia apostamos por uma abordagem qualitativa. Foi realizado trabalho de campo em Jeri e Pipa para aplicação de entrevista semiestruturadas com os chefes de famílias dos domicílios. Realizamos uma amostragem não-probabilística por saturação para alcançar uma amostra relevante para a pesquisa. Entre as técnicas utilizadas para a escolha dos domicílios participantes da amostra, selecionamos as técnicas de conveniência e intencional. A partir dessas entrevistas semiestruturadas foi possível:

- Analisar a capacidade dos domicílios/famílias de enfrentar o processo de mudanças sociopolíticas decorrente do desenvolvimento do turismo nas comunidades, a partir das diferentes estratégias empregadas para superar e evitar seu deterioro a curto, médio e longo prazo;
- Analisar as estratégias e identificar as metas gerais empregadas pelas famílias nas comunidades de Jeri e Pipa;

A grosso modo, o objetivo da metodologia-prática era de identificar as estratégias empregadas pelos chefes de família para melhorar o seu bem-estar futuro, ou bem, adaptar-se ao meio (bem-estar imediato) e sua relação entre as estruturas de oportunidades, o portfólio de ativos e o cenário turístico. Esta metodologia tem capacidade de identificar O PORQUÊ e as CAUSAS das situações menos ou mais vulneráveis existente entre os grupos das comunidades. Para conseguir alcançar os objetivos específicos, seguimos algumas etapas:

4.3.1 Planejamento da pesquisa e as estratégias

Para o entendimento das metas gerais das famílias foi necessário interligar os resultados encontrados (escala macro e micro) sobre as EOP e o portfólio de ativos com uma leitura sobre as estratégias desempenhadas pelas famílias para mobilizar-se dentro das comunidades. O marco lógico de investigação e análise das estratégias está relacionado diretamente com as perguntas-chaves.

Quadro 22: Marco lógico de investigação

Variáveis						
Quantidade e qualidade das dimensões??	Quantidade e qualidade dos Ativos???	Estratégias em termos gerais, as famílias optam por:	Meio externo (qual a situação do meio externo em Jeri e Pipa?)	Dependência do turismo Qual a situação entre as famílias e as comunidades com o turismo?	Contexto político (EOP) Qual a dificuldade de acessar o conjunto de oportunidades (Estado, mercado e sociedade)?	Meta geral Qual a meta, em geral, das famílias de Jeri e Pipa?
Capital Físico	Infraestrutura da comunidade Bens materiais Habitação Acesso ao credito	Consumo?	Segregação?	Alta?	Alta (contexto? Desigual)	Bem-estar imediato?
Capital humano	Agregado familiar Trabalho Renda Educação	Inversão?	Coesão e integração social?	Média?	Média?	Bem-estar futuro?
Capital social	Redes e confiança Coesão Ação política	Acumulação?		Baixa ou nenhuma?	Baixa ou nenhum (contexto igualitário)?	

4.3.2 Coleta de dados

Para conseguir analisar as estratégias e a capacidade de resposta dos indivíduos foi necessário a coleta de dados primário, realizada através de da

amostragem não-probabilística de saturação³⁰ e a aplicação de entrevistas semiestruturadas com chefes de famílias. Foram realizadas 50 entrevistas entre Jeri e Pipa. Cabe, destacar que as entrevistas semiestruturadas foram realizadas na mesma atividade de aplicação dos questionários para a construção do IVScT, e, portanto, a escolha de quais, domicílios/família, foi determinada e justificada por alguns pontos:

- ✓ Intencional: considerando as características dos domicílios em relação a sua vulnerabilidade aparente; quando encontrávamos casos interessantes a serem investigados; quando encontrávamos pescadores (caso raro nas comunidades).
- ✓ Conveniência: a predisposição do entrevistado; (ao longo da aplicação do questionário de 74 questões, analisávamos a predisposição do entrevistado em responder as entrevistas semiestruturadas; A liberdade de tempo do entrevistado, se ele estava livre naquele momento.

4.3.3 Análise dos dados

Para a análise minuciosa das entrevistas utilizamos o programa Atlas.Ti para decompor as entrevistas nos 11 grupos de ativos e nas 5 dimensões. A análise das entrevistas semiestruturadas contribuiu para fortalecer e reforçar o entendimento sobre o resultado encontrado no IVScT Geral, e para cada ativo e dimensão. Para finalizar, o resultado encontrado para as EOP e do IVScT foram cruzados com as entrevistas semiestruturadas para o entendimento das metas gerais das famílias em Jeri e Pipa. A análise qualitativa contribui para uma leitura mais complexa sobre a vulnerabilidade existente nos diferentes grupos e na comunidade, possibilitando alcançar o porquê de alguns grupos serem mais vulneráveis que outros, e o porquê de algumas áreas serem mais vulneráveis que outras.

- Existe relação entre as estruturas de oportunidades, o portfólio de ativos (quantidade e qualidade) e as estratégias e metas de vida das famílias?

³⁰ Ferramenta frequentemente empregada nos relatórios de investigações qualitativas em diferentes áreas. É usada para estabelecer ou fechar o tamanho final de uma amostra em estudo, interrompendo a captação de novos componentes. O fechamento amostral por saturação é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição 1, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados.

- Quais as causas da vulnerabilidade social em Pipa e Jeri?

4.4 TRABALHOS DE CAMPO: ESTRATÉGIAS DE COLETA DE DADOS

Os trabalhos de campos da pesquisa de doutorado foram divididos em duas etapas fundamentais. A primeira relacionada aos campos de caráter exploratório. Com o objetivo de reconhecer as áreas de estudos e construção da metodologia de coleta e análise. A segunda etapa tem a ver com os trabalhos de campo in lócus, para aplicação dos questionários e das entrevistas. Sobre as etapas:

1º Etapa: Trabalhos de campo Exploratórios

Para a construção da parte metodológica da tese de doutorado foi indispensável o contato com as localidades. Os trabalhos de campos exploratórios contribuíram para um entendimento inicial dessas comunidades, assim como, refletirem a cerca, do tema e seleção dos temas chaves, da formulação dos objetivos e hipóteses, assim como conceitos e marco teórico-metodológico que pudesse, de fato, interpretar as situações encontradas nos primeiros contatos.

O primeiro trabalho de campo, aconteceu em Pipa/RN, nos dias 13 a 20 de setembro de 2015. Foi encabeçado e organizado pelo diretor/tutor da tese doutoral, Drº Antônio Aledo Tur, e os colegas Sara Queca e Emilio Climent da Universidad de Alicante/ES, do departamento de Sociologia. Tomamos como objetivo principal dessa atividade, a intenção de reconhecimento da área e testar a utilidade do quadro AVEOT e suas categorias de análise (estrutura de oportunidades, ativos e estratégias) e os ativos sociais (capital físico, humano e social) no cenário turístico através de entrevistas em profundidade.

O reconhecimento foi possível, a partir de técnicas metodológicas do campo social, das quais destacamos: Registro fotográfico, entrevistas em profundidade com moradores e trabalhadores locais e com a professora Edilma Fernandes, responsável pelas aulas de geografia na escola pública de Pipa/RN. Também entrevistamos aos nativos tradicionais de Pipa, levando em conta as diferentes gerações (idades) e gênero (homem/mulher).

Figura 12: Registro do trabalho de campo exploratório em Pipa.



Fonte: autor, 2015

O trabalho exploratório em Pipa/RN alcançou os objetivos esperados e contribuiu incondicionalmente para a continuação das etapas posteriores da tese, assim como, na construção das etapas metodológicas da pesquisa. A partir desse trabalho de campo, foi possível identificar as principais variáveis para a construção do quadro AVEOT, com o objetivo de analisar as situações de vulnerabilidade social e sua relação com o desenvolvimento do turismo em comunidades litorâneas tradicionais.

Com a metodologia desenvolvida, foi possível voltar ao Brasil, no período de janeiro a maio de 2017 para a sua aplicação. Também foi decidido ampliar a análise da pesquisa para um viés comparativo entre duas comunidades, ao invés de apenas uma análise de estudo de caso. Nesta linha, decidimos incluir a “menina dos olhos de ouro” do estado do Ceará, a querida Jericoacoara.

O segundo trabalho de campo exploratório aconteceu em Jericoacoara/CE, entre os dias 10 e 12 de fevereiro de 2017. Assim como em Pipa/RN foi realizado um campo com caráter exploratório na vila de Jericoacoara com colegas investigadores. A Professora substituta na Universidade Estadual do Ceará, Ângela Falcão e a geógrafa Hannah, atualmente dona de agência de turismo em Jericoacoara ajudaram no reconhecimento socioespacial, político e turístico da Vila.

Também foi possível conhecer alguns moradores, trabalhadores e atores estratégicos da Vila de Jeri.

Figura 13: Registro fotográfico do primeiro campo exploratório em Jericoacoara.



Fonte: autor, 2017.

Em curto tempo, conseguimos fazer registros fotográficos, algumas entrevistas informais com os moradores e trabalhadores locais, também foi possível visitar pontos turísticos emblemáticos da vila, como a duna do pôr do sol, o serrote, a pedra furada, a lagoa do paraíso, alguns hotéis de luxo, as principais ruas turísticas e a área de expansão de Jericoacoara, chamada Nova Jeri. Conseguimos, também, uma conversa informal com o Professor de história da URCA, investigador emblemático de Jeri e ex-secretário do turismo de Jericoacoara, Osmar Fonteles. O historiador relatou sobre suas pesquisas na vila, assim como o antes e depois de Jericoacoara e a relação entre a vila e o turismo.

O terceiro campo, também em Jericoacoara, aconteceu nos dias 17 a 19 de fevereiro, foi de extrema importância para as etapas seguintes, por dois motivos, são eles: a) primeiro, foi realizado um pré-teste do QI-MVS em Jericoacoara com aplicação de 20 questionários com moradores da vila que ajudou na finalização do

questionário de vulnerabilidade social, que foi aplicado nos trabalhos de campos posteriores; b) Também conseguimos uma entrevista com o presidente do conselho comunitário Elenildo Silva, que nos prestou entrevista, na qual, falou sobre o papel do conselho para a vila de Jericoacoara e para a minimização ou mitigação dos impactos negativos do turismo.

Figura 14: Registro do segundo campo exploratório em Jericoacoara.



Fonte: autor, 2017.

2º etapa: Trabalho de campo in LÓCUS/ dados primários (amostra e amostragem)

A segunda etapa dos trabalhos de campo é fundamentalmente, para o levantamento dos dados primários, ou seja, aplicação dos questionários quantitativos (para a construção do índice de vulnerabilidade social) e das entrevistas semiestruturadas, realizadas com/sobre os chefes de domicílios da comunidade de Pipa e da Vila de Jericoacoara.

4.4.1 Coleta de dados em Jericoacoara/CE e Pipa/RN

O quarto trabalho de campo aconteceu na Vila de Jericoacoara, entre os dias dois a sete de março de 2017 e o quinto trabalho de campo foi realizado em Pipa/RN, nos dias 20 a 25 de abril de 2017. Tanto na pesquisa realizada em

Jericoacoara quanto em Pipa, foram necessários nove entrevistadores, entre alunos de graduação, mestrado e doutorado do curso de geografia da Universidade Federal do Ceará. Os entrevistadores foram formados ao longo de 8 oficinas, planejadas e realizadas no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Ceará.

Figura 15: Equipe de entrevistadores³¹ em Jericoacoara/CE e Pipa/RN.



Fonte: autor, 2017.

4.4.1.1 Estratégia de Coleta de dados

Para além dos resultados, cabe pensar, primeiramente como chegar ao resultado, e, portanto, as estratégias de coleta de campo são de fundamental importância. Além de perguntas e problemas mais complexos, também nos deparamos com situações simples, mas que também deve ser resolvida e também fazem parte do processo de coleta de dados de uma pesquisa bem elaborada.

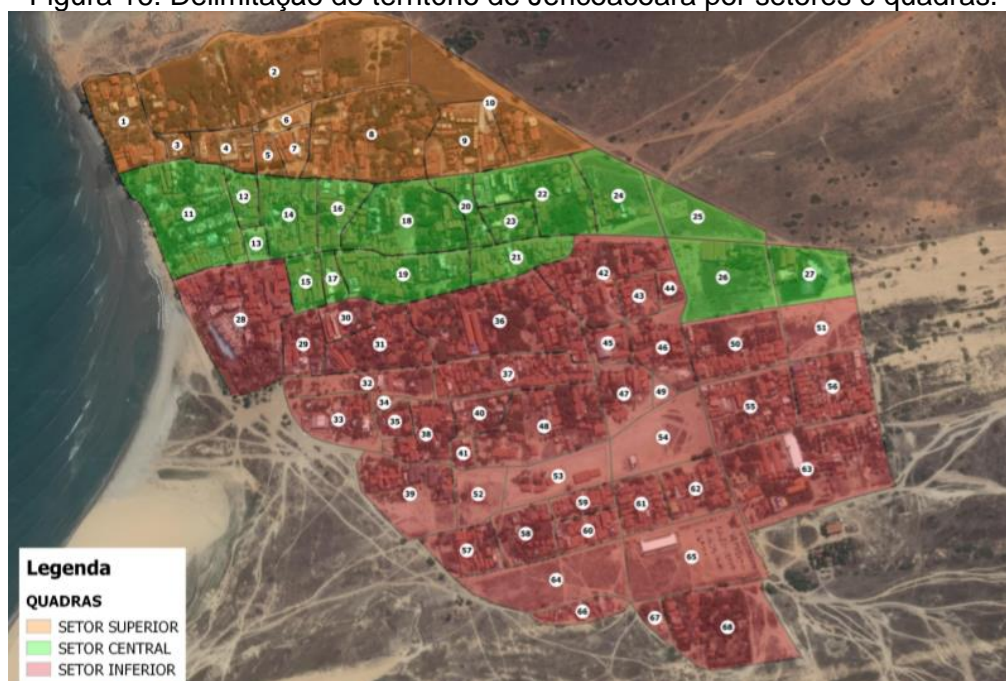
Poder usar e analisar os dados primários segundo sua localização no espaço é um dos pontos principais da metodologia neste trabalho. Saber a relação entre os mais vulneráveis e sua localização no território, a utilização de mapas como ferramenta e técnica de análise nos ajudará a compreender situações adversas, e, portanto, para isso foram necessárias algumas estratégias para a coleta de dados. Foi necessária a utilização de uma ferramenta, chamada Aplicativo C7 GPS dados, que tem uma função similar a um aparato GPS, que funciona, também, em modo off-line (sem internet). Todos os entrevistadores foram formados nas oficinas para manusear com excelência a dita ferramenta. A cada questionário respondido era

³¹ Equipe de entrevistadores que participaram voluntariamente com a coleta de dados: Nara, Alessandra, Mara, Regina, Dalete, Marcos, Tiago, Gerlaine, Lea, Victor.

utilizado o aplicativo C7 para pontuar a coordenada geográfica do domicílio/questionário.

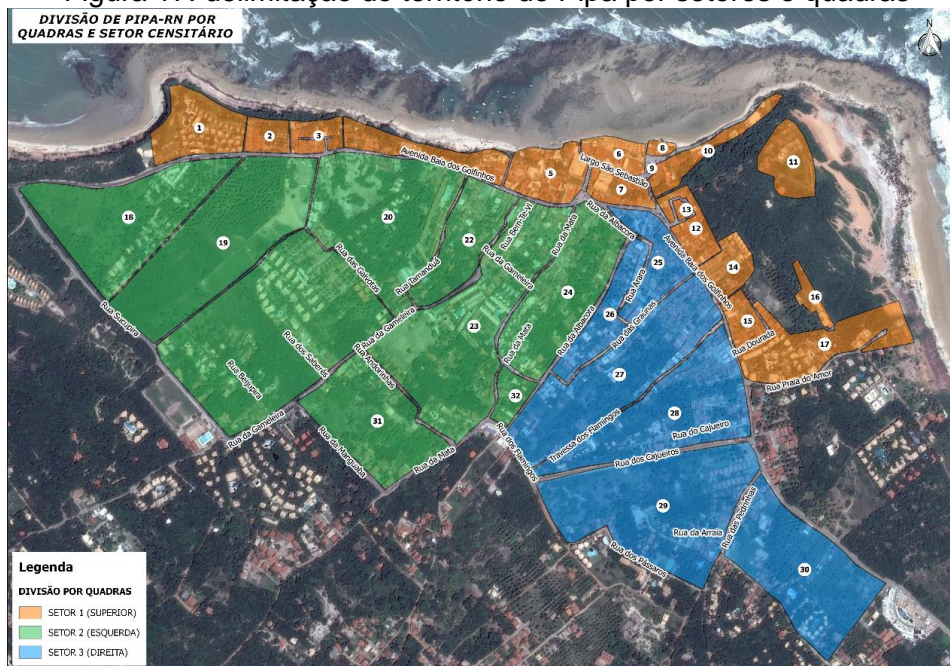
Também como informação geográfica, além do sistema de coordenadas Universal Transversal de Mercator (UTM), utilizamos as informações relacionadas aos setores e as quadras (quarteirões). A vila de Jericoacoara está dividida em 3 setores, como já mencionado anteriormente, o que chamamos de setor 1 (superior), setor 2 (central) e setor 3 (inferior/ou nova Jeri), segundo a figura abaixo.

Figura 16: Delimitação do território de Jericoacoara por setores e quadras.



Em relação à comunidade de Pipa/RN expande-se horizontalmente a outras praias, como a praia do amor e o chapadão ao leste e sudeste, e para a praia do madeiro ao oeste. Pela alta especulação, o território de Pipa, alcança até seis setores censitários, entretanto, apenas três setores são exclusivamente do território de Pipa, e, portanto, a pesquisa foi realizada dentro de 3 setores, específicos. Segundo a figura podemos observar o setor 1 ou superior com 204 domicílios particulares e permanentes; o setor 2 ou esquerdo, com 225 domicílios particulares e permanentes; e o setor 3 ou direito, com 296 domicílios particulares e permanentes.

Figura 17: delimitação do território de Pipa por setores e quadras



4.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO DE METODOLOGIA PRÁTICA DA TESE

O **objetivo específico** deste capítulo foi de apresentar exemplos de metodologias-práticas elaboradas desde o quadro AVEOT para a avaliação empírica do processo de desenvolvimento e de vulnerabilidade social nos territórios turísticos. Para ilustrar a nossa proposta selecionamos e efetuamos uma aplicação empírica em escala macro (no Brasil e regiões) e na escala micro, as comunidades turísticas de Jericoacoara e Pipa/Nordeste. Foram elaboradas três diferentes propostas para: **a)** avaliar e testar a relação entre o binômio turismo/desenvolvimento a partir da análise sobre as estruturas de oportunidades em escala macrossocial. Para isso, foi realizado análises descritivas de referência cruzada e testes de hipóteses (Qui-quadrado) para amostras independentes; **b)** avaliar os cenários e as situações de vulnerabilidade existente em Jeri e Pipa a partir da elaboração do IVScT e; **c)** avaliar as estratégias e a capacidade de respostas dos domicílios frente às atividades turísticas a partir de uma abordagem qualitativa e aplicamos entrevistas semiestruturadas.

Na continuidade damos início a segunda parte da tese, dando lugar a **Aplicação Empírica e Resultados da tese**. A segunda parte da tese está detalhado nos Capítulos 5, 6 e 7.

SEGUNDA PARTE:
APLICAÇÃO EMPÍRICA E RESULTADOS

CAPITULO 5:
ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES DESTINADAS A
CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO NO BRASIL: Processo de
modernização, homogeneização e internacionalização
dos territórios

CAPITULO 5: ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES DESTINADAS A CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO REGIONAL NO BRASIL: Processo de modernização, homogeneização e internacionalização dos territórios.

As atividades turísticas contribuíram para um reordenamento e reconfiguração de espaços e territórios no mundo no último século XX. No caso do Brasil, mais especificamente na região nordeste, tem sido o destino da construção massiva de solos urbanos associados ao turismo residencial, especialmente em áreas costeiras. Além disso, sabe-se que essas transformações não ocorrem apenas por acaso, o planejamento desempenha um papel fundamental. É por isso que se destaca a importância do Estado e de suas políticas públicas como facilitador para a geração de divisas para o país, na implementação de infraestrutura logística e na atração de capitais privados, contribuindo para a atual valorização e especulação dessas áreas costeiras. Portanto o **objetivo** principal deste capítulo é a apresentar as principais ações e lógicas decorrentes de políticas públicas destinadas a consolidar a atividade turística na região Nordeste do Brasil e seu papel no processo de modernização, homogeneização, internacionalização e reordenamento das comunidades locais, desde um discurso hegemônico. Como **objetivo específico**, ilustramos o exemplo de Jeri e Pipa, para compreender como estas políticas de turismo (implementadas de cima para baixo), contribuíram para o processo de reordenamento destas comunidades a favor do desenvolvimento do turismo desde o discurso hegemônico da modernização de territórios tradicionais, através do processo de homogeneização e internacionalização destas comunidades, e conseqüentemente no enfraquecimento das demais atividades tradicionais locais. Para a construção, foram necessárias duas etapas: coleta de dados sobre políticas públicas de turismo e uma segunda etapa de construção de cartografias para espacializar a lógica de produção do espaço. Resultados o

trabalho apresenta a espacialidade das principais ações do capital público e privado na região Nordeste - ilustrando o caso das comunidades de Jeri e Pipa - e sua contribuição para uma nova lógica de produção e reprodução do espaço urbano. Como **resultado** foi possível observar, de um lado, o Estado através das políticas de turismo fomentando o turismo como estratégia de desenvolvimento e modernização dos territórios tradicionais, e do outro, a ânsia dos governos locais, como exemplo em Jeri e Pipa, em adaptar-se, a toda a custa, as necessidades hegemônicas e homogeneizantes do turismo – negligenciando as atividades tradicionais - para transformar seus territórios em produtos turísticos internacionais.

Com estes objetivos este capítulo foi estruturado em duas partes principais. No primeiro apartado - **5.1: Caracterização do Brasil e região Nordeste** – tem como objetivo geral, contextualizar e aprofundar sobre as políticas públicas de turismo implementadas no Brasil, sobretudo na região Nordeste, nas últimas três décadas. Para isso, apresentamos os subcapítulos: 5.1.1.1 PRODETUR I e II: um antes e um depois no Brasil e Nordeste; 5.1.1.2 PRODETUR NACIONAL e a regionalização do turismo; 5.1.1.3 O PAC e o turismo como política macroestrutural. A compreensão sobre as políticas públicas, os investimentos e sua espacialidade no tempo-espaço contribuiu para pensar o papel do turismo e do Estado (como estruturas de oportunidades), na reconfiguração socioespacial e econômica das comunidades tradicionais da região Nordeste.

O segundo apartado - **5.2 Caracterização das Comunidades Turísticas de Jericoacoara/CE E Pipa/RGN – teve como objetivo**, contextualizar e aprofundar sobre o conhecimento de como estas políticas públicas de turismo (a escala macrossocial) contribuíram para a reconfiguração a escala local, afetado o modo de vida dos indivíduos e grupos locais destas comunidades. Para isso apresentamos a vila de Jericoacoara e a comunidade de Pipa, e os principais aspectos históricos, econômicos, socioculturais, políticos e o turístico, e sua transformação ao longo da implementação e consolidação econômica do turismo. Essa caracterização social e histórica contribuiu para entender como estas comunidades se reconfiguraram (se transformaram) – desde um discurso e de políticas de teor hegemônico - para atender as necessidades econômicas do turismo. Além disso, essa caracterização geral sobre o caráter, geral, das políticas públicas, e da região Nordeste e de suas comunidades turísticas, contribuirá para

o entendimento mais completo sobre os resultados encontrados, analisados e disponibilizados nos demais capítulos (cap. 6 e 7).

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO BRASIL E REGIÃO NORDESTE

Antes de entrar no debate sobre as políticas públicas de turismo e seu papel na reconfiguração dos territórios na região Nordeste, cabe orientar-nos sobre as características gerais dessa região. Portanto, neste presente subcapítulo se pretende fazer uma breve descrição geográfica, administrativa e econômica sobre o Brasil e a região Nordeste. O território brasileiro abarca uma área de 8.547.403,50 km². A República Federativa do Brasil localiza-se a leste da América Latina, fazendo fronteira com todos os países latinos americanos, com exceção do Equador e Chile. Trata-se de uma República presidencialista, administrativamente dividida em 26 estados, 1 Distrito Federal e 5.561 municípios.

Do ponto de vista geográfico os estados estão distribuídos em regiões. A divisão regional-política foi feita em 1942 pelo IBGE, que dividiu o país em cinco regiões levando em conta características semelhantes de clima, vegetação, ocupação humana e atividades econômicas. Na região Sul encontramos o estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na região Centro-Oeste, localizam-se Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal. O Sudeste é composto por Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. O Norte comporta os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins, e finalmente a Região Nordeste (fig.19).

A Região Nordeste é composta por nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Sua extensão territorial é de 1.554.257,0 quilômetros quadrados, sendo o terceiro maior complexo regional do Brasil, ocupando 18,2% da área do país. O território nordestino limita-se com as regiões Norte (a oeste), Centro-Oeste (a sudoeste), Sudeste (ao sul), além de ser banhado pelo oceano Atlântico (ao norte e leste).

Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população nordestina totaliza 53.081.950 habitantes, abrigando cerca de 28% da população residente no Brasil. A densidade demográfica é de 34,1 habitantes por quilômetro quadrado; o

crescimento demográfico é de 1,3% ao ano e a população urbana é maioria, 73%. O estado da Bahia é o mais populoso (14.016.906 habitantes) e em contraposição, o estado do Sergipe possui a menor concentração populacional da Região (2.068.017 habitantes).

Figura 18: Divisão político-administrativa do Brasil

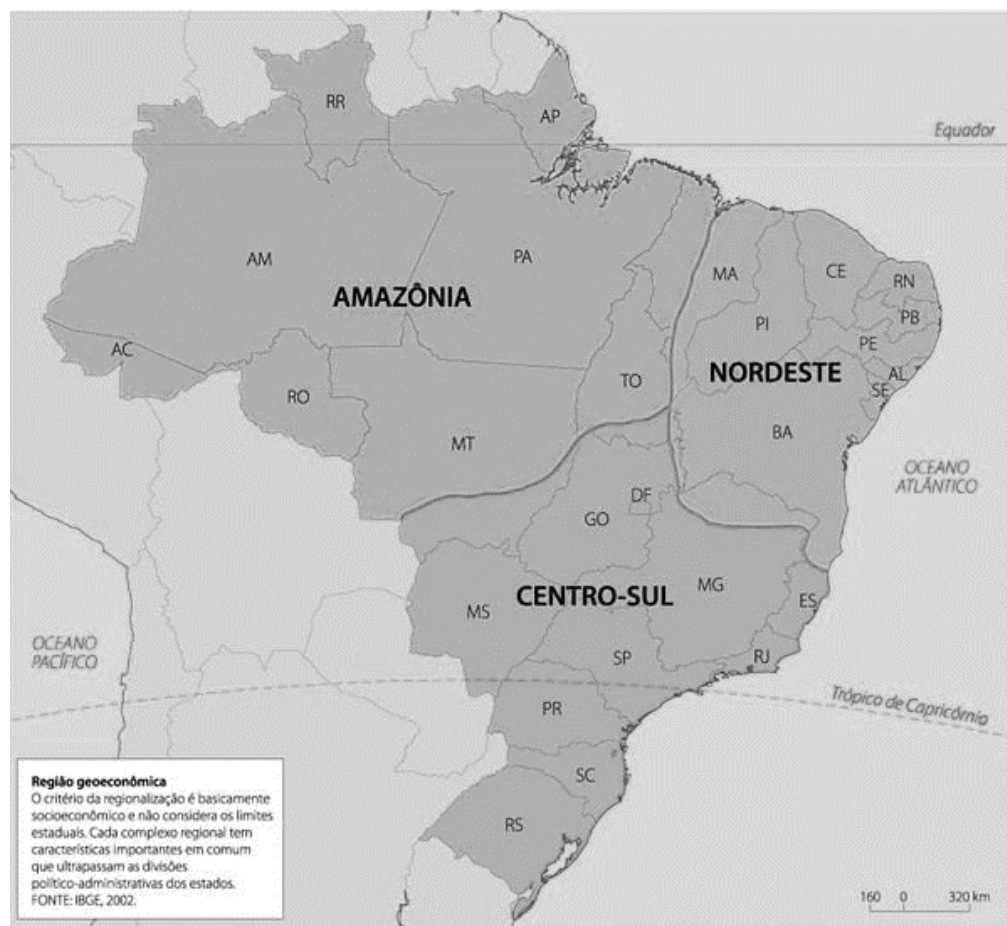


Em relação a economia do Brasil, embora o país esteja passando por um momento de crise, provocada principalmente por problemas políticos, o país ainda apresenta uma economia forte e sólida. O país é um grande produtor e exportador de mercadorias de diversos tipos, principalmente commodities minerais, agrícolas e manufaturados. As áreas de agricultura, indústria e serviços são bem desenvolvidas e encontram-se, atualmente, em expansão. Considerado um país emergente, o Brasil ocupa o 9º lugar no ranking das maiores economias do mundo (em volume de PIB de 2018).

Seguindo a linha da economia, podemos destacar outra divisão do território brasileiro utilizada atualmente, mas que foi elaborada em 1967 pelo IBGE, no qual,

o país é dividido de acordo com o desenvolvimento socioeconômico. Neste caso, é possível destacar três regiões geoeconômicas: 1) Amazônia legal: região onde se localiza a Floresta Amazônica. É uma região pouco povoada e as principais atividades econômicas são o extrativismo vegetal, a mineração e a agricultura; 2) Centro-Sul, região mais populosa, apresenta atividades como agricultura mecanizada, indústrias, comércio e setor de serviços muito desenvolvidos; e finalmente 3) Nordeste: conhecida como a região problema do país (COSTA, 2001), nas últimas décadas passou por um crescimento agrícola, industrial (ainda incipiente) e turístico.

Figura 19: Divisão Geoeconômica do Brasil



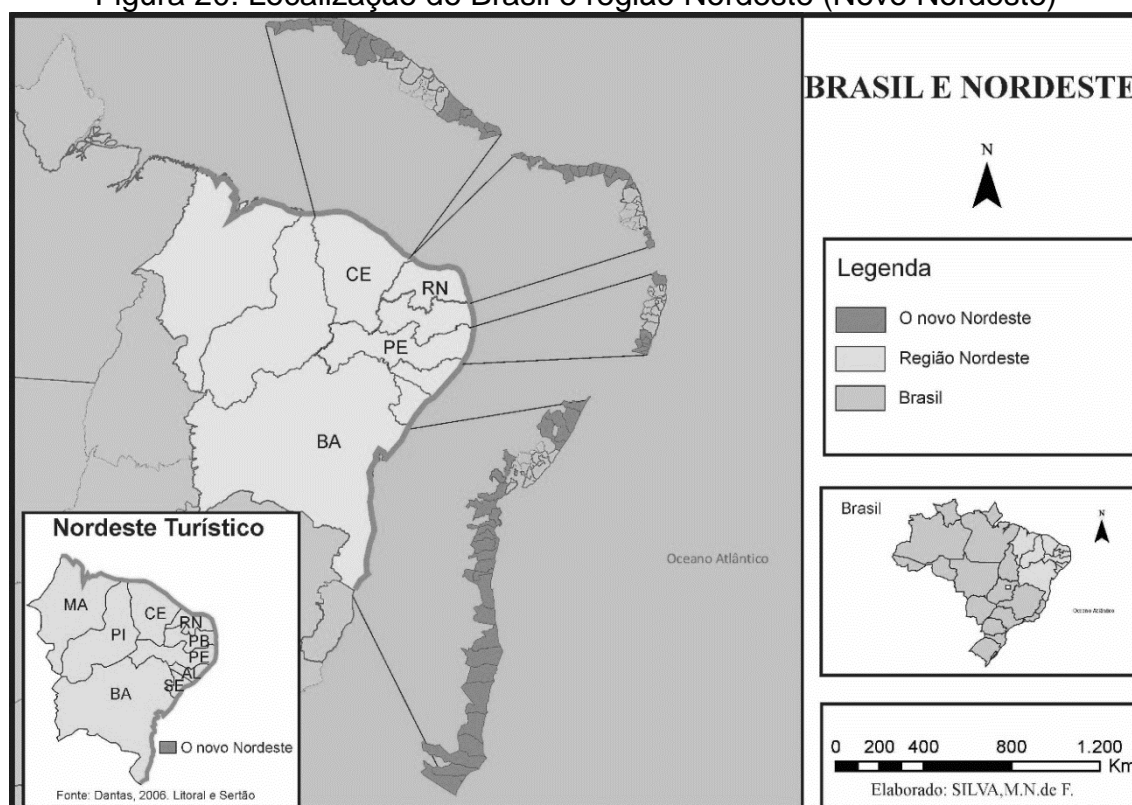
Fonte: IBGE (2002).

A região apresenta os níveis mais baixos de desenvolvimento econômico e social, altos níveis de pobreza, há grande concentração de renda e de propriedades de terras. Esta situação de pobreza está relacionada por uma situação histórica, marcada por uma intensa exploração dos recursos naturais (pau-brasil e cana de

açúcar) e do ser humano (escravização do índio e do negro/ANDRADE, 1977; 1988). Além dos problemas socioeconômicos, a região, também é marcada pelas secas recorrentes do processo de desertificação. Por isso, por muitos séculos esta região teve sua imagem vinculada ao atraso, à pobreza e a desigualdade.

É neste contexto de pobreza que o turismo aparece na Região Nordeste como uma alternativa econômica e como uma ferramenta de desenvolvimento regional fomentado pelo discurso hegemônico da elite local, de empresas (hoteleiros e imobiliários) e, finalmente pelos governos locais. O “novo Nordeste³²” reinventado pelas políticas públicas de turismo teve uma grande margem de progresso econômico, entretanto esse crescimento só foi possível, graças ao Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR). Este conjunto de políticas foi fundamental para fomentar a construção de infraestrutura básica e para à construção de uma imagem positiva do semiárido, que por muito tempo foi vista como região problema (DANTAS, 2002/fig.21).

Figura 20: Localização do Brasil e região Nordeste (Novo Nordeste)



Fonte: Dantas (2006), elaboração própria.

³² O novo nordeste ou Nordeste turístico é delimitado, geograficamente, pela a zona costeira e tem a ver com o novo momento histórico da região (pós-1990), associado a sua nova função turística.

O novo Nordeste ou Nordeste turístico é hoje uma das regiões turísticas que mais cresce no país, a pesar de pertencer às regiões mais pobres do Brasil. Conforme dados do Instituto Brasileiro do Turismo, capitais nordestinas como Salvador (BA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Natal (RN) estão entre as cidades brasileiras que mais recebem turistas estrangeiros (fig.21).

Na atualidade, a participação do Nordeste para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional é de 13,1%. Em 2014 seu PIB nominal era de R\$ 805 bilhões,[2] superando o de países como Chile, Singapura e Portugal. A economia da região Nordeste registrou, no ano de 2014, maior dinamismo que a nacional. As maiores economias da Região Nordeste são, respectivamente, Bahia, Pernambuco e Ceará, estados que concentram, juntos, 8,7% do PIB nacional (BCB, 2015).

Na contramão dessa conjuntura, o Nordeste acumula ainda secular dívida social com precárias condições sociais. Representações quantitativas como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal –IDHM dos Estados que formam a região Nordeste mostram IDHM Baixo, variando de 0,631 em Alagoas e a 0,684 no Rio Grande do Norte (PNUD, 2010). A região sustenta ainda extrema concentração de poder sociopolítico, de riqueza e renda pelo descaso com educação, saúde e com as periferias urbanas e áreas rurais (BARBOSA, 2015).

5.1.1 Contextualização e profundização sobre o Estado e as políticas públicas de turismo no Brasil e Nordeste

Atualmente, o turismo e o imobiliário consistem em uma realidade nos estados do Brasil, principalmente na região Nordeste. Os governos desta região apostam no turismo como alternativa econômica, devido não apenas as suas belezas e estoque de terras, mas face às dificuldades encontradas na agricultura e na indústria.

Embora as atividades do turismo e do imobiliário sejam capazes de internacionalizar os lugares, a transformação apontada não ocorre meramente por força do acaso. O planejamento tem papel primordial, portanto ressalta-se a importância do Estado e de suas políticas públicas enquanto elemento facilitador para a geração de divisas, na implantação de infraestrutura logística (Estado) e na atração de capitais privados (capital imobiliário), contribuindo na atual valorização dos espaços litorâneos.

Dessa forma, faz-se necessário compreender as políticas públicas de turismo desde o Prodetur I (1992-2005), passando pela sua segunda fase (2005-2012), pela inserção do Prodetur Nacional (2010-2015) e pelo Programa Federal PAC (2007-2015) e suas contribuições no tempo-espaço, para o entendimento da consolidação e produção do espaço litorâneo dos seguintes estados: Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Dessa forma, este capítulo estrutura-se com base na análise e compreensão das ações das políticas públicas:

a) **Prodetur I:** o divisor de águas. Neste tópico, apresenta-se a primeira fase do programa, o Prodetur I, lançado nos anos 90, caracterizando-se como o divisor de águas em razão de suas ações marcantes no domínio logístico e de seu papel como indutor de grandes transformações no ordenamento territorial da região Nordeste, com ênfase na sua zona costeira (DANTAS, 2010).

Prodetur II: a continuação das políticas públicas no Nordeste. Apresenta-se aqui a segunda fase do Prodetur no Nordeste, quando se deu prioridade a segmentos e ações não priorizadas na sua primeira fase, que seriam a qualificação profissional, a proteção ambiental e o fortalecimento institucional, os quais contribuíram para qualificar os lugares turísticos.

b) **Prodetur Nacional:** a interiorização e a regionalização do turismo. Neste item discutem-se esses dois fenômenos espaciais turísticos (a interiorização e a regionalização) que contribuíram para expandir o turismo para novas regiões.

c) **O PAC e os megaeventos:** a internacionalização do turismo nordestino. Analisa-se aqui que o governo federal valoriza o turismo como atividade econômica e o destaca no programa de aceleração do crescimento do País, possibilitando a expansão da atividade para os diferentes territórios brasileiros com o intuito de internacionalizar o Brasil através dos megaeventos.

5.1.1.1 PRODETUR I e II: um antes e um depois do Nordeste

A lógica da política de turismo fomentada pelo PRODETUR na região Nordeste era de ajustamento à economia global, contida em teorias econômicas desenvolvimentistas: Teoria dos Estágios de Crescimento Econômico, Estruturalistas Internacionais, dos Sistemas Mundiais, do Processo Simultâneo, para as quais, o crescimento econômico leva inevitavelmente ao desenvolvimento

social, decorrência do processo de implementação de tecnologias e de modernização, embora negado pelas teorias críticas (CORIOLANO, 2003).

A negociações preparatórias para a inserção de políticas públicas de investimentos maciços no turismo no Nordeste aconteceram a partir dos anos 1990 e foram consolidadas após o Plano Nacional de Turismo, que passa a compor o Avança Brasil (1999). A criação do PRODETUR, como uma fonte concentrada de políticas destinadas ao desenvolvimento do turismo na região Nordeste teve como objetivo inicial, dotar a franja costeira nordestina de infraestrutura básica (aeroportos e rodovias) para impulsionar uma reestruturação destes espaços litorâneos, marcando um antes e depois nas comunidades tradicionais.

O Prodetur I foi criado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em parceria com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), no ano de 1991, cujo objetivo era a melhoria da infraestrutura básica e dos serviços públicos. O Prodetur I marcou o processo de internacionalização do turismo na região, uma vez que viabilizou as conexões e as interações espaciais, a partir de investimentos em aeroportos e no sistema viário.

Enquanto aos recursos econômicos, o Programa teve em sua primeira fase um investimento total (BID + local) de R\$ 900 milhões, com a participação dos estados assim distribuída, em ordem decrescente: Bahia, com R\$ 500 milhões; Ceará, com R\$ 268 milhões; Sergipe, com R\$ 112 milhões; Maranhão, com R\$ 103 milhões; Alagoas, com R\$ 101 milhões; Pernambuco, com R\$ 86 milhões; Paraíba, com R\$ 80 milhões; Piauí e Rio Grande do Norte, ambos com R\$ 79 milhões.

O volume dos recursos citados, foram destinados para alavancar a constituição dos 12 polos de desenvolvimento de turismo no Nordeste, concentrados nos 9 estados da região, são eles: Polo São Luiz – MA; Polo Costa do Delta – PI; Polo Costa do Sol – CE; Polo Costa das Dunas - RGN; Polo Costas das Piscinas – PB; Polo Costa Arrecifes – PE; Polo Costa Dourada – AL; Polo Costa dos Coqueiros – SE; Polos Salvador e entorno, litoral sul, costa do descobrimento e chapada da diamantina – BA (fig.22). É possível observar que os polos de desenvolvimento de turismo são todos litorâneos, com exceção da chapada da diamantina.

Figura 21: Pólos de turismo no Nordeste Brasileiro e os investimentos do Prodetur I



Fonte: DANTAS, 2010.

Com a implantação da primeira fase do Prodetur/NE, o governo identificou a necessidade de criar uma nova fase do programa, o Prodetur/NE II, implantado em 2007. A continuidade do Prodetur teve a intenção de transformar a região Nordeste em um destino turístico nacional e internacional (DANTAS, 2010). Como forma de ampliar os objetivos da primeira fase do programa criou-se a Política de Polos de Turismo. Esta política foi influenciada pela Teoria dos Polos de Crescimento (PERROUX, 1967), contou em um segundo momento com o projeto dos Destinos Indutores (MTUR, 2004). Essas políticas desencadearam mudanças territoriais em extensas partes da região litorânea nordestina (DUDA; ARAÚJO, 2004).

O Prodetur II, destacou-se pela diversificação dos produtos turísticos, privilegiando, além da infraestrutura, a formação e capacitação de empresários e gestores públicos que atuaram na atividade turística, procurando aumentar a competitividade entre os estados da região. Acompanhando os R\$ 240 milhões financiados pelo BID para a implementação do Prodetur II, podemos destacar em ordem decrescente: Pernambuco, com R\$ 75 milhões; Ceará com R\$ 60 milhões;

Bahia com R\$ 39 milhões; Rio Grande do Norte, com R\$ 21,3 milhões; e Piauí com R\$ 15 milhões (Tab.1).

Tabela 1: Contratação de Subempréstimo Prodetur II

Estado	Valor do financiamento (R\$)
Rio Grande do Norte	21.300.000,00
Bahia	39.000.000,00
Ceará	60.000.000,00
Pernambuco	75.000.000,00
Minas Gerais	27.500.000,00
Piauí	15.000.000,00
TOTAL	237.800.000,00

Fonte: BNB (2012); SILVA (2013).

O PRODETUR I e II contribuiu para mudanças significativas no litoral nordestino nas últimas décadas, entretanto, é possível observar que os estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará são os estados da região que mais protagonizam o desenvolvimento e os investimento no campo do turismo em seus territórios.

Podemos observar na tabela sobre os financiamentos do PRODETUR II, que poucos estados buscaram empréstimos para dar continuidade com as políticas de turismo, e entre estes estados podemos destacar o estado de Pernambuco com 75 milhões de reais, Ceará com 60 milhões, Bahia com 39 milhões e Rio Grande do Norte com 21 milhões. Observando os mapas abaixo podemos visualizar a quantidade de investimentos ao largo de todo o litoral dos estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

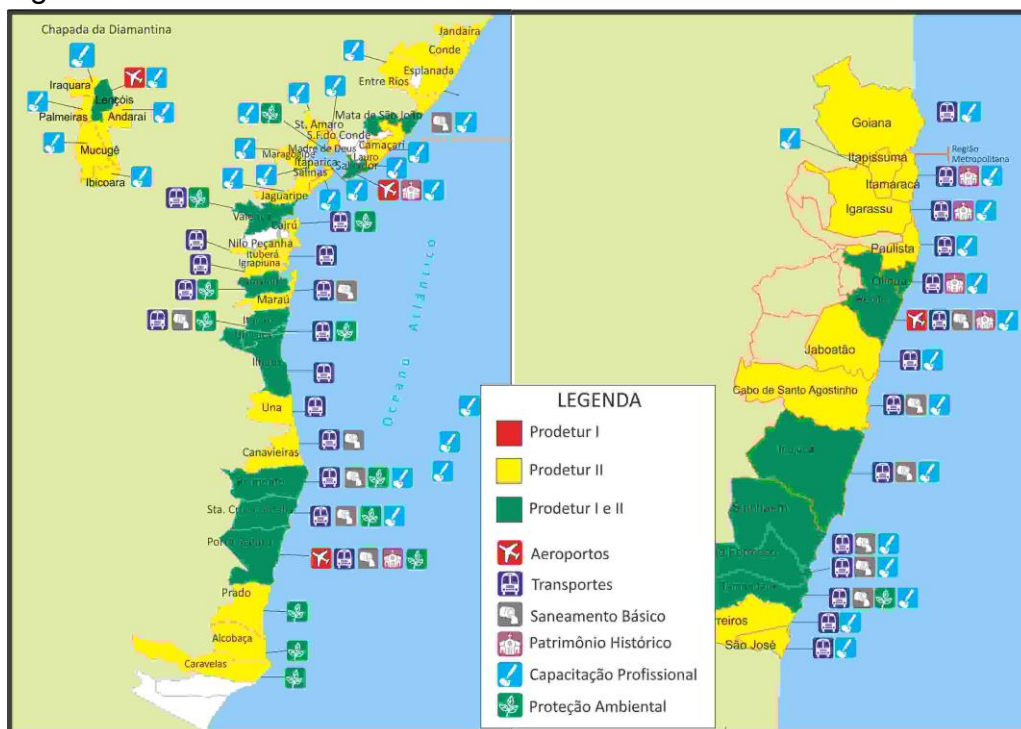
O investimento do PRODETUR I na Bahia foi de R\$ 500 milhões, sendo investido prioritariamente em infraestrutura de suporte. Os investimentos e suas principais ações foram: os investimentos nos aeroportos de Salvador, Ilhéus e Porto Seguro (R\$ 214.014.520,21 milhões); investimento em Proteção Ambiental (R\$ 2.479.684,04 milhões); patrimônio histórico (R\$ 18.410.052,19 milhões); e saneamento (R\$ 86.633.756,03 milhões), além dos investimentos em transportes, totalizados em R\$ 92.774.344,53 milhões.

O PRODETUR/BA teve dois papéis fundamentais no estado, o primeiro de descentralizar o turismo para outras áreas do estado, já que até a década de 1970 a cidade de Salvador aparecia como o único destino turístico, criando regiões prioritárias para investimentos do PRODETUR, e o segundo papel foi o de internacionalizar os municípios polos dessas regiões como destinos turísticos: capital Salvador (Bahia de Todos os Santos e Costa do Dendê); Ilhéus; Porto

Seguro e Lençóis, investindo prioritariamente em aeroportos (Salvador, Porto Seguro e Lençóis), com a intenção de receber os turistas e distribuí-los aos municípios vizinhos e aos municípios polos.

No estado de Pernambuco, o investimento efetuado na primeira etapa do PRODETUR/NE foi de R\$ 86 milhões e teve como prioridade investimentos em infraestrutura de suporte, prioritariamente no Polo Costa Dourada, com ampliação e modernização do Aeroporto Guararapes (R\$ 6.310.894,98 milhões) em Recife; Investimento em Patrimônio Histórico (R\$ 27.082.010,58 milhões) na Capital e em Olinda; e investimentos em Saneamento (R\$ 19.891.660,98 milhões) nos municípios de Recife, Rio Formoso e Sirinhaém.

Cartograma 2: Investimentos Prodetur I e II nos estados da Bahia e Pernambuco.



Fonte: Adaptado pela autora conforme BNB (2005; 2012).

Com o PRODETUR II – de investimento total de R\$ 293.712 milhões - o estado decide investir em todos os municípios litorâneos do estado. O PRODETUR, em sua segunda fase, viabiliza a diversificação dos investimentos, em transportes (R\$ 166.478.212,62), Saneamento Básico (R\$ 103.180.069,64) e Patrimônio Histórico (R\$ 3.281.873,37), também os investimentos em formação e capacitação de empresários e gestores públicos (R\$ 193.151,15), que atuam na atividade turística, procurando, dessa forma, fortalecer uma das principais debilidades desse segmento e que atrasava sua inserção de modo mais competitivo no turismo

globalizado, ou seja, a qualificação profissional; além de procurar reforçar em projetos de contenção dos riscos ambientais (R\$ 596.670,25), como se observa em todas as metrópoles (Cartograma 4).

No Rio Grande do Norte, pode ser observado no (Cartograma 5), que houve investimento na ampliação do aeroporto em Parnamirim (R\$ 41.099.835,54 milhões), em Proteção Ambiental (R\$ 2.970.488,35 milhões) e Saneamento (R\$ 11.558.972,09 milhões) no Parque das Dunas e praia de Ponta Negra/Natal. Com o PRODETUR II – de investimento do BID de R\$ 80 milhões. No PRODETUR II a prioridade foi diversificar o produto e qualificar os profissionais na tentativa de alcançar o mercado turístico nacional e internacional. A região metropolitana de Natal recebeu a maior parte dos investimentos, sendo incorporados os municípios do Polo Costa das Dunas.

O estado do Ceará investiu R\$ 268 milhões investidos na ampliação e modernização do Aeroporto Pinto Martins e os investimentos no sistema viário (estradas) viabilizaram a promoção da cidade de Fortaleza no cenário Internacional. O PRODETUR I investiu na ampliação e modernização do Aeroporto Internacional Pinto Martins (R\$ 149.053.132,13 milhões), Investimento em Proteção Ambiental (R\$ 10.064.874,74 milhões) e saneamento (R\$ 64.440.327,05 milhões) nos municípios de Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo e Caucaia. Além dos investimentos em transportes, somados em R\$ 47.149.090,60 milhões em obras na CE 085, CE 162, CE 421 e CE 341, com o objetivo de promover as praias da Região Turística II e integrá-las no turismo cearense. Na segunda fase do Prodetur no Ceará, foi investimento total de R\$ 141 milhões que priorizou os municípios do litoral do extremo oeste, com o intuito de promover e dinamizar o fluxo turístico entre os estados do Ceará, do Piauí e de Maranhão, projeto turístico e regional intitulado de CEPIMA.

Em relação aos investimentos em Transporte, foram investidos em municípios do extremo norte, que no caso, não receberam investimento do PRODETURI. Foram investidos no total, R\$ 112.618.970,02 milhões nos municípios de Amontada, Itapipoca, Itarema e Jijoca; no caso do investimento em Patrimônio Histórico foram gastos R\$ 7.254.673,57 milhões na sede municipal de Fortaleza e Aquiraz; no segmento de Capacitação Profissional, o montante de R\$

6.113.681,52 milhões foi investido tanto no Polo do Sol Poente quanto no município de Aquiraz do litoral leste.

Cartograma 3: Prodetur I e II nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará.



Fonte: Adaptado pela autora conforme BNB (2005; 2012)

Para concluir a análise sobre a distribuição dos recursos financeiros na primeira e segunda fase do PRODETUR/NE, é possível entender que apesar do reconhecimento de uma relativa homogeneização nas alocações estaduais desse fator econômico, percebe-se que a busca da diminuição das diferenças econômicas espaciais extremas é ignorada pelas políticas públicas.

O PRODETUR/NE, ao menos nos extremos, segue a lógica do sistema capitalista, pois alocou mais de um quarto dos recursos financeiros nos estados mais representativos economicamente na região Nordeste. Proporcionalmente foram os estados com melhores indicadores econômicos (produto interno bruto) que receberam mais incentivos financeiros para a inserção e consolidação do turismo. Esse contexto, contribuiu, no mínimo, para a permanência da heterogeneidade entre esses estados Nordestinos. É nesse contexto, que Cássia (2015), afirma que as políticas públicas no Nordeste do Brasil apenas contribuíram para reforçar as desigualdades socioespaciais no contexto regional.

5.1.1.2 PRODETUR NACIONAL e a regionalização do turismo

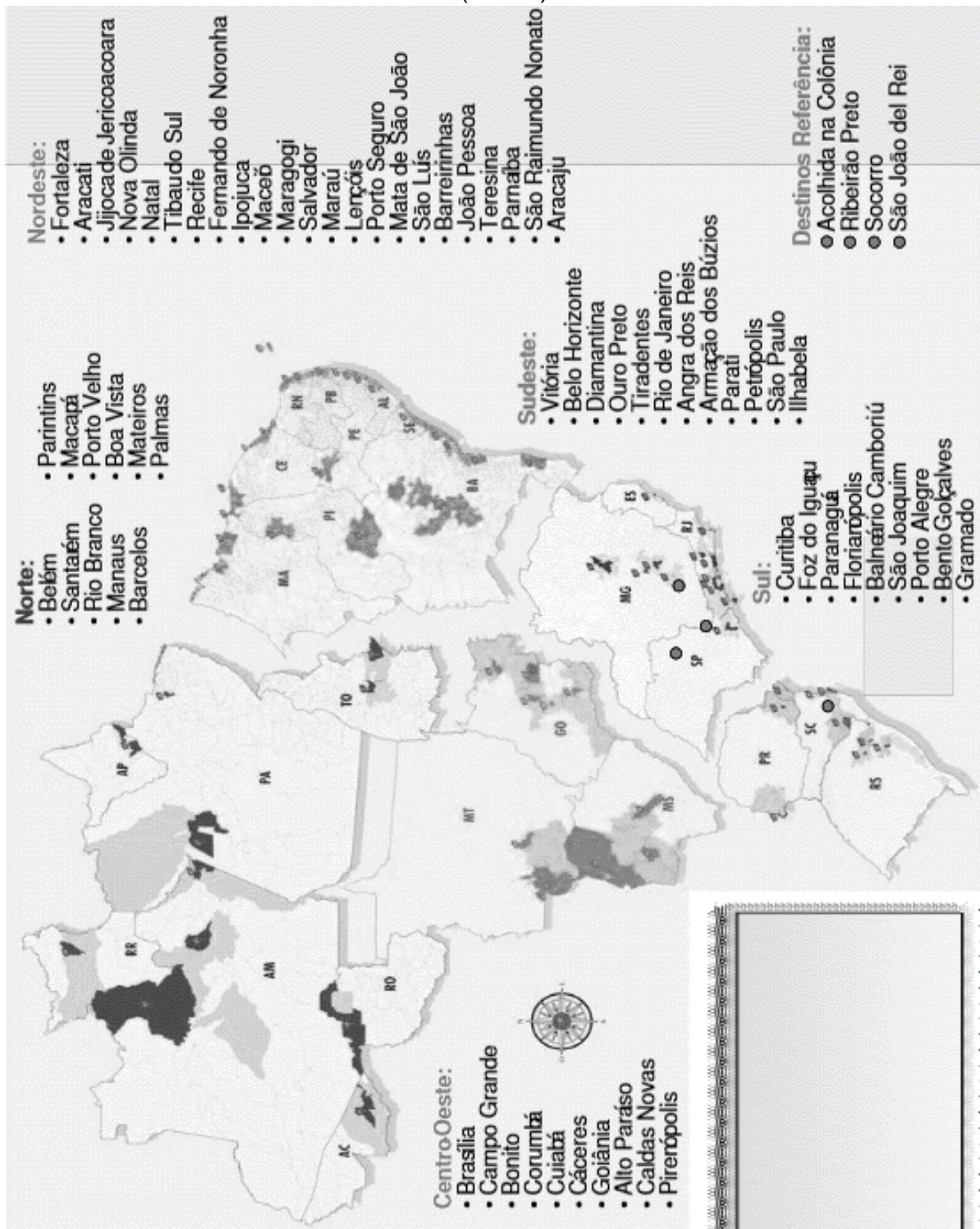
Com o tempo a política de turismo que foi implementado no Nordeste como uma política econômica alternativa e secundária, tornar-se uma atividade econômica estrutural e nacional no país, expandindo-se entre os diferentes territórios do Brasil. A partir da criação do Prodetur Nacional o turismo ganha força econômica e se estabelece como um viés de desenvolvimento para o país.

O modelo de gestão descentralizada do turismo, implantado no País pelo Ministério do Turismo apoiado por seus colegiados parceiros, proporciona que cada Unidade Federada, região e município busque suas próprias alternativas de desenvolvimento, de acordo com suas realidades e especificidades. O que propõe o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil são diretrizes políticas e operacionais para orientar o processo do desenvolvimento turístico, com foco na regionalização.

A ideia da regionalização era de promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade. O que se busca com o Programa de Regionalização do Turismo é subsidiar a estruturação e qualificação dessas regiões para que elas possam assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, possibilitando a consolidação de novos roteiros como produtos turísticos rentáveis e com competitividade nos mercados nacional e internacional. Como resultado desse processo, foram selecionados 65 destinos indutores do turísticos (DIT's), que fazem parte de 59 roteiros turísticos regionais

(RTR's), abrangendo um total de 740 municípios em todas as unidades da Federação (MTur, 2007; 2018).

Figura 22: Destinos Indutores do Turismo (DIT's) e Roteiros Turísticos Regionais (RTR's)



Fonte: Ministério do Turismo (2008).

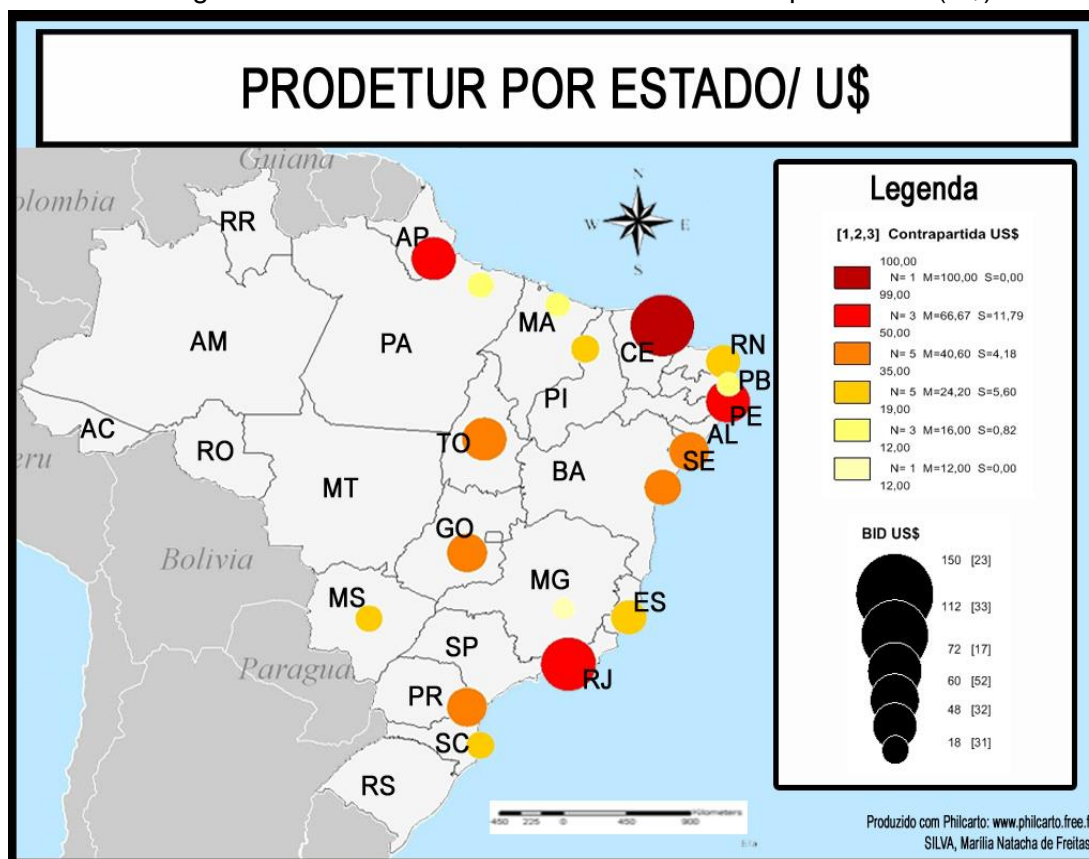
Para o Programa de Regionalização do Turismo, os DIT's deverão ser aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, isto é, aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos. Em outras palavras os DIT's teriam a função de induzir a expansão do turismo para o restante das regiões-polo nas quais esses destinos se situam – daí a denominação de Destinos Indutores.

Foi nesse contexto de fortalecer e qualificar os DIT's e conseqüentemente o turismo regional, que o ministério do turismo lançou em 2008 o Prodetur Nacional. Em um cenário positivo e favorável ao turismo o Ministério do Turismo, juntamente com o BID, Confederação Andina de Fomento (CAF) apresentaram uma proposta de financiamento inicial de 3,2 bilhões para os estados do Brasil, visando aumentar a competitividade dos destinos turísticos do País e consolidar a política de turismo nacional por meio de um modelo de gestão pública descentralizada e cooperativa.

No cartograma abaixo, especificamente na legenda de cores dispomos os dados referentes aos investimentos de contrapartida dos Estados no programa do PRODETUR NACIONAL, em ordem crescente: entre U\$ 12 milhões e U\$ 19 milhões, os Estados de Minas Gerais, Maranhão, Paraíba; entre U\$ 19 milhões e U\$ 35 milhões, os Estados de Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Pará e Mato Grosso do Sul. Contrapartidas entre U\$ 35 milhões a U\$ 50 milhões têm os Estados da Bahia, Sergipe, Paraná, Goiás e Tocantins. Contrapartidas entre U\$ 50 milhões e U\$100 milhões para os Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Amapá. Por último encontramos a contrapartida de U\$ 100 milhões de dólares investida pelo o Estado do Ceará (cart.6).

Em relação aos investimentos financiados pelo BID indicados pela legenda de círculos, em ordem decrescente, o Estado do Ceará com U\$ 150 milhões; Rio de Janeiro, U\$ 122 milhões; Tocantins, U\$ 72 milhões; Goiás, U\$ 60 milhões; Espírito Santo, U\$ 48 milhões e por último, o Estado de Minas Gerais com U\$ 18 milhões de dólares. Após o Estado do Ceará com importância no Nordeste, encontramos o Estado do Rio de Janeiro com U\$175 milhões na Região Sudeste. Goiás, com U\$100 milhões na Região Centro-Oeste. O Paraná com U\$100 milhões, na Região Sul e o Amapá com R\$120 milhões na Região Norte.

Cartograma 4: Investimentos do Prodetur Nacional por estado (U\$)



Fonte: CONFIEX (2012). Elaboração e Sistematização: Autora.

Analisando os financiamentos do PRODETUR NACIONAL por região podemos observar como os investimentos se concentram na região Norte e Nordeste. Em ordem decrescente, podemos destacar: A Região Nordeste com investimento total de U\$ 763 milhões, a Região Norte com U\$ 313 milhões, U\$ 297 milhões para a Região Sudeste a Região Sul, U\$150 milhões e por último com uma soma de U\$148 milhões o centro-oeste (tab. 2).

Tabela 2: Investimentos do Prodetur Nacional por região

Prodetur Nacional por Região/U\$ (milhões)			
	Contrapartida	BID	TOTAL
Nordeste	306	457	763
Norte	140	173	313
Sudeste	119	178	297
Sul	60	90	150
Centro-Oeste	69	79	148
TOTAL	694	977	1.671

Fonte: CONFIEX (2012).

O Prodetur Nacional adota em sua política os processos de interiorização e regionalização. A interiorização é um movimento que diz respeito à expansão do turismo para o interior dos estados, processo evidenciado nas pesquisas (FONSECA, 2007; SILVA, 2013; SILVA et.al., 2017). A interiorização ocorre pela necessidade de incluir municípios interioranos no cenário turístico, e conseqüentemente diversificar os segmentos turísticos, contribuindo para atrair um maior número de turistas, objetivo previsto pelo Plano Nacional de Turismo.

O processo de interiorização ocorre conjuntamente com o processo de regionalização, a fim de otimizar gastos e aumentar a competitividade dos destinos regionais (SILVA et.al., 2017). A regionalização é uma proposta de políticas de turismo que significa olhar para além do município, visando o planejamento, a gestão, a promoção e a comercialização integrada e compartilhada. Propõe-se olhar a região, e não mais o município isolado (MTur, 2007). Neste caso, apresentamos as ações do Prodetur Nacional na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará para o entendimento desta lógica, na prática.

Com o PRODETUR Nacional, o estado da Bahia assinou o contrato no dia 28 de julho de 2011, financiamento junto ao BID que será de R\$ 102 milhões, somados à contrapartida de R\$ 71 milhões, assumida pelo Ministério do Turismo (MTur), somando um montante de U\$ 173 milhões. O PRODETUR Nacional no estado da Bahia priorizou especificamente o polo turístico da Bahia de Todos os Santos (cart. 7).

Em relação ao estado de Pernambuco, o programa também tem a intenção de interiorizar e diversificar o segmento turístico, criando alternativa ao turismo de Sol&Mar, promovendo o turismo no Polo Agreste e no polo Vale do São Francisco. São destinos que atraem um fluxo majoritariamente local e/ou regional, mas que tem potencial para se consolidar junto a este público e, eventualmente, até mesmo atingir um público nacional/internacional, os municípios pertencentes ao Polo Agreste (Caruaru, Gravatá, Bezerros, Bonito) e ao Polo do Vale do São Francisco (Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista).

Cartograma 5: PRODETUR Nacional por componente: Bahia e Pernambuco.



Fonte: Confiex, (2012). Elaborado pela autora.

No caso do Rio Grande do Norte, o PRODETUR Nacional, o estado enviou uma carta de R\$ 152 milhões, sendo R\$ 61 milhões de contrapartida e R\$ 91 milhões financiados pelo BID. O PRODETUR Nacional. Assim como os outros estados o governo visava regionalizar e interiorizar o segmento turístico. O projeto de ação do Prodetur Nacional no território do Rio Grande do Norte foi direcionado

às três principais regiões turísticas do estado; Costa das Dunas, Costa Branca e Região do Seridó. Dos 167 municípios que compõem atualmente o estado, 54 deles receberam investimentos do PRODETUR Nacional. Portanto, ademais de investir para consolidar o turismo de sol e mar, o Prodetur aposta da interiorização do turismo, incentivando uma alternativa turística.

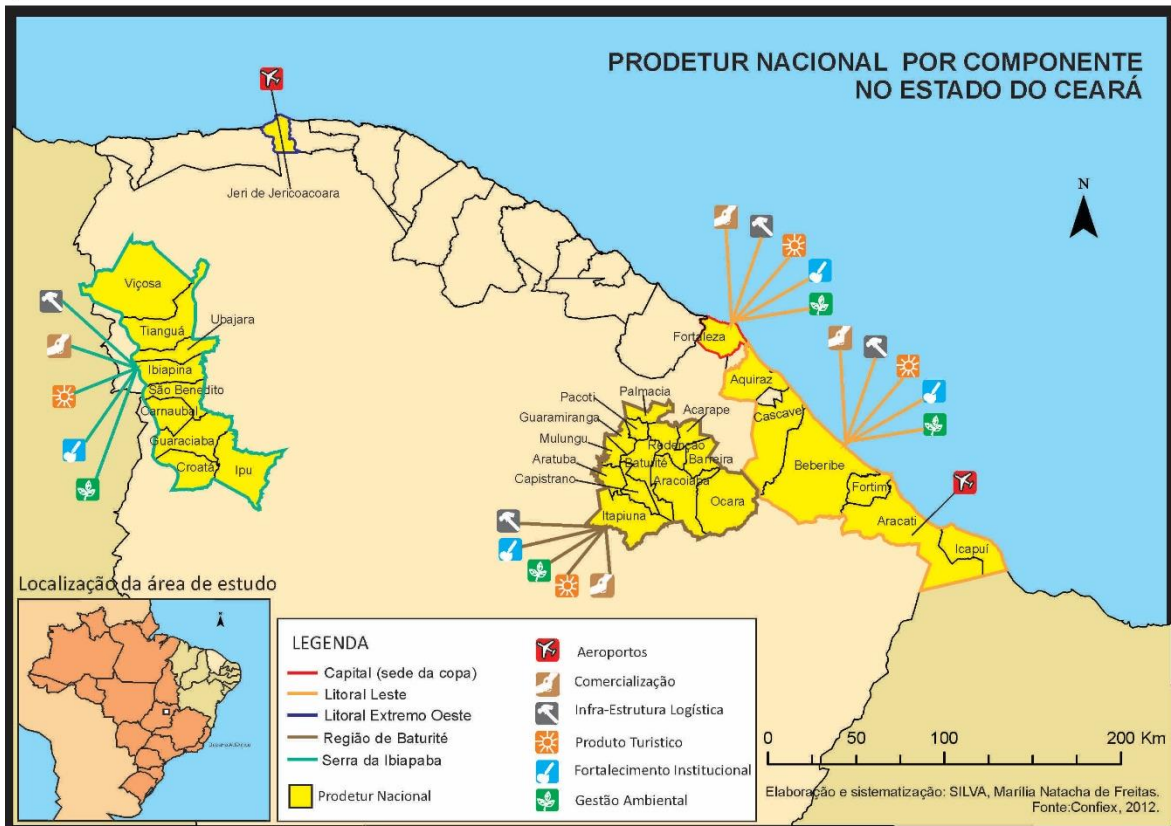
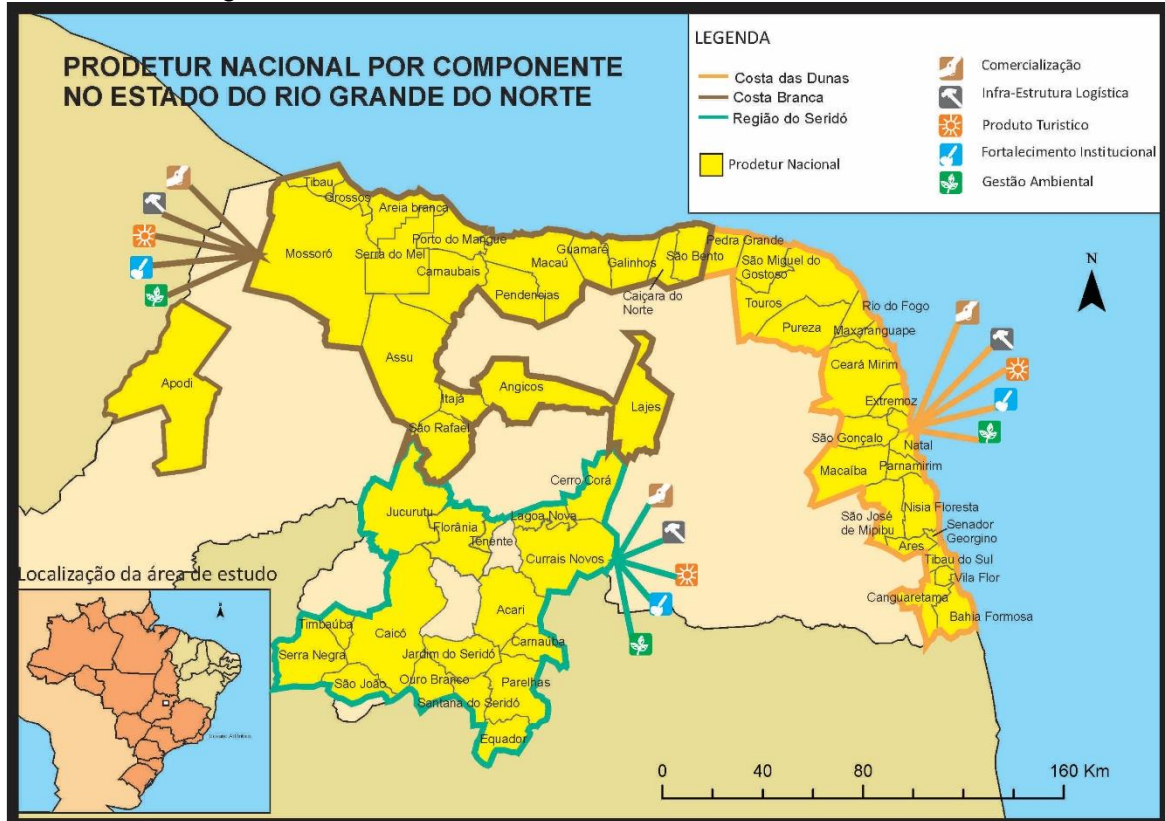
O estado do Ceará lança-se a frente de todas as unidades federais do Brasil. O financiamento junto ao BID foi de R\$ 305 milhões, somados à contrapartida de R\$ 204 milhões, assumida pelo MTur, foi de R\$ 509 milhões. O projeto de ação do estado do Ceará foi bastante ousado, quando expande os investimentos para o fortalecimento de cinco regiões turísticas principais. Para o fortalecimento do turismo no extremo oeste do estado, o estado construiu o aeroporto regional de Jericoacoara.

Dada a distância de 500km entre a capital (Fortaleza) do segundo destino turístico mais forte do estado (Jericoacoara), a decisão de construir um aeroporto de pequeno porte em 2017 contribuiu com a dinamização turística desta região. Outra grande aposta foi a construção do aeroporto regional de Aracati, no litoral leste do estado, entretanto, pela proximidade entre Aracati e o aeroporto internacional de Fortaleza, o aeroporto não possui nenhum voo comercial.

A terceira fase do programa de turismo abrange número maior de espaços não exclusivamente litorâneos, havendo assim investimentos em outros segmentos potencialmente turísticos (SILVA; DANTAS, 2018). Áreas serranas, do agreste e do sertão nordestino são apontadas como polos turísticos e áreas valorizadas para receber investimentos e incentivos para o crescimento da atividade turística.

Tais propostas evidenciam a expansão da atividade turística em territórios nordestinos para além de litorais. Também reinventa as formas, funções e práticas existentes nos lugares, transformando-as para o entendimento às necessidades do mercado turístico. A urbanização turística ultrapassa no Nordeste os limites dos espaços litorâneos, transformando as paisagens, deslocando a lógica do capital, vinculada ao turismo, para outros territórios, com suas contradições sociais, econômicas e culturais (BARBOSA, 2015).

Cartograma 6: Prodetur Nacional em Rio Grande do Norte e Ceará



Fonte: Confíex (2012). Elaborado pela autora.

5.1.1.3 PAC e o turismo como política macroestrutural

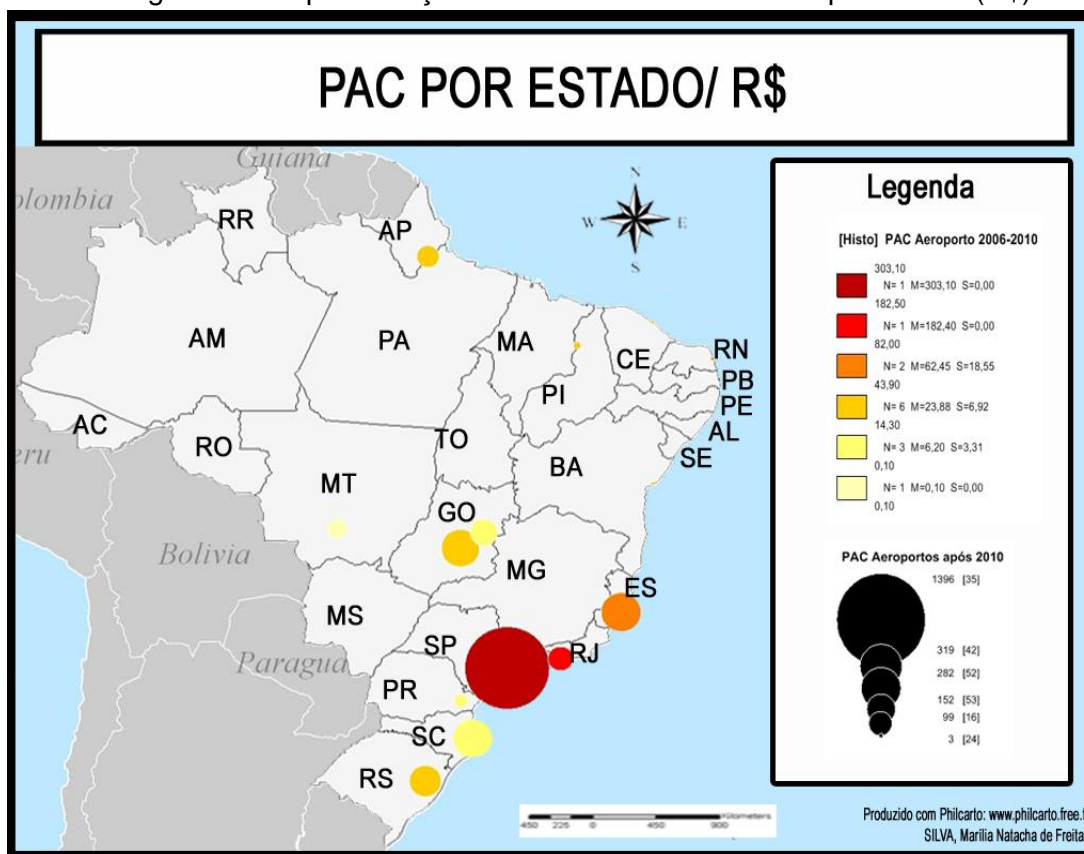
Tendo em vista o relatório disponibilizado pelo Governo Federal, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em 28 de janeiro de 2007 pelo Governo Federal e com um investimento inicial de R\$ 503,9 bilhões de reais em abrangência nacional promovendo a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado.

O PAC engloba um conjunto de políticas públicas e estruturais para o desenvolvimento do país e o turismo é incluído como parte destas políticas estruturais recebendo um 11% do valor total do PAC. Em resumo, por muito tempo, O PAC marca na história brasileira a inclusão do turismo como pauta de desenvolvimento do país e conseqüentemente incluído o turismo como política setorial para a economia nacional. O recurso de R\$ 61,7 milhões foi destinado, primeiramente à rodovias e aeroportos para incrementar o turismo internacional, principalmente na zona costeira do país, entre as Região Nordeste, Região Sudeste e Região Sul. Entretanto, a óptica do PAC para investimento de rodovias e aeroportos se centra em uma lógica centralista quando investe uma maior quantia na região centro-sul, mostrando um modelo de desenvolvimento tradicional e conservador (Cart. 9).

Na legenda de cores, que representa os investimentos em aeroportos de 2006-2010, em ordem decrescente, o Estado de São Paulo recebe o maior volume de investimento, um total de R\$ 303,10 milhões; depois Rio de Janeiro com investimentos de R\$ 182,4 milhões; Espírito Santo com R\$ 43,9 milhões; Goiás com R\$ 32,8 milhões; Rio Grande do Sul, R\$ 14,3 milhões e por último Pernambuco, R\$ 10 milhões.

Os investimentos após 2010, indicados no cartograma com os círculos pretos não mostram nenhuma mudança relevante. São Paulo continua no ranking com R\$ 1.396 R\$ bilhões, logo após em ordem decrescente, Santa Catarina, R\$ 319 milhões, Espírito Santo, R\$ 312 milhões, Goiás, R\$ 282 milhões, Brasília, R\$ 152 milhões, Amapá, R\$ 99 milhões, Mato Grosso, R\$ 82 milhões e por último encontramos o Estado do Rio Grande do Norte com R\$ 3 milhões.

Cartograma 7: Espacialização dos investimentos do PAC por estado (R\$)



Fonte: Relatórios do PAC (2012). Elaboração e Sistematização: Autora.

Como pode ser analisado na tabela abaixo, o programa do PAC sozinho aplica um total de R\$ 3.839 bilhões de reais em aeroportos em todo o Brasil, no período de 2006 a 2014. A soma dos investimentos do PAC por região disposta em ordem decrescente; Sudeste com R\$ 2,4 bilhões de reais; Região Sul R\$ 573,6 milhões; Região Centro-Oeste R\$ 558 milhões; Região Nordeste R\$ 209,4 milhões e R\$ 125,8 milhões para a Região Norte. Como vemos nos dados dispostos em tabela, o PAC fortalece o caráter centralista do país, quando a Região Centro-Sul concentra a maior parte dos investimentos em seu território.

Tabela 3: Investimentos do PAC em Aeroportos por região.

PAC AEROPORTOS			
	2006-2010	Após 2010	TOTAL
Sudeste	541,5	1.830,7	2.372,2
Sul	22,8	550,8	573,6
Centro-Oeste	43,0	515	558
Nordeste	189,5	19,9	209,4
Norte	17,5	99,2	125,8
TOTAL	814,3	3.015,6	3.839,0

Fonte: Relatório PAC (2012)

No que se refere aos investimentos em rodovias, a maior parte do capital se concentra na zona costeira, privilegiando o turismo litorâneo. De acordo com o cartograma 10, a concentração dos investimentos se dá ao longo do litoral brasileiro, desde os Estados da Região Nordeste até os Estados da Região Sul. Os investimentos na maioria são nas BR 116 e 101, ambas as rodovias se dão em sentido paralelo a zona de praia. A reparação e duplicação destas rodovias contribuem para a interligação dos Estados litorâneos do Brasil, intensificando assim, o turismo através de conexões.

Cartograma 8: Espacialização dos investimentos do PAC em rodovias por estado



Fonte: PAC (2012). Elaboração e Sistematização: Autora

Os investimentos em rodovias ocorrem em sentido paralelo ao litoral e os maiores investimentos em ordem decrescente no Paraná com R\$ 5 bilhões; Espírito Santo, R\$ 4 bilhões; Bahia, R\$ 3,5 bilhões; Brasília, R\$ 3,2 bilhões; Alagoas, R\$ 1,6 bilhões; Pernambuco, R\$ 1,2 bilhões e Paraíba com R\$ 582 milhões. Os Estados não litorâneos que recebem investimentos do PAC como apoio ao turismo são Amazônia com R\$ 831,1 milhões; Minas Gerais R\$ 1,2 bilhões e a nossa capital (Brasília) com 3,2 bilhões.

As regiões litorâneas somam junto um montante de R\$ 20,6 bilhões de reais, em contraposição às Regiões Norte e Centro-Oeste; estas ficam para trás com uma soma de R\$ 4 bilhões de reais. Em ordem decrescente temos a Região Nordeste com R\$ 7.965,7 bilhões, a Sul com R\$ 7.506,6 bilhões, Sudeste com R\$ 5.175,0, Centro-Oeste com R\$ 3.258,2 bilhões e por último a Região Norte com R\$ 831,8 milhões.

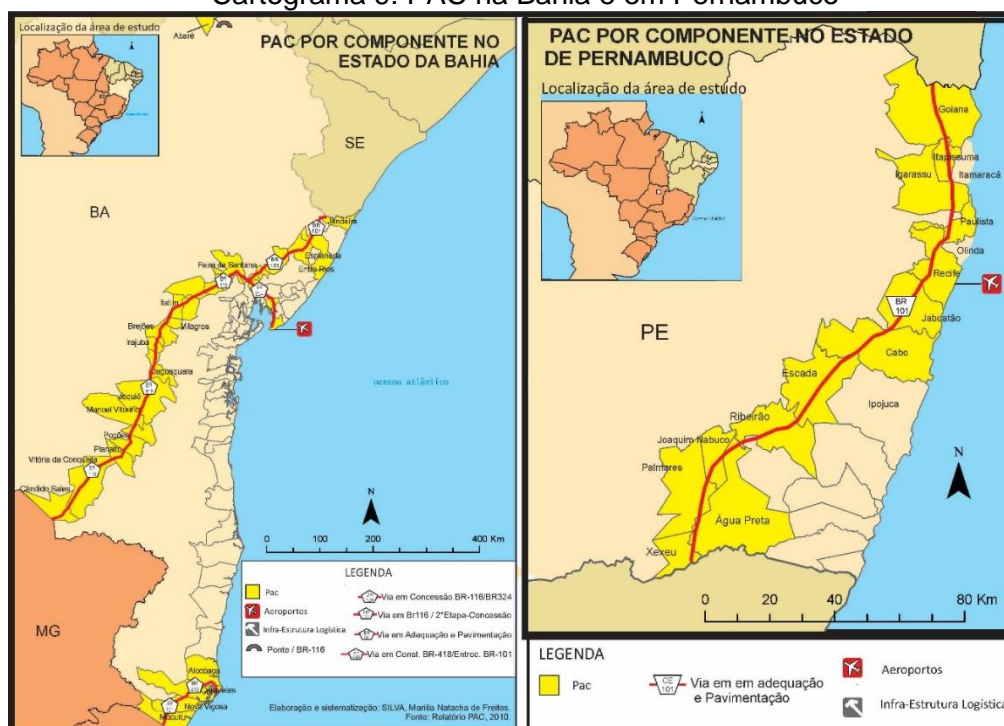
Tabela 4: Investimentos do PAC em Aeroportos por região

PAC - RODOVIAS			
	2006 - 2010	Após 2010	TOTAL
Sul	7.132,4	374,2	7.506,6
Nordeste	4.072,0	3.892,7	7.964,7
Sudeste	1.084,7	4.090,3	5.175,0
Norte	438,7	393,1	831,8
Centro Oeste	307,7	2.950,5	3.258,2
Total	13.045,5	11.700,8	24.746,3

Fonte: Relatório PAC (2012)

Em relação aos investimentos do Programa PAC no estado da Bahia foram investidos apenas em três anos (2007-2010) mais de 2 bilhões de reais e mais de 1 bilhão e 205 mil após 2010. Foram investidos no Aeroporto de Salvador R\$ 3,8 milhões; em obras de pavimentação da BR 101 (R\$ 997,7 milhões); na BR's 324 (R\$ 381 milhões); na BR 116 (R\$ 1.900 milhões); e na BR 418 (R\$ 86 milhões).

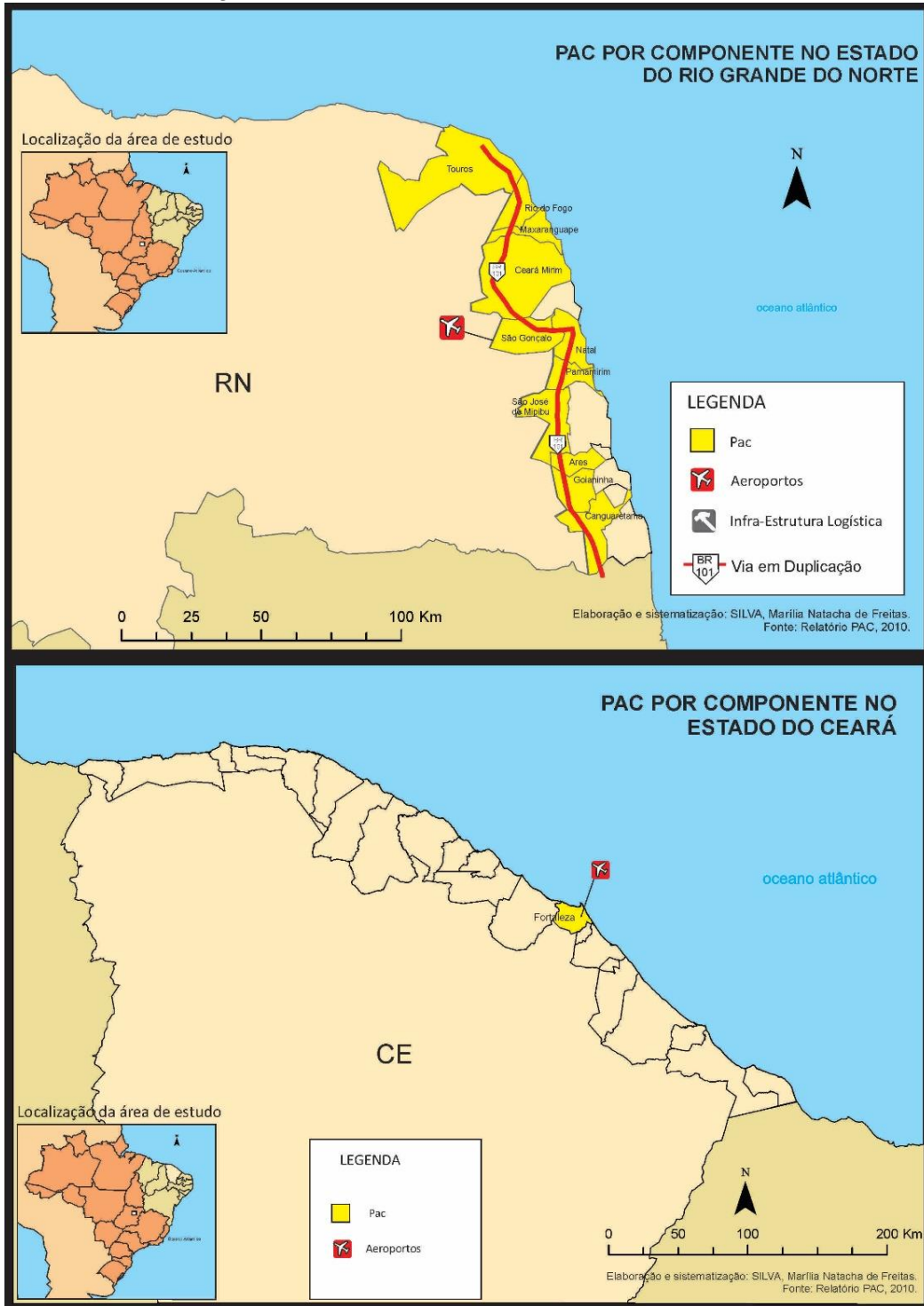
Cartograma 9: PAC na Bahia e em Pernambuco



Fonte: PAC (2012)

O estado de Pernambuco investiu um total de R\$ 1.265,9 bilhões, entre os anos de 2007 e 2012. As ações mais importantes foi a ampliação do terminal de passageiros (R\$ 10 milhões) do aeroporto internacional de Recife; e em obras de duplicação em toda a extensão da BR 101 localizada no estado, movimentando um total de R\$ 1255,9 milhões só em rodovia.

Cartograma 10: PAC em Rio Grande do Norte e Ceará



Fonte: PAC (2012).

No Rio Grande do Norte o PAC investiu na construção de um novo aeroporto internacional no estado. O aeroporto internacional foi deslocado ao município de São Gonçalo. O PAC também investiu na pavimentação e duplicação (em algumas zonas) da BR-101. A ideia era dinamizar e facilitar o acesso entre a capital e as praias do estado. Em relação ao estado do Ceará foi investido 32 milhões no aeroporto Pinto Martins. O PAC aposta na ampliação do aeroporto como porta de entrada de turistas e visitantes no estado.

5.1.2 Breve conclusão sobre as estruturas de oportunidades do turismo na região Nordeste

Como foi possível observar anteriormente as políticas públicas de turismo (Prodetur I, II, Nacional e PAC) e, suas principais ações foram destinadas aos investimentos em infraestrutura (ênfase em aeroportos e rodovias) e uma pequena parte dos investimentos foram direcionados a melhoria do serviço de saneamento básico, preservação do patrimônio arquitetônico e histórico e capacitação profissional. A grosso modo, não existe nenhum investimento relacionado a questões mais sociais, vinculados a qualidade de vida ou de bem-estar social dos indivíduos. Em termos gerais, o papel do turismo e dos seus agentes modeladores do espaço na região Nordeste se resumiu a uma prática associada a modernização dos lugares, quer dizer, políticas que apostaram na modernização e homogeneização das comunidades, ditas tradicionais, com um foco no avanço tecnológico (investimento em infraestrutura) e no aumento do par dialético produção/consumo das sociedades.

Na continuidade, apresentamos o papel do discurso modernizar do turismo e destas políticas públicas na escala microssocial, ilustrando e caracterizando o caso das comunidades de Jericoacoara e Pipa.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TURÍSTICAS DE JERICOACOARA/CE E PIPA/RGN

As atividades turísticas adquiriram uma grande magnitude no Brasil graças à implementação de políticas públicas para sua promoção, justificando a possibilidade de desenvolvimento econômico e regional, fato observado em

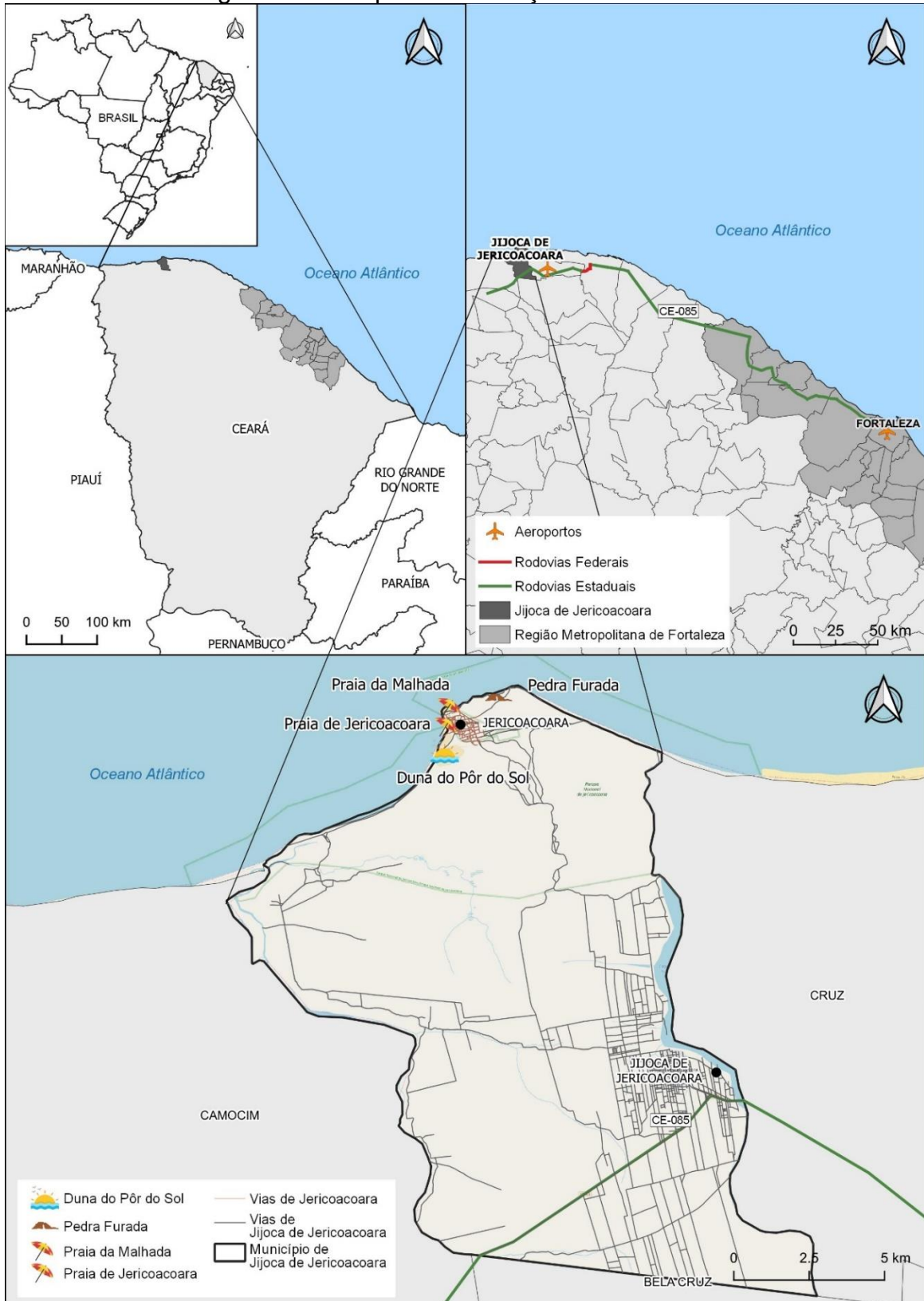
Jericoacoara /CE e Pipa /RN. O presente subcapítulo pretende descrever área de aplicação empírica da pesquisa que está constituído pelas comunidades turísticas de Jericoacoara, localizado no estado do Ceará – Brasil, e de Pipa, localizado no estado do Rio Grande do Norte-Brasil. As características estruturais e conjunturais de uma comunidade constituem um caminho para o entendimento da vulnerabilidade social desta e, por isso, a leitura sobre o contexto histórico, político, econômico e urbano vivenciado por estas comunidades, facilitará o entendimento sobre os cenários e situações de vulnerabilidade social sobre certos grupos de pessoas e em certas áreas específicas (capítulo 7).

5.2.1 VILA DE JERICOACOARA

No litoral oeste do Estado do Ceará situa-se a praia de Jericoacoara, uma comunidade de pescadores, a cerca de 310 km de Fortaleza, capital do Estado e a 18 km da sede do município (Jijoca de Jericoacoara/Cart.13). Em relação à população geral de Jericoacoara, segundo o censo de 2010 realizado pelo IBGE, era possível encontrar um total de 2.687 residentes, entre eles, 1374 homens e 1303 mulheres. Em relação aos domicílios particulares permanentes existiam em 2010 um total de 798 domicílios. Encontra-se entre as coordenadas geográficas 2°47' a 2°51' de latitude sul e 40°24' a 40°36' de longitude oeste. Tem temperatura amena, variando entre 22°C, nos meses de julho e agosto, e 35°C nos meses de novembro e dezembro.

Jericoacoara é detentora de um dos mais ricos ecossistemas do Estado. A vila se localiza em uma área isolada, arrodada por mais de 5 mil há de dunas movediças e situada entre os rios Acaraú e Coreaú e uma área total de 8.416 há, dentre esta área podemos encontrar uma paisagem, com uma grande diversidade, além das dunas – intercaladas por lagos de águas cristalinas -, possui falésias, serrotes, caatinga, praias, manguezais, uma infinidade de coqueiros, rios e enseadas. É dentro deste contexto de geográfico e paisagístico que Jericoacoara foi considerada uma das 10 mais belas praias do mundo, segundo o Jornal norte-americano *the Washington Post*, publicado ainda na década de 1980, e que contribuiu para um antes e um depois nas atividades e fluxo turístico desta comunidade nos quase 40 anos procedentes.

Cartograma 11: Mapa de Localização de Jericoacoara/CE



Elaboração e organização (SILVA, M.N.F; SILVA, R.B.)

Jeri situa-se em uma área totalmente isolada dos demais distritos e da sede do município por esta arrodeado por uma área de proteção ambiental (APA) protegida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos (IBAMA). Vale destacar, que a pesar de ser um trajeto de apenas 18 km entre a vila de Jeri e a sede do Município (Jijoca), a travessia dura em média 50 minutos, pela a dificuldade em atravessar as dunas movediças. O acesso a esta comunidade é feito através de carros 4x4, apropriados para cruzar as dunas. Ademais, por se tratar de um Parque Nacional não é permitido a passagem de carros que não sejam credenciados pelo IBAMA e prefeitura de Jijoca, o que dificulta ainda mais o acesso a comunidade de Jeri.

Figura 23: Jijoca (Sede do município) e Vila de Jericoacoara (comunidade)



Fonte: Google Earth. Imagem 2018.

Para chegar a Jericoacoara partindo de Fortaleza (ônibus ou carro), segue-se pela CE-085, construída nos anos 1990, com recursos do PRODETUR, e duplicada com investimento do Prodetur II. O acesso rodoviário é feito por etapas. Primeiro, por estrada pavimentada e duplicada entre Fortaleza e a cidade de Trairi (128km). Daí segue-se pela CE-085 (pavimentada, mas não duplicada) de Trairi a sede do município de Jijoca de Jericoacoara (176km). Em seguida, da sede até a

vila de Jericoacoara é feita por trilhas sobre as dunas (veículos credenciados pelo IBAMA).

Figura 24: Investimento em duplicação da CE-085



Fonte: Autora, 2017

Também é possível chegar a Jijoca de Jericoacoara através do aeroporto regional de Jericoacoara (localizado na cidade de Cruz), construído e inaugurado em 2017 com recursos do Prodetur Nacional, que se encontra a 20 km da sede do município de Jijoca.

Figura 25: Aeroporto Regional de Jericoacoara



Fonte: Jornal O povo (online), 2017.

O aeroporto possui voos entre semana e finais de semanas, desde São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Campinas. Os voos comerciais são operados pelas empresas Gol e Azul (quadro). Para o deslocamento entre o aeroporto de Cruz e a vila de Jericoacoara (50 minutos), existem duas opções. A primeira contratar um

traslado privativo, em veículo 4x4 realizado pela empresa litoral Tur Jeri. A segunda opção é pegar um táxi, que estão disponíveis no desembarque, que levam a sede do município (Jijoca) e, posteriormente é necessário pegar outro transporte (4x4) para chegar à vila.

Figura 26: Destinos e frequência dos voos ao aeroporto de Jeri

VOO	EMPRESA	HORÁRIO	DESTINO(S)	FREQUÊNCIA
G3-4831	gol	13:10	São Paulo (Guarulhos)	quartas, sábados e domingos
AD-2515	azul	14:00	Belo Horizonte (Confins)	domingos
AD-5405	azul	14:15	Recife	sábados
AD-5403	azul	15:25	Campinas	sábados
AD-2515	azul	15:25	Belo Horizonte (Confins)	terças e quintas

Fonte: Jornal Diário do Nordeste (2017)

Muitos são os atrativos naturais de Jeri. Entre eles, podemos citar o serrote de Jericoacoara e a pedra furada, símbolo do turismo em Jeri. A pedra furada é um monumento rochoso esculpido pela natureza, mede em torno de 10 metros de altura, com uma escavação no centro desenhando um arco perfeito. A pedra furada é o ponto turístico mais visitado na vila de Jeri, sendo sua marca registrada e divulgada no mundo inteiro como o símbolo do lugar (fig.28).

Figura 27: Pedra Furada, Cartão postal de Jericoacoara



Fonte. Autora, 2017.

Também podemos citar a Lagoa da Jijoca que encanta pelas suas águas azuis e límpidas, guardando toda a sua magia. Na zona de praia de Jeri, as dunas transformam uma caminhada numa verdadeira aventura. A mais famosa delas é a

duna do “pôr-do-sol”, tendo recebido este nome em virtude de ser para lá que os turistas e os moradores locais se dirigem, ao final da tarde, para apreciar o momento em o que o sol se põe no mar (fig.29).

Figura 28: Lagoa Azul (Jijoca) e Duna do "Pôr-do-Sol"



Fonte: autora, 2017.

Além das belezas naturais de Jeri, outro destaque importante de Jericoacoara é o esporte, escolas de *windsurf*, *kitesurf*, *capoeira*, *sandboard*, vem sendo um dos atrativos mais importantes da região.

5.2.1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E DEMOGRÁFICOS

Jericoacoara não é tão nova, a história de Jeri teve início em 1614 quando Jerônimo de Albuquerque, na época da luta contra a presença francesa no Maranhão, lançou os fundamentos de uma povoação denominada N.S. do Rosário, através da construção de um forte (FONTELES, 2000). O forte foi demolido logo após a derrota dos franceses, com a demolição do forte e a expulsão dos franceses houve um esvaziamento da Vila, ficando abandonada por mais de dois séculos. No final do século passada voltou a ser habitada por 5 famílias – Paulino, Osório, Francisco Mundaú, José Vicente e Diogo Martins – que fugiam da seca (ARAÚJO, 1987).

O distrito de Jericoacoara foi criado através da lei municipal nº94, de 29 de julho de 1923, tendo como sede a povoação do serrote, sendo elevada à categoria de Vila pelo decreto Federal nº 311, de 02 de março de 1938. Conheceu uma certa prosperidade, quando pertencente ao município de Acaraú. Chegou a desenvolver importante atividade pesqueira e a ser um pequeno entreposto comercial de escoamento marítimo da produção agrícola da região (LIMA; SILVA, 2004).

Até final dos anos 1970 a praia só era frequentada quando as canoas voltavam da pesca. Apenas depois de 1970, a comunidade começou a receber alguns visitantes, os “hippies” e surfistas, que buscavam maior contato com natureza, incluindo as populações nativas que os hospedavam em suas residências. A partir dos anos 1980, com a criação da área de proteção ambiental (APA) e a divulgação da vila de Jeri na imprensa nacional e internacional houve um aumento significativo no fluxo de visitantes e turistas o que contribuiu para a chegada dos primeiros empresários na comunidade.

Jericoacoara tornou-se APA pelo decreto federal nº 90379, de 29 de outubro de 1984, com base nos estudos realizados pelo Núcleo de Geografia Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, publicado em 1985 (NUGA, 1985). Esse decreto estabeleceu os limites geográficos, as medidas prioritárias para sua implantação e funcionamento. Foi designado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como a entidade responsável pela supervisão, fiscalização e administração da APA de Jericoacoara.

Jericoacoara passou a se constituir território do município de Cruz quando de sua criação (lei nº 11002, de 14/01/1985). A lei 50/90 a elevou a distrito do município de Cruz e a lei 60/90, de 4 de junho, transferiu a sede de Jericoacoara, que foi elevada a município pela Lei n 11796, de 06 de março de 1991, com denominação de Jijoca de Jericoacoara, constituindo-se em grande parte como APA.

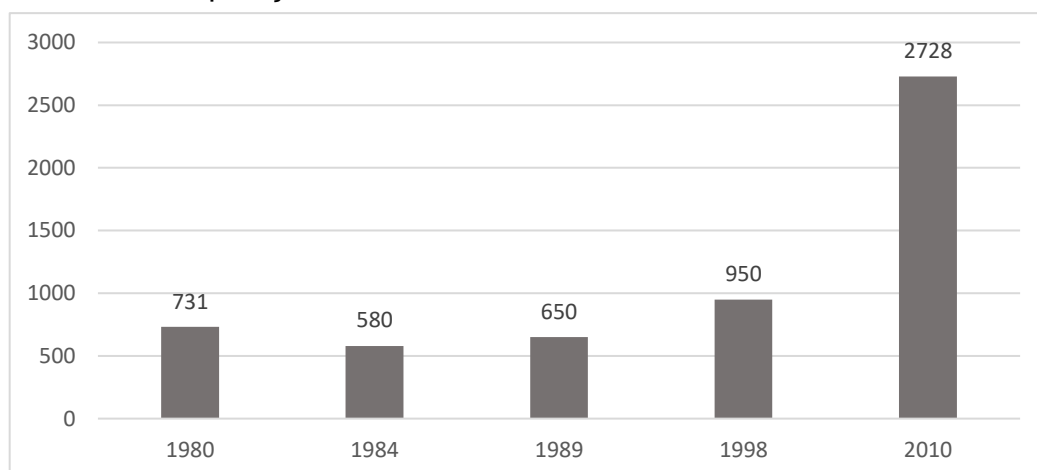
A APA manteve-se em situação legal até o dia 04 de fevereiro de 2002, quando um Decreto Presidencial criou o Parque Nacional de Jericoacoara, englobando quase totalmente a UC e incorporando uma faixa costeira de um quilômetro de largura, paralela à linha de praia. Em 15 de junho de 2007, os limites do Parque Nacional foram redefinidos, através da Lei Federal Nº 11.486, tendo em vista a desafetação de uma parte para a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Vila de Jericoacoara.

Em termos demográficos, até 1980 a vila de pescadores de Jericoacoara contava com 731 habitantes (ARAÚJO, 1987, p.28). Em 1984 a população reduziu a 580 habitantes, onde 48% de 0 a 15 anos (NUGA, 1985, p.101). Com a criação da APA de Jericoacoara em 1984, e aumento do fluxo turísticos, a população ficou-se na comunidade com a esperança de servir ao turista. Em 1989, a vila de

Jericoacoara contava com 650 moradores locais que se definiam como uma única família descendente de poucos patriarcas originais lá estabelecidos no início do século XX (GALVÃO, 1995, p. 33). Portanto, até os anos de 1989, mais de 90% da população residente em Jeri era nativo descendente de algum patriarca originário do século XX.

Em 1998, com a construção do imaginário turístico do Nordeste, Ceará e de Jericoacoara no cenário turístico nacional e internacional, ademais das políticas públicas em ampliação do aeroporto internacional (Fortaleza) e construção e pavimentação da CE-085, Jericoacoara tem sua população quase que duplicada. A população chega a 950 habitantes - baixa estação - e 1300 – na alta estação (FONTELES, 2000). No ano de 2010, a população residente de Jeri chega ao total de 2.728 entre homens e mulheres (nativos e não nativos). A população de Jeri quase que triplicou em apenas 12 anos (1998 a 2010).

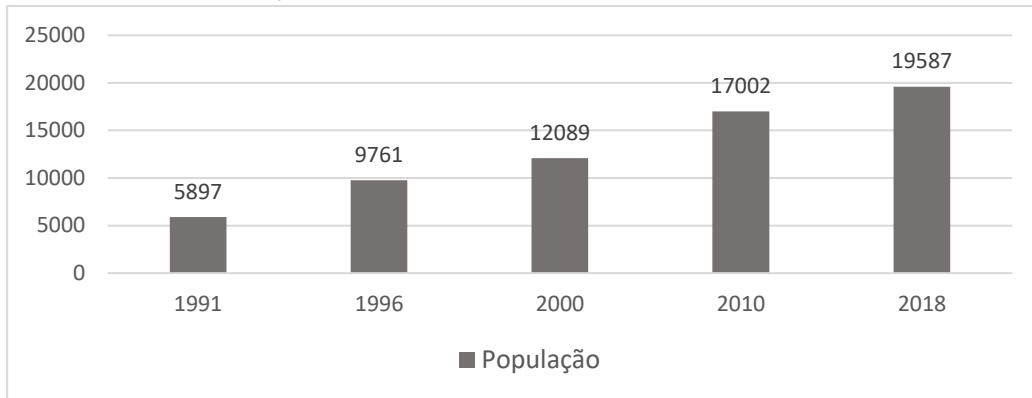
Gráfico 1: População residente da Vila de Jericoacoara de 1980 a 2010



Fonte: Araújo (1980); Nuga (1985); Fonteles (2000); IBGE (2010), elaboração própria.

Sendo Jericoacoara uma comunidade que tem no turismo sua fonte de renda básica, se pode afirmar que o crescimento populacional desta comunidade foi bastante elevado para um curto espaço de tempo. Em relação ao crescimento populacional de Jijoca de Jericoacoara (município) o crescimento vem sendo progressivo ao longo dos anos de 1991 a 2018, entretanto consiste em um crescimento mais equilibrado e constante do que observado na vila de Jericoacoara. Enquanto que a população de Jeri cresceu quase 200% em 12 anos, a cidade de Jijoca possui um crescimento médio de 15% ao longo da série histórica.

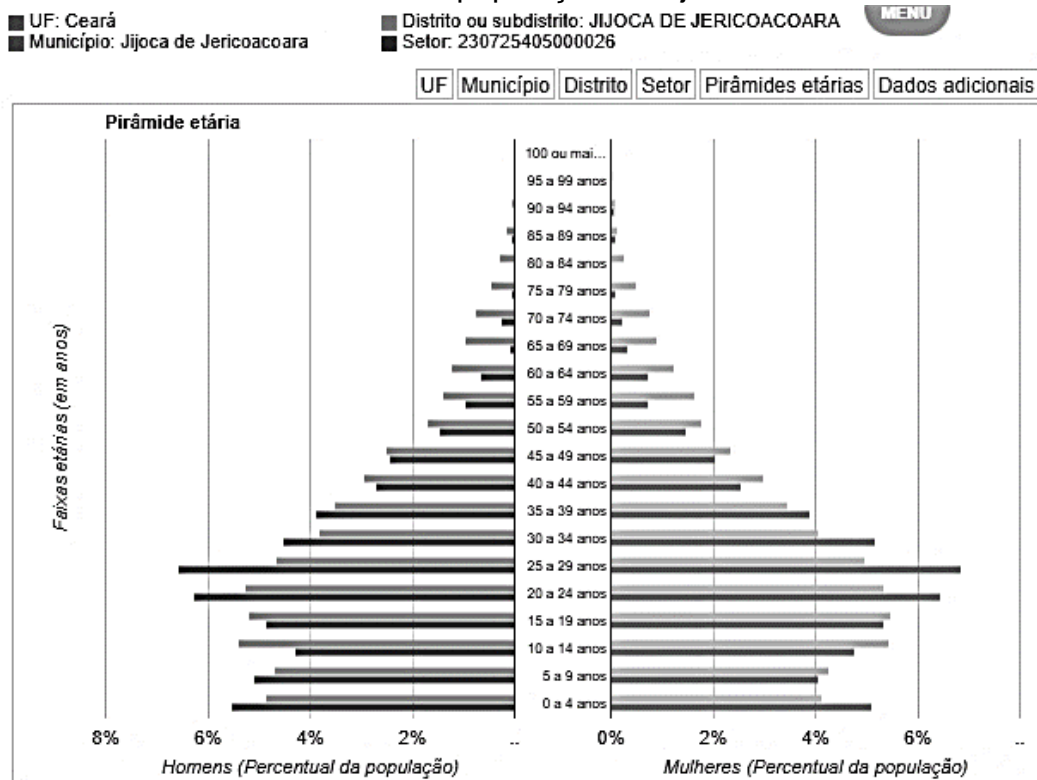
Gráfico 2: População residente no município de Jijoca entre 1980 a 2010



Fonte: Fonteles (2000); IBGE (2000, 2010, 2018). Elaboração própria.

Se observamos a pirâmide etária entre a população do município de Jijoca (cor laranja) e o setor correspondente a vila de Jericoacoara (cor verde), é possível ver que a grande maioria da população (homem ou mulher) do município possuem idade entre 10 anos e 29 anos. Em relação a vila de Jericoacoara, a maior parte da população está entre as faixas de 20 anos a 29 anos. Em termos gerais, a população mais ativa (trabalhadora) do município de Jijoca moram na vila de Jericoacoara. Em contraposição, a população menos ativa (acima de 60 anos) vivem fora de Jericoacoara.

Gráfico 3: Faixa Etária da população de Jijoca e Jericoacoara



Fonte: Sinopse por setores (IBGE, 2010)

5.2.1.2 ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIOCULTURAIS

Até o final dos anos 1970 a praia só era movimentada quando as canoas voltavam da pesca. A troca de peixe por mercadoria era uma prática que se verificava na comunidade, entre pescadores e mateiros³³ e entre os pescadores e os vendedores ambulantes. A população vivia basicamente da cultura de subsistência, protagonizada pela pesca artesanal e agricultura.

A pesca era feita por pescadores simples, artesanais, que buscavam o sustento para si e sua família. A autoajuda era constante entre os pescadores. Os que não conseguiam entrar no mar por motivos justificados nas práticas locais recebiam apoio dos seus companheiros. Esta experiência continua existindo, mas em menor escala com a entrada do turismo. A pesca na Vila de Jeri teve seu momento áureo entre as décadas de 1965 a 1973. Nesta época existiam cinco barcos e cerca de sessenta canoas.

No que se refere a agricultura existia pouca plantação de coco, feijão e batata-doce. Além da pesca e agricultura, existia também um comércio incipiente, bem como o artesanato que se fazia presente através da confecção de tarrafas e caçoeriras – redes de pesca – e peças de crochê, redes e varandas.

Os habitantes de Jericoacoara eram constituídos, na sua grande maioria, por pescadores artesanais, que confeccionavam os seus instrumentos de pesca (rede e tarrafas), além de agricultores de subsistência e artesãos que produziam peças de crochê, vendidas no comércio local. Enquanto colônia de pescadores, Jericoacoara possibilitava aos seus moradores uma relação ao nível da “solidariedade orgânica” e de interação mais direta com a natureza. As relações capitalistas ainda afetavam minimamente a vida social local. Os moradores nativos praticavam bastante o escambo - experiência vivenciada também com os agricultores das comunidades vizinhas, trocando peixe por outros alimentos.

Desta forma, a solidariedade entre os pescadores era visível, de várias maneiras: doação de peixes a quem não conseguia capturá-los ou mesmo quando não podia entrar no mar; distribuição de outros tipos de alimentos com famílias vizinhas; empréstimos de objetos utilitários em casa e no trabalho. Havia uma

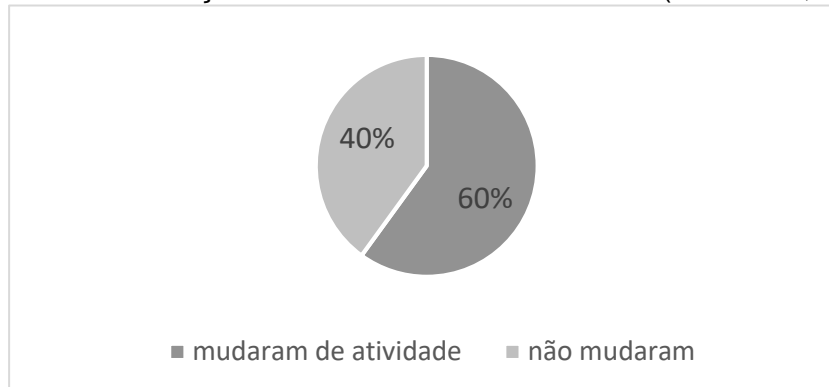
³³ Agricultores que moravam nas comunidades vizinhas e fazem comércio com os pescadores.

convivência sociocultural com pouca complexidade e de muita significação para todos, na medida em que reforçavam, ritualizando, aquela solidariedade. Estes fatores contribuíram para que a comunidade permanecesse com características de população tradicional até o final dos anos de 1970 (DIEGUES, 1996).

Em termo gerais, podemos afirmar que a pequena comunidade de pescadores de Jeri vivia praticamente isolada dos costumes exteriores, até entrar na rota do turismo mundial a partir da década de 80 quando o local é indicado em um jornal Norte-Americano como uma das dez mais belas praias do planeta. O turismo passa, então, a se constituir a atividade principal em Jeri, onde, anteriormente, cabia à pesca a principal fonte de economia.

Com a falta de apoio e a facilidade de ganhar dinheiro com o turismo, muitas pessoas (nativos) abandonaram a atividade da pesca, agricultura e até mesmo o artesanato para servir ao turismo (graf.4). Muitos eram pescadores, artesãos, domésticas, mas com o turismo, abandonaram as suas atividades e foram ser empregados nas pousadas, hotéis e restaurantes ou passaram a produzir produtos voltados à atividade turística (LIMA; SILVA, 2004).

Gráfico 4: Mudança de Atividade com o turismo³⁴ (ano base, 2000)



Fonte: Lima e Silva (2004)

Esta dedicação ocorreu através da instalação de estabelecimentos comerciais, como pousadas, hotéis, restaurantes, bares, lojas de artesanatos, entre outros. O que se pode constatar de concreto em Jeri é que os moradores nativos que desejam possuir um destes estabelecimentos ou inserir-se no sistema do

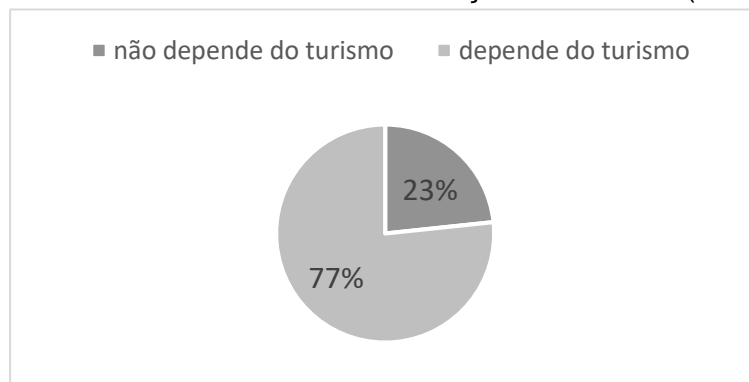
³⁴ Resultado de pesquisa realizada por Lima e Silva, com os nativos de Jericoacoara no ano de 2000 e publicado em 2004.

turismo para aumentar a sua renda familiar, acabaram vendendo a sua própria casa aos “forasteiros” e, na maioria das vezes, passando a serem empregados dentro de sua antiga residência.

Em relação ao artesanato apresenta expressivas alterações. Antes do turismo, restringia-se exclusivamente à confecção de tarrafas e rede de pescacapoeira. Atualmente, são produzidas peças artesanato voltadas ao turismo, como blusas, saídas de banho e pulseirinhas. Essa mudança na confecção do artesanato local mostra como o capital tem a capacidade de manipular uma atividade econômica até coloca-la nos seus padrões e normas. A mudança das atividades tradicionais ocorre para compatibilizarem a um tipo de consumidor – o turista – pois o artesanato não é mais feito para suprir as necessidades da comunidade local, mas para atender o consumo das pessoas que visitam a Vila.

Em termos econômicos os nativos de Jericoacoara segundo a pesquisa de Lima e Silva (2004) realizada ainda no ano de 2000, foi possível observar que a maioria dos nativos (77%) já dependiam indiretamente ou diretamente da atividade turística como fonte de renda básica.

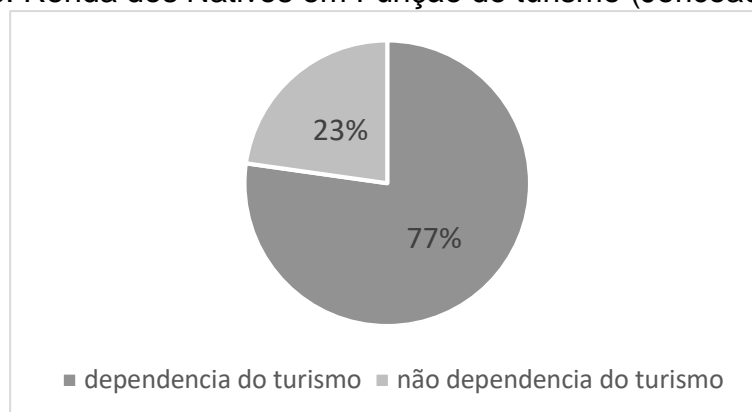
Gráfico 5: Renda dos Nativos em Função do turismo (ano 2000)



Fonte: Lima e Silva (2004)

Com a pesquisa direta realizada com a comunidade de Jeri em 2017 para a construção do IVScT, foi possível destacar a relação de dependência dos nativos com o turismo. Após 17 anos da pesquisa realizada por Lima e Silva (2004), encontramos em 2017 uma porcentagem similar ao de 2000, onde 79 dos nativos/domicílios (77%) se encontram dependentes do turismo e outros 25 nativos/domicílios (23%) sem dependência do turismo (graf.6).

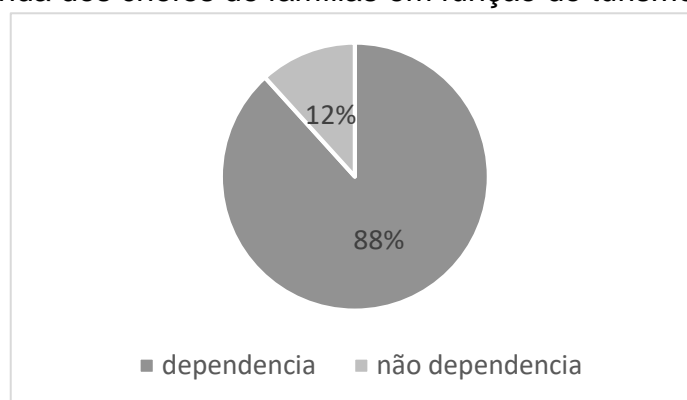
Gráfico 6: Renda dos Nativos em Função do turismo (Jericoacoara)



Fonte: Pesquisa direta – março de 2017

Em relação aos domicílios, em geral, um 88% (225 domicílios) das famílias nativas e não nativas vivem e sobrevivem do turismo (direto ou indiretamente). Apenas um 12% das famílias afirmam não dependerem economicamente do turismo para a sua sobrevivência e de sua família. Não situação de não-dependência (exceção) podemos destacar o caso de alguns aposentados, alguns poucos pescadores ou artesãos (segunda ou terceira geração > 40 anos) ou funcionários públicos.

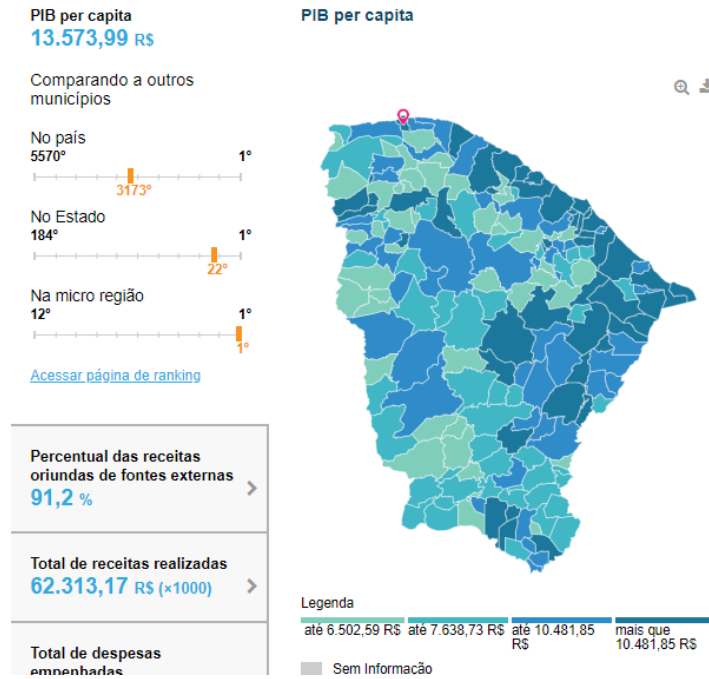
Gráfico 7: Renda dos chefes de famílias em função do turismo (Jericoacoara)



Fonte: Pesquisa direta – março/2017

Com o crescente avanço do turismo protagonizado pela pequena vila de Jericoacoara, é possível encontrar um PIB per capita (13.573,99 R\$/ano 2016), relativamente alto no município de Jijoca em comparação aos demais municípios do estado do Ceará (Graf.13). Na comparação com os outros municípios da microrregião, ocupa a primeira posição. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 22º de 184º. Em comparação com os municípios do país, ocupa posição 3.173º de 5.570º.

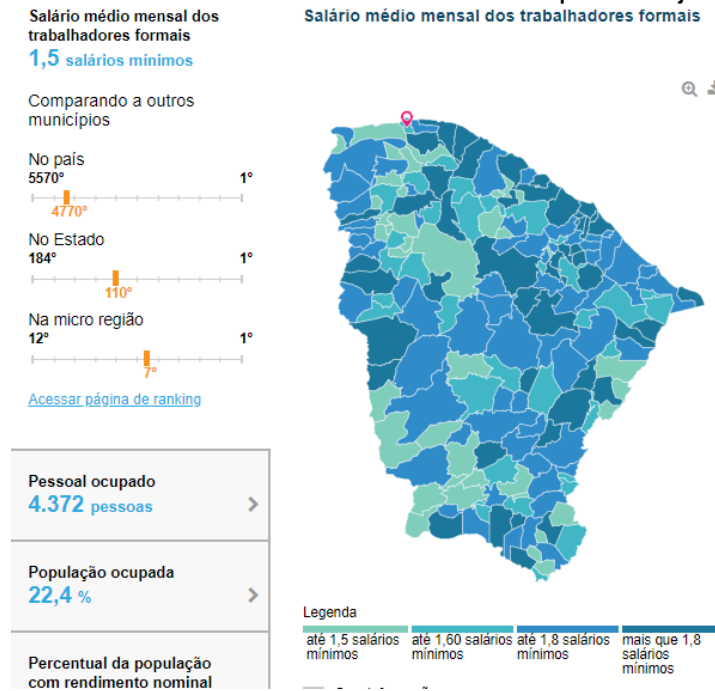
Gráfico 8: PIB per capita de Jijoca e municípios do estado do Ceará (ano 2016)



Fonte: IBGE, cidades (2016)

A pesar do município de Jijoca possuir níveis altos de PIB per capita em comparação outros municípios do estado do Ceará, possui uma média salarial por debaixo das expectativas. Além disso, o município possui apenas um 22,4% da sua população ocupada (trabalhadores formais).

Gráfico 9: Salário médio dos trabalhadores do município de Jijoca Ceará (2017)



Fonte: IBGE, cidade (2017)

Em 2017, o salário médio mensal era de 1.5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22.4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 110 de 184 e 9 de 184, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 4770 de 5570 e 1068 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 48.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 160 de 184 dentre as cidades do estado e na posição 1657 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

A vila de Jeri não sofreu mudanças apenas em termos econômicos, mas também sofreu mudanças em termos culturais. Os costumes e tradições sofreram uma série de transformações. Um bom exemplo são os filhos de pescadores, que seguiam a tradição dos pais, aprendendo desde cedo a arte da pesca em alto-mar, e que hoje preferem seguir as atividades ligadas direto ou indiretamente com o turismo, como garçons, motoristas e guias turísticos.

Os nativos mudaram seus hábitos e tentam imitar os estrangeiros, como dormir mais tarde, frequentar o forró, ir à praia com roupa de banho, sair à noite, aprenderam gírias e a vestir-se como os turistas além de usar drogas. Até no cardápio onde antes a especialidade era o peixe, hoje são o frango e a carne, utilizando-se de condimentos sofisticados e industrializados.

Tudo isso tem influenciado nos vários aspectos socioeconômicos, arquitetônicos e culturais dos nativos e moradores locais. A grosso modo o turismo provocou mudanças na estrutura socioespacial e cultural de Jeri. A cultura dos nativos se confrontou com a estrangeira e aqueles passaram a assimilar e até imitar os imigrantes. Os nativos passaram a ver no turismo uma possibilidade de aumentarem o seu potencial econômico ou pelos menos obter um aumento na renda familiar. Todo esse quadro reflete a influência que teve a atividade turística nesta pequena Vila de pescadores.

5.2.1.3 ASPECTOS POLÍTICOS

Em relação ao ponto de vista institucional, embora Jijoca de Jericoacoara (Vila de Jericoacoara) tenha mais de meio século como Distrito, não tem tido representatividade política. Apenas a partir de 1985, quando passou a pertencer ao município de Cruz, Jericoacoara passou a ser representada na Câmara Municipal. Na continuidade, com a emancipação de Jijoca de Jericoacoara do Município de Cruz em 1990, ampliou-se sua participação no legislativo.

O prefeito eleito para a primeira administração foi um espanhol naturalizado brasileiro, Sergio Herrero Gimenez, proprietário de pousadas, domiciliado em Jericoacoara desde a segunda metade de 1980. Em 1996, ele cedeu a cadeira a outro candidato, quando foi secretário do turismo na administração de Cruz e também exerceu cargo como secretário do Meio Ambiente em 1998. Posteriormente se candidatou e foi eleito como prefeito em 2000 e se reelegeu novamente nas eleições de 2004. Atualmente o prefeito de Jijoca é o Lindbergh Martins eleito nas eleições de 2016.

Em relação aos aspectos políticos de Jeri, não se pode reduzir aos órgãos municipais ou estaduais, a comunidade conta com o conselho comunitário e inúmeras associações privadas que contribuem para a organização e decisões no território. Com a chegada do turismo e após a criação da APA em 1984, a comunidade fundou o Conselho Comunitário de Jericoacoara - criado em 23.12.1984 com a finalidade de representar a comunidade. O conselho tem papel importante na organização da comunidade e no próprio destino turístico por estar preocupada com a melhoria da qualidade de vida dos moradores e visitantes.

O conselho foi criado com o objetivo de defender, em termos gerais, a área de proteção ambiental. Exigindo punição para todos os infratores dessas leis. A entidade continua existindo na comunidade, embora enfrente uma série de obstáculos, mas segue fiel ao princípio da defesa do parque nacional remediando o conflito entre em empresário do turismo, gestores municipais, turistas e moradores locais. Atualmente, além do Conselho, existem outras entidades (mais de 20 associações), com o trabalho de tese foi possível identificar as inúmeras

associações que existem em Jeri, entretanto destacaremos as principais (FONTELES, 2015):

Agência de Desenvolvimento do Turismo do Distrito de Jericoacoara - instância de gestão institucional da iniciativa privada para o turismo. Fundada em 09.08.2008 reúne 37 representantes de todas as atividades econômicas da Vila de Jericoacoara. Busca a qualidade para o produto turístico e a organização da gestão institucional, promovendo o desenvolvimento integrado, com gestão estratégica e compartilhada, focada nos mercados emissores do turismo nacional e internacional, através de iniciativas e intervenções múltiplas de interesses comuns a seus integrantes e à comunidade em que está inserida.

Cooperativa de Bugueiros de Jericoacoara – originária da Associação de Bugueiros, passou a funcionar como cooperativa a partir de 09.10.2007, composta por 32 cooperados. Tem como finalidade fazer passeios turísticos, destacando-se nos serviços prestados pelo seu nível de organização e envolvimento com as questões socioambientais e gestão do destino.

Jericoacoara Associação de Buggie – JAB – fundada em 01.08.1995 é composta por 33 associados. Tem por finalidade oferecer oportunidades de trabalho e lazer no Município, fazendo de Jericoacoara um dos destinos turísticos mais procurados do país, ocupando um espaço privilegiado, em termos nacionais e internacionais.

Associação dos Condutores de Turismo - criada em 27.05.2006 é composta por 22 sócios. Tem por finalidade lutar por melhores condições de vida e trabalhar no exercício dos legítimos direitos de cidadania, tendo em vista o desenvolvimento integral.

Associação das Crocheteiras Mundo Jeri – iniciou suas atividades em 26.06.2008. É composta por 30 associadas, tendo por objetivo a sustentabilidade sociocultural. Vem discutindo a sua formação e organização, produzindo e comercializando em âmbito local, regional, nacional e internacional. Assessorada pelo SEBRAE, foi contemplada pelo prêmio do Ministério do Turismo, por ocasião do Salão do Turismo/09, com o projeto Mundo Jeri.

Associação dos Motoristas de Caminhonetes de Jijoca de Jericoacoara - criada em 17.03.2003, tem por objetivo fazer o transporte de pessoas e

mercadorias de Jijoca à Jericoacoara/Jijoca, bem como valorizar a organização da categoria deixando-a mais preparada para o turismo. Conta com 58 sócios.

Associação das Pousadas – AP Jeri – criada em 15.02.2006, conta com 40 sócios. Tem por finalidade promover o bem-estar social e o fortalecimento da classe hoteleira e meios de hospedagem em todo o Estado do Ceará, defendendo os legítimos interesses dos associados e colaborando com os poderes públicos, como órgão técnico e consultivo no Estado, no sentido de solucionar os problemas da classe, fomentar o desenvolvimento do turismo em todas as suas manifestações, em articulação com as demais atividades relacionadas a ele.

5.2.1.4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE JERI

Desde a implantação do plano de gestão integrada da APA de Jericoacoara elaborado pela SEMACE (secretaria de meio ambiente do Ceará) em 1993, as instruções foram elaboradas sem que nenhuma tenha obtido resultados satisfatórios. Isso é identificado, entre outros aspectos, quando se observa que moradores circunvizinhos e de melhor poder aquisitivo, sentindo o potencial da localidade, passaram a reivindicar áreas consideradas estratégicas, apoderando-se de forma ilegal.

Um dos problemas que podemos destacar quanto a produção do espaço de Jericoacoara está relacionado a ação de especuladores, agravados pelos conflitos sociais gerados principalmente pela ocupação desordenada do solo, pela comercialização irregular de terras e, sobretudo, pela forte presença dos interesses conflitantes no que diz respeito ao destino das terras.

A partir da valorização do território de Jeri pelo turismo, a vila passou a ter crescimento acelerado o número de edificações, principalmente pousadas que apoiam e dinamizam o fluxo de visitantes. A ocupação do solo urbano pelos estabelecimentos comerciais e residenciais se deu, inicialmente, através da expansão e adensamento das três ruas mais importantes da Vila (Rua do Forró, Principal e São Francisco) e do acercamento de lotes que limitaram a poucos becos a interligação entre elas. Esta área é a que podemos dizer que estão concentrados os equipamentos mais turísticos (agencias, hotéis, restaurantes, praças, etc.).

Além das ruas citadas, se configura uma ocupação irregular que deu início, sobretudo ao princípio dos anos 2000 em direção a parte mais sudoeste da Vila, conhecida como a “Nova Jeri”. Como o lado sudeste à vila encontra-se limitada pelo serrote que já se coloca fora do Sistema de Terra VIII e limita-se a Noroeste pelo mar, resta a zona sudoeste, ao longo do eixo de penetração da Vila, como alternativa para a sua expansão.

Essa área se assenta principalmente a população oriunda do crescimento vegetativo e nativos que comercializaram suas casas na parte antiga de Jeri, prática proveniente da valorização e especulação imobiliária somada a indisponibilidade de novas posses em terrenos da União. Além do problema de expansão sem planejamento e a ocupação irregular (fora do ST VIII), a nova Jeri está assentada em uma área de risco, o que podemos traduzir em um problema socioambiental. As casas estão correndo o risco de serem soterradas, pelo fato do deslocamento do complexo de dunas que se encontra muito próximo a casas (fig.29).

Figura 29: Risco de soterramento (Nova Jeri)



Fonte: autora, 2017.

Com a constituição da Área de proteção ambiental em 1984 e mais tarde da criação do Parque nacional de Jericoacoara, esta prática de expansão do uso e ocupação do solo em área de dunas foi reduzida. Entretanto pela precariedade da fiscalização, sobretudo no passado, em menos de 10 anos a ocupação do território foi duplicada. Mais de 50% do território situa-se em área de risco ambiental (fig.30).

Figura 30: Ocupação do território de Jeri em 2004 e 2017



Google Earth. Imagem 2004 e 2017.

Outro desrespeito à instrução Normativa Nº 04 diz respeito ao artigo 7.15 onde fica proibido o uso de motos, “buggie” e qualquer outro tipo de veículos automotores, em todos os sistemas de terra, tendo em vido verificado que hoje ocorre exatamente o contrário, pois os veículos automotores são os mais utilizados

para o deslocamento nas dunas. Os passeios de “Buggie” sobre as dunas são proibidos, e por isso é cada maior a fiscalização das dunas.

Figura 31: Fiscalização realizada pelo IBAMA em dias aleatórios



Fonte: autora, 2017.

Também é verdade que quanto ao transporte a prefeitura juntamente com a comunidade e Ibama tentam criar soluções para a redução de entrada de veículos não cadastrados dentro da vila de Jeri. Foi construído um estacionamento, em uma das entradas da Vila, com capacidade para 2.000 (dois mil) veículos, com estrutura administrativa e apoio ao turista, funcionando 24 horas, sendo fechados todos os outros acessos (FONTELES, 2015/fig.32). Nenhum veículo com placa de outro Município tem acesso à Vila de Jericoacoara, exceto quando precisa prestar um serviço emergencial, de utilidade pública, na implantação do projeto. Posteriormente foram feitos ajustes, resultando na criação de uma Lei Municipal, contemplando interesses dos diversos atores sociais.

Alguns visitantes e moradores se surpreendiam negativamente com o projeto, a maioria aplaudia. Alguns questionavam a legalidade, outros ainda resistiam em ter que deixar o seu carro no estacionamento e tomar outra condução. A possibilidade de comparação entre as duas realidades, antes e depois do estacionamento na Vila, fez com que muitas pessoas que em princípio não concordaram ou desconfiaram da ação, tenham tomado consciência da importância

da sua implantação em caráter definitivo, funcionando 4 horas por dia, a partir de 30 de dezembro de 2010, através da Lei Municipal nº 289.

Figura 32: Estacionamento comunitário da Vila de Jeri



Fonte: autora, 2017.

A pesar de Jericoacoara está inserido em um parque nacional e constituir-se como um dos destinos mais visitados do Nordeste e Ceará, não possui nenhum estudo sobre a capacidade de carga e por isso, podemos destacar outra grande agressão sofrida por Jeri que ocorre, sobretudo em períodos de alta estação, nos momentos de férias. A vila recebe uma quantidade de turistas e visitantes bastante superior ao que podem suportar as instalações, fazendo com que aumente cada vez mais a quantidade de lixo espalhado pelas ruas e dunas, e ademais problemas de distribuição de água e eletricidade.

As leis, decretos e instruções normativas deixam bastante claras as determinações para a preservação ambiental em todo o parque nacional de Jeri, mas o que tem constatado é um desrespeito a tais instrumentos legais a preservação da mesma, a pesar que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (*ICMBio*) esteja em processo contínuo de controle sobre o parque.

5.2.1.5 Nicho Urbano de Jeri e Estruturação do Destino Jericoacoara

A Vila de Jericoacoara vai se consolidando enquanto destino turístico. Segundo a SEC-TUR, há em Jeri, 109 meios de hospedagem, entre estrangeiros, brasileiros e nativos. Os meios de hospedagem, exceto camping, contam com

1.313 unidades de hospedagem (UHs) e 3.814 leitos³⁵. Jeri conta com uma oferta de 99 restaurantes segundo a SEC-TUR (2012), entretanto não existe informação sobre a demanda e quantidade exata de funcionários. Não se conhece o número de empregos formais gerados pelo turismo.

A vila recebe um fluxo de aproximadamente 600.000 (seiscentos mil) visitantes por ano³⁶, procedentes de várias nacionalidades, sobretudo Itália, França, Portugal, Argentina e Alemanha, entretanto o fluxo turístico é majoritariamente nacional. O fluxo turístico nacional se origina na maioria do estado do Ceará (20%), seguido por São Paulo (20%), Piauí (12%), Rio de Janeiro (11%) e Pará (7%), segundo SETUR (2010).

Em relação a sazonalidade do turismo em Jeri, é possível observar segundo quadro 23, que a estação baixa compreende-se entre os meses fevereiro a junho (1 a 35% ocupação); a estação turística média seria nos meses de julho, setembro, outubro e novembro (35% a 65%) e a alta estação seriam os meses de dezembro a agosto (65% a 100%).

Quadro 23: Sazonalidade do turismo de Jijoca de Jericoacoara

ESTAÇÃO TURÍSTICA	OCUPAÇÃO (%)	MESES DO ANO
BAIXA	1 a 35%	Fevereiro – Março – Abril – Maio - Junho
MÉDIA	35 a 65%	Julho (primeira quinzena) - Setembro – Outubro - Novembro
ALTA	65 a 100%	Janeiro - Julho (segunda quinzena) – Agosto - Dezembro

Fonte: SETUR de Jijoca de Jericoacoara. Org. (NASCIMENTO, 2012).

Em relação ao nicho urbano de Jericoacoara, é possível afirmar que a maior parte da infraestrutura básica existente na Jeri é para atendimento da demanda turística. A mudança em Jeri se dar muito mais em termos da iniciativa privada (com

³⁵ INVTUR de Jijoca de Jericoacoara, agosto de 2012, disponível no site do MTur

³⁶ Relatório de Pesquisa: Demanda turística polo Jericoacoara. Secretaria do Turismo do Estado do Ceará – SETUR, 2010.

a instalação de hotéis, pousadas, restaurantes, bares, lojas e comércios variados). Em termos de ação pública, podemos encontrar algumas poucas melhorias na infraestrutura, como a construção de uma praça principal, a instalação de luz, saneamento básico e água encanada. Entretanto essa urbanização acontece e se concentra preferencialmente na área mais turística da vila. Enquanto que a infraestrutura da comunidade para o atendimento das necessidades básicas da população é bastante precária, a pesar de a ver melhorando significativamente na última década.

São poucas as áreas de lazer para a comunidade local. A grande maioria da população passa sem tempo livre nos ambientes naturais da vila, assim na praia e nas lagoas. Uma boa parte da população reclama sobre a falta de infraestrutura destinada para o lazer, sobretudo para as crianças e adolescentes.

Em termos de transporte, a comunidade conta em torno de 190 carros (4x4) cadastradas para o acesso a sede do município e para passeios turísticos. As jardineiras é a forma de transporte local, entre a vila de Jericoacoara e a sede do município (fig.33). Ademais dos 60 “buggies” cadastrados e utilizados para passeios turísticos. Em relação ao transporte coletivo, a população de Jeri, contava no ano de 2000, com apenas duas viagens ao dia entre Jericoacoara e Fortaleza. Atualmente a empresa Fretcar disponibiliza 10 viagens ao dia desde Jericoacoara à Fortaleza (6:15 as 22:50).

Figura 33: Meio de transporte local em Jericoacoara (Jardineiras e Buggies)



Fonte: autora, 2017.

Em relação a infraestrutura e os serviços destinados à educação na Vila de Jericoacoara, é possível destaca-lo como um dos maiores problemas encontrado. A única escola que encontramos em Jericoacoara é a escola municipal de ensino

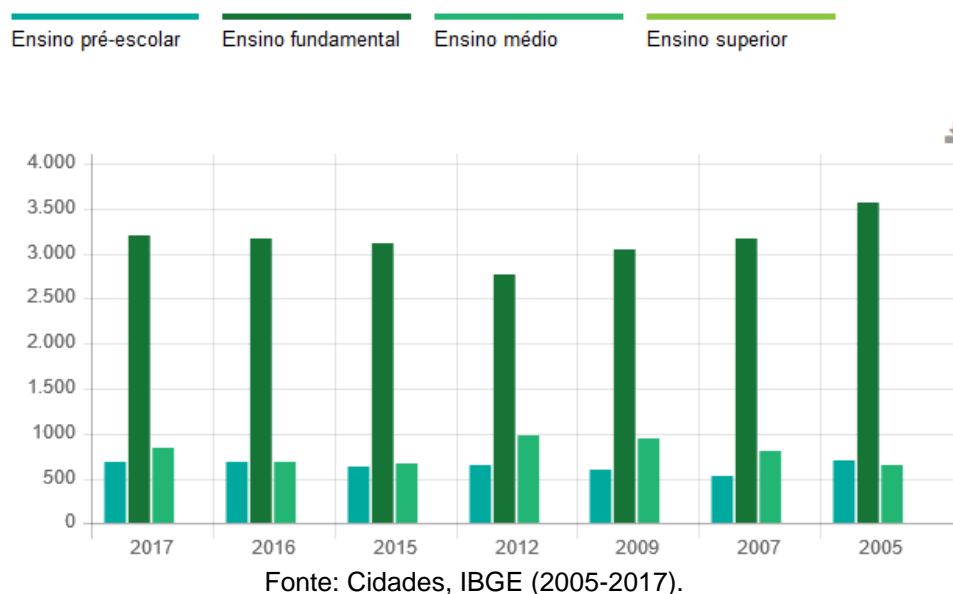
fundamental NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO. Tem uma estrutura modesta e básica com Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, quadra de esportes descoberta, cozinha, sala de leitura, banheiro com chuveiro, pátio coberto e pátio descoberto. Dos recursos, podemos destacar: projetor multimídia - datashow, 9 salas existentes, 2 equipamentos de TV, 2 aparelhos de DVD, 2 copiadoras, 2 impressoras, 3 aparelhos de som, 11 computadores na escola, 3 para uso administrativo, 8 para uso dos alunos, 31 funcionários. A escola possui 420 alunos do ensino fundamental I e II do 1º ao 9º ano totalizando 18 turmas distribuídas nas 9 salas de aulas.

Infelizmente o problema está, sobretudo, ao finalizar o ensino fundamental. Não existe na vila de Jericoacoara nenhuma escola ou serviço de ensino médio para os adolescentes da comunidade. A escola de ensino médio (José Teixeira de Albuquerque) mais próxima se encontra na sede do município de Jijoca, a 18 km da Vila. Os 216 adolescentes (15 a 18 anos) segundo dados do IBGE (2010) que vivem na Vila de Jericoacoara precisariam cruzar um deserto de dunas movediças em uma travessia de aproximadamente 1 hora para chegar a escola de ensino médio para finalizar os estudos básicos.

Entretanto, podemos destacar que o problema quanto aos estudos do ensino médio (matricula), não é um problema apenas da Vila de Jericoacoara, mas é um reflexo geral do município de Jijoca de Jericoacoara. O município de Jijoca conta com 17 escolas de ensino fundamental espalhadas nas diferentes comunidades e distritos do município. Em contrapartida, o município conta com apenas uma escola de ensino médio que se encontra na sede do município de Jijoca (centro).

Conforme gráfico sobre as matrículas realizadas entre os anos de 2005 a 2017 em todo o município de Jijoca, podemos observar como é relativamente baixo a matrícula dos jovens e adolescentes no Ensino Médio em comparação com as matrículas realizadas no ensino fundamental. Apenas uma terça ou quarta parte das crianças e adolescentes matriculadas no ensino fundamental, parecem seguir os estudos no Ensino médio nos anos posteriores. Esse resultando é o reflexo do número reduzido de escolas de ensino médio (apenas 1) no município de Jijoca de Jericoacoara e da sua localização que dificulta em termos gerais a continuação dos estudos dos jovens e adolescentes que vivem em outras áreas de Jijoca, como os moradores da vila de Jericoacoara.

Gráfico 10: Matrículas realizadas entre 2005 e 2017 no município de Jijoca de Jericoacoara



Outro fato, que podemos destacar e adicionar ao problema da continuação dos estudos dos adolescentes e jovens da Vila de Jericoacoara está associada a facilidade de ganhar dinheiro formal e principalmente informalmente na Vila de Jeri. Ou seja, é muito mais tentador para a grande maioria dos adolescente e jovens permanecer na Vila e dedicar-se a trabalhos formais ou informais para aumentar a renda básica da sua família. Essa é a realidade da maioria dos jovens de Jericoacoara que apostam por uma meta de vida a curto prazo e imediatista para sobreviver as adversidades.

Em relação a saúde, existe um posto de saúde administrado pelo município, localizado na Nova Jeri. Existem serviços de clínico geral e de outras especialidades disponibilizadas pelo posto. Em 2016, o governador Camilo Santana inaugurou a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) de Jericoacoara. A UPA 24h de Jericoacoara, além de assegurar atendimento em urgência e emergência aos habitantes da vila, do município de Jijoca de Jericoacoara e também dos turistas (Governo do Estado/CE, 2016).

Figura 34: UPA 24H da Vila de Jericoacoara



Fonte: autora, 2017.

A energia utilizada na comunidade era, até o início de 1998 originária de geradores. Existiam 40 gerados de energia. As instalações eram clandestinas e os proprietários dos geradores comercializavam a energia com os vizinhos cobrando taxas com valores de 10 a 150, dependendo da localização e do tipo de imóvel (comercial ou residencial). A partir de 1999 os moradores da vila contam com a energia da companhia elétrica do Ceará (COELCE). No entanto, as ruas continuam sem iluminação para não descaracterizar a vila.

Figura 35: Sistema de eletricidade de Jeri



Fonte: autora, 2017.

As ligações são subterrâneas, cuja a experiência é pioneira no Estado. Os cabos passam por baixo da terra, entretanto é necessário destacar que em períodos de chuvas, os cabos ficam totalmente expostos, ademais existem muitas tapas quebradas ao longo da Vila. Essas situações comprometem a segurança dos moradores, visitantes e turistas.

A vila não possui lixeiras públicas para o armazenamento do lixo residencial e comercial, sendo colocados nas portas e calçadas das casas e coletas pelos funcionários de limpeza diariamente. A coleta seletiva, assumida pela Prefeitura, é feita regularmente - de segunda a sábado. O caminhão de lixo passa todos os dias, no horário da manhã pelas diferentes ruas da vila coletando o lixo diretamente nas calçadas das casas e pontos comerciais e estabelecimento hoteleiros.

Figura 36: Caminhão de coleta de lixo em Jeri



Fonte: Autora, 2017

Entretanto a vila de Jericoacoara e tampouco o município de Jijoca possuem um plano de gestão dos resíduos sólidos. Jijoca de Jericoacoara despeja os entulhos em dois terrenos próximos à Comunidade do Baixio (entre Jijoca e Cruz). O prefeito de Jijoca, Lindbergh Martins, diz que o Município aguarda pacto com o Governo do Estado para elaborar o plano. “Jericoacoara tem vários problemas e esse é um deles. Todos nós sabemos”, reconheceu (OPOVO, 2017). Por dia, segundo a assessoria de gabinete da Prefeitura de Jijoca, só a Vila de Jericoacoara produz cerca de 30 toneladas de resíduos sólidos (15 toneladas de úmidos e outras 15 de recicláveis).

Existe um projeto de mutirão com voluntários que querem ajudar a limpar e proteger o parque nacional. São 4 mutirões por ano para a limpeza do parque com uma média de 88 voluntários. Concomitantemente aos mutirões, há uma usina de

triagem de resíduos na Vila de Jericoacoara trabalhando com materiais recicláveis. O local, regido pela Cooperativa de Catadores, tem um projeto de coleta seletiva junto a 71 pousadas de Jericoacoara (ICMBIO, 2018).

Em relação a questão de segurança não existe delegacia de polícia, nem posto policial, mas existe um projeto para a construção de uma delegacia em Jericoacoara. As questões mais críticas que necessitam da intervenção da polícia são resolvidas em Jijoca, sede do município. Atualmente Jericoacoara conta apenas com o batalhão de policiamento turístico (BPTUR). Este batalhão tem a finalidade de realizar policiamento ostensivo em sua área de atuação, bem como, prestar serviço especializado de policiamento turístico, garantindo uma maior segurança para os turistas e toda a comunidade, com vistas a reduzir os índices de criminalidade, assegurando o desenvolvimento pleno do turismo.

A vila de **Jericoacoara**, no litoral oeste do Ceará, é famosa internacionalmente por suas belezas naturais e praias paradisíacas. Porém, o seu crescimento desordenado e vertiginoso em relação ao número de visitantes e moradores têm sobrecarregado a rede de esgoto e abastecimento de água da região. O problema é potencializado pela quantidade de imóveis que não possuem rede de esgoto à disposição, escoando os dejetos dos banheiros a céu aberto ou através de fossas negras, ou seja, não usam a rede de esgoto existente na vila. Isso pode impactar na contaminação do lençol freático, além de acarretar outros perigos.

Um grande problema também foi destacado pelo presidente da ONG Lagoa Viva, Francisco Teixeira Brandão, o Das Chagas, que considera que a estação de tratamento de Jeri “a maior bronca ambiental”. Conforme o presidente da ONG a estação consiste em três poços localizados num terreno alto, bem próximo à Jijoca e alerta que “quando é inverno, ele (o esgoto) tá transbordando e essa água volta pra lagoa (Azul e do Paraíso, Área de Proteção Ambiental de Jeri) onde vocês tomam banho” (OPOVO, 2018).

Outro problema evidenciado na região, é o número de poços não-regularizados em Jericoacoara. Segundo a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, atualmente, cerca de 200 poços não são outorgados, ou seja, 90% do total de poços de Jeri não são regularizados.

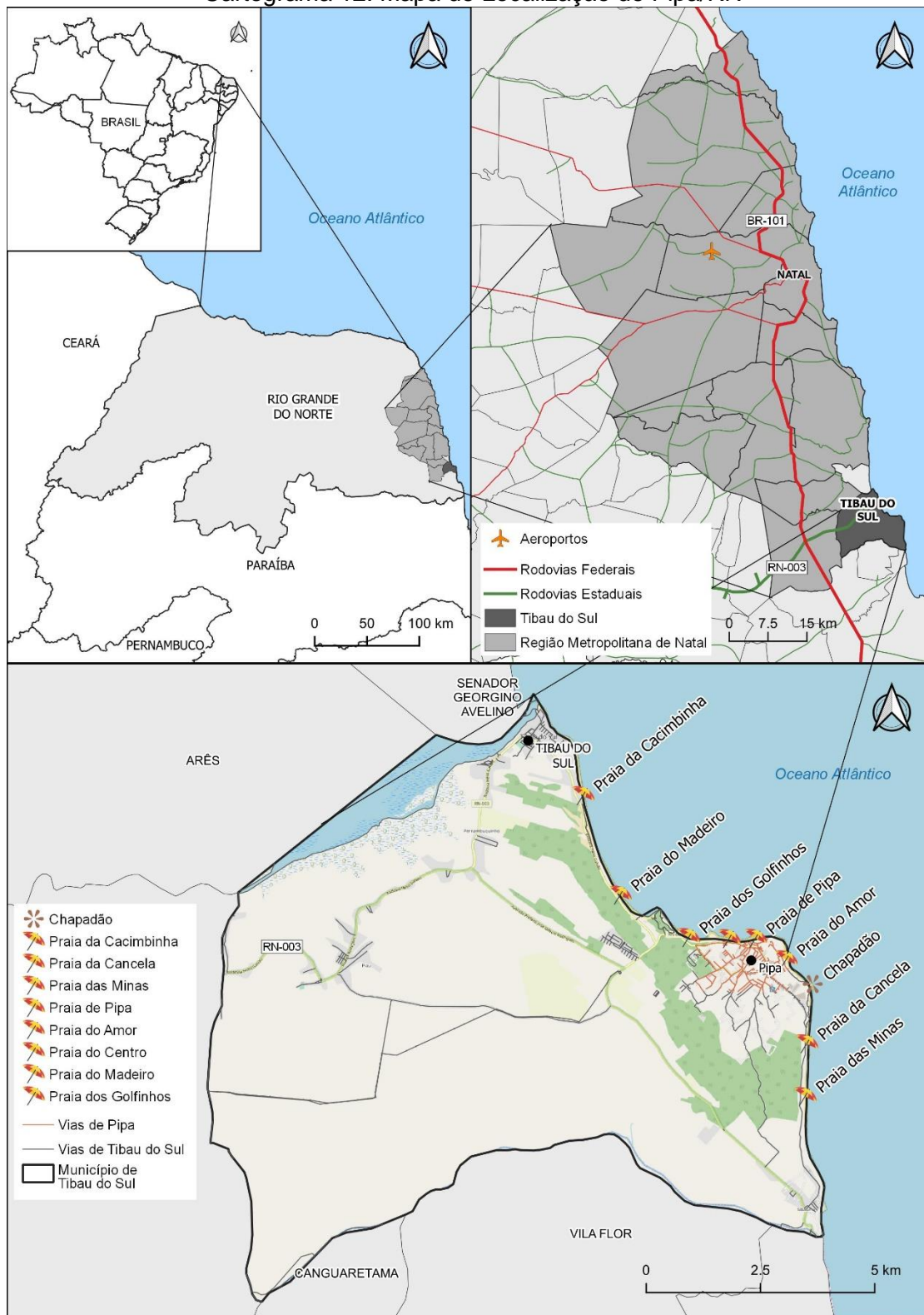
5.2.2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE PIPA/RGN

No litoral sul do estado do Rio Grande do Norte (RN) encontramos a praia da Pipa, entre as coordenadas geográficas 06° 50' 14" de latitude sul e 37° 15' 09" de longitude oeste. Pipa se situa a 81 km de Natal, a capital do estado, e está a 10km da sede municipal (Tibau do Sul). A Região Turística de Pipa é uma área que compreende os municípios de Tibau do Sul e a praia de Barra do Cunhaú, ao norte de Canguaretama. No entanto, por questão de delimitação da área de trabalho, quando utilizado no decorrer deste trabalho, estará se referindo apenas à Vila de Pipa. A comunidade de Pipa possui um total de 3396 habitantes e 722 domicílios particulares permanentes ocupados.

Em termos gerais, Pipa é uma pequena comunidade turística isolada dos grandes centros urbanos. Sua população, em sua maioria, vive direto ou indiretamente do turismo. A comunidade possui um grande serviço gastronômico, hoteleiro e habitacional, com pousadas de médio e alto nível. Ademais, a comunidade de Pipa é conhecida pelos inúmeros projetos de segundas residências, de origem nacional e internacional. Apesar de ser uma comunidade pequena e isolada, é sem dúvida o motor econômico de Tibau do Sul e da sua região, ademais de ser um dos DIT's mais competitivos da região Nordeste e do Brasil.

A praia da Pipa é conhecida nacionalmente e internacionalmente por suas belezas naturais e por suas noites badaladas. O que mais chama atenção dos surfistas e turistas que visitam a praia da Pipa, é com certeza, a atípica característica desse paraíso tropical, que possui uma combinação entre dunas imponentes sobrepostas no horizonte em cima dos tabuleiros que acabam em falésias geomorfologicamente vivas pela ação do mar e ventos; não se conhece outro lugar do mundo em que a costa de dunas e falésias sedimentares se recombinem de forma tão espetacular com um verde denso que chega a tomar a parte frontal falesiana.

Cartograma 12: Mapa de Localização de Pipa/RN



Elaboração e organização (SILVA, M.N.F; SILVA, R.B.)

O clima é bastante agradável ao longo do ano, com raros desconfortos térmicos, podendo ser caracterizado como sub-úmido, sem grandes amplitudes

térmicas. A temperatura média é de 25,6°C, e a região é influenciada pela massa de ar tropical atlântica. Segundo Araújo (2002, p.39), “as mais altas médias pluviométricas ocorrem nos meses de abril a junho, apresentando índices pluviométricos em torno de 1.400mm anuais, sendo cerca de 233 dias de sol durante do ano” e cerca de 2.700 horas de ensolação. Está clara definição do período chuvoso e de verão favorece a invasão do local por turistas ávidos por desfrutas de dias ensolarados nos trópicos.

Além disso, a concentração de chuvas, evidencia também o período de baixa-estação, influência da sazonalidade turística. A vegetação é formada, segundo Araújo (2002, p.39), por “espécies que formam a floresta subperenifólia, representados pela Mata Costeira/Mata Atlântica, Mata ciliar e Tabuleiro Litorâneo”. A região conta ainda com uma Área de Proteção Ambiental (APA – Umari). O relevo local não é caracterizado por grandes altitudes e sim por variações médias, não superiores aos 100 m de altitude, com pequenas ondulações que se estendem formando as Planícies Costeiras, praias que têm como limites o mar e os tabuleiros costeiros e se diferenciam pela presença de dunas.

Para chegar a praia de Pipa desde Natal (ônibus ou carro) é necessário percorrer 81km pela BR-101 (duplicada com recursos do programa de aceleração do crescimento/PAC) e RN-003 (pavimentada na década de 1990 com recursos do Prodetur I). Para chegar a Pipa desde o Aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves, localizado no município de São Gonçalo (recursos do PAC), principal porta de entrada para Pipa, é necessário percorrer cerca de 95 quilômetros. Segue-se pela BR-101, trecho São Gonçalo e Goianinha (74km de rodovia duplicada) e, em seguida estrada RN-003 até Pipa (24km de trajeto).

5.2.2 .1 ASPECTOS HISTORICOS E SOCIODEMOGRÁFICOS

A vila de Pipa, recebeu este nome em referência ao formato de uma pedra vista pelos navegadores portugueses. Por sua semelhança com uma pipa (barril), a pedra passou a dar nome à praia que fora chamada de Praia da Pipa. Habitada inicialmente por pescadores, começou-se a observar em Pipa, ainda na década de 1970, a expansão de moradias de segunda residência de veranistas do município de Goianinha (PAIVA apud ARAÚJO, 2002, p.40).

Entretanto a história de Pipa não se inicia com o veraneio e o turismo, a história da vila se remete a séculos passados. A ocupação da vila remete à chegada das primeiras “famílias” que ajudaram a povoar o lugar, lembranças que se reportam a partir do século XVIII, diferente da historiografia oficial que num período anterior, nos traz a base formada pelo índio, negro e colonizador europeu (TRINDADE, 2010).

A base da formação da população pipense deu-se por intermédio de cinco famílias, a saber, a dos Gomes de Abreu, dos Castelo, dos Marinho, dos Torres Palhano e a dos Fidélis da Costa (AIRES, 2012). A família Gomes de Abreu já existia em Pipa desde 1800, vinda provavelmente do Norte da Espanha, foi a primeira a povoar Pipa, seguida dos Castelo, que oriundos também da Espanha, fugiram desse país em embarcações e, ao chegar ao litoral brasileiro entre os anos de 1700 a 1800, acabaram por desembarcar em Pipa por casualidade.

A família Marinho, de descendência portuguesa, chegou a Pipa entre 1825 e 1850. Nesse mesmo tempo, as trilhas migratórias contam ainda com a participação dos familiares dos Torres Palhano que, fustigados por secas constantes em Santana dos Matos, no Rio Grande do Norte, arriscaram buscar dias melhores naquelas terras; e dos Fidelis da Costa de Bananeiras, na Paraíba (MARINHO, 2007).

No contexto do final do século XIX, mais precisamente no final do período de declínio do sistema colonial, a Praia da Pipa era vista como um povoado praticamente isolado, no qual o cotidiano dos moradores corria, então, tranquilo e sem novidades. As diferenças entre o distrito atual e o de mais de um século atrás não se restringem ao modo de ser e viver da população residente, a geografia do local também era muito diferente (TRINDADE, 2009). Além das grandes faixas de terra sem nenhuma habitação, da vegetação densa e abundante, o mar era bem mais recuado.

Os moradores nessa época não dispunham de serviços básicos de saúde e saneamento - não havia água encanada, tratamento de esgoto, rede pública de energia, atendimento público de saúde e rede de ensino. Diante das condições de precariedade, poucos eram aptos ao ofício de ensinar. Da mesma forma, não era expressiva a quantidade de pessoas interessadas em aprender a ler e escrever.

Até a década de 1980, Pipa permaneceu como um simples vilarejo agrário e pesqueiro desprovido de intervenções e benefícios governamentais. No início da década de 1980, porém, foram os surfistas e hippies que invadiram a destinação recém-descoberta, atraídos por belas praias e natureza praticamente intocada (AIRES, 2012). Muitos destes turistas alternativos costumavam se hospedar nas casas de moradores nativos.

Pipa não era somente espaço de trabalho e lazer dos moradores locais. Já nas primeiras décadas do século passado, pessoas de fora, especialmente do município de Goianinha vinham e se hospedavam em casas de amigos e compadres em Pipa. Eram por diversos fins, mas predominavam os de lazer. Os moradores locais com o intuito de fortalecer laços de amizade e compadrio, cediam suas casas para esses primeiros forasteiros, que costumavam vir sempre acompanhados na maioria dos casos por seus familiares. Vinham sempre no mês de janeiro e lá permaneciam por muitas semanas.

Muitas nativas iam até a casa onde ficavam as visitas e prestavam-lhes favores como limpar a casa, cozinhar, lavar e passar roupas. Depois que as visitas iam embora, é que os donos da casa retornavam para dar continuidade à vida rotineira. Todos os anos durante o mês de janeiro, as mesmas cenas se repetiam. Com o passar do tempo, os visitantes já se sentiam donos das casas, chegavam sem avisar.

Essa situação conduziu para que mais adiante esses veranistas se tornassem enfim os donos das casas. Compra, troca de favores e/ou de bens, posse ilegal ou abuso: essas podem ser algumas das muitas versões e formas de argumentar sobre a aquisição de terras por parte dos veranistas. Foram negociações desiguais, injustas que beneficiavam muito mais essas pessoas vindas de fora. Por meio disso, os nativos perdiam a posse de suas casas, transferindo-as para os veranistas.

O fato é que Tibau do Sul e a sua vila de Pipa, por falta de volume na demanda local por turismo, nunca se constituíram em destinações turísticas de massa, mas sim destinações restritas às poucas famílias da elite agrária, burocrática e comerciante da hinterlândia canavieira, algodoeira e pecuária mais próxima. Pousadas nunca se desenvolveram na área, exceto a partir dos anos de 1990, data que é aqui tomada como o início do ciclo da destinação.

Portanto, já nos anos 1990, Pipa começou a ser vista como uma destinação com grande potencial turístico, atraindo turistas nacionais e estrangeiros que muitas vezes, fixavam-se no lugar. Esta chegada de novos moradores foi sem dúvida importante para o aumento da taxa de crescimento do município durante este período, motivados pela perspectiva de habitar um local com forte vocação turística. Neste sentido, é possível observar que a população de Tibau do Sul cresce consideravelmente no pós-2000 ou pós turismo, quando passa de 5.946 residentes (ano 1996) a 13.916 moradores no ano de 2018.

Quadro 24:População residente em Tibau do Sul, entre 1991-2010

Municípios	População residente (anos)					
Tibau do Sul	1991	1996	2000	2007	2010	2018
	5.964	5.946	7.757	10.950	11.385	13.916
Pipa	792	1.193	2.000	S.I.	3.396	S.I.

Fonte: IBGE, Censos demográficos (1991, 2000, 2010)

Em relação a taxa de população (residente) migrante é possível observar o salto entre a população de Tibau do Sul, entre os anos 2000 e 2010. A taxa de migração foi mais que duplicada em apenas uma década, tanto entre os migrantes (nativos e não nativos), quando ao retorno dos moradores nativos a território de Tibau do Sul.

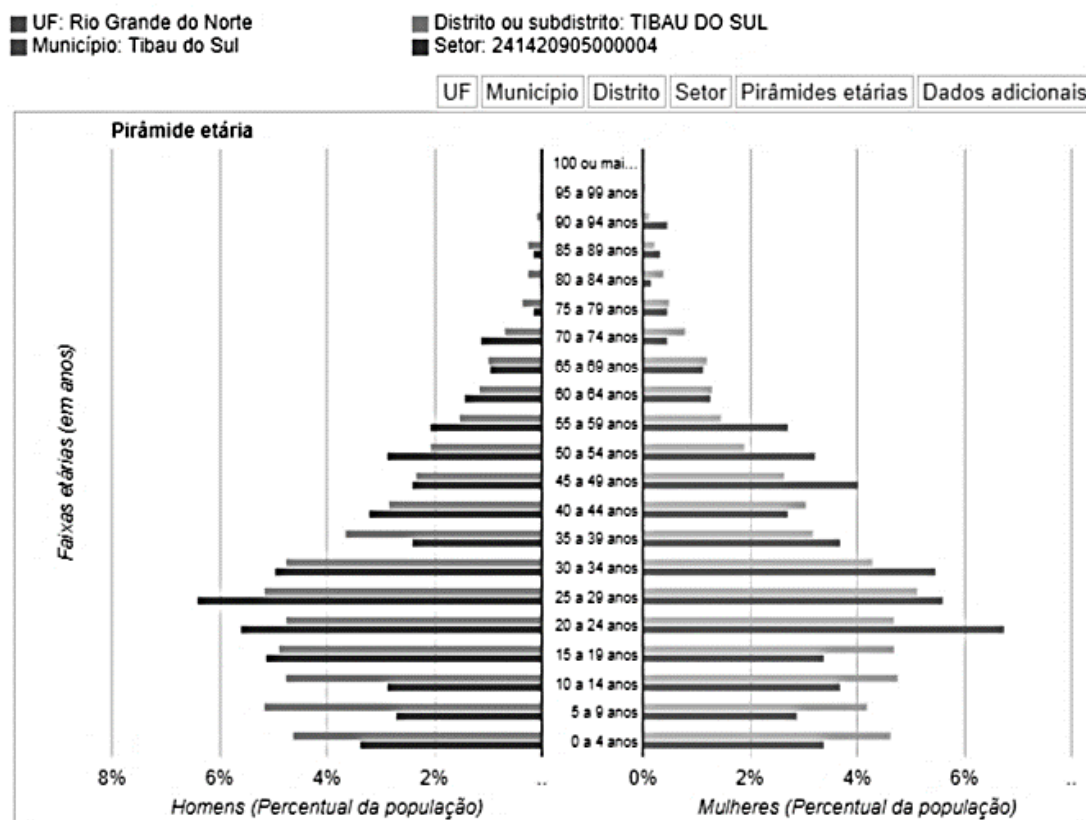
Quadro 25:Taxas da População (residente) migrante em Tibau do Sul

Categorias de migrantes	Migrantes Tibau do Sul	
	Ano 2000	Ano 2010
Migrante*	17,2	44,3
Migrante de retorno**	1,7	3,8

Fonte: IBGE, Censos demográficos (2000 e 2010). *Categoria migrante é o residente no município que não nasceu neste município mais os residentes que, mesmo tendo nascido, moraram em outro (s) município em alguma fase da sua vida, isto é, forma parte da categoria **migrante de retorno.

Em relação a faixa etária da população residente em Tibau do Sul, é possível observar que se concentram a população entre 0 anos a 39 anos. Em relação a Pipa, se concentram residentes entre 20 anos e 29 anos. A população ativa jovem (trabalhadores), entre 20 e 34 anos, se concentram em Pipa.

Gráfico 11: Pirâmide etária de Tibau do Sul e Pipa



5.2.2.2 ASPECTOS ECONÔMICOS

Como exemplo de turismo internacional no Rio Grande do Norte, merece destaque o caso de Pipa, distrito de Tibau do Sul. Nessa localidade a produção do espaço vem, há décadas, sendo pensada para atender as demandas dos investidores do setor turístico e dos próprios turistas, em detrimento dos interesses da população local.

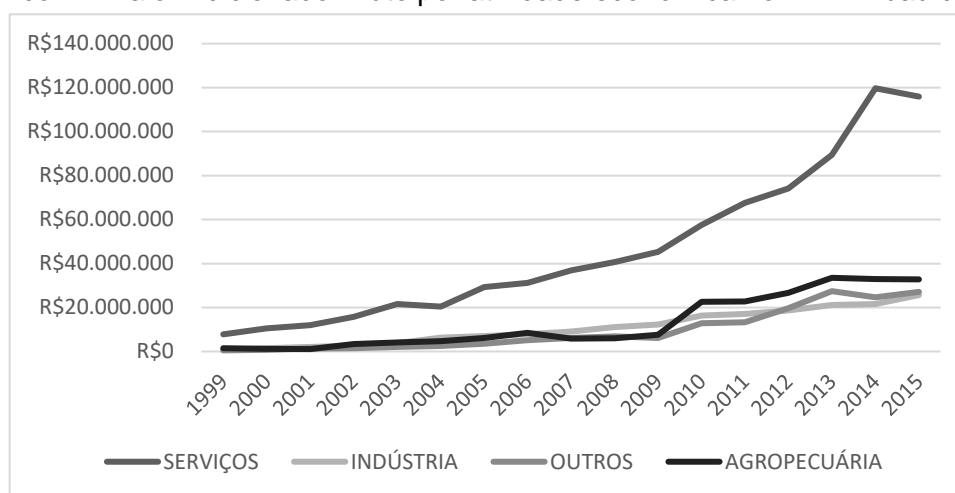
A superestimação da dimensão econômica do turismo, enquanto fonte geradora de emprego, renda e receitas, é responsável pela reprodução do discurso político salvacionista no mundo e, particularmente nos muitos municípios do estado do Rio Grande do Norte. Como exemplo, apontamos o município de Tibau do Sul, escolhido em 2010 como um dos 65 destinos indutores do Brasil pelo Ministério do Turismo.

Esse município integrante do Polo Costa das Dunas tornou-se o segundo núcleo receptor de turistas do Estado, perdendo apenas para a capital potiguar e

esse mérito deve-se ao crescimento da atividade turística no seu mais importante distrito, Pipa. Há aproximadamente 20 anos, o turismo tornou-se a principal atividade econômica desse distrito, localizado a pouco mais de 80 km ao sul de Natal. A partir de então, assume a fama de um dos mais visitados DIT's do Brasil.

Antigamente, a economia dos habitantes de Pipa se baseava essencialmente na pesca, no pequeno comércio marítimo e a agricultura familiar. Nos últimos 20 anos, o setor de serviços (com destaque no turismo), é a principal atividade econômica do município (graf.12).

Gráfico 12: Valor Adicionado Bruto por atividade econômica no PIB - Tibau do Sul



Fonte: (IBGE, 2012)

Na atualidade o município de Tibau do Sul possui 130 meios de hospedagem, 2493 unidades habitacionais e 6636 leitos, sendo 90% desta oferta se concentra na praia de Pipa segundo as Secretarias Municipais de Turismo (SMT, 2016). A economia introduzida pelo turismo é relativamente variada: Hotelaria (pousadas, hotéis, albergues, etc.), excursão (barco, a pé, cavalo, buggy, etc.), festas e bares, surf, transporte (taxistas, ônibus), comércio de todo tipo, construção civil, aluguel de casas, venda de terrenos, etc. Em relação a oferta de equipamentos de Alimentos e Bebidas do município de Tibau do Sul, é possível encontrar 160 restaurantes, 15 lanchonetes, 113 bares e 12 outros estabelecimentos (SMT, 2016).

O turismo introduziu-se no cotidiano local e, depois de certo tempo foi adotado pelos órgãos públicos como fundamental para o desenvolvimento da localidade. A partir disso, seus antigos moradores tiveram que se adaptar às

transformações estruturais trazidas por ele a refazer, reorganizar suas bases de sociabilidade, inserindo traços peculiares de sua identidade nesse processo que atuam como elementos distintivos nos contornos que o turismo assumiu neste lugar.

Com efeito, a avassaladora engrenagem que tem impulsionado a atividade turística no pequeno distrito de Pipa, outrora agrário e pesqueiro – onde as relações sociais eram estreitas e fundamentadas, em alguns casos, pela linha de parentesco, num ambiente familiar onde todos se conheciam – tem produzido mudanças significativas nos aspectos sociais, econômicos e culturais da população nativa, passando por questões comportamentais e transfigurações paisagísticas e socioespaciais. Paisagens foram recriadas em um relativo curto espaço de tempo para atender às necessidades do mercado turístico (fig.39).

Figura 37: Paisagens recriadas pela atividade turística (Pipa)



Fonte: Autora, 2017

5.2.2.3 TURISTIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO: PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE PIPA

A turistificação de Pipa se deu de forma acelerada e sem um planejamento urbano e ambiental adequado, aos poucos o público-alvo foi se alterando e o turismo alternativo deu espaço a um turismo de Sol e Mar destinado, sobretudo, a

um público internacional. Em menos de 20 anos, o povoado de Pipa, principal área de investimento no município de Tibau do Sul, passou por um acelerado processo de urbanização, o qual não foi realizado mediante um planejamento urbanístico e ambiental adequado. O primeiro Plano Diretor de Tibau do Sul, por exemplo, data do ano de 2008, no qual a população foi sendo imperceptivelmente iludida com promessas de emprego e desenvolvimento.

Entre os empresários é unanimidade a ideia de que o turismo em Pipa ganhou força nos últimos 20 anos. Percebe-se claramente a forma com que o processo de turistificação foi se consolidando e imprimindo marcas em Pipa. As promessas de desenvolvimento geraram expectativas nos nativos que não só venderam suas casas, mas junto com elas o direito de usufruir livremente dos recursos naturais da localidade, consolidando assim o processo de segregação socioespacial. A paisagem tem sido consumida e totalmente modificada para atender a interesses de atores hegemônicos, a população local foi sendo aos poucos segregada e impedida de circular por diversas áreas, onde foram construídos imensos condomínios e hotéis, priorizando o uso do espaço pelos turistas, em detrimento da população local.

Já na década de 1980, Pipa era apontada como um dos destinos turísticos mais procurados do Brasil e atualmente o turismo na localidade, apesar de apresentar uma queda, em virtude, sobretudo, da crise financeira internacional de 2008, ainda assim vem se consolidando. Alguns projetos imobiliários estão sendo pensados para Pipa e a construção de novas redes viárias facilitará o acesso ao destino.

No território de Pipa é possível destacar ao longo dos últimos trinta anos de desenvolvimento do turismo três principais áreas de expansão do território. A avenida Bahia dos Golfinhos, Rua da Mata e Rua das Gameleiras são as ruas mais especuladas e valorizadas em Pipa. Os moradores locais sofreram e sofrem grandes pressões em torno dessa área, e por isso, a grande parte da hotelaria, restaurantes e comércios se concentram ao longo desse perímetro. Vale salientar o papel das migrações nesse processo de urbanização, já que o turismo atraiu não apenas trabalhadores, mas também diversos investidores, desde os mais singelos como os surfistas que foram aos poucos instalando restaurantes e pequenos quartos para aluguel, até os investidores com maior poder econômico, os quais a

partir principalmente do início do século XXI vêm construindo grandes e sofisticados resorts e hotéis.

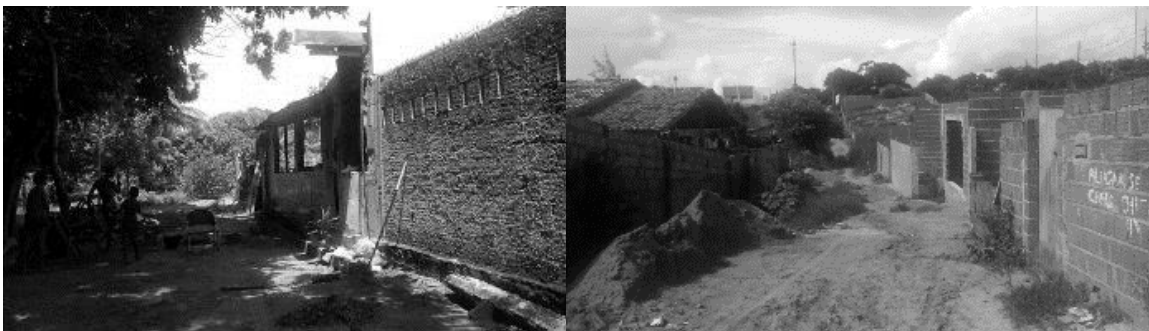
Figura 38: Áreas de expansão de Pipa



Fonte: Google Earth, 2018.

Com a pressão sofrida e exercida pelos grandes especuladores e empresários sobre essa área muitos nativos venderam suas terras e casas e se deslocaram a parte mais sudeste do território de Pipa (fig./área de expansão não-turística). É possível encontrar muitos nativos ou trabalhadores imigrantes entre as ruas da cancela, pedrinhas e flamingos. Essa área de expansão não-turística é totalmente deixada de lado pelo poder público, e podemos encontrar problemas de infraestrutura geral (luz, saneamento, água encanada, etc/ fig. 39).

Figura 39: Área de expansão residencial não-turística



Fonte: autora, 2017

Outra área de expansão importante em Pipa, é a área do chapadão. A área do chapadão se situa na continuação da avenida da Bahia dos golfinhos, em direção leste. Essa área foi altamente especulada no pós-2002, por empresas internacionais, sobretudo espanholas e portuguesas. Com as políticas públicas de turismo, o preço do solo brasileiro e a estabilidade financeira do Brasil em consonância com o poder financeiro e imobiliário das empresas mediterrâneas, na época, fortaleceu um processo de especulação, compra e construção de condomínios de luxo de segunda residência entre os anos de 2002 e 2008 (fig.40).

Figura 40: Condomínios de luxo construídos na área do Chapadão



Fonte: autora, 2017

No pós-2008, com a crise financeira europeia e mundial, alguns projetos imobiliários não foram finalizados, entretanto, uma grande maioria sim, promovendo não só uma especulação e valorização do solo de Pipa, mas também problemas ambientais (fragilidade do solo/falésias) e sociais (privatização da primeira linha de mar) na área do chapadão. Muitos condomínios estão subutilizados, principalmente após a crise imobiliária de 2008, convertendo-se em reserva de valor para os especuladores (fig.40).

Uma terceira área de expansão, mais recente em Pipa, se dar também, na continuação da rua das Gameleiras (direção sul), Rua Sucupira e Rua Flores da Mata. Nota-se em Pipa a existência marcante de condomínios de segunda residência, de hotéis e pousadas, todos ocupando extensas áreas, que antes eram ocupadas e utilizadas pela população local para a atividade agropecuárias.

Na atualidade existe uma tendência a interiorização dos empreendimentos hoteleiros e imobiliários, quando os empreendedores perceberam o potencial turístico dessas construções em áreas de densa vegetação, fato que se repercute inclusive no nome dos condomínios, a exemplo de Ilha da Mata, Recanto da Mata, Pipa Natureza Mata Atlântica. Estes empreendimentos foram construídos para um outro tipo de turismo e turista, buscando atingir os turistas de médio e alto poder aquisitivo.

Inclusive esses condomínios têm contribuído para a geração de uma série de impactos socioambientais, entre eles o aumento do preço do solo que tem contribuído ainda mais para intensificação da segregação socioespacial e especulação imobiliária. Nessa perspectiva, nota-se o grau seletivo das formas de uso e ocupação do solo no povoado de Pipa. A população que outrora ocupava as áreas mais privilegiadas, próximas a praia tem cada vez mais se distanciando, interiorizando-se no município e concentrando-se na parte mais sudeste de Pipa, em áreas isoladas e sem interesse comercial pelo poder privado e desinteressadas ou desprivilegiadas pelas ações do poder público.

Nesse processo de valorização, especulação e expansão territorial de Pipa, se pode observar a existência de três áreas principais que se caracterizam por um uso do solo (turístico, comercial ou residencial) e um perfil socioeconômico distinto entre estas ditas áreas, o qual, podemos entender a partir do relato e da percepção do morador de Pipa,

Então basicamente em Pipa, criou-se zonas, mais ou menos assim, só quem mora aqui é que percebe isso, então tem a zona centro (*refere-se a zona turística*), tem a zona das Pedrinhas, na rua das pedrinhas que está longe, que já quase alcança o outro distrito, que é justamente onde a grande parte dos nativos foram (...) só que aqui no caso de Pipa, tem uma zona, que inclusive é aonde eu comprei uma propriedade agora, essa zona ficou por muito tempo sem uso, bem no tempo quando invadiu os europeus (*refere-se aos anos de 2000 a 2008*) (...) Aí eles foram embora e venderam essa área todinha, essa área foi toda loteada (...) então essa área se tornou uma área mais nobre, porque lotearam terrenos grandes, caros e em uma boa localização, então quem comprou foi quem tinha

condições, então essa zona de Pipa hoje, podemos dizer que é uma zona relativamente mais nobre, por ter esse tipo de segregação, pela especulação imobiliária (AND., entrevista pessoal, abril de 2017, **grifo nosso**).

No entanto, o que se nota é a ocorrência de acumulação de capital e apropriação de espaços por parte de uma elite minoritária, sendo a população local inserida precariamente no processo. O processo de turistificação de Pipa está intimamente ligado à intensificação do processo de urbanização e de internacionalização do turismo na costa brasileira, e mais especificamente do estado do Rio Grande do Norte, já que essa atividade atraiu uma série de formas que o viabilizou, incluindo rede de comércio, serviços e infraestrutura, e, além disso, atraiu trabalhadores que migraram de diferentes estados do país em busca de ocupar-se no mercado de trabalho de Pipa.

A grosso modo paralelamente ao crescimento da atividade turística em Pipa adveio também o processo de urbanização da localidade, novos objetos técnicos e função urbana foram surgindo e a pacata comunidade pesqueira outrora relatada foi sendo sobreposta por uma malha urbana, ainda que esta última tenha se apresentado com características precárias e insuficientes à demanda do processo de turistificação. Em outras palavras, a cidade potiguar vive entre luxo turístico e miséria do povo.

5.2.2.4 CONFIGURAÇÃO URBANA E INFRAESTRUTURAS

O crescimento do turismo nas últimas duas décadas em Pipa provocou mudanças urbanas importantes. Contudo, apesar dos esforços do governo nacional e estadual com os programas de desenvolvimento do turismo, a gestão local não conseguiu e não está conseguindo acompanhar este crescimento com infraestruturas e serviços adequados para a comunidade local. O Jornal Folha, menciona que o crescimento de Pipa pode ser caracterizado como “Chinafrica”, ou seja, com um crescimento econômico comparável com a China com as infraestruturas ao nível de países africanos (JORNALFOLHA, 2010 apud LOLOUM, 2010, p. 80). Por isso, cabe destacar os principais serviços da comunidade para entender a situação de qualidade de vida e/ou as dificuldades que se encontram os grupos locais.

O desenvolvimento da infraestrutura de Pipa no tempo e no espaço se dar muito mais em termos da iniciativa privada fomentada pela atividade do turismo, com a instalação de hotéis, pousadas, restaurantes, bares, lojas e comércios, assim como em Jericoacoara. Entretanto esse processo de urbanização se concentra, preferencialmente, na área mais turística de Pipa, ao longo da Avenida Bahia dos Golfinhos, Rua Gameleiras, Lago São Sebastião, Rua Albacora e Rua da Mata. Enquanto que a infraestrutura da comunidade para o atendimento das necessidades básicas da população é bastante precária, a pesar de a ver melhorando significativamente nas últimas duas décadas com a instalação de eletricidade, saneamento básico, água encanada e transporte.

Em relação ao acesso à praia de Pipa, se pode dizer que é bem mais simples que o acesso à praia de Jericoacoara. A pesar de Pipa está relativamente isolada da sede municipal, possui uma estrada asfaltada que facilita o acesso dos moradores, visitantes e turistas. A primeira estrada, de terra batida, foi construída em 1983, e com os recursos do PRODETUR, primeira fase, a estrada foi devidamente asfaltada em 1997 (SILVA, 2013).

Em relação a rede viária de Pipa, é possível observar que a urbanização das ruas é relativamente pobre para o fluxo existente na comunidade, principalmente nas temporadas altas. Não existem calçadas para pedestres, tampouco as ruas estão preparadas para o trânsito de carros e pedestres simultaneamente. A antiga configuração espacial de Pipa somado a falta de planejamento urbanística da comunidade pelo poder público nos primeiros anos do turismo não permitiram desenvolver um sistema de ruas transitáveis em Pipa (LOLOUM, 2010). Com recursos do PRODETUR, foi finalizado em março de 2010 uma estrada periférica (o anel viário) que contorna todo o núcleo urbano de Pipa facilitando a circulação em um só sentido que melhorou, de certa forma, os problemas de congestionamento (TRIBUNADONORTE, 2010).

Outro grande problema em Pipa é a questão dos estacionamentos, não existe nenhum espaço público destinado como estacionamento de carros na comunidade. Como resposta o plano diretor da cidade obriga que as novas construções liberem vagas de estacionamento segundo a capacidade do edifício, entretanto as casas e hotéis construídos anterior a esta lei, no existem terrenos para a implantação de uma zona pública. Este problema é uma solução financeira

para alguns proprietários de terras em Pipa, que lucram fornecendo serviço de estacionamento para os visitantes e turistas com tarifas diárias.

Em relação ao serviço de educação, a comunidade de Pipa conta com duas escolas públicas municipais de ensino fundamental I e II e dois colégios privados de ensino fundamental. A escola municipal Domitila Castelo da Silva situa-se na rua dos Colibris em Pipa. A escola oferece serviço de creche (37 crianças), pré-escolar (106 crianças) e anos iniciais (ensino fundamental I/ 211 crianças). A escola creche consiste em uma oportunidade para os pais e, sobretudo um suporte para as mães que precisam trabalhar.

A escola Municipal de ensino fundamental I e II Joaquim Delvito e Vicencia Castelo, se encontra na avenida Bahia dos Golfinhos. A escola possui 24 funcionários e 313 alunos entre o fundamental I (62 alunos) e fundamental II (251 alunos). Prédio próprio, água da rede pública, energia elétrica da rede pública, esgoto sanitário por fossa e coleta de lixo periódica. Também oferece alimentação escolar para os alunos e atividade complementar.

Pipa também possui sistema de educação privado, como o espaço Maturi, localizado na rua dos Flamingos. O colégio oferece o ensino regular (fundamental) e pré-escolar. Também é possível encontrar o centro educacional Pipa. Esse centro privado de ensino oferece o ensino fundamental II (6º ao 9º ano). Apesar de Pipa ser uma comunidade relativamente pequena, existe um número significativo de escolas de ensino regular.

Apesar de um número considerado de escolas públicas e privadas situadas no território de Pipa, os adolescentes e jovens que pretendem seguir os estudos (ensino médio) devem se deslocar a sede do município (mais próximo) ou ao município de Goianinha. A escola estadual de ensino fundamental e médio Professor José Mamede³⁷ se situa na rua Presidente Juscelino Kubistchek, 173, no centro de Tibau do Sul a 9 km (17 minutos) da praia de Pipa. Portanto os jovens e adolescentes³⁸ precisam se deslocar a sede do município para finalizar o ensino básico obrigatório.

A situação de acesso à escola de ensino médio para os adolescentes e jovens de Pipa é bem mais fácil do que a realidade existente em Jericoacoara.

³⁷ A escola possuía 532 alunos matriculados no ano de 2017 (IDEB, 2017).

³⁸ Apenas em Pipa, haviam 232 jovens e adolescentes entre 15 e 18 anos (CENSO, 2010).

Tanto pela proximidade (Pipa e centro de Tibau), disponibilidade de serviços de transporte escolar (fornecido pela prefeitura) e a facilidade quanto ao deslocamento (terreno plano e asfaltado), o que reflete nos resultados sobre a educação de Pipa (capítulo 9). Entretanto, apesar da facilidade no deslocamento é necessário destacar que das 15 escolas públicas (13) e privadas (2) localizadas em todo o município de Tibau do Sul, apenas uma escola fornece o ensino médio, situação similar ao que ocorre em Jericoacoara.

Em relação ao sistema e serviço de saúde, a praia de Pipa dispõe de um único posto de saúde que está localizado em Avenida Baía Dos Golfinhos. O posto não oferece serviço de emergência, portanto para qualquer emergência é necessário o deslocamento ao hospital geral que se encontra na sede do município. O posto oferece serviços de clínico geral e de outras especialidades garantidos pelo Sistema Único de Saúde e também alguns medicamentos.

Figura 41: Posto de saúde em Pipa



Fonte: autora, 2017

Em relação ao sistema de varrição das ruas e sarjetas é realizado em equipe com 3 ou 2 garis e um carrinho de mão, veículo utilizado para auxiliar na coleta dos resíduos. Já com relação a limpeza urbana e coleta de lixo, muitos relataram que não era suficiente, mas que mesmo assim ainda era melhor que a gestão anterior. Esta coleta é realizada de segunda a sexta somente em período noturno e sábado e domingo em caso de extrema necessidade, geralmente quando havia eventos, festas e shows.

Nos bairros mais distantes da área mais turística de Pipa, pela dificuldade no acesso e com muitas ruas ainda não calçadas, o lixo se acumula pelo chão, nas portas das casas, pelas ruas e até mesmo na frente de hotéis, pousadas e condomínios residenciais; a quantidade de lixeiras é bem pequena. Nos períodos de alta estação, a coleta de lixo fica ainda mais complicado, com a dificuldade de gerir a quantidade de lixo gerado pelos turistas.

Outro problema é a poluição nas praias. Os moradores locais responsabilizam aos turistas quanto a poluição nas praias de Pipa. É possível encontrar restos de comida, plásticos, coco e outras resíduos sólidos deixados pelos visitantes e turistas nas praias. É neste contexto, que o ambientalista e artista plástico Rafael Nascimento dos Santos realizou em 2013 uma oficina com os alunos da escola municipal de Pipa, no qual, recolheram lixo encontrados nas praias da comunidade e montaram objetos de decoração em diferentes pontos de Pipa para chamar atenção dos moradores e turistas sobre o papel da conscientização ambiental e uso consciente dos recursos naturais (JORNALOGLOBO, 2013).

Figura 42: Painéis colocados ao longo da comunidade de Pipa



Fonte: (JORNALOGLOBO, 2013)

Como equipamento de lazer, a comunidade conta com uma praça, a Praça Central ou Praça do Pescador (alusão a escultura) que foi atualmente reformada (finalizada em 2018). A praça conta com uma vista privilegiada da Praia do Centro (BLOGLIVEPIPA, 2017).

Figura 43: Praça do Pescador em Pipa



Fonte: Bloglivepipa (2017)

A comunidade de Pipa também contava com o complexo poliesportivo do Anel Viário. O complexo esportivo é formado por um campo de futebol, um ginásio e uma piscina. Uma suntuosa estrutura poliesportiva localizada bem na região central da Praia de Pipa, entretanto, segundo os moradores este complexo se encontra abandonada pelo Poder Público. Por falta de manutenção, a estrutura é precária, algumas paredes foram derrubadas, e os escombros estão espalhados pelo chão. O espaço, construído no Anel Viário para ser uma alternativa para a prática de esporte e lazer na região, hoje não atende mais ao propósito original (JORNALAGORARN, 2018).

Figura 44: Complexo poliesportivo de Pipa



Fonte: Jornalagorarn (2018).

5.3 DISCUSSÃO GERAL: TURISMO COMO OPORTUNIDADE?

O turismo apresenta-se como um fenômeno criador de uma (des) ordem espacial, na medida em que está inserido numa sociedade submetida à lógica do capital e ao discurso hegemônico. Esta atividade (baseada na urbanização, valorização e especulação dos espaços), impõe-se aos territórios dos quais se apropria um novo sistema de objetos (infraestrutura, aeroportos, rodovias) e ações, para que assim se deem as condições necessárias à sua realização. Daí se dar o processo de reordenação do território criada pelos os agentes do turismo, que se impõe aos lugares como uma verticalidade desestabilizadora de uma ordem pré-existente. Nesse sentido, as transformações espaciais evidenciam-se basicamente com a implantação de infraestruturas e com a intensificação da circulação, em sentido amplo.

É desta forma que o espaço de Jeri e de Pipa, assim como tantos outros lugares do país (sobretudo na região Nordeste) e do mundo (exemplo da Espanha e Itália/Europa, e mais recentemente nos países da África e Ásia), vem sendo produzido ao longo dos anos. Uma produção no sentido da urbanização para o turismo, com o efetivo papel do poder público no aprofundamento do uso turístico do território, através da criação de normas que, na maioria das vezes, traduzem-se na imposição de verticalidades – negligenciando as características locais e as necessidades reais dos seus moradores - reduzindo o espaço à condição de mercadoria e contribuindo para o abandono das atividades tradicionais e para a dependência e subordinação econômica dos lugares ao turismo hoteleiro e/ou turismo imobiliário (conhecido como turismo residencial).

Ao final do levantamento de dados sobre as principais ações das políticas de turismo no Brasil e regiões, podemos concluir que a pesar de um discurso positivo quanto ao turismo ser uma ferramenta de desenvolvimento, podemos observar que esse desenvolvimento está muito mais associado à ideia de modernização e homogeneização dos territórios, do que associado ao bem-estar social dos indivíduos. Para finalizar a discussão inicial, podemos concluir inicialmente, que o papel do turismo no desenvolvimento das sociedades - constado nas políticas fomentadas no Brasil e região Nordeste (PRODETUR) - se resumem a uma forma de modernizar, homogeneizar e internacionalizar os espaços,

sobretudo a costa litorânea do Nordeste, não atingidos pela industrialização tradicional (FAZITO, 2015).

Quadro 26: Semelhanças dos impactos do turismo nas comunidades de Jeri e Pipa

IMPACTOS DEL TURISMO	JERI	PIPA
POLITICA	Política curtoprazista Falta de planejamento Ênfase em infraestrutura	Política curtoprazista Falta de planejamento Ênfase em infraestrutura
ECONOMIA	Uni setorial ou uni funcional (turismo) *dependência do turismo *Abandono das atividades tradicionais	Uni setorial ou uni funcional (turismo) *dependência do turismo *Abandono das atividades tradicionais
ATIVIDADE ECONÓMICA	Turismo Hoteleiro	Imobiliário
DEMOGRAFIA	Alto grau de imigração e densidade populacional	Alto grau de imigração e densidade populacional
OCUPAÇÃO DO SOLO	Especulação: Segregação socioespacial	Especulação: Segregação socioespacial
AMBIENTAL	Invasão e construção em áreas de risco	Invasão e construção em áreas de risco
CULTURAL	Abandono do modo de vida tradicional	Abandono do modo de vida tradicional
EMPREGO E RENDA	Precarização, sazonalizade e informalidade	Precarização, sazonalizade e informalidade

Essa ideia hegemônica do turismo como motor de desenvolvimento, provocou mudanças socioespaciais importantes sobre as comunidades e o modo de vida local. Contribuiu para os processos de imigração, especulação e de segregação socioespacial e também para invasão e construção de casas em áreas de risco, o que provocou um impacto social e ambiental nestas comunidades.

Em outras palavras a visão dominante do turismo como negócio importante, gerador de renda e emprego, levou à hegemonia das teorias voltadas a uma obediência cega à modernização e à falta de crítica político-econômica dessas teorias, e por isso, existe uma necessidade real de buscar uma forma mais enriquecedora de analisar, pensar e fazer o turismo. Neste sentido, compreender o papel do turismo nos territórios é direcionar o seu estudo para um campo mais relevante, buscando compreender a sua capacidade de atingir o desenvolvimento humano e bem-estar social dos indivíduos, afastando-o de uma racionalidade estritamente econômica e hegemônica.

Nesta linha, nos perguntamos se os investimentos bilionários para o fomentar o turismo e reordenar as comunidades para adaptar-se as atividades turísticas, realmente contribuíram para melhorar o nível de desenvolvimento da região Nordeste, e conseqüentemente aumentar o nível de bem-estar social dos indivíduos destas comunidades, para tanto, seguimos com os seguintes questionamentos:

- Qual a relação entre turismo e desenvolvimento humano no Brasil e região Nordeste?
- É o turismo uma ferramenta ou um passaporte para desenvolvimento do Brasil e regiões, sobretudo para a região Nordeste?
- Os investimentos em turismo contribuíram para melhorar os níveis de desenvolvimento nos territórios e bem-estar social dos grupos locais?
- São os territórios turísticos (DIT's, RTR's, municípios litorâneos ou os municípios selecionados pelas políticas públicas /Prodetur I, II, Nacional e PAC) mais desenvolvidos ou menos vulneráveis no Brasil e regiões (Nordeste)?

No intuito de responder estas questões, apresentamos na continuidade os resultados da metodologia-prática, desde o quadro AVEOT, que utilizamos como ferramenta para avaliar estatisticamente a relação de dependência significativa entre o binômio turismo/desenvolvimento nos municípios turísticos e não turísticos do Brasil e suas regiões.

CAPITULO 6:

DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E REGIONAL NO BRASIL: UM CENÁRIO DE OPORTUNIDADES PARA O NORDESTE?

CAPITULO 6: DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E REGIONAL NO BRASIL: UM CENÁRIO DE OPORTUNIDADES PARA O NORDESTE?

A região Nordeste do Brasil sempre foi considerada como a região problema do país – representando os piores dados socioeconômicos -, foi nesse contexto que o turismo apareceu no discurso e nas políticas públicas estratégicas como a possível ferramenta de desenvolvimento regional. Após décadas de discurso e de financiamentos bilionários em prol do turismo, cabe perguntar-se se o turismo é, de fato, um passaporte para o “desenvolvimento”. Quer dizer, se o turismo, como atividade fomentada pelo poder público através do PRODETUR (e outras políticas) nas últimas décadas, contribuiu ou não, para melhorar os níveis de desenvolvimento humano, ou bem, para diminuir a vulnerabilidade social (estrutural e conjuntural), nas diferentes escalas do Brasil e, sobretudo sobre as comunidades da região Nordeste.

A pesar da relevância sobre a relação entre o binômio turismo/desenvolvimento defendido pelas teorias desenvolvimentistas, sobretudo nos países em via de desenvolvimento, ainda é escasso as propostas metodológicas que ousam avaliar e testar empiricamente a existência e validade desta relação para os territórios, e quando o fazem se baseiam em dados estritamente econômicos. Este capítulo tem como proposta teórica e metodológica a de testar empiricamente a validade do discurso entre o binômio turismo-desenvolvimento a partir de dados estatísticos do governo (IDHM e IVS), através uma análise exaustiva destes dados nas diferentes escalas (macrorregional, estadual e municipal).

Antes de mais nada, cabe destacar a procedência dos índices de desenvolvimento humano e o índice de vulnerabilidade social e, conseqüentemente

suas dimensões ou variáveis importantes. O IDHM³⁹ é uma medida comparativa usada para classificar os municípios pelo seu grau de “desenvolvimento humano” e para separar os municípios desenvolvimento (IDHM>0,6), dos municípios médios ou poucos (subdesenvolvidos: IDHM < 0,6). A estatística no Brasil é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e renda (recolhidos a nível nacional), entretanto, para este presente trabalho selecionamos apenas as dimensões educação e saúde.

O IVS⁴⁰ é uma medida que permite conhecer as desigualdades sociais a nível intramunicipal. É usada para classificar os municípios pelo seu grau de "vulnerabilidade social" e para separar os municípios vulneráveis (IVS > 0,400), dos municípios não vulneráveis (médio ou pouco grau de vulnerabilidade: IVS < 0,400). O IVS é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso.

Portanto, o **objetivo** deste capítulo é de testar estatisticamente a existência (ou não) de uma dependência significativa entre o turismo (no Brasil e Nordeste) e os níveis de desenvolvimento humano e vulnerabilidade social (nas suas diferentes dimensões: (educação, renda, capital humano, trabalho e renda e infraestrutura urbana). Para isso foi necessário primeiramente um levantamento de dado secundário em documentos oficiais dos governos: a) dados sobre o grau de desenvolvimento humano do Brasil e regiões (IDHM/PNUD, 2000; 2010); b) dados sobre a vulnerabilidade social do Brasil e regiões (IVS/IPEA, 2000; 2010); c) seleção de territórios turísticos do país (Destinos Indutores do Turismo/DIT's, Roteiro Turísticos Regionais/RTR's, municípios selecionados pelo PRODETUR e PAC e os municípios litorâneos).

Finalmente foi realizado um cruzamento das informações (turismo, desenvolvimento e vulnerabilidade) através de uma análise estatística descritiva de referência cruzada e testes Qui-quadrado de Pearson⁴¹ para realização de provas de hipóteses para amostras independentes. Com os **resultados** foi possível testar,

³⁹ Para mais informação metodológica sobre o IDHM, é possível visualizar no subcapítulo 3.1.1: teoria do desenvolvimento humano e a elaboração do IDH.

⁴⁰ No subcapítulo 3.3.1: Atlas da vulnerabilidade social no Brasil, se encontra informação detalhada sobre o IVS, sua elaboração e variáveis e dimensões.

⁴¹ Utilização do programa SPSS

primeiramente, se existia (ou não) relação entre os graus de IDH/IVS e os territórios turísticos no Brasil. Posteriormente foi possível identificar as dimensões (entre renda, educação, infraestrutura, capital humano e renda/trabalho) que mais determinavam os cenários de vulnerabilidade e/ou de desenvolvimento humano no Brasil e suas regiões.

Assim fica a estrutura em relação a organização deste capítulo, apresentamos na seguinte ordem: Primeiramente a Relação empírica entre o turismo, desenvolvimento humano e vulnerabilidade social no Brasil e suas regiões. Neste subcapítulo analisamos e apresentamos os principais resultados encontrados para os binômios Turismo-Desenvolvimento e Turismo-Vulnerabilidade Social nas diferentes macrorregiões do país (Norte/Nordeste e Centro/Sul). Em segundo lugar apresentamos a relação entre Desenvolvimento, Vulnerabilidade e o Turismo no Nordeste e os nove estados; Por último apresentamos a relação entre desenvolvimento, vulnerabilidade e turismo nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Aproximação sobre a situação de desenvolvimento ou vulnerabilidade nestes dois estados, contribuirá para o entendimento mais complexo sobre os cenários de vulnerabilidade em Jeri e PIPA (Capítulo 7). Para finalizar o capítulo, apresentamos uma discussão geral sobre os principais resultados encontrados (**6.4 Turismo como uma oportunidade**).

6.1 RELAÇÃO EMPÍRICA ENTRE O TURISMO, DESENVOLVIMENTO E VULNERABILIDADE SOCIAL NO BRASIL

Neste subcapítulo 6.1 se analisa a relação entre o turismo e os índices de Desenvolvimento Humano e de Vulnerabilidade Social nos distintos territórios no Brasil e suas regiões (Centro Sul e Norte e Nordeste). A proposta é a de testar empiricamente a validade do discurso entre o binômio turismo-desenvolvimento, ou seja, se o turismo é o motor de desenvolvimento regional no país. Esta análise foi possível a partir das análises estatísticas descritivas de referência cruzada e testes Qui-quadrado provar que não havia nenhuma relação de dependência correlativa entre os melhores índices de desenvolvimento e baixo níveis de vulnerabilidade social com os territórios turísticos.

A pesar de não encontrar relação entre desenvolvimento e turismo, foi possível encontrar relação entre desenvolvimento e as regiões brasileiras, onde os territórios turísticos ou não turísticos localizados na região Centro Sul possuem os melhores níveis de desenvolvimento⁴² e baixa vulnerabilidade, e ao contrário, os territórios (turísticos ou não turísticos) localizados no Norte e Nordeste, na sua maioria, possuem as piores taxas de desenvolvimento e vulnerabilidade social.

6.1.1 Relação entre desenvolvimento turístico e desenvolvimento do Brasil

Um componente comum do discurso positivo sobre a atividade do turismo está associado à ideia que ele pode contribuir para melhorar as condições de vida dos grupos locais, nas diferentes nações receptoras de fluxo. Este discurso midiático e favorável ao crescimento do turismo como motor de desenvolvimento das economias de terceiro mundo ganhou força e tomou escala internacional. Conforme o capítulo anterior, esse discurso também tomou conta do Brasil e do Nordeste brasileiro, principalmente pós-1990, e, portanto, cabe então, analisar empiricamente se este discurso apelativo a favor do turismo é fato ou mito.

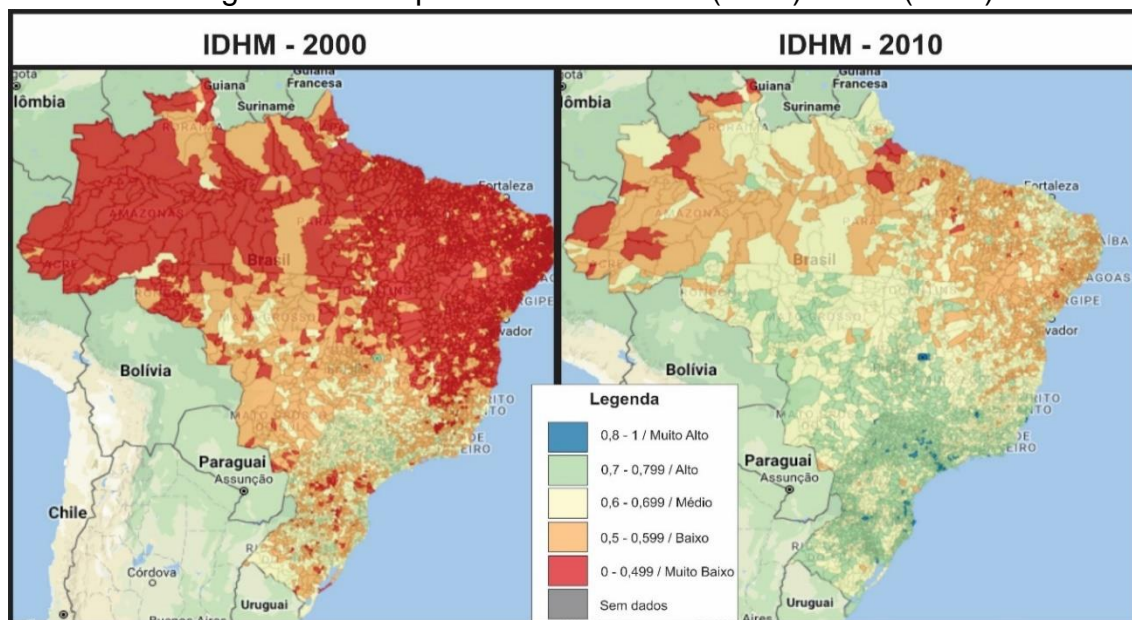
Conforme o índice de desenvolvimento humano (IDH) no Brasil, é possível ver como os níveis de desenvolvimento melhoram ao longo de 10 anos. A mudança foi progressiva e ademais aconteceu em todas as regiões do País. É possível observar como o vermelho (muito baixo desenvolvimento) nos anos 2000, quase desaparece nos anos 2010, com alguns poucos municípios com muito baixo níveis de desenvolvimento concentrados apenas no Norte e Nordeste. A região Centro-Sul, que nos anos 2000 possuía majoritariamente níveis baixo (0,5 – 0,599) de desenvolvimento, tem seu cenário transformado radicalmente em 10 anos com níveis médio (0,6 – 0,699) e alto (0,7 – 0,799) de desenvolvimento humano.

Portanto, não existem dúvidas sobre a melhoria dos níveis de desenvolvimento humano no Brasil e de suas regiões no tempo-espaço, sobretudo no Centro- Sul. O que cabe analisar, comparar e comprovar é a existência significativa entre esta melhora nos níveis de desenvolvimento humano regional no Brasil e o desenvolvimento e consolidação do turismo, sobretudo para a região

⁴² Aceitamos como municípios desenvolvidos, todos aqueles que possuíam níveis de desenvolvimento IDHM > 0,6 ou 0,600, assim como os municípios não desenvolvidos são todos aqueles que possuem níveis de desenvolvimento IDHM < 0,6.

Nordeste. Portanto, é o turismo uma ferramenta de desenvolvimento do Brasil e regiões? São os territórios turísticos mais desenvolvidos no Brasil e regiões? Foram os territórios turísticos que mais se desenvolveram nos últimos anos?

Figura 45: Comparativa entre o IDH (2000) e IDH (2010)



Fonte: Atlas IDHM realizado pelo PNUD, com dados do IBGE (2000; 2010).

Analisando a tabulação cruzada (análise de contingência de duas variáveis) entre os 65 municípios DIT's e o IDH podemos ver que tanto os não-DIT's quanto os DIT's possuem taxas similares em relação ao IDH. Dos 65 (100%) DIT's, 47 (72,3%) possuem entre médio e muito alto grau de desenvolvimento. Em relação aos municípios não-DIT's, dos 5.500 (100%), encontramos 4.119 (74,9%). Podemos dizer, a grosso modo, que os não-DIT's são mais desenvolvidos do que os DIT's devido ao resultado encontrado, entretanto, é verdade, que ambos os resultados são bastantes similares. Diante do resultado, cabe perguntar-se se existe alguma relação de dependência entre ambas as variáveis (tab. 5).

Tabela 5: Tabulação cruzada DIT's * IDH (2010) - Brasil

			IDH - 2010		Total
			não	sim	
(DIT's)	não	Contagem	1381	4119	5500
		% em (DIT's)	25,1%	74,9%	100,0%
		% em IDH - 2010	98,7%	98,9%	98,8%
		% do Total	24,8%	74,0%	98,8%
(DIT's)	sim	Contagem	18	47	65
		% em (DIT's)	27,7%	72,3%	100,0%

	% em IDH - 2010	1,3%	1,1%	1,2%
	% do Total	0,3%	0,8%	1,2%
Total	Contagem	1399	4166	5565
	% em (DIT's)	25,1%	74,9%	100,0%
	% em IDH - 2010	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	25,1%	74,9%	100,0%

Fonte: IDHM (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Conforme o Qui-quadrado realizado com as duas variáveis chegamos ao resultado de significância assintótica (bilateral) de valor $0,633 > 0,05$, o que rejeita a hipótese que diz que existe uma relação de dependência entre as duas variáveis. A grosso modo, estatisticamente não existe uma relação entre a situação de desenvolvimento dos municípios (IDH) e os grupos de municípios turísticos e não-turísticos.

Teste qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	,228 ^a	1	,633		
Correção de continuidade ^b	,111	1	,739		
Razão de verossimilhança	,223	1	,637		
Teste Exato de Fisher				,666	,362
Nº de Casos Válidos	5565				

Conforme o resultado do Qui-quadrado foi possível encontrar que não existe nenhuma relação significativa e estatística de dependência entre desenvolvimento e os DIT's., mas é possível encontrar alguma relação entre desenvolvimento e os roteiros turísticos regionais (RTR's)? São os RTR's mais desenvolvidos?

Conforme quadro, dos 731 (100%) dos RTR's, 562 (76,9%) deles são desenvolvidos, assim como dos 4.834 (100%), 3.604 (74,6%) dos não-RTR's são desenvolvidos. Ao contrário do resultado encontrado para os DIT's, conforme o quadro abaixo, os RTR's são mais desenvolvidos do que os não-RTR's. Entretanto, mais uma vez, os valores são bastantes similares entre eles. Portanto, podemos dizer que existe alguma relação significativa entre os RTR's e o IDH no Brasil? São os RTR's mais desenvolvidos do que os municípios não-turísticos?

Tabela 6: Tabulação cruzada RTR's * IDH (2010) - Brasil

			IDH - 2010		Total
			não	sim	
Roteiros Turísticos Regionais	não	Contagem	1230	3604	4834
		% em RTR's	25,4%	74,6%	100,0%
		% em IDH - 2010	87,9%	86,5%	86,9%
		% do Total	22,1%	64,8%	86,9%

sim	Contagem	169	562	731
	% em RTR's	23,1%	76,9%	100,0%
	% em IDH - 2010	12,1%	13,5%	13,1%
	% do Total	3,0%	10,1%	13,1%
Total	Contagem	1399	4166	5565
	% em RTR's	25,1%	74,9%	100,0%
	% em IDH - 2010	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	25,1%	74,9%	100,0%

Fonte: IDHM (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Conforme quadro, o valor de significância entre as variáveis é de 0,177 > 0,05, portanto o teste Qui-quadrado rejeita a hipótese que diz que existe uma relação entre ambas as variáveis.

Teste qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	1,825 ^a	1	,177		
Correção de continuidade ^b	1,704	1	,192		
Razão de verossimilhança	1,854	1	,173		
Teste Exato de Fisher				,185	,095
Nº de Casos Válidos	5565				

Observando a relação entre os DIT's e os RTR's e o teste estatístico do Qui-quadrado foi possível chegar à conclusão que não existe nenhuma relação de dependência significativa (estatística) entre o turismo (municípios turísticos/DIT's e RTR's) e o Desenvolvimento Humano (IDH), no Brasil. A grosso modo, sejam municípios turísticos ou não-turísticos as taxas de desenvolvimento aparecem similares para ambos os grupos.

Para além dos DIT's e dos RTR's como territórios ou espaços de lazer, podemos destacar a zona costeira brasileira como umas das áreas mais turísticas do Brasil. O segmento do turismo sol e praia é o ponto mais forte do país e, portanto, podemos fazer uma análise de contingência entre os municípios litorâneos (turismo) e o desenvolvimento. Portanto, são os municípios litorâneos desenvolvidos?

Podemos observar no quadro que em uma leitura geral dos 4.166 (100%) dos municípios desenvolvidos no Brasil, um 95,8% são municípios não litorâneos e apenas um 4,2% são municípios litorâneos. Em dados relativos podemos observar que dos 5.296 (100%) dos municípios não litorâneos um 75,3% são desenvolvidos enquanto dos 269 (100%) dos municípios litorâneos um 65,8% são desenvolvidos.

Tanto em uma leitura de dados absolutos quanto em dados relativos os municípios não litorâneos aparecem como os municípios mais desenvolvidos do Brasil. E, portanto, não são os municípios litorâneos turísticos os mais desenvolvidos no país. Por terceira vez não conseguimos provar que exista uma relação entre o turismo e o desenvolvimento no Brasil.

Tabela 7: Tabulação cruzada Municípios litorâneos * IDH (2010) - Brasil

Municípios Litorâneos		IDH - 2010		Total
		não	sim	
não litorâneo	Contagem	1307	3989	5296
	% em Municípios Litorâneos	24,7%	75,3%	100,0%
	% em IDH - 2010	93,4%	95,8%	95,2%
	% do Total	23,5%	71,7%	95,2%
sim	Contagem	92	177	269
	% em Municípios Litorâneos	34,2%	65,8%	100,0%
	% em IDH - 2010	6,6%	4,2%	4,8%
	% do Total	1,7%	3,2%	4,8%
Total	Contagem	1399	4166	5565
	% em Municípios Litorâneos	25,1%	74,9%	100,0%
	% em IDH - 2010	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	25,1%	74,9%	100,0%

Fonte: IDHM (2010). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

E se nos outros casos (DITS e RTR) os valores eram muito similares, onde tanto os municípios turísticos quanto os não turísticos possuem taxas muito similares, no caso dos municípios litorâneos e não litorâneos podemos encontrar uma forte heterogeneidade, onde os municípios não litorâneos aparecem com as melhores taxas de desenvolvimento tanto em dados absolutos quanto relativos. Apesar dos dados ainda são os municípios não litorâneos os mais desenvolvidos (75,3%) que os municípios litorâneos (65,8%).

Existe uma relação de dependência entre as duas variáveis? Se observamos o Qui-quadrado para analisar se existe uma relação de dependência entre as duas variáveis é possível observar que o valor de significância é de $0,000 < 0,05$ o que afirma a existência de dependência entre ambas as variáveis. A grosso modo, no Brasil, os municípios não litorâneos são mais desenvolvidos que os municípios litorâneos. Esse dado comprova mais uma vez que não existe comprovação estatística entre o turismo e o índice de desenvolvimento humano na escala Brasil. O que chama atenção para outras variáveis e atividades econômicas mais importantes e significativas para o país.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	12,333 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	11,832	1	,001		
Razão de verossimilhança	11,563	1	,001		
Teste Exato de Fisher				,001	,000
Nº de Casos Válidos	5565				

Sabendo que existe pouca ou nada relação significativa entre os municípios turísticos (DIT's, RTR's e municípios litorâneos) com o resultado geral do IDH, cabe buscar outras questões que nos levem a entender sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Primeiramente, onde se concentram os municípios mais desenvolvidos no Brasil?

Se observamos o quadro de contingência entre as variáveis macrorregiões do Brasil e o IDH, encontramos um resultado, no mínimo, interessante. Conforme quadro o IDH possui um resultado bastante heterogênea entre as regiões Centro-sul e Norte-Nordeste. Dos 3.322 (100%) municípios do Centro-Sul, 97,4% deles se encontram entre média e muito alta situação de desenvolvimento humano e em contraposição apenas 88 (2,6%) municípios não são. Enquanto isso, na região Norte-Nordeste dos 2.243 (100%) municípios, apenas 932 (41,6%) deles são desenvolvidos em contraposição a 1.311 (58,4%) não são. Este resultado aparece muito mais heterogêneo e significativo do que os resultados encontrados para os grupos turísticos e não turísticos.

Tabela 8: Tabulação cruzada Macrorregiões * IDH (2010) - Brasil

			IDH - 2010		Total
			não	sim	
Região	Centro sul	Contagem	88	3234	3322
		% em Região	2,6%	97,4%	100,0%
		% em IDH - 2010	6,3%	77,6%	59,7%
		% do Total	1,6%	58,1%	59,7%
	Norte Nordeste	Contagem	1311	932	2243
		% em Região	58,4%	41,6%	100,0%
		% em IDH - 2010	93,7%	22,4%	40,3%
		% do Total	23,6%	16,7%	40,3%
Total		Contagem	1399	4166	5565
		% em Região	25,1%	74,9%	100,0%
		% em IDH - 2010	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	25,1%	74,9%	100,0%

Fonte: (IDHM, 2010). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Em resumo 77,6% dos municípios desenvolvidos, de todo o Brasil, estão localizados na região Centro-Sul e um 22,4% na região Norte-Nordeste. A pesar do resultado tão alarmante e heterogêneo entre as regiões, podemos dizer que existe uma relação de dependência significativa, estatisticamente falando, entre o desenvolvimento humano (IDH) no Brasil e as macrorregiões brasileiras?

Conforme o resultado do Qui-quadrado realizado para ambas as variáveis o valor de significância assintótica (bilateral) é de $0,000 < 0,05$ o que comprova a hipótese que existe uma relação entre as macrorregiões brasileiras e o índice de desenvolvimento humano variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	2215,224 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	2212,260	1	,000		
Razão de verossimilhança	2417,949	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Nº de Casos Válidos	5565				

Sabemos que o Centro-Sul possui uma taxa de 97,8% de municípios desenvolvidos em comparação com o Norte-Nordeste que apenas 41,6% dos seus municípios possuem taxas média e alta de desenvolvimento. O que queremos saber é se o turismo tem alguma relação significativa nesse resultado.

Se observamos o quadro, dos 463 (100%) dos RTR's localizados no Centro-Sul, um 97,8% possuem taxas positiva quanto os IDH e apenas um 2,2% não são desenvolvidos. Em contraposição na Região Norte-Nordeste de um 268 (100%) dos RTR's, encontramos apenas um 40,7% com taxa de desenvolvimento humano e um 59,3% não desenvolvidos. Em relação aos não-RTR's encontramos um 97,3% dos municípios com uma taxa positiva quando ao IDH, e no Norte Nordeste apenas um 41,7% dos não-RTR's são desenvolvidos. Portanto, sejam RTR's ou não-RTR's, o resultado tem muito mais a ver com a localização destes municípios entre os grupos regionais. Com esse resultado fica claro que o desenvolvimento humano no Brasil não tem a ver com o turismo ou com as cidades turísticas ou não turísticas, mas com uma questão estrutural e desigual entre as macrorregiões do país. O problema vai muito mais além de fluxos turísticos e oferta hoteleira, tem muito mais a ver com a incapacidade (ou falta de intenção) das estruturas de oportunidades (Estado, mercado e sociedade) em reajustar problemas estruturais, históricos e

socialmente construídos na região Norte-Nordeste em comparação a região Centro Sul.

Tabela 9: Tabulação cruzada RTR's * IDH (2010) * Macrorregiões - Brasil

Região				IDH (2010)		TOTAL
				não	sim	
Centro sul	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem % em RTR's	78 2,7%	2781 97,3%	2859 100,0%
		sim	Contagem % em RTR's	10 2,2%	453 97,8%	463 100,0%
	Total	Contagem % em RTR's	88 2,6%	3234 97,4%	3322 100,0%	
Norte Nordeste	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem % em RTR's	1152 58,3%	823 41,7%	1975 100,0%
		sim	Contagem % em RTR's	159 59,3%	109 40,7	268 100,0%
	Total	Contagem % em RTR's	1311 58,4%	932 41,6%	2243 100,0%	
Total	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem % em RTR's	1230 25,4%	3604 74,6%	4834 100,0%
		sim	Contagem % em RTR's	169 23,1%	562 76,9%	731 100,0%
	Total	Contagem % em RTR's	1399 25,1%	4166 74,9%	5565 100,0%	

Fonte: (IDHM, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Com esse resultado, podemos começar a reforçar a nossa hipótese que não é uma questão turística, mas estrutural. Ou seja, que para ocorrer o desenvolvimento do Brasil, e principalmente na região Nordeste, cabe uma mudança estrutural de larga escala, para reajustar os problemas históricos e socialmente construídos com a colonização e escravização na região, o que não poderá ser feito exclusivamente com o turismo.

6.1.1.1 Relação entre Turismo e a dimensão Renda

Dentro do discurso sobre o crescimento e/ou desenvolvimento fomentado pelo turismo, encontramos a questão da renda como uma das questões mais defendidas - se não for o principal - pelos apoiadores do turismo. É quase, unanime aqueles que afirmam que o desenvolvimento tem a ver com renda e o emprego, e, portanto, muitos dos governantes vendem o turismo como a alternativa “ótima” para alcançar o tão sonhado desenvolvimento. Com a divulgação das teorias “*Pro-Poor Tourism*”, encontramos uma verdadeira guerra dos lugares para alcançar este cenário internacional do turismo como o caminho para desenvolvimento. Partindo

do pressuposto que a renda é realmente um caminho para o desenvolvimento, é o turismo uma ferramenta capaz de gerar renda para os indivíduos? São os municípios turísticos mais desenvolvidos em renda? São os RTR's os que possuem as melhores rendas no Brasil?

Conforme tabela, dos 731 RTR's, 501 (68,5%) dos municípios possuem taxas positivas quanto a renda. Em comparação do total dos não-RTR's, encontramos um percentual de 64,9% com taxas positivas quanto a renda. A grosso modo, percentualmente os RTR's possuem os melhores níveis de renda em comparação com os não-RTR's. Portanto, podemos dizer que existe uma relação estatística significativa entre os resultados das variáveis?

Tabela 10: Tabulação cruzada RTR's * IDH – Renda (2010) / Brasil

Roteiros Turísticos Regionais		IDH (Renda) - 2010		Total
		não	sim	
não	Contagem	1699	3135	4834
	% em Roteiros turísticos Regionais	35,1%	64,9%	100,0%
sim	Contagem	230	501	731
	% em Roteiros turísticos Regionais	31,5%	68,5%	100,0%
Total	Contagem	1929	3636	5565
	% em Roteiros turísticos Regionais	34,7%	65,3%	100,0%

Fonte: (IDHM, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Conforme o resultado do Qui-quadrado, de $0,051 > 0,05$ é possível comprovar que não existe dependência entre ambas as variáveis. A grosso modo, estatisticamente não existe nenhuma prova que os RTR's tenham se desenvolvido ou sejam mais desenvolvidos em renda do que os não-RTR's.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	3,803 ^a	1	,051		
Correção de continuidade ^b	3,642	1	,056		
Razão de verossimilhança	3,854	1	,050		
Teste Exato de Fisher				,055	,028
Nº de Casos Válidos	5565				

E, onde se concentram os municípios com os melhores níveis de renda no Brasil? É o turismo o motor econômico do Brasil e regiões? Os RTR's na região Centro-Sul do País se encontram quase em sua maioria (95,9%) com nível positivo na dimensão renda. Valor similar encontrado para os não-RTR's, onde 94,1% dos municípios também possuem nível positivo em renda. Em relação ao Norte

Nordeste encontramos uma situação muito parecida, quando os RTR's (21,3%) e não-RTR's (22,5%) possuem uma proporção homogênea enquanto a renda. Porém na região Norte Nordeste, encontramos uma taxa bastante baixa ou negativa em renda (em comparação a região Centro/SUL). Apenas um 22, 5% dos não-RTR's e 21,3% dos municípios RTR's possuem uma taxa positiva referente a dimensão renda.

Esse resultado, mostram mais uma vez, que o turismo não é o fator de desenvolvimento entre as regiões e muito menos no País. A região Norte Nordeste, a região que mais vem priorizando o turismo como política pública nos diferentes estados e municípios, é exatamente a região que possui as piores taxas quanto a renda. Mais uma vez, fica claro que não é uma questão do turismo, mas uma questão estrutural, quando 94,4% dos municípios (RTR's e não-RTR's) no centro sul possuem taxas positivas em renda e em contraposição apenas um 22,3% dos municípios do Norte Nordeste possuem taxas positivas em renda.

Tabela 11: Tabulação cruzada RTR's * IDH (Renda) * Macrorregiões /Brasil

Região				IDH Renda (2010)		Total
				não	sim	
Centro sul	RTR's	Não	Contagem	168	2681	2859
			% em RTR's	5,9%	94,1%	100,0%
	Sim	Contagem	19	444	463	
		em RTR's	4,1%	95,1%	100,0%	
Total		Contagem	187	3135	3322	
		% em RTR's	5,6%	94,4%	100,0%	
Norte Nordeste	Roteiros turísticos Regionais	Não	Contagem	1531	444	1975
			% em RTR's	77,5%	22,5%	100,0%
	Sim	Contagem	211	57	268	
		% em RTR's	78,7%	21,3%	100,0%	
Total		Contagem	1742	501	2243	
		% em RTR's	77,7%	22,3%	100,0%	
Total	Roteiros turísticos Regionais	Não	Contagem	1699	3135	4834
			% em RTR's	35,1%	64,9%	100,0%
	Sim	Contagem	230	501	731	
		% em RTR's	31,5%	68,5%	100,0%	
Total		Contagem	1929	3636	5565	
		% em RTR's	34,7%	65,3%	100,0%	

Fonte: (IDHM, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Se analisamos um qui-quadrado das variáveis (IDH renda) e as regiões macrorregionais (Centro-Sul e Norte-Nordeste) a partir do quadro abaixo,

encontramos um valor de significância de $0,000 < 0,005$ o que comprova nossa hipótese, que a questão não é ser turístico ou não turístico, é regional.

Qui-quadrado

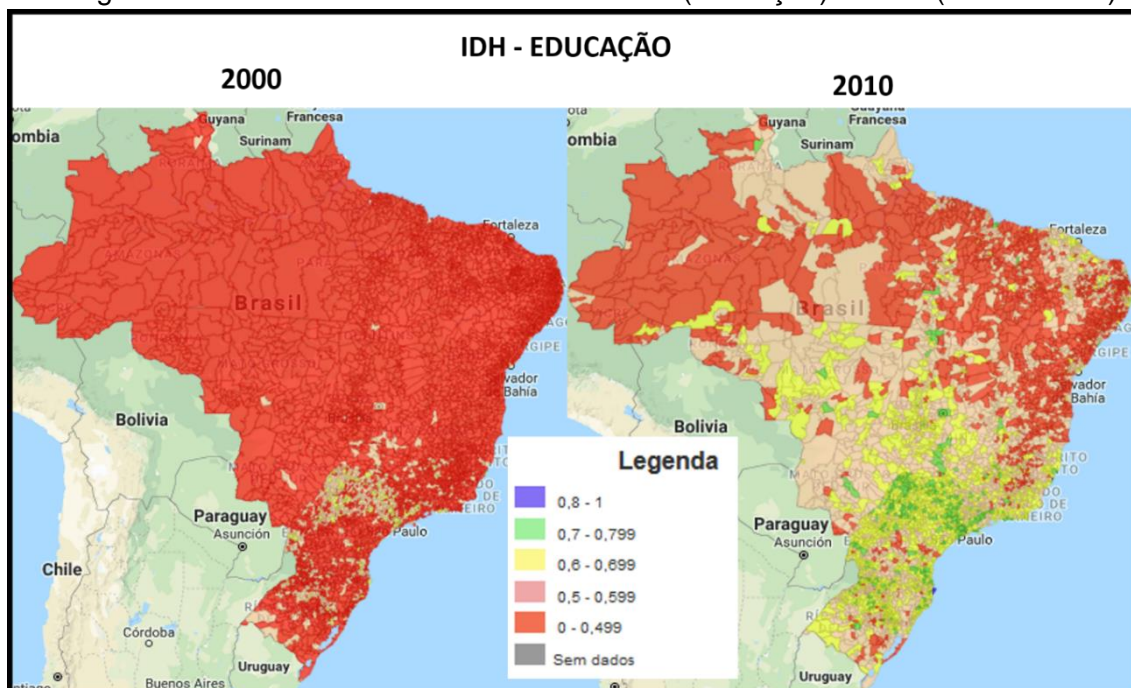
	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	3067,761 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	3064,581	1	,000		
Razão de verossimilhança	3360,593	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Nº de Casos Válidos	5565				

Apesar de existir uma corrente positiva e progressiva entre os defensores do turismo como ferramenta econômica para o crescimento da renda no Brasil, principalmente para a região Nordeste, estatisticamente não se comprova que exista uma relação de dependência entre ambas as variáveis. O que encontramos é uma marcada desigualdade macrorregional entre as regiões Norte-Nordeste e Centro Sul.

6.1.1.2 Relação entre o desenvolvimento do Turismo e a dimensão Educação

A educação é um dos fatores do tripé do Índice Desenvolvimento Humano no Brasil e no mundo e, portanto, podemos afirmar que não existe desenvolvimento sem educação. Se observamos a figura, podemos ver que houve uma progressão dos níveis de educação no País e regiões em curto tempo. No ano de 2000, o índice de desenvolvimento em educação era majoritariamente muito baixo em praticamente todo o país. Podemos encontrar umas manchas de educação no sudeste e sul. No ano de 2010, encontramos um cenário de educação totalmente diferente. Níveis alto de educação no Centro Sul e níveis muito baixos, baixos e médio de educação no Norte e Nordeste.

Figura 46: Índice de desenvolvimento humano (educação) / Brasil (2000 e 2010)



Fonte: Atlas realizado pelo PNUD, com os dados demográficos feitos pelo IBGE (2000; 2010).

Visto, a progressão do desenvolvimento em educação no Brasil entre o censo de 2000 e 2010, cabe a reflexão se o turismo teve sua parte de colaboração, sobretudo para a melhora do nível de educação nos territórios do Nordeste? São os municípios turísticos os que possuem as melhores taxas de educação? Conforme tabela 12, 38,4% dos RTR's possuem grau positivo em educação em comparação com os 35,1% dos não-RTR's. A grosso modo, 3% dos RTR's possuem melhores taxas em educação do que os municípios não-RTR's. Mas é possível dizer que existe uma pré-disposição dos RTR's possuírem melhores níveis de educação em comparação aos não-RTR's?

Tabela 12: Tabulação cruzada RTR's * IDH (Educação) - 2010 /Brasil

			IDH Educação (2010)		Total
			não	sim	
RTR's	não	Contagem	3139	1695	4834
		% em Roteiros turísticos Regionais	64,9%	35,1%	100,0%
	sim	Contagem	450	281	731
		% em Roteiros turísticos Regionais	61,6%	38,4%	100,0%
Total		Contagem	3589	1976	5565
		% em Roteiros turísticos Regionais	64,5%	35,5%	100,0%

Fonte: (IDHM, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Conforme o valor de significância assintótica de $0,075 > 0,05$, é nula a hipótese que existe uma relação entre ambas as variáveis. Portanto não podemos

dizer que são os RTR's mais desenvolvidos ou que possuem pré-disposição para sê-lo.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	3,161 ^a	1	,075		
Correção de continuidade ^b	3,015	1	,082		
Razão de verossimilhança	3,130	1	,077		
Teste Exato de Fisher				,082	,042
Nº de Casos Válidos	5565				

São os RTR's desenvolvidos (IDH educação) igualmente nas diferentes regiões do Brasil? Na região centro sul, os RTR's (58,1%) e os não-RTR's (55,1%) apresentam taxas similares em nível de educação. No Caso do Norte Nordeste, os RTR's e os não-RTR's apresentam taxas de educação muito similar. Ademais, é possível observar a baixíssima taxa de educação no Norte/Nordeste, tanto em relação aos não-RTR's (6,1%) quanto aos RTR's (4,5%). Portanto, mais uma vez, chama a atenção da desigualdade estrutural entre as macrorregiões do Brasil.

Tabela 13: Tabulação cruzada RTR's * IDH Educação (2010) * Macrorregiões / Brasil

Macrorregiões				IDH (Educação) - 2010		Total
				não	sim	
Centro sul	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem	1285	1574	2859
			% em RTR's	44,9%	55,1%	100,0%
	sim	Contagem	194	269	463	
		% em RTR's	41,9%	58,1%	100,0%	
Total			Contagem	1479	1843	3322
			% em RTR's	44,5%	55,5%	100,0%
Norte Nordeste	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem	1854	121	1975
			% em RTR's	93,9%	6,1%	100,0%
	sim	Contagem	256	12	268	
		% em RTR's	95,5%	4,5%	100,0%	
Total			Contagem	2110	133	2243
			% em RTR's	94,1%	5,9%	100,0%
Total	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem	3139	1695	4834
			% em RTR's	64,9%	35,1%	100,0%
	sim	Contagem	450	281	731	
		% em RTR's	61,6%	38,4%	100,0%	
Total			Contagem	3589	1976	5565
			% em RTR's	64,5%	35,5%	100,0%

Fonte: (IDHM, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

6.1.2 Turismo e Vulnerabilidade social no Brasil

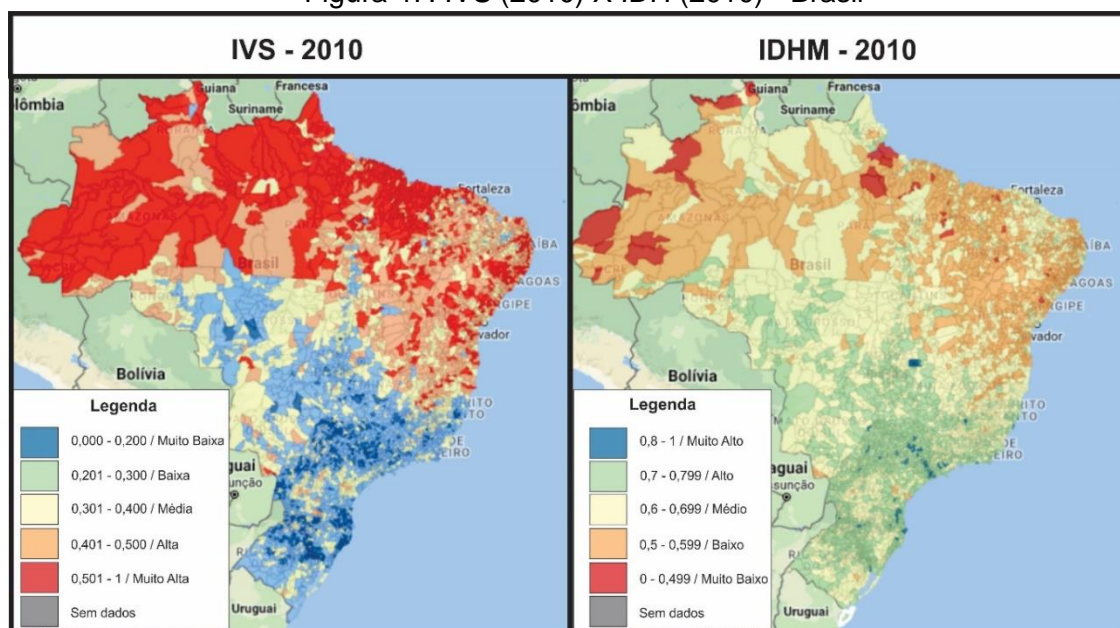
Com as análises realizadas, podemos afirmar que desenvolvimento tem a ver com muitas variáveis. Mas para que aconteça este desenvolvimento tão

sonhado, antes de mais nada, é necessário entender sua relação com a vulnerabilidade social. Uma sociedade vulnerável não consegue desenvolver ferramentas para alcançar o bem-estar a médio e longo prazo. Acreditamos que existe uma relação direta e inversamente proporcional entre a diminuição da vulnerabilidade social e o crescimento do desenvolvimento humano, como já discutimos anteriormente.

Se observamos e comparamos o resultado do IVS (2010) e o IDH (2010) podemos observar que a maioria dos municípios menos vulneráveis (região Centro-Sul), são os municípios com maiores taxas de desenvolvimento. Assim, como os municípios mais vulneráveis (Norte e Nordeste), são os municípios com as piores taxas de desenvolvimento humano (fig.51).

Mas existe de fato, uma relação entre o IDH e IVS? Estatisticamente podemos provar que existe uma relação entre estes dois índices, em particular? Será que a diminuição da vulnerabilidade é realmente um caminho para a construção de uma sociedade mais desenvolvida?

Figura 47: IVS (2010) X IDH (2010) - Brasil



Fonte: IDHM (2010); IVS (2010).

Criando uma tabulação cruzada entre o IVS (2010) e o IDH (2010) podemos analisar que dos 3.585 (100%) municípios não-vulneráveis no Brasil, 3.274 (91,3%) são desenvolvidos e apenas 311 (8,7%) dos não-vulneráveis são não desenvolvidos. Em contraposição, dos municípios vulneráveis, do total de 1980

(100%), 892 (45,1%) municípios são desenvolvidos enquanto 54,9% não são desenvolvidos. Portanto, os municípios que possuem baixas taxas de vulnerabilidade social, são bem mais desenvolvidos em comparação aos municípios vulneráveis. Em termos absolutos e relativos podemos encontrar que existe uma relação estreita entre ambos os índices, mas existe de fato uma relação de dependência entre estas variáveis?

Tabela 14: Tabulação cruzada IVS - 2010 * IDH - 2010 /Brasil

			IDH - 2010		Total
			não	sim	
IVS	não	Contagem	311	3274	3585
		% em IVS - 2010	8,7%	91,3%	100,0%
		% em IDH - 2010	22,2%	78,6%	64,4%
		% do Total	5,6%	58,8%	64,4%
sim	Contagem	1088	892	1980	
		% em IVS - 2010	54,9%	45,1%	100,0%
		% em IDH - 2010	77,8%	21,4%	35,6%
		% do Total	19,6%	16,0%	35,6%
Total	Contagem	1399	4166	5565	
		% em IVS - 2010	25,1%	74,9%	100,0%
		% em IDH - 2010	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	25,1%	74,9%	100,0%

Fonte: (IDHM, 2010; IVS, 2010). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Se analisamos estatisticamente com o teste do Qui-quadrado se existe uma relação significativa de dependência entre o IDH X IVS, podemos observar que o valor de significância de dependência é $0,000 < 0,05$ o que comprova nossa hipótese que existe uma relação direta e estreita entre ambos os índices. Portanto, podemos dizer que são processos inversos, mas são conjunto de um mesmo par.

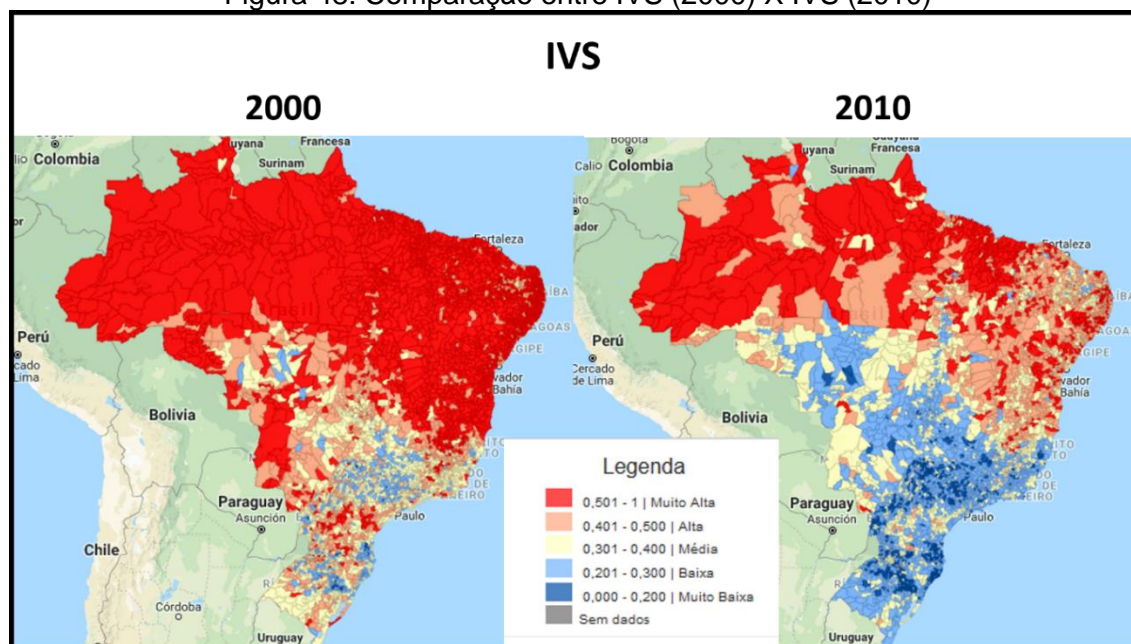
Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	1451,327 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	1448,869	1	,000		
Razão de verossimilhança	1435,511	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Nº de Casos Válidos	5565				

Na continuidade se observamos o IVS (2000) e o IVS (2010) podemos ver que houve uma mudança/diminuição significativa da vulnerabilidade social no Brasil e suas regiões em 10 anos (2000-2010). A região do Centro Sul foi a maior protagonista na diminuição dos níveis de vulnerabilidade social em comparação

com a Região Nordeste. A região Centro-Sul, que possuía níveis baixos de vulnerabilidade social no censo de 2000, aparece ainda menos vulnerável em 2010.

Figura 48: Comparação entre IVS (2000) X IVS (2010)



Fonte: IVS (2000; 2010), elaborado a partir dos dados censitários do IBGE.

A região Nordeste também teve uma diminuição do cenário de vulnerabilidade social, entretanto, a mudança foi menos significativa e expressiva em relação a Região Centro Sul. O cenário de vulnerabilidade do Norte Nordeste caiu de muito alta vulnerabilidade em 2000, para alta vulnerabilidade, e alguns poucos casos de média vulnerabilidade.

Visto, que o cenário de vulnerabilidade social mudou e diminuiu no Brasil, ao longo de 10 anos, é possível afirmar que o turismo pode ser uma das causas desse resultado? É possível dizer que existe uma relação de dependência estatística entre o turismo e a diminuição da vulnerabilidade social no Brasil e regiões? São os DIT's, os RTR's e os municípios litorâneos menos vulneráveis em relação aos municípios não-turísticos?

Conforme o quadro abaixo podemos observar que em termos proporcionais os DIT's são menos vulneráveis do que os não-DIT's, ou seja, apenas um 20% dos DIT's são vulneráveis em comparação aos 35,8% dos não-DIT's em situação de vulnerabilidade social. Em uma análise básica podemos dizer que os percentuais aparecem com um número heterogêneo para ambas os grupos. Ao contrário dos resultados encontramos entre os municípios turísticos e não turísticos,

encontramos no índice de vulnerabilidade social um valor e uma diferença bastante significativa entre os grupos DIT's e não-DIT'S.

Tabela 15: Tabulação cruzada (DIT's) * IVS (2010) / Brasil

			IVS - 2010		Total
			não	sim	
Destinos Indutores do desenvolvimento turístico regional (DIT's)	não	Contagem	3533	1967	5500
		% em (DIT's)	64,2%	35,8%	100,0%
		% em IVS - 2010	98,5%	99,3%	98,8%
		% do Total	63,5%	35,3%	98,8%
	sim	Contagem	52	13	65
		% em (DIT's)	80,0%	20,0%	100,0%
		% em IVS - 2010	1,5%	0,7%	1,2%
		% do Total	0,9%	0,2%	1,2%
Total	Contagem	3585	1980	5565	
	% em (DIT's)	64,4%	35,6%	100,0%	
	% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	64,4%	35,6%	100,0%	

Fonte: (IVS, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Podemos dizer que existe uma relação entre o DIT's e a vulnerabilidade social? Conforme o Qui-quadrado de 0,008 <0,05, podemos dizer que existe uma relação de dependência entre ambas as variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	6,965 ^a	1	,008		
Correção de continuidade ^b	6,294	1	,012		
Razão de verossimilhança	7,630	1	,006		
Teste Exato de Fisher				,009	,005
Nº de Casos Válidos	5565				

Portanto, a pesar de não ser os DIT's os mais desenvolvidos, eles aparecem, dentro do índice de vulnerabilidade social como os menos vulneráveis (com uma diferença significativa). E onde se concentram os DIT's menos vulneráveis em relação as macrorregiões?

Conforme quadro abaixo, podemos observar que tanto no Centro Sul quanto na região Norte Nordeste, os DIT's aparecem como menos vulneráveis do que os não DIT's. No Centro Sul apenas 7% dos não-DIT's são vulneráveis, e 0% (nenhum) DIT's é vulnerável. No Norte Nordeste, 78,5% dos municípios não-DIT's são vulneráveis, em comparação com os DIT's que são 38,2%.

Em termos gerais, os DIT's aparecem menos vulneráveis do que os não-DIT's em ambas as regiões. Entretanto, chama atenção que no Centro-Sul, ambos os grupos (turísticos e não turísticos) a grande maioria (quase 100%) dos municípios não são vulneráveis, enquanto no Norte Nordeste um 77,9% dos municípios (turísticos e não turísticos) são vulneráveis. Portanto, é nítido que os DIT's têm uma grande significância quando falamos da região Norte Nordeste, quando são eles bem menos vulneráveis do que os demais municípios.

Tabela 16: Tabulação cruzada (DIT's) * IVS (2010) * Macrorregiões / Brasil

Macrorregiões				IVS - 2010		Total
				não	sim	
Centro sul	DIT's	não	Contagem	3059	232	3291
			% em (DIT's)	93,0%	7,0%	100,0%
			% em IVS - 2010	99,0%	100,0%	99,1%
	sim	Contagem	31	0	31	
		% em (DIT's)	100,0%	0,0%	100,0%	
		% em IVS - 2010	1,0%	0,0%	0,9%	
Total			Contagem	3090	232	3322
			% em (DIT's)	93,0%	7,0%	100,0%
			% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%
Norte Nordeste	DIT's	não	Contagem	474	1735	2209
			% em (DIT's)	21,5%	78,5%	100,0%
			% em IVS - 2010	95,8%	99,3%	98,5%
	sim	Contagem	21	13	34	
		% em (DIT's)	61,8%	38,2%	100,0%	
		% em IVS - 2010	4,2%	0,7%	1,5%	
Total			Contagem	495	1748	2243
			% em regional (DIT's)	22,1%	77,9%	100,0%
			% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%
Total	DIT's	não	Contagem	3533	1967	5500
			% em regional (DIT's)	64,2%	35,8%	100,0%
			% em IVS - 2010	98,5%	99,3%	98,8%
	sim	Contagem	52	13	65	
		% em regional (DIT's)	80,0%	20,0%	100,0%	
		% em IVS - 2010	1,5%	0,7%	1,2%	
Total			Contagem	3585	1980	5565
			% em regional (DIT's)	64,4%	35,6%	100,0%
			% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizado com SPSS.

E, em relação aos RTR's, são os RTR's menos vulneráveis? Conforme o quadro os municípios não-RTR's são mais vulneráveis que os RTR's, quando dos 4.834 (100%) municípios não-RTR's, 1747 (36,1%) municípios são vulneráveis, enquanto dos 731 (100%) RTR's, 233 (31,9%) são vulneráveis.

Tabela 17: Tabulação cruzada (RTR's) * IVS (2010) / Brasil

Roteiros turísticos Regionais		IVS (2010)		Total
		não	sim	
não	Contagem	3087 _a	1747 _b	4834
	% em Roteiros turísticos Regionais	63,9%	36,1%	100,0%
	% em IVS - 2010	86,1%	88,2%	86,9%
sim	Contagem	498 _a	233 _b	731
	% em Roteiros turísticos Regionais	68,1%	31,9%	100,0%
	% em IVS - 2010	13,9%	11,8%	13,1%
Total	Contagem	3585	1980	5565
	% em Roteiros turísticos Regionais	64,4%	35,6%	100,0%
	% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: (IBGE, 2010). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Existe uma relação de dependência direta entre estas variáveis? Estatisticamente conforme o valor de $0,025 < 0,05$, é válida a hipótese que existe uma relação de dependência entre as duas variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	5,041 ^a	1	,025		
Correção de continuidade ^b	4,857	1	,028		
Razão de verossimilhança	5,114	1	,024		
Teste Exato de Fisher				,025	,013
Nº de Casos Válidos	5565				

Portanto, a vulnerabilidade no Brasil tem a ver com o turismo ou com uma questão macrorregional? Na região Centro Sul, tanto os RTR's quanto os não-RTR's aparecem com uma baixa taxa de vulnerabilidade social. No Norte Nordeste encontramos uma mesma situação, quando 78% dos não-RTR's são vulneráveis e 77,6% dos RTR's são também vulneráveis. Em termos gerais, não são os RTR's menos vulneráveis que os demais municípios. Entretanto, de fato, são os municípios (RTR e não-RTR) no centro sul muito menos vulneráveis (7%) do que em comparação com o Norte Nordeste (77,9%), o que reafirma que a questão não é o turismo ou não turismo, mas tem a ver com questões de desigualdade estrutural entre as macrorregiões brasileiras. Vamos apresentar esta discussão com mais detalhe na continuidade.

Tabela 18: Tabulação cruzada (RTR's) * IVS (2010) * Macrorregiões / Brasil

Macrorregiões			IVS (2010)		Total	
			não	sim		
Centro sul	RTR's	não	Contagem	2652	207	2859

		% em Roteiros turísticos Regionais	92,8%	7,2%	100,0%	
		% em IVS - 2010	85,8%	89,2%	86,1%	
	sim	Contagem	438	25	463	
		% em Roteiros turísticos Regionais	94,6%	5,4%	100,0%	
		% em IVS - 2010	14,2%	10,8%	13,9%	
	Total	Contagem	3090	232	3322	
		% em Roteiros turísticos Regionais	93,0%	7,0%	100,0%	
		% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%	
Norte Nordeste	RTR's	não	Contagem	435	1540	1975
			% em Roteiros turísticos Regionais	22,0%	78,0%	100,0%
			% em IVS - 2010	87,9%	88,1%	88,1%
		sim	Contagem	60	208	268
			% em Roteiros turísticos Regionais	22,4%	77,6%	100,0%
			% em IVS - 2010	12,1%	11,9%	11,9%
	Total	Contagem	495	1748	2243	
		% em Roteiros turísticos Regionais	22,1%	77,9%	100,0%	
		% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%	
Total	RTR's	não	Contagem	3087	1747	4834
			% em Roteiros turísticos Regionais	63,9%	36,1%	100,0%
			% em IVS - 2010	86,1%	88,2%	86,9%
		sim	Contagem	498	233	731
			% em Roteiros turísticos Regionais	68,1%	31,9%	100,0%
			% em IVS - 2010	13,9%	11,8%	13,1%
	Total	Contagem	3585	1980	5565	
		% em Roteiros turísticos Regionais	64,4%	35,6%	100,0%	
		% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: (IVS, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Em relação aos municípios litorâneos, são os municípios litorâneos menos vulneráveis? Conforme quadro, dos 5296 (100%) dos municípios não litorâneos do Brasil, são 1842 (34,8%) deles vulneráveis e 3454 (65,2%) não vulneráveis. Em contraposição, dos 269 (100%) municípios litorâneos, são 138 (51,3%) vulneráveis e 131 (48,7%) não vulneráveis. Portanto, não são os municípios litorâneos menos vulneráveis no Brasil. Apesar de que a grande maioria das capitais e metrópoles se concentrem na costa litorânea brasileira e que o crescimento do Brasil se der quase que prioritariamente do litoral ao interior, os municípios interioranos aparecem percentualmente menos vulneráveis do que os litorâneos.

Tabela 19: Tabulação cruzada Municípios Litorâneos * IVS (2010) /Brasil

Municípios Litorâneos		IVS - 2010		Total
		não	sim	
não litorâneo	Contagem	3454	1842	5296
	% em Municípios Litorâneos	65,2%	34,8%	100,0%
	% em IVS - 2010	96,3%	93,0%	95,2%
sim	Contagem	131	138	269
	% em Municípios Litorâneos	48,7%	51,3%	100,0%
	% em IVS - 2010	3,7%	7,0%	4,8%
Total	Contagem	3585	1980	5565
	% em Municípios Litorâneos	64,4%	35,6%	100,0%
	% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: (IVS, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

E existe uma relação de dependência entre ambas as variáveis? Conforme o qui-quadrado de $0,000 < 0,05$ podemos afirmar que existe uma relação de dependência significativa e estatística entre as variáveis. Neste caso, existe uma predominância estatística entre a produção da vulnerabilidade social e os municípios litorâneos, a pesar do maciço investimento no Brasil e Nordeste brasileiro em inserir a costa litorânea no cenário turístico internacional, não é a costa litorânea, nem mais desenvolvida e tampouco menos vulnerável que os municípios não litorâneos.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	30,482 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	29,765	1	,000		
Razão de verossimilhança	29,177	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Nº de Casos Válidos	5565				

6.1.2.1 Relação entre Turismo e a Dimensão Infraestrutura

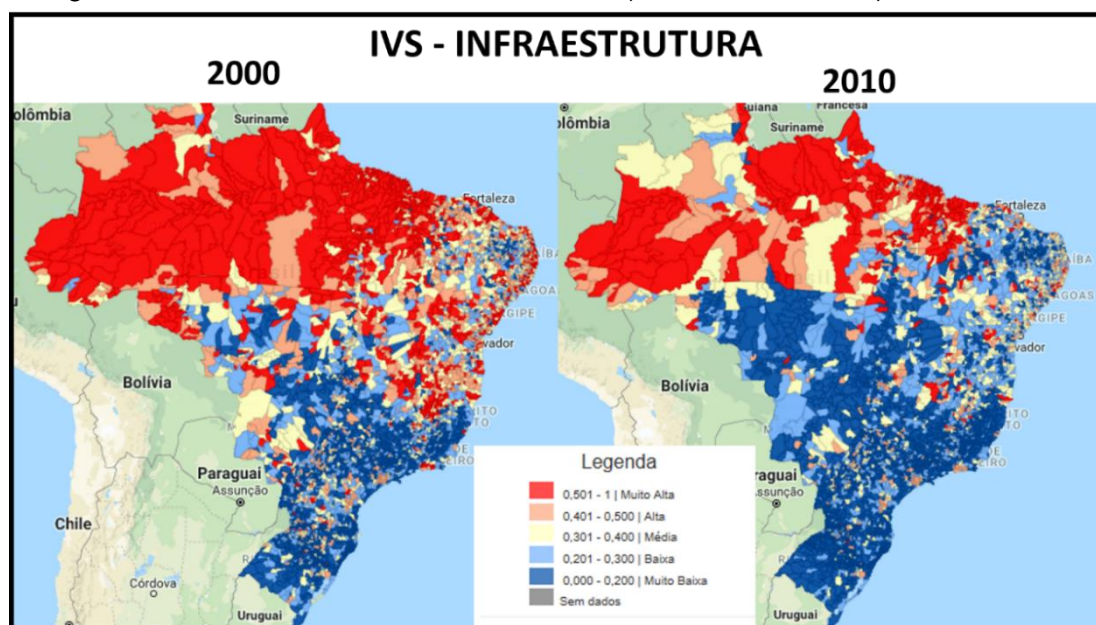
A dimensão que contempla a vulnerabilidade da Infraestrutura Urbana procura refletir as condições de acesso a serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, por serem dois aspectos relacionados ao lugar de domicílio das pessoas que impactam significativamente sua qualidade de vida. Foram escolhidos, para compor essa dimensão, indicadores sobre a presença de redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no território; bem como o indicador do tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho, pela população ocupada de baixa renda, do território em tela.

Portanto, a infraestrutura aparece como uma dimensão importante para análise da qualidade e de vida e do desenvolvimento local. Ademais, se voltamos ao cenário turístico, a infraestrutura é também um dos principais componentes para o desenvolvimento da atividade, sabendo-se que se necessitam de aeroportos e rodovias para a recepção e distribuição dos fluxos. Por isso a infraestrutura foi o componente mais beneficiado e investido nas políticas públicas de turismo no Brasil e região Nordeste. Desde o Prodetur até os investimentos do PAC, foram

financiadas obras em aeroportos (construção, ampliação e manutenção), rodovias (construção, pavimentação e duplicação), além dos investimentos em saneamento básico e revitalização do acervo de patrimônio histórico e outros.

Foram mais de bilhões de reais financiados através do BID e do Ministério de turismo no Brasil direcionado para apoiar e consolidar o Brasil e os Roteiros Turísticos Regionais no cenário internacional do turismo. Portanto, cabe entender como anda a infraestrutura do Brasil?

Figura 49: Cenário de vulnerabilidade social (ativo infraestrutura) - 2000 e 2010



Fonte: IVS (2000; 2010), elaborado a partir dos dados censitários do IBGE.

Conforme figura podemos observar que houve uma diminuição da vulnerabilidade social no ativo infraestrutura no Brasil, principalmente no Norte Nordeste. É possível ver que na questão da infraestrutura, o resultado da vulnerabilidade no Centro Sul, ainda no censo de 2000, era de baixo e muito baixo grau de vulnerabilidade social. Portanto, a mudança a respeito à infraestrutura entre o censo de 2000 e 2010 aconteceu com mais visibilidade no Norte e Nordeste, sobretudo no Nordeste. Portanto, o cenário de vulnerabilidade social em infraestrutura a respeito ao censo de 2010 é de uma maioria de municípios com muito baixo e baixo vulnerabilidade social. Mas, em termos gerais, podemos dizer que este cenário do Brasil e Nordeste tem a ver com o turismo?

Em outras palavras, são os RTR's menos vulneráveis em relação a dimensão infraestrutura? Conforme o quadro os RTR (21,8%) são mais vulneráveis que os não-RTR's (15,2%). Apesar do maciço investimento das políticas públicas

de turismo destinados a rodovias (construção, ampliação e pavimentação) e em aeroportos (construção e ampliação/cap.6), não são os municípios turísticos os menos vulneráveis em infraestrutura dentro do Brasil.

Tabela 20: Tabulação cruzada RTR's * IVS (Infraestrutura) - 2010 /Brasil

		IVS (Infraestrutura) - 2010		Total
		não	sim	
Roteiros Turísticos Regionais	não Contagem	4101	733	4834
	% em Roteiros turísticos Regionais	84,8%	15,2%	100,0%
	sim Contagem	572	159	731
	% em Roteiros turísticos Regionais	78,2%	21,8%	100,0%
Total	Contagem	4673	892	5565
	% em Roteiros turísticos Regionais	84,0%	16,0%	100,0%

Fonte: (IVS, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Mas, podemos dizer que existe uma relação estatística que aproxime estas variáveis? Com o resultado do qui-quadrado de Pearson de valor $0,000 < 0,05$ é confirmada a hipótese que existe uma relação de dependência entre estas duas variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	20,473 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	19,987	1	,000		
Razão de verossimilhança	19,066	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Nº de Casos Válidos	5565				

Visto, que os não-RTR's são menos vulneráveis que os RTR's, e, portanto, o turismo não parece ser a causa ou a ferramenta da diminuição da vulnerabilidade social em infraestrutura no Brasil, podemos dizer que existe uma relação entre o IVS (infraestrutura), o turismo e as macrorregiões do Brasil? Tanto no Centro Sul como na região Norte Nordeste os RTR's aparecem como mais vulneráveis em infraestrutura que os não-RTR's. Portanto, nem no Norte Nordeste, e muito menos no Centro Sul, parece existir uma relação significativa entre o desenvolvimento do turismo (PRODETUR, em geral) e a diminuição da vulnerabilidade em infraestrutura.

Tabela 21: Tabulação cruzada RTR's * IVS (Infraestrutura) - 2010 * Região /Brasil

Região	IVS (Infraestrutura) - 2010		Total
	não	sim	

Centro sul	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem	2685 ^a	174 ^b	2859
			% em RTR's	93,9%	6,1%	100,0%
			% em IVS (Infraestrutura) -	87,4%	69,9%	86,1%
		sim	Contagem	388 ^a	75 ^b	463
			% em RTR's	83,8%	16,2%	100,0%
			% em IVS (Infraestrutura)	12,6%	30,1%	13,9%
	Total		Contagem	3073	249	3322
			% em RTR's	92,5%	7,5%	100,0%
			% em IVS (Infraestrutura)	100,0%	100,0%	100,0%
Norte Nordeste	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem	1416 ^a	559 ^a	1975
			% em RTR's	71,7%	28,3%	100,0%
			% em IVS (Infraestrutura)	88,5%	86,9%	88,1%
		sim	Contagem	184 ^a	84 ^a	268
			% em RTR's	68,7%	31,3%	100,0%
			% em IVS (Infraestrutura)	11,5%	13,1%	11,9%
	Total		Contagem	1600	643	2243
			% em RTR's	71,3%	28,7%	100,0%
			% em IVS (Infraestrutura)	100,0%	100,0%	100,0%
Total	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem	4101 ^a	733 ^b	4834
			% em RTR's	84,8%	15,2%	100,0%
			% em IVS (Infraestrutura)	87,8%	82,2%	86,9%
		sim	Contagem	572 ^a	159 ^b	731
			% em RTR's	78,2%	21,8%	100,0%
			% em IVS (Infraestrutura)	12,2%	17,8%	13,1%
	Total		Contagem	4673	892	5565
			% em RTR's	84,0%	16,0%	100,0%
			% em IVS (Infraestrutura)	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: (IVS, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

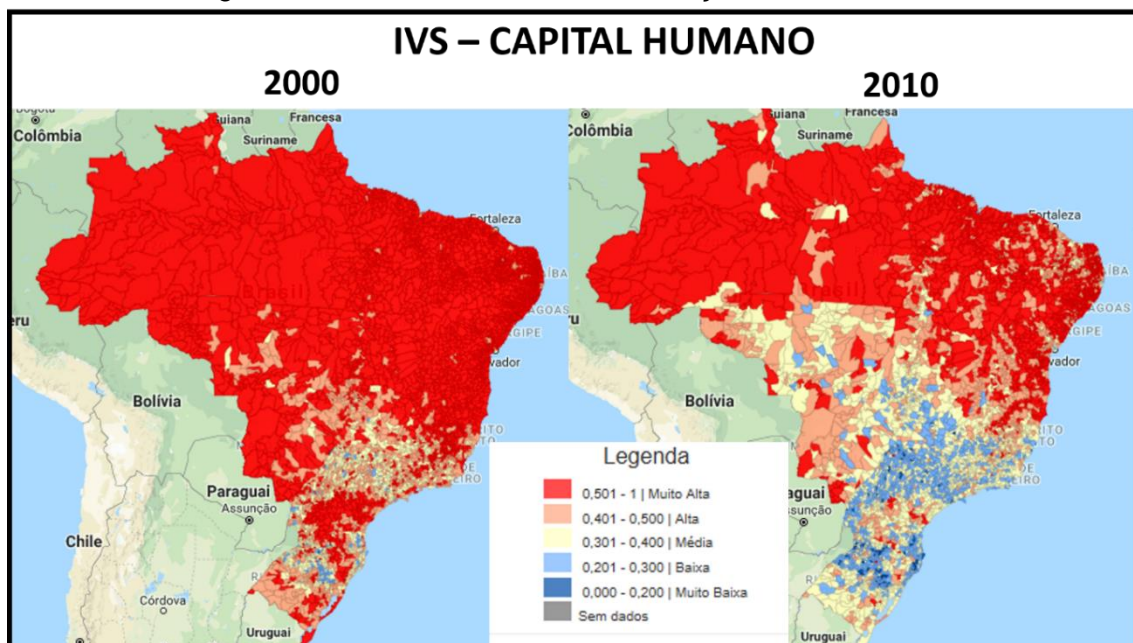
6.1.2.2 Relação ente Turismo e a dimensão Capital Humano

A dimensão Capital Humano envolve dois tipos de ativos que determinam as perspectivas de futuro dos indivíduos: suas condições de saúde e seu acesso à educação. Neste sentido, o IVS (Brasil) selecionou para essa dimensão variáveis que refletem não só a presença atual destes ativos nos domicílios, mas também as possibilidades de sua ampliação pelas gerações mais jovens.

Das variáveis selecionadas, podemos destacar as variáveis de mortalidade infantil, escolaridade dos chefes de família, a frequência de crianças na escola, gravides na adolescência e analfabetismo. O capital Humano ou ativos sociais na escala humana, está associado as variáveis não-tangíveis ou imateriais e são extremamente importantes para a medição das situações de bem-estar e de desenvolvimento social dos territórios. Infelizmente não existe nenhuma política pública de turismo (ação) que tenha investido diretamente nesse capital, entretanto, o turismo como atividade econômica e social poder influenciar indiretamente na decisão dos governos (estados e prefeituras) e das famílias em investir em capital humano.

Conforme a figura é possível observar a diminuição do grau de vulnerabilidade social em Capital Humano entre os censos dos anos 2000 e 2010, principalmente na região do Centro Sul. Enquanto a maioria dos municípios do Centro Sul diminuíram seu grau de vulnerabilidade social em Capital Humano (cor vermelha), a região Norte e Nordeste teve alguns poucos municípios que diminuíram seu grau de vulnerabilidade social em Capital Humano. Em termos gerais, a diminuição da vulnerabilidade social se concentrou, quase que majoritariamente na região Centro Sul.

Figura 50: Resultado do IVS em educação entre 2000 e 2010



Fonte: IVS (2000; 2010), elaborado a partir dos dados censitários do IBGE.

Visto que existe uma mudança significativa entre a diminuição da vulnerabilidade social em Capital Humano no Brasil entre os censos de 2000 e 2010, é possível afirmar que existe alguma relação de dependência com o turismo? Quer dizer, São os RTR's menos vulneráveis em relação ao capital humano do que os não-RTR's? Conforme o quadro abaixo os RTR's são menos vulneráveis em capital humano do que os não-RTR's. Do total dos não-RTR's (4.834), 2529 (52,3%) são vulneráveis em comparação com os RTR's que são 44,2% vulneráveis. Em termos gerais, observando o resultado para os municípios turísticos e não turísticos, encontramos um 51,2% de municípios vulneráveis em capital humano no Brasil.

Tabela 22: Tabulação cruzada RTR's * IVS (Capital Humano) - 2010 /Brasil

Roteiros Turísticos Regionais		IVS (Capital Humano) - 2010		Total
		não	sim	
não	Contagem	2305	2529	4834
	% em RTR's	47,7%	52,3%	100,0%
sim	Contagem	408	323	731
	% em RTR's	55,8%	44,2%	100,0%
Total	Contagem	2713	2852	5565
	% em RTR's	48,8%	51,2%	100,0%

Fonte: (IVS, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Conforme o Qui-quadrado de $0,000 < 0,05$ confirma que existe uma relação explícita entre estas duas variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	16,802 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	16,478	1	,000		
Razão de verossimilhança	16,817	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Nº de Casos Válidos	5565				

E onde se concentram os municípios menos e/ou mais vulneráveis no Brasil? Existe uma questão macrorregional em relação ao capital humano? A pesar de existir uma relação positiva entre o IVS (Capital humano) e o RTR's, cabe entender essa relação no país. Conforme o quadro na região centro sul, apenas um 21,9% total dos municípios possuem taxas negativas quanto ao capital humano. Sejam os não-RTR's (22,4%) ou RTR's (19,2%), os resultados quase que similares nos dois grupos.

Em relação ao Norte Nordeste, um total de 94,7% dos municípios são vulneráveis em capital humano, apenas um 5,3% dos municípios são não-vulneráveis. No caso da Região Norte Nordeste, os RTR's aparecem como menos vulneráveis em comparação com os não-RTR's. Este resultado tem relação com o caso que uma grande parte dos RTR's são capitais ou municípios de região metropolitanas. Dentro do Brasil, estas regiões metropolitanas são as áreas que concentram os melhores índices educação, quando são nestas áreas que concentram os melhores centros educacionais e os trabalhos mais qualificados.

Tabela 23: Tabulação cruzada RTR's * IVS (Capital Humano) - 2010 * Região /Brasil

Região				IVS (Capital Humano) - 2010		Total
				não	sim	
Centro sul Nordeste	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem	2219 _a	640 _a	2859
			% em RTR's	77,6%	22,4%	100,0%
			% em IVS (Capital Humano)	85,6%	87,8%	86,1%
		sim	Contagem	374 _a	89 _a	463
			% em RTR's	80,8%	19,2%	100,0%
			% em IVS (Capital Humano)	14,4%	12,2%	13,9%
Total		Contagem	2593	729	3322	
		% em RTR's	78,1%	21,9%	100,0%	
		% em IVS (Capital Humano)	100,0%	100,0%	100,0%	
Norte Nordeste	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem	86 _a	1889 _b	1975
			% em RTR's	4,4%	95,6%	100,0%
			% em IVS (Capital Humano)	71,7%	89,0%	88,1%
		sim	Contagem	34 _a	234 _b	268
			% em RTR's	12,7%	87,3%	100,0%
			% em IVS (Capital Humano)	28,3%	11,0%	11,9%
Total		Contagem	120	2123	2243	
		% em RTR's	5,3%	94,7%	100,0%	
		% em IVS (Capital Humano)	100,0%	100,0%	100,0%	
Total	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem	2305 _a	2529 _b	4834
			% em RTR's	47,7%	52,3%	100,0%
			% em IVS (Capital Humano)	85,0%	88,7%	86,9%
		sim	Contagem	408 _a	323 _b	731
			% em RTR's	55,8%	44,2%	100,0%
			% em IVS (Capital Humano)	15,0%	11,3%	13,1%
Total		Contagem	2713	2852	5565	
		% em RTR's	48,8%	51,2%	100,0%	
		% em IVS (Capital Humano)	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: (IVS, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

6.1.2.3 TURISMO e dimensão RENDA e TRABALHO

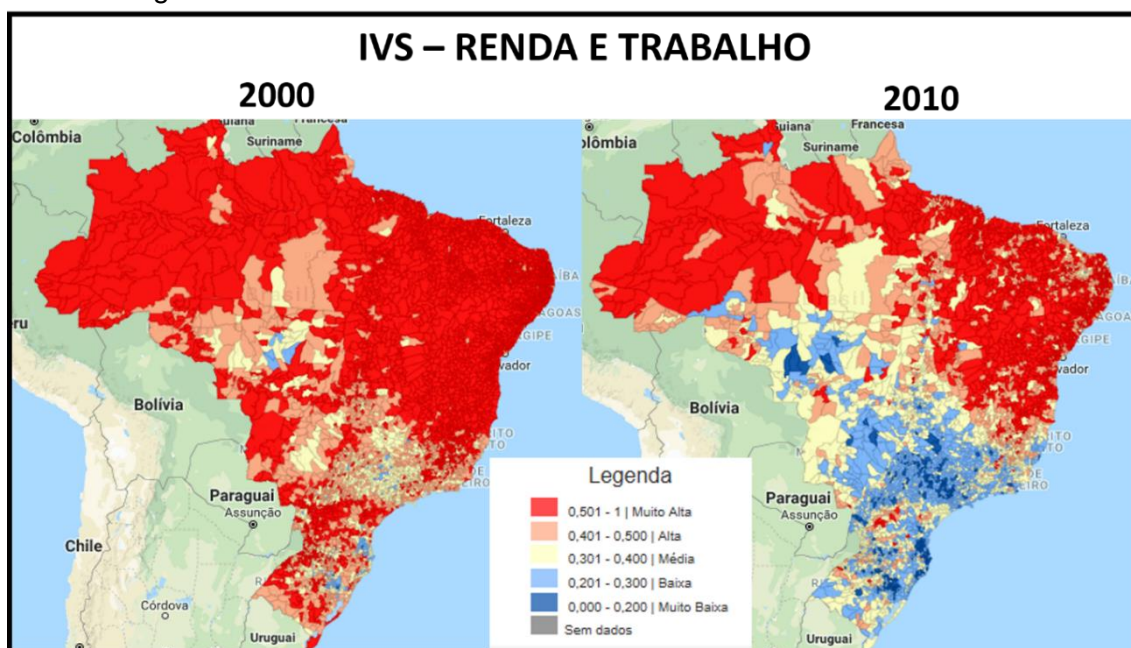
A vulnerabilidade de Renda e Trabalho agrupa não só indicadores relativos à insuficiência de renda das famílias como incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda insuficiente, configuram um estado de insegurança de renda das famílias: a desocupação de adultos, a ocupação informal de adultos pouco escolarizados, a dependência da família com relação à renda de pessoas idosas, assim como a presença de trabalho infantil.

Com certeza, trabalho e renda são as dimensões mais fortes do discurso a favor do turismo. Não é nenhuma novidade que os governos, empresas privadas e instituições públicas investem no turismo com o discurso associado ao potencial dessa atividade de gerar emprego e renda para as comunidades. É neste contexto da potencialidade do turismo em gerador de rendas, divisas e crescimento

econômico através da oferta de trabalho e renda que o Brasil aposta forte nessa atividade econômica para assegurar o desenvolvimento tão sonhado para o Brasil e região Nordeste. Mas, isso é certo? Será que o turismo potencializou a geração de renda e trabalho no Brasil e suas regiões?

Conforme a figura quanto ao índice de vulnerabilidade em renda e trabalho, podemos observar que houve uma mudança bastante significativa na diminuição da vulnerabilidade quanto a renda e trabalho no Brasil, sobretudo na Região Centro-Sul. Em termos gerais, o Norte Nordeste parece sofrer uma pequena mudança em relação a diminuição e mudança na região Centro Sul, entre os anos de 2000 e 2010. Enquanto os níveis de vulnerabilidade em renda e trabalho no Norte e Nordeste é majoritariamente entre muito alta e alta, a região Centro-sul possui níveis baixo e muito baixo de vulnerabilidade social nos ativos renda e trabalho. Mas, existe alguma relação com o turismo? São os RTR's menos vulneráveis quanto a renda e trabalho?

Figura 51: Resultado do IVS renda e trabalho nos anos de 2000 e 2010



Fonte: IVS (2000; 2010), elaborado a partir dos dados censitários do IBGE

Enquanto as variáveis de renda e trabalho, os RTR's aparecem bem menos vulneráveis do que os não-RTR's. Em termos gerais, o Brasil possui uma proporção de 47,9% dos seus municípios em situação de vulnerabilidade em renda e trabalho. Dos 731 RTR's do Brasil, encontramos 288 (39,4%) em situação vulnerável, enquanto dos 4.834 dos municípios não-RTR's, encontramos 2.377 (49,2%) em

situação de vulnerabilidade. Em relação a renda e trabalho, os RTR's aparecem bem menos vulneráveis que os não-RTR's, o que se pode entender que de alguma forma, o turismo tem uma certa relação com a variável renda e trabalho.

Tabela 24: Tabulação cruzada RTR's * IVS (Renda e Trabalho) - 2010 /Brasil

Roteiros turísticos Regionais		IVS (Renda e Trabalho) - 2010		Total
		não	sim	
não	Contagem	2457	2377	4834
	% em Roteiros turísticos Regionais	50,8%	49,2%	100,0%
sim	Contagem	443	288	731
	% em Roteiros turísticos Regionais	60,6%	39,4%	100,0%
Total	Contagem	2900	2665	5565
	% em Roteiros turísticos Regionais	52,1%	47,9%	100,0%

Fonte: (IVS, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Em termos estatísticos, existe uma relação de dependência entre as variáveis? Conforme o qui-quadrado de $0,000 < 0,05$, podemos afirmar que existe uma relação direta entre ambas as variáveis. Esse resultado, mostra que os RTR's são menos vulneráveis em renda e trabalho do que os não-RTR's.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	24,310 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	23,920	1	,000		
Razão de verossimilhança	24,514	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Nº de Casos Válidos	5565				

Essa relação entre o turismo e a vulnerabilidade da renda e trabalho, tem alguma diferenciação entre as regiões do Brasil? Apesar do RTR's aparecerem com valores expressivos em relação a variável renda e trabalho, quando observamos esses valores nas regiões brasileiras, podemos encontrar uma desigualdade extrema entre as regiões. No centro sul, apenas 17,5% dos municípios gerais aparecem como vulneráveis, em contraposição no Norte Nordeste um 92,8% dos municípios são vulneráveis. É verdade que os RTR's (86,9%) no Norte e Nordeste são menos vulneráveis que os não-RTR's (93,6%), mas também é verdade que são valores quase que similares.

Tabela 25: Tabulação cruzada RTR's * IVS (Renda e Trabalho) - 2010 * Região

Região				IVS (Renda e Trabalho) - 2010		Total
				não	sim	
Centro sul	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem	2331 _a	528 _b	2859
			% em RTR's	81,5%	18,5%	100,0%
			% em IVS (Renda e Trabalho)	85,1%	90,6%	86,1%
		sim	Contagem	408 _a	55 _b	463
			% em RTR's	88,1%	11,9%	100,0%
			% em IVS (Renda e Trabalho)	14,9%	9,4%	13,9%
	Total		Contagem	2739	583	3322
			% em RTR's	82,5%	17,5%	100,0%
			% em IVS (Renda e Trabalho)	100,0%	100,0%	100,0%
Norte Nordeste	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem	126 _a	1849 _b	1975
			% em RTR's	6,4%	93,6%	100,0%
			% em IVS (Renda e Trabalho)	78,3%	88,8%	88,1%
		sim	Contagem	35 _a	233 _b	268
			% em RTR's	13,1%	86,9%	100,0%
			% em IVS (Renda e Trabalho)	21,7%	11,2%	11,9%
	Total		Contagem	161	2082	2243
			% em RTR's	7,2%	92,8%	100,0%
			% em IVS (Renda e Trabalho)	100,0%	100,0%	100,0%
Total	Roteiros turísticos Regionais	não	Contagem	2457 _a	2377 _b	4834
			% em RTR's	50,8%	49,2%	100,0%
			% em IVS (Renda e Trabalho)	84,7%	89,2%	86,9%
		sim	Contagem	443 _a	288 _b	731
			% em RTR's	60,6%	39,4%	100,0%
			% em IVS (Renda e Trabalho)	15,3%	10,8%	13,1%
	Total		Contagem	2900	2665	5565
			% em RTR's	52,1%	47,9%	100,0%
			% em IVS (Renda e Trabalho)	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: (IVS, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Conforme quadro resumo foi possível destacar dos resultados principais, a primeira que os territórios turísticos não aparecem como os municípios mais desenvolvidos em comparação aos territórios não turísticos (tampouco nas dimensões renda e educação), o que nos leva a conclusão que o turismo não é ferramenta de desenvolvimento. Segundo que a pesar dos territórios turísticos não aparecerem como os mais desenvolvidos, estes territórios se encontram com níveis de vulnerabilidade menor que os territórios não turísticos. Foi possível destacar que os DIT's são menos vulneráveis os não DIT's, e que os RTR's são menos vulneráveis que os não-RTR's na dimensão do capital humano e na dimensão renda e trabalho. Entretanto os RTR's e os municípios litorâneos são mais vulneráveis que os não-territórios turísticos, e também são mais vulneráveis na

dimensão infraestrutura, apesar das políticas públicas de turismo (PRODETUR) ter investido, majoritariamente, em infraestruturas.

Quadro 27: Quadro resumo dos resultados encontrados na escala Nacional

Territórios turísticos	São os Territórios turísticos?	São os Territórios turísticos:
	Os mais desenvolvidos (qui-quadrado)?	Os menos vulneráveis (qui-quadrado)?
	IDH (Geral)	IVS (Geral)
DIT'S	não	sim
RTR'S	não	sim
Municípios litorâneos	não	não
	Dimensão Renda	Dimensão Infraestrutura
RTR's	não	não
	Dimensão Educação	Dimensão Capital Humano
RTR's	não	sim
	-----	Dimensão Renda e trabalho
RTR's	-----	sim

Portanto, a pesar do discurso e da implantação e consolidação de políticas públicas de turismo e da inserção dos destinos e roteiros turísticos nas últimas três décadas no Norte e Nordeste do Brasil, podemos afirmar que em termos gerais e estruturais continuam sendo regiões bastantes problemáticas em níveis de vulnerabilidade e desenvolvimento em comparação com a região Centro-Sul do país (Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Foi possível encontrar certos níveis de melhoria, apenas na diminuição da vulnerabilidade social nas dimensões de capital humano e trabalho e renda.

6.2 RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO, VULNERABILIDADE E O TURISMO NA REGIÃO NORDESTE E SEUS RESPECTIVOS ESTADOS.

No subcapítulo 6.2 se analisa a relação entre o turismo e os índices de desenvolvimento e vulnerabilidade nos distintos territórios na região Nordeste. O objetivo é analisar se existe alguma relação entre desenvolvimento na região Nordeste e os territórios turísticos e não-Turísticos.

Foi realizado análises estatísticas descritivas de referência cruzada e testes Qui-quadrado para identificar a existência de dependência (ou não) entre os melhores índices de desenvolvimento e baixo níveis de vulnerabilidade social na

região Nordeste. Em termos gerais, não foi possível encontrar relação de dependência significativa entre turismo e desenvolvimento na região Nordeste e seus respectivos estados. Quer dizer, os territórios turísticos não são mais desenvolvidos ou menos vulneráveis do que os territórios não turísticos.

6.2.1 RELAÇÃO ENTRE O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORDESTE

Com as análises estatísticas descritivas de referência cruzada e testes Qui-quadrado foi possível realizar testes de hipóteses para provar se existia ou não relação entre o crescimento do turismo e o desenvolvimento regional no Nordeste, na continuidade apresentamos alguns resultados importantes.

São os DIT's os mais desenvolvidos no Nordeste? Conforme o quadro 43,5% dos DIT's são desenvolvidos em comparação com os não-DIT's que são 37,9%. Portanto, são os DIT's (na região Nordeste) mais desenvolvidos do que os não-DIT's.

Tabela 26: Tabulação cruzada DIT's* IDH (2010) /Nordeste

			IDH (2010)		Total
			não	sim	
DIT's (NE)	não	Contagem	1100	671	1771
		% em DIT's (NE)	62,1%	37,9%	100,0%
		% em IDH (2010)	98,8%	98,5%	98,7%
	sim	Contagem	13	10	23
		% em T's (NE)	56,5%	43,5%	100,0%
		% em IDH (2010)	1,2%	1,5%	1,3%
Total	Contagem	1113	681	1794	
	% em T's (NE)	62,0%	38,0%	100,0%	
	% em IDH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: (IDHM, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Apesar dos DIT's aparecerem como mais desenvolvidos do que os não-DIT's, é possível afirmar que existe uma relação de dependência significativa entre ambas as variáveis? Conforme o teste qui-quadrado de valor $0,583 > 0,05$, é nula qualquer hipótese de relação entre as variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	,301 ^a	1	,583		
Correção de continuidade ^b	,111	1	,739		
Razão de verossimilhança	,296	1	,586		
Teste Exato de Fisher				,667	,364

Nº de Casos Válidos	1794			
---------------------	------	--	--	--

São os RTR's os mais desenvolvidos no Nordeste? Conforme quadro, em valores proporcionais os não-RTR's (38,2%) são mais desenvolvidos do que os RTR's (36,4%).

Tabulação cruzada RTR's* IDH (2010)

Roteiros Turísticos		IDH (2010)		Total
		não	sim	
não	Contagem	977 ^a	603 ^a	1580
	% em RTR's	61,8%	38,2%	100,0%
	% em IDH (2010) Desenvolvimento 2010	87,8%	88,5%	88,1%
	% do Total	54,5%	33,6%	88,1%
sim	Contagem	136 ^a	78 ^a	214
	% em RTR's	63,6%	36,4%	100,0%
	% em IDH (2010) Desenvolvimento 2010	12,2%	11,5%	11,9%
	% do Total	7,6%	4,3%	11,9%
Total	Contagem	1113	681	1794
	% em RTR's	62,0%	38,0%	100,0%
	% em IDH (2010) Desenvolvimento 2010	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	62,0%	38,0%	100,0%

Fonte: (IDHM, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Existe uma relação de dependência entre significativa entre os RTR's e o desenvolvimento humano no Nordeste? Conforme o Qui-quadrado de $0,627 > 0,05$, se anula a hipótese que diz que existe uma relação de dependência entre as variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	,236 ^a	1	,627		
Correção de continuidade ^b	,168	1	,682		
Razão de verossimilhança	,237	1	,627		
Teste Exato de Fisher				,653	,342
Nº de Casos Válidos	1794				

São os RTR's os mais desenvolvidos nos diferentes estados do Nordeste? Os RTR's (36,4%) em termos gerais (total) são menos desenvolvidos que os não-RTR's (38,2%). Observando o quadro é possível ver que dos nove estados do Nordeste, os RTR's aparecem mais desenvolvidos que os não-RTR's em apenas três estados (Maranhão, Paraíba e Pernambuco), em relação aos outros estados, os não-RTR's são bem mais desenvolvidos que os RTR's.

Tabela 27: Tabulação cruzada RTR's * IDH (2010) * Estados (NE)

Estados (NE)	IDH (2010)	Total
--------------	------------	-------

				não	sim	
Alagoas	Roteiros Turísticos	não	Contagem	76 _a	13 _a	89
			% em Roteiros Turísticos	85,4%	14,6%	100,0%
	sim	Contagem	12 _a	1 _a	13	
		% em Roteiros Turísticos	92,3%	7,7%	100,0%	
Total			Contagem	88	14	102
			% em Roteiros Turísticos	86,3%	13,7%	100,0%
Bahia	Roteiros Turísticos	não	Contagem	219 _a	129 _a	348
			% em Roteiros Turísticos	62,9%	37,1%	100,0%
	sim	Contagem	44 _a	25 _a	69	
		% em Roteiros Turísticos	63,8%	36,2%	100,0%	
Total			Contagem	263	154	417
			% em Roteiros Turísticos	63,1%	36,9%	100,0%
Ceará	Roteiros Turísticos	não	Contagem	42 _a	117 _a	159
			% em Roteiros Turísticos	26,4%	73,6%	100,0%
	sim	Contagem	7 _a	18 _a	25	
		% em Roteiros Turísticos	28,0%	72,0%	100,0%	
Total			Contagem	49	135	184
			% em Roteiros Turísticos	26,6%	73,4%	100,0%
Maranhão	Roteiros Turísticos	não	Contagem	152 _a	56 _a	208
			% em Roteiros Turísticos	73,1%	26,9%	100,0%
	sim	Contagem	6 _a	3 _a	9	
		% em Roteiros Turísticos	66,7%	33,3%	100,0%	
Total			Contagem	158	59	217
			% em Roteiros Turísticos	72,8%	27,2%	100,0%
Paraíba	Roteiros Turísticos	não	Contagem	144 _a	64 _a	208
			% em Roteiros Turísticos	69,2%	30,8%	100,0%
	sim	Contagem	8 _a	7 _a	15	
		% em Roteiros Turísticos	53,3%	46,7%	100,0%	
Total			Contagem	152	71	223
			% em Roteiros Turísticos	68,2%	31,8%	100,0%
Pernambuco	Roteiros Turísticos	não	Contagem	101 _a	72 _a	173
			% em Roteiros Turísticos	58,4%	41,6%	100,0%
	sim	Contagem	7 _a	5 _a	12	
		% em Roteiros Turísticos	58,3%	41,7%	100,0%	
Total			Contagem	108	77	185
			% em Roteiros Turísticos	58,4%	41,6%	100,0%
Piauí	Roteiros Turísticos	não	Contagem	151 _a	36 _a	187
			% em Roteiros Turísticos	80,7%	19,3%	100,0%
	sim	Contagem	31 _a	6 _a	37	
		% em Roteiros Turísticos	83,8%	16,2%	100,0%	
Total			Contagem	182	42	224
			% em Roteiros Turísticos	81,3%	18,8%	100,0%
Rio Grande do Norte	Roteiros Turísticos	não	Contagem	59 _a	87 _a	146
			% em Roteiros Turísticos	40,4%	59,6%	100,0%
	sim	Contagem	11 _a	10 _a	21	
		% em Roteiros Turísticos	52,4%	47,6%	100,0%	
Total			Contagem	70	97	167
			% em Roteiros Turísticos	41,9%	58,1%	100,0%
Sergipe	Roteiros Turísticos	não	Contagem	33 _a	29 _a	62
			% em Roteiros Turísticos	53,2%	46,8%	100,0%
	sim	Contagem	10 _a	3 _a	13	
		% em Roteiros Turísticos	76,9%	23,1%	100,0%	
Total			Contagem	43	32	75
			% em Roteiros Turísticos	57,3%	42,7%	100,0%

Fonte: IDHM (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

A pesar de todo o investimento das políticas de turismo no Nordeste, quanto ao PRODETUR I, II, III, PAC (Nacional), ademais das políticas regionais e locais, não se comprova estatisticamente que o turismo seja a ferramenta de desenvolvimento da região Nordeste. Na continuidade vamos analisar se existe relação do turismo com os níveis de renda e educação dos diferentes estados do Nordeste.

6.2.1.1 Relação entre o Turismo e Ativo Renda no Nordeste

São os RTR's (NE) que mais desenvolvidos em renda em comparação aos demais municípios (NE)? Conforme o quadro abaixo, os não-RTR's (16,5%) são mais desenvolvidos do que os RTR's (15,4%), enquanto ao índice e renda. Entretanto o resultado é bastante similar entre os dois grupos, o que não podemos afirmar que os não-RTR's possuem melhores condições de renda que os RTR's. Entretanto o que chama atenção é o baixo nível de desenvolvimento em renda em termos gerais no Nordeste, onde apenas um 16,4% dos municípios nordestinos (RTR's ou não-RTR's) são desenvolvidos em comparação com 83,6% de municípios não desenvolvidos.

Tabela 28: Tabulação cruzada RTR's* IDH - Renda 2010

			IDHR 2010		Total
			não	sim	
RTR's	não	Contagem	1319 _a	261 _a	1580
		% em Roteiros Turísticos	83,5%	16,5%	100,0%
		% em IDH R 2010	87,9%	88,8%	88,1%
		% do Total	73,5%	14,5%	88,1%
	sim	Contagem	181 _a	33 _a	214
		% em Roteiros Turísticos	84,6%	15,4%	100,0%
		% em IDH R 2010	12,1%	11,2%	11,9%
		% do Total	10,1%	1,8%	11,9%
Total	Contagem	1500	294	1794	
	% em Roteiros Turísticos	83,6%	16,4%	100,0%	
	% em IDH R 2010	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	83,6%	16,4%	100,0%	

Fonte: IDHM (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Existe uma relação de dependência entre as variáveis? Conforme o Qui-quadrado de $0,684 > 0,05$, não existe uma relação de dependência significativa entre as variáveis. O resultado mostra, a grosso modo, que a questão não é ser turístico ou não turístico, é uma questão estrutural. A falta de oportunidades (Estado e Mercado) em um contexto geral da região Nordeste, sejam RTR's ou não.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	,166 ^a	1	,684		
Correção de continuidade ^b	,095	1	,757		
Razão de verossimilhança	,168	1	,682		
Teste Exato de Fisher				,768	,385
Nº de Casos Válidos	1794				

Em termos gerais, a pesar do discurso regional e local a favor do turismo como motor econômico e crescimento de renda para as comunidades, na prática, o resultado mostra que não existe uma relação estatística que comprove, de fato, que exista uma relação entre o turismo e renda. A grosso modo, os trabalhos precários do turismo, somados a informalidade e a sazonalidade da atividade econômica podem ser alguns exemplos que explicam esse resultado para o baixo nível de desenvolvimento dos RTR's, ademais de questões estruturais mais gerais.

6.2.2.1 Relação Turismo e Educação no Nordeste

São os RTR's que possuem os melhores índices de educação? Apenas um 4,8% dos municípios (turísticos ou não turísticos) são desenvolvidos em contraposição a um 95,2% não desenvolvidos. A grosso modo, sejam os RTR's ou não-RTR's encontramos valores altamente preocupantes neste indicador de desenvolvimento.

Tabela 29: Tabulação cruzada RTR's * IDH - Educação (2010)

			IDHE (2010)		Total
			não	sim	
Roteiros Turísticos	não	Contagem	1498 ^a	82 ^a	1580
		% em Roteiros Turísticos	94,8%	5,2%	100,0%
		% em IDHE (2010)	87,8%	94,3%	88,1%
		% do Total	83,5%	4,6%	88,1%
	sim	Contagem	209 ^a	5 ^a	214
		% em Roteiros Turísticos	97,7%	2,3%	100,0%
		% em IDHE (2010)	12,2%	5,7%	11,9%
		% do Total	11,6%	0,3%	11,9%
Total	Contagem	1707	87	1794	
	% em Roteiros Turísticos	95,2%	4,8%	100,0%	
	% em IDHE (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	95,2%	4,8%	100,0%	

Fonte: (IDHM, 2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Existe uma relação de dependência entre as variáveis? Conforme o qui-quadrado de valor de 0,68 > 0,05, não existe nenhuma relação de dependência.

Esse resultado já é bastante claro, quando proporcionalmente encontramos valores similares de índice de educação para ambos os grupos (RTR's e não-RTR's). Portanto, tampouco o turismo aparece como indicador de melhorias em educação no Nordeste.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	3,326 ^a	1	,068		
Correção de continuidade ^b	2,736	1	,098		
Razão de verossimilhança	3,982	1	,046		
Teste Exato de Fisher				,087	,040
Nº de Casos Válidos	1794				

Está estaticamente testado que não existe relação suficiente para dizer que o turismo é o motor de desenvolvimento dos territórios da região Nordeste. Agora nos falta avaliar se o turismo contribuiu, ao menos, para diminuir o nível de vulnerabilidade social na região.

6.2.2 TURISMO E VULNERABILIDADE SOCIAL NA REGIÃO NORDESTE

São os DIT's menos vulneráveis? Conforme quadro, podemos observar que os DIT's são menos vulneráveis do que os não-DIT's. Encontramos apenas 43,5% de DIT's em situação de vulnerabilidade em comparação com 80,5% os não-DIT's. Esse resultado é parecido com o encontramos com os DIT's em escala Brasil.

Tabela 30: Tabulação cruzada DIT's (NE) * IVS (2010)

			IVS - 2010		Total
			não	sim	
DIT's (NE)	não	Contagem	345	1426	1771
		% em DIT's (NE)	19,5%	80,5%	100,0%
		% em CIVS - 2010	96,4%	99,3%	98,7%
	sim	Contagem	13	10	23
		% em DIT's (NE)	56,5%	43,5%	100,0%
		% em CIVS - 2010	3,6%	0,7%	1,3%
Total		Contagem	358	1436	1794
		% em DIT's (NE)	20,0%	80,0%	100,0%
		% em CIVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

A pesar de existir nenhuma dúvida quanto a relação de dependência entre ambas as variáveis, podemos observar com o qui-quadrado de valor de $0,000 < 0,05$ que de fato existe uma relação de dependência significativa entre os DIT's e o IVS (2010).

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	19,503 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	17,253	1	,000		
Razão de verossimilhança	15,114	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Nº de Casos Válidos	1794				

E, por que são os DIT's menos vulneráveis em comparação com os não-DIT's? Se observamos o quadro abaixo, entre os valores DIT's e não-DIT's e o IVS (2010), com exceção das capitais dos estados, podemos perceber que os valores de municípios vulneráveis são mais similares entre si, quando 80,5% dos não-DIT'S são vulneráveis em comparação com os 71,4% dos DIT's vulneráveis. Ou seja, quando retiramos as capitais da análise, a situação de vulnerabilidade social dos DIT's se aproxima consideravelmente com os não-DIT's. Portanto, a questão não é unicamente turística, sabendo que as capitais não são unicamente ou prioritariamente turísticas.

Tabela 31: Tabulação cruzada DIT's (NE) * IVS (2010) * Capital

Capital				IVS - 2010		Total
				não	sim	
não	DIT's (NE)	não	Contagem	345	1426	1771
			% em Destinos turísticos (NE)	19,5%	80,5%	100,0%
			% em IVS - 2010	98,9%	99,3%	99,2%
	sim	Contagem	4	10	14	
		% em Destinos turísticos (NE)	28,6%	71,4%	100,0%	
		% em IVS - 2010	1,1%	0,7%	0,8%	
Total		Contagem	349	1436	1785	
		% em Destinos turísticos (NE)	19,6%	80,4%	100,0%	
		% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%	
sim	DIT's (NE)	sim	Contagem	9		9
			% em Destinos turísticos (NE)	100,0%		100,0%
			% em IVS - 2010	100,0%		100,0%
	Total		Contagem	9		9
			% em Destinos turísticos (NE)	100,0%		100,0%
			% em IVS - 2010	100,0%		100,0%
Total	DIT's (NE)	não	Contagem	345	1426	1771
			% em Destinos turísticos (NE)	19,5%	80,5%	100,0%
			% em IVS - 2010	96,4%	99,3%	98,7%
	sim	Contagem	13	10	23	
		% em Destinos turísticos (NE)	56,5%	43,5%	100,0%	
		% em IVS - 2010	3,6%	0,7%	1,3%	
Total		Contagem	358	1436	1794	
		% em Destinos turísticos (NE)	20,0%	80,0%	100,0%	
		% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

São os RTR's menos vulneráveis? Os valores são praticamente similares, onde dos 214 (100%) dos RTR's, 169 (79%) são vulneráveis e dos 1580 (100%) dos não-RTR's, 1267 (80,2%) são vulneráveis. Não existe nenhum resultado significativamente diferenciado entre as variáveis.

Tabela 32: Tabulação cruzada RTR's * IVS (2010)

			IVS (2010)		Total
			não	sim	
Roteiros Turísticos	não	Contagem	313 _a	1267 _a	1580
		% em Roteiros Turísticos	19,8%	80,2%	100,0%
		% em IVS - 2010	87,4%	88,2%	88,1%
		% do Total	17,4%	70,6%	88,1%
	sim	Contagem	45 _a	169 _a	214
		% em Roteiros Turísticos	21,0%	79,0%	100,0%
		% em IVS - 2010	12,6%	11,8%	11,9%
		% do Total	2,5%	9,4%	11,9%
Total	Contagem	358	1436	1794	
	% em Roteiros Turísticos	20,0%	80,0%	100,0%	
	% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	20,0%	80,0%	100,0%	

Fonte: (IBGE, 2010). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Para confirma a afirmação, o qui-quadrado de $0,676 > 0,05$, comprova que não existe nenhuma relação de dependência significativa entre ambas as variáveis. A grosso modo, sejam RTR's ou não-RTR's os resultados possuem valores similares.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	,175 ^a	1	,676		
Correção de continuidade ^b	,107	1	,743		
Razão de verossimilhança	,173	1	,677		
Teste Exato de Fisher				,650	,367
Nº de Casos Válidos	1794				

São os municípios litorâneos menos vulneráveis? Conforme o quadro o valor é bastante similar entre o resultado de vulnerabilidade social para ambos os grupos (litorâneos e não litorâneos).

Tabela 33: Tabulação cruzada municípios litorâneos (NE) * IVS (2010)

	IVS - 2010		Total
	não	sim	

Municípios litorâneos	não	Contagem	329	1314	1643
		% em litorâneo ou não	20,0%	80,0%	100,0%
		% em IVS - 2010	91,9%	91,5%	91,6%
	sim	Contagem	29	122	151
		% em litorâneo ou não	19,2%	80,8%	100,0%
		% em IVS - 2010	8,1%	8,5%	8,4%
Total	Contagem	358	1436	1794	
	% em litorâneo ou não	20,0%	80,0%	100,0%	
	% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Conforme o teste do qui-quadrado, de valor $0,810 > 0,05$, podemos confirmar que não existe nenhuma relação significativa.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	,058 ^a	1	,810		
Correção de continuidade ^b	,018	1	,893		
Razão de verossimilhança	,059	1	,809		
Teste Exato de Fisher				,915	,453
Nº de Casos Válidos	1794				

6.2.2.1 Turismo e a Infraestrutura no Nordeste

São os RTR's menos vulneráveis em relação à infraestrutura? Conforme quadro os RTR's (29%) são mais vulneráveis que os não-RTR's (23,1%) em relação a infraestrutura.

Tabela 34: Tabulação cruzada RTR's* IVS - Infraestrutura (2010)

Roteiros Turísticos		IVSI (2010)		Total
		não	sim	
não	Contagem	1215 _a	365 _a	1580
	% em Roteiros Turísticos	76,9%	23,1%	100,0%
	% em IVSI (2010)	88,9%	85,5%	88,1%
sim	Contagem	152 _a	62 _a	214
	% em Roteiros Turísticos	71,0%	29,0%	100,0%
	% em IVSI (2010)	11,1%	14,5%	11,9%
Total	Contagem	1367	427	1794
	% em Roteiros Turísticos	76,2%	23,8%	100,0%
	% em IVSI (2010)	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Mas existe uma relação de dependência significativa entre as variáveis? Conforme o qui-quadrado de $0,58 > 0,50$, a hipótese que existe uma relação de dependência é nula.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	3,582 ^a	1	,058		
Correção de continuidade ^b	3,265	1	,071		
Razão de verossimilhança	3,445	1	,063		
Teste Exato de Fisher				,060	,037
Nº de Casos Válidos	1794				

E, onde se concentram os municípios menos vulneráveis em infraestrutura no Nordeste? São os RTR's os menos vulneráveis nos diversos estados do Nordeste? Em ordem crescente do estado menos vulnerável ao estado mais vulnerável quanto a infraestrutura, encontramos: Rio Grande do Norte (7,2%); Bahia (10,3%); Paraíba (11,2%); Sergipe (12%); Ceará (16,3%); Pernambuco (22,2%); Piauí (24,6%); Alagoas (37,3%) e Maranhão com 80,2%. Em todos os estados do Nordeste os RTR's aparecem como mais vulneráveis que os não-RTR's. A pesar dos maciços investimentos em infraestrutura pelas políticas de turismo, os RTR's são os municípios mais vulneráveis.

Tabela 35: Tabulação cruzada RTR's* IVS - Infraestrutura (2010) * Estado (NE)

Estado (NE)				IVSI (2010)		Total
				não	sim	
Alagoas	Roteiros Turísticos	não	Contagem	57 _a	32 _a	89
			% em Roteiros Turísticos	64,0%	36,0%	100,0%
	sim	Contagem	7 _a	6 _a	13	
		% em Roteiros Turísticos	53,8%	46,2%	100,0%	
	Total	Contagem	64	38	102	
		% em Roteiros Turísticos	62,7%	37,3%	100,0%	
Bahia	Roteiros Turísticos	não	Contagem	314 _a	34 _a	348
			% em Roteiros Turísticos	90,2%	9,8%	100,0%
	sim	Contagem	60 _a	9 _a	69	
		% em Roteiros Turísticos	87,0%	13,0%	100,0%	
	Total	Contagem	374	43	417	
		% em Roteiros Turísticos	89,7%	10,3%	100,0%	
Ceará	Roteiros Turísticos	não	Contagem	136 _a	23 _a	159
			% em Roteiros Turísticos	85,5%	14,5%	100,0%
	sim	Contagem	18 _a	7 _a	25	
		% em Roteiros Turísticos	72,0%	28,0%	100,0%	
	Total	Contagem	154	30	184	
		% em Roteiros Turísticos	83,7%	16,3%	100,0%	
Maranhão	Roteiros Turísticos	não	Contagem	43 _a	165 _a	208
			% em Roteiros Turísticos	20,7%	79,3%	100,0%
	sim	Contagem	0 _a	9 _a	9	
		% em Roteiros Turísticos	0,0%	100,0%	100,0%	
	Total	Contagem	43	174	217	
		% em Roteiros Turísticos	19,8%	80,2%	100,0%	

Paraíba	Roteiros Turísticos	não	Contagem	186 _a	22 _a	208
			% em Roteiros Turísticos	89,4%	10,6%	100,0%
		sim	Contagem	12 _a	3 _a	15
			% em Roteiros Turísticos	80,0%	20,0%	100,0%
Total			Contagem	198	25	223
			% em Roteiros Turísticos	88,8%	11,2%	100,0%
Pernambuco	Roteiros Turísticos	não	Contagem	137 _a	36 _a	173
			% em Roteiros Turísticos	79,2%	20,8%	100,0%
		sim	Contagem	7 _a	5 _a	12
			% em Roteiros Turísticos	58,3%	41,7%	100,0%
Total			Contagem	144	41	185
			% em Roteiros Turísticos	77,8%	22,2%	100,0%
Piauí	Roteiros Turísticos	não	Contagem	147 _a	40 _b	187
			% em Roteiros Turísticos	78,6%	21,4%	100,0%
		sim	Contagem	22 _a	15 _b	37
			% em Roteiros Turísticos	59,5%	40,5%	100,0%
Total			Contagem	169	55	224
			% em Roteiros Turísticos	75,4%	24,6%	100,0%
Rio Grande do Norte	Roteiros Turísticos	não	Contagem	137 _a	9 _a	146
			% em Roteiros Turísticos	93,8%	6,2%	100,0%
		sim	Contagem	18 _a	3 _a	21
			% em Roteiros Turísticos	85,7%	14,3%	100,0%
Total			Contagem	155	12	167
			% em Roteiros Turísticos	92,8%	7,2%	100,0%
Sergipe	Roteiros Turísticos	não	Contagem	58 _a	4 _b	62
			% em Roteiros Turísticos	93,5%	6,5%	100,0%
		sim	Contagem	8 _a	5 _b	13
			% em Roteiros Turísticos	61,5%	38,5%	100,0%
Total			Contagem	66	9	75
			% em Roteiros Turísticos	88,0%	12,0%	100,0%
Total	Roteiros Turísticos	não	Contagem	1215 _a	365 _a	1580
			% em Roteiros Turísticos	76,9%	23,1%	100,0%
		sim	Contagem	152 _a	62 _a	214
			% em Roteiros Turísticos	71,0%	29,0%	100,0%
Total			Contagem	1367	427	1794
			% em Roteiros Turísticos	76,2%	23,8%	100,0%

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

6.2.2.2 O Turismo e o Capital humano

São os RTR's menos vulneráveis em relação ao Capital Humano? Conforme quadro, do total dos RTR's, um 88,3% são vulneráveis em capital humano enquanto 96,9% dos não-RTR's são vulneráveis. Portanto neste caso são os RTR's menos vulneráveis.

Tabela 36: Tabulação cruzada RTR's* IVS – Capital Humano (2010)

			IVCH (2010)		Total
			não	sim	
Roteiros Turísticos	não	Contagem	49 _a	1531 _b	1580
		% em Roteiros Turísticos	3,1%	96,9%	100,0%
		% em CIVCH (2010)	66,2%	89,0%	88,1%

sim	Contagem	25 ^a	189 ^b	214
	% em Roteiros Turísticos	11,7%	88,3%	100,0%
	% em CIVCH (2010)	33,8%	11,0%	11,9%
Total	Contagem	74	1720	1794
	% em Roteiros Turísticos	4,1%	95,9%	100,0%
	% em CIVCH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Em termos estatístico, existe uma relação entre as variáveis? Conforme o qui-quadrado de $0,000 < 0,05$, podemos dizer que existe uma relação entre ambas as variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	35,092 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	32,956	1	,000		
Razão de verossimilhança	25,582	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Nº de Casos Válidos	1794				

De alguma forma, aparece por primeira vez, que os RTR's são menos vulneráveis que os não RTR's. E, portanto, onde se concentram os municípios menos vulneráveis em capital humano no Nordeste? São os RTR's os menos vulneráveis nos diversos estados do Nordeste?

Conforme quadro, não existem estados do Nordeste com níveis baixos de vulnerabilidade social. Os estados do Nordeste possuem taxas de vulnerabilidade em capital humano entre 90,4% e 100%, como o caso de Alagoas. São valores alarmantes quando falamos de 2010, século XXI. É difícil pensar que o Nordeste do Brasil, a região turística do Brasil, o sonho de férias da maioria dos brasileiros e onde se encontram os destinos turísticos mais desejados pelos turistas do Brasil, possuem taxas tão alarmantes em capital humano.

Tabela 37: Tabulação cruzada RTR's* IVS – Capital Humano (2010) * Estados (NE)

Estados (NE)			IVCH (2010)		Total
			não	sim	
Alagoas	Roteiros Turísticos	não	Contagem	89	89
			% em Roteiros Turísticos	100,0%	100,0%
			% em IVCH (2010)	87,3%	87,3%
	sim	Contagem	13	13	
		% em Roteiros Turísticos	100,0%	100,0%	
		% em IVCH (2010)	12,7%	12,7%	
Total		Contagem		102	102

			% em Roteiros Turísticos		100,0%	100,0%
			% em IVCH (2010)		100,0%	100,0%
Bahia	Roteiros Turísticos	não	Contagem	16 _a	332 _a	348
			% em Roteiros Turísticos	4,6%	95,4%	100,0%
			% em IVCH (2010)	69,6%	84,3%	83,5%
	Total		Contagem	7 _a	62 _a	69
			% em Roteiros Turísticos	10,1%	89,9%	100,0%
			% em IVCH (2010)	30,4%	15,7%	16,5%
			Contagem	23	394	417
			% em Roteiros Turísticos	5,5%	94,5%	100,0%
			% em IVCH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%
Ceará	Roteiros Turísticos	não	Contagem	5 _a	154 _b	159
			% em Roteiros Turísticos	3,1%	96,9%	100,0%
			% em IVCH (2010)	62,5%	87,5%	86,4%
	Total		Contagem	3 _a	22 _b	25
			% em Roteiros Turísticos	12,0%	88,0%	100,0%
			% em IVCH (2010)	37,5%	12,5%	13,6%
			Contagem	8	176	184
			% em Roteiros Turísticos	4,3%	95,7%	100,0%
			% em IVCH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%
Maranhão	Roteiros Turísticos	não	Contagem	1 _a	207 _b	208
			% em Roteiros Turísticos	0,5%	99,5%	100,0%
			% em IVCH (2010)	25,0%	97,2%	95,9%
	Total		Contagem	3 _a	6 _b	9
			% em Roteiros Turísticos	33,3%	66,7%	100,0%
			% em IVCH (2010)	75,0%	2,8%	4,1%
			Contagem	4	213	217
			% em Roteiros Turísticos	1,8%	98,2%	100,0%
			% em IVCH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%
Paraíba	Roteiros Turísticos	não	Contagem	6 _a	202 _b	208
			% em Roteiros Turísticos	2,9%	97,1%	100,0%
			% em IVCH (2010)	75,0%	94,0%	93,3%
	Total		Contagem	2 _a	13 _b	15
			% em Roteiros Turísticos	13,3%	86,7%	100,0%
			% em IVCH (2010)	25,0%	6,0%	6,7%
			Contagem	8	215	223
			% em Roteiros Turísticos	3,6%	96,4%	100,0%
			% em IVCH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%
Pernambuco	Roteiros Turísticos	não	Contagem	4 _a	169 _b	173
			% em Roteiros Turísticos	2,3%	97,7%	100,0%
			% em IVCH (2010)	44,4%	96,0%	93,5%
	Total		Contagem	5 _a	7 _b	12
			% em Roteiros Turísticos	41,7%	58,3%	100,0%
			% em IVCH (2010)	55,6%	4,0%	6,5%
			Contagem	9	176	185
			% em Roteiros Turísticos	4,9%	95,1%	100,0%
			% em IVCH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%
Piauí	Roteiros Turísticos	não	Contagem	3 _a	184 _a	187
			% em Roteiros Turísticos	1,6%	98,4%	100,0%
			% em IVCH (2010)	60,0%	84,0%	83,5%
	Total		Contagem	2 _a	35 _a	37
			% em Roteiros Turísticos	5,4%	94,6%	100,0%
			% em IVCH (2010)	40,0%	16,0%	16,5%
			Contagem	5	219	224
			% em Roteiros Turísticos	2,2%	97,8%	100,0%
			% em IVCH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%
Roteiros Turísticos		não	Contagem	14 _a	132 _a	146
			% em Roteiros Turísticos	9,6%	90,4%	100,0%
			% em IVCH (2010)	87,5%	87,4%	87,4%

Rio Grande do Norte		sim	Contagem	2 _a	19 _a	21
			% em Roteiros Turísticos	9,5%	90,5%	100,0%
			% em IVCH (2010)	12,5%	12,6%	12,6%
			Total	16	151	167
Sergipe	Roteiros Turísticos	não	Contagem	0 _a	62 _b	62
			% em Roteiros Turísticos	0,0%	100,0%	100,0%
			% em IVCH (2010)	0,0%	83,8%	82,7%
			Total	1	74	75
		sim	Contagem	1 _a	12 _b	13
			% em Roteiros Turísticos	7,7%	92,3%	100,0%
			% em IVCH (2010)	100,0%	16,2%	17,3%
			Total	1	74	75
			Contagem	1	74	75
			% em Roteiros Turísticos	1,3%	98,7%	100,0%
			% em IVCH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Entendendo que diminuir a vulnerabilidade social é um caminho/processo para alcançar melhores níveis de desenvolvimento humano, podemos afirmar que conforme este resultado, é bastante improvável que os estados Nordestinos alcancem níveis de desenvolvimento humano a médio e longo prazo.

6.2.2.3 Turismo e ativos Renda e Trabalho

São os RTR's menos vulneráveis em renda e trabalho? Conforme o quadro os RTR's (88,8%) são menos vulneráveis que os não-RTR's (96,3%). Existe uma diferença significativa entre os resultados obtidos, o que pode nos levar a importância do turismo para o índice de renda e trabalho no Nordeste.

Tabela 38: Tabulação cruzada RTR's* IVS – Renda e Trabalho (2010)

			IVRT (2010)		Total
			não	sim	
Roteiros Turísticos	não	Contagem	58 _a	1522 _b	1580
		% em Roteiros Turísticos	3,7%	96,3%	100,0%
		% em IVRT (2010)	70,7%	88,9%	88,1%
	sim	Contagem	24 _a	190 _b	214
		% em Roteiros Turísticos	11,2%	88,8%	100,0%
		% em IVRT (2010)	29,3%	11,1%	11,9%
Total	Contagem	82	1712	1794	
	% em Roteiros Turísticos	4,6%	95,4%	100,0%	
	% em IVRT (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Estatisticamente existe uma relação de dependência entre as variáveis? Conforme o qui-quadrado de $0,000 < 0,05$, podemos comprovar que existe uma relação de dependência significativa entre as variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
--	-------	----	---------------------------------------	---------------------	--------------------

Qui-quadrado de Pearson	24,592 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	22,892	1	,000		
Razão de verossimilhança	18,797	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Nº de Casos Válidos	1794				

Onde se concentram os municípios menos vulneráveis em renda e trabalho no Nordeste? A vulnerabilidade social em relação ao indicador renda e trabalho é também alarmante entre os estados do Nordeste. Encontramos uma proporção de municípios vulneráveis entre 86,8% e 98 %, como o caso de Alagoas. Em relação aos municípios turísticos ou não turísticos, encontramos conforme o quadro, que os RTR's são menos vulneráveis do que os não-RTR's em todos os estados do Nordeste. O indicador renda e trabalho é o primeiro e único indicador, onde aparece uma relação significativa entre a menor vulnerabilidade e os RTR's.

Tabela 39: Tabulação cruzada RTR's* IVS/ Renda e Trabalho (2010) * Estados (NE)

Estados (NE)				IVRT (2010)		Total
				não	sim	
Alagoas	Roteiros Turísticos	não	Contagem	1 _a	88 _a	89
			% em Roteiros Turísticos	1,1%	98,9%	100,0%
			% em IVRT (2010)	50,0%	88,0%	87,3%
	Total	sim	Contagem	1 _a	12 _a	13
			% em Roteiros Turísticos	7,7%	92,3%	100,0%
			% em IVRT (2010)	50,0%	12,0%	12,7%
		Contagem	2	100	102	
		% em Roteiros Turísticos	2,0%	98,0%	100,0%	
		% em IVRT (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	
Bahia	Roteiros Turísticos	não	Contagem	11 _a	337 _a	348
			% em Roteiros Turísticos	3,2%	96,8%	100,0%
			% em IVRT (2010)	78,6%	83,6%	83,5%
	Total	sim	Contagem	3 _a	66 _a	69
			% em Roteiros Turísticos	4,3%	95,7%	100,0%
			% em IVRT (2010)	21,4%	16,4%	16,5%
		Contagem	14	403	417	
		% em Roteiros Turísticos	3,4%	96,6%	100,0%	
		% em IVRT (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	
Ceará	Roteiros Turísticos	não	Contagem	7 _a	152 _a	159
			% em Roteiros Turísticos	4,4%	95,6%	100,0%
			% em IVRT (2010)	70,0%	87,4%	86,4%
	Total	sim	Contagem	3 _a	22 _a	25
			% em Roteiros Turísticos	12,0%	88,0%	100,0%
			% em IVRT (2010)	30,0%	12,6%	13,6%
		Contagem	10	174	184	
		% em Roteiros Turísticos	5,4%	94,6%	100,0%	
		% em IVRT (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	
Maranhão	Roteiros Turísticos	não	Contagem	4 _a	204 _b	208
			% em Roteiros Turísticos	1,9%	98,1%	100,0%
			% em IVRT (2010)	57,1%	97,1%	95,9%
	Total	sim	Contagem	3 _a	6 _b	9
			% em Roteiros Turísticos	33,3%	66,7%	100,0%
			% em IVRT (2010)	42,9%	2,9%	4,1%
		Contagem	7	210	217	

			% em Roteiros Turísticos	3,2%	96,8%	100,0%
			% em IVRT (2010)	100,0%	100,0%	100,0%
Paraíba	Roteiros Turísticos	não	Contagem	7 _a	201 _a	208
			% em Roteiros Turísticos	3,4%	96,6%	100,0%
			% em IVRT (2010)	77,8%	93,9%	93,3%
		sim	Contagem	2 _a	13 _a	15
	% em Roteiros Turísticos		13,3%	86,7%	100,0%	
	% em IVRT (2010)		22,2%	6,1%	6,7%	
	Total		Contagem	9	214	223
			% em Roteiros Turísticos	4,0%	96,0%	100,0%
			% em IVRT (2010)	100,0%	100,0%	100,0%
Pernambuco	Roteiros Turísticos	não	Contagem	5 _a	168 _b	173
			% em Roteiros Turísticos	2,9%	97,1%	100,0%
			% em IVRT (2010)	55,6%	95,5%	93,5%
		sim	Contagem	4 _a	8 _b	12
	% em Roteiros Turísticos		33,3%	66,7%	100,0%	
	% em IVRT (2010)		44,4%	4,5%	6,5%	
	Total		Contagem	9	176	185
			% em Roteiros Turísticos	4,9%	95,1%	100,0%
			% em IVRT (2010)	100,0%	100,0%	100,0%
Piauí	Roteiros Turísticos	não	Contagem	4 _a	183 _a	187
			% em Roteiros Turísticos	2,1%	97,9%	100,0%
			% em IVRT (2010)	80,0%	83,6%	83,5%
		sim	Contagem	1 _a	36 _a	37
	% em Roteiros Turísticos		2,7%	97,3%	100,0%	
	% em IVRT (2010)		20,0%	16,4%	16,5%	
	Total		Contagem	5	219	224
			% em Roteiros Turísticos	2,2%	97,8%	100,0%
			% em IVRT (2010)	100,0%	100,0%	100,0%
Rio Grande do Norte	Roteiros Turísticos	não	Contagem	17 _a	129 _a	146
			% em Roteiros Turísticos	11,6%	88,4%	100,0%
			% em IVRT (2010)	77,3%	89,0%	87,4%
		sim	Contagem	5 _a	16 _a	21
	% em Roteiros Turísticos		23,8%	76,2%	100,0%	
	% em IVRT (2010)		22,7%	11,0%	12,6%	
	Total		Contagem	22	145	167
			% em Roteiros Turísticos	13,2%	86,8%	100,0%
			% em IVRT (2010)	100,0%	100,0%	100,0%
Sergipe	Roteiros Turísticos	não	Contagem	2 _a	60 _a	62
			% em Roteiros Turísticos	3,2%	96,8%	100,0%
			% em IVRT (2010)	50,0%	84,5%	82,7%
		sim	Contagem	2 _a	11 _a	13
	% em Roteiros Turísticos		15,4%	84,6%	100,0%	
	% em IVRT (2010)		50,0%	15,5%	17,3%	
	Total		Contagem	4	71	75
			% em Roteiros Turísticos	5,3%	94,7%	100,0%
			% em IVRT (2010)	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Conforme quadro resumo foi possível observar que os territórios turísticos não são os territórios mais desenvolvidos ou menos vulneráveis em comparação aos territórios não turísticos. Foi possível destacar que os DIT's são menos vulneráveis que os não-DIT's, entretanto os demais territórios turísticos são bem mais vulneráveis que os municípios não turísticos. Ademais foi possível constatar

que os RTR's são mais vulneráveis que os territórios não-turísticos, na dimensão infraestrutura, apesar dos massivos investimentos do PRODETUR.

Quadro 28: Quadro resumo dos resultados a escala regional (Nordeste)

Territórios turísticos	São os Territórios turísticos:	
	Os mais desenvolvidos (qui-quadrado)?	Os menos vulneráveis (qui-quadrado)?
	IDH (Geral)	IVS (Geral)
DIT'S	não	sim
RTR'S	não	não
Municípios litorâneos	não	não
	Dimensão Renda	Dimensão Infraestrutura
RTR's	não	não
	Dimensão Educação	Dimensão Capital Humano
RTR's	não	sim
	-----	Dimensão Renda e trabalho
RTR's	-----	sim

A grosso modo, se para alcançar o desenvolvimento humano, é necessário diminuir as situações de vulnerabilidade social, e conseqüentemente para diminuir a vulnerabilidade social dependemos das variáveis como infraestrutura, capital humano e renda e trabalho, acreditamos que o Nordeste (municípios turísticos e não turísticos) não está, nem de longe, no caminho para reverter sua situação de vulnerabilidade e alcançar o desenvolvimento humano como vem sendo defendido pelos discursos dos diferentes governos da região, principalmente daquelas cidades ou territórios estritamente dependentes das atividades turísticas (RTR's e Municípios Litorâneos e DIT's).

6.3 DESENVOLVIMENTO, VULNERABILIDADE E O TURISMO NO CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE

No subcapítulo 6.3 se pretende analisar a relação entre o turismo o grau de desenvolvimento e vulnerabilidade social nos distintos territórios turísticos e não-turísticos dos respectivos estados do Ceará e Rio Grande do Norte. O objetivo é analisar se existe alguma relação entre os graus de desenvolvimento e o progressivo crescimento do turismo, como setor econômico, consolidado nestes estados. Para isso, foi realizado análises estatísticas descritivas de referência

cruzada e testes Qui-quadrado para identificar a existência de dependência (ou não) entre os melhores índices de desenvolvimento e baixo níveis de vulnerabilidade social nestes estados.

Não foi possível encontrar relação de dependência significativa entre turismo, desenvolvimento e vulnerabilidade nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, com exceção da dimensão renda e trabalho (IVS). Em termos gerais, o crescimento do turismo nestes estados contribuiu com uma leve diminuição do grau de vulnerabilidade, unicamente na dimensão renda e trabalho.

6.3.1 TURISMO E DESENVOLVIMENTO NO CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE

São os RTR's mais desenvolvidos que os não-RTR's? Conforme o quadro, dos 305 (100%) dos não-RTR's, 204 (66,9%) aparecem como desenvolvidos. Em relação aos RTR's, podemos observar que 60,9% são desenvolvidos. Portanto, os RTR's não são mais desenvolvidos do que os não-RTR's.

Tabela 40: Tabulação cruzada RTR's * IDH (2010)

			IDH (2010)		Total
			não	sim	
RTR's	não	Contagem	101	204	305
		% em Roteiros Regionais	33,1%	66,9%	100,0%
		% em IDH (2010)	84,9%	87,9%	86,9%
	sim	Contagem	18	28	46
		% em Roteiros Regionais	39,1%	60,9%	100,0%
		% em IDH (2010)	15,1%	12,1%	13,1%
Total	Contagem	119	232	351	
	% em Roteiros Regionais	33,9%	66,1%	100,0%	
	% em IDH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: IDHM (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Existe uma relação de dependência entre as variáveis? Conforme o qui-quadrado de $0,422 > 0,05$, podemos dizer que não existe nenhuma relação de dependência significativa e estatística entre as variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	,646 ^a	1	,422		
Correção de continuidade ^b	,405	1	,525		
Razão de verossimilhança	,633	1	,426		
Teste Exato de Fisher				,504	,260
Nº de Casos Válidos	351				

Onde se concentram os municípios mais desenvolvidos? No estado do Ceará, encontramos um 73,4% dos seus municípios em uma situação de desenvolvimento positivo, em contraposição o Rio Grande do Norte possui uma porcentagem de 58,1% de municípios em situação de desenvolvimento. Em ambos os estados, os Não-RTR's (73,6% e 59,6%) aparecem com uma proporção maior de municípios desenvolvidos em comparação com os RTR's (72% e 47,6%).

Tabela 41: Tabulação cruzada RTR's * IDH (2010) * Estados

Estados				IDH (2010)		Total
				não	sim	
Ceará	Roteiros Regionais	não	Contagem	42	117	159
			% em Roteiros Regionais	26,4%	73,6%	100,0%
			% em IDH (2010) Desenvolvimento 2010	85,7%	86,7%	86,4%
		sim	Contagem	7	18	25
			% em Roteiros Regionais	28,0%	72,0%	100,0%
			% em IDH (2010) Desenvolvimento 2010	14,3%	13,3%	13,6%
	Total	Contagem	49	135	184	
		% em Roteiros Regionais	26,6%	73,4%	100,0%	
		% em IDH (2010) Desenvolvimento 2010	100,0%	100,0%	100,0%	
Rio Grande do Norte	Roteiros Regionais	não	Contagem	59	87	146
			% em Roteiros Regionais	40,4%	59,6%	100,0%
			% em IDH (2010) Desenvolvimento 2010	84,3%	89,7%	87,4%
		sim	Contagem	11	10	21
			% em Roteiros Regionais	52,4%	47,6%	100,0%
			% em IDH (2010) Desenvolvimento 2010	15,7%	10,3%	12,6%
	Total	Contagem	70	97	167	
		% em Roteiros Regionais	41,9%	58,1%	100,0%	
		% em IDH (2010) Desenvolvimento 2010	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: IDHM (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

São os municípios selecionados pelos programas de desenvolvimento do turismo (PRODETUR e PAC) os mais desenvolvidos? Portanto, cabe perguntar-se, se são estes municípios os mais desenvolvidos em comparação aos municípios que não foram selecionados pelo PRODETUR. Conforme o quadro, os municípios que não foram selecionados pelo PRODETUR, são mais desenvolvidos (67,4%) do que os que receberam investimentos (62,2%). Quer dizer, mais uma vez, a relação entre turismo e desenvolvimento não se confirma na prática.

Tabela 42: Tabulação cruzada PRODETUR I, II, III, PAC * IDH (2010)

PRODETUR I, II, III, PAC		IDH (2010)		Total
		não	sim	
não	Contagem	85	176	261
	% em PRODETUR I, II, III, PAC	32,6%	67,4%	100,0%

	% em IDH (2010)	71,4%	75,9%	74,4%
sim	Contagem	34	56	90
	% em PRODETUR I, II, III, PAC	37,8%	62,2%	100,0%
	% em IDH (2010)	28,6%	24,1%	25,6%
Total	Contagem	119	232	351
	% em PRODETUR I, II, III, PAC	33,9%	66,1%	100,0%
	% em IDH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IDHM (2010) BNB (2005; 2012); Confiex (2012), PAC (2012). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Existe uma relação de dependência entre as variáveis? Conforme o qui-quadrado de $0,368 > 0,05$, é possível afirmar que a pesar dos municípios não turísticos serem mais desenvolvidos do que os turísticos, não existe uma relação estatística de dependência bilateral entre as variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	,811 ^a	1	,368		
Correção de continuidade ^b	,595	1	,440		
Razão de verossimilhança	,802	1	,370		
Teste Exato de Fisher				,369	,219
Nº de Casos Válidos	351				

Onde se concentram os municípios mais desenvolvidos? Conforme quadro os municípios do estado do Ceará (73,4%) são mais desenvolvidos que os do Rio Grande do Norte (58,1%). Enquanto que no estado do Ceará, a porcentagem de desenvolvimento é praticamente homogênea entre os municípios selecionados ou não selecionados pelo PRODETUR, no Rio Grande do Norte, os municípios não selecionados pelo PRODETUR aparecem proporcionalmente mais desenvolvidos do que os selecionados pelo PRODETUR.

Tabela 43: Tabulação cruzada PRODETUR I, II, III, PAC * IDH (2010) * Estados

Estados	IDH (2010)		Total		
	não	sim			
Ceará PRODETUR I, II, III, PAC	não	Contagem	38	104	142
		% em PRODETUR I, II, III, PAC	26,8%	73,2%	100,0%
		% em IDH (2010) Desenvolvimento 2010	77,6%	77,0%	77,2%
	sim	Contagem	11	31	42
		% em PRODETUR I, II, III, PAC	26,2%	73,8%	100,0%
		% em IDH (2010) Desenvolvimento 2010	22,4%	23,0%	22,8%
Total	Contagem	49	135	184	
	% em PRODETUR I, II, III, PAC	26,6%	73,4%	100,0%	
	% em IDH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	
	Desenvolvimento 2010				

Rio Grand e do Norte	PRODETUR I, II, III, PAC	não	Contagem	47	72	119
			% em PRODETUR I, II, III, PAC	39,5%	60,5%	100,0%
			% em IDH (2010)	67,1%	74,2%	71,3%
			Desenvolvimento 2010			
		sim	Contagem	23	25	48
			% em PRODETUR I, II, III, PAC	47,9%	52,1%	100,0%
			% em IDH (2010)	32,9%	25,8%	28,7%
			Desenvolvimento 2010			
		Total	Contagem	70	97	167
			% em PRODETUR I, II, III, PAC	41,9%	58,1%	100,0%
		% em IDH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	
		Desenvolvimento 2010				

Fonte: IDHM (2010) BNB (2005; 2012); Confiex (2012), PAC (2012). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Em ambos casos, tantos em relação aos RTR's quanto os municípios selecionados pelo PRODETUR, não foram comprovados estatisticamente uma relação com as situações de desenvolvimento. Portanto, não podemos falar que existam relação dependência entre o turismo e o desenvolvimento nos estados do CE e RGN.

6.3.1.1 Turismo e ativo Renda

São os RTR's, os mais desenvolvidos em renda? Conforme o quadro, um 17,7% dos não-RTR's são desenvolvidos em renda enquanto um 10,9% dos RTR's são desenvolvidos. Portanto os RTR's não são mais desenvolvidos do que os não-RTR's. Em termos geral, apenas um 16,8% dos municípios no CE e RGN, possuem taxas positivas quanto a variável renda.

Tabela 44: Tabulação cruzada RTR's* IDH - Renda 2010

			IDHR 2010		Total
			não	sim	
RTR's	não	Contagem	251	54	305
		% em Roteiros Regionais	82,3%	17,7%	100,0%
		% em IDHR 2010	86,0%	91,5%	86,9%
	sim	Contagem	41	5	46
		% em Roteiros Regionais	89,1%	10,9%	100,0%
		% em IDHR 2010	14,0%	8,5%	13,1%
Total	Contagem	292	59	351	
	% em Roteiros Regionais	83,2%	16,8%	100,0%	
	% em IDHR 2010	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: IDHM (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Existe uma relação de dependência estatística entre as variáveis? Conforme o qui-quadrado de $0,248 > 0,05$, anula a hipótese que diz que existe dependência entre ambas as variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	1,336 ^a	1	,248		
Correção de continuidade ^b	,891	1	,345		
Razão de verossimilhança	1,468	1	,226		
Teste Exato de Fisher				,296	,173
Nº de Casos Válidos	351				

6.3.1.2 Turismo e ativo educação

São dos RTR's, os mais desenvolvidos em educação? Enquanto que 13,4% dos não-RTR's são desenvolvidos em educação, dos 46 (100%) dos RTR's, apenas um 2,2% possuem taxas positivas em educação. Em termos gerais é bastante preocupante os resultados do índice de desenvolvimento em educação, onde apenas 12% dos municípios do CE e RGN possuem taxas positivas em educação.

Tabela 45: Tabulação cruzada RTR's* IDH - Educação (2010)

			IDHE (2010)		Total
			não	sim	
RTR's	não	Contagem	264	41	305
		% em Roteiros Regionais	86,6%	13,4%	100,0%
		% em IDHE (2010)	85,4%	97,6%	86,9%
	sim	Contagem	45	1	46
		% em Roteiros Regionais	97,8%	2,2%	100,0%
		% em IDHE (2010)	14,6%	2,4%	13,1%
Total	Contagem	309	42	351	
	% em Roteiros Regionais	88,0%	12,0%	100,0%	
	% em IDHE (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: IDHM (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Existe uma relação de dependência significativa entre as variáveis? Conforme o qui-quadrado de $0,028 < 0,05$, podemos concluir que existe uma relação de dependência entre ambas as variáveis, onde os não-RTR's são mais desenvolvidos em educação do que os RTR's.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	4,818 ^a	1	,028		
Correção de continuidade ^b	3,808	1	,051		

Razão de verossimilhança	6,691	1	,010		
Teste Exato de Fisher				,027	,015
Nº de Casos Válidos	351				

Ao contrário do resultado encontrado anteriormente para a variável renda, onde o estado do RGN aparecia como mais desenvolvido do que o Ceará, no caso da variável educação, o estado do Ceará possui um 16,3% de municípios desenvolvidos e o RGN com um 7,2%. Em ambos os estados os não-RTR's aparecem bem mais desenvolvidos do que os RTR's. Em termos, é preocupante o resultado para ambos os estados, quando apenas um 12% dos municípios possuem taxas positivas de educação.

Tabela 46: Tabulação cruzada RTR's * IDH - Educação (2010) * Estados

Estados				IDHE (2010)		Total
				não	sim	
Ceará	Roteiros Turísticos	não	Contagem	130	29	159
			% em Roteiros Turísticos	81,8%	18,2%	100,0%
			% em IDH E (2010)	84,4%	96,7%	86,4%
		sim	Contagem	24	1	25
			% em Roteiros Turísticos	96,0%	4,0%	100,0%
			% em IDH E (2010)	15,6%	3,3%	13,6%
		Total	Contagem	154	30	184
			% em Roteiros Turísticos	83,7%	16,3%	100,0%
			% em IDH E (2010)	100,0%	100,0%	100,0%
Rio Grande do Norte	Roteiros Turísticos	não	Contagem	134	12	146
			% em Roteiros Turísticos	91,8%	8,2%	100,0%
			% em IDH E (2010)	86,5%	100,0%	87,4%
		sim	Contagem	21	0	21
			% em Roteiros Turísticos	100,0%	0,0%	100,0%
			% em IDH E (2010)	13,5%	0,0%	12,6%
		Total	Contagem	155	12	167
			% em Roteiros Turísticos	92,8%	7,2%	100,0%
			% em IDH E (2010)	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IDHM (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

6.3.2 TURISMO E VULNERABILIDADE SOCIAL NO CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE

São os RTR's menos vulneráveis que os não RTR's? Conforme o quadro abaixo os RTR's (71,7%) não são menos vulneráveis do que os não-RTR's (67,5%).

Tabela 47: Tabulação cruzada RTR's* IVS - 2010

			IVS - 2010		Total
			não	sim	
RTR's	não	Contagem	99	206	305
		% em Roteiros turísticos	32,5%	67,5%	100,0%

	% em IVS - 2010	88,4%	86,2%	86,9%
sim	Contagem	13	33	46
	% em Roteiros turísticos	28,3%	71,7%	100,0%
	% em IVS - 2010	11,6%	13,8%	13,1%
Total	Contagem	112	239	351
	% em Roteiros turísticos	31,9%	68,1%	100,0%
	% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IVS (2010); Mtur (2007). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

A pesar dos não-RTR's serem menos vulneráveis que os RTR's, conforme o Qui-quadrado de $0,569 > 0,05$, não podemos confirmar que exista uma relação de dependência significativa entre ambas as variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	,324 ^a	1	,569		
Correção de continuidade ^b	,160	1	,689		
Razão de verossimilhança	,330	1	,565		
Teste Exato de Fisher				,615	,350
Nº de Casos Válidos	351				

O estado do Ceará possui uma porcentagem de 75% dos seus municípios em situação de vulnerabilidade social, em comparação com o Rio Grande do Norte possui um 60,5%. No estado do Ceará os resultados da vulnerabilidade social para os RTR's (72%) e não-RTR's (75,5%) são praticamente similares, em contraposição no Rio Grande do Norte os RTR's (71,4%) aparecem com uma proporção bem mais alta de vulnerabilidade social em comparação com os não RTR's (58,9%). Em termos gerais, 68,1% dos municípios dos estados do Ceará e RGN, turísticos e não turísticos se encontram em situações de vulnerabilidade social. Um resultado bastante preocupante para ambos os estados.

Tabela 48: Tabulação cruzada RTR's * IVS (2010) * Estados

Estados				IVS - 2010		Total
				não	sim	
Ceará	Roteiros Turísticos	não	Contagem	39	120	159
			% em Roteiros Turísticos	24,5%	75,5%	100,0%
			% em IVS - 2010	84,8%	87,0%	86,4%
	sim	Contagem	7	18	25	
		% em Roteiros Turísticos	28,0%	72,0%	100,0%	
		% em IVS - 2010	15,2%	13,0%	13,6%	
Total		Contagem	46	138	184	
		% em Roteiros Turísticos	25,0%	75,0%	100,0%	
		% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%	
Rio Grande do Norte	Roteiros Turísticos	não	Contagem	60	86	146
			% em Roteiros Turísticos	41,1%	58,9%	100,0%

		% em IVS - 2010	90,9%	85,1%	87,4%
sim		Contagem	6	15	21
		% em Roteiros Turísticos	28,6%	71,4%	100,0%
		% em IVS - 2010	9,1%	14,9%	12,6%
Total		Contagem	66	101	167
		% em Roteiros Turísticos	39,5%	60,5%	100,0%
		% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

São os municípios selecionados pelo PRODETUR, os menos vulneráveis? Conforme o quadro abaixo, os municípios que receberam os investimentos do PRODETUR são menos vulneráveis do que os que não receberam. Entretanto o resultado é bastante similar entre ambos os grupos.

Tabela 49: Tabulação cruzada PRODETUR I, II, III, PAC * IVS - 2010

PRODETUR I, II, III, PAC		IVS - 2010		Total	
		não	sim		
não		Contagem	80	181	261
		% em PRODETUR I, II, III, PAC	30,7%	69,3%	100,0%
		% em IVS - 2010	71,4%	75,7%	74,4%
sim		Contagem	32	58	90
		% em PRODETUR I, II, III, PAC	35,6%	64,4%	100,0%
		% em IVS - 2010	28,6%	24,3%	25,6%
Total		Contagem	112	239	351
		% em PRODETUR I, II, III, PAC	31,9%	68,1%	100,0%
		% em IVS - 2010	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IVS (2010); BNB (2005; 2012); ConfieX (2012); PAC (2012). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Conforme qui-quadrado de $0,389 > 0,05$, podemos afirmar que não existe uma relação de dependência significativa entre as variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	,741 ^a	1	,389		
Correção de continuidade ^b	,532	1	,466		
Razão de verossimilhança	,732	1	,392		
Teste Exato de Fisher				,432	,232
Nº de Casos Válidos	351				

6.3.2.1 Turismo e ativo Infraestrutura

São os RTR's menos vulneráveis em infraestrutura em comparação com os não-RTR's? Conforme o quadro, os RTR's não são menos vulneráveis do que os não-RTR's. 21,7% dos RTR's são vulneráveis em comparação com 10,5% dos não-RTR's. Em termos gerais, apenas um 12% dos municípios do Ceará e Rio

Grande do Norte aparecem com altas taxas de vulnerabilidade social. Apesar de serem altas as taxas de vulnerabilidade social em ambos os estados, no caso da variável infraestrutura podemos encontrar uma porcentagem baixa de vulnerabilidade social. De alguma forma, podemos pensar que existe um processo de mudança quanto a infraestrutura nestes estados, tanto nos municípios turísticos quanto não turísticos.

Tabela 50: Tabulação cruzada RTR's* IVS - Infraestrutura (2010)

			IVSI (2010)		Total
			não	sim	
RTR's	não	Contagem	273	32	305
		% em Roteiros Regionais	89,5%	10,5%	100,0%
		% em IVS - I (2010)	88,3%	76,2%	86,9%
	sim	Contagem	36	10	46
		% em Roteiros Regionais	78,3%	21,7%	100,0%
		% em IVS - I (2010)	11,7%	23,8%	13,1%
Total	Contagem	309	42	351	
	% em Roteiros Regionais	88,0%	12,0%	100,0%	
	% em IVS - I (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Conforme o qui-quadrado de $0,28 < 0,05$ existe uma relação estatística entre ambas as variáveis. Esse resultado mostra que existe uma relação significativa entre a infraestrutura e municípios turísticos e não turísticos nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	4,800 ^a	1	,028		
Correção de continuidade ^b	3,792	1	,052		
Razão de verossimilhança	4,121	1	,042		
Teste Exato de Fisher				,047	,032
Nº de Casos Válidos	351				

E, em relação aos municípios que receberam investimentos do PRODETUR para construção e duplicação de rodovias, para ampliação e construção de novos aeroportos e outros investimentos na área da infraestrutura, são eles os menos vulneráveis em comparação aos municípios não beneficiados pelos PRODETUR's?

Conforme o quadro os municípios não-beneficiados (8%) pelos PRODETUR's são proporcionalmente menos vulneráveis do que os beneficiados pelas políticas públicas de turismo (23,3%).

Tabela 51: Tabulação cruzada PRODETUR I, II, III, PAC * IVS - Infraestrutura (2010)

			IVSI (2010)		Total
			não	sim	
PRODETUR I, II, III, PAC	não	Contagem	240	21	261
		% em PRODETUR I, II, III, PAC	92,0%	8,0%	100,0%
		% em IVS - I (2010)	77,7%	50,0%	74,4%
	sim	Contagem	69	21	90
		% em PRODETUR I, II, III, PAC	76,7%	23,3%	100,0%
		% em IVS - I (2010)	22,3%	50,0%	25,6%
Total		Contagem	309	42	351
		% em PRODETUR I, II, III, PAC	88,0%	12,0%	100,0%
		% em IVS - I (2010)	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IVS (2010); BNB (2005; 2012); Confíex (2012); PAC (2012). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Com um qui-quadrado de $0,000 < 0,05$ podemos afirmar que existe uma relação de dependência significativa entre ambas as variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	14,847 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	13,432	1	,000		
Razão de verossimilhança	13,211	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Nº de Casos Válidos	351				

Em relação a infraestrutura encontramos um panorama bastante positivo tanto para o estado do Ceará quanto para o RGN. No Ceará apenas um 16,3% dos municípios se encontram em uma situação de vulnerabilidade social em infraestrutura e no RGN apenas um 7,2%. Entretanto, cabe destacar que em ambos os municípios, os RTR's aparecem como os territórios mais vulneráveis em infraestrutura em comparação com os não-RTR's.

Tabela 52: Tabulação cruzada RTR's * IVS - Infraestrutura (2010) * Estados

Estados (CE e RGN)				IVS - I (2010)		Total
				não	sim	
Ceará	Roteiros Regionais	não	Contagem	136	23	159
			% em Roteiros Regionais	85,5%	14,5%	100,0%
			% em IVS - I (2010)	88,3%	76,7%	86,4%
	sim	Contagem	18	7	25	
		% em Roteiros Regionais	72,0%	28,0%	100,0%	
		% em IVS - I (2010)	11,7%	23,3%	13,6%	

Total			Contagem	154	30	184
			% em Roteiros Regionais	83,7%	16,3%	100,0%
			% em IVS - I (2010)	100,0%	100,0%	100,0%
Rio Grande do Norte	Roteiros Regionais	não	Contagem	137	9	146
			% em Roteiros Regionais	93,8%	6,2%	100,0%
			% em IVS - I (2010)	88,4%	75,0%	87,4%
	sim	Contagem	18	3	21	
		% em Roteiros Regionais	85,7%	14,3%	100,0%	
		% em IVS - I (2010)	11,6%	25,0%	12,6%	
Total			Contagem	155	12	167
			% em Roteiros Regionais	92,8%	7,2%	100,0%
			% em IVS - I (2010)	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

6.3.2.2 Turismo e Capital humano

São os RTR's menos vulneráveis em capital humano em comparação aos não-RTR's? Conforme o quadro, dos 46 (100%) RTR's, 41 (89,1%) são vulneráveis em capital humano enquanto 93,8% dos não RTR's são vulneráveis. Em termos gerais 93,2% dos municípios dos estados do Ceará e do RGN (RTR's ou não-RTR's) são vulneráveis.

Tabela 53: Tabulação cruzada RTR's* IVS – Capital Humano (2010)

			IVSCH (2010)		Total
			não	sim	
RTR's	não	Contagem	19	286	305
		% em Roteiros turísticos	6,2%	93,8%	100,0%
		% em IVS CH (2010)	79,2%	87,5%	86,9%
	sim	Contagem	5	41	46
		% em Roteiros turísticos	10,9%	89,1%	100,0%
		% em IVS CH (2010)	20,8%	12,5%	13,1%
Total		Contagem	24	327	351
		% em Roteiros turísticos	6,8%	93,2%	100,0%
		% em IVS CH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

A pesar dos RTR's aparecem como menos vulneráveis, conforme o qui-quadrado de $0,245 > 0,05$ podemos afirmar que não existe nenhuma relação de dependência entre ambas as variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	1,351 ^a	1	,245		
Correção de continuidade ^b	,721	1	,396		
Razão de verossimilhança	1,189	1	,275		

Teste Exato de Fisher				,222	,192
Nº de Casos Válidos	351				

Em termos gerais, a taxa de vulnerabilidade social é praticamente homogênea em ambos os estados (95,7% e 90,4%). Em ao estado do Ceará os RTR's aparecem menos vulneráveis do que os não-RTR's, em contraposição no Rio Grande do Norte os resultados são praticamente similares (90,4% e 90,5%).

Tabela 54: Tabulação cruzada RTR's * IVS – Capital Humano (2010) * Estados

Estados				IVS CH (2010)		Total	
				não	sim		
Ceará	RTR's	não	Contagem	5	154	159	
			% em Roteiros turísticos	3,1%	96,9%	100,0%	
			% em IVS CH (2010)	62,5%	87,5%	86,4%	
		sim	Contagem	3	22	25	
	% em Roteiros turísticos		12,0%	88,0%	100,0%		
	% em IVS CH (2010)		37,5%	12,5%	13,6%		
	Total			Contagem	8	176	184
				% em Roteiros turísticos	4,3%	95,7%	100,0%
			% em IVS CH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	
Rio Grande do Norte	RTR's	não	Contagem	14	132	146	
			% em Roteiros turísticos	9,6%	90,4%	100,0%	
			% em IVS CH (2010)	87,5%	87,4%	87,4%	
		sim	Contagem	2	19	21	
	% em Roteiros turísticos		9,5%	90,5%	100,0%		
	% em IVS CH (2010)		12,5%	12,6%	12,6%		
	Total			Contagem	16	151	167
				% em Roteiros Regionais	9,6%	90,4%	100,0%
			% em IVS CH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	
Total	RTR's	não	Contagem	19	286	305	
			% em Roteiros Regionais	6,2%	93,8%	100,0%	
			% em IVS CH (2010)	79,2%	87,5%	86,9%	
		sim	Contagem	5	41	46	
	% em Roteiros Regionais		10,9%	89,1%	100,0%		
	% em IVS CH (2010)		20,8%	12,5%	13,1%		
	Total			Contagem	24	327	351
				% em Roteiros Regionais	6,8%	93,2%	100,0%
			% em IVS CH (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

6.3.2.3 Turismo e ativos Renda e Trabalho

São os RTR's menos vulneráveis em renda e trabalho do que os não-RTR's? Conforme o quadro, 82% dos RTR's são vulneráveis em comparação com 92,1% dos não RTR's, e, portanto, podemos afirmar que os RTR's são proporcionalmente menos vulneráveis do que os não RTR's. Em termos gerais,

90,9% dos municípios dos estados do Ceará e RGN são vulneráveis em renda e trabalho, sejam RTR's ou não-RTR's.

Tabela 55: Tabulação cruzada RTR's* IVS – Renda e Trabalho (2010)

			IVSRT (2010)		Total
			não	sim	
RTR's	não	Contagem	24	281	305
		% em Roteiros turísticos	7,9%	92,1%	100,0%
		% em IVS RT (2010)	75,0%	88,1%	86,9%
	sim	Contagem	8	38	46
		% em Roteiros turísticos	17,4%	82,6%	100,0%
		% em IVS RT (2010)	25,0%	11,9%	13,1%
Total	Contagem		32	319	351
	% em Roteiros turísticos		9,1%	90,9%	100,0%
	% em IVS RT (2010)		100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Conforme o qui-quadrado de $0,036 < 0,05$ existe uma relação de dependência entre as variáveis.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	4,374 ^a	1	,036		
Correção de continuidade ^b	3,301	1	,069		
Razão de verossimilhança	3,677	1	,055		
Teste Exato de Fisher				,051	,042
Nº de Casos Válidos	351				

Em relação a renda e trabalho encontramos um 94,6% dos municípios do estado do Ceará em situação de vulnerabilidade. No caso do Rio Grande do Norte essa taxa cai para um 86,8%. Em ambos os estados, os RTR's aparecem como menos vulneráveis do que os não-RTR's o que pode ser uma resposta das atividades turísticas.

Tabela 56: Tabulação cruzada RTR's * IVS – Renda e Trabalho (2010) * Estados

Estados				IVSRT (2010)		Total
				não	sim	
Ceará	Roteiros turísticos	não	Contagem	7	152	159
			% em Roteiros turísticos	4,4%	95,6%	100,0%
			% em IVS RT (2010)	70,0%	87,4%	86,4%
	sim	Contagem	3	22	25	
		% em Roteiros turísticos	12,0%	88,0%	100,0%	
		% em IVS RT (2010)	30,0%	12,6%	13,6%	
Total		Contagem	10	174	184	
		% em Roteiros turísticos	5,4%	94,6%	100,0%	
		% em IVS RT (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	

Rio Grande do Norte	Roteiros turísticos	não	Contagem	17	129	146
			% em Roteiros turísticos	11,6%	88,4%	100,0%
			% em IVS RT (2010)	77,3%	89,0%	87,4%
	sim	Contagem	5	16	21	
		% em Roteiros turísticos	23,8%	76,2%	100,0%	
		% em IVS RT (2010)	22,7%	11,0%	12,6%	
Total		Contagem	22	145	167	
		% em Roteiros turísticos	13,2%	86,8%	100,0%	
		% em IVS RT (2010)	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: IVS (2010); Mtur (2008) Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Observando o quadro resumo é possível observar que os territórios turísticos do estado do Ceará e do estado do Rio Grande do Norte não são mais desenvolvidos do que os territórios não-turísticos. Apesar do discurso hegemônico liderado pela elite cearense e potiguar quanto ao papel do turismo em contribuir como motor de desenvolvimento infelizmente não foi possível encontrar em termos estatísticos dados que comprove a teoria. Ao contrário, os municípios não-turísticos apresentaram níveis de desenvolvimento em renda e educação melhores do que os territórios turísticos. Tampouco foi possível comprovar o papel do turismo na diminuição do nível de vulnerabilidade social entre os territórios. Apenas foi possível encontrar uma relação de dependência significativa entre os territórios turísticos e a dimensão renda e trabalho, no IVS.

Quadro 29: Quadro resume dos resultados a escala estadual (RN e CE)

Territórios turísticos	São os Territórios turísticos:	São os Territórios turísticos:
	Os mais desenvolvidos (qui-quadrado)?	Os menos vulneráveis (qui-quadrado)?
	IDH (Geral)	IVS (Geral)
RTR's	não	não
PRODETUR⁴³	não	não
	Dimensão Renda	Dimensão Infraestrutura
RTR's	não	não
	Dimensão Educação	Dimensão Capital Humano
RTR's	não	não
	-----	Dimensão Renda e trabalho
RTR's	-----	sim

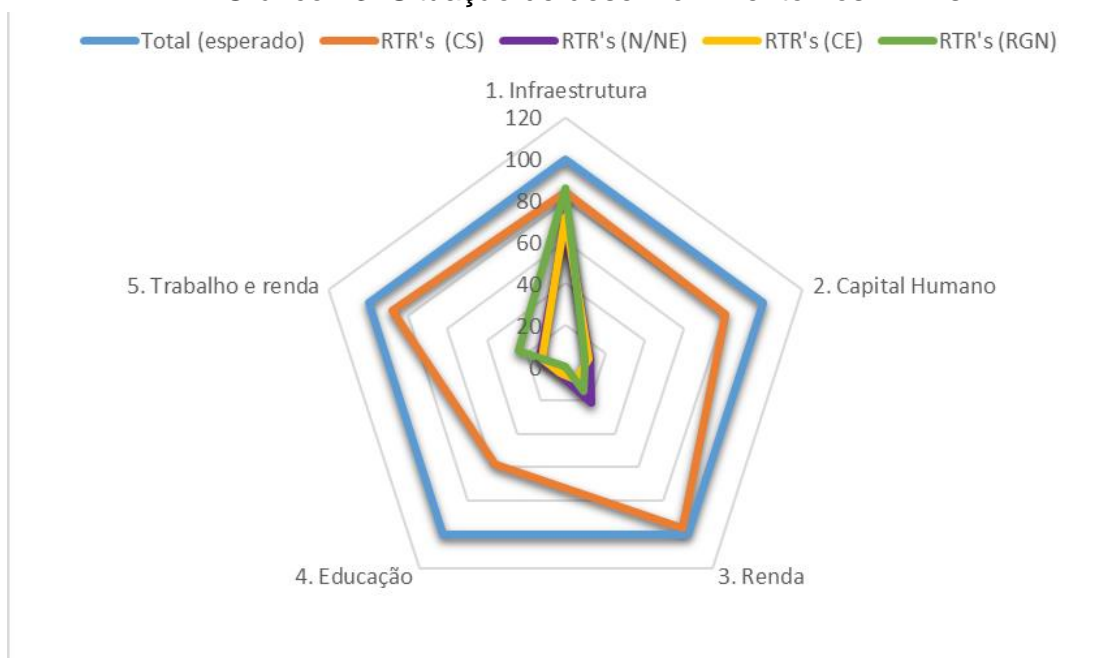
6.4 DISCUSSÃO: Turismo como oportunidade?

⁴³ Municípios selecionados pelos programas de turismo (PRODETUR e PAC)

Após uma análise do desenvolvimento humano e da vulnerabilidade social nas diferentes escalas no Brasil foi possível encontrar algumas informações importantes sobre a situação dos diferentes municípios e dos roteiros turísticos regionais. Em meio ao cenário do turismo no Brasil, principalmente no Nordeste brasileiro, com a inserção de políticas públicas de turismo e do discurso a favor da consolidação do turismo como meio de desenvolvimento para as comunidades, Uma das principais perguntas de investigação era entender se existia alguma relação entre o turismo e o desenvolvimento humano e a vulnerabilidade social Em termos gerais, encontramos situações preocupantes quanto aos níveis de vulnerabilidade social no Brasil, mas especificamente na região Norte e Nordeste.

A região Norte Nordeste possui os piores indicadores de vulnerabilidade e desenvolvimento humano. Sejam nos municípios turísticos (DIT'S, RTR's e municípios litorâneos) ou não turísticos os dados são preocupantes. Em contraposição na região Centro Sul encontramos uma situação bastante confortável e homogênea entre os diferentes municípios (turísticos ou não). Para resumir, de forma geral e didática os principais resultados, podemos observar o gráfico abaixo.

Gráfico 13: Situação de desenvolvimento nos RTR's

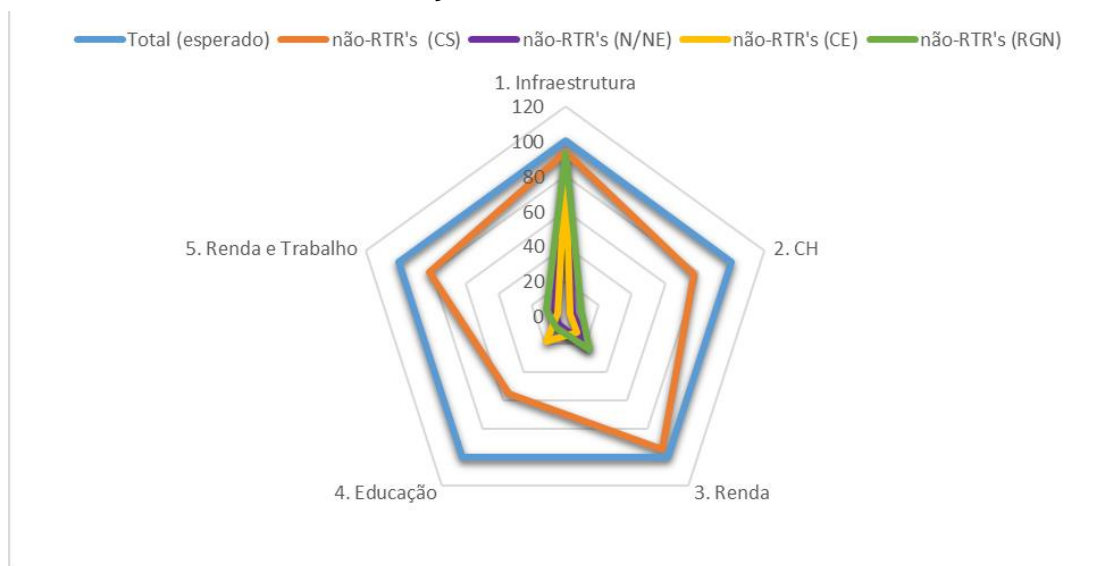


Fonte: IVS (2010); IDHM (2010); Mtur (2008) Elaboração própria.

Conforme gráfico, podemos observar a porcentagem (0% a 100%) dos RTR's em situação de desenvolvimento humano e/ou vulnerabilidade, conforme as 5 variáveis principais (infraestrutura, capital humano, renda, educação e trabalho/renda). Podemos observar que a ponta de todos os grupos dos RTR's no CS, N/NE, CE e RGN alcançam quase que o valor máximo (100%) do vértice infraestrutura. Entretanto, para as outras variáveis, encontramos um resultado muito similar para os estados do CE, RGN e região Norte/Nordeste, quando nenhuma ponta consegue alcançar níveis maiores que 20%. Com exceção da Região Centro Sul (cor laranja) que possui níveis próximos ao total esperado para quase todas as variáveis (com exceção de educação)

A grosso modo, apenas os RTR's localizados na região Centro Sul possuem uma porcentagem majoritária de municípios com níveis elevados nas diferentes variáveis de desenvolvimento. Em contraposição os RTR's na Região Norte Nordeste, como exemplo CE e RGN, alcançam apenas níveis de desenvolvimento na variável infraestrutura, o que a médio e longo prazo dificultará que esses RTR's consigam alcançar o desenvolvimento humano esperado.

Gráfico 14: Situação do desenvolvimento dos não-RTR's

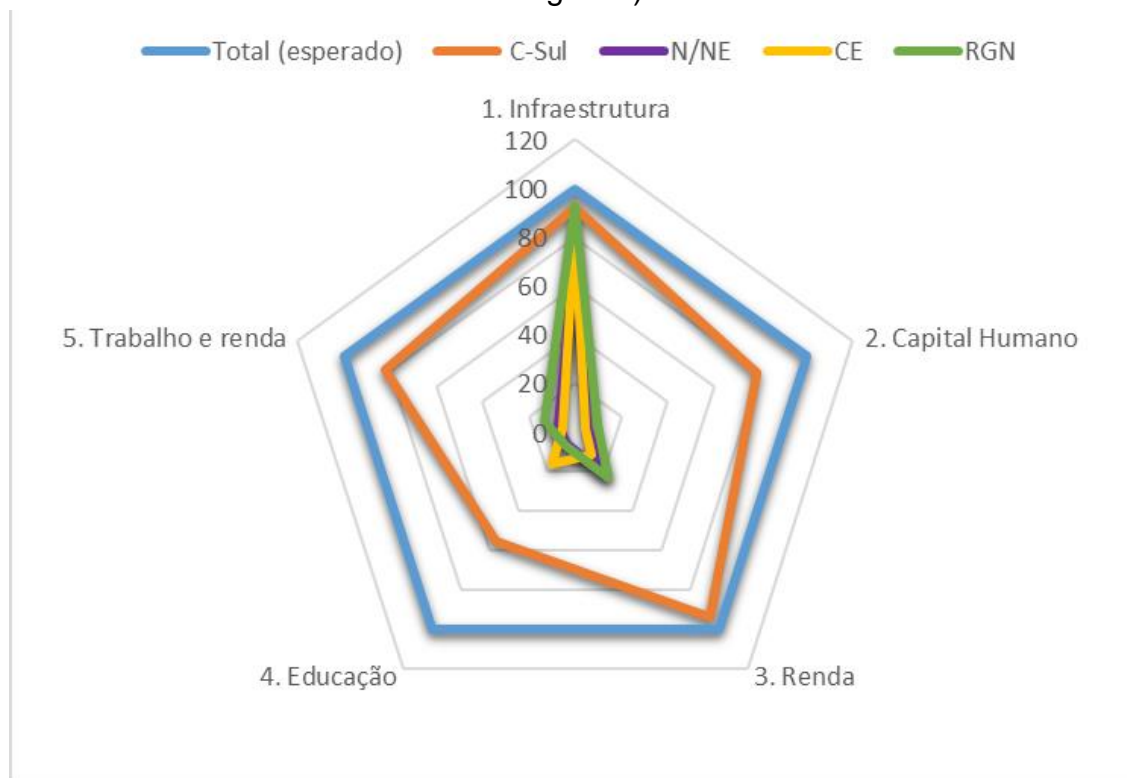


Fonte: IVS (2010); IDHM (2010); Mtur (2008) Elaboração própria

Se observamos o gráfico abaixo com o total de municípios do Brasil (turísticos e não turísticos) encontramos uma situação similar ao que encontramos com os RTR's. De forma geral os municípios (turísticos e não turísticos) da região

Centro-Sul do país (linha laranja) são os únicos que em sua maioria conseguem alcançar os níveis esperados nas diferentes variáveis. Em contraposição os municípios da região Norte e Nordeste (como exemplo CE e RGN) concentram-se prioritariamente no centro do gráfico, alcançado unicamente o vértice de infraestrutura.

Gráfico 15: Situação de desenvolvimento nas regiões brasileiras (em termos gerais)



Fonte: IVS (2010); IDHM (2010). Elaboração própria.

Podemos concluir, que a questão do desenvolvimento vai muito mais além da questão do turismo, podemos apontar para uma questão macrorregional. Enquanto não haja políticas públicas que englobem o conjunto de variáveis (infraestrutura, capital humano, renda, educação e trabalho/renda), em um contexto geral, não haverá a médio e longo prazo uma diminuição significativa da vulnerabilidade social e conseqüentemente tampouco melhorias nos níveis de desenvolvimento humano nas regiões Norte Nordeste. O turismo não está contribuindo para mudanças em níveis estruturais no Nordeste Brasileiro, a grosso modo, podemos dizer que as políticas públicas de turismo na região N/NE, de forma

individualizada, não contribui para grandes mudanças na região, e, portanto, se faz necessário um planejamento estrutural, multissetorial e socioterritorial na região.

A pesar do dinamismo do turismo no Nordeste modelado pelos fatores econômicos tender ao crescimento (segundo as teorias desenvolvimentista), questões básicas para o desenvolvimento regional como saúde, saneamento, e principalmente educação, distribuição de renda e diminuição da pobreza continuam sem os avanços necessários.

Nessa Grande Região, o crescimento econômico (acima da média nacional) na primeira década do século XXI não se desdobrou em uma melhoria na qualidade de vida dessa sociedade na mesma proporção (GONÇALVES, 2017). Quer dizer, a pesar de uma certa melhora infra estrutural (fomentada pelas políticas públicas do PRODETUR e PAC) e o desenvolvimento e consolidação da atividade turística nos diferentes municípios, existe um fraco desempenho social da região em particular, sobretudo nas áreas de educação, trabalho, renda e saúde (CORIOLANO, 2006; DANTAS, 2007; GONÇALVES, 2017).

Em resumo o projeto capitalista de modernização de espaços, voltado para as elites – como exemplo as políticas públicas de turismo do Brasil e região Nordeste (cap.6) - não pode ser confundido com desenvolvimento humano, porque ele nem beneficia o povo, e muito menos as comunidades pobres, porque faz parte de um modelo de desenvolvimento excludente (CORIOLANO; ALMEIDA, 2007). Portanto, o discurso em que o crescimento econômico necessariamente produz emprego e renda para todos e eleva as condições sociais não se sustenta na região Nordeste do Brasil – nem teoricamente e muito menos na prática.

Capítulo 7:

CAPACIDADE DE RESPOSTA E MOBILIZAÇÃO DOS ATIVOS SOCIAIS: Exemplo-prático da Aplicação do IVScT em Jericoacoara/CE e Pipa/RN

CAPITULO 7: CAPACIDADE DE RESPOSTA E MOBILIZAÇÃO DOS ATIVOS SOCIAIS: Exemplo-prático da aplicação do IVScT em Jericoacoara/CE e Pipa/RN

Neste capítulo se apresenta os principais dados obtidos através da aplicação do Índice de Vulnerabilidade Social para Comunidades Turísticas (IVScT), para avaliação do desenvolvimento nas comunidades de Jericoacoara e Pipa. O objetivo principal da proposta de construção de um IVScT é a identificar os diferentes cenários/situações de carências ou desvantagens diferenciadas dos domicílios segundo o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns ativos sociais. Em outras palavras a proposta contribuiu para analisar a heterogeneidade socioespacial, baseando-se na condição de incapacidade/capacidade dos domicílios em melhorar suas situações de bem-estar, seja pelos ativos ou por suas estratégias.

Para ilustrar a nossa proposta selecionamos as comunidades de Jericoacoara/CE e Pipa/RN no Brasil. Para a construção do IVScT foi necessário partir de uma amostragem probabilística (95% de confiança e 5 % de margem de erro), sobre os domicílios particulares e permanentes e calculado em individual para cada comunidade e para cada setor censitário respectivamente. Foram realizados 256 questionários em Jericoacoara e 251 questionários em Pipa. Os questionários foram realizados com o responsável do domicílio (homem ou mulher) com a finalidade de identificar os cenários e as situações de vulnerabilidade social segundo o portfólio de ativos destes domicílios/família, coletado a partir das 74 perguntas desenhadas segundo dois grupos de variáveis: 1) as dimensões (Dados demográficos; característica do turismo; Capital físico e financeiro; Capital Humano e Capital Social) e 2) os ativos (“infraestrutura”, “bens materiais”, “habitação”, “créditos e contas”, “agregado familiar”, “educação”, “trabalho”, “renda”, “redes,

confiança e solidariedade”, “coesão e inclusão social” e “autoridade e ação política”). Também foram aplicadas entrevistas semiestruturadas aos chefes de família, com o intuito de compreender com maior complexidade o resultado do IVScT. Ao total foram respondidas 50 entrevistas entre os moradores de Jeri e Pipa.

O presente capítulo está organizado em quatro subcapítulos principais. Inicialmente, no subcapítulo 7.1: Metodologia e Perfil sociodemográfico dos Entrevistados em Jericoacoara e Pipa, para uma maior compreensão sobre os resultados encontrados através do IVScT e as estratégias empregadas pelas famílias de Pipa e Jeri, se apresenta a metodologia geral de forma resumida utilizada para a obtenção dos dados primários e análise dos dados. Também se apresenta o Perfil Sociodemográficos dos entrevistados e informantes para uma maior aproximação com o objeto de pesquisa.

Na continuidade, no subcapítulo 7.2: Uma introdução a Vulnerabilidade Social em Jeri e Pipa, se apresenta uma breve introdução sobre cenário e as situações de vulnerabilidade social obtidos com IVScT realizado nas comunidades de Jeri e Pipa. Este subcapítulo contribui para uma primeira aproximação sobre o cenário de vulnerabilidade encontrado nestas comunidades. Também, foi possível descompor o IVScT e destacar sobre as dimensões e os ativos sociais que mais determinavam o cenário e a situação de vulnerabilidade social em Jeri e Pipa.

No subcapítulo 7.3: IVScT por dimensões e ativos sociais, se apresenta o resultado do IVScT desde a decomposição em suas principais dimensões (Demográfico, Capital Físico/CF; Capital Humano/CH; Capital Social/CS e Características do Turismo) e ativos sociais. Com o subcapítulo 7.3: é possível compreender sobre a quantidade e qualidade de ativos sociais existentes ou inexistente nestas comunidades e sua relação com o turismo.

A pesquisa para aferição da vulnerabilidade social em comunidades turísticas possibilitou expressar com uma qualidade empírica a dinâmica de reprodução da desigualdade socioespacial dentro de ambas as comunidades. Identificamos as principais fraquezas (ou conjunto delas) de cada segmento socioespacial dos domicílios. Também foi possível delimitar as dimensões e ativos (variáveis) que determinam ou agravam a condição de “vulnerabilidade” sobre as famílias de ambas as comunidades. Com a análise conjunta entre os ativos

disponíveis e as estratégias empregadas pelas famílias foi possível avaliar a capacidade de resposta das famílias frente as mudanças ocorridas desde o turismo.

Os dados coletados a partir dos questionários e das entrevistas realizadas em Jeri e Pipa contribuíram com alguns resultados e conclusões prévias que apresentamos no subcapítulo final: 7.4 Discussão e reflexão final sobre as estruturas de oportunidades e a capacidade de resposta das famílias. Com a qualidade de informação sobre o portfólio de ativos das famílias de Jeri e Pipa contribuirá com uma agenda futura quanto ao desenho de políticas públicas que possam orientar a maximizar os efeitos positivos do turismo sobre os diferentes grupos a partir do entendimento sobre o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns ativos nas comunidades, os quais, ao princípio, deveria estar à disposição de todo cidadão, por força da ação do Estado.

7.1 METODOLOGIA E PERFIL SOCIODEMOGRAFICO DOS ENTREVISTADOS EM JERICOACOARA E PIPA

Para a construção do IVScT, foram necessárias algumas etapas fundamentais, as quais foram apresentadas no capítulo 4.2. Contudo, voltaremos a refrescar nesta seção a metodologia utilizada com objetivo facilitar o entendimento sobre os resultados encontrados sobre o cenário de vulnerabilidade social de Jericoacoara e Pipa. Na continuidade, apresentaremos o perfil sociodemográficos dos chefes de família de Jeri e Pipa.

A construção do IVScT, aplicado às comunidades turísticas, teve como objetivo medir e avaliar a vulnerabilidade social nas comunidades turísticas a partir do quantidade e qualidade de ativos sociais disponíveis pelas diferentes famílias. A proposta possibilitou analisar a heterogeneidade socioespacial apresentada pelas famílias nas comunidades turísticas baseando-se na condição de incapacidade/capacidade dos domicílios em melhorar suas situações de bem-estar a partir da elaboração de índice de vulnerabilidade social para comunidades turísticas (IVScT), que pode ser facilmente, replicado à outras comunidades turísticas.

Para a construção do índice de vulnerabilidade foi necessária uma amostra probabilística aleatória, aplicado nas comunidades de Jericoacoara/CE e Pipa/RN

aos domicílios particulares e permanentes (DPP). Foram aplicados 256 questionários em Jeri e 251 questionários em Pipa para alcançar uma amostra com 95% de confiança e um 5% de margem de erro. Vale ressaltar que o questionário estruturado de vulnerabilidade social foi aplicado e respondido, sempre e quando possível pelos chefes de família (responsável pela unidade familiar do edifício/imóvel), entretanto nos casos que não foram possíveis, buscou-se identificar se o informante estava apto para responder sobre o respectivo responsável.

Com a tabulação e ponderação dos dados foi possível encontrar e destacar os principais grupos/tipologias de vulnerabilidade social que se encontram os chefes e domicílios de Jeri e Pipa, são quatro principais (subcapítulo 7.2):

1) socialmente não-vulnerável: são as famílias que passam automaticamente (valores compulsórios⁴⁴) ao grupo de não-vulnerável por conta da correlação entre a renda bruta (mais de 10 salários mínimos/ maior que R\$ 9.370) e renda per capita da unidade familiar (renda per-capita mais de 1 salário mínimo/maior que R\$ 970);

2) baixo e médio risco são famílias não-vulneráveis, seja por conta do capital físico, humano ou social, mas que não possuem uma renda bruta maior que 10 s.m e tampouco uma renda per capita familiar maior que 1 s.m, como os socialmente-não vulnerável;

3) O grupo vulnerável, são as famílias que por baixo capital físico e/ou humano e/ou social correm risco de pobreza a curto prazo e/ou exclusão social a médio e longo prazo;

4) socialmente vulnerável⁴⁵ são as famílias que passam automaticamente (valores compulsórios) ao grupo de vulnerabilidade por conta da baixa renda per capita e/ou por receber ajuda social do governo (exemplo: bolsa família). Esse grupo se destaca por famílias que já estão em estado de extrema pobreza, que possuem uma renda per capita familiar menor que R\$ 85,00.

Além de poder separar os chefes de famílias e os domicílios segundo estas quatro tipologias principais, também foi possível encontrar aquelas dimensões (dados demográficos, capital físico, humano e social e características do turismo) e

⁴⁴ Subcapítulo 4.2 (questionário anexo 1, questão 48)

⁴⁵ Subcapítulo 5.2 (questionário anexo 1/questão 48 e 52)

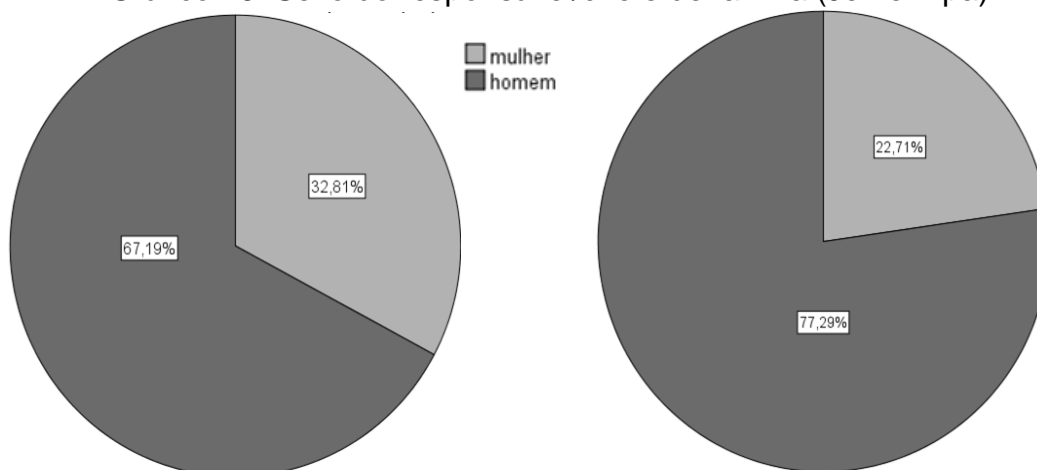
aqueles ativos (infraestrutura, bens materiais, habitação, créditos e contas, agregado familiar, educação, trabalho e renda, redes de confiança e solidariedade, coesão e integração social e autoridade e ação política) que mais determinavam/determinam o cenário e as situações de vulnerabilidade social nas comunidades de Jeri e de Pipa (subcapítulo 7.3).

7.1.1 Descrição Demográfica das famílias: Apresentação geral sobre o perfil dos entrevistados em Jeri e Pipa

Nesta seção se apresenta o perfil das famílias de Jeri e Pipa que foram entrevistadas pelo questionário de Vulnerabilidade Social. Esta seção tem como objetivo aproximar o leitor sobre o perfil sociodemográfico dos chefes de famílias e dos domicílios que participaram como informantes para a aplicação da metodologia, construção do IVScT e análise dos cenários e situações de vulnerabilidade social.

Do total de 256 questionários aplicados aos chefes de famílias em Jeri, 67,1% eram domicílios chefiados por homens e 32,8% dos domicílios eram chefiados por mulheres. Em relação a Pipa, dos 251 questionários, 77,2% dos domicílios eram chefiados por algum homem, enquanto 22,7% eram chefiados apenas por mulheres.

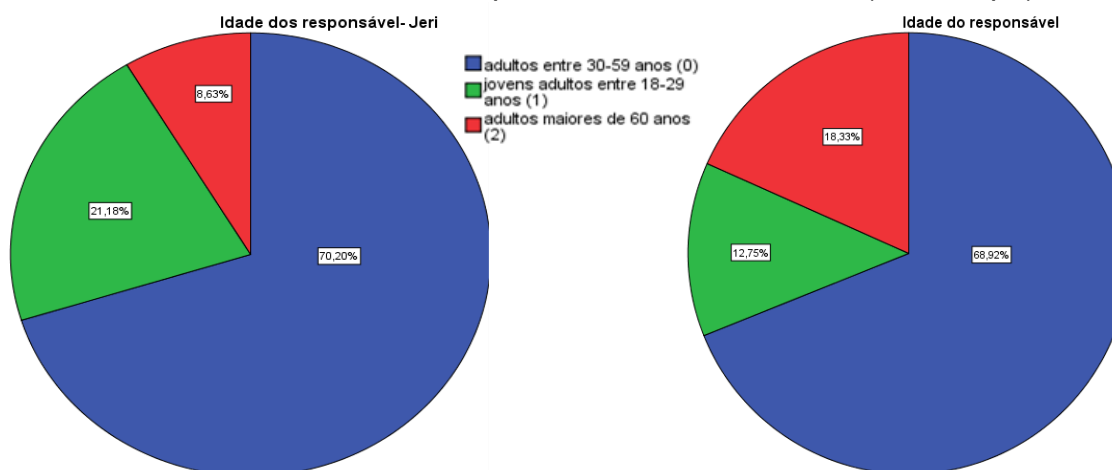
Gráfico 16: Sexo do responsável/chefe de família (Jeri e Pipa)



Em relação a idade dos responsáveis/chefe de família em ambas as comunidades foi possível encontrar uma grande maioria de chefes com idade adulta entre 30 e 59 anos. Encontramos uma pequena porcentagem de famílias

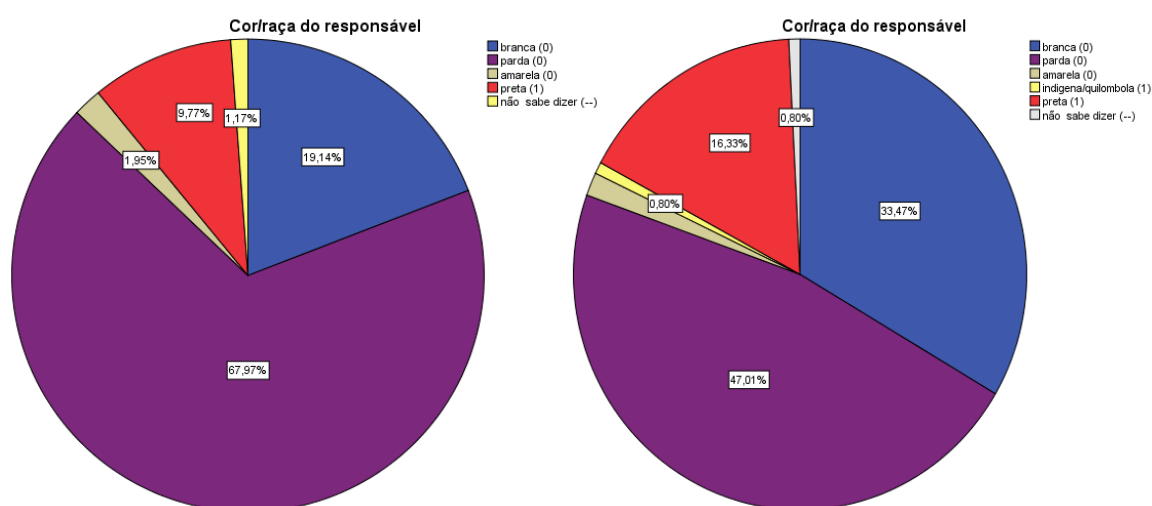
chefiadas por jovens entre 18 e 29 anos e de adultos maiores de 60 anos. Não foram encontradas famílias chefiada por menores de 18 anos em nenhuma das comunidades.

Gráfico 17: Idade do responsável/chefe de família (Jeri e Pipa)



Em relação a cor/raça⁴⁶ entre os chefes de família de Jericoacoara encontramos majoritariamente famílias de raça parda (67%) e Branca (19%) respectivamente. Em Pipa encontramos 47% de raça parda e 33% branca. Em relação aos chefes de família de raça preta foi encontrado um 9,7% em Jeri e 16,3% em Pipa.

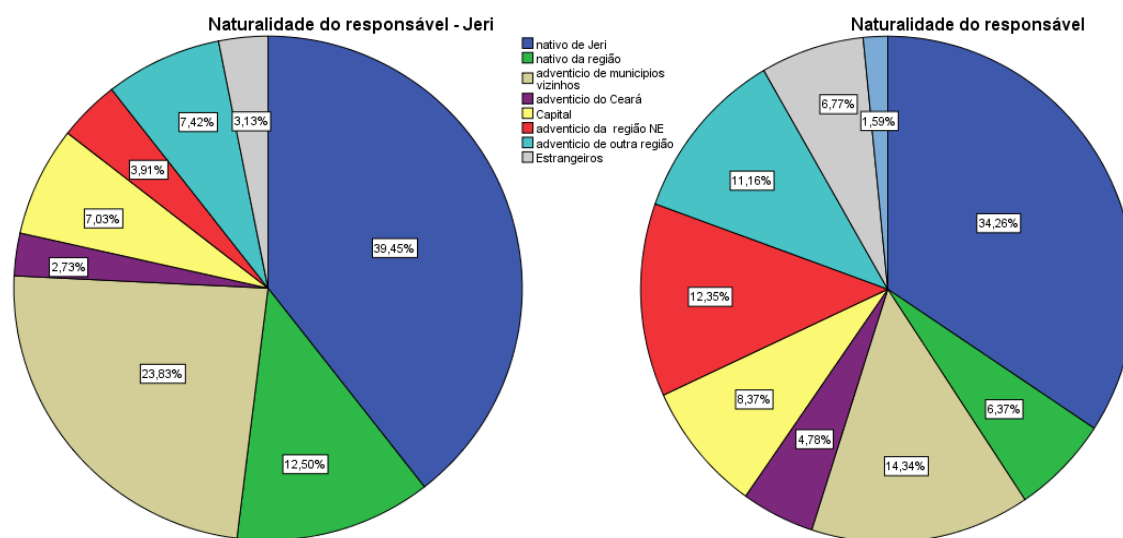
Gráfico 18: Cor/Raça do Responsável/chefe de família (Jeri e Pipa)



⁴⁶ As categorias de raça/cor foram copiadas do IBGE. O IBGE trabalha com cinco categorias principais: branca, preta, amarela, parda e indígena.

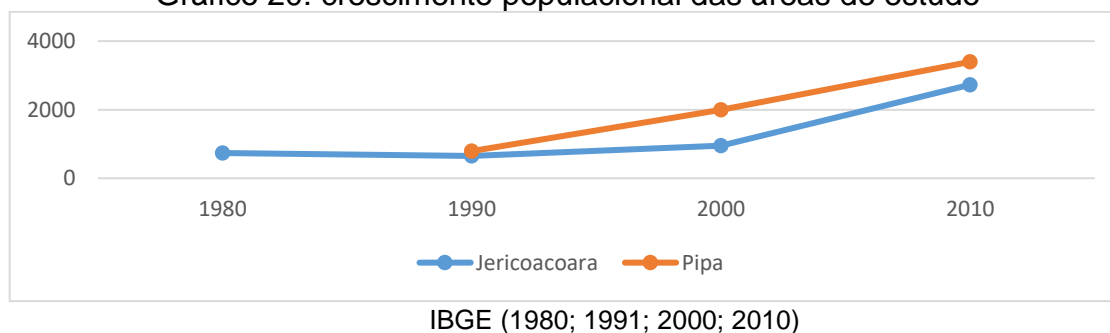
Em relação a naturalidade dos chefes de família foi possível encontrar um 39% nativo de Jeri e 34% nativo de Pipa. É possível observar conforme o gráfico que mais de 60% dos chefes de família não são nativos das respectivas comunidades. Existe uma quantidade significativa de residentes advindos de outras localidades e municípios vizinhos de Jericoacoara e Pipa. Ademais de uma porcentagem de residentes de origem estrangeira, oriundos da América Latina e Europa. Em Pipa possuem 6% de residentes de origem estrangeira, que está associado ao caráter turístico imobiliário desta comunidade.

Gráfico 19: Naturalidade do responsável/chefe de família (Jeri e Pipa)



É possível observar no gráfico abaixo como que a população de Jeri e Pipa cresceram nas últimas décadas, sobretudo no pós-1990. Em trinta anos a população de Jericoacoara passou de 731 (ano 1980) a 2.728 habitantes (ano 2010), um crescimento de 73,18%. Em Pipa a população em 20 anos passou de 792 (ano 1990) a 3.396⁴⁷ (ano 2010), um crescimento de 118%.

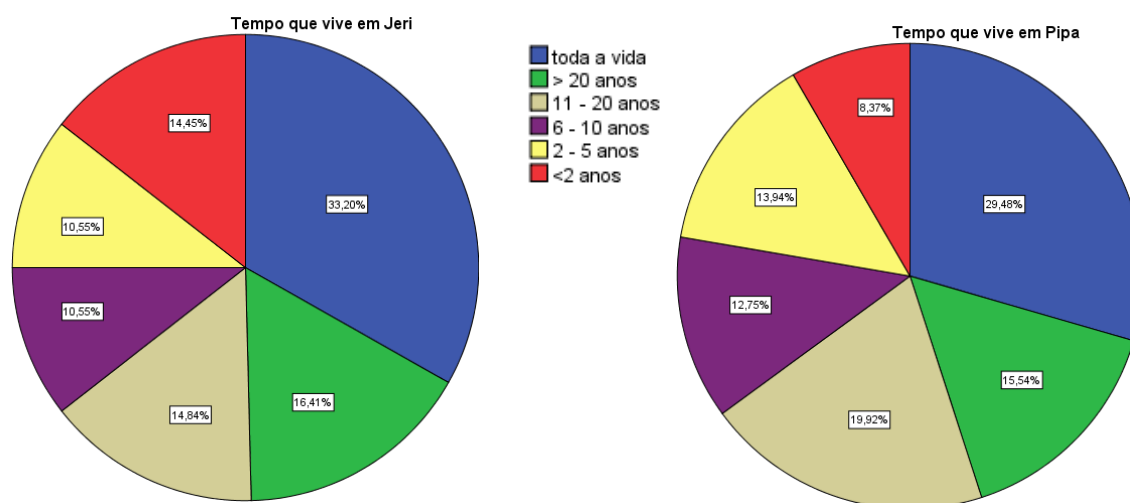
Gráfico 20: crescimento populacional das áreas de estudo



⁴⁷ Valor referente aos cinco setores censitários de Pipa.

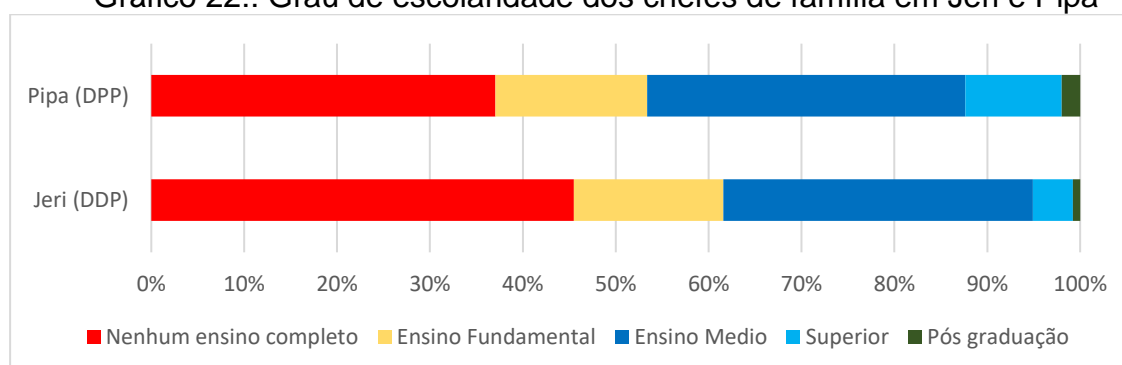
Em relação ao tempo de residência dos chefes de família em Jeri e Pipa, mais de 50% da população em ambas as comunidades chegaram nos últimos 20 anos. O turismo contribuiu para quadruplicar a população em menos de 30 anos. Também é possível observar que a porcentagem de famílias que chegam a Jericoacoara é praticamente constante nas diferentes faixas de tempo. Em Pipa a porcentagem de famílias que chegam a Pipa a morar vem diminuindo ao longo dos anos, sobretudo nos pós 2010. Esse efeito está associado a queda do mercado imobiliário turístico europeu em Pipa e a queda de mercado laboral na comunidade.

Gráfico 21: tempo de residência (Jeri e Pipa)



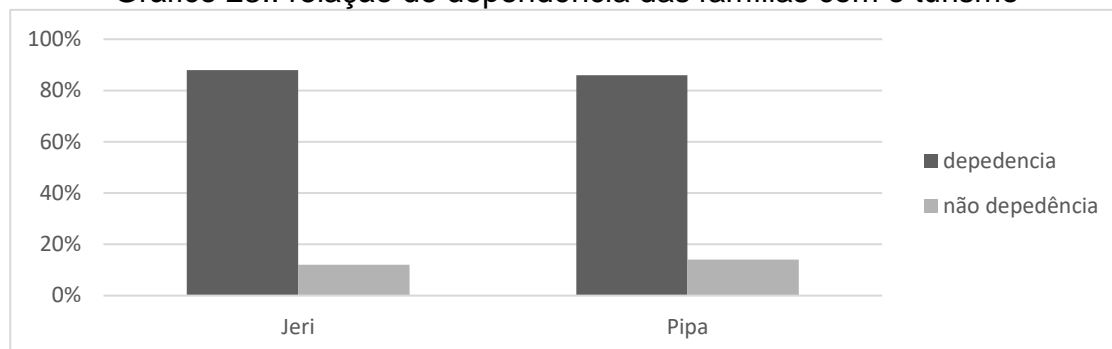
Em relação ao grau de escolaridade dos chefes de famílias de Jeri e Pipa, é possível observar conforme gráfico que a maioria dos chefes de família possuem um baixo nível de escolaridade. Em Pipa 38% e em Jeri 45% dos chefes de família não possuem nenhum ensino completo. Mais de 50% dos chefes de famílias de Jeri e Pipa não finalizaram, se quer, o ensino médio.

Gráfico 22:: Grau de escolaridade dos chefes de família em Jeri e Pipa



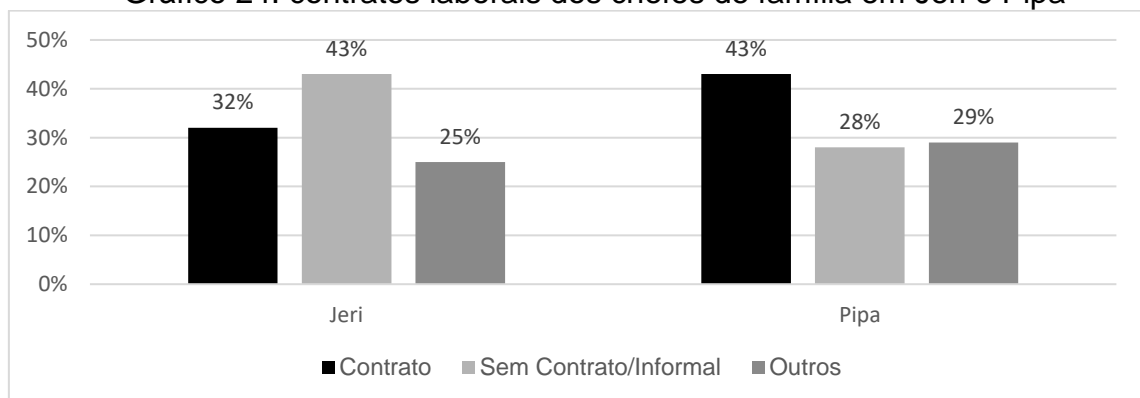
Em relação à economia de ambas as comunidades é possível observar que os chefes de famílias dependem do turismo. Mais de 80% da população é dependente (direto ou indiretamente) das atividades turísticas.

Gráfico 23:: relação de dependência das famílias com o turismo



Em relação aos contratos laborais dos chefes de famílias foi possível encontrar uma porcentagem significativa quanto ao número de chefes que não possuíam nenhum tipo de contrato laboral. Em Jeri, 43% afirmaram trabalhar sem contrato ou na informalidade, enquanto 32% trabalham com algum tipo de contrato (definido, indefinido, temporal ou por serviço). Em Pipa, ao contrário foi possível encontrar uma maior porcentagem de chefes de família que possuíam algum contrato formal, enquanto 28% trabalhavam na informalidade.

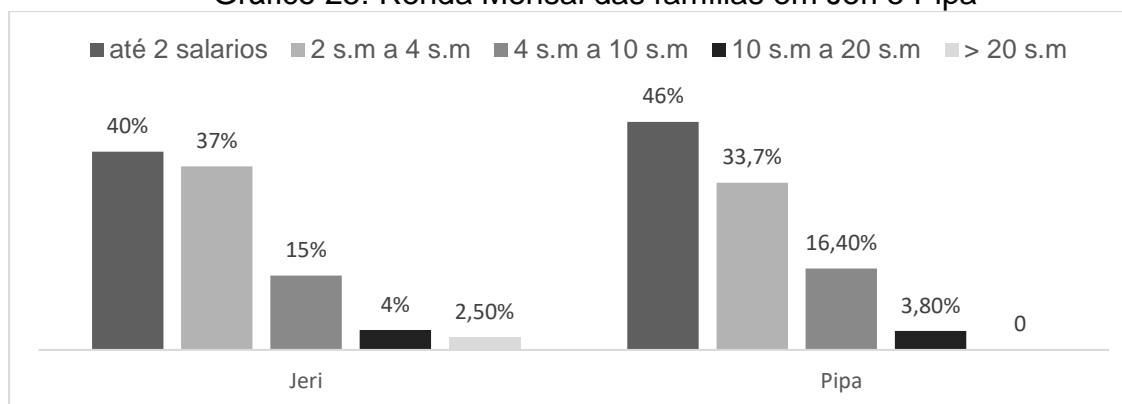
Gráfico 24: contratos laborais dos chefes de família em Jeri e Pipa



Em relação a faixa de renda dos domicílios é possível observar conforme gráfico que a maioria (40% e 46%) recebem até 2 salários mínimos mensais. Quer dizer, mais de 77% dos chefes de família de Jeri e Pipa recebem no máximo 4 salários mínimos, enquanto uma minoria recebe mais de 4 salários ao mês. Conforme gráfico é possível observar a concentração de renda nas mãos de

poucas famílias de Jeri e Pipa, questão que abordaremos com mais profundidade ao longo deste capítulo, sobretudo na seção sobre o ativo renda.

Gráfico 25: Renda Mensal das famílias em Jeri e Pipa



Na continuidade apresentaremos uma introdução resumida sobre o cenário e as situações de vulnerabilidade social encontrado nas comunidades de Jeri e Pipa.

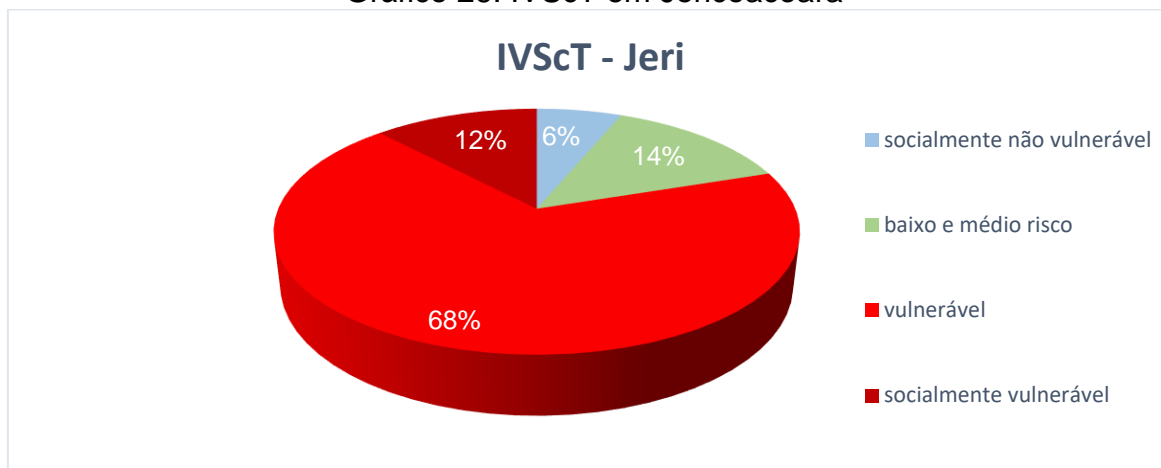
7.2 UMA INTRODUÇÃO A VULNERABILIDADE SOCIAL EM JERI E PIPA

O presente subcapítulo se pretende introduzir e descrever sobre os principais resultados encontrados em Jericoacoara (Jeri) e Pipa, através do IVScT. Para facilitar a compreensão se apresenta inicialmente os valores sobre a vulnerabilidade social das comunidades, ademais dos principais grupos/tipologias de vulnerabilidade encontrados. Na continuidade se apresenta a representação socioespacial do resultado do índice sobre o território de Jeri. Ao finalizar este capítulo, colocamos que na continuidade, apresentaremos os resultados do IVScT, segundo as dimensões e os ativos, para a compreensão do papel de cada dimensão e ativo social na construção do cenário de Vulnerabilidade Social em ambas as comunidades.

Com o entendimento quanto as situações e tipologias encontradas com o IVScT, iniciamos o capítulo com os resultados encontrados em Jeri e Pipa. Em uma breve e rápida análise sobre o resultado encontrado a partir do (IVScT) podemos observar que um 80% das famílias de Jericoacoara (Jeri) se encontram em uma situação de vulnerabilidade social, no qual, 12% das famílias vivem em situação de

extrema vulnerabilidade social, associada a questões de pobreza estrutural, marginalização e exclusão social (famílias extremamente pobres), e um total de 68% das famílias/domicílios vulneráveis. Estes 68% são casos de famílias que são mais suscetíveis a cair por debaixo da linha da pobreza em curto, médio ou longo prazo. Enquanto 80% das famílias são vulneráveis ou socialmente vulneráveis em Jeri, apenas 20% não possuem risco de vulnerabilidade socioeconômica (socialmente não vulnerável ou baixo e médio risco socioeconômico).

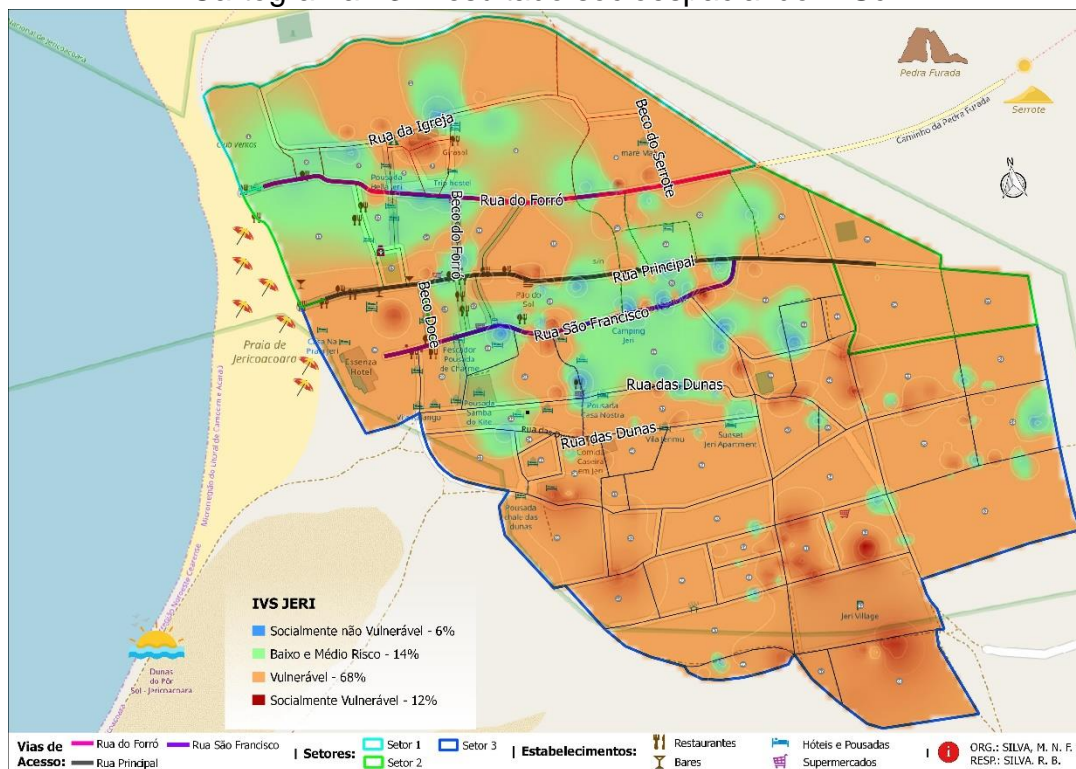
Gráfico 26: IVScT em Jericoacoara



Conforme o cartograma 13 é possível observar a representação socioespacial da Vulnerabilidade Social na comunidade de Jericoacoara (Jeri). Em termos gerais, com uma rápida análise é possível destacar onde se concentram as áreas mais e menos vulneráveis. Neste caso a vulnerabilidade se concentra na chamada Nova Jeri (território ao sul da rua São Francisco/linha lilás). Uma área marcada por uma área de risco (dunas móveis), por um processo de invasão por parte de moradores locais, como alternativa a pressão imobiliária.

A nova Jeri é uma área que foi construída por meio de invasão como resultado da especulação imobiliária pós-turismo. Muitos nativos venderam suas terras entre as ruas do Forró (cor rosa), Rua principal (cor preto) e Rua São Francisco (cor azul) para especuladores ou empresários e se deslocaram para a parte mais ao sul de Jeri. Inicialmente essa prática era comum entre os nativos de Jeri, mas ao longo dos anos e com o forte processo migratório, é possível encontrar muitas famílias não-nativas que também se alocaram nestas áreas de dunas.

Cartograma 13: Resultado socioespacial do IVScT



A Jeri e a Nova Jeri são dois lados de uma mesma moeda. Podemos encontrar de um lado uma área um pouco mais planejada e mais assistida pelo poder público e privado, com equipamentos turísticos, hoteleiro, restaurantes, espaços de lazer, praças, e do outro lado a “nova Jeri” que reflete os impactos negativos do turismo como a vulnerabilidade, exclusão, marginalização e a segregação socioespacial (fig. 52).

Figura 52: Equipamentos turísticos em Jeri

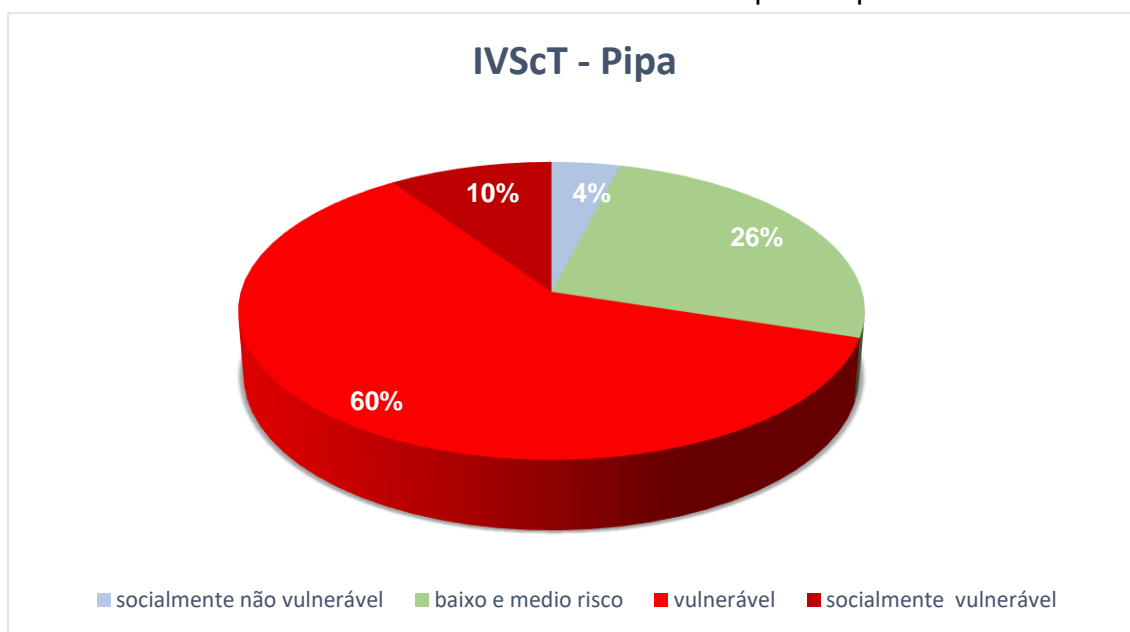


Jericoacoara reflete em uma escala micro, a segregação socioespacial inerente das grandes cidades do Brasil, resultado da ineficiência do poder público/privado de oferecer um conjunto de oportunidades a população de modo a melhorar a qualidade de vida para a totalidade da população. A situação da vulnerabilidade social na comunidade de Pipa não é diferente de Jeri.

Conforme gráfico 27, 70% das famílias de Pipa se encontram em uma situação de vulnerabilidade social. Destes 70%, 10% das famílias vivem em situação de vulnerabilidade social extrema, associada a questões de pobreza estrutural, marginalização e exclusão social.

Conforme gráfico 27, um total de 60% das famílias/domicílios em Pipa são vulneráveis, ou seja, a grosso modo um 60% das famílias são mais suscetíveis a cair na linha da pobreza em curto, médio ou longo prazo. Apenas 30% do total das famílias de Pipa não apresentam situações próximas a vulnerabilidade social (socialmente não vulnerável ou baixo e médio risco socioeconômico).

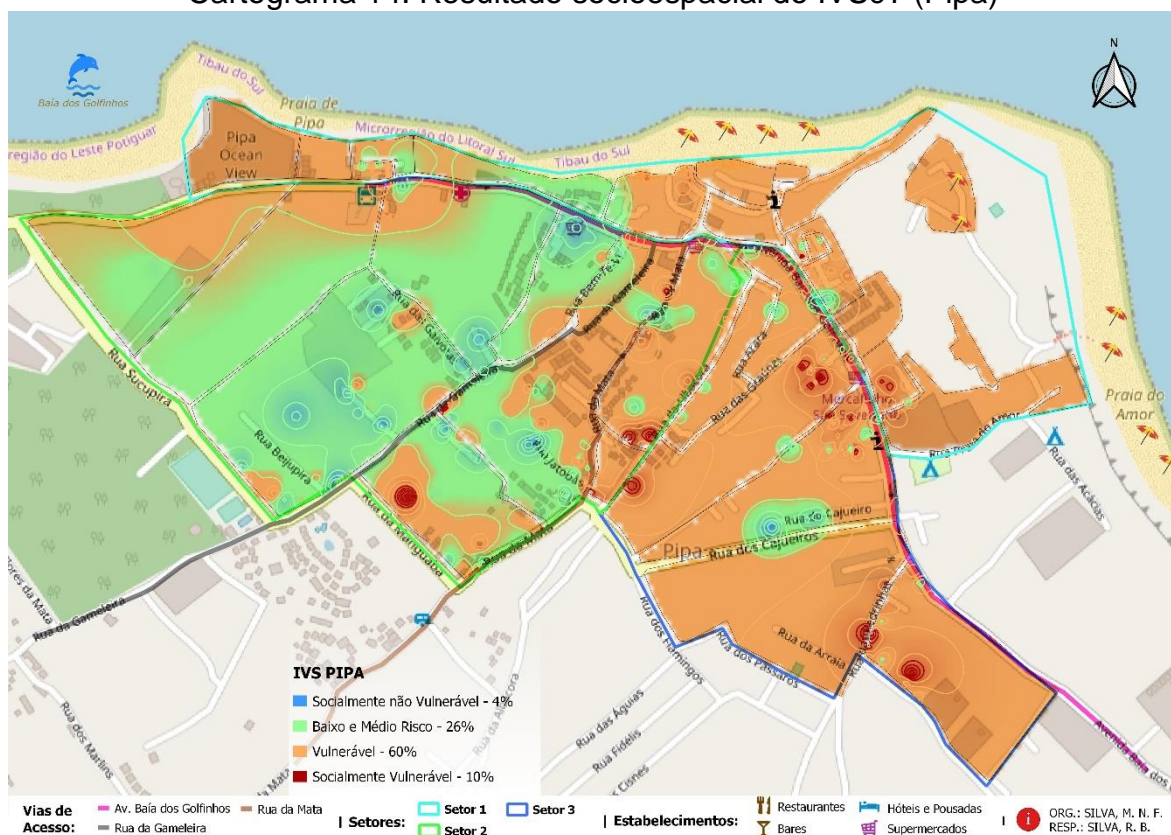
Gráfico 27: Resultado do IVScT para Pipa



Observando o cartograma 14, podemos encontrar como se distribui espacialmente a vulnerabilidade social ao longo do território de Pipa. Cada família possui ativos e estratégias distintas para alcançar as estruturas de oportunidades, e por isso, a necessidade de analisar cada família em sua individualidade e também dentro de um contexto geral é de suma necessidade para um planejamento mais próximo a realidade.

Conforme cartograma do IVS de Pipa, as famílias mais vulneráveis se concentram na parte mais à direita do território, que consiste, assim como em Jeri, a área que foi expandida com o boom do turismo. Muitos nativos venderam suas terras que se localizavam paralelamente a linha de praia, junto a avenida dos golfinhos (cor rosa) e começaram a se deslocar para a parte mais leste e sudeste de Pipa, como nos relata uma moradora nativa, “hoje podemos dizer que temos duas Pipas, a Pipa principal e a outra Pipa que são essas casas nas ruas da Albacora, Aquarela do Brasil, das Pedrinhas, da Cancela, aí ficam distantes e por isso que eu não vendo minha casa” (TÀ. Entrevista pessoal, 2017).

Cartograma 14: Resultado socioespacial do IVScT (Pipa)



Essa expansão horizontal, pouco ou nada planejada pelo poder público, contribuiu e contribui na atualidade com indícios de um processo de favelização e segregação na comunidade, situação percebida e comentada por morador nativo,

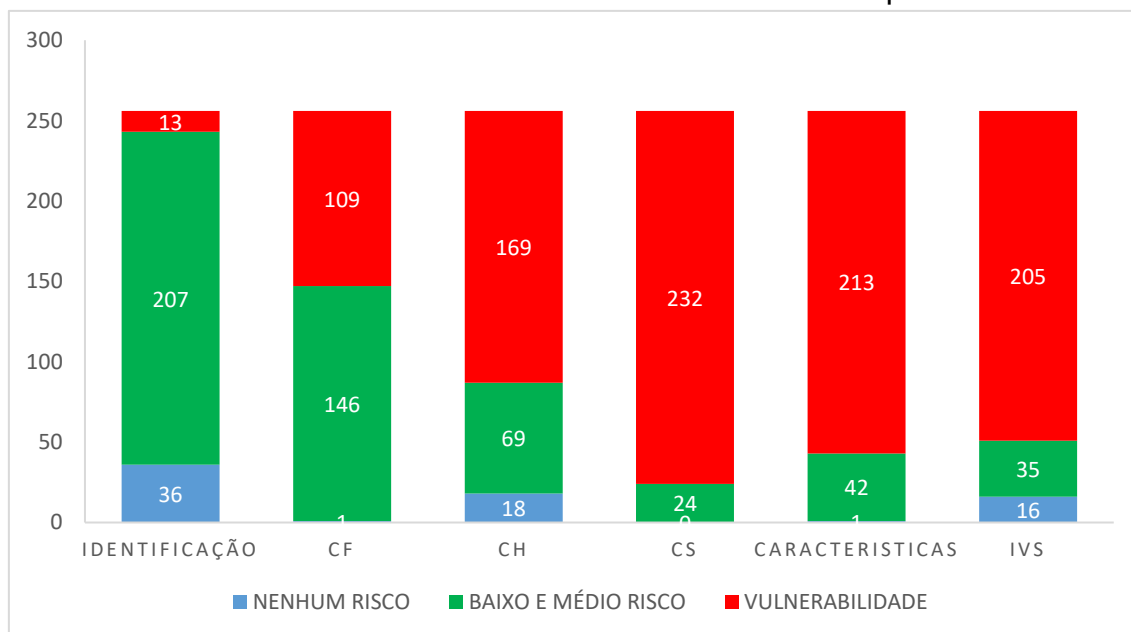
“Pipa cresceu muito desordenadamente em menos de 20 anos. Pipa já um absurdo de construções, de compra, tanto é que ela cresceu, assim, com vielas não projetadas, que eram becos que se tornaram vielas por não ter noção e nem apoio do poder público. Eu acredito que se tivesse tido a educação necessária, poderia ser que hoje fosse melhor, mas hoje em dia a maioria dos nativos, 80% dos nativos, para mim, são favelizados. (TH, nativo de Pipa, entrevista pessoal, 2017).

Também é possível fazer uma leitura sobre as variáveis que mais significativas na produção do cenário de vulnerabilidade de Jeri e PIPA. Neste sentido, na continuidade se apresenta uma breve introdução sobre as principais dimensões e ativos (variáveis) usadas para apreender o cenário de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa.

7.2.1 Breve introdução sobre as dimensões e ativos sociais de Jeri e Pipa

Nesta seção se pretende descrever sobre o cenário de Vulnerabilidade Social desde a decomposição do IVSCT. Se analisamos o gráfico 28 é possível observar as principais dimensões que compõem o índice e, conseqüentemente as que mais determinam o cenário de vulnerabilidade de Jeri. Conforme gráfico as Características Gerais do Turismo, seguido do Capital Social (CS) e o Capital Humano (CH) são as dimensões que mais afetam o cenário de vulnerabilidade social de Jeri. Em contraposição, uma minoria das famílias de Jeri é vulnerável na dimensão Identificação (de caráter demográfico) e em Capital Físico (graf.28).

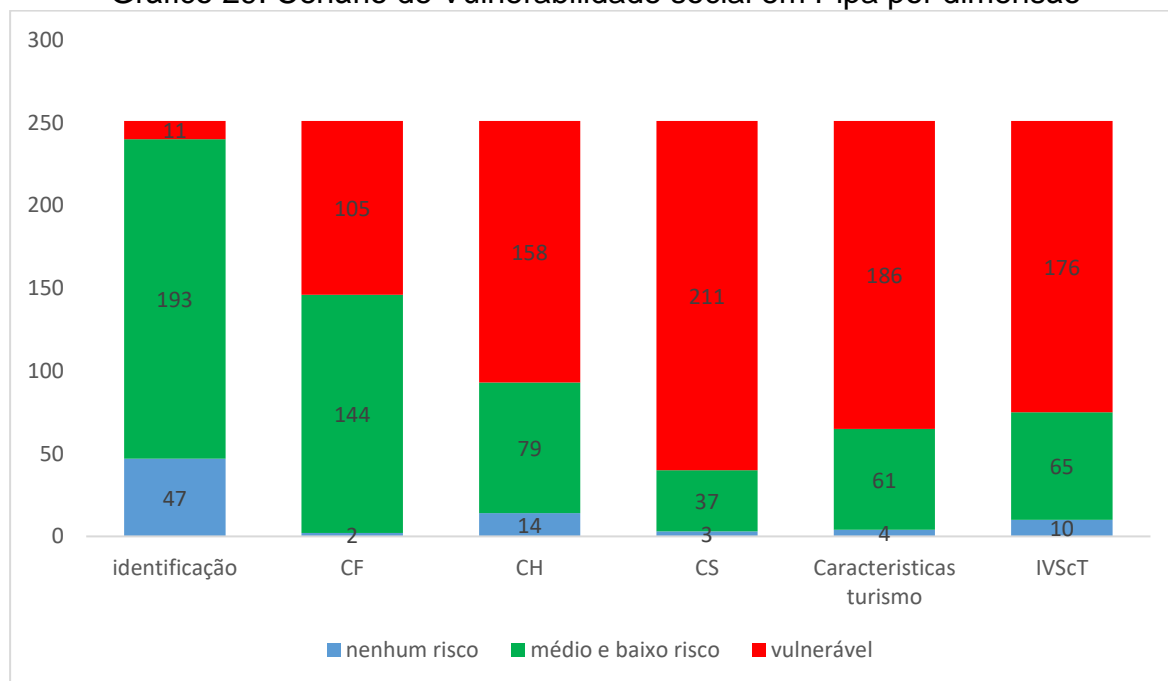
Gráfico 28: Cenário de Vulnerabilidade social em JERI por dimensão



Em Pipa a situação é bastante similar ao resultado encontrado em Jeri. A maior parte das famílias são vulneráveis em relação ao capital social, em relação a dimensão das características do turismo e quanto ao capital humano. Em contraposição, em relação ao capital físico, menos da metade das famílias são

vulneráveis nessa dimensão. A grosso modo podemos afirmar que o problema da vulnerabilidade social nestas comunidades tem muito mais a ver com temas sociais do que financeiros, questão que abordaremos na continuidade (graf. 29).

Gráfico 29: Cenário de Vulnerabilidade social em Pipa por dimensão

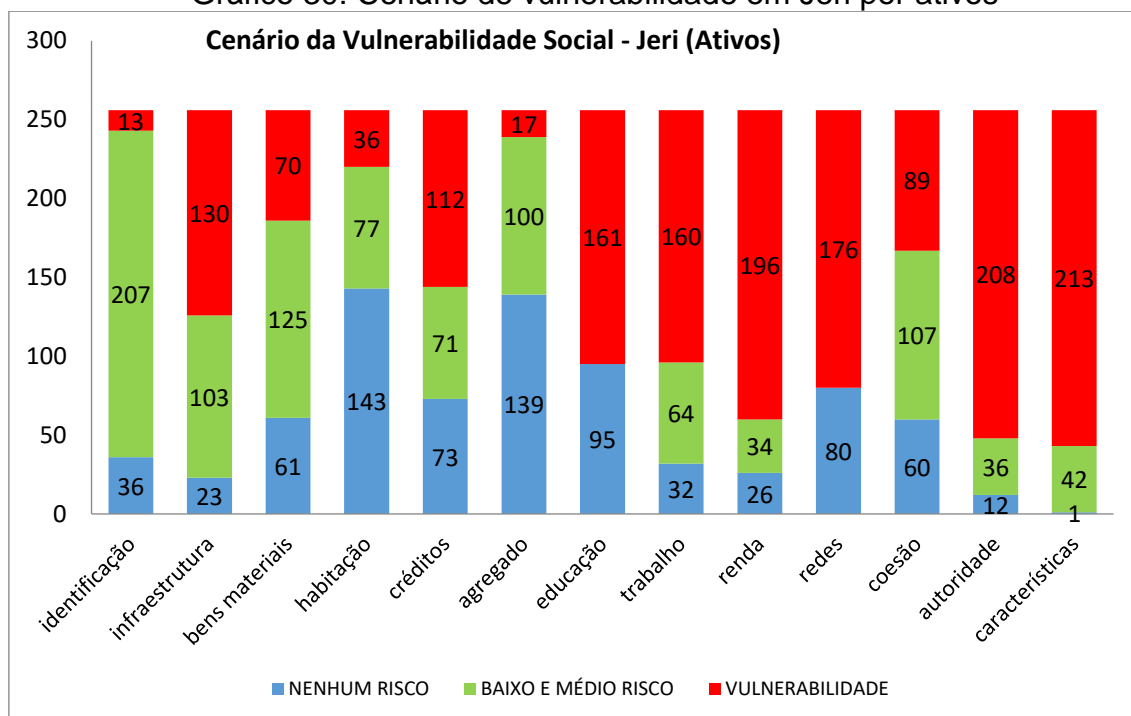


Se analisamos o IVScT por ativos (grupos de variáveis), podemos observar que o cenário de vulnerabilidade social é influenciado ou determinado pelas variáveis associadas ao capital humano e social, sobretudo pelos ativos educação, trabalho, renda, redes e confiança e autoridade e ação política (graf.18). Em ordem de relevância do ativo para a produção do cenário de vulnerabilidade social em Jeri podemos destacar, as principais: características do turismo in lócus com 213 famílias vulneráveis; autoridade e ação política com 208 famílias vulneráveis; renda com 196 famílias vulneráveis; redes e confiança com 176 famílias vulneráveis; educação com 161 famílias vulneráveis; e trabalho com 160 famílias vulneráveis. É interessante destacar a similitude entre a quantidade de famílias vulneráveis em educação (161 famílias) e trabalho (160 famílias).

Em relação ao capital físico encontramos uma situação de vulnerabilidade menos impactante se comparamos com o capital humano e social. Os ativos mais preocupantes em relação ao capital físico são infraestrutura da comunidade e créditos e contas. Dos ativos menos determinantes ou significativos para a construção do cenário de vulnerabilidade social em Jeri, podemos destacar:

(caráter demográfico) (dados demográficos); agregado familiar, habitação, bens materiais e coesão e integração social.

Gráfico 30: Cenário de vulnerabilidade em Jeri por ativos

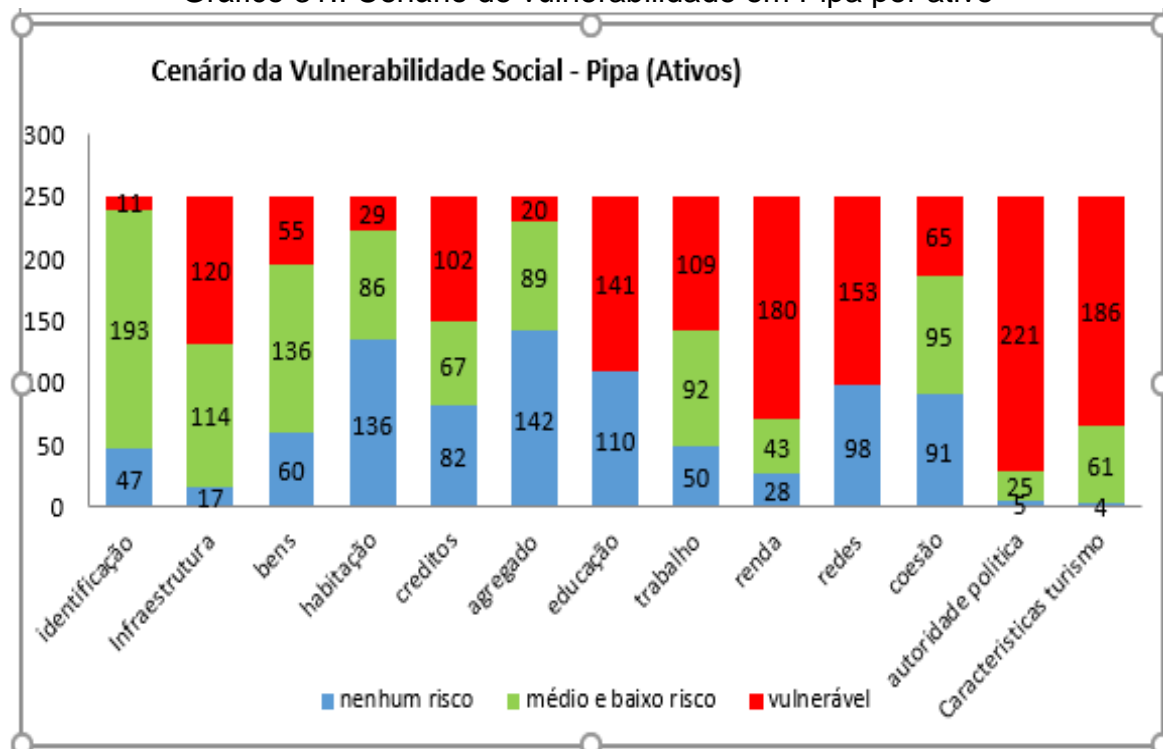


Se analisamos o IVScT por ativos em Pipa, conforme gráfico, o cenário de vulnerabilidade social é determinado, assim como em Jeri, pelas variáveis associadas ao capital humano e social, sobretudo pelos ativos educação, trabalho, renda, redes e autoridade e ação política (graf.19). Em relação aos ativos podemos destacar em ordem de relevância para a produção do cenário de vulnerabilidade social em Pipa, os seguintes: autoridade e ação política (221 famílias vulneráveis); características do turismo in lócus (186 famílias vulneráveis); renda (180 famílias vulneráveis); redes e confiança (153 famílias vulneráveis); educação (141 famílias vulneráveis); infraestrutura (120 famílias vulneráveis), trabalho (109 famílias vulneráveis) e créditos e contas (102 famílias vulneráveis).

Em relação ao capital físico encontramos uma situação de vulnerabilidade menos impactante se comparamos com o capital humano e social. Os ativos mais preocupantes em relação ao capital físico são infraestrutura da comunidade e créditos e contas. Dos ativos menos determinantes ou significativos para a construção do cenário de vulnerabilidade social em Pipa conforme gráfico, podemos destacar: (caráter demográfico) (11 famílias vulneráveis); agregado

familiar (20 famílias vulneráveis); habitação (29 famílias vulneráveis); bens materiais (55 famílias vulneráveis); coesão e integração social (65 famílias vulneráveis).

Gráfico 31:: Cenário de vulnerabilidade em Pipa por ativo



Em termos gerais, podemos afirmar que as famílias/domicílios em Jeri e Pipa são em sua grande parte vulneráveis por falta, sobretudo de capital humano e social e ademais das características gerais da própria atividade turística que vem sendo consolidado nesses territórios.

Na continuidade, se apresentará com mais detalhes o resultado do IVScT desde a decomposição do índice em suas principais dimensões e ativos sociais.

7.3 TURISMO E VULNERABILIDADE SOCIAL NAS COMUNIDADES: Portfólio de ativos em Pipa e Jeri

Neste subcapítulo se apresenta a análise minuciosa sobre o cenário e as situações de vulnerabilidade social existente nas comunidades turísticas de Jeri e Pipa, mediante o IVScT. Para isso, a organização desta seção se estabelece a partir da decomposição do índice em suas cinco dimensões, nesta mesma ordem: A. Vulnerabilidade Demográfica; B. Capital Físico e Financeiro; C. Capital Humano; D. Capital Social; e E. Características Gerais do Turismo. Para cada dimensão,

também se apresentam e se analisam cada ativo social utilizado para a construção do IVScT.

A - Vulnerabilidade de caráter demográfica: uma faceta das desvantagens sociais

Antes de apresentar os resultados do índice de vulnerabilidade em relação ao caráter demográfico das famílias de Jeri e Pipa, é importante mostrar a importância dessa dimensão para a produção da vulnerabilidade social. A vulnerabilidade demográfica corresponde a um conjunto de características demográficas dos indivíduos e famílias que, em uma sociedade moderna, limitam a acumulação de recursos. Teoricamente, são vários componentes demográficos que podem influenciar mais ou menos na acumulação ou mobilização de novos recursos físicos, humanos ou sociais, em relação a este trabalho, selecionamos as variáveis de gênero, idade, raça/cor e número de chefes de família por unidade familiar.

Podemos dizer existe uma relação direta entre os dados demográficos e a condição de vulnerabilidade social em Jeri? Os domicílios não-vulneráveis em questões demográficas (idade, sexo, raça, quantidade de chefes de família) são menos vulneráveis no IVScT (geral)? Se observamos a tabela 57, podemos identificar que os domicílios que não possui nenhum risco no IVSID, são menos vulneráveis no IVScT (75%) em comparação aos domicílios com baixo e médio risco (80,7%) e os domicílios vulneráveis em IVSID (84,6%).

Tabela 57: Tabela cruzada IVSID (Jeri) * IVScT

IVS (caráter demográfico)		IVScT (Geral)		Total
		N	S	
Baixo e médio risco	Contagem	40	167	207
	% em IVS (caráter demográfico)	19,3%	80,7%	100,0%
	% em IVS	78,4%	81,5%	80,9%
Nenhum risco	Contagem	9	27	36
	% em IVS (caráter demográfico)	25,0%	75,0%	100,0%
	% em IVS	17,6%	13,2%	14,1%
Vulnerável	Contagem	2	11	13
	% em IVS (caráter demográfico)	15,4%	84,6%	100,0%
	% em IVS	3,9%	5,4%	5,1%
Total	Contagem	51	205	256
	% em IVS (caráter demográfico)	19,9%	80,1%	100,0%
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%

Podemos observar na tabela 58 que a situação em Pipa é bastante similar a Jeri, entretanto, o IVSID determina com muito mais expressividade o IVScT em Pipa. Conforme o resultado da tabela, todos os domicílios de Pipa vulneráveis no IVSID (11 domicílios) são vulneráveis no IVScT (100%). Em comparação, dos 47 domicílios que não possuem nenhum risco em relação ao IVSID apenas 25 domicílios (53%) são vulneráveis no IVScT (geral). A grosso modo, as características demográficas em Pipa têm uma forte relação com as situações de vulnerabilidade social da comunidade.

Tabela 58: Tabulação cruzada IVS (caráter demográfico) (Pipa) * IVScT

IVS (caráter demográfico)		IVScT (Geral)		Total
		N	S	
Baixo e médio risco	Contagem	53	140	193
	% em IVS ((caráter demográfico))	27,5%	72,5%	100,0%
	% em IVScT	70,7%	79,5%	76,9%
Nenhum risco	Contagem	22	25	47
	% em IVS (caráter demográfico)	46,8%	53,2%	100,0%
	% em IVScT	29,3%	14,2%	18,7%
Vulnerável	Contagem	0	11	11
	% em IVS (caráter demográfico)	0,0%	100,0%	100,0%
	% em IVScT	0,0%	6,3%	4,4%
Total	Contagem	75	176	251
	% em IVS (caráter demográfico)	29,9%	70,1%	100,0%
	% em IVScT	100,0%	100,0%	100,0%

Entre os chefes de famílias entrevistados, nos encontramos com 32% mulheres e 67% homens em Jeri e 22,7% mulheres e 77,3% homens em Pipa. Em relação ao gênero dos chefes de família e a relação com a vulnerabilidade, partimos da hipótese que as famílias chefiadas por mulheres, principalmente solteiras, divorciadas ou viúvas, possuíam uma tendência à condição de vulnerabilidade, questão levantada por outros estudos de vulnerabilidade social (RODRÍGUEZ VIGNOLI, 2001; CELADE, 1999). Neste caso, observando a tabela é possível identificar que das 84 mulheres chefes de família em Jeri, 74 delas (88,1%) se encontram em condição de vulnerabilidade social. Enquanto aos 172 homens, chefes de família em Jeri, 131 deles (76,2%) se encontram em situação de vulnerabilidade social. De certa forma, é possível observar que existe uma relação entre a questão de gênero (mulher) e as situações de vulnerabilidade social no cenário de Jericoacoara.

Em relação a Pipa, das 57 mulheres que são chefes de família (solteiras, divorciadas ou viúvas), um 86% destas mulheres se encontram em situação de vulnerabilidade social segundo o IVScT. Em relação aos chefes de família homens, apenas 65,5% se encontram em condição de vulnerabilidade social. No cenário de Pipa, a diferença entre o resultado da vulnerabilidade social entre homens e mulheres é de 21%. Uma porcentagem que chama atenção quando a vulnerabilidade social das mulheres em Pipa.

Tabela 59: Tabela de cruzada entre Sexo/Gênero e IVScT (Jeri e Pipa)

sexo do responsável		IVScT (Jeri)			IVS (Pipa)		
		N	S	Total (Jeri)	N	S	Total (Pipa)
mulher	Contagem	10	74	84	8	49	57
	% em sexo do responsável	11,9%	88,1%	100,0%	14,0%	86,0%	100,0%
	% em IVS	19,6%	36,1%	32,8%	10,7%	27,8%	22,7%
homem	Contagem	41	131	172	67	127	194
	% em sexo do responsável	23,8%	76,2%	100,0%	34,5%	65,5%	100,0%
	% em IVS	80,4%	63,9%	67,2%	89,3%	72,2%	77,3%
Total	Contagem	51	205	256	75	176	251
	% em sexo do responsável	19,9%	80,1%	100,0%	29,9%	70,1%	100,0%
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação faixa idade dos chefes de família, encontramos uma grande maioria em idade adulta (entre 30 e 59 anos), tanto em Jeri quanto em Pipa. Encontramos uma pequena porcentagem de família chefiadas por jovens entre 18 e 29 anos e de adultos maiores de 60 anos. Ademais não encontramos nenhuma família chefiada por menores de 18 anos, em ambas as comunidades.

O cenário de vulnerabilidade em relação a faixa etária dos chefes de família em Jeri, podemos apresentar na seguinte ordem decrescente: famílias chefiadas por adultos > 60 anos (86,4% em vulnerabilidade); jovens entre 18 e 30 anos (85,2% em situação de vulnerabilidade); e por último as famílias chefiadas por adultos entre 30 e 59 anos (78,2% em vulnerabilidade). No caso de Jericoacoara a alta vulnerabilidade entre os adultos maiores de 60 anos (na sua maioria, aposentados ou pensionista) tem uma relação com o alto custo de vida da comunidade em relação a renda básica de um aposentado, conforme entrevistas:

“A aposentadoria da mamãe dá só para coisas de saúde, os remédios, pagar a comida, a energia, que é muito cara, aí a gente passa bastante dificuldade para chegar até o final do mês, porque é só a aposentadoria da minha mãe e os bicos do meu irmão” (D.MC^o, entrevista pessoal, março de 2017/Jeri).

Em Pipa a situação muda em comparação ao resultado encontrado em Jeri. Neste caso, os adultos maiores de 60 anos são os menos vulneráveis, ou seja, 67% dos adultos maiores de 60 anos se encontram em situação de vulnerabilidade, em comparação aos adultos entre 30 e 50 anos que 69,4% se encontram em vulnerabilidade e as famílias chefiadas por jovens entre 18 e 29 anos que são os mais vulneráveis (78%). No caso de Pipa, a situação dos maiores de 60 anos muda em comparação a Jeri por duas causas principais, a primeira tem a ver com um menor custo de vida de Pipa em comparação a Jeri e segundo, muitos dos maiores de 60 anos que vivem em Pipa são estrangeiros ou sulistas aposentados de alta renda.

“Sou A.M., sou Português aposentado e moro em Pipa há 15 anos. Nos primeiros 4 anos tive uma pousada, depois vendi e agora nesses 11 anos estou só aproveitando a Pipa e o resto do Brasil, viajando” (AM. Entrevista pessoal, abril de 2017, Pipa).

Tabela 60: Tabela de cruzada entre Idade (chefe família) e IVScT (Jeri e Pipa)

qual a idade do responsável		IVS (Jeri)		Total (Jeri)	CIVS (Pipa)		Total
		N	S		N	S	
adultos 30-59	Contagem	39	140	179	53	120	173
	% em qual a idade do responsável	21,8%	78,2%	100,0%	30,6%	69,4%	100,0%
	% em IVS	78,0%	68,3%	70,2%	70,7%	68,2%	68,9%
jovens entre 18-29	Contagem	8	46	54	7	25	32
	% em qual a idade do responsável	14,8%	85,2%	100,0%	21,9%	78,1%	100,0%
	% em IVS	16,0%	22,4%	21,2%	9,3%	14,2%	12,7%
adultos maiores de 60	Contagem	3	19	22	15	31	46
	% em qual a idade do responsável	13,6%	86,4%	100,0%	32,6%	67,4%	100,0%
	% em IVS	6,0%	9,3%	8,6%	20,0%	17,6%	18,3%
Total	Contagem	50	205	255	75	176	251
	% em qual a idade do responsável	19,6%	80,4%	100,0%	29,9%	70,1%	100,0%
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a cor/raça encontramos quase que majoritariamente famílias pardas em Jeri (68%) e Pipa (47%). Foi possível encontrar 19,1% de raça branca em Jeri e 33% de raça branca em Pipa. Em relação aos negros é possível identificar apenas um 9% em Jeri e 16% em Pipa, entretanto, se em termos absolutos as famílias negras são uma minoria em Jeri e Pipa, em termos relativos são as famílias mais vulneráveis, estando um 84% dos chefes de família (cor preta) em situação de vulnerabilidade em Jeri e 82,9% em Pipa. São as famílias de cor/raça branca as menos vulneráveis em Jeri (77,6%) e Pipa (58,3%).

Tabela 61:Tabela cruzada entre Cor/Raça do chefe de família e IVScT (Jeri e Pipa)

Cor/raça do responsável		IVS (Jeri)			Cor/raça do responsável		IVS (Pipa)		Total (Pipa)
		N	S	Total (Jeri)			N	S	
branca	Contagem	11	38	49	branca	Contagem	35	49	84
	% em Cor/raça	22,4%	77,6%	100,0%		% em Cor/raça	41,7%	58,3%	100,0%
	% em CIVS	21,6%	18,5%	19,1%		% em CIVS	46,7%	27,8%	33,5%
preta	Contagem	4	21	25	preta	Contagem	7	34	41
	% em Cor/raça	16,0%	84,0%	100,0%		% em Cor/raça	17,1%	82,9%	100,0%
	% em CIVS	7,8%	10,2%	9,8%		% em CIVS	9,3%	19,3%	16,3%
amarela	Contagem	2	3	5	amarela	Contagem	0	4	4
	% em Cor/raça	40,0%	60,0%	100,0%		% em Cor/raça	0,0%	100,0%	100,0%
	% em CIVS	3,9%	1,5%	2,0%		% em CIVS	0,0%	2,3%	1,6%
parda	Contagem	34	140	174	parda	Contagem	32	86	118
	% em Cor/raça	19,5%	80,5%	100,0%		% em Cor/raça	27,1%	72,9%	100,0%
	% em CIVS	66,7%	68,3%	68,0%		% em CIVS	42,7%	48,9%	47,0%
não sabe dizer	Contagem	0	3	3	indígena/qui lombola	Contagem	1	1	2
	% em Cor/raça	0,0%	100,0%	100,0%		% em Cor/raça	50,0%	50,0%	100,0%
	% em CIVS	0,0%	1,5%	1,2%		% em CIVS	1,3%	0,6%	0,8%
Total	Contagem	51	205	256	não sabe dizer	Contagem	0	2	2
	% em Cor/raça	19,9%	80,1%	100,0%		% em Cor/raça	0,0%	100,0%	100,0%
	% em CIVS	100,0%	100,0%	100,0%		% em CIVS	0,0%	1,1%	0,8%
					Total	Contagem	75	176	251
						% em Cor/raça	29,9%	70,1%	100,0%
						% em CIVS	100,0%	100,0%	100,0%

Com os dados obtidos com IVScT é possível destacar, conforme quadro resumo, os principais resultados e conclusões sobre o papel das características demográficas (idade, gênero, raça) das famílias como determinantes na produção da vulnerabilidade social.

Quadro 30: Principais resultados e conclusões da vulnerabilidade demográfica

	Resultados	Conclusões
Jeri	1. Apenas 5,1% dos chefes de família de Jeri possuem vulnerabilidade demográfica (VD); Destes 5,1%, 84,6% deles são vulneráveis, segundo o IVScT (Geral/tabela 57);	1. A pesar da dimensão demográfica não consistir em um determinante sobre o cenário de vulnerabilidade social geral de Jeri, está claro, que aqueles que possuem VD estão mais expostos à vulnerabilidade social
	2. Apenas 32,8% dos domicílios são chefiados por mulheres. Destes 32,8% domicílios, 88,1% se encontram em Vulnerabilidade Social (tabela 59);	2. A questão de gênero como determinante na produção da vulnerabilidade social
	3. Apenas 8,6% dos domicílios são chefiados por adultos > 60 anos. Destes 8,6% domicílios, 86,4% são vulneráveis;	3. A vulnerabilidade social na terceira idade
	4. Apenas 9,8% dos domicílios são chefiados por negros, entretanto são os mais vulneráveis. Destes 9,8% domicílios, 84% são vulneráveis.	4. Persistentes desigualdades raciais no Brasil.
Pipa	1. Apenas 4,4% dos chefes de família de Pipa possuem vulnerabilidade demográfica (VD); Destes 4,4%, 100% deles se encontram em situação de vulnerabilidade social, segundo o IVScT (Geral/tabela 58);	1. A pesar da dimensão demográfica não consistir em um determinante sobre o cenário de vulnerabilidade social geral de Pipa, está claro, que aqueles que possuem VD estão mais expostos à vulnerabilidade social
	2. Apenas 22,7% dos domicílios são chefiados por mulheres. Destes 22,7%, 86% se encontram em Vulnerabilidade Social (tabela 59);	2. A questão de gênero como determinante na produção da vulnerabilidade social
	3. apenas 12,7% dos domicílios são chefiados por jovens entre 18 e 29 anos. Destes 12,7% domicílios, 78,1% são vulneráveis;	3. A questão da idade como fator de desvantagem social

4. Apenas 16,3% dos domicílios são chefiados por negros. Destes 16,3% de domicílios, 82,9% são vulneráveis.

4. Persistentes desigualdades raciais no Brasil.

B – Vulnerabilidade Social e o Capital Físico e Financeiro das famílias

O IVSCF consiste em outra dimensão que compõe o IVScT. Esta dimensão serve para medir a situação de vulnerabilidade social associada aos bens materiais e financeiros dos domicílios. Portanto, podemos dizer que existe uma relação direta entre o CF e as situações de vulnerabilidade social em Jeri e Pipa respectivamente? Os domicílios não vulneráveis em CF apresentam uma melhor situação frente ao cenário de vulnerabilidade social?

Conforme tabela podemos observar que os domicílios que não apresentam nenhum risco ou possuem baixo e médio risco socioeconômico no IVSCF são menos vulneráveis no IVS (geral) em comparação aos domicílios que são vulneráveis em capital físico. Das 109 famílias que apresentam taxas de vulnerabilidade social em capital físico, 108 (99,1%) são famílias vulneráveis no índice geral. Em outras palavras, esse resultado mostra a importância deste capital para a produção das situações e cenários de vulnerabilidade social na comunidade de Jeri. Entretanto, também é verdade que o capital físico não determina, sozinho, o cenário de vulnerabilidade da comunidade. Das 147 famílias não-vulneráveis (nenhum, baixo e médio risco) em capital físico, um 66, 4% foram identificadas como famílias vulneráveis no índice geral.

Tabela 62: Tabulação cruzada IVSCF * IVScT (Jeri)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS Capital físico	Baixo e médio risco	Contagem	49	97	146
		% em IVS Capital físico	33,6%	66,4%	100,0%
		% em IVS	96,1%	47,3%	57,0%
	Nenhum risco	Contagem	1	0	1
		% em IVS Capital físico	100,0%	0,0%	100,0%
		% em IVS	2,0%	0,0%	0,4%
Vulnerável	Contagem	1	108	109	
	% em IVS Capital físico	0,9%	99,1%	100,0%	
	% em IVS	2,0%	52,7%	42,6%	
Total	Contagem	51	205	256	
	% em IVS Capital físico	19,9%	80,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

A grosso modo, as famílias que possuem uma situação material e/ou financeira mais confortável ou mais favorável são menos suscetíveis a deteriorar sua condição de bem-estar. Entretanto, está claro, que possuir uma situação material e financeira favorável não é suficiente para que uma família não seja vulnerável visto que dos 146 domicílios (100%) não-vulneráveis em CF (nenhum ou baixo e médio risco), 97 domicílios (66% do total) encontram-se em situação de vulnerabilidade social (IVScT-Geral).

Essa afirmação se comprova quando observamos a tabulação cruzada entre o IVSCF e IVScT em Pipa. Das duas, únicas, famílias que não apresentam nenhum risco socioeconômico em CF em Pipa, podemos observar que uma não é vulnerável no índice geral e a outra foi identificada como uma família socialmente vulnerável. Entretanto, podemos observar que das famílias não-vulneráveis (com baixo e médio risco socioeconômico) em IVSCF, apenas um 52,8% são vulneráveis conforme o IVS, em comparação com vulneráveis no IVSCF, que 94,3% também são vulneráveis no índice geral. Podemos resumir, que no cenário de Jeri e Pipa, em termos gerais, a dimensão do capital físico e financeiro pode determinar as situações de vulnerabilidade, mas não determina (ou determina com menos intensidade) as situações de não-vulnerabilidade.

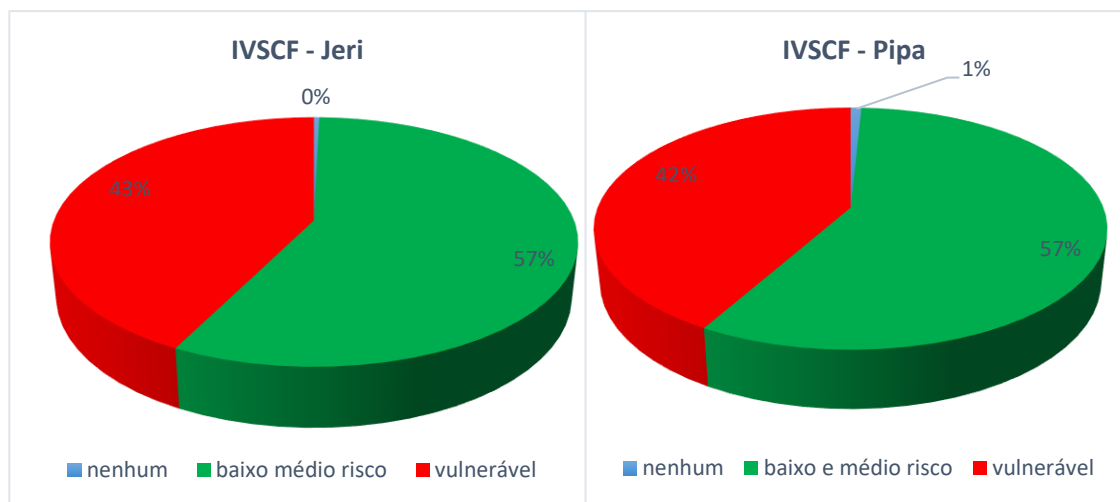
Tabela 63: tabulação cruzada IVSCF * IVScT (Pipa)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS Capital físico	Baixo e médio risco	Contagem	68	76	144
		% em IVS Capital físico	47,2%	52,8%	100,0%
		% em IVS	90,7%	43,2%	57,4%
	Nenhum risco	Contagem	1	1	2
		% em IVS Capital físico	50,0%	50,0%	100,0%
		% em IVS	1,3%	0,6%	0,8%
	Vulnerável	Contagem	6	99	105
		% em IVS Capital físico	5,7%	94,3%	100,0%
		% em IVS	8,0%	56,3%	41,8%
Total	Contagem	75	176	251	
	% em IVS Capital físico	29,9%	70,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

E como se encontram os domicílios de Jeri e Pipa a respeito ao IVSCF? Observando o resultado de Jeri e Pipa, podemos dizer que quase a metade das famílias nestas comunidades vivem em situação de vulnerabilidade a respeito ao

capital físico (43% e 42% respectivamente). Entretanto, é verdade que quase um 60% da população destas comunidades não apresentam taxas de vulnerabilidade social em relação aos materiais tangíveis (nenhum risco e baixo e médio risco).

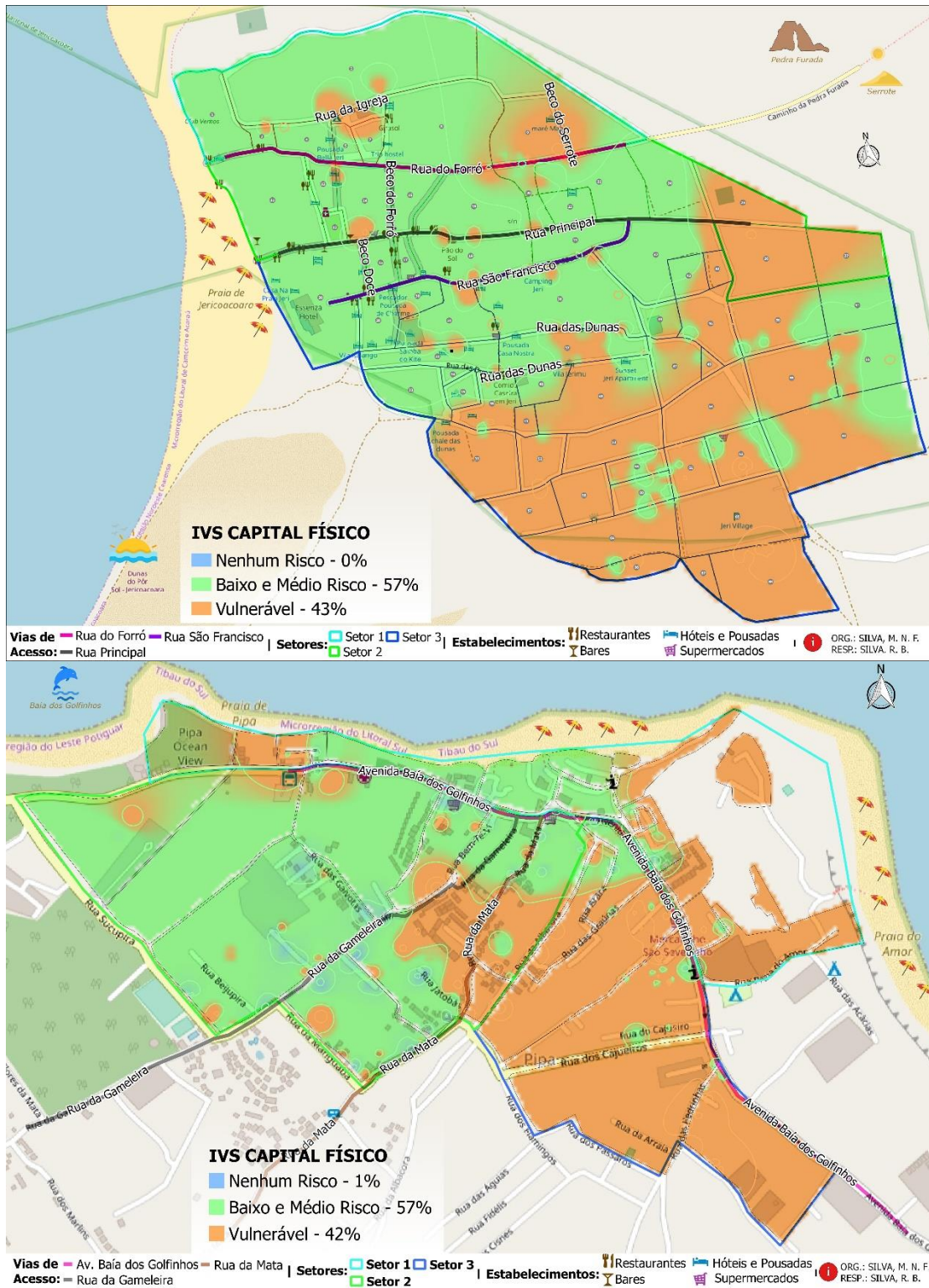
Gráfico 32 Resultado do IVSCF em Jeri e Pipa



E, aonde se concentram as famílias e as áreas mais vulneráveis em capital físico em Jeri e Pipa? Conforme cartograma 15, no qual, a espacialização é apresentada por família, podemos observar onde se encontram as famílias vulneráveis. Por exemplo, podemos observar que a Nova Jeri, área ao sul da rua São Francisco, concentra quase que a totalidade das famílias vulneráveis do território. Podemos observar como o abandono desta área pelo poder público e privado e o processo de invasão (falta de planejamento) vivenciado nesta área de Jeri, é refletida no território através da espacialização do resultado geral do IVSCF. Em contraposição, a Jeri turística (delimitada pelas ruas do Forró, principal e São Francisco) concentram um melhor cenário quanto a dimensão do capital físico e financeiro.

Em Pipa a situação não é diferente. A região onde se concentram a maioria dos condomínios de segunda residência e hotéis (parte esquerda) é área menos vulnerável em comparação com a área de expansão de Pipa, onde concentram-se uma maior parte de casas e habitação popular construída de forma ilegal e não planejada.

Cartograma 15: Espacialização do resultado do IVSCF em Jeri e Pipa



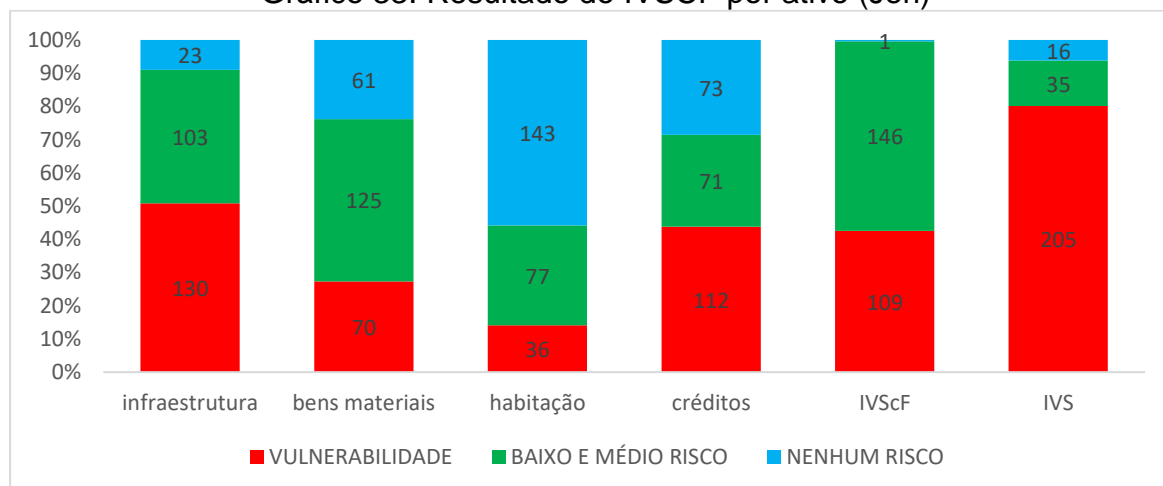
A pesar de existirem mais domicílios não-vulneráveis Jeri e Pipa, é necessário refletir ou questionar-se sobre a existência de 43% e 42% de famílias vulneráveis em CF respectivamente? Por que estas famílias são vulneráveis em

CF? O que determina sua vulnerabilidade? Quais os ativos mais e menos significativos/determinantes para as situações de vulnerabilidade física (material e financeira) em Jeri e Pipa?

Conforme o resultado do IVSCF por ativo (conjunto de variáveis) em Jeri podemos afirmar que as situações de vulnerabilidade em capital físico são determinadas principalmente pelo ativo infraestrutura (nicho urbano da comunidade) e pela dificuldade de acesso à créditos e contas. Muitas famílias se queixam sobre as péssimas situações da infraestrutura, em geral. Principalmente quanto a coleta de lixo, transporte público e em relação aos serviços de saúde e educação. Em Jeri, a manifestação e decepção quanto os serviços de infraestrutura da comunidade se fazem mais presentes entre as famílias que vivem na Nova Jeri. Existem reclamações adversas quanto ao descaso do poder público nesta área em específico.

Em contraposição, em relação aos ativos materiais e tangíveis que podem ser controlados pelas próprias famílias e população, como os ativos bens materiais e habitação, encontramos um cenário bastante positivo. Apenas uma pequena parte de domicílios apresentam situações de vulnerabilidade em relação aos bens materiais e habitação.

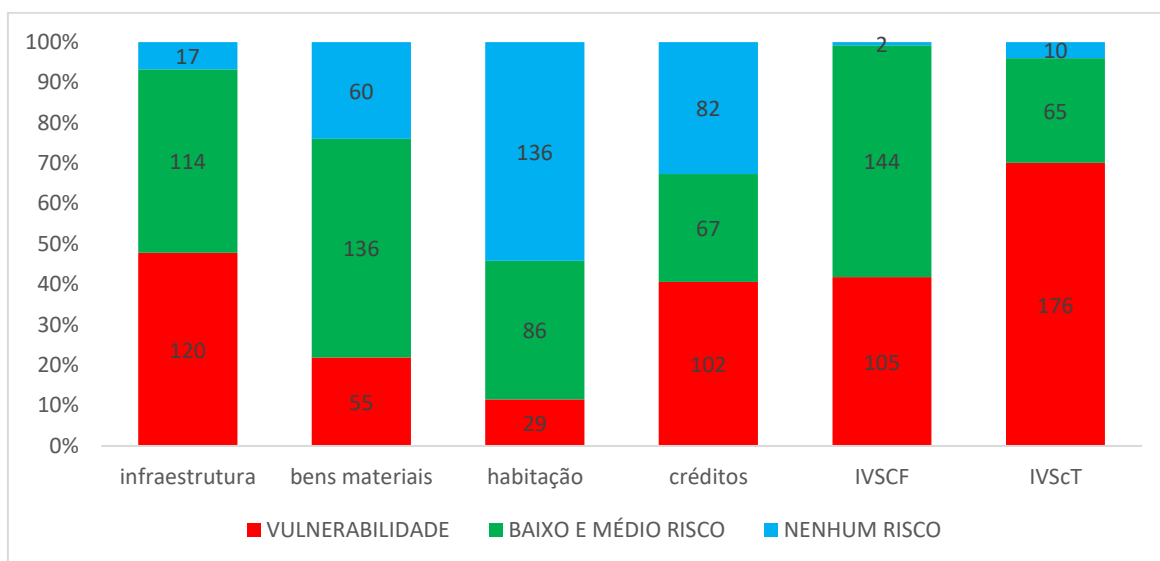
Gráfico 33: Resultado do IVSCF por ativo (Jeri)



A situação de vulnerabilidade em capital físico em Pipa é similar ao cenário encontrado em Jeri. Os ativos que determinam o IVSCF, em geral, é a infraestrutura da comunidade e os créditos e contas. Em contraposição uma minoria dos

domicílios de Pipa apresenta vulnerabilidade social nos ativos bens materiais e habitação.

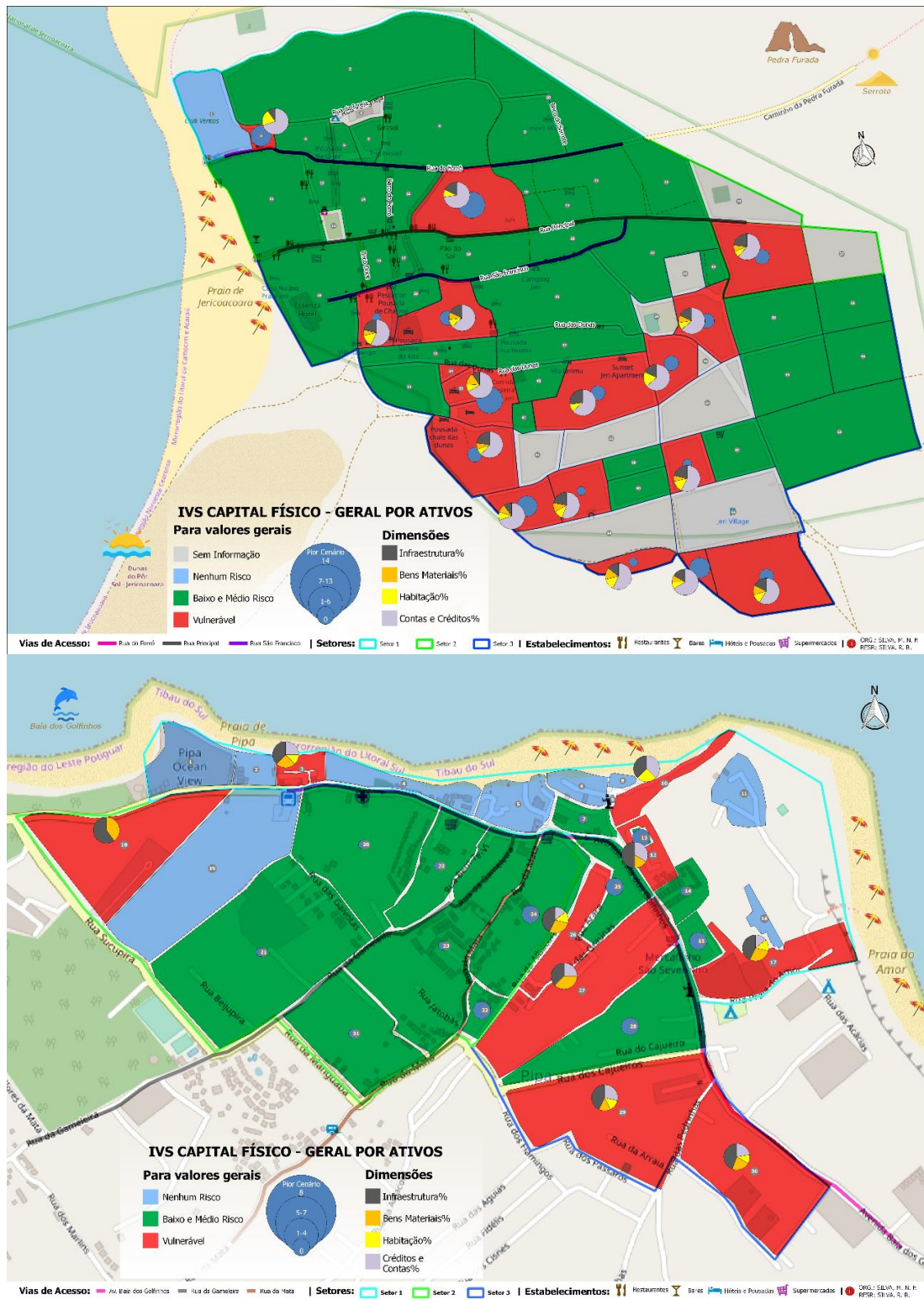
Gráfico 34: IVSCF por componente (Pipa)



Se observamos o território de Jeri (cartograma 16) por quadras e por ativos e como se espacializa o IVSCF, podemos entender que as áreas mais vulneráveis em CF concentram-se na Nova Jeri, com algumas exceções. Outra coisa que podemos observar é que o ativo créditos e contas é a variável que mais determina o cenário de vulnerabilidade da comunidade. Este resultado foi possível entender com mais propriedade com as entrevistas em profundidade com as famílias. Muitas famílias não possuem sequer uma conta bancária e, uma pequena minoria possui acesso a créditos, prestações, financiamentos e etc. ademais, muitos afirmam sobre a dificuldade em poupar e guardar dinheiro para emergência por culpa do alto custo de vida.

Em Pipa a vulnerabilidade em capital físico se concentra, sobretudo nas quadras não-turísticas, situação similar a Jericoacoara. Além disso, podemos observar que as quadras vulneráveis apresentam uma questão proporcionalmente mais negativa quanto ao ativo infraestrutura, o que poderia ser solucionado pela estrutura de oportunidades (estado e mercado). Entretanto e infelizmente estes espaços não-turísticos (áreas de moradia popular) consistem em espaços desvalorizados para o mercado (sem valor comercial) o que determina no abandono de políticas públicas para o desenvolvimento e qualificação destas áreas.

Cartograma 16: Espacialização do IVSCF por quadras e por ativos (Jeri e Pipa)



Com os dados obtidos desde a dimensão do Capital Físico é possível destacar, conforme quadro resumo, os principais resultados e conclusões sobre o

papel do Capital Físico e Financeiro na produção do cenário e das situações de vulnerabilidade social entre as famílias.

Quadro 31: Principais Resultados e Conclusões sobre a Dimensão do Capital Físico

	Resultados	Conclusões
Jeri	1. Em termos gerais, 43% dos domicílios são vulneráveis em capital físico (CF). Deste 43%, 99,1% são vulneráveis no índice geral (IVScT/ tabela 62).	1.A pesar do CF não ser o fator determinante do cenário de vulnerabilidade social de Jeri em Comparação ao capital humano e social, mas é um fator de grande determinação sobre a situação de vulnerabilidade social de cada família. Quase 100% das famílias que possuem vulnerabilidade em C.F., são vulneráveis no contexto geral.
Pipa	1.Em termos gerais, 42% dos domicílios são vulneráveis em Capital Físico. Deste 43%, 94,3% são vulneráveis no índice geral (IVScT/ tabela 63).	
Jeri	2. A maioria das famílias vulneráveis em CF, se concentram na Nova Jeri (área de expansão irregular). Ao contrário, as famílias não vulneráveis se concentram na área mais turística de Jeri.	2. A vulnerabilidade é espacial, mas também espacial. Existem áreas mais vulneráveis ou que concentram a maior vulnerabilidade social. Neste caso, as áreas desvalorizadas pelo o uso turístico, se concentram a população mais vulnerável. Ademais e serem [áreas negligenciadas pelo poder público e pelo setor privado.
Pipa	2.A maioria das famílias vulneráveis em CF, se concentram na parte mais leste de Pipa (área menos ou nada turística). Ao contrário, as famílias não vulneráveis se concentram na área mais turística de Pipa, sobretudo na Avenida dos Golfinhos.	
Jeri	3.Vulnerabilidade por ativos 38%famílias vulneráveis em Infraestrutura (Infra.); 32%vulneráveis em Créditos e conta (C.C.); 20%vulneráveis em Bens Materiais (B.M.); 10%vulneráveis em Habitação (Hab.)	3. Os ativos Infraestrutura e Contas e créditos são os ativos que mais determinam as situações de vulnerabilidade social em Capital Físico em Jeri e Pipa.
Pipa	3. Vulnerabilidade por ativos 39% vulneráveis em Infra. 33% vulneráveis em C.C. 18% vulneráveis em B.M. 10% vulneráveis em Hab.	

I – Ativo Infraestrutura da Comunidade

Qual a relação entre o IVSIF e o IVScT? O ativo infraestrutura da comunidade é altamente importante do índice geral pois está relacionado as oportunidades infraestruturas e de serviços que disponibiliza as estruturas de oportunidades (estado e mercado) a comunidade. Estamos falando de escolas, centros de saúde, transporte (publico), agua e saneamento, coleta de lixo, segurança e lazer. Estes são serviços mínimos que devem dispor uma família e comunidade em geral. A grosso modo se uma família não dispõe de infraestrutura

mínima pode contribuir para a deterioração da sua situação de vulnerabilidade social em curto, médio e longo prazo.

Podemos entender a afirmação a partir da tabulação cruzada entre o IVSIF e o IVScT. Conforme tabela as famílias não vulneráveis (nenhum risco e baixo e médio risco) em IVSIF são menos vulneráveis em IVScT do que as vulneráveis em IVSIF. Ou seja, das 23 famílias com nenhum risco em IVSIF, apenas 12 famílias (52,2%) aparecem como vulneráveis no IVScT, em contraposição as 130 famílias vulneráveis em IVSIF, encontramos 117 famílias (90%) vulneráveis no IVScT.

Tabela 64: Tabulação cruzada IVS infraestrutura * IVScT (Jeri)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS Infraestrutura	Baixo e médio risco	Contagem	27	76	103
		% em IVS Infraestrutura	26,2%	73,8%	100,0%
		% em IVScT	52,9%	37,1%	40,2%
	Nenhum risco	Contagem	11	12	23
		% em IVS Infraestrutura	47,8%	52,2%	100,0%
		% em IVScT	21,6%	5,9%	9,0%
	Vulnerável	Contagem	13	117	130
		% em IVS Infraestrutura	10,0%	90,0%	100,0%
		% em IVScT	25,5%	57,1%	50,8%
Total	Contagem	51	205	256	
	% em IVS Infraestrutura	19,9%	80,1%	100,0%	
	% em IVScT	100,0%	100,0%	100,0%	

Resultado é semelhante em Pipa quando as famílias não-vulneráveis em IVSIF são menos vulneráveis em IVScT.

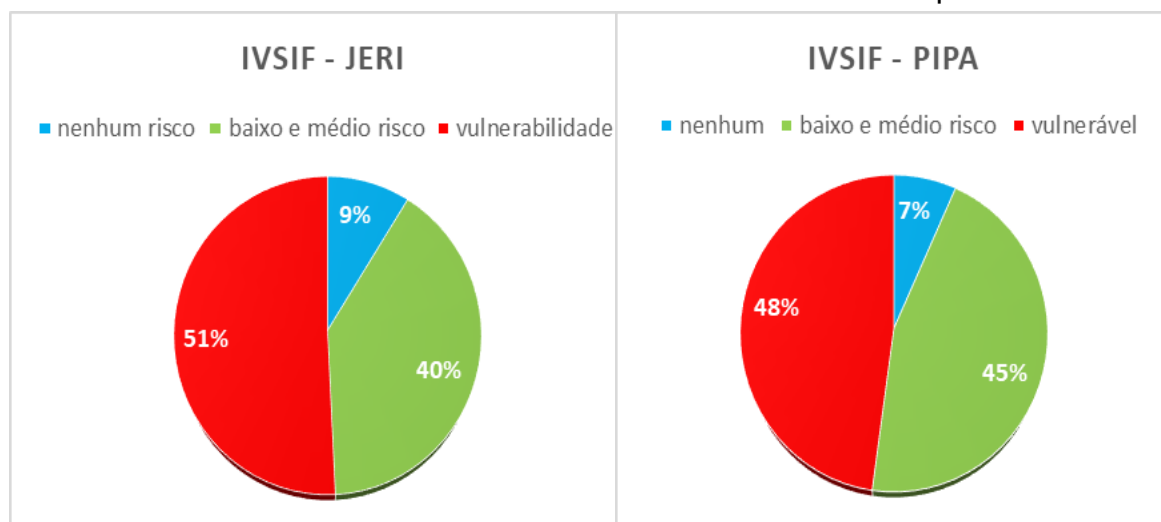
Tabela 65: Tabulação cruzada IVSIF * IVScT (Pipa)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS Infraestrutura	Baixo e médio risco	Contagem	44	70	114
		% em IVS Infraestrutura	38,6%	61,4%	100,0%
		% em IVS	58,7%	39,8%	45,4%
	Nenhum risco	Contagem	8	9	17
		% em IVS Infraestrutura	47,1%	52,9%	100,0%
		% em IVS	10,7%	5,1%	6,8%
	Vulnerável	Contagem	23	97	120
		% em IVS Infraestrutura	19,2%	80,8%	100,0%
		% em IVS	30,7%	55,1%	47,8%
Total	Contagem	75	176	251	
	% em IVS Infraestrutura	29,9%	70,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

Em termos gerais, uma família que tem acesso e/ou se encontra satisfeito com a infraestrutura e os serviços que dispõe em sua comunidade é menos suscetível a ser uma família vulnerável, assim como famílias que não são atendidas ou não são satisfeitas com os serviços disponibilizados em suas comunidades são muito mais suscetíveis a deterioração do seu bem-estar e por consequência são mais vulneráveis.

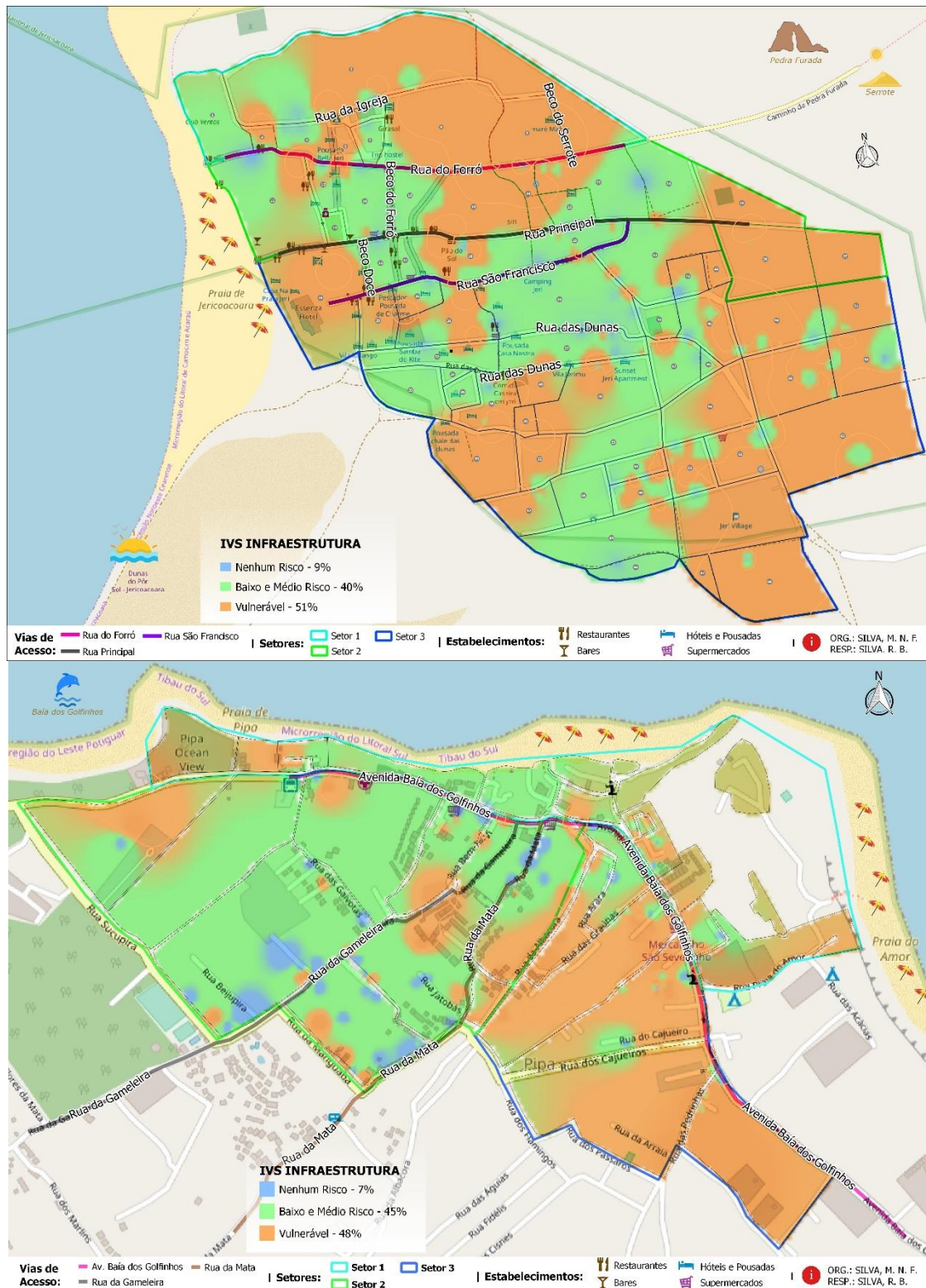
Conforme o resultado do IVSIF podemos observar que 51% das famílias em Jeri e 48% das famílias em Pipa apresentam situação de vulnerabilidade em infraestrutura. Encontramos metade das famílias tanto em Jeri quanto em Pipa em uma situação de vulnerabilidade social quanto a infraestrutura e serviços disponibilizados nessas comunidades. Um cenário bastante contraditório quando estamos falando de comunidades internacionalmente turísticas.

Gráfico 35: Resultado IVS-Infraestrutura em Jeri e Pipa



Se observamos o cartograma com o resultado do IVSIF em Jeri é possível observar que a vulnerabilidade se encontra em quase todo o território, seja nas áreas turísticas ou não. Também é certo que as zonas mais turísticas e mais próximas ao mar (praia) aparecem como menos vulneráveis em comparação com as zonas mais distantes da faixa de praia (zona nordeste e sudeste). Também se pode observar com a espacialização do IVSIF que a vulnerabilidade se concentra, mais especificamente na Nova Jeri.

Cartograma 17: Espacialização do resultado do IVS-infraestrutura em Jeri



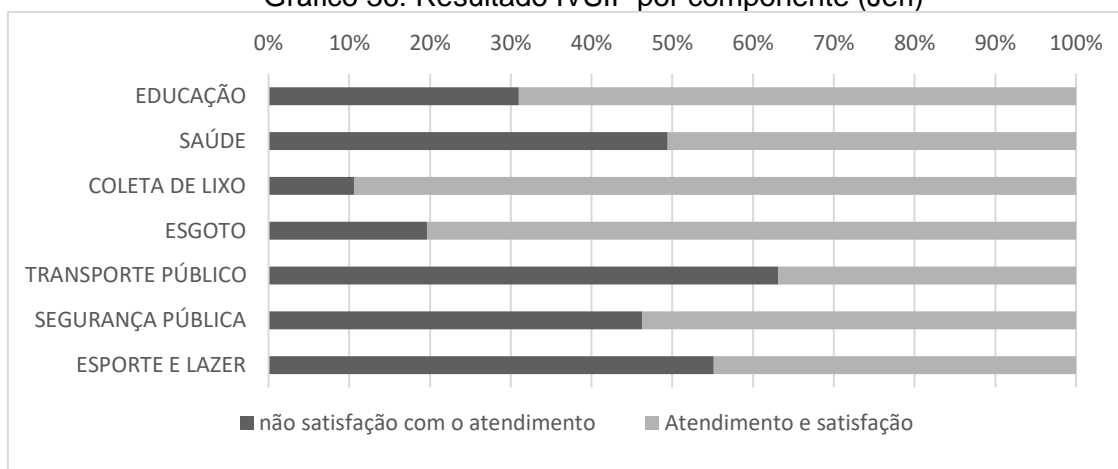
Em Pipa a situação é similar ao encontrado em Jeri, entretanto, é muito mais segregada. É nítido no cartograma a diferenciação entre o resultado da vulnerabilidade infra estrutural entre as três zonas principais de Pipa. Quer dizer,

na parte esquerda de Pipa encontramos uma mancha predominantemente verde ou não-vulnerável (baixo e médio risco). Esta zona de não vulnerabilidade infra estrutural esta demarcada ao Norte pela área turística (ao largo da Avenida Bahia dos Golfinhos/paralela ao mar) e ao sul (sudoeste) em direção à Rua Sucupira, Rua Bijupirá e Rua da Mangaba seria a zona de Pipa, na qual, se concentram a maioria dos condomínios uni e multifamiliares (turismo de segunda residência) e hotéis. Já na parte à direita, que é área de expansão de Pipa menos turística onde se concentram as casas mais populares de Pipa a situação de vulnerabilidade é muito mais predominante.

E, por que são os domicílios vulneráveis? Quais são os componentes que mais determinam o cenário de vulnerabilidade em infraestrutura em Jeri e Pipa? Quais as causas da VS em infraestrutura? Quais as estratégias das famílias para enfrentar os problemas de infraestrutura? Como é possível reverter o cenário de vulnerabilidade social em infraestrutura e conseqüentemente o resultado geral do IVScT?

Se observamos o gráfico com todos os componentes que utilizamos para a construção do IVSIF, é possível compreender o cenário geral da infraestrutura urbana da comunidade em Jeri e Pipa. Em Jeri, em uma perspectiva geral, os componentes com maior rejeição ou com maior insatisfação das famílias, podemos destacar os seguintes: transporte público (63%); Esporte e lazer (55%); Centros e serviços de saúde (49%); segurança pública (46%) e serviços de educação (31%). Em contraposição encontramos uma maior atenção e satisfação das famílias nos serviços de coleta de lixo e esgoto.

Gráfico 36: Resultado IVSIF por componente (Jeri)



Para entender melhor a insatisfação das famílias e o cenário de vulnerabilidade em infraestrutura da comunidade em Jeri, é possível comparar o resultado quantitativo com as entrevistas realizadas com estas famílias. Por exemplo, podemos destacar a insatisfação em relação ao serviço de transporte de Jeri, com o seguinte fragmento de entrevista realizado com moradora nativa,

“(...) não eu não estou satisfeita, porque quando é alta temporada o nativo é deixado de lado. Só tem olho pro turista, então isso tem que ser melhorado em Jericoacoara. E o preço é R\$ 10 a passagem, que eu acho caro para o Nativo. (SH, entrevista pessoal, março de 2017/Jeri).

Outro componente que mais contribuiu para o grau de vulnerabilidade em infraestrutura está relacionado as infraestruturas de lazer e esporte de Jeri. Quer dizer, 55% dos chefes de família de Jeri estão insatisfeitos com o componente de esporte e lazer. Na entrevista com moradora de Jeri é possível observar o seu desapontamento com os serviços de lazer da comunidade,

“(...) aqui não tem nada. Olha esse nosso lugar, não tem lazer. Eu podia dizer que a gente tem um lazer, se a gente tivesse assim uma brincadeira ou que tem alguma coisa pra fazer ou se tivesse alguma diversão para levar os nossos filhos para ver, alguma coisa para sair de casa, mas aqui não tem nada disso. Aqui a única coisa que tem é para o turista. (SH, entrevista pessoal, março de 2017/Jeri).

Em Jeri, também existe uma porcentagem significativa dos chefes de família, que apresentam sua insatisfação quanto aos serviços de saúde da comunidade, conforme relato, *“para um nativo ser atendido na UPA tem que chegar lá morrendo (...). É muito mais para o povo de fora. Eu acho que o nativo deveria ser muito melhor atendido, ser prioridade (...)”* (AU, entrevista pessoal, março de 2017/Jeri). Outra moradora de Jeri também mostra a sua insatisfação quanto ao serviço de saúde, *“sou e não sou satisfeita. Porquê para ser uma UPA da Saúde deveria ter mais, ser mais estruturada, mais organizado, ter mais recursos, mais médicos, de tudo um pouco, né?”* (O.B., entrevista pessoal, março de 2017/Jeri).

O serviço de segurança também foi bastante pautado nas entrevistas realizadas com os chefes de família em Jeri. Um 46% dos chefes apresentaram insatisfação com o serviço e o atendimento policial na comunidade. Além das famílias que apresentam negatividade quanto a violência existente em Jeri, também tem os que se queixam que o policiamento é direcionado apenas ao turista e as pousadas, conforme relato de moradora, *“o policial ele é mais pro turista. Porque*

quando nós, nativo, chama, ele diz logo que o carro não tá aqui, que o carro tá em Jijoca, e manda a gente fazer o B.O⁴⁸. lá na Jijoca. Aí daqui que chegue em Jijoca (...)” (O. B., entrevista pessoal, março de 2017/Jeri).

A crítica ao serviço de Segurança Público em Jeri e o desapontamento da comunidade diante a esse serviço centra-se no descaso, em geral, do sistema em relação a população local, quer dizer, muitos afirmam que o policiamento está a serviço do turista e do turismo, *“eu acho que a polícia são mais pro lado do dinheiro. Eu acho que deveria melhorar um pouco mais. A polícia aqui é mais pro povo de fora, é pro turista (...)*” (AU, entrevista pessoal, março de 2017/Jeri).

Em termos gerais, é possível analisar, entrelinhas, que existe uma parte da população de Jeri (entrevistas) que relaciona os principais problemas infra estruturais existentes da comunidade com o turista. Muitos apontam que o transporte é para o turista, que a UPA é para o turista, que o sistema de policiamento é para o turista, assim como, aqueles que afirmam que os serviços de lazer são, também, para o turista.

Em relação ao serviço de educação prestado em Jeri, em termos gerais, existem mais pessoas satisfeitas do que insatisfeitas. Conforme gráfico 31, apenas 31% dos chefes de famílias afirmam insatisfação com o serviço. Entretanto, cabe, destacar que muitas das famílias não têm filhos ou não tem filhos em idade escolar, o que justifica a indiferença ou o desconhecimento, em geral, sobre os serviços de educação da comunidade. Entre os 31% que se dizem insatisfeitos com a educação destacamos o relato de um morador, *“Acho que deveria melhorar mais, pq eu já ouvi da boca dos diretores que precisa ter um pouco de recurso né. (...) Da parte dos professores eu to satisfeito, e dos diretores, mas as autoridades têm que melhorar mais (...)*” (IV., entrevista pessoal, março de 2017/Jeri).

Em entrevista realizada com a nativa e ex-presidente do Conselho Comunitário de Jeri, a informante destaca que um dos maiores problemas da educação de Jericoacoara é a ausência de escola do ensino médio para os jovens. Ademais, afirma que existe uma precariedade em geral dos serviços públicos,

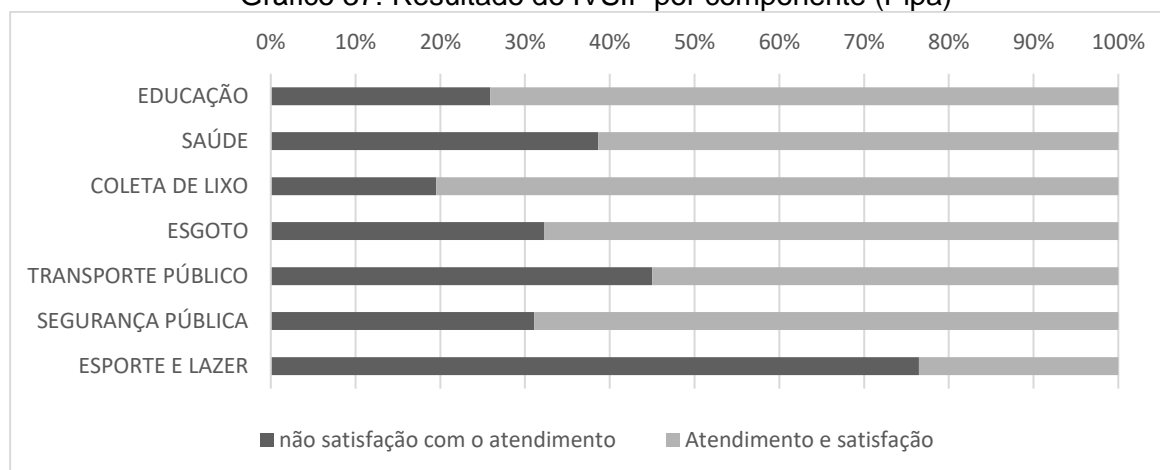
“Olha da vista da nossa época, melhorou bastante, porque na época da minha mãe não tinha, mas ainda está muito a desejar porque aqui só tem o primeiro grau, o segundo grau não tem. Então se tu quer fazer o segundo grau tem que ir para Jijoca. Olha para mim questão de educação, saúde, segurança e transporte é muito precário ainda para a quantidade

⁴⁸ Boletim de ocorrência

de pessoas que vem para cá”. (FIL., entrevista pessoal, março de 2017/Jeri)

Passando para o caso de Pipa, é possível observar que o componente mais destacado pelas famílias e, conseqüentemente o que mais determina o cenário de vulnerabilidade em infraestrutura em Pipa é a falta/insatisfação com os serviços de esporte e lazer.

Gráfico 37: Resultado do IVSIF por componente (Pipa)



A grande maioria dos domicílios (quase 80%) denunciam a falta de infraestrutura de lazer para idosos, adultos e crianças e justificam a necessidade de praças, quadras de esporte, parques para crianças e outros. Ademais afirmam que no passado, existia piscina pública, campo de futebol, mas que foi desativado pela prefeitura, por falta de manutenção, como podemos observar nos seguintes relatos,

“Nós tínhamos um ginásio né, um campo de futebol, tudo aqui nós tínhamos, uma piscina comunitária, dava pra gente nadar, as criancinhas, praticar esporte, natação, tudo, só que em 4 a 5 anos pra cá acabou-se tudo, né. Então a comunidade perdeu e pra retomar uma coisa, pra refazer, fica mais difícil, são gastos dispendiosos, e então pra mim o poder público tem culpa, 80% da culpa é do poder público né”. (TH., entrevista pessoal, agosto de 2015/Pipa).

Esse sentimento sobre a falta de áreas de esporte e lazer para a comunidade é mencionado na maioria das entrevistas realizadas em Pipa, tanto em agosto de 2015, quanto em 2017,

(...) a gente de Pipa, não tem um lazer, não tem um lugar de lazer. (...) vamos supor, a gente tinha que ter um campo, hoje a gente não tem um campo pra jogar bola, a gente não tem uma quadra pra jogar bola, a gente tem o espaço, mas não ta feito, então falta fazer, a gente não tem e a gente precisa. (AD., entrevista pessoal, agosto de 2015/Pipa).

Portanto, lazer de uns, não é o lazer de todos, e por isso, a insatisfação da população local com a falta de áreas de esporte e lazer destinadas a população. Ademais da insatisfação com a infraestrutura de lazer e esporte, podemos destacar em ordem decrescente os seguintes componentes: transporte público (45%); centro e serviço de saúde (39%); Esgoto (32%); Segurança Pública (31%); educação (27%) e coleta de lixo (19%).

Em relação ao serviço de saúde, apenas 39% das chefes de família dizem insatisfeitos em Pipa, em comparação com os 49% de famílias insatisfeitas com o serviço de saúde prestado em Jeri. Neste caso, Pipa conta com uma Unidade Básica de Saúde (UBS), sem atendimento de emergências ou especialidades, e com uma Unidade Mista de Saúde, com atendimento de urgência, hospitalar e especialidades, localizada no centro de Tibau do Sul a 12 km de Pipa. Apesar da distância entre Pipa e o centro de Tibau, a facilidade de locomoção entre ambas as localidades, torna a situação mais fácil para o morador de Pipa, caso contrário em Jeri. Quando existe uma emergência de saúde em Jeri, e se a UPA não tem meios para intervir, o deslocamento por dunas entre Jeri e Jijoca é totalmente complicado, o que contribuiu para o sentimento de insatisfação e insegurança do morador de Jeri em relação ao serviço de saúde em comparação a Pipa. Também é necessário destacar que muitos em Pipa utilizam os serviços de saúde e educação em Natal, pela proximidade e facilidade de acesso,

“Na saúde, na educação, falta muita coisa né, hospitais, tem coisas que você tem que ir a Natal. Falta muita coisa, mas quando tem a necessidade a gente vai até Natal e resolve, os que não dar para resolver aqui”. (Eli., entrevista pessoal, março de 2017/Pipa)

Em relação ao sistema de saneamento (popularmente chamado esgoto) e abastecimento de água, um 32% dos chefes de família de Pipa estão insatisfeitos em comparação com Jeri, onde apenas 19% estão insatisfeitos. Ademais, no caso de Jeri, muitos que se dizem insatisfeitos está relacionado ao preço do serviço, *“sim, é da Cagece, mas é muito caro e a energia eu pago mais de duzentos e tanto. A água e energia aqui é cara, para só uma televisão e uma geladeira”* (M.C., entrevista pessoal, março de 2017/Jeri), porque no caso de Jeri quase todo o território é atendido pelo Sistema de Esgoto e Abastecimento de água do Ceará (Cagece), apenas algumas poucas casas (irregulares) que não são atendidas.

No caso de Pipa, a situação do saneamento e do abastecimento de água é bem mais precário, quer dizer, a expansão de Pipa aconteceu e acontece muito mais rápido do que os próprios serviços de infraestrutura, em geral. Portanto, áreas como o Chapadão, Zona da Mata, Zona das Pedrinhas, que são áreas de expansão pós-2000, são zonas desassistidas pelo sistema da Companhia de Água e esgoto do RN (CAERN),

“Na minha casa por exemplo, eu cavei um poço, tem que ter um poço, porque quem passou dessa rua aqui para a rua das pedrinhas, dessa primeira partizinha até outra, até aí chega água, para trás não. Tem pessoas que passam semanas sem água, semanas, e a gente não sabe” (IZ., entrevista pessoal, agosto de 2015/Pipa).

A moradora fala sobre a realidade dos moradores e domicílios localizados na área de expansão de Pipa, a chamada por alguns moradores, como “outra Pipa” ou “Nova Pipa” ou “a mata”. Essa área que está mais ao leste/ sudeste de Pipa é uma área que foi sendo construída pelos próprios nativos que vendiam suas terras no centro de Pipa. Essa área vive, em sua maioria, trabalhadores migrantes e nativos, ou seja, um espaço com pouca ou nada importância ou atratividade, até agora, para o poder público e privado. Portanto, essa área não é assistida pelo sistema de saneamento e água e tantos outros serviços infra estruturais. Muitos domicílios possuem poços irregulares e fossas negras que são sistemas que oferecem grandes riscos aos usuários.

Em relação ao atendimento e serviço de Segurança Pública prestado em Pipa, um terço dos chefes de família estão insatisfeito. Com as entrevistas, foi possível entender que a insatisfação tem a ver com o sentimento de insegurança da comunidade nos últimos anos. O aumento do tráfico de drogas e dos assaltos, inclusive a mão armada, criou um sentimento de medo e insegurança, no qual, uma parte, uma terça parte da população associa a insegurança com a incapacidade do próprio serviço de segurança pública, o policiamento, em reverter a situação.

A situação do tráfico em Pipa, assim como em Jeri, é uma questão bastante alarmante, e por isso, a população tem essa percepção da insegurança constante em Pipa, conforme relato do policial civil Pedro é possível entender um pouco a situação do tráfico de drogas na comunidade,

“E em relação ao tráfico, eu particularmente participei em várias operações de apreensão de traficantes, aonde observei que os traficantes que foram presos, cerca de 70 e 80% eram pessoas de fora, que vem de

Natal, Recife, inclusive, também estrangeiro. Tem pessoas estrangeiras que foram presos por tráfico. Como exemplo Uruguaio, por exemplo Argentino. (Policial, entrevista pessoal, agosto de 2015/Pipa).

Ademais, o policial relata a dificuldade dos policiais (dele e dos companheiros) e das operações contra o tráfico dentro de Pipa, *“a dificuldade, a gente pode citar como a geografia do local, a falta de informação completa, com a falta de inteligência e também a legislação, principalmente”* (Policial, entrevista pessoal, agosto de 2015/Pipa). Também tem uma porcentagem de 69% da população de Pipa que está satisfeito com o serviço de segurança pública e ademais confia na equipe policial de Pipa,

“Tem até um delegado da polícia civil que o pessoal elogia muito aqui, ele chegou recente, ele chegou faz uns 4 meses, o impacto foi bom, foi positivo. Então vamos esperando se isso aí vai dar uma diminuída, com essa pressão que fizeram agora. O chefe da polícia daqui da PM, é bom também, ele é bom, ele é rígido, ele tem jeito de ter uma boa índole, mas a questão é que a criminalidade é muito grande aqui em Pipa, tem crescido muito” (AND., entrevista pessoal, abril 2017/Pipa)

Em relação aos serviços em educação de Pipa, apenas uma pequena parcela da população se diz insatisfeita com o serviço educativo da comunidade, entretanto, é possível destacar em algumas entrevistas as principais críticas daqueles que se encontram insatisfeitos com o sistema de educação, *“É assim, aqui não tem creche. E a escola não é completa. Falta muita coisa ainda, falta uma estrutura boa ainda, na educação e na saúde”* (Eli., entrevista pessoal, abril de 2017/Pipa). O nativo e morador Carlinhos compara a educação atual com a educação no seu tempo,

“Estamos vendo que eles (refere-se aos filhos) tem uma educação pior do que a que eu tive, eu não sei o que será dos nossos filhos de aqui a 10 e 20 anos. Olha, ontem, por exemplo, não teve aula em Tibau pois no final de semana, teve uma vaquejada em piau e o ônibus dos alunos ficou carregando pessoal para a festa a noite e o motorista não conseguiu acordar para carregar o aluno ontem para a escola” (CAR., entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa).

Em entrevista com a professora da escola pública municipal de Pipa é possível entender sua visão quanto a sistema de educação, não só de Pipa, em termos gerais. A professora se mostra inquietante com a falta de investimento na educação destinada a população das comunidades quando afirma que,

“O poder público deixa a desejar porque não investe nesse setor, na educação. (...) aqui nas comunidades pesqueiras, são assim, a maioria delas, no dia que não falta professor, falta merenda, no dia que não falta

merenda, falta água. Essa é a educação que as comunidades pesqueiras têm, os filhos de pescador, no caso. Então existe muita, muita dificuldade, muita falta de investimento, isso tudo acaba prejudicando as comunidades locais. Então é os empresários ficando mais ricos e as comunidades locais e os habitantes mais pobres” (professora de Pipa, entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa).

Para finalizar, destacamos o relato de um morador, no qual, é possível destacar duas situações importantes, a primeira a insatisfação com o serviço público de educação existente (primeiro grau), e o segundo a inexistência de um serviço de educação continuado em Pipa, no caso, o segundo grau,

“Tem escola pública e particular, a particular funciona muito bem porque são pessoas de fora, até estrangeiros está na diretoria, são escola muito boa, meu filho até estudou lá e depois não tinha pra onde ir. Pois aqui é só primário. Aqui tem municipal e estadual, mas só do primeiro grau” (CAR., entrevista pessoal, setembro de 2015/Pipa).

Para resumir sobre os dados obtidos e apresentados na presente seção, apresentamos abaixo um quadro resumo sobre os principais resultados e conclusões o ativo infraestrutura da comunidade e seu papel na produção do cenário e das situações de vulnerabilidade social entre as famílias.

Quadro 32: Principais Resultados e Conclusões sobre o ativo infraestrutura da comunidade

	Resultados	Conclusões
Jeri	1.Em termos gerais, 50,8% dos domicílios são vulneráveis quanto ao ativo social de Infraestrutura (infra.). Destes 50,8%, 90% são vulneráveis no índice geral (IVScT/ tabela 64).	1.O ativo ou variável infraestrutura tem forte peso na produção da vulnerabilidade social das famílias e das comunidades. Dependendo da localização do domicílios, pode influir na qualidade e diversidade dos serviços, como esgoto, luz, coleta de lixo, escolas, saúde e etc.
Pipa	1.Em termos gerais, 47,8% dos domicílios são vulneráveis em Infraestrutura (infra.). Destes 47,8%, 80,8% são vulneráveis no índice geral (IVScT/ tabela 65).	
Jeri	2.A população mais vulnerável em Infraestrutura da comunidade, concentra-se na Nova Jeri.	2.A áreas não turísticas são áreas, muitas vezes, negligenciadas pelo poder público e privado.
Pipa	2.A população mais vulnerável em Infraestrutura, concentra-se nas áreas não-turísticas.	
Jeri	3. Insatisfação com o atendimento e serviços ofertados na comunidade: Transporte Público, 63% insatisfeito (Ins.); Espaços de lazer, 55% ins.; Serviços de Saúde, 49% ins.; Segurança, pública 46% ins. Educação, 32% ins. Esgoto, 19% ins. Coleta de Lixo, 11% ins.	3.Algumas famílias não possuem, se quer, acesso aos serviços de esgoto, luz ou água. Insatisfação e desaprovação generalizada entre os domicílios quanto a maioria dos serviços ofertados na comunidade.
Pipa	3.Insatisfação com o atendimento e serviços ofertados na comunidade: Espaços de lazer, 87% ins.; Transporte Público, 45% insatisfeito (Ins.); Serviços de Saúde, 39% ins.; Esgoto, 32% ins.	

II– Ativo Bens Materiais em Jeri e Pipa

Qual a relação entre os bens materiais e a produção da vulnerabilidade social em Jericoacoara? Os bens materiais influenciam/determinam na produção da vulnerabilidade social em Jeri? Podemos observar conforme tabulação cruzada entre o IVSBM e IVScT que as famílias não-vulneráveis em bens materiais são menos vulneráveis (IVScT) em comparação com as famílias vulneráveis em bens materiais. A grosso modo, possuir bens materiais em Jeri não livra as famílias de serem vulneráveis, assim como não possuir bens materiais não determina a condição de vulnerabilidade destas famílias.

Tabela 66: Tabulação cruzada IVS - bens materiais (Jeri) * IVScT

			IVScT		Total
			N	S	
IVS bens materiais	Baixo e médio risco	Contagem	26	99	125
		% em IVS bens materiais	20,8%	79,2%	100,0%
		% em IVS	51,0%	48,3%	48,8%
	nenhum risco	Contagem	15	46	61
		% em IVS bens materiais	24,6%	75,4%	100,0%
		% em IVS	29,4%	22,4%	23,8%
Vulnerável	Contagem	10	60	70	
	% em IVS bens materiais	14,3%	85,7%	100,0%	
	% em IVS	19,6%	29,3%	27,3%	
Total	Contagem	51	205	256	
	% em IVS bens materiais	19,9%	80,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

E, em relação a Pipa, qual a relação entre os bens materiais e a produção da vulnerabilidade social em Pipa? Os bens materiais influenciam na produção da vulnerabilidade social na comunidade? Se observamos a tabulação cruzada, podemos observar que as famílias que não possuem nenhum risco socioeconômico em bens materiais são bem menos vulneráveis (IVScT) do que as famílias que são vulneráveis em IVSBM.

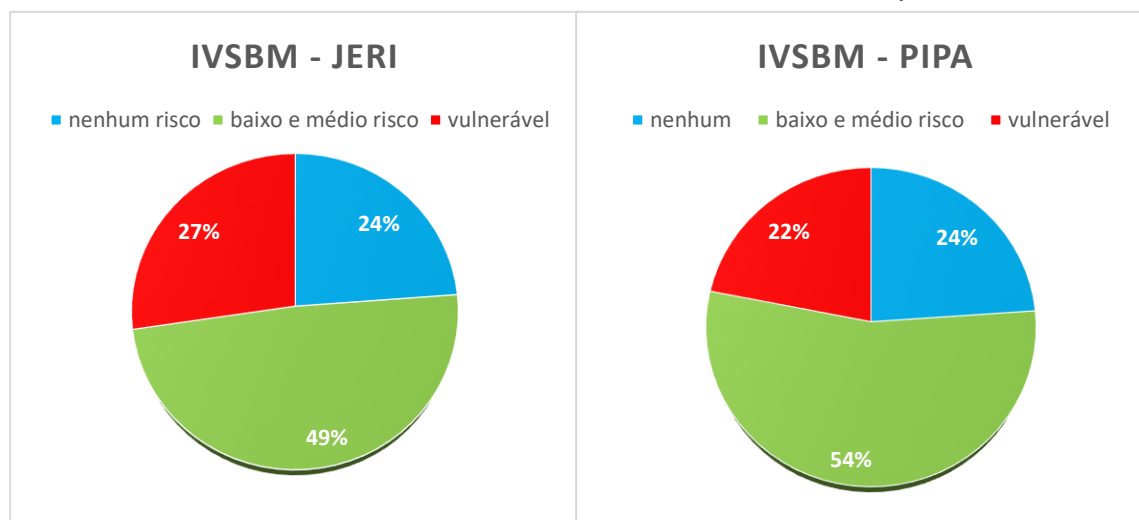
Tabela 67: Tabulação cruzada IVS-bens materiais * IVScT (Pipa)

	IVS		Total
	N	S	
Contagem	37	99	136

IVS bens materiais	Baixo e médio risco	% em IVS bens materiais	27,2%	72,8%	100,0%
		% em CIVS	49,3%	56,3%	54,2%
Nenhum risco		Contagem	30	30	60
		% em IVS bens materiais	50,0%	50,0%	100,0%
		% em CIVS	40,0%	17,0%	23,9%
Vulnerável		Contagem	8	47	55
		% em IVS bens materiais	14,5%	85,5%	100,0%
		% em CIVS	10,7%	26,7%	21,9%
Total		Contagem	75	176	251
		% em IVS bens materiais	29,9%	70,1%	100,0%
		% em CIVS	100,0%	100,0%	100,0%

E, como se encontra as situações e cenários de vulnerabilidade em bens materiais em Jeri e Pipa? São as famílias vulneráveis em bens materiais? Conforme gráfico ambas as comunidades possuem um resultado bastante similar quanto ao cenário de vulnerabilidade. Entretanto são os domicílios em Pipa (22%) menos vulneráveis em comparação a Jeri (27%). Em termos gerais, muito mais da metade das famílias em Jeri e Pipa não são vulneráveis em relação aos bens materiais.

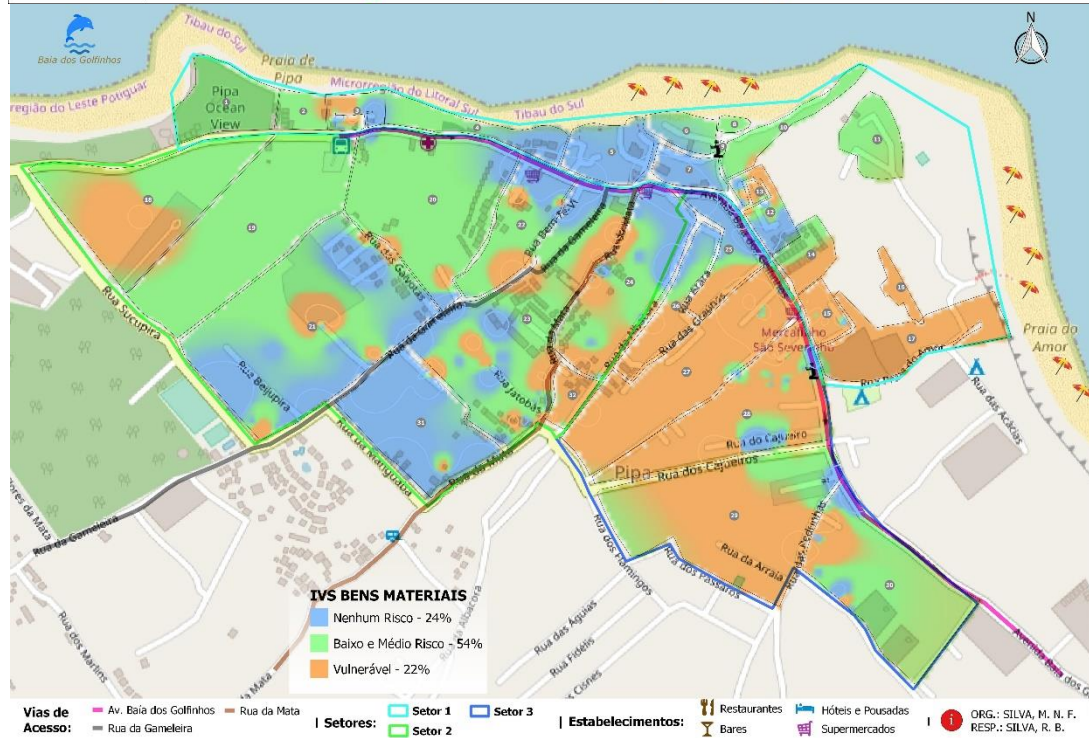
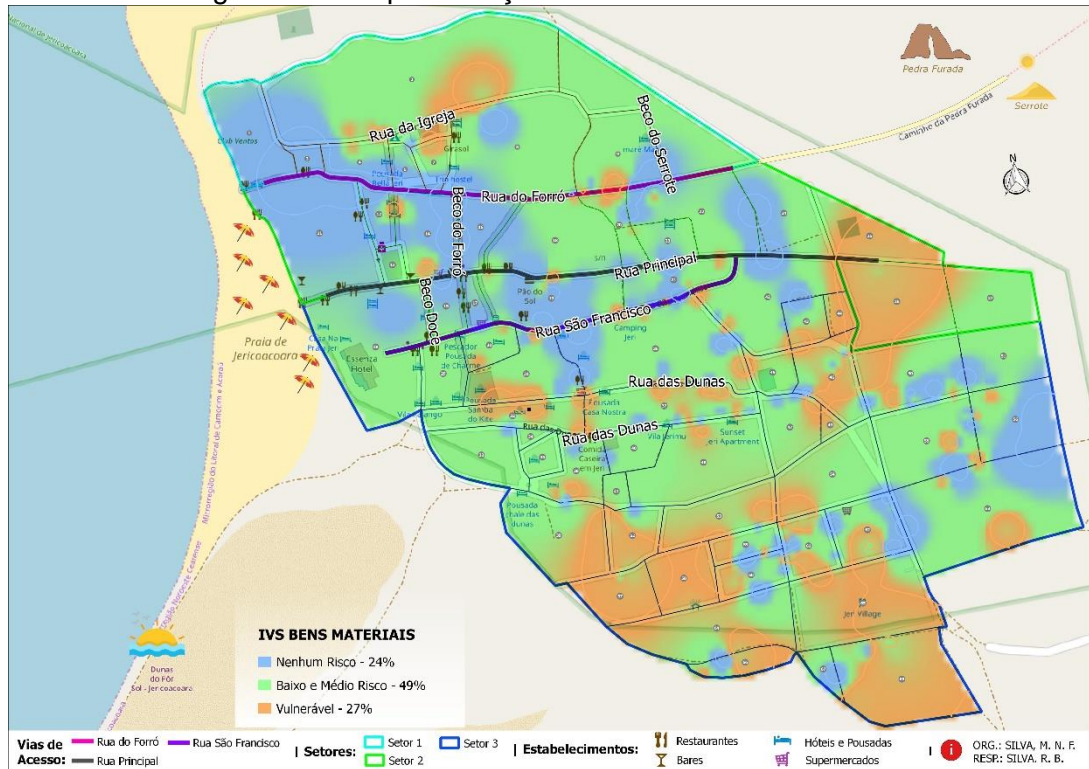
Gráfico 38: Resultado do IVSMB em Jeri e Pipa



Se observamos o cartograma abaixo podemos observar como os 27% dos domicílios vulneráveis se concentram em áreas específicas em Jeri, principalmente nas periferias das áreas turísticas e na Nova Jeri. Conforme a espacialização do resultado do índice de bens materiais de Pipa, podemos observar que a vulnerabilidade se concentra com maior expressão em uma área específica (na parte direita de Pipa). O resultado da vulnerabilidade dos domicílios de Pipa em Bens Materiais fortalece nossa “suspeita” quanto a existência de uma segregação

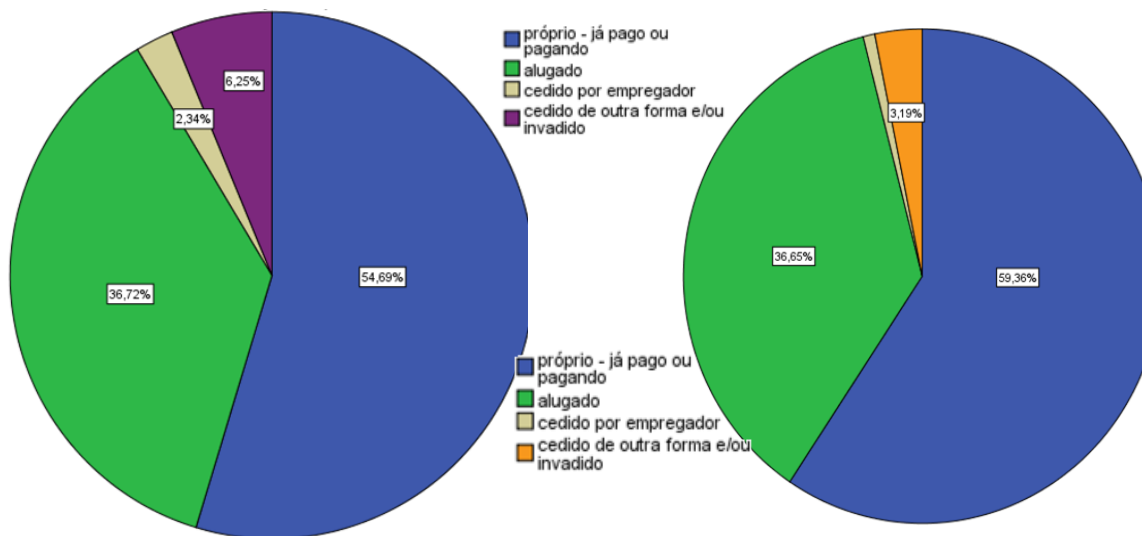
socioespacial em Pipa, onde de um lado, uma área turística com condomínios uni e multifamiliares, hotéis, restaurantes e lojas (parte esquerda do cartograma) e do outro lado (parte direita) uma Pipa que cresceu desordenadamente por pressão da especulação imobiliária e turística, e conseqüentemente mais vulnerável (cart. 18).

Cartograma 18: Espacialização do resultado do IVSBM em Jeri



Dentro de Jeri e Pipa encontramos 54% e 59% de famílias com imóveis próprios, respectivamente (graf.39). Vale destacar que o baixo nível de vulnerabilidade em Bens Materiais tanto em Jeri quanto em Pipa, tem a ver com a posse de pelo menos um imóvel por parte dos moradores, que dizer, dentre os 27% e 22% da população vulnerável em BM, em Jeri e Pipa são exatamente as pessoas que pagam aluguel.

Gráfico 39: Relação de posse do domicílio (Jeri e Pipa)



Também é verdade, que muitos imóveis não possuem se quer registro ou escritura, que dizer, destes 54% e 59% (graf.39) existem os domicílios sem nenhum documento de propriedade. No caso de Jeri a situação é ainda mais complicada em comparação com Pipa, pois mais de 50% das propriedades de Jeri não possuem escrituras e estão construídas em área de invasão,

“É o seguinte esse terreno aqui é do governo. Consegui do governo aí a casa a gente construiu, é nossa né. Mas o terreninho mesmo é do governo, não é nosso não. Falta o governador vim aqui assinar o documento para passar para o nosso nome” (M.A., entrevista pessoal, março 2017/Jeri).

“No início os nativos eram donos aqui, aqui era como duas famílias principais a Marinho e Fidélis (...) Então eles tinham toda essa posse aqui na rua principal, ai começaram a vender muito barato, eles foram vendendo e através da posse capeão (refere-se ao usucapião)⁴⁹ foram se

⁴⁹ É o direito de domínio que um indivíduo adquire sobre um imóvel em função de haver utilizado tal bem por determinado lapso de tempo, de forma contínua e incontestadamente, como se fosse o real proprietário desse bem. Não é tão simples como parece, pois, para que tal direito seja reconhecido, é necessário que sejam atendidos determinados pré-requisitos previstos em lei.

apossando de terrenos mais para trás, e assim foram” (AND., entrevista pessoal, abril 2017/Pipa).

Essa situação de invasão e construção de casas em terrenos da marinha⁵⁰ ou de propriedade governamental (federal, estado ou municipal) não é um problema unicamente de Pipa e Jeri. O processo de ocupação irregular da zona costeira é um problema nacional, portanto é comum encontrar casas ou prédios ao longo das zonas litorâneas sem nenhuma documentação. Em termos gerais a especulação imobiliária, a falta de planejamento urbano e o desrespeito às legislações de proteção ambiental colocam em risco a própria população, a gestão municipal e a sustentabilidade socioambiental nestas comunidades.

Portanto a irregularidade em Jeri e Pipa contribui, também, com outros problemas, como a incerteza e a insegurança dos moradores quanto a questão da posse e do futuro da propriedade. Também dificulta qualquer possibilidade de venda regular destes imóveis, ademais da impossibilidade de conseguir ou acessar a créditos, empréstimos e/ou financiamentos bancários por falta de uma posse regularizada.

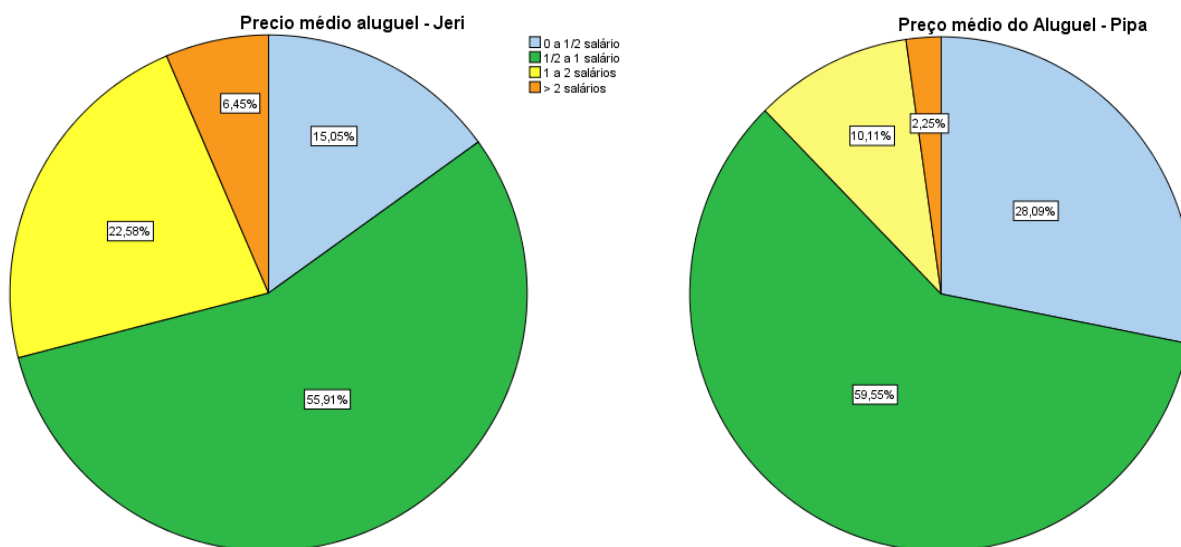
Ainda sobre a relação de posse dos domicílios podemos encontrar uma porcentagem considerável de famílias que vivem de aluguel. Em Jeri e Pipa um 36% das famílias vivem de aluguel. O preço médio do aluguel em Jeri e Pipa são bem acima do preço da região e dos próprios salários dos trabalhadores em geral. Se observamos o gráfico 34 podemos ver que em Jeri, apenas 15% das famílias pagam até ½ salário (R\$ 468) em aluguel. 55% das famílias pagam entre ½ salário a 1 salários (r\$460 a r\$937), 22% pagam entre 1 e 2 salários, além dos 6% de famílias que pagam mais de 2 salários de aluguel.

“(...) quando a gente ganha bem, ganha uns mil, mil e cem por aí. Só que eu pago R\$ 650,00 só de aluguel da casa. Eu acho caro e pior é que pra essa banda tudo é caro (refere-se a Jericoacoara). E essa mulher ela vive subindo o aluguel, todo ano. Ela já vai aumentar de novo”. (AU. Entrevista pessoal, março 2017/Jeri).

⁵⁰ Art. 20. São bens da União: [...]IV as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; **as praias marítimas**; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; Por sua vez, as praias são bens públicos de uso comum do povo, não sendo permitida sua utilização irregular, nos termos do **artigo 10, caput, §§ 1º e 3º da Lei nº 7.661/88**, a seguir transcrito:

Esse constante aumento do valor do aluguel em Jericoacoara, tem a ver com o aumento do turismo na comunidade. Esse aumento do turismo é consequência do marketing da praia, dos shows com bandas famosas realizados na praia, também a infraestrutura investida em rodovias e, sobretudo com a inauguração do aeroporto regional de Jericoacoara em julho de 2017, consequentemente o aumento de voos diretos de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas e Recife. Em 2018 houve um aumento de 20% do número de visitantes em Jeri, comparado a 2017, segundo a prefeitura de Jijoca.

Gráfico 40: Preço médio do aluguel em Jeri e Pipa



Em consequência, esse atual “glamour” em Jericoacoara, encareceu e está encarecendo a vila para os turistas, mas não apenas para os turistas, como também e principalmente para os moradores que vivem o cotidiano em Jeri. Esse aumento do fluxo turístico reflete diretamente no aumento do aluguel na comunidade, e consequentemente muitas famílias e trabalhadores de Jeri estão se mudando para comunidades vizinhas, como Preá, Mangue Seco e Guriú, como estratégia de sobrevivência.

Em Pipa a situação do preço médio do aluguel é menos preocupante do que em Jeri. É possível encontrar até 28% das famílias que pagam até ½ salário em aluguel. 59% pagam entre ½ e 1 salário, e apenas 10% chegam a pagar entre 1 e 2 salários. O resultado sobre o preço médio do aluguel em Pipa e Jeri é um caso que chama atenção sobre a relação entre o salário e o valor dos aluguéis.

Portanto a pressão imobiliária, o déficit residencial, os altos alugueis e o alto custo de vida nestas comunidades contribui para que as famílias empreguem estratégias, muitas vezes, inseguras para a sua sobrevivência ou para um bem-estar imediato em um meio tão competitivo. Dentro de Jeri e Pipa foi possível identificar algumas estratégias de sobrevivência relacionadas a respeito das famílias que não possuem uma propriedade e precisam pagar aluguel, destacamos:

- a) Em alguns casos, como em Jeri, encontramos situações, onde duas ou mais famílias compartilham da mesma casa ou família morando em um quarto ou quitinetes para conseguir pagar o aluguel;

“Têm é umas pessoas que mora assim em quitinete ou divide uma casa entre duas, três ou quatro pessoas, porque é muita gente” (M.F., entrevista pessoal, março de 2017/Jeri).

- b) Famílias que trabalham em Jeri ou Pipa e moram em regiões vizinhas (encarecimento das comunidades, expulsa os moradores locais a outras áreas);

“Tem gente saindo daqui para morar em Tibau, mas não são nativos, são pessoas de fora, são pessoas de fora que vem pra Pipa trabalhar, e que não consegue pagar um aluguel, porque aluguel daqui, é o aluguel mais caro, do restante do município” (CAR, entrevista pessoal, setembro de 2015/Pipa).

“Tem gente que não tem dinheiro para pagar aluguel, e mora em outros lugares” (ERI., entrevista pessoal, março de 2017/Jeri).

- c) Famílias que vivem em áreas irregulares, em situação desumana (ocupação de áreas de risco), para não pagar aluguel, etc.

“Tem bastante gente que não tem onde morar, eu mesmo era um deles. Eu mesmo paguei aluguel nos quatros cantos de Jericoacoara. Até conseguir fazer esse barraquinho aqui”. (IVA., entrevista pessoal, março de 2017/Jeri)

“Aqui vem muito e muitos que vem de fora e que não consegue pagar um aluguel e faz um barraquim na beira das praias ou mora em casas que estão abandonadas e passam os tempos que eles conseguem passar aqui”. (JAI., entrevista pessoal, abril de 2015/Pipa)

- d) A pressão turística e imobiliária, sobretudo em Jeri;

“Tem um grande problema que eu quero dizer que aqui quando é alta temporada, então os que moram de aluguel passam mal, porque os donos das casas querem colocar eles para fora das casas para poder alugar para os turistas por temporada. Porque assim, eles alugam por final de semana ou por diária, aí assim, é difícil você ter uma propriedade que você alugue segura e que você esteja segura”. (M.F., entrevista pessoal, março 2017/Jeri)

Também cabe destacar algumas estratégias de sobrevivência como a ilegalidade/informalidade, multiemprego, excessivas horas de trabalho como estratégias para sobreviver nestas comunidades (subcapítulo 9.VI). Portanto, a especulação imobiliária, desenvolvimento do turismo e a falta de controle das estruturas de oportunidades (sobretudo o estado/prefeituras) sobre preço médio do aluguel (por exemplo) e do custo de vida vem implicando em uma situação insustentável para as famílias, gerando um cenário de vulnerabilidade social bastante preocupante a curto, médio e longo prazo.

Para resumir sobre os dados obtidos nesta seção, apresentamos abaixo um quadro resumo, no qual, destacamos os principais resultados e conclusões a respeito do ativo social Bens Materiais e sua importância na produção do cenário e da condição de vulnerabilidade social entre as famílias e as comunidades de Jeri e Pipa.

Quadro 33: Resultados e Conclusões sobre o ativo Bens Materiais

	Resultados	Conclusões
Jeri	1. Em termos gerais, apenas 27,3% dos domicílios são vulneráveis quanto ao ativo social Bens Materiais (BM). Destes 27,3%, 85,7% são vulneráveis no índice geral (IVScT/ tabela 66).	1. A pesar do ativo Bens materiais não possuir peso determinante/expressivo no cenário geral de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa, o ativo é um fator significativo na condição de vulnerabilidade social daqueles domicílios que possuem baixa dotação ou diversificação de bens materiais.
Pipa	1. Em termos gerais, apenas 21,9% dos domicílios são vulneráveis quanto ao ativo social Bens Materiais (BM). Destes 21,9%, 85,5% são vulneráveis no índice geral (IVScT/ tabela 67).	
Jeri	2. A grande maioria das famílias vulneráveis (27,3%) quanto aos bens materiais, residem na Nova Jeri (área de ocupação irregular)/ cart.19).	2. A nova Jeri possui os aluguéis mais baratos da comunidade. Ademais muitas famílias não possuem, se quer, os documentos de propriedade da terra.
Pipa	2. Uma grande maioria das famílias vulneráveis quanto aos bens materiais em Pipa, concentram-se nas áreas periféricas do núcleo turístico (Cart.19)	2. Situação semelhante a de Jeri.
Jeri	3. 36% dos domicílios vivem de aluguel em Jeri	3. Por causa da especulação e pressão turística, o aluguel em Jeri, é um fator determinante na produção de vulnerabilidade social de muitas famílias.
Pipa	3. 36% dos domicílios vivem de aluguel em Pipa.	3. Precisar pagar aluguel é um fator que pode determinar consideravelmente a situação de vulnerabilidade social de muitas famílias de Pipa.
Jeri	4. O preço médio do aluguel de Jeri está entre ½ a 1/salário, enquanto que a renda média (da maioria) dos domicílios de Jeri e Pipa não passam de 2 salários.	A situação do custo de vida e o alto preço do aluguel de Jeri contribuem para a adoção de estratégias inseguras por parte de muitos chefes de família da comunidade, como por exemplo a invasão e ocupação de áreas de risco (pagina 416).
Pipa		

III – Ativo Social Habitação

Qual a relação entre a habitação e a produção da vulnerabilidade social em Jericoacoara? O estado físico de uma habitação e sua localização influência/determina na produção da vulnerabilidade social em Jeri? Podemos observar conforme tabulação cruzada entre o IVSHB e IVScT que a maioria das famílias, vulneráveis e não vulneráveis em habitação aparecem como vulneráveis no IVScT. Entretanto, as famílias/domicílios não vulneráveis em IVSHB são menos vulneráveis (IVScT) do que as famílias vulneráveis em IVSHB.

Tabela 68: Tabulação cruzada IVSHB * IVScT (Jeri)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS habitação	Baixo e médio risco	Contagem	11	66	77
		% em IVS habitação	14,3%	85,7%	100,0%
		% em IVS	21,6%	32,2%	30,1%
	Nenhum risco	Contagem	39	104	143
		% em IVS habitação	27,3%	72,7%	100,0%
		% em IVS	76,5%	50,7%	55,9%
	Vulnerável	Contagem	1	35	36
		% em IVS habitação	2,8%	97,2%	100,0%
		% em IVS	2,0%	17,1%	14,1%
Total	Contagem	51	205	256	
	% em IVS habitação	19,9%	80,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

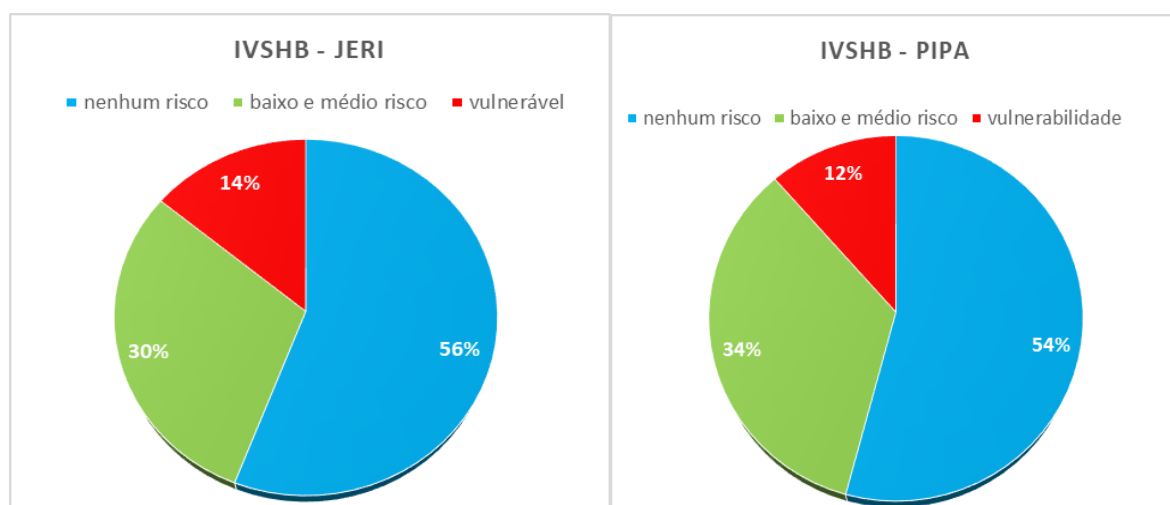
Em Pipa, ao contrário do cenário de Jeri, as famílias que não são vulneráveis em IVSHB são bem menos vulneráveis (IVScT) em comparação com as famílias vulneráveis em IVSHB.

Tabela 69: Tabulação cruzada IVSHB * IVScT (Pipa)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS habitação	Baixo e médio risco	Contagem	19	67	86
		% em IVS habitação	22,1%	77,9%	100,0%
		% em IVS	25,3%	38,1%	34,3%
	Nenhum risco	Contagem	55	81	136
		% em IVS habitação	40,4%	59,6%	100,0%
		% em IVS	73,3%	46,0%	54,2%
	Vulnerável	Contagem	1	28	29
		% em IVS habitação	3,4%	96,6%	100,0%
		% em IVS	1,3%	15,9%	11,6%
Total	Contagem	75	176	251	
	% em IVS habitação	29,9%	70,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

Em relação ao resultado do IVSHB em Jeri e Pipa podemos observar conforme o gráfico 41, que a maioria das famílias em Jeri e Pipa não apresentam vulnerabilidade. Apenas um 14% das famílias de Jeri se encontram em situação de vulnerabilidade social quanto ao estado físico, em geral, da habitação. Enquanto que em Pipa, encontramos 12% de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. Os casos de vulnerabilidade em relação a habitação, está relacionado, muitas vezes, ao tamanho da habitação ou o estado físico (precário ou indesejado) que se encontra a casa.

Gráfico 41: Resultado do IVSHB em Jeri e Pipa

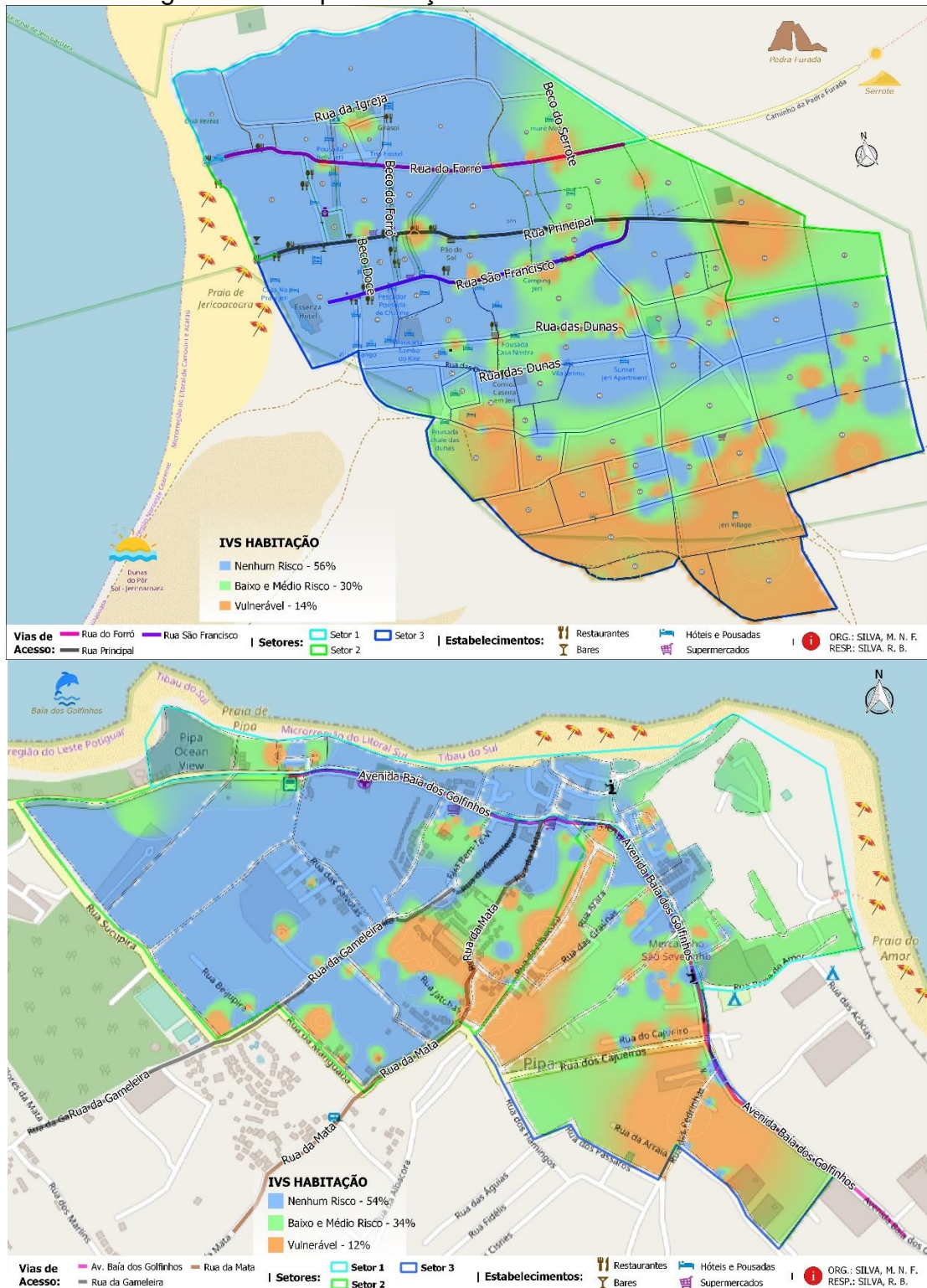


De acordo com o cartograma 19, é possível observar que as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade enquanto ao ativo Habitação, se concentram, especificamente, em uma área específica em Jeri. Quer dizer, no caso de Jeri os vulneráveis concentram-se mais ao sul/sudoeste da conhecida Nova Jeri. Nesta área, em especial, se concentram muitas casas que não atendidas pelo sistema de saneamento básico e abastecimento de água canalizada. Também se concentram ocupações irregulares, e, portanto, é possível encontrar famílias que vivem em casas/cômodos menores que 40m² e/ou com um estado físico indesejada. Em relação aos demais pontos/áreas de vulnerabilidade especializados ao longo do território de Jeri, tem a ver com famílias que vivem em pequenos cômodos (quitinetes) ou que compartilham a casa entre famílias para pagar o aluguel.

No caso de Pipa, os 12% das famílias em situação de vulnerabilidade em habitação concentram-se em alguns pontos principais, principalmente nas áreas

não turísticas. Portanto, com a espacialização do resultado do IVSHB podemos observar os pontos de segregação socioespacial no território de Jeri (Nova Jeri) e em Pipa (direção chapadão)

Cartograma 19: Espacialização do resultado do IVSHB em Jeri

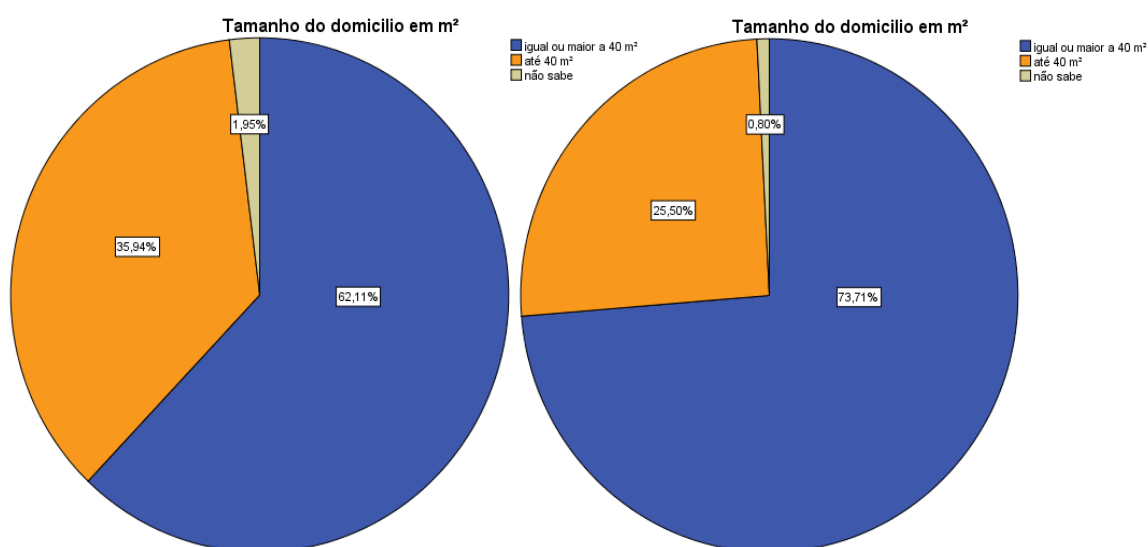


Em ambos os casos, as situações de vulnerabilidade estão associadas ao tamanho e condição/estado físico da casa e a falta de acesso ou atendimento quanto aos serviços de saneamento, abastecimento de água e coleta de lixo. Em relação ao tamanho do imóvel, por exemplo, encontramos um cenário bastante vulnerável em ambas as comunidades, sobretudo em Jeri.

Conforme o gráfico 42⁵¹, enquanto 62% das famílias em Jeri moram em uma habitação (casa) com mais de 40m², outros 35% das famílias vivem em residências ou imóveis menores de 40m². Em Jeri, é bastante comum a proliferação de quitinetes (dois ou três cômodos),

“Olha são uns 28m² (...), olha ela não tá boa, ela deveria ser bem melhor. Mas como é casa alugada, se ela ficar melhor, ela vai sair bem mais caro para mim, aí ela dessa forma ela tá boa para mim, porque assim, ela custa mais barato o aluguel (...)” (R.V., entrevista pessoal, março 2017/Jeri)

Gráfico 42: Tamanho do imóvel (< ou > 40m²)



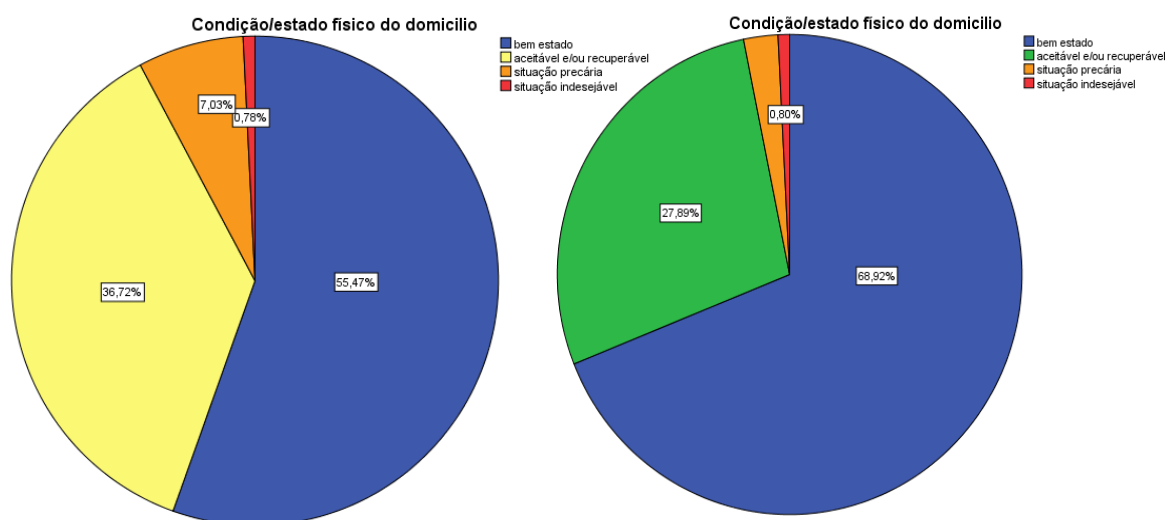
Como é possível analisar no relato do morador de Jeri, que é morar em um lugar pequeno ou fisicamente precário é uma questão de estratégia de sobrevivência em Jeri. Devido ao alto custo do preço médio do aluguel em Jeri, encontramos de um lado, aqueles proprietários que querem ganhar um dinheiro extra alugando cômodos pequenos (quitinetes/similar), e do outro lado, uma grande

⁵¹ Adotou-se o padrão de 40 m² (área total útil) como balizador para os imóveis indicadores do critério de vulnerabilidade socioeconômica, de modo que as áreas inferiores as tais dimensões são classificadas como indicativas de tendência à vulnerabilidade, baseadas na Cartilha completa do Programa de Habitação do Governo Federal/Brasil – Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

demanda de famílias que por questão de estratégia de sobrevivência alugam estes espaços minúsculos para morar.

Em relação a condição/estado físico das casas em Pipa a situação é mais amena quando podemos encontrar quase 70% dos domicílios em uma condição de bom estado para morar. Também cabe destacar, que muitos moradores afirmam que o turismo foi o fator de melhoria e benfeitoria na maioria das casas, em geral, principalmente em relação aos domicílios de nativos destas comunidades que viviam em casas de taipas e barro.

Gráfico 43: Condição/estado físico do domicílio



Quer dizer, com o desenvolvimento do turismo, muitos moradores, principalmente nativos, aproveitaram para trocar ou vender seus terrenos para construir, reformar ou viver em uma casa melhor. Como exemplo, um nativo e pequeno empresário de Pipa, relata que por falta de capital financeiro para reformar ou construir uma casa, decidiu trocar sua casa de taipo localizada em um terreno na avenida principal de Pipa, por uma casa de alvenaria há duas ruas da principal,

“Vendi para um paulista, ele comprou, aí com o dinheiro que vendi lá, eu comprei essa para mim mudar, que dizer, para mim foi uma troca que eu fiz está entendendo? Eu troquei aquela lá por essa, que dizer o dinheiro só evolui só para eu trocar, para eu pegar essa aqui que eu queria, não que eu não queria sair, por mim eu estava lá até hoje, mas eu não tinha condições financeiras de fazer a casa, porque a minha casa era toda caindo, era uma casa de taipo, quem estava dentro, via a praça”. (ADE., entrevista pessoal, setembro de 2015/Pipa)

Na realidade, esta foi uma das estratégias mais utilizadas pelos nativos de Pipa, principalmente, por aqueles nativos que não possuíam alto capital físico, financeiro e muito menos capital humano, ou seja, os moradores que já viviam em

uma situação de vulnerabilidade social antes mesmo do turismo. É, a partir dessa estratégia, que muitos nativos (principalmente os pescadores) venderam ou trocaram suas casas na avenida principal de Pipa, paralela à linha de praia e se deslocaram aos terrenos na Mata de Pipa.

“(…) aqui morava meus pais, ali meu primo Marco, ali minha tia, mas agora mudou tudo. Eles venderam tudo, minha tia vendeu, meu primo também saiu dali, também vendeu. Eles venderam aqui para construir uma casa melhor, mas o lugar não é bom”. (ARL., entrevista pessoal, abril 2017/Pipa).

Conforme relato da moradora nativa de Pipa, parte da sua família que eram seus vizinhos, venderam suas casas e se mudaram para a Mata de Pipa para poder construir uma casa melhor. Quer dizer, de um lado, a maioria dos nativos perderam seus terrenos no centro de Pipa, do outro, é possível encontrar muitos nativos e moradores em Pipa com casas em bom estado físico, graças a estratégia de bem-estar imediato. Em outras palavras a falta de capital financeiro entre os moradores contribuiu para que muitos optarem por morar em áreas periféricas e desvalorizadas em Pipa para poder construir uma casa melhor.

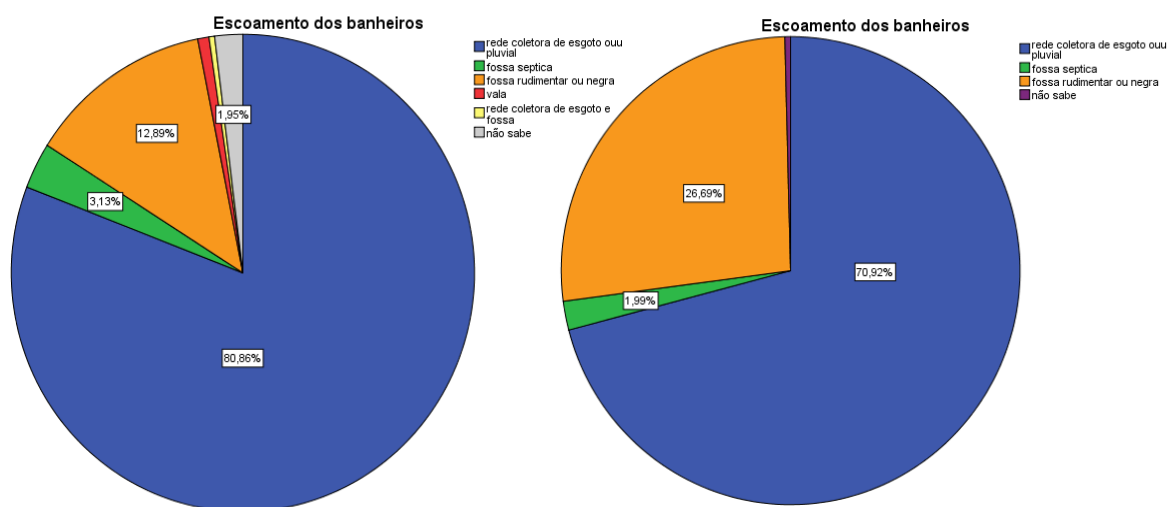
No caso de Jeri apenas 55% dos chefes de famílias acreditam que a residência/domicílio está em bom estado físico para morar. Ademais dos 7% de famílias que residem em casas/habitação em situação precária (potencial ao risco) e 0,78% que vivem em domicílios em situação indesejável (potencial ao risco de saúde). Dos casos pertinentes, podemos destacar as residências com goteiras, como relatada moradora “*A casa precisa de reforma com certeza. Aqui é um chuveiro, aqui molha tudo quando chove (...)*” (SH., entrevista pessoal, março 2017/ Jeri). Muitos moradores de Jericoacoara afirmam que sofrem com goteiras ou infiltração, sobretudo no período de chuvas (entre janeiro e abril).

Essa realidade vivenciada por uma parte das famílias, principalmente em Jeri, está associada a alguns pontos principais: a) a primeira e mais grave a questão da inexistência de documentos de registros e escrituras das casas, ou seja, uma grande maioria dos imóveis de Jericoacoara (sobretudo na Nova Jeri) e em Pipa (ex. na rua da Cancela, Flamingos, Cajueiros, rua dos Pássaros e outras) são propriedade sem documentação, e, portanto, os proprietários não se arriscam a reformar suas casas com o medo de perdê-la; b) Uma segunda questão é a falta ou a inacessibilidade dos moradores de Jeri e Pipa ao acesso à créditos e/ou empréstimos para reformas (comentaremos na continuidade) e; c) um terceiro

ponto a questão do aluguel, ou seja, o chefe de família reconhece a “má” situação da casa, mas não pode reformar a residência e tampouco pode pagar outro imóvel.

Em relação ao modo de escoamento dos banheiros, em ambas as comunidades foram destacados com uma porcentagem alta de domicílios atendidos pelo serviço. Apesar de existir algumas residências que não são atendidas por esse serviço, existem 80% e 70% dos domicílios em Jeri e Pipa respectivamente que são atendidos.

Gráfico 44: Modo de escoamento dos banheiros/sanitários do domicílio



Para resumir sobre os dados obtidos nesta seção, apresentamos abaixo um quadro resumo, no qual, destacamos os principais resultados e conclusões a respeito do ativo Habitação e sua importância na produção do cenário e na condição de vulnerabilidade social entre as famílias de Jeri e Pipa.

Quadro 34: Principais resultados e conclusões sobre o ativo habitação

	Resultados	Conclusões
Jeri	1. Em termos gerais, apenas 14,1% dos domicílios são vulneráveis quanto ao ativo Habitação. Destes 14,1% de domicílios vulneráveis em Habitação, 97,2% são vulneráveis no IVScT (tabela 68).	1. Apesar do ativo Habitação não possuir peso determinante/expressivo sobre o cenário geral de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa, o ativo é consistente em um fator determinante sobre a situação e condição de vulnerabilidade social daqueles domicílios que são vulneráveis em Habitação.
Pipa	1. Em Pipa, apenas 11,6% dos domicílios são vulneráveis quanto ao ativo Habitação. Destes 11,6%, 96,6% são vulneráveis no IVScT (tabela 69).	
Jeri	2. Em relação às áreas vulneráveis, a maioria dos domicílios vulneráveis quanto à habitação se encontram na parte mais ao sul da Nova Jeri. Distante da área turística da comunidade (cartograma 20)	2. O turismo e a especulação imobiliária contribuíram para um processo de segregação socioespacial em Jeri e Pipa.

Pipa	2. Em Pipa, os domicílios vulneráveis também se concentram nas áreas não-turísticas de Pipa. Distante do centro turístico de Pipa (cartograma 20)	
Jeri	3. 38% das famílias de Jeri vivem em domicílios < 40m ⁰	O turismo condiciona o preço do aluguel em Jeri e Pipa.
Pipa	3. 27% das famílias de Pipa vivem em domicílios <40m ⁰	*Neste caso, encontramos muitas famílias que viviam em quitinetes ou casas < 40 m ² como estratégia de sobrevivência para pagar menos aluguel.
Jeri	4. 45% das famílias de Jeri vivem em um domicílio com uma situação física entre aceitável e indesejável	*Outro fator que determina a condição física de uma casa é a propriedade legal de um imóvel. Muitas famílias em Jeri (Nova Jeri) e Pipa não possuem documento de suas casas, seja por esta em terreno de marinha ou por fruto de invasão. Essa situação contribuiu para algumas famílias decidam por não reformar suas casas.
Pipa	4. 32% das famílias de Pipa vivem em um domicílio com uma situação física entre aceitável e indesejável	*outra questão esta associada a falta de capital financeiro, seja por dificuldade de acesso a crédito ou poupança (tema do próximo subcapítulo)
Jeri	5. 20% das famílias de Jeri não são atendidas pelo serviço de esgoto e/ou coleta de lixo (direta)	Em relação as 20% e 30% das famílias de Jeri e Pipa que não são atendidas pelos serviços de esgoto e/ou coleta de lixo tem a ver com a sua localização. Algumas casas se encontram em áreas de difícil acesso, ou áreas de risco, ou simplesmente áreas negligenciadas pelo poder público.
Pipa	5. 30% das famílias de Pipa não são atendidas pelo serviço de esgoto e/ou coleta de lixo (direta)	

IV – Ativo Social Creditos e Contas

Qual a relação entre o ativos créditos e contas e a produção da vulnerabilidade social em Jericoacoara e Pipa? A incapacidade financeira influencia/determina na produção da vulnerabilidade social em Jeri? Podemos observar conforme tabulação cruzada entre o IVSCC e IVScT que as famílias/domicílios não vulneráveis em IVSCC são menos vulneráveis (IVScT) do que as famílias vulneráveis em IVSCC.

Tabela 70: Tabulação cruzada IVSCC * IVScT (Jeri)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS créditos e contas	Baixo e médio risco	Contagem	11	60	71
		% em IVS créditos e contas	15,5%	84,5%	100,0%
		% em IVS	21,6%	29,3%	27,7%
	Nenhum risco	Contagem	29	44	73
		% em IVS créditos e contas	39,7%	60,3%	100,0%
		% em IVS	56,9%	21,5%	28,5%
Vulnerável	Contagem	11	101	112	
	% em IVS créditos e contas	9,8%	90,2%	100,0%	
	% em IVS	21,6%	49,3%	43,8%	
Total	Contagem	51	205	256	
	% em IVS créditos e contas (Geral)	19,9%	80,1%	100,0%	

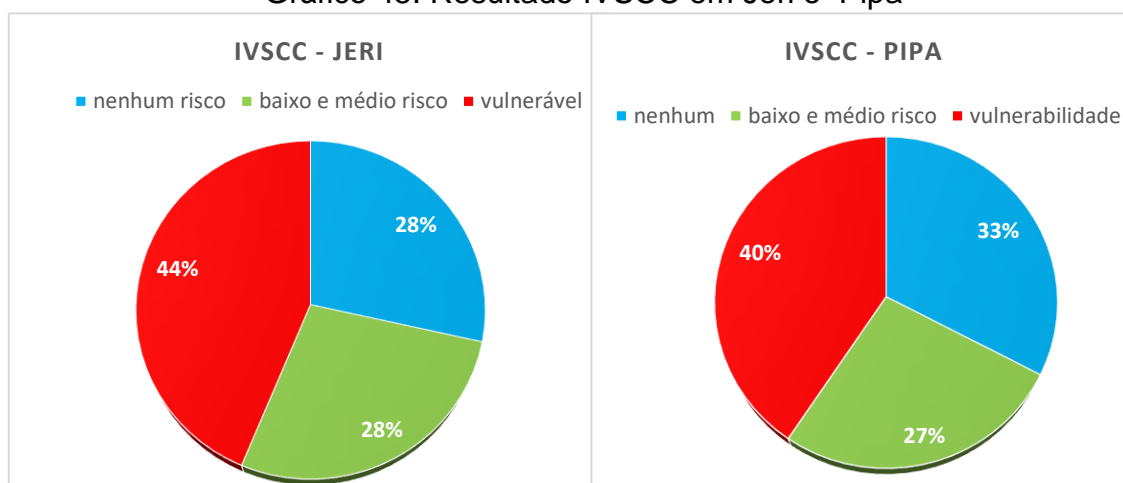
Em relação a Pipa o acesso a créditos e reserva de dinheiros (capital financeiro) é ainda mais importante e determinante no cenário de vulnerabilidade social da comunidade. Se observamos a tabela, as 82 famílias com nenhum risco em IVSCC, apenas 31 (37%) aparecem como vulneráveis no IVScT. Em contraposição, das 102 famílias vulneráveis em IVSCC, 93 famílias (91%) são vulneráveis no IVScT.

Tabela 71: Tabulação cruzada IVSCC * IVScT (Pipa)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS créditos e contas	Médio e alto risco	Contagem	15	52	67
		% em IVS créditos e contas	22,4%	77,6%	100,0%
		% em CIVS	20,0%	29,5%	26,7%
	Nenhum risco	Contagem	51	31	82
		% em IVS créditos e contas	62,2%	37,8%	100,0%
		% em CIVS	68,0%	17,6%	32,7%
Vulnerável	Contagem	9	93	102	
	% em IVS créditos e contas	8,8%	91,2%	100,0%	
	% em CIVS	12,0%	52,8%	40,6%	
Total	Contagem	75	176	251	
	% em IVS créditos e contas	29,9%	70,1%	100,0%	
	% em CIVS	100,0%	100,0%	100,0%	

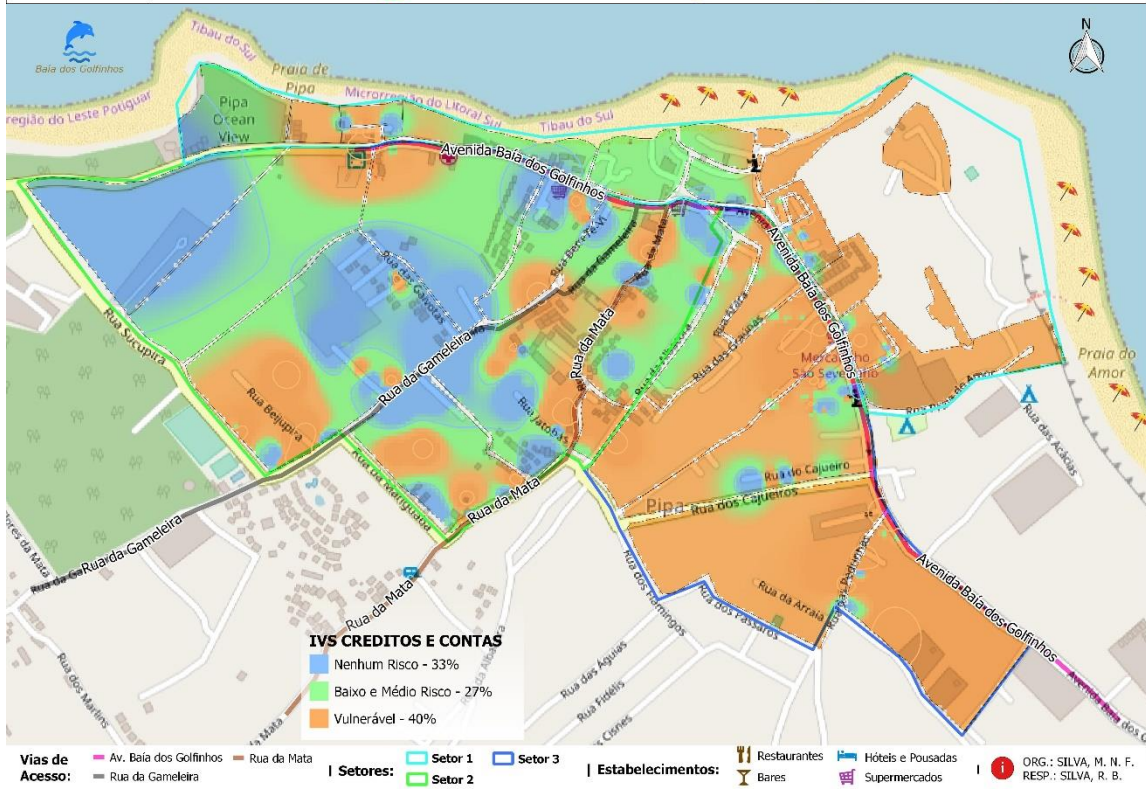
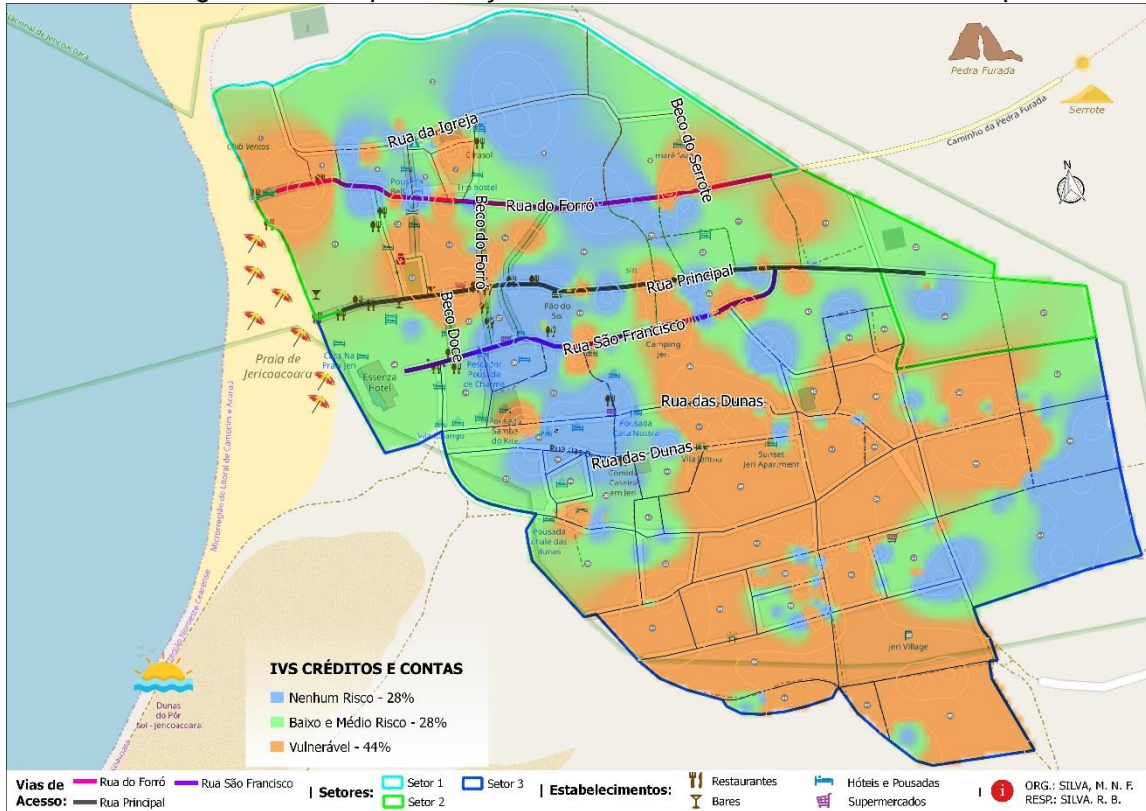
A pesar da importância de dispor de créditos (empréstimos, poupança e similar) e contas bancárias como meio de gerar outros ativos sociais, o resultado do IVSCC em Jeri e Pipa mostra que quase a maioria (44% e 40%) dos domicílios de ambas as comunidades não tem acesso a contas e créditos bancários ou similar.

Gráfico 45: Resultado IVSCC em Jeri e Pipa



Se observamos a espacialização do resultado do IVCC em Jeri e Pipa podemos ver que os domicílios que não são vulneráveis em Créditos e Contas são exatamente são as famílias que residem nas áreas mais turísticas.

Cartograma 20: Espacialização do resultado do IVSCC em Jeri e Pipa

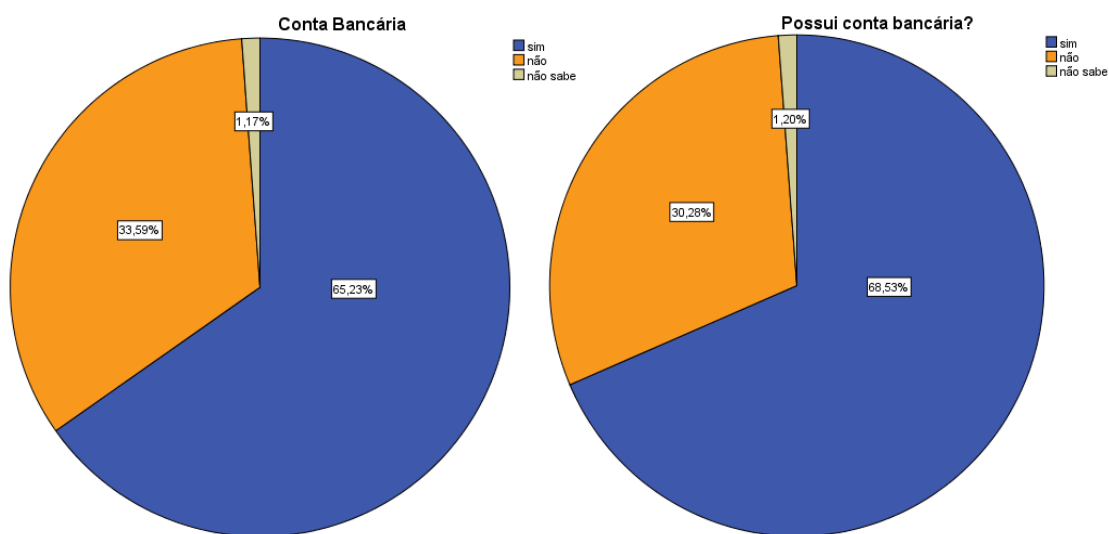


Este resultado está relacionado, sobretudo as famílias que possuem algum comércio turístico ou similar (seção 9.VI). Em Pipa os domicílios não vulneráveis em créditos e contas concentram-se justamente ao largo da avenida Bahia dos golfinhos, onde estão concentrados a maior parte dos comércios e lojas de Pipa. Ou seja, poder acessar a opções de créditos é com certeza um meio para conseguir inserir-se com mais qualidade no sistema turístico. Alguns moradores também apresentam receio quanto a pedir empréstimos aos bancos com medo de não conseguir pagar e perder o pouco que tem, como relata o morador nativo,

“Eu sempre gostei das coisas certas, então, eu tinha o problema de ter as coisas, de ir no banco e pegar um empréstimo e perder a única coisa que tenho que era a minha casa, e não ter como pagar, pois, eu ganhava um salário, e esse salário só dava para manter minha família” (ADE., entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa).

No caso de Jeri e Pipa as situações são bastante similares. Encontramos um 33% em Jeri e 30% em Pipa de chefes de família que não tem qualquer conta bancária (graf. 46).

Gráfico 46: Responsável com Conta Bancária (Jeri e Pipa)

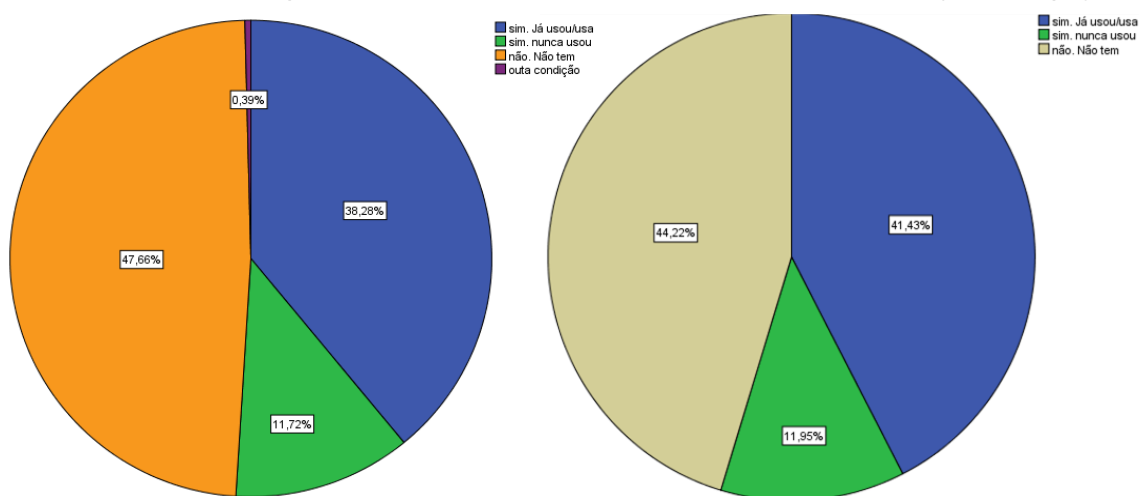


É verdade, que ter uma conta bancária ou não ter uma conta bancária não determina na situação de vulnerabilidade de uma famílias, mas é verdade que uma pessoa que não possui conta bancária, normalmente lida com diversos desafios em seu dia a dia, principalmente depois que as formas de pagamento digital se tornaram mais modernas e populares, podemos destacar, por exemplo algumas questões importantes quanto a importância do capital financeiro e do acesso a contas bancárias: 1) a dificuldade em dispor de cartão de crédito ou débito; 2) não

poder fazer transferências para outras contas; 3) não poder contar com um serviço para guardar seu dinheiro; 4) dificuldade em receber pagamentos, como salário; 5) ademais ter dificuldade para acessar a créditos, empréstimos, financiamentos e etc.

Em relação ao acesso a créditos como empréstimos, financiamentos ou similar quase a metade dos domicílios de Jeri e Pipa afirmam não terem acesso a qualquer crédito ou similar (graf.47), ademais dos 11% dos chefes de famílias que possuem conta bancária, mas nunca usou ou teve acesso a créditos ou similar.

Gráfico 47: Responsável com acesso a crédito bancário e similar (Jeri e Pipa)



Para entendimento mais complexo e didático sobre a importância do acesso ao crédito de um domicílio apresentaremos na continuidade algumas tabulações cruzadas para Jeri e Pipa. Se observamos a tabulação podemos ver que dos 130 domicílios (100%) que possuem algum acesso a opção de crédito, 55 (42,3%) são proprietário de algum estabelecimento comercial ou turístico. Em contraposição, os 122 domicílios (100%) que não possuem nenhum acesso à créditos, encontramos apenas 31 (25,4%) que possui algum estabelecimento comercial ou turístico.

Tabela 72: Tabulação cruzada Opção de crédito * Proprietário estabelecimento turístico ou similar? (Jeri)

Opção de crédito (empréstimos, financiamento, micro crédito, etc.)	Proprietário estabelecimento comercial, turístico ou similar?			Total
	sim	Não. vendou, ou similar	Não. nunca	
Sim	55	1	74	130
% em Opção de crédito	42,3%	0,8%	56,9%	100,0%
% em Proprietário estabelecimento comercial	63,2%	20,0%	45,1%	50,8%
Não. Não tem	31	3	88	122
% em Opção de crédito	25,4%	2,5%	72,1%	100,0%
% em Proprietário estabelecimento comercial	35,6%	60,0%	53,7%	47,7%

Outra condição	Contagem	0	1	0	1
	% em Opção de crédito	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
	% em Proprietário estabelecimento comercial	0,0%	20,0%	0,0%	0,4%
Não quis dizer	Contagem	1	0	2	3
	% em Opção de crédito	33,3%	0,0%	66,7%	100,0%
	% em Proprietário estabelecimento comercial	1,1%	0,0%	1,2%	1,2%
Total	Contagem	87	5	164	256
	% em Opção de crédito	34,0%	2,0%	64,1%	100,0%
	% em Proprietário estabelecimento comercial	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Podemos dizer que existe uma relação de dependência entre o capital financeiro (acesso a opções de créditos) e ser empresário ou microempresário em Jeri? Conforme o Qui-quadrado de valor $0,000 < 0,05$ podemos dizer que existe uma relação de dependência direta entre o acesso à créditos (ou não) e posse (ou não) de um comércio.

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	58,919 ^a	6	,000
Razão de verossimilhança	16,972	6	,009
Associação Linear por Linear	6,797	1	,009
Nº de Casos Válidos	256		

Em relação a Pipa, a situação também é bastante similar a Jeri. Conforme a tabulação cruzada podemos observar que dos 140 domicílios (100%) que possuem acesso a opção à crédito, 61 deles (43,6%) são proprietários de algum estabelecimento comercial ou turístico em Pipa. Em contraposição, dos 111 domicílios (100%) que não possuem nenhum acesso à créditos, encontramos apenas um 32 deles (28,8%) que possui algum estabelecimento comercial em Pipa.

Tabela 73: Tabulação cruzada Opção de crédito * Proprietário estabelecimento turístico ou similar? (Pipa)

Opção de crédito (empréstimos, financiamento, micro crédito, etc.)		Proprietário estabelecimento comercial, turístico ou similar?			Total
		sim	Não. Vendou ou fechou	Não. nunca foi proprietário	
Sim. Já usou/usa	Contagem	61	6	73	140
	% em Opção de crédito	43,6%	4,3%	52,1%	100,0%
	% em Proprietário estabelecimento comercial	65,6%	85,7%	48,3%	55,8%
Não. Não tem	Contagem	32	1	78	111
	% em Opção de crédito	28,8%	0,9%	70,3%	100,0%
	% em Proprietário estabelecimento comercial	34,4%	14,3%	51,7%	44,2%
Total	Contagem	93	7	151	251
	% em Opção de crédito	37,1%	2,8%	60,2%	100,0%
	% em Proprietário estabelecimento comercial	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Conforme resultado do Qui-quadrado de valor de $0,008 < 0,05$ o que comprova que existe uma relação direta entre o capital financeiro e ser proprietário (empresário ou microempreendedor) em Pipa.

Testes qui-quadrado (Pipa)

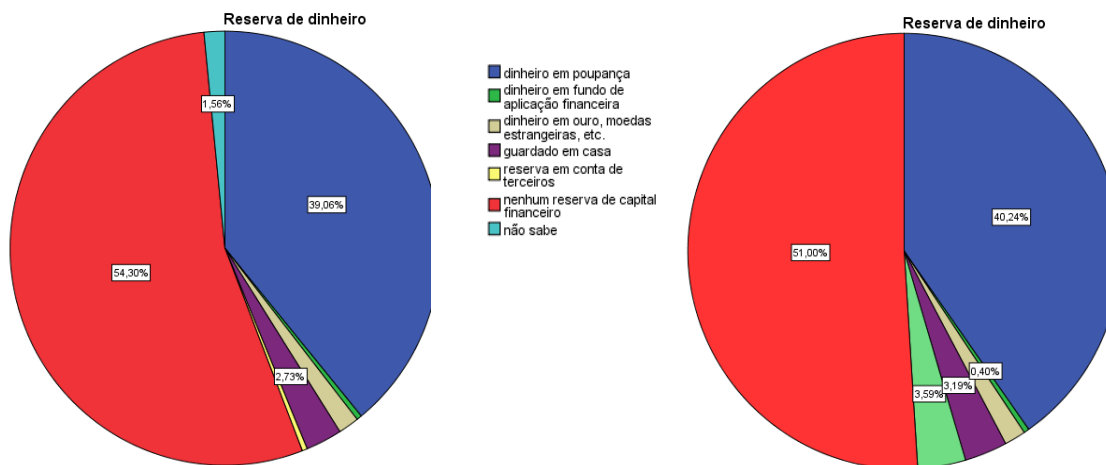
	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	9,557 ^a	2	,008
Razão de verossimilhança	9,966	2	,007
Associação Linear por Linear	6,772	1	,009
Nº de Casos Válidos	251		

As famílias que não tem acesso a empréstimos encontram mais dificuldades para conseguir seu próprio negócio em comparação as famílias que possuem meios a acessar a créditos e, essa situação foi um fator importante para que muitos nativos vendessem ou trocassem suas casas e terrenos no centro para conseguir ter uma casa melhor, entretanto mais periférica, já que muitos não tinham acesso a créditos no passado e no presente,

“A gente que é nativo o acesso até para o crédito fica ruim, não sei porque, ao meu ver se torna mais difícil, está entendendo? É tanto que são poucos nativos que conseguiram ter alguma coisa aqui, se não me engano são dois, são eu, pera aí, eu, o casarão, e outro (...)”. (TH, entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa)

Em relação a reserva de dinheiro ou similar encontramos mais da metade das famílias/domicílios que afirmam não terem nenhuma reserva de capital financeiro. Quer dizer, encontramos uma metade dos domicílios que não possuem acesso nenhum a créditos e que tampouco possuem reserva de dinheiro para uma emergência.

Gráfico 48: Reserva de dinheiro ou similar



Uma maioria de chefes de família, tanto em Jeri quanto em Pipa, apenas sobrevivem. O alto custo de vida nestas comunidades, tornam a vida complicada para uma boa parte das famílias, e por isso, muitos relatavam sobre a dificuldade e a impossibilidade de reservar um dinheiro para uma emergência, pois em Pipa e Jeri se vive apenas para o presente. Portanto, diante da pergunta sobre a existência de alguma reserva de dinheiro ou similar, era regra e não a exceção as seguintes respostas, destacamos:

a) *“Não, aqui é assim, é trabalhando e sobrevivendo”*. (IVA., entrevista pessoal, março de 2017/Jeri);

b) *“Tenho não. Dinheiro que a gente ganha só dá para pagar as contas e sobreviver”* (M. A., entrevista pessoal, março 2017/Jeri);

c) *“É difícil viu. É impossível. O que tem dá para pagar só a luz”* (OTA., entrevista pessoal, março 2017/Jeri);

d) *“O gasto aqui é muito alto, em uma casa dessa aqui é 600 reais, fora a água e fora a luz, chega a ser 900 reais o gasto, porque assim, não tem emprego na Pipa, se você não for um trabalhador autônomo para você ganhar um pouquinho, você vive não* (JAI., entrevista pessoal, abril 2017/Pipa).

Para resumir sobre os dados obtidos nesta seção, apresentamos abaixo um quadro resumo, no qual, destacamos os principais resultados e conclusões a respeito do ativo Créditos e Contas e sua importância na produção do cenário de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa e sobre a condição de vulnerabilidade social individual de cada domicílio.

Quadro 35: Resultados e Conclusões sobre o ativo Créditos e Contas

	Resultados	Conclusões
Jeri	1. 43,8% dos domicílios são vulneráveis quanto ao ativo Créditos e Contas (CC). Destes 43,8%, 90,2% são vulneráveis no IVScT (tabela 70).	O ativo social CC, tanto determina o cenário geral de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa, quando 43,8% e 40,6% são vulneráveis neste ativo, quanto determina individualmente a condição de vulnerabilidade social de cada domicílio.
Pipa	1. 40,6% dos domicílios são vulneráveis quanto ao ativo Créditos e Contas (CC). Destes 40,6%, 91,2% são vulneráveis no IVScT (tabela 71).	
Jeri	2. 33% dos chefes de famílias de Jeri não possuem conta bancária; e 47% não possuem acesso a créditos bancários ou similar.	2. Isso significa: 1) dificuldade em dispor de cartão de crédito para emergências; 2) não contar com um serviço seguro para guardar uma reserva de dinheiro; 3) dificuldade em receber pagamentos, como salário; 4) ademais da dificuldade para acessar a créditos, empréstimos, financiamentos e etc.
Pipa	2. 30% dos chefes de famílias de Pipa não possuem conta bancária; e 44% não possuem acesso a créditos bancários ou similar.	
Jeri		

Pipa	3. A maioria das famílias não-vulneráveis no ativo créditos e contas, residem ou possuem negócios nas áreas turísticas de Jeri e Pipa.	3. O acesso ao crédito possibilitou que algumas famílias pudessem colocar algum comércio em Jeri ou Pipa
Jeri	4. Em Jeri, 50,8% dos chefes de família possuem acesso à alguma opção de crédito. Destes 50,8%, 42,3% são proprietários de algum estabelecimento turístico ou comercial. Dos 47,7% dos chefes de família que não possuem acesso a opção de crédito, apenas 25,4% possui algum estabelecimento turístico ou comercial (tabela 72).	4. o acesso ao crédito pode ser uma estratégia para acessar novos ativos sociais ou multiplicar os existentes.
Pipa	4. Em Jeri, 55,8% dos chefes de família possuem acesso à alguma opção de crédito. Destes 55,8%, 65,5% são proprietários de algum estabelecimento turístico ou comercial. Entretanto, dos 44,2% dos chefes de família que não possuem acesso a opção de crédito, apenas 28,8% possui algum estabelecimento turístico ou comercial (tabela 73).	
Jeri	5. 54% dos chefes de famílias de Jeri e 51% dos chefes de família de Pipa não possuem nenhuma reserva de dinheiro ou similar	5. O alto custo de vida dificulta e impossibilita que as famílias possam reservar dinheiro para emergências.
Pipa		

C- ÍNDICE DE VULNERABILIDADE E CAPITAL HUMANO (IVSCH)

O índice de capital humano é uma dimensão importantíssima que compõe o IVScT. Esta dimensão serve para medir a situação de vulnerabilidade social associada a estabilidade funcional de uma família, o grau de educação que dispõe o conjunto do agregado familiar, assim como o capital de trabalho (estabilidade profissional) e o capital renda (estabilidade econômica sobre o chefe e o conjunto da família). Por muito tempo, se analisava a qualidade de vida levando em conta apenas a questão financeira e os bens materiais. Na atualidade, sabemos da importância da rede familiar para nosso desenvolvimento na sociedade. Uma família desestruturada, por exemplo, pode contribuir para um caminho a marginalização, exclusão e pobreza. Essa situação é bastante comum, por exemplo, nas favelas e periferias brasileiras, onde o capital humano extremamente baixo dentro dos núcleos familiares somados a uma capital físico baixo contribui para um ciclo vicioso de pobreza, marginalização e exclusão.

Portanto, podemos dizer que existe uma relação direta entre o nível de Capital Humano e as situações de vulnerabilidade social em Jeri? Conforme tabulação cruzada abaixo (Jeri), podemos observar que os domicílios não-vulneráveis (nenhum risco e socialmente não vulneráveis/cor azul) na dimensão de CH apresentam uma situação 100% positiva frente ao cenário de vulnerabilidade

social geral. Em contraposição dos 31 domicílios socialmente-vulnerável em CH, 100% estão em situação de vulnerabilidade social (IVScT), assim como, 138 domicílios vulneráveis, encontramos 128 (92%) em situação de vulnerabilidade social geral.

Tabela 74: Tabulação cruzada IVS-Capital humano * IVScT (Jeri)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS Capital Humano	Socialmente não vulnerável	Contagem	16	0	16
		% em IVS Capital humano	100,0%	0,0%	100,0%
		% em IVS	31,4%	0,0%	6,3%
	Nenhum risco	Contagem	2	0	2
		% em IVS Capital humano	100,0%	0,0%	100,0%
		% em IVS	3,9%	0,0%	0,8%
	Médio e Alto risco	Contagem	23	46	69
		% em IVS Capital humano	33,3%	66,7%	100,0%
		% em IVS	45,1%	22,4%	27,0%
	Socialmente vulnerável	Contagem	0	31	31
		% em IVS Capital humano	0,0%	100,0%	100,0%
		% em IVS	0,0%	15,1%	12,1%
Vulnerável	Contagem	10	128	138	
	% em IVS Capital humano	7,2%	92,8%	100,0%	
	% em IVS	19,6%	62,4%	53,9%	
Total	Contagem	51	205	256	
	% em IVS Capital humano	19,9%	80,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

Em Pipa a situação da vulnerabilidade em termos gerais se parece a de Jeri, quanto maior grau de capital humano (nenhum risco e/ou socialmente não vulnerável) menor possibilidade de situações de vulnerabilidade social para alcançar um cenário não-vulnerável. O Capital Humano aparece como um ativo social de alta importância no cenário de vulnerabilidade de Pipa, e portanto, em termos gerais, possuir um alto grau de capital humano pode ser das maiores estratégias (tabela 81).

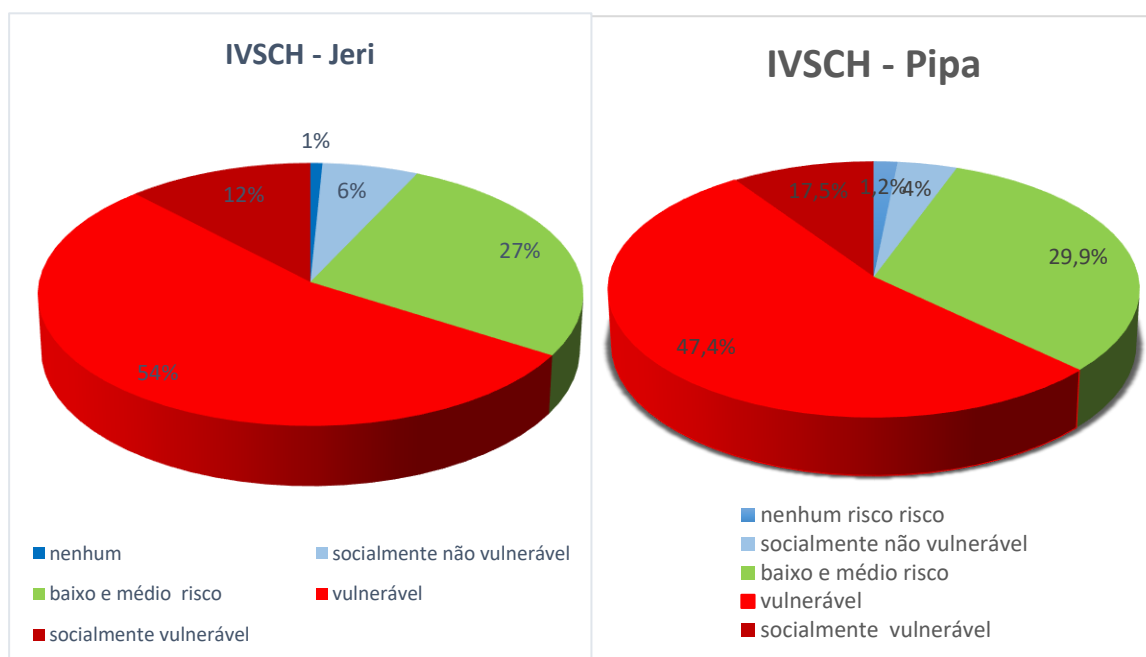
Tabela 75: Tabulação cruzada IVS-Capital humano * IVScT (Pipa)

IVS Capital humano			IVScT		Total
			N	S	
Médio e alto risco	Contagem	40	35	75	
	% em IVS Capital humano	53,3%	46,7%	100,0%	
	% em CIVS	53,3%	19,9%	29,9%	
Nenhum risco	Contagem	3	0	3	
	% em IVS Capital humano	100,0%	0,0%	100,0%	
	% em CIVS	4,0%	0,0%	1,2%	
Socialmente não vulnerável	Contagem	10	0	10	
	% em IVS Capital humano	100,0%	0,0%	100,0%	
	% em CIVS	13,3%	0,0%	4,0%	
Socialmente vulnerável	Contagem	5	39	44	
	% em IVS Capital humano	11,4%	88,6%	100,0%	

	% em CIVS	6,7%	22,2%	17,5%
Vulnerável	Contagem	17	102	119
	% em IVS Capital humano	14,3%	85,7%	100,0%
	% em CIVS	22,7%	58,0%	47,4%
Total	Contagem	75	176	251
	% em IVS Capital humano	29,9%	70,1%	100,0%
	% em CIVS	100,0%	100,0%	100,0%

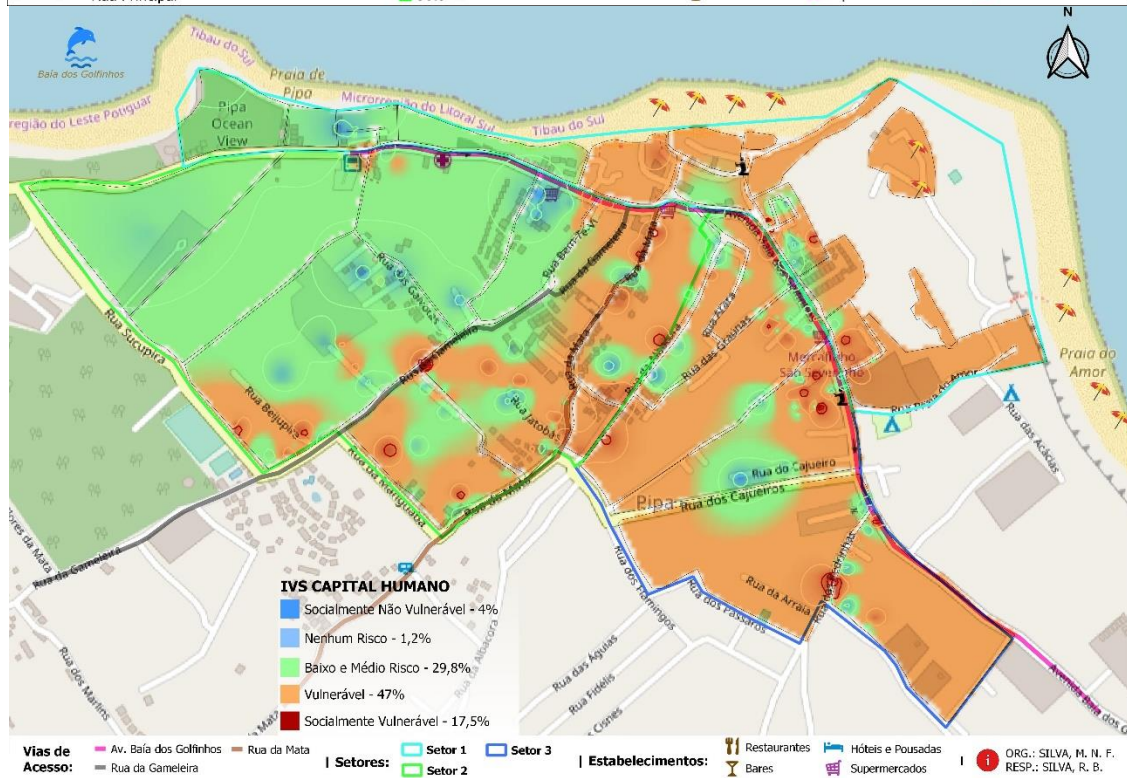
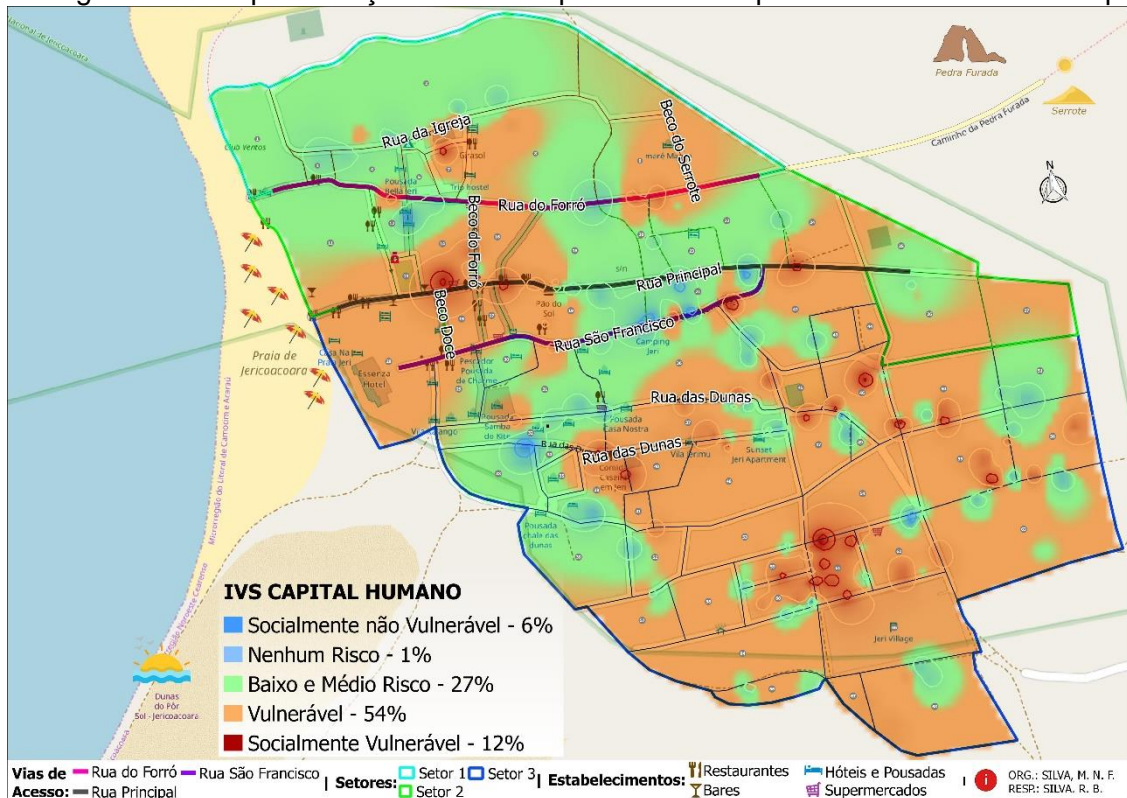
O resultado geral do IVSCH em Jeri e Pipa é extremamente preocupante. Encontramos 66% e 63% entre domicílios vulneráveis e socialmente vulneráveis em Jeri e Pipa, respectivamente. A grosso modo, mais de 60% dos domicílios de Jeri e de Pipa possuem níveis baixos em educação, problemas quanto a instabilidade laboral e de renda, além de problemas relacionados relações intrafamiliares. Apenas 34% e 37% dos domicílios de Jeri e Pipa não possuem nenhum ou baixo e médio risco em educação, trabalho, renda e agregado familiar.

Gráfico 49: Resultado do IVSCH em Jeri e Pipa



Conforme o resultado do IVSCH espacializado pelo território de Jeri, podemos observar os pontos mais críticos. Apesar de a vulnerabilidade em CH apresentar-se como um fenômeno socioespacial quase que homogêneo em Jeri, está claro, que a área da Nova Jeri concentra a maior porcentagem de domicílios vulneráveis em CH de todo o território.

Cartograma 21: Espacialização do IVSCH por domicílio e por densidade em Jeri e Pipa



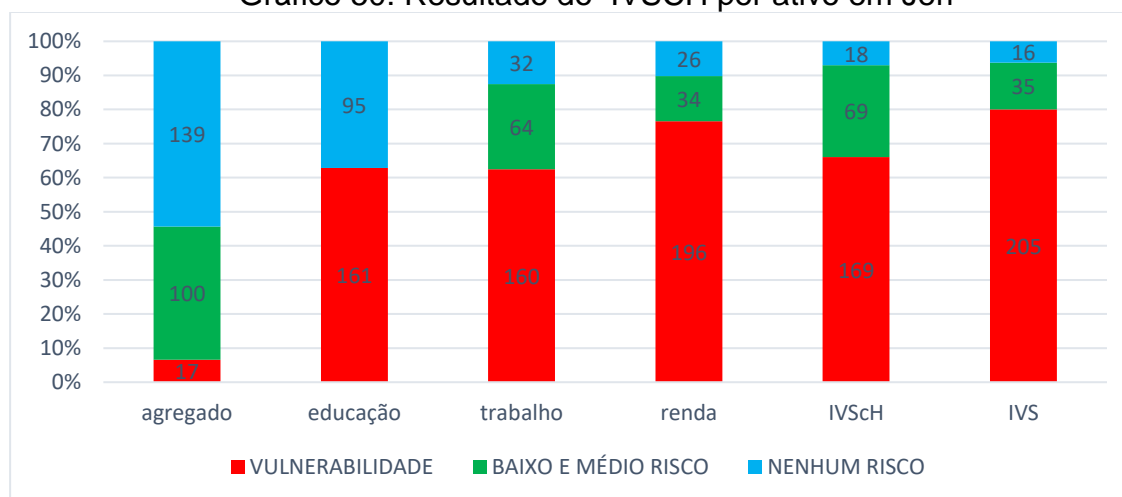
Em Pipa, as situações e o cenário de vulnerabilidade em capital humano se concentra na área mais a direta do território. Uma área menos turística, mais abandonada pelo poder público e privado e ademais de ser uma área que se

concentram as casas mais populares de Pipa (residentes locais). A área menos vulnerável em CH (mais à esquerda do território) é onde se concentram a maior parte das casas de segundas residências, condomínios uni e multifamiliares e oferta hoteleira da comunidade de Pipa.

E, por que a grande maioria dos domicílios em Jeri e Pipa são vulneráveis em Capital Humano? Quais os ativos mais significativos/determinantes para a construção do cenário de vulnerabilidade em CH dessas comunidades? Quais estratégias empregadas pelos domicílios?

Conforme gráfico 50 do resultado do IVSCH por ativo em Jeri, podemos observar que os domicílios são mais vulneráveis em relação aos ativos renda, educação e trabalho. Mais de 60% dos domicílios de Jeri apresentam situações de vulnerabilidade nestes três ativos. Em termos gerais, o pouco nível de educação da população, somado aos trabalhos e rendas precários do turismo contribui para as situações de baixo nível de capital humano entre as famílias. Em Jeri, apenas o ativo agregado familiar aparece como o mais favorável, ou menos vulnerável. Uma pequena parcela dos domicílios de Jeri é vulnerável quanto as questões intrafamiliares.

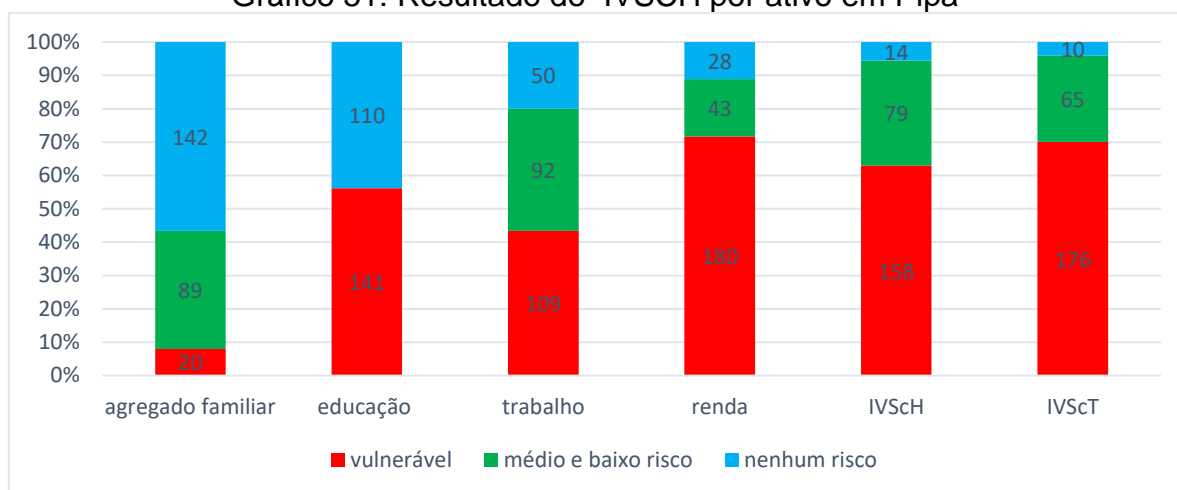
Gráfico 50: Resultado do IVSCH por ativo em Jeri



Em Pipa, a situação do capital humano também é extremamente preocupante quando 63% dos domicílios são vulneráveis nesta dimensão. Em Pipa, o ativo renda aparece, assim como em Jeri, o ativo mais vulnerável (mais responsável pelo cenário de vulnerabilidade em CH). Está associado a questão da sazonalidade da renda, da baixa renda per capita entre os familiares e

consequentemente da dificuldade de chegar ao final do mês com o baixo salário e o alto custo de vida. A educação ou a falta da educação também aparece como um indicador responsável pelo cenário geral do IVSCH. O analfabetismo e o baixo grau de educação dos chefes de famílias e dos respectivos membros dos domicílios, ainda não são exceções em Jeri e Pipa.

Gráfico 51: Resultado do IVSCH por ativo em Pipa



Para resumir sobre os dados obtidos, apresentamos abaixo um quadro resumo. Destacamos os principais resultados e conclusões a respeito da dimensão do Capital Humano e sua importância na produção do cenário de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa e sobre a condição de vulnerabilidade social individual de cada domicílio.

Quadro 36: Resultados e Conclusões sobre a dimensão Capital Humano

	Resultados	Conclusões
Jeri	1. 53,9% dos domicílios são vulneráveis em Capital Humano (CH). Destes 53,9%, 92,8% são vulneráveis no IVScT (tabela 74).	1.O Capital Humano, tanto determina o cenário geral de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa, quando 53,9% e 47,4% dos domicílios são vulneráveis nesta dimensão. Ademais, o capital humano também determina a condição individual de vulnerabilidade social de cada domicílio.
Pipa	1. 47,4 % dos domicílios de Pipa são vulneráveis em CH. Destes 47,4%, 85,7% são vulneráveis no IVScT (tabela 75).	
Jeri	2.Vulnerabilidade por ativos: 77% famílias vulneráveis em renda 62% vulneráveis em trabalho 63% vulneráveis em educação 7% vulneráveis em agregado familiar	2. Os ativos Renda, Trabalho e Educação são as variáveis que mais determinam o cenário de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa
Pipa	2.Vulnerabilidade por ativos: 71% famílias vulneráveis em renda 56% vulneráveis em trabalho 42% vulneráveis em educação 9% vulneráveis em agregado familiar	

Na continuidade apresentaremos cada ativo por separado para um entendimento mais complexo sobre o IVSCH e sua relação com o IVScT.

V – AGREGADO FAMILIAR (IVSAF)

O ativo agregado familiar é de suma importância para um entendimento geral quanto as relações intrafamiliares em uma domicílio. A família consiste na base (nos cimentos) de qualquer indivíduo. O desenvolvimento pessoal está estritamente associado as questões vivenciadas dentro do núcleo familiar, quanto aos valores éticos, as experiências afetivas, representações, juízos e expectativas de vida. É a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. A família toma decisões que influenciam o bem-estar de cada dos seus membros, como o tipo de alimentação, os hábitos e, inclusive, é a família que decide se uma criança deve frequentar uma escola ou trabalhar para ajudar em casa. Por isso, é de total importância entender o ativo agregado familiar como parte do índice do capital humano.

E na prática, existe uma relação entre o agregado familiar e o IVScT em Jeri? O IVSIF influência nas situações de menor vulnerabilidade? Se observamos a tabulação cruzada, podemos ver que o resultado do IVScT em Jeri é pouco influenciado pelo IVSAF. Das 139 famílias com nenhum risco no ativo agregado familiar, 103 famílias (74%) são vulneráveis no IVScT. Em comparação, das únicas 17 famílias em situação de vulnerabilidade em agregado familiar (AF), 15 famílias (88%) estão em situação de vulnerabilidade social (IVScT).

Tabela 76: Tabulação cruzada IVS Agregado familiar * IVScT (Jeri)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS Agregado familiar	Baixo e médio risco	Contagem	13	87	100
		% em IVS Agregado familiar	13,0%	87,0%	100,0%
		% em IVS	25,5%	42,4%	39,1%
	Nenhum risco	Contagem	36	103	139
		% em IVS Agregado familiar	25,9%	74,1%	100,0%
		% em IVS	70,6%	50,2%	54,3%
	Vulnerável	Contagem	2	15	17
		% em IVS Agregado familiar	11,8%	88,2%	100,0%
		% em IVS	3,9%	7,3%	6,6%
Total	Contagem	51	205	256	
	% em IVS Agregado familiar	19,9%	80,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

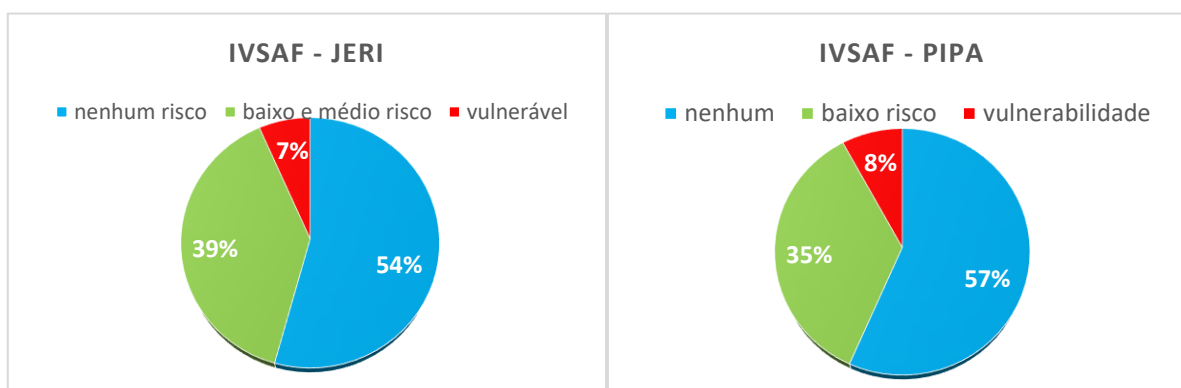
Em relação a Pipa, o IVSAF aparece com muito mais expressão significativa que em Jeri. Podemos encontrar das 142 famílias (100%) sem nenhum risco no ativo agregado familiar, 85 (59%) aparecem com vulnerabilidade social (IVScT). Em comparação temos das únicas 20 famílias vulneráveis em IVSAF, 19 (95%) se encontram em situação de vulnerabilidade social (IVScT).

Tabela 77: Tabulação cruzada IVS Agregado familiar * IVS (Pipa)

			IVS		Total
			N	S	
IVS Agregado familiar	Baixo e médio risco	Contagem	17	72	89
		% em IVS Agregado familiar	19,1%	80,9%	100,0%
		% em IVS	22,7%	40,9%	35,5%
	Nenhum risco	Contagem	57	85	142
		% em IVS Agregado familiar	40,1%	59,9%	100,0%
		% em IVS	76,0%	48,3%	56,6%
Vulnerável	Contagem	1	19	20	
	% em IVS Agregado familiar	5,0%	95,0%	100,0%	
	% em IVS	1,3%	10,8%	8,0%	
Total	Contagem	75	176	251	
	% em IVS Agregado familiar	29,9%	70,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

Em relação ao resultado do IVSAF em Jeri e Pipa, podemos encontrar um cenário bastante positivo para o ativo. Apenas 7% e 8% dos domicílios são vulneráveis em Jeri e Pipa, respectivamente. Mais de 50% dos domicílios de Jeri e Pipa não possuem nenhum risco intrafamiliar segundo o resultado.

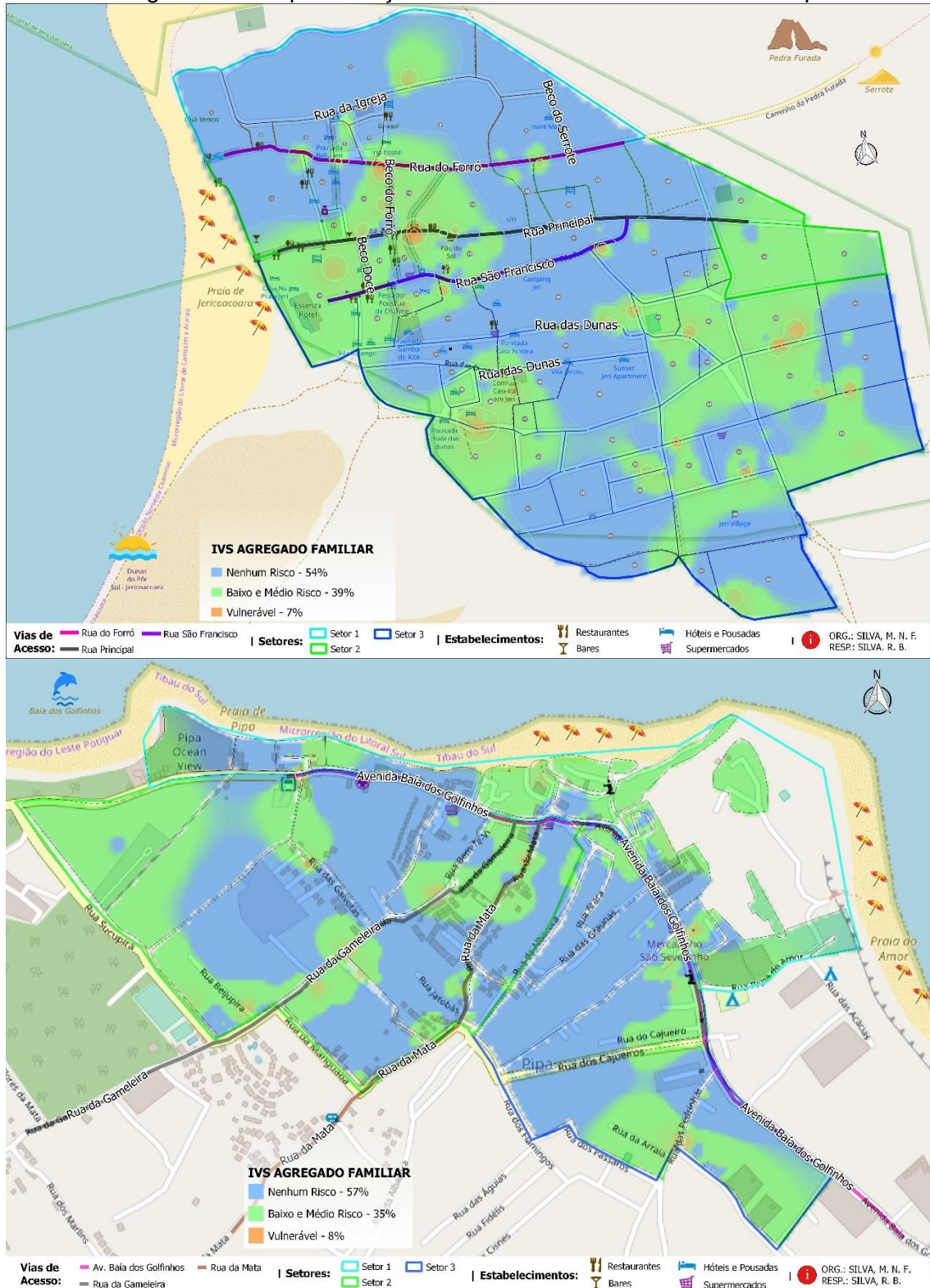
Gráfico 52: Resultado do IVSAF em Jeri e Pipa



Conforme a espacialização do resultado do IVSAF em Jeri é possível observar que o território, em geral, não é vulnerável em AF. Não existe nenhuma área vulnerável específica que aponte uma questão socioespacial. Os poucos domicílios vulneráveis são pontuais e dispersos ao longo do território. Para reverter as situações de vulnerabilidade dos 7% dos domicílios é necessário políticas

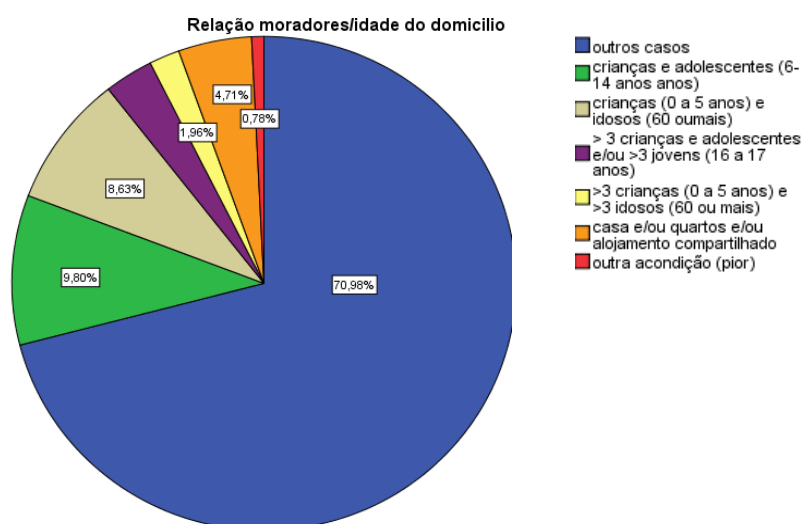
desenhadas estritamente aos domicílios vulnerados, por não existir uma conexão nítida entre a vulnerabilidade e espaço. A situação da espacialização da vulnerabilidade no agregado familiar em Pipa é similar com Jeri. Não é possível encontrar uma conexão nítida entre a vulnerabilidade e áreas específicas.

Cartograma 22: Espacialização do resultado do IVSAF em Jeri e Pipa



De maneira geral, podemos destacar algumas situações que contribuem para alguns casos de vulnerabilidade em Jeri. Conforme o gráfico 53, 70% dos domicílios em Jeri não possuem nenhum dos casos destacados como situações de tendência a vulnerabilidade. Dos 30% dos domicílios que possuem alguma situação destacada como tendenciosa ou de risco para nível de qualidade das famílias, podemos destacar: 9,8% de domicílios que possuem mais de 2 crianças e/ou adolescentes (6 – 14 anos); 8% de domicílios com mais de 2 crianças (0 a 5 anos) e/ou mais de 2 idosos (> 60 anos); 1,9 % de domicílios com mais de três crianças e adolescentes (6-14anos) e /ou mais de 3 jovens e adolescentes (15-17 anos); 1,9% de domicílios com mais de três crianças (0 – 5 anos) e/ou mais de 3 idosos (> 60 anos); e 4,71% de casas e/ou quartos compartilhados entre duas ou mais famílias distintas.

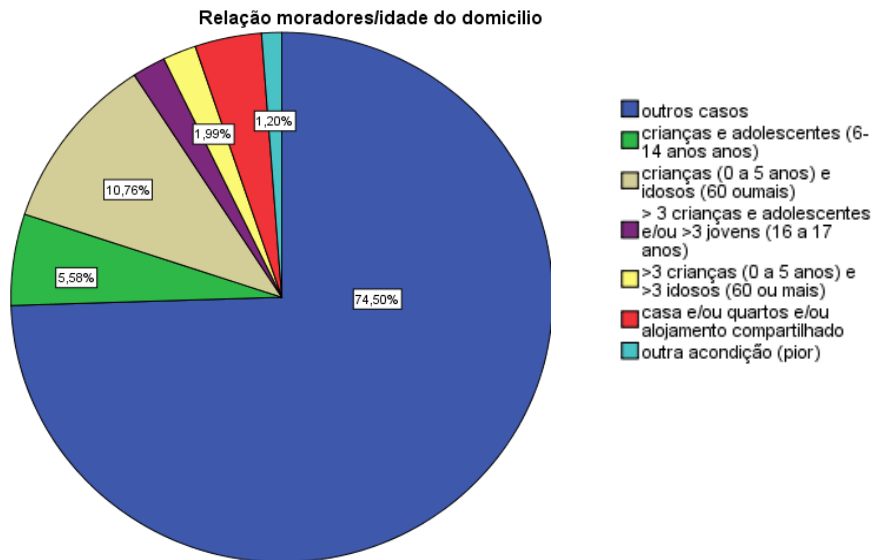
Gráfico 53: Relação geral entre moradores/idade das domicílios/famílias em Jeri



Em Pipa, 74% dos domicílios não possuem sequer nenhuma situação destacada como de risco ou perigo para o desenvolvimento intrafamiliar. Dos únicos 26% dos domicílios que apresentam alguns casos destacados como de tendência a vulnerabilidade, destacamos: 5,5% de famílias com mais de duas crianças e adolescentes (6-14 anos); 10% de famílias com mais de duas crianças (0 – 5 anos) e /ou mais de dois idosos (> 60 anos); 1,99% de domicílios com mais de 3 crianças e adolescentes (6 – 14 anos) e/ou jovens (15-17 anos); 1,99% de domicílios com mais de 3 crianças pequenas (0 – 5 anos) e/ou mais de três idosos

(>60 anos) e 4% de casas e/ou quartos compartilhados entre duas ou mais famílias distintas

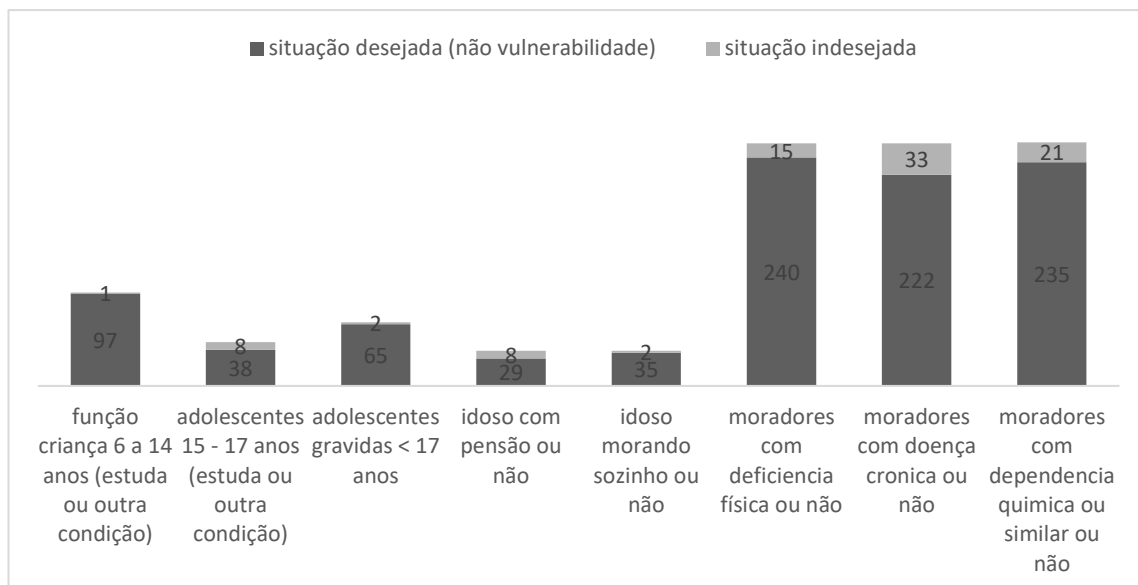
Gráfico 54: Relação geral entre moradores/idade das domicílios/famílias em Pipa



Se observamos as demais variáveis do IVSAF a respeito das situações e/ou função econômica e/ou social dos componentes das famílias em Jeri, podemos ver que em geral, existem pouquíssimos casos tendenciosos a vulnerabilidade. De 98 domicílios com crianças entre 6-14 anos, apenas 1 domicílio encontramos uma criança que não estudava. Dos 46 domicílios que possuem jovens e adolescentes entre 15-17 anos, apenas 8 domicílios encontramos jovens que haviam deixado os estudos para trabalhar. Dos 65 domicílios com jovens e adolescentes >17 anos, apenas 2 domicílios haviam casos de adolescentes grávidas.

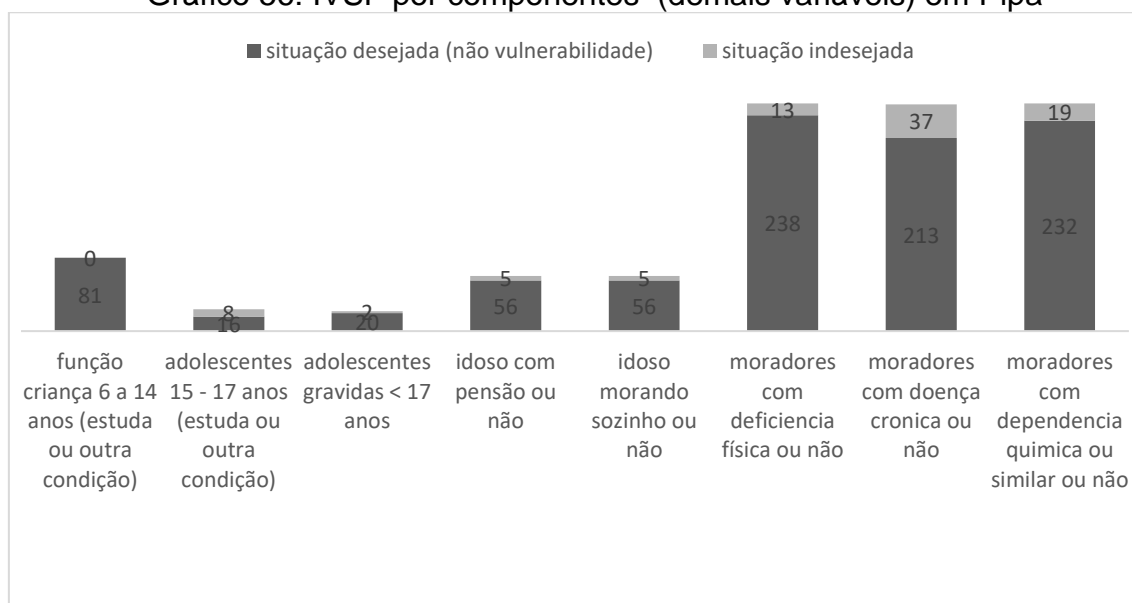
Das 37 famílias chefiadas ou não por idosos, apenas 8 não recebiam pensão ou aposentadoria. Das 37 famílias chefiadas por idosos, apenas 2 moravam sozinhos. Em relação a moradores com deficiência física, apenas 15 domicílios (de 251 famílias) possuem membros da família com alguma deficiência física incapaz de trabalhar. Encontramos um total de 33 domicílios (de 251 famílias) que possuem ao menos um membro com da família com deficiência crônica ou mental. Em relação a dependência de droga, ilícita ou não, apenas 21 famílias assumem existir alguém da família com vícios e dependências. (Graf. 55).

Gráfico 55: IVSAF por componentes (demais variáveis) em Jeri



Em Pipa a situação é bastante similar ao de Jeri. Em termos gerais encontramos poucos casos de situações tendenciosas a produção de vulnerabilidade social (Graf.56).

Gráfico 56: IVSF por componentes (demais variáveis) em Pipa



Para finalizar o subcapítulo, apresentamos abaixo um quadro resumo, destacamos os principais resultados e conclusões a respeito do ativo agregado familiar e sua importância na condição de vulnerabilidade social individual de cada domicílio.

Quadro 37: Resultados e Conclusões sobre o ativo Agregado Familiar

	Resultados	Conclusões
Jeri	1. Apenas 6,6% dos domicílios de Jeri são vulneráveis quanto ao agregado familiar (AF). Destes 6,6%, 88,2% são vulneráveis no IVScT (tabela 76).	1.O ativo agregado familiar, apesar de não determinar o cenário de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa, sendo apenas 6,6% e 8% dos domicílios vulneráveis nesta ativo social, é possível afirmar que este ativo é um fator determinante na condição individual de vulnerabilidade social dos domicílios.
Pipa	1. Apenas 8% dos domicílios de Pipa são vulneráveis no ativo agregado familiar. Destes 8%, 95% são vulneráveis no IVScT (tabela 77).	

VI – Ativo Educação

Antes de mais nada, é necessário pautar a importância do ativo educação como o principal item formador do capital humano e, por isso que deve ser incentivado e promovido para um país que pretende ter um desenvolvimento que implique não só em crescimento econômico, mas também em progresso social. Sabendo sobre a importância da educação para o níveis de desenvolvimento, como se encontra o cenário da educação em Jeri e Pipa?

Portanto, são os domicílios não-vulneráveis em educação, menos vulneráveis no IVScT do que as famílias vulneráveis no ativo educação? Conforme a tabulação cruzada podemos observar que dos 95 domicílios não-vulneráveis em educação (IVSED), 63 domicílios (66%) estão em situação de vulnerabilidade social. Em contrapartida, dos 161 domicílios vulneráveis em educação, 142 (88%) também são vulneráveis no IVScT.

Tabela 78: Tabulação cruzada IVS-educação * IVS (Jeri)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS educação	Nenhum risco	Contagem	32	63	95
		% em IVS educação	33,7%	66,3%	100,0%
		% em IVS	62,7%	30,7%	37,1%
	Vulnerável	Contagem	19	142	161
		% em IVS educação	11,8%	88,2%	100,0%
		% em IVS	37,3%	69,3%	62,9%
Total	Contagem	51	205	256	
	% em IVS educação	19,9%	80,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

E em Pipa, são os domicílios não-vulneráveis em educação, menos vulneráveis no índice geral? Conforme tabulação, dos 100 domicílios não-vulneráveis em educação, 63 (57%) são vulneráveis no IVScT, em comparação dos

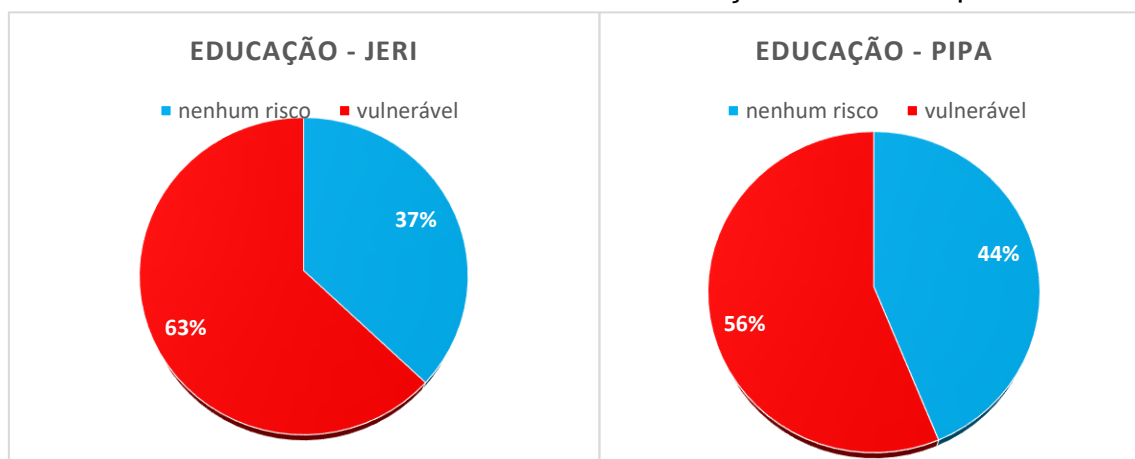
141 domicílios vulneráveis em educação, 80% estão em situação de vulnerabilidade social geral.

Tabela 79: Tabulação cruzada IVS- educação * IVS (PIPA)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS educação	Nenhum risco	Contagem	47	63	110
		% em IVS educação	42,7%	57,3%	100,0%
		% em IVS	62,7%	35,8%	43,8%
	Vulnerável	Contagem	28	113	141
		% em IVS educação	19,9%	80,1%	100,0%
		% em IVS	37,3%	64,2%	56,2%
Total	Contagem	75	176	251	
	% em IVS educação	29,9%	70,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

A respeito do cenário de vulnerabilidade em educação entre as comunidades de Jeri e Pipa, encontramos Jeri com uma porcentagem mais expressiva de domicílios vulneráveis em comparação com Pipa. Mais de 50% dos domicílios de Jeri e Pipa possuem casos de analfabetismo e/ou baixo nível de educação (até 1 grau completo).

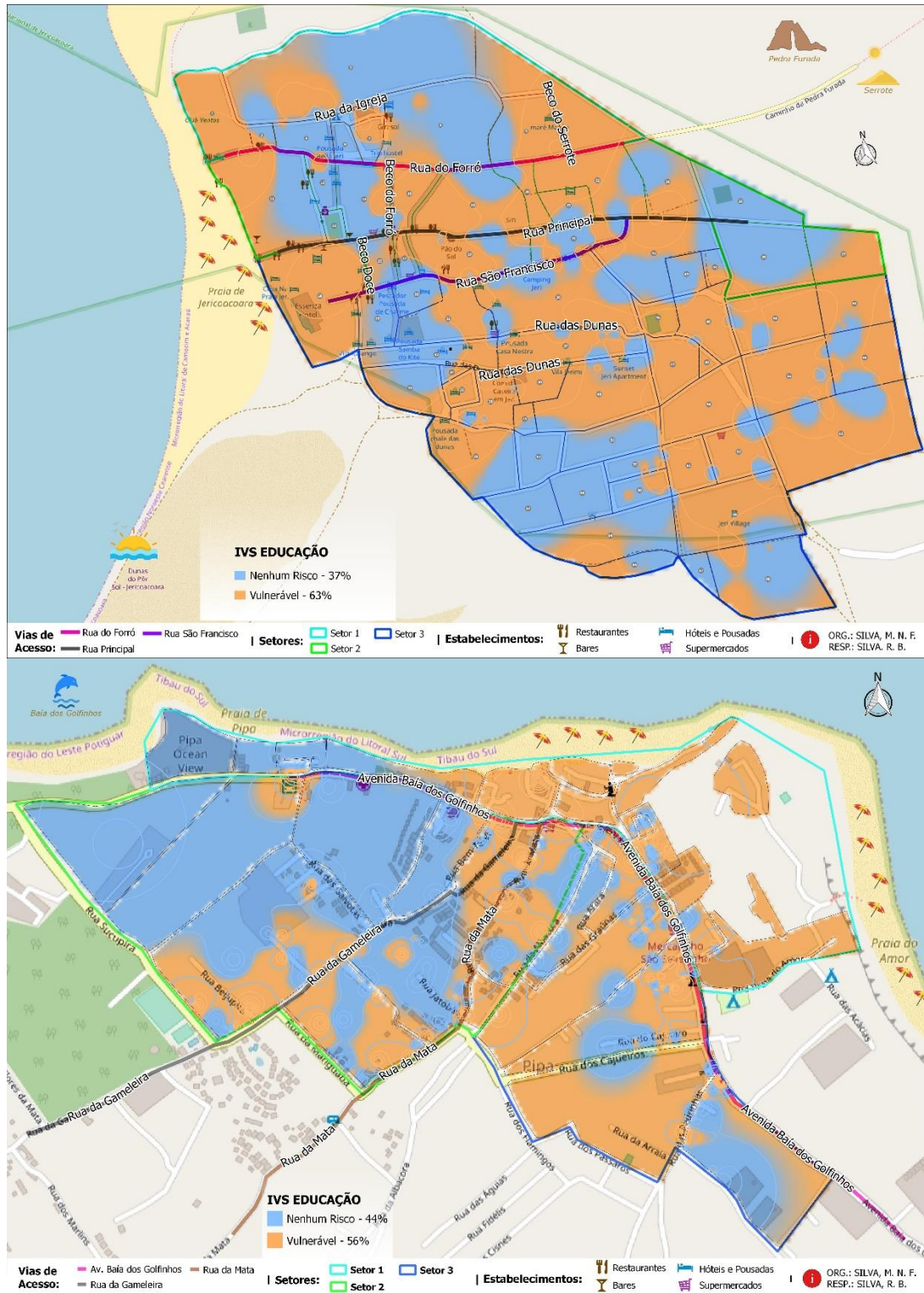
Gráfico 57: Resultado do Ativo educação em Jeri e Pipa



Podemos observar a partir da espacialização do resultado do IVSED em Jeri, como se distribui ou se concentra as situações de vulnerabilidade ao longo do território de Jeri. Em relação a educação parece muito disperso o resultado, o que prova que não é uma questão necessariamente socioespacial. Em outras palavras, as situações de educação (níveis de educação) em Jeri não parece estar relacionado ou refletida em um processo de segregação espacial.

Se observamos o cenário de vulnerabilidade em educação em Pipa, encontramos um cenário socioespacial mais demarcado. De um lado, concentram-se os domicílios não vulneráveis em educação, e do outro, os domicílios vulneráveis em educação.

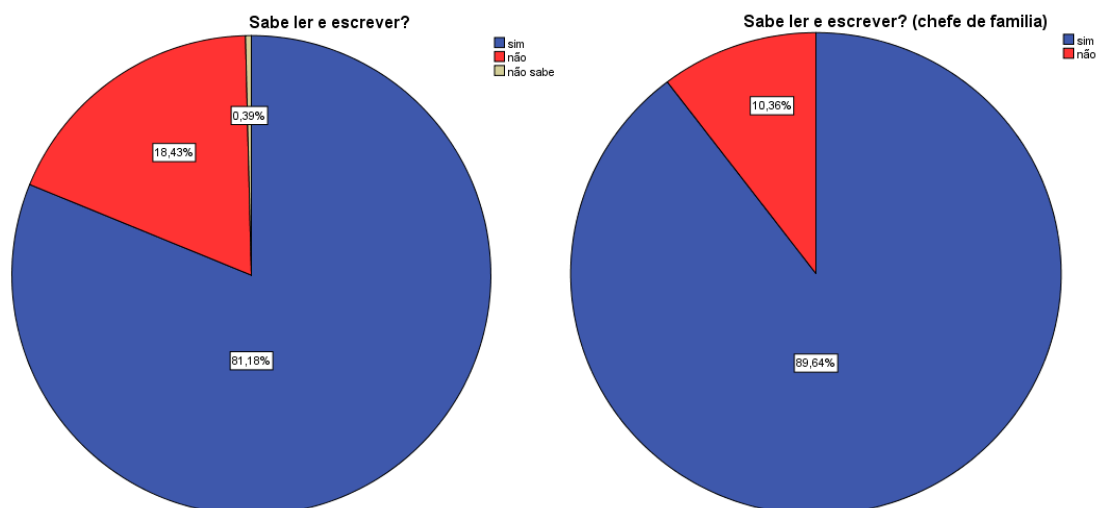
Cartograma 23: Espacialização do ATIVO educação em Jeri e Pipa



Para entender o cenário e as situações de vulnerabilidade em educação em Jeri e Pipa, apresentaremos alguns resultados gerais, encontrados em ambas as comunidades. Primeiramente, é necessário deixar claro que a educação é uma ferramenta eficaz para combater a pobreza e a desigualdade, e, portanto, é um caminho para melhorar os níveis de desenvolvimento, saúde e bem-estar social. Portanto, se a educação é um caminho para o desenvolvimento, quais os níveis de educação dessas comunidades? As famílias possuem níveis altos de educação?

Conforme gráfico 58, a maioria dos chefes de família de ambas as comunidades são alfabetizados. Em Jeri, 81% dos chefes de família responderam que sabem ler e escrever. Em relação a Pipa 90% dos chefes de família são alfabetizados.

Gráfico 58: Responsável/chefe de família alfabetizado



Conforme tabulação entre a idade dos chefes de família e a situação de analfabetismo, podemos observar que 94% dos jovens entre 18 e 29 anos são alfabetizados e apenas um 3,7% não sabe ler e escrever. Entre chefes de família adultos (30 a 59 anos), encontramos um 84% alfabetizados e um 15% analfabetos. Em comparação, se observamos o resultado entre os adultos maiores de 60 anos, 81,8% não sabem ler e escrever, e apenas 18% dizem saber ler e escrever. Portanto podemos observar que houve uma melhora na situação do alfabetismo em Jeri, sobretudo, nos últimos 60 anos.

Tabela 80: Tabulação cruzada idade do responsável * analfabetismo? (Jeri)

FAIXA DE IDADE		Sabe ler e escrever?			Total
		sim	não	não respondeu	
adultos 30-59 anos	Contagem	151 ^a	27 ^b	0 ^{a, b}	178
	% idade do responsável	84,8%	15,2%	0,0%	100,0%
	% em Sabe ler e escrever?	73,3%	57,4%	0,0%	70,1%
jovens adultos 18-29 anos	Contagem	51 ^a	2 ^b	1 ^a	54
	% idade do responsável	94,4%	3,7%	1,9%	100,0%
	% em Sabe ler e escrever?	24,8%	4,3%	100,0%	21,3%
> 60 anos	Contagem	4 ^a	18 ^b	0 ^{a, b}	22
	% idade do responsável	18,2%	81,8%	0,0%	100,0%
	% em Sabe ler e escrever?	1,9%	38,3%	0,0%	8,7%
Total	Contagem	206	47	1	256
	% idade do responsável	81,1%	18,5%	0,4%	100,0%
	% em Sabe ler e escrever?	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em Jeri, a pesar de uma progressão quanto ao número/porcentagem de chefes de família alfabetizadas ao longo dos últimos 30 e 60 anos, a taxa de analfabetismo segue em alta se comparamos com Pipa (tabela 80). Muitos chefes de família, entre 30 e 59 anos e, jovens entre 18 e 29 anos afirmam sobre a dificuldade para estudar e/ou finalizar os estudos em Jeri, como relatam alguns moradores de Jeri, 1) “*Não, eu não fui muito a escola, naquele tempo era muito difícil aí eu só fiz até o primeiro, mas eu me esqueci de tudo*” (M.C, entrevista pessoal, março 2017/Jeri); 2) “*Eu acho que eu fiz até a terceira série, foi só isso. Porque na época que não tinha colégio era muita dificuldade. Eu estudei, mas foi muito pouco. Na época não tinha nada, tudo era difícil, eu estudei, mas foi muito, muito pouco mesmo*” (M.A., entrevista pessoal, março de 2017/Jeri).

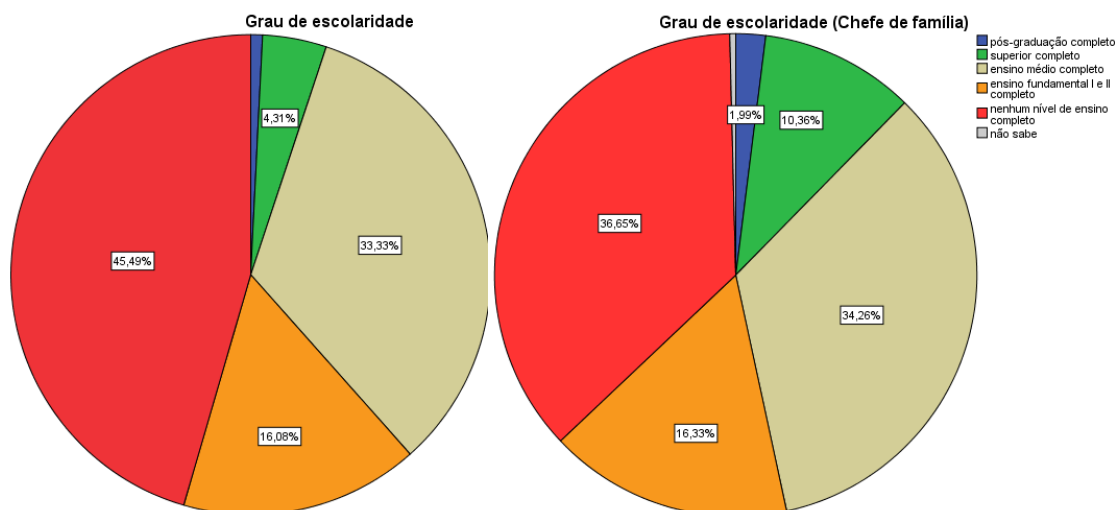
Em relação a Pipa, a situação do analfabetismo em comparação a Jeri é bem menos alarmante, no qual, podemos destacar duas causas principais: a primeira a facilidade de deslocamento dos moradores em Pipa em comparação com Jeri que por se encontra em uma área, geograficamente, isolada; e também a proximidade entre Pipa e a capital e região metropolitana e etc. Enquanto em Jeri, apenas 18% dos adultos maiores de 60 anos são alfabetizados, em Pipa essa porcentagem é de 63%. Se comparamos o alfabetismo entre os jovens adultos entre 18 e 29 anos, em Jeri 94% são alfabetizados enquanto em Pipa 100% dos chefes de famílias, nesta faixa etária, responderam que sabem ler e escrever.

Tabela 81: Tabulação cruzada idade do responsável * analfabetismo? (Pipa)

FAIXA DE IDADE		Sabe ler e escrever?		Total
		sim	não	
adultos 30-59 anos	Contagem	164 ^a	9 ^b	173
	% em qual a idade do responsável	94,8%	5,2%	100,0%
	% em Sabe ler e escrever?	72,9%	34,6%	68,9%
jovens adultos 18-29 anos	Contagem	32 ^a	0 ^b	32
	% em qual a idade do responsável	100,0%	0,0%	100,0%
	% em Sabe ler e escrever?	14,2%	0,0%	12,7%
> 60 anos	Contagem	29 ^a	17 ^b	46
	% em qual a idade do responsável	63,0%	37,0%	100,0%
	% em Sabe ler e escrever?	12,9%	65,4%	18,3%
Total	Contagem	225	26	251
	% em qual a idade do responsável	89,6%	10,4%	100,0%
	% em Sabe ler e escrever?	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao grau de escolaridade dos chefes de família de Jeri e Pipa, encontramos 45 % e 36%, respectivamente que não possuem nenhum nível de ensino completo. Em Jeri encontramos menos de 5% dos domicílios chefiados por homem ou mulher com ensino superior ou pós-graduação completo, em comparação com Pipa que chega ao 12%. Em relação aos chefes de família com ensino médio é de 33% em Jeri e 34% em Pipa. O que mais chama atenção é que mais de 55% dos domicílios de Jeri e de Pipa são chefiados por responsáveis que possuem no máximo o ensino fundamental completo.

Gráfico 59: Grau de escolaridade do Chefe de família em Jeri e Pipa



Esse resultado, está relacionado a falta de um conjunto de oportunidades em educação para a comunidade (centro educacionais de qualidade e de fácil acesso em Jeri), somado a facilidade do dinheiro através do turismo (dinheiro, não

trabalho). A falta de interesse do Estado (governo e prefeitura) em disponibilizar o acesso democrático à uma educação gratuito e de qualidade na comunidade de Jeri, é refletida nos 67% dos nativos de Jeri – que são chefes de família – que não tem nenhum nível de ensino completo. Também cabe mencionar a respeito da educação das famílias que não são nativas de Jeri, mas também são moradores e sofrem com o descaso da educação na vila. Quer dizer, não é o isolamento da vila, como muitos indicavam, tem a ver com a falta de interesse da prefeitura e do estado para mudar a realidade da educação na comunidade.

Tabela 82: Tabulação cruzada entre naturalidade e grau de escolaridade (Jeri)

Naturalidade		Grau de escolaridade					Total
		pós-graduação	superior completo	ensino médio	ensino fundamental	Nenhum nível de ensino	
nativo de Jeri/Pipa	Contagem	0	2	20	11	68	101
	% em naturalidade	0,0%	2,0%	19,8%	10,9%	67,3%	100,0%
	% escolaridade	0,0%	18,2%	23,5%	26,8%	58,6%	39,6%
nativo da região	Contagem	0	0	9	4	19	32
	% em naturalidade	0,0%	0,0%	28,1%	12,5%	59,4%	100,0%
	% escolaridade	0,0%	0,0%	10,6%	9,8%	16,4%	12,5%
adventício de municípios vizinhos	Contagem	0	2	27	18	14	61
	% em naturalidade	0,0%	3,3%	44,3%	29,5%	23,0%	100,0%
	% escolaridade	0,0%	18,2%	31,8%	43,9%	12,1%	23,9%
adventício do Ceará	Contagem	0	0	3	2	2	7
	% em naturalidade	0,0%	0,0%	42,9%	28,6%	28,6%	100,0%
	% escolaridade	0,0%	0,0%	3,5%	4,9%	1,7%	2,7%
Capital	Contagem	1	3	8	1	5	18
	% em naturalidade	5,6%	16,7%	44,4%	5,6%	27,8%	100,0%
	% escolaridade	50,0%	27,3%	9,4%	2,4%	4,3%	7,1%
adventício da região N/NE	Contagem	0	0	3	0	7	10
	% em naturalidade	0,0%	0,0%	30,0%	0,0%	70,0%	100,0%
	% escolaridade	0,0%	0,0%	3,5%	0,0%	6,0%	3,9%
adventício de outra região	Contagem	0	3	9	5	1	18
	% em naturalidade	0,0%	16,7%	50,0%	27,8%	5,6%	100,0%
	% escolaridade	0,0%	27,3%	10,6%	12,2%	0,9%	7,1%
Estrangeiros	Contagem	1	1	6	0	0	8
	% em naturalidade	12,5%	12,5%	75,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% escolaridade	50,0%	9,1%	7,1%	0,0%	0,0%	3,1%
Total	Contagem	2	11	85	41	116	255
	% em naturalidade	0,8%	4,3%	33,3%	16,1%	45,5%	100,0%
	% escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a Pipa, a situação é bastante similar. Mais de 50% dos nativos de Pipa, dos nativos de Tibau do Sul e dos municípios vizinhos de Tibau do Sul não possuem nenhum nível de ensino completo.

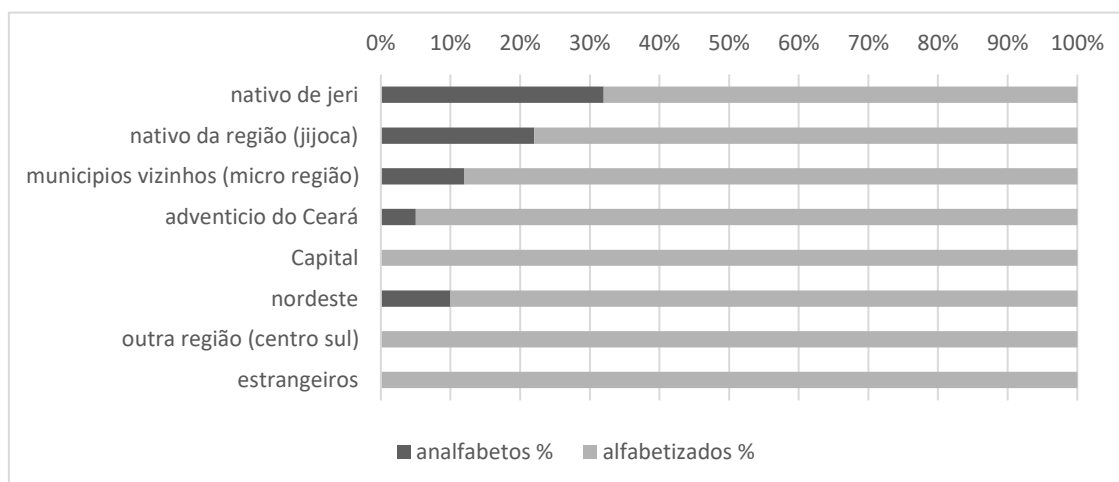
Tabela 83: Tabulação cruzada entre naturalidade e grau de escolaridade (Pipa)

Naturalidade		Grau de escolaridade					Total	
		pós-graduação	superior completo	ensino médio completo	ensino fundamental	nenhum nível de ensino completo		não sabe
nativo de Pipa	Contagem	0	6	22	14	43	1	86

	% em naturalidade	0,0%	7,0%	25,6%	16,3%	50,0%	1,2%	100,0%
	% escolaridade	0,0%	23,1%	25,6%	34,1%	46,7%	100,0%	34,3%
nativo da região	Contagem	0	1	3	4	8	0	16
	% em naturalidade	0,0%	6,3%	18,8%	25,0%	50,0%	0,0%	100,0%
	% escolaridade	0,0%	3,8%	3,5%	9,8%	8,7%	0,0%	6,4%
adventícios de municípios vizinhos	Contagem	1	0	10	5	20	0	36
	% em naturalidade	2,8%	0,0%	27,8%	13,9%	55,6%	0,0%	100,0%
	% escolaridade	20,0%	0,0%	11,6%	12,2%	21,7%	0,0%	14,3%
adventícios RGN	Contagem	0	2	4	3	3	0	12
	% em naturalidade	0,0%	16,7%	33,3%	25,0%	25,0%	0,0%	100,0%
	% escolaridade	0,0%	7,7%	4,7%	7,3%	3,3%	0,0%	4,8%
Capital	Contagem	0	2	8	6	5	0	21
	% em naturalidade	0,0%	9,5%	38,1%	28,6%	23,8%	0,0%	100,0%
	% escolaridade	0,0%	7,7%	9,3%	14,6%	5,4%	0,0%	8,4%
adventícios da região Norte/NE	Contagem	1	1	15	5	9	0	31
	% em naturalidade	3,2%	3,2%	48,4%	16,1%	29,0%	0,0%	100,0%
	% escolaridade	20,0%	3,8%	17,4%	12,2%	9,8%	0,0%	12,4%
adventícios do Centro Sul	Contagem	3	6	14	3	2	0	28
	% em naturalidade	10,7%	21,4%	50,0%	10,7%	7,1%	0,0%	100,0%
	% escolaridade	60,0%	23,1%	16,3%	7,3%	2,2%	0,0%	11,2%
Estrangeiros	Contagem	0	8	9	0	0	0	17
	% em naturalidade	0,0%	47,1%	52,9%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% escolaridade	0,0%	30,8%	10,5%	0,0%	0,0%	0,0%	6,8%
não sabe/não disse	Contagem	0	0	1	1	2	0	4
	% em naturalidade	0,0%	0,0%	25,0%	25,0%	50,0%	0,0%	100,0%
	% escolaridade	0,0%	0,0%	1,2%	2,4%	2,2%	0,0%	1,6%
Total	Contagem	5	26	86	41	92	1	251
	% em naturalidade	2,0%	10,4%	34,3%	16,3%	36,7%	0,4%	100,0%
	% escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

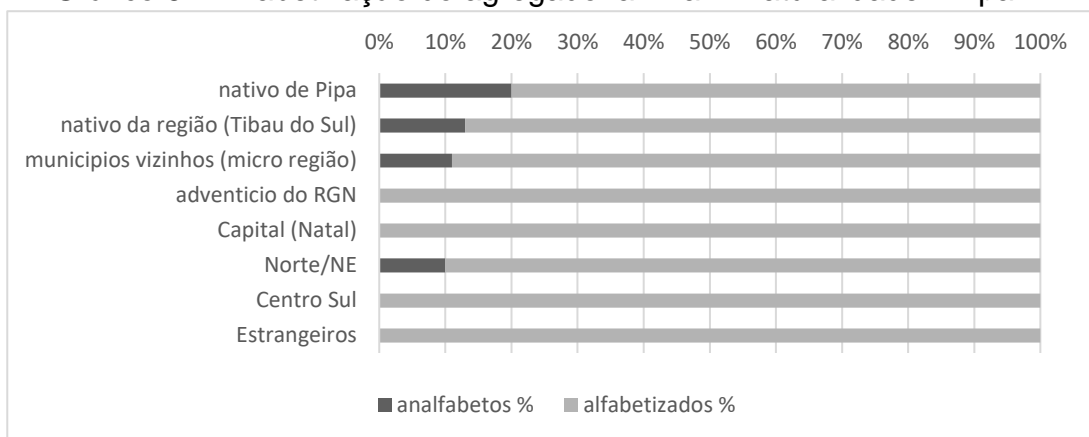
Ademais, vale ressaltar a questão da educação (analfabetismo e grau de escolaridade) no contexto geral das comunidades de Jeri e Pipa. Conforme o gráfico abaixo, entre a alfabetização e a naturalidade dos chefes de família e membros dos domicílios (domicílios em geral), podemos observar que mais de 30% dos nativos de Jeri (população em geral) são analfabetos. Em contraposição, 100% da população (domicílios) provenientes da Capital (Fortaleza), Centro-sul do país (Sudeste, Sul e Centro Oeste) e estrangeiros sabem ler e escrever.

Gráfico 60: Alfabetização do agregado familiar x naturalidade - Jeri



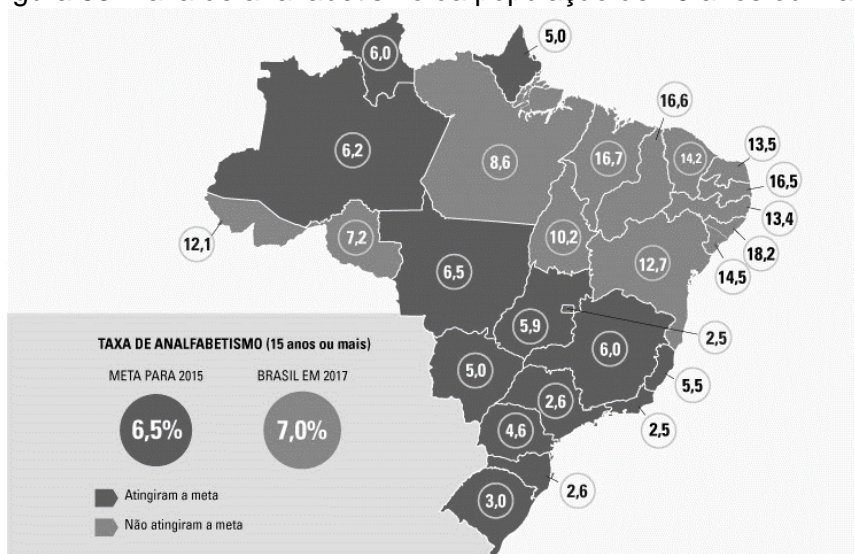
A situação e o cenário de alfabetização dos domicílios em Pipa é similar ao de Jeri. Encontramos conforme gráfico 56, que 20% da população, que são nativo de Pipa, são analfabetos. Ademais podemos observar que 13% dos nativos da região e 11% dos municípios vizinhos de Tibau do Sul, também são analfabetos. Em comparação, os chefes de família que são provenientes do RGN, da capital (Natal), da região Centro-Sul do país (Sudeste, Sul e Centro Oeste) e ademais os estrangeiros, 100% destes, sabem ler e escrever, ou seja, são alfabetizados.

Gráfico 61: Alfabetização do agregado familiar x naturalidade - Pipa



O resultado entre o analfabetismo dos chefes de família e sua naturalidade, afirma o debate realizado no capítulo 6. Se observamos a figura 74, sobre a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, é possível ver a desigualdade regional entre as regiões do país. Portanto, a pesar da região Nordeste ser a região mais turística do país continua como a região com maiores taxas de analfabetismo.

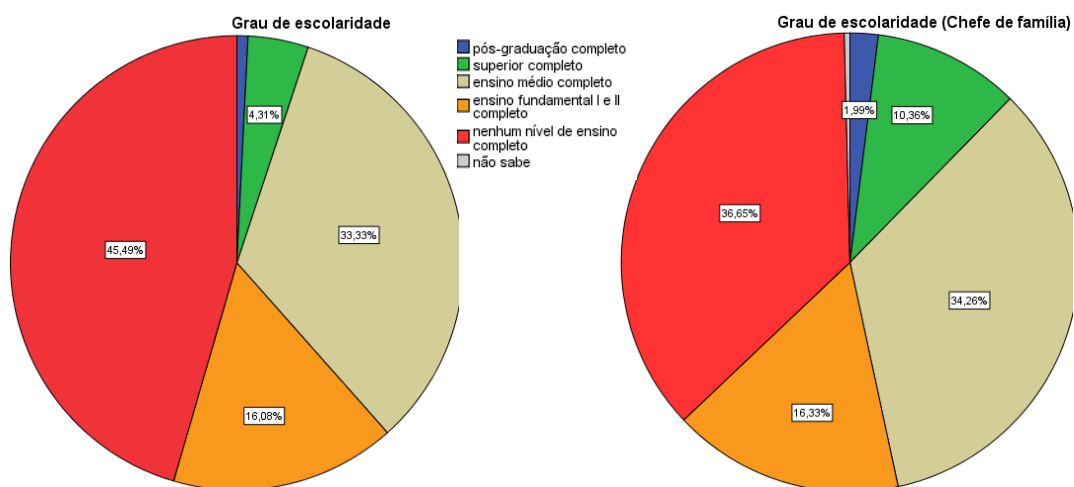
Figura 53: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais



Fonte: IBGE, PNAD (2017)

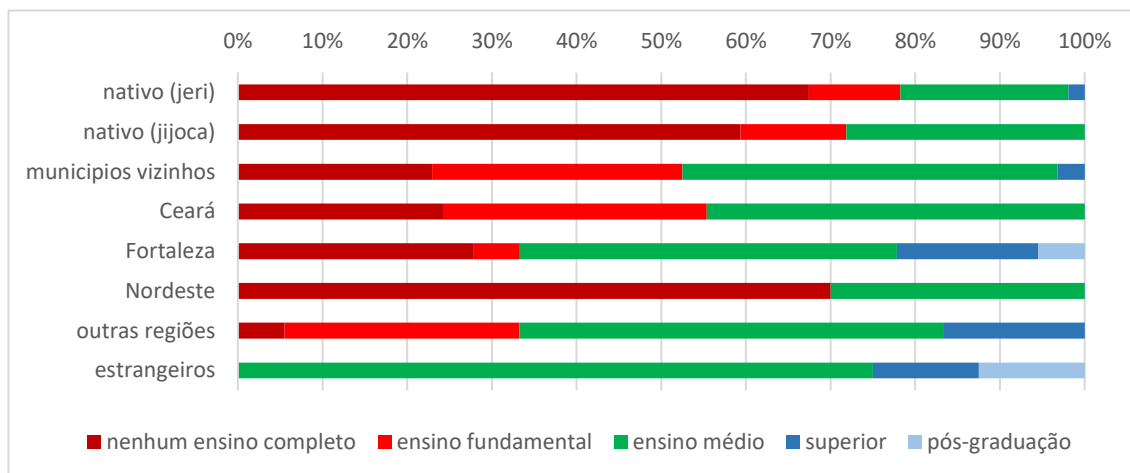
Observando o gráfico 62 é possível destacar que 45% e 36% dos chefes de famílias em Jeri e Pipa, respectivamente não possuem nenhum nível de ensino completo. Ademais dos 16% dos chefes de famílias que possuem apenas o ensino fundamental completo (9ºano), tanto em Jeri quanto em Pipa. Em relação ao ensino médio, apenas uma terça parte dos responsáveis dos domicílios em Jeri e Pipa possuem. Quer dizer, tanto em Jeri quanto em Pipa, existem mais responsáveis sem nenhum nível de educação do que com algum nível de educação completo.

Gráfico 62: Grau de escolaridade do Agregado familiar – Jeri e Pipa



Em relação ao grau de escolaridade, podemos observar no gráfico que quase 80% dos nativos de Jeri, não tem nenhum ensino completo ou apenas o ensino fundamental (I e II).

Gráfico 63: Grau de escolaridade do agregado familiar x naturalidade - Jeri

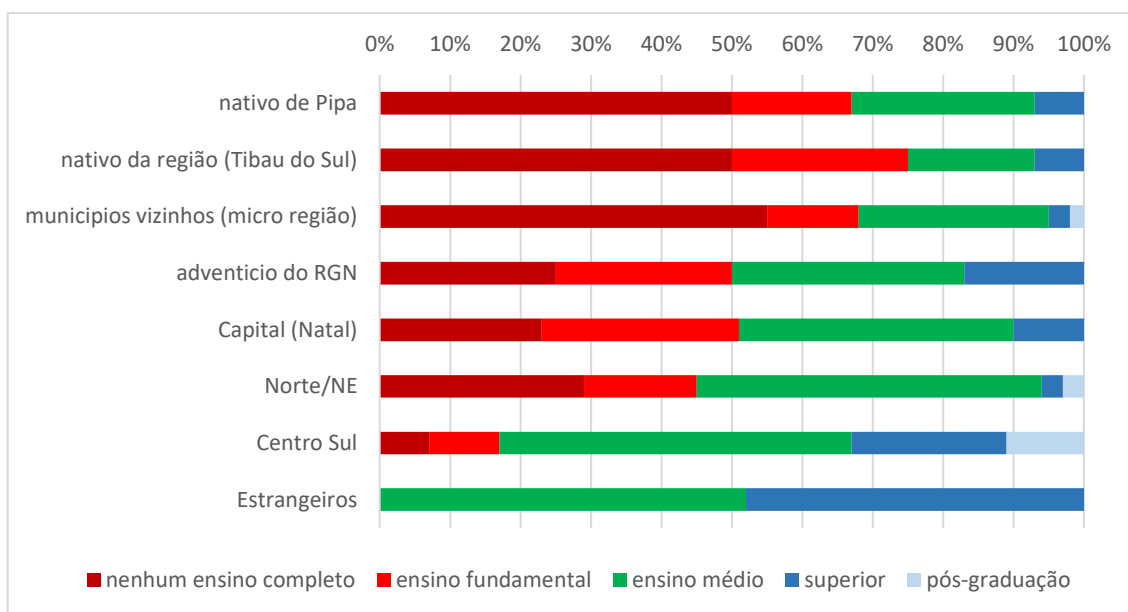


Uma situação parecida aos grupos provenientes de Jijoca (72%) e dos demais estados da região Nordeste (70%). A população com os melhores níveis de

educação (ensino médio, superior e pós-graduação) são os provenientes dos municípios vizinhos de Jijoca (48%), Fortaleza (68%), outras regiões do Brasil (68%) e estrangeiros (100%).

Em relação ao grau de escolaridade, a situação entre Jeri e Pipa são similares. Os nativos de Pipa e os Nativos da região (Tibau do Sul) consistem nos grupos com menor grau de educação em comparação aos chefes de famílias adventícios (não-nativos). Conforme gráfico 64, o nível de educação entre os Nativos de Pipa e os adventícios da região Centro Sul e dos estrangeiros são realidades totalmente extremas. Enquanto a grande maioria dos nativos de Pipa (68%) possuem entre nenhum nível de ensino ou apenas o ensino fundamental completo, em comparação os chefes de famílias provenientes da região centro-sul, apenas 17% deles não possuem nenhum nível ou apenas o ensino fundamental.

Gráfico 64: Grau de escolaridade do agregado familiar x naturalidade - Pipa



Quer dizer, mais de 80% possuem entre ensino médio, ensino superior e pós-graduação. Mas uma vez é possível observar o problema da educação em Pipa e região e também a questão da educação entre as regiões brasileiras. E, se comparamos a realidade dos nativos de Pipa e dos chefes de famílias provenientes no estrangeiro, a situação é ainda mais alarmante.

O problema da educação no Brasil e principalmente na região Nordeste e comunidades tradicionais é uma questão estrutural e os próprios moradores de

Pipa, por exemplo, relatam a sua insatisfação com o sistema de educação da região e do Brasil,

O governo que não dá incentivo, é faculdade muito cara, ta entendendo? Livros caríssimos, pra você se formar em direito, você tem que estudar muito, então, gasta muito também, então ai, a maioria acaba desistindo, e ou monta seu próprio negócio, se os pais tem um terreno, se tem um dinheirinho mais, um familiar ajuda aqui outro ajuda com aquilo, e consegue montar. Minha tia se formou agora em teologia, e tem um self-servisse na rua principal, ela e a filha. A filha passou em três vestibulares, para engenharia civil, quer dizer, já desistiu do curso, já voltou de novo, mas ta trabalhando no restaurante, porque? Porque para você financiar um sonho, através dos estudos você tem que ter grana né, porque pra você chegar até onde você quer é muito caro, e o governo não dar, você ver ai, a realidade do Brasil. (IZA., entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa).

Em Jeri, a insatisfação com a educação e a falta de recursos também foi relatada, *“Acho que deveria melhorar mais, porque eu já ouvi da boca dos diretores que precisa ter um pouco de recurso né. Da parte dos professores eu to satisfeito, e dos diretores, mas as autoridades têm que melhorar mais”*. (IVA., entrevista pessoal, março 2017, Jeri).

Além da questão quanto a falta de recursos e investimentos para educação, a professora de geografia da escola pública de Pipa, chama atenção sobre a característica excludente do sistema de educação no país,

O setor público poderia investir nisso, em ações sociais, integrar as crianças, melhorar a educação, porque a educação, to falando no Brasil, então a própria educação é excludente, você ver aqui que temos um diretor que se interessa com a comunidade, aí você chega nas outras escolas, não existe o mesmo interesse. E isso no Brasil inteiro, a escola é muito excludente, existe aquelas pessoas que chegam até a universidade por incentivo, porque existe escola que integra os alunos, que da uma educação de qualidade, enquanto a maioria é muito falha, muito falha mesmo, os professores faltam muito e etc. (professor, entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa).

Portanto, o desenvolvimento do turismo dentro destas comunidades com um sistema de educação precário e excludente, apenas reforça as desigualdades entre a população, principalmente entre os que podem estudar e os que não.

Sim, porque, a minha mãe, sempre dizia, minha filha olha, a pessoa sem educação não vai ser ninguém, então naquele tempo pra quem morava em interior já conseguia por indicação ser professor, não era por concurso. Todas as minhas irmãs, todo mundo conseguiu trabalhar ou era do estado, outra minha irmã era do estado, tem mais outra irmã, mais duas irmãs que é do estado, a outra era do estado também, mas não queria, porque a vida de professor não dava pra ela, então todo mundo estudou. Um que se formaram, mas não exerce, mas aqui todo mundo estudou (FRAN., entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa).

Conforme relato da nativa e professora aposentada de Pipa, todos os seus irmãos estudaram e, por consequência a maioria trabalha para o estado ou prefeitura. A atual professora da escola pública de Pipa afirma que os moradores que chegam a estudar e ter uma qualificação trabalham, mais especificamente, para o setor público, enquanto a grande maioria da população que não possui uma qualificação profissional fica à mercê dos subempregos,

A maioria, das pessoas aqui trabalham diretamente com o setor público na prefeitura, a maioria das pessoas que estão qualificadas pra trabalhar, trabalham no setor público na prefeitura, em postos de saúde, escolas, é gari, guardas locais, então eles buscam se integrar a prefeitura, então quando não tem qualificação, ficam com os subempregos, é auxiliar de garçom, é auxiliar de arrumadeira, são essas coisas, nos restaurantes. Também tem os que acabam nas ruas se prostituindo ou comprando e vendendo drogas. (Professora ED., entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa).

Em resumo, enquanto que as estruturas (Estado e Mercado) não forneçam oportunidades para equilibrar as desigualdades entre os diferentes grupos (promovendo educação de qualidade para todos, por exemplo), o turismo só reforçará estas estruturas de desigualdade, onde os que não podem estudar, torna-se mais dependentes, economicamente, do turismo e, conseqüentemente estão mais vulneráveis a exercer qualquer tipo de trabalho, e aqueles que podem estudar e que, portanto, possuem muito mais alternativas.

Para finalizar o subcapítulo acerca do ativo social educação, apresentamos abaixo um quadro resumo, destacando os principais resultados e conclusões a respeito desta variável e sua importância no cenário de vulnerabilidade social das comunidades de Jeri e Pipa e na condição de vulnerabilidade social das famílias de ambas as comunidades.

Quadro 38: Resultados e Conclusões sobre o ativo social Educação

	Resultados	Conclusões
Jeri	1. 62,9% dos domicílios de Jeri são vulneráveis quanto ao ativo Educação. Destes 69,9%, 88,2% são vulneráveis no IVScT (tabela).	1. O ativo educação é fator determinante, tanto no cenário de vulnerabilidade social geral das comunidades de Jeri e Pipa, quanto na condição/situação individual de vulnerabilidade de cada domicílio.
Pipa	1. 56,2% dos domicílios de Pipa são vulneráveis quanto ao ativo educação. Destes 56,2%, 80,1% são vulneráveis no IVScT (tabela).	
Jeri	2. 18% dos chefes de família de Jeri e 10% dos chefes de família de Pipa são analfabetos. 45% dos chefes de família de Jeri e 36% dos chefes de Pipa não possuem nenhum nível de ensino completo.	2. A baixa escolaridade dos chefes de família contribui para a produção da vulnerabilidade social do domicílio, quando, na maioria das vezes, limita as oportunidades de trabalho e, conseqüentemente de melhor renda para os chefes de família (Próximo subcapítulo).
Pipa		

Jeri	3. 8,7% dos chefes de família de Jeri tem + 60 anos. Destes 8,7%, 81,8% são analfabetos. 21,3% dos chefes de família tem entre 18-29 anos. Destes 21,3%, apenas 3,7% são analfabetos	3. Existe uma relação significativa entre a porcentagem de analfabetismo e a faixa etária dos chefes de família. Também percebe-se uma diminuição considerável quanto ao número de analfabetos em Jeri e Pipa entre 3 e 4 décadas.
Pipa	3. 18,3% dos chefes de família de Pipa tem + 60 anos, desde 37% são analfabetos; 12,7% dos chefes de família tem entre 18-29 anos. Destes 12,7%, 0% são analfabetos.	
Jeri	4. 39,6% dos chefes de família de Jeri são nativos locais. Destes 39,6% nativos, 67,3% não possuem nenhum nível de ensino completo. 3,9% dos chefes de família de Jeri são procedentes da região Norte/Nordeste, destes 3,9%, 70% não possuem nenhum nível de ensino completo. 7,1% dos chefes de família de Jeri são provenientes da região Centro/Sul, destes 7,1%, apenas 5,6% não possui nenhum nível de ensino completo.	4. Existe uma relação significativa entre a baixa escolaridade e os nativos locais. O baixo nível de educação do Nordeste, afeta diretamente suas comunidades, sejam elas turísticas ou não. O turismo não conseguiu reverter essa baixa escolaridade entre os nativos. Ademais as estruturas (Estado e Mercado) não fornecem oportunidades para equilibrar as desigualdades entre os diferentes grupos o que contribuiu para que estes moradores se tornem a cada dia mais dependentes, vulneravelmente, do turismo.
Pipa	4. 34,3% dos chefes de família de Pipa são nativos locais. Destes 34,3% nativos, 50% não possuem nenhum nível de ensino completo. 12% dos chefes de família de Pipa são procedentes da região Norte/Nordeste, destes 12%, 29% não possuem nenhum nível de ensino completo. 11% dos chefes de família de Pipa são provenientes da região Centro/Sul, destes 7,1%, apenas 5,6% não possui nenhum nível de ensino completo.	

VII – Ativo Social Trabalho

A variável trabalho consiste em um dos ativos mais importantes para o desenvolvimento humano de um indivíduo e sua família. É por meio do trabalho que o trabalhador e uma família pode ter acesso aos bens materiais e/ou imateriais. Ademais o trabalho não consiste apenas em uma ferramenta para “ganhar dinheiro”, mas também, em uma ferramenta de ação para a vida e um direito social. Portanto o trabalho não é apenas um ofício, é algo que é construído a partir de um ideal, um crescimento, uma contribuição para o mundo, por isso é um ativo importante para o desenvolvimento humano e social de um indivíduo.

Sabendo sobre o papel do trabalho como ferramenta para o desenvolvimento humano de um indivíduo/família, qual a relação entre o trabalho e o cenário de vulnerabilidade em Jeri?

Conforme tabulação, das 32 famílias que não possuem nenhum risco no ativo trabalho, 16 (50%) não são vulneráveis no IVScT. Em comparação, das 160 famílias vulneráveis em trabalho, 142 (88%) encontram-se em situação de

vulnerabilidade social. A grosso modo, os domicílios que possuem trabalhos bem remunerados, estáveis e com menos horas de trabalho são menos vulneráveis em comparação as famílias vulneráveis em trabalho.

Tabela 84: Tabulação cruzada IVS trabalho (JERI) * IVScT

			IVScT		Total
			N	S	
IVS trabalho	Médio risco	Contagem	17	47	64
		% em IVS trabalho	26,6%	73,4%	100,0%
		% em IVS	33,3%	22,9%	25,0%
	Nenhum risco	Contagem	16	16	32
		% em IVS trabalho	50,0%	50,0%	100,0%
		% em IVS	31,4%	7,8%	12,5%
	Vulnerável	Contagem	18	142	160
		% em IVS trabalho	11,3%	88,8%	100,0%
		% em IVS	35,3%	69,3%	62,5%
Total	Contagem	51	205	256	
	% em IVS trabalho	19,9%	80,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

Em Pipa a situação é similar à de Jeri. Das 50 famílias que não possuem nenhum risco em trabalho, apenas 20 (40%) aparecem com situação de vulnerabilidade social. Em comparação, das 109 famílias vulneráveis no ativo trabalho, encontramos 95 delas ou 87% em situação de vulnerabilidade social.

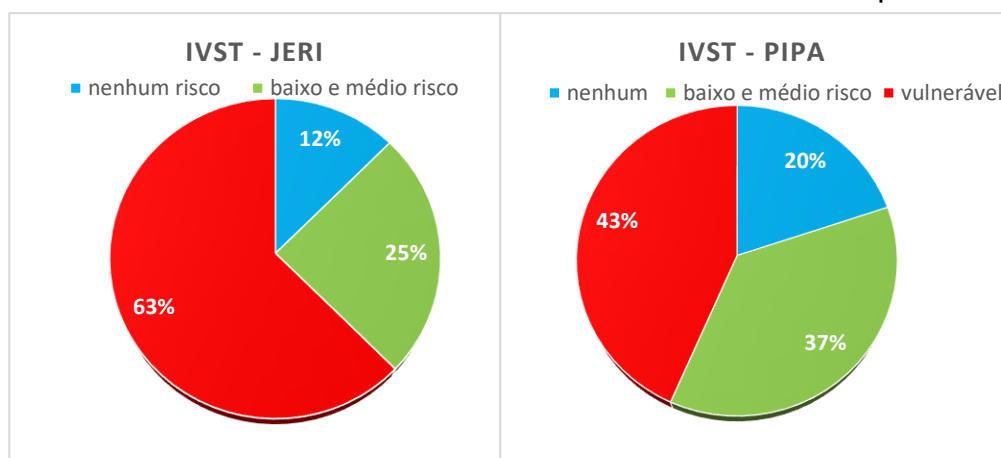
Tabela 85: Tabulação cruzada IVS trabalho (PIPA) * IVScT

			IVS		Total
			N	S	
IVS trabalho	Médio e alto risco	Contagem	31	61	92
		% em IVS trabalho	33,7%	66,3%	100,0%
		% em IVS	41,3%	34,7%	36,7%
	Nenhum risco	Contagem	30	20	50
		% em IVS trabalho	60,0%	40,0%	100,0%
		% em IVS	40,0%	11,4%	19,9%
	Vulnerável	Contagem	14	95	109
		% em IVS trabalho	12,8%	87,2%	100,0%
		% em IVS	18,7%	54,0%	43,4%
Total	Contagem	75	176	251	
	% em IVS trabalho	29,9%	70,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

Em relação ao cenário de vulnerabilidade em relação ao ativo trabalho em Jeri e Pipa, podemos observar que 63% e 43% dos domicílios são vulneráveis. Portanto a situação do trabalho em Jeri é bastante preocupante se comparamos a o cenário de Pipa. Enquanto 57% dos domicílios em Pipa não são vulneráveis em trabalho (nenhum ou baixo e médio risco socioeconômico) em relação ao trabalho

em Jeri, apenas 37% (menos da metade) dos domicílios não são vulneráveis em trabalho, estando 63% dos chefes de família em situação de vulnerabilidade.

Gráfico 65: Resultado do ATIVO trabalho em Jeri e Pipa



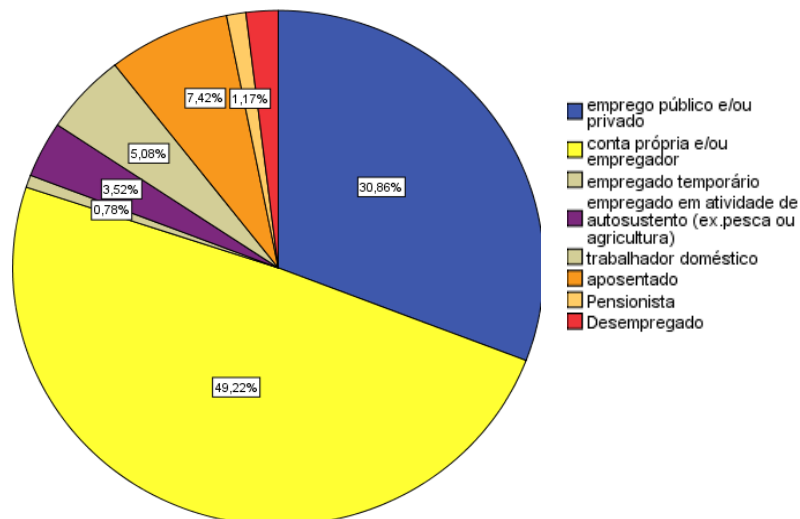
Esse resultado em relação ao cenário geral das famílias vulneráveis em trabalho em ambas as comunidades, tem relação com a precariedade dos trabalhos da atividade turística. A maioria dos trabalhadores do turismo trabalha de mais (ultrapassando as 50 horas semanais) e trabalha de menos ao longo do ano (sazonalidade do turismo). Nas temporadas baixas ou tempo de desemprego, muitos não podem contar com qualquer apoio social, pois a grande maioria dos trabalhos no sector do turismo são informais ou temporários.

A pesar de todo gasto público para incentivar a criação e consolidação da atividade turística em Jeri e Pipa e do discurso associado ao potencial dessa atividade na criação de emprego e renda, o que encontramos na prática é apenas um 30% dos chefes de família que possuem um trabalho público e/ou privado (não necessariamente relacionado diretamente com o turismo). Em comparação encontramos um 49% dos chefes de família em Jeri que trabalham por conta própria (legalizados e não legalizados).

A respeito das famílias que afirmam trabalhar por conta própria em Jeri é possível encontrar, em sua maioria, dedicando-se ao “comércio de rua”, e/ou venda ambulante e/ou informal. Ademais poucos dos chefes de família desempenham alguma atividade econômica relacionada diretamente com o turismo. A grosso modo, poucos chefes de família possuem algum trabalho estável, na verdade a ocupação é ganhar dinheiro - seja vendendo marmita, tapioca, café, água na praia, caipirinha – para sobreviver, como o caso da moradora de Jeri, que no caso das

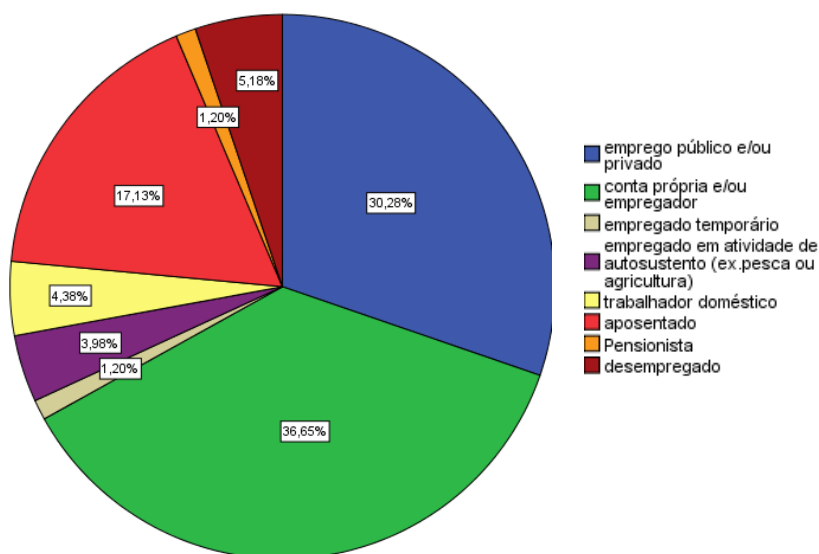
comunidades turísticas, como Jeri, não é uma exceção é uma regra, “*por enquanto a minha atividade econômica é o espetinho que eu vendo. Eu faço os espetinhos só pro almoço como se fosse uma marmitta, também vendo peça de roupa, produto de beleza, mas tudo dentro de casa mesmo*”. (AU., entrevista pessoal, março 2017/Jeri).

Gráfico 66: Situação laboral em Jeri (estabilidade laboral)



Em Pipa assim como em Jeri, apenas 30% dos chefes de família possuem emprego público e/ou privado estável. Entretanto Pipa possui uma porcentagem menor de domicílios que trabalham por conta própria (36%) em comparação a Jeri (49%). Portanto 37% dos chefes de família são empregados em atividades de auto sustento, aposentado, pensionistas, trabalhados doméstico ou desempregado.

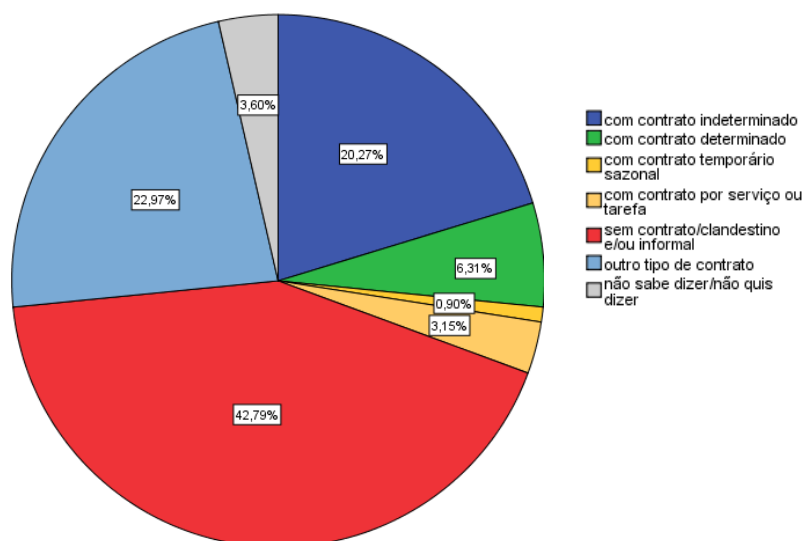
Gráfico 67: Situação laboral em Pipa (estabilidade laboral)



Em relação aos contratos laborais em Jeri, encontramos apenas um 20% dos domicílios que possuem um contrato indeterminado e um 6,31% com contratados determinados (até 2 anos). Também encontramos um 0,90% e 3% que possuem contratos temporários (até 6 meses) ou por serviço e tarefa. Em comparação 42,79 % dos chefes de família de Jeri não possuem nenhum contrato laboral, ou seja, trabalha na clandestinidade e informalidade.

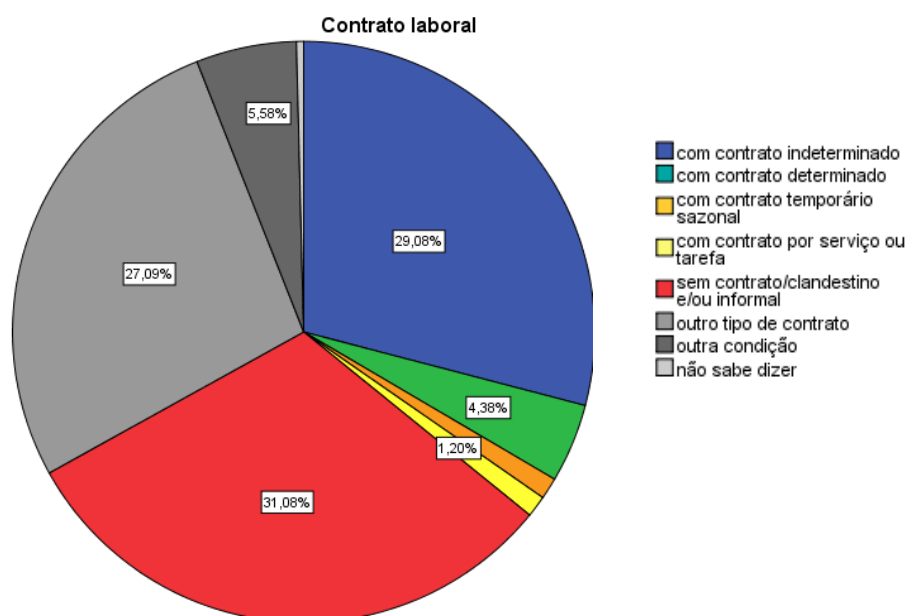
A pesar de existir um discurso pronto sobre a capacidade do turismo de gerar oportunidades de emprego e renda, o que encontramos na realidade, é uma maioria que vive trabalha por conta própria e ademais, em uma condição informal e clandestina, como nos relata a moradora de Jeri, *“Eu já trabalhei muito pros outros antes de eu ficar com esse problema, a osteoporose. Na época eu nunca tive carteira assinada. Eu nunca trabalhei de carteira assinada não”*. (SH., entrevista pessoal, março 2017/Jeri).

Gráfico 68: Tipo de contrato laboral (Jeri)



Em relação a Pipa, 37,45% dos chefes de família possuem um emprego público e/ou privado (emprego estável), portanto uma situação melhor do que a situação encontrada em Jeri. Ademais apenas 27,49% dos chefes de famílias não possuem contratos de trabalhos (clandestinidade e informalidade), em comparação com Jeri que 42,79% dos chefes sobrevivem graças a informalidade.

Gráfico 69: Tipo de contrato laboral (Pipa)

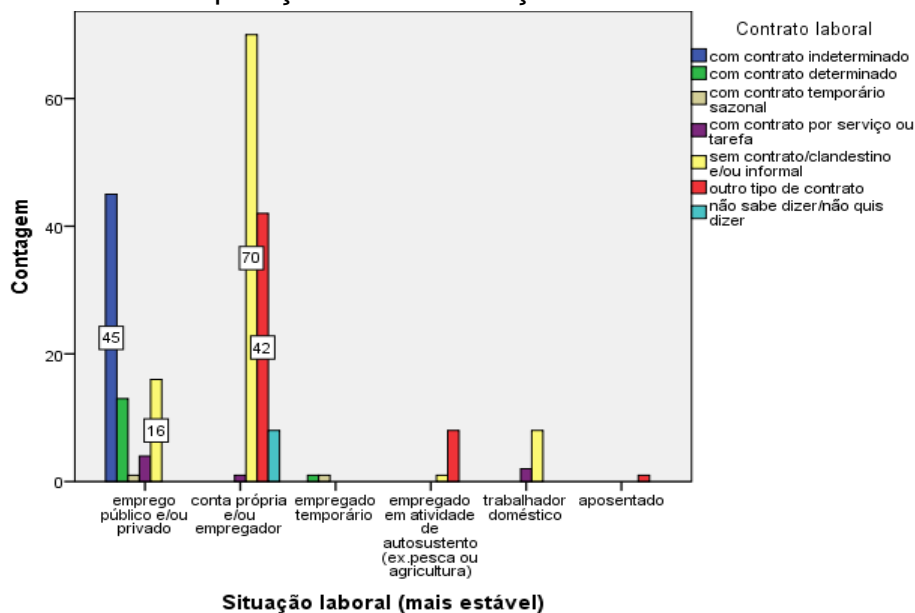


A informalidade também é um fator de sobrevivência, não só por falta de emprego assalariado, mas também, por questão do custo de vida em Pipa, por exemplo. O autônomo e morador nativo de Pipa explica que é uma questão de necessidade trabalhar informal e em multiempregos para dar conta de todos os gastos e contas da sua família,

Então, hoje para mim viver com 11 filhos ganhando 1 salário, jamais conseguiria sobreviver, então, é assim, hoje eu faço de tudo, eu faço uma instalação, eu trabalho com alvenaria, trabalho com vendas de terrenos, trabalho com taxi, trabalho com financiamento de moto, carro, então assim, minha vida, no dia a dia é uma correria, (JUC., entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa).

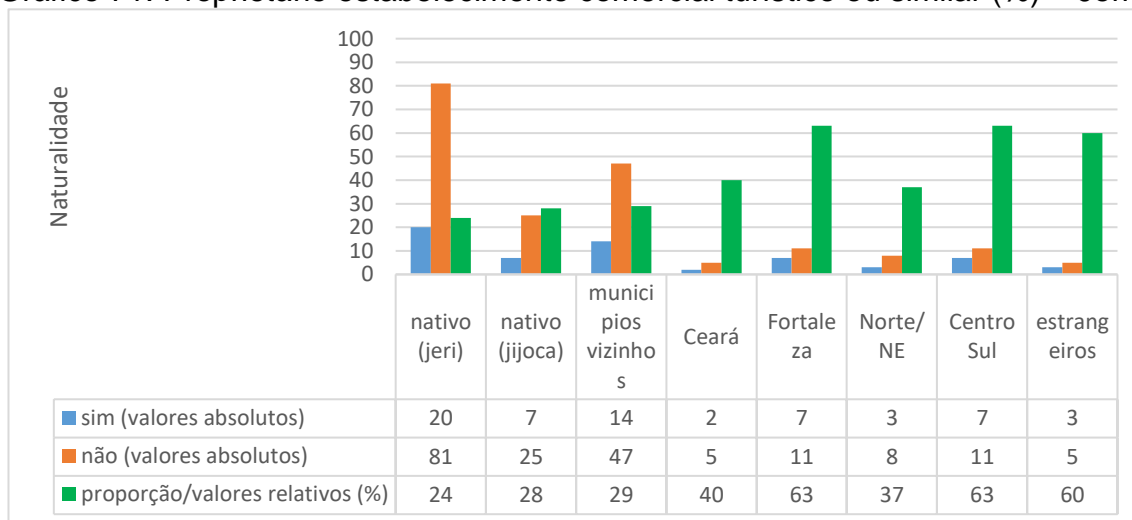
Ademais, se observamos o gráfico 70, entre as situações e os contratos laborais em Jeri e Pipa podemos entender o cenário de vulnerabilidade em relação ao trabalho em ambas as comunidades. Em relação a Jeri, uma maioria dos chefes de família que trabalham por conta própria trabalham na clandestinidade e informalidade (70 domicílios).

Gráfico 70: Comparação entre a situação laboral e o contrato laboral (Jeri)



Em relação aos estabelecimentos comerciais turísticos ou similar em Jeri, podemos observar, conforme gráfico 71, que 63% dos adventícios provenientes do Centro Sul e de Fortaleza (capital) são proprietários de algum estabelecimento comercial em Jeri. Na continuação, 60% dos estrangeiros é empresário em Jeri. Em comparação, apenas 24% dos chefes de família nativos de Jeri afirmam ser proprietário ou empresário na comunidade. A pesar dos nativos, em valores absolutos, possuem mais estabelecimento comercial em comparação aos adventícios (forasteiros), somando um total de 20 comércios, se analisamos em termos proporcionais, a cada 20 nativos empresários, existem 81 que não são.

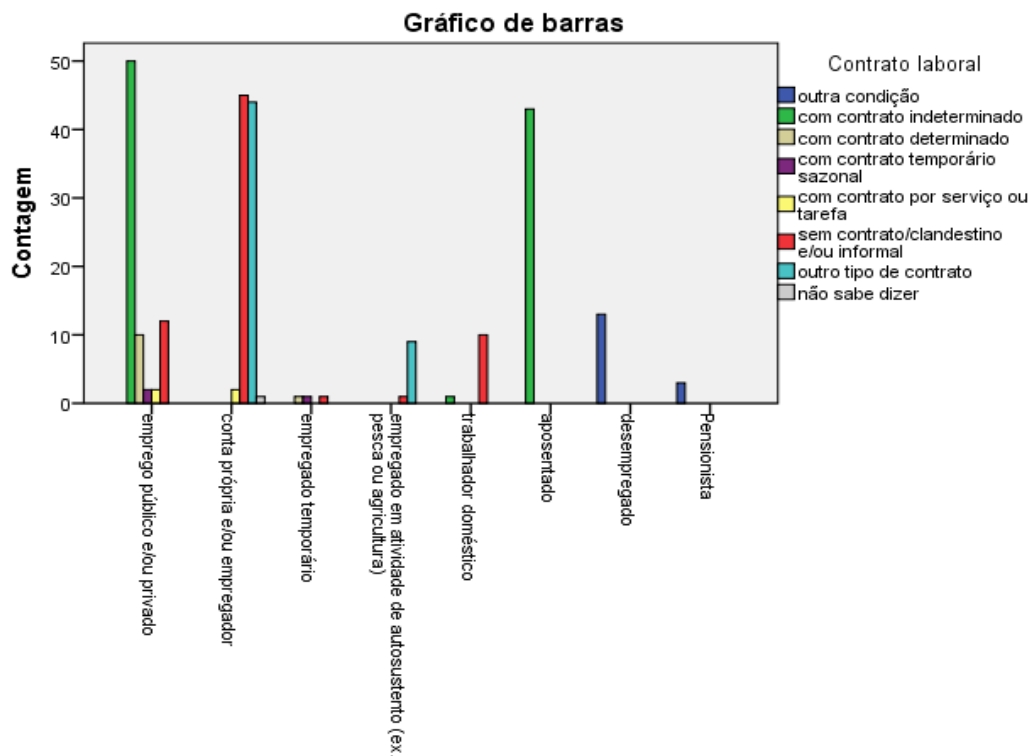
Gráfico 71: Proprietário estabelecimento comercial turístico ou similar (%) – Jeri



Em resumo são os adventícios que, proporcionalmente, dominam o comércio e os serviços turísticos em Jeri, principalmente os que são provenientes da região Centro-Sul, Fortaleza, Estrangeiros, do estado do Ceará e da região Norte e Nordeste.

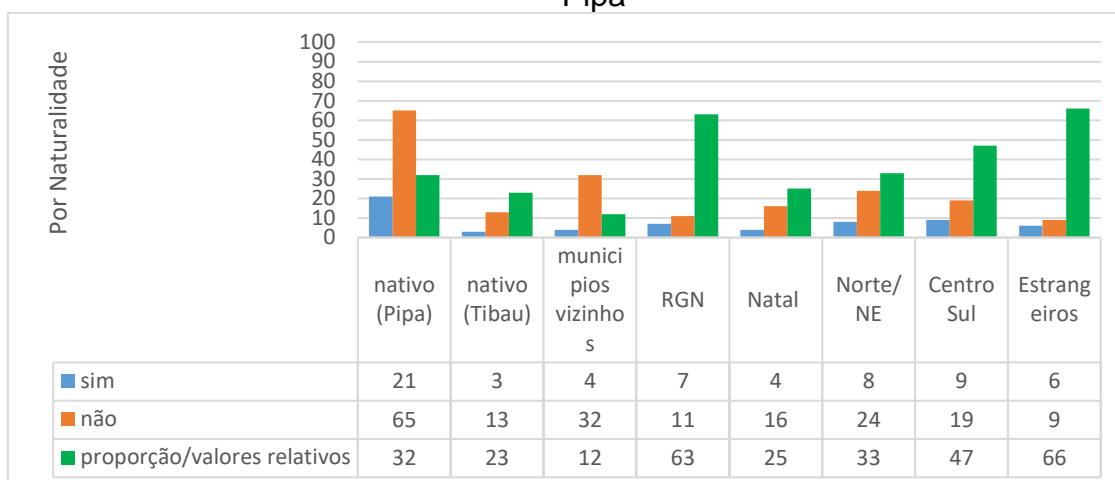
Observando o gráfico, as situações de trabalho parecem ser mais positivas em Pipa do que em Jeri. A pesar de uma grande parte dos chefes de família que trabalham por conta própria de forma clandestina e ilegal, também existe uma maioria que possui emprego público/privado com contrato indeterminado.

Gráfico 72: Comparação entre situação laboral e o tipo de contrato laboral (Pipa)



Além disso, é possível observar a partir do gráfico 73, que os nativos de Pipa são os que mais possuem estabelecimentos comercial ou turístico na comunidade (21 comércios) em comparação com os demais adventícios (em individual). Entretanto, em termos proporcionais/relativos não são os nativos que mais possuem comércio em Pipa, pois apenas 32% dos nativos possuem algum estabelecimento comercial ou turístico, ou seja, para cada 21 nativo empresário, existem 65 que não são. Analisando em termos relativos podemos destacar os estrangeiros (66%), os adventícios do RGN (63%), do Centro-Sul (47%) e do Norte Nordeste (33%), estes são os que mais possuem estabelecimentos em Pipa.

Gráfico 73: Proprietário de algum estabelecimento comercial ou turístico (%) – Pipa

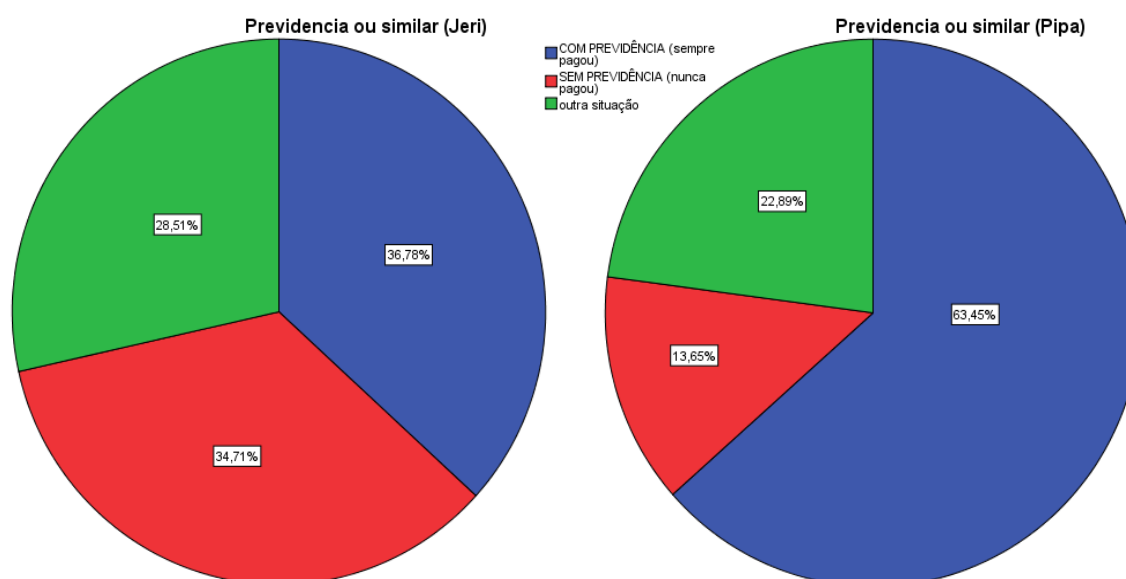


Em Pipa, além do resultado quantitativo, a própria população, segundo seu senso comum, relata que a maioria do comércio ou dos estabelecimentos turísticos em Pipa são de pessoas de fora, conforme trecho abaixo,

Se você for na principal, aí esse comércio é de um nativo? Não, é de um italiano. Esse aqui? De um espanhol. Esse aqui? De inglês. Por aí vai, a maioria é do pessoal de fora. (...) as pessoas que estão em pontos na Pipa, que dizem os nativos que estão na rua principal, são pessoas que não saíram dali, tinham os filhos, construíram seu próprio negócio, montaram e trabalham lá. (IZ., entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa)

Em relação aos assegurados da previdência social em Jeri, apenas 36% dos chefes de domicílios de Jeri sempre pagaram a previdência social, enquanto 34% nunca pagaram ou não são assegurados.

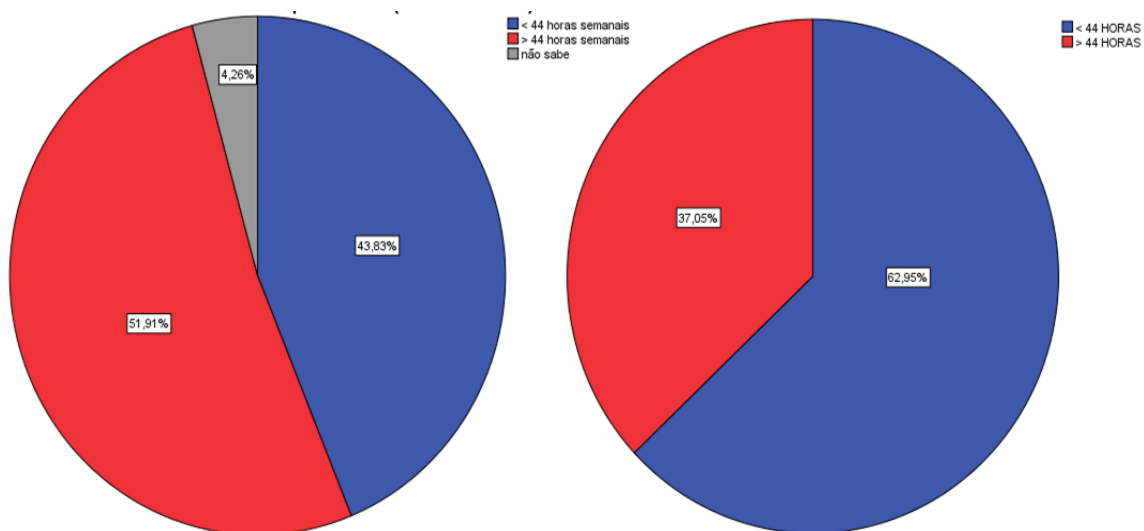
Gráfico 74: Chefes de família com Previdência social ou similar (Jeri e Pipa)



Em relação a Pipa, 63% dos chefes de famílias sempre pagaram a previdência, ademais dos 22% que também pagaram (aposentados e pensionistas) e que pagam através de empresas e sindicatos. Entretanto, cabe, destacar que 13% dos chefes de família nunca pagaram a previdência.

Em relação as horas de trabalho, 51,92% dos chefes de famílias de Jeri trabalham mais de 44 horas semanais. A horas de trabalho em Jeri tem a ver com a própria instabilidade laboral e a informalidade das ocupações. A famílias ganham do que vendem, se não vendem, não ganham, e por isso, a grande maioria das famílias de Jeri trabalham muito mais que 44 horas semanais, como relata Rogerio, *“olha eu trabalho 15 horas por dia. Mas tem dias que pode ser 15 horas pode ter dia que é menos”* (Rogerio Vasconcelos, entrevista pessoal, março 2017/Jeri).

Gráfico 75: Horas de Trabalho por semana (chefes de família) – Jeri e Pipa

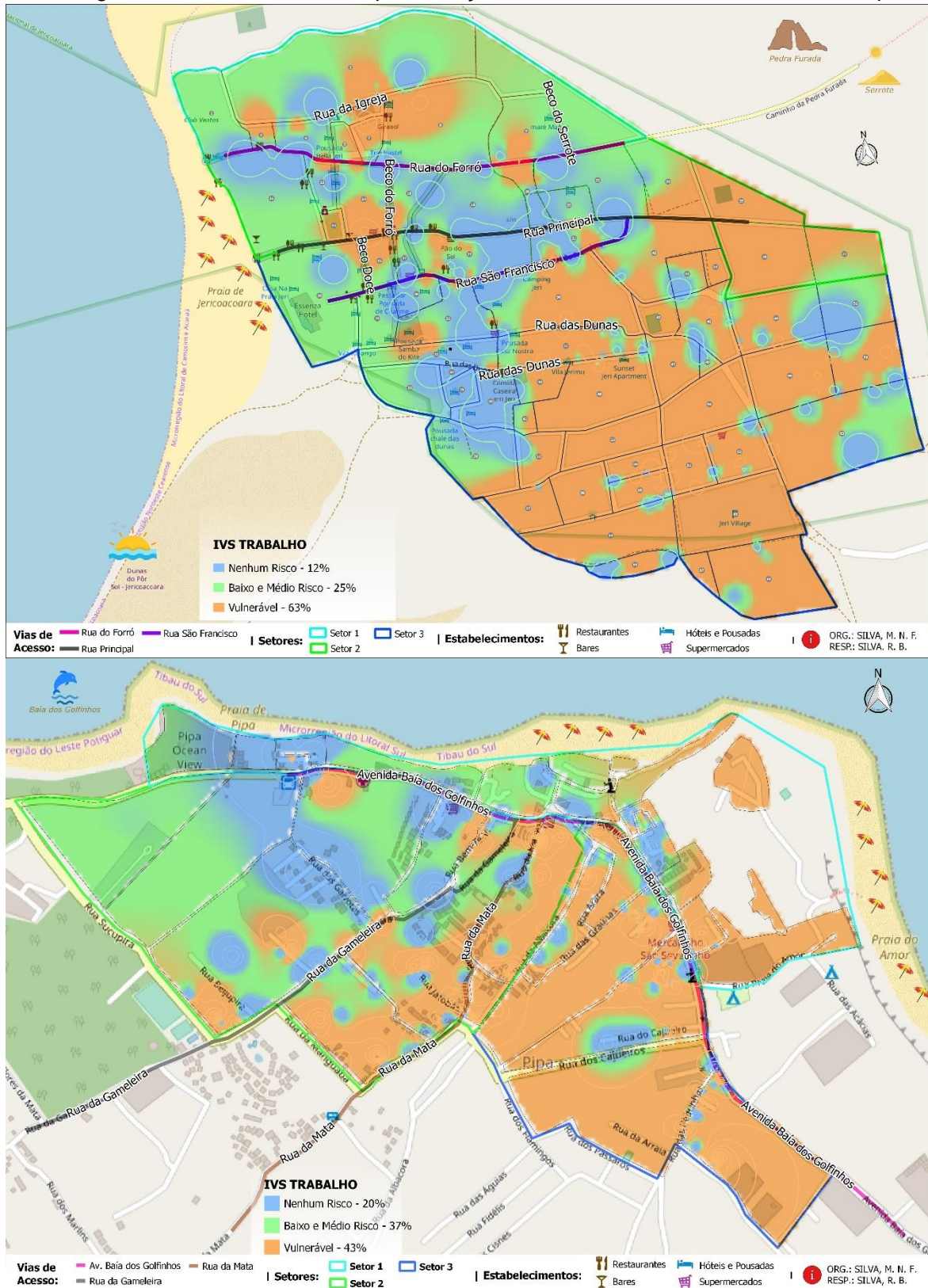


Em relação a Pipa, um 37% dos chefes de família trabalham mais de 44 horas semanais. Em termos gerais, o cenário de vulnerabilidade em trabalho é bem mais caótico e excludente em Jeri do que em Pipa. A pesar de ambas as comunidades possuírem situações bastantes preocupantes quanto a qualidade e estabilidade de trabalho dos chefes de família, em Jeri o cenário de vulnerabilidade se entende para um maior número de famílias.

Em relação a espacialização dos resultados do ativo Trabalho em Jeri, podemos observar como os domicílios que vivem na Nova Jeri parecem ser os mais vulneráveis. Uma verdadeira mancha de vulnerabilidade em quase totalidade da “Nova Jeri”, destacando a segregação socioespacial. Em Pipa, não é diferente as

famílias mais vulneráveis em termo de trabalho vivem na parte menos turística e mais pobre de Pipa.

Cartograma 24: Resultado da espacialização do ativo social trabalho em Jeri e Pipa



Para finalizar o subcapítulo acerca do ativo trabalho, apresentamos abaixo um quadro resumo, destacando os principais resultados e conclusões a respeito desta variável e sua importância no cenário de vulnerabilidade social das comunidades de Jeri e Pipa e na condição de vulnerabilidade social das famílias de ambas as comunidades.

Quadro 39: Principais Resultados e Conclusões sobre o ativo Trabalho

	Resultados	Conclusões
JERI	1. 62,5% dos chefes de família são vulneráveis quanto ao ativo Trabalho. Destes 62,5%, 88,8% são vulneráveis no IVScT (tabela).	1. O ativo trabalho é fator determinante, tanto no cenário de vulnerabilidade social geral das comunidades de Jeri e Pipa, quanto na condição/situação individual de vulnerabilidade de cada domicílio.
PIPA	1. 43,4% dos chefes de família são vulneráveis quanto ao ativo Trabalho. Destes 43,4%, 87,2% são vulneráveis no IVScT (tabela).	
Jeri	2. 30% dos chefes de família possuem emprego público ou privado. Apenas 20% possuem contrato indeterminado e 6% contrato determinado (contrato de até 2 anos). 49% trabalham por Conta Própria. 42,7% dos chefes de famílias trabalham sem contrato/clandestino e/ou informal.	2. A pesar do discurso dos defensores do turismo como motor de emprego e renda, apenas 30 % dos chefes de família de Jeri e 30% em Pipa possuem algum trabalho emprego público ou privado. 49% e 30% dos chefes de famílias trabalham por conta própria. Ademais dos 42,7% e 30% dos chefes de famílias que trabalham no setor informal.
Pipa	2. 30% dos chefes de família possuem emprego público ou privado. 21% possui contrato indeterminado e 4% determinado (contrato de até 2 anos). 36% trabalham por Conta Própria. 30% dos chefes de famílias trabalham sem contrato/clandestino e/ou informal.	
Jeri Pipa	3. A maioria dos chefes de família que trabalham por conta própria em Jeri e Pipa, trabalham sem contrato ou informal (gráficos)	
Jeri	4. Em valores relativos, são os chefes de família de origem de Fortaleza (63%), Centro-Sul (60%) e estrangeiros (60%) que dominam como os proprietários de estabelecimentos turísticos e comerciais. Apenas 24% dos nativos de Jeri possuem algum estabelecimento turístico ou comercial (gráfico)	4. A grande maioria dos empresários e proprietários de algum estabelecimento comercial ou turístico são advindos de outras regiões ou de outros países. Apenas 24% dos nativos de Jeri e 32% dos nativos de Pipa possui algum comércio. Uma porcentagem que provavelmente diminuirá ao longo dos anos, visto que a maioria dos nativos não possuem se quer acesso a créditos e contas (subcapítulo D).
Pipa	4. Em valores relativos, são os chefes de família de origem estrangeira (66%), Rio Grande do Norte (63%) e do Centro-Sul (47%) que dominam como os proprietários de estabelecimentos turísticos e comerciais. Apenas 32% dos nativos de Pipa possuem algum estabelecimento turístico ou comercial (gráfico)	
Jeri Pipa	5. 34% dos chefes de família (Jeri) e 13% de Pipa não pagam ou nunca pagaram a previdência	5. Uma população vulnerável a ficar sem aposentadorias por doença ou invalidez, sobretudo em Jeri.
Jeri Pipa	6. 52% dos chefes de família (Jeri) e 37% de Pipa trabalham mais de 44 horas semanais.	
Jeri Pipa	7. A maioria dos domicílios vulneráveis no ativo trabalho residem nas áreas não-turísticas (cartograma).	7. A vulnerabilidade se reflete sobre os grupos e sobre espaços determinados, sobretudo naqueles que não tem valor para o capital privado.

VIII –ATIVO RENDA E RECURSOS MONETÁRIOS (IVSR)

O ativo renda, junto com o ativo trabalho é de total importância para que as famílias possam ter suas necessidades básicas satisfeitas. A renda é a maior e mais poderosa moeda de compra e por isso é a variável mais importante para as políticas públicas contra a pobreza. A importância da renda para uma família e para o seu desenvolvimento humano e social é fato, e não cabe discussão contrária, apesar de não ser a única variável importante para o desenvolvimento humano de um indivíduo ou família.

Ademais, vale ressaltar que a renda, como um recurso para acessar as outras necessidades básicas para a vida, deve-se ser analisada em sua complexidade, e não apenas como renda absoluta. Portanto é necessário saber sobre a renda per capita, as dificuldades de acesso à renda, a dependência do turismo e a variação da renda (sazonalidade), dificuldades de uma família chegar à final do mês com a renda, o custo de vida na comunidade e a instabilidade da renda e a distribuição espacial da renda sobre a comunidade, são alguns exemplos de componentes que devem ser avaliados.

Portanto, sabendo da importância da renda e dos recursos monetários para a satisfação das necessidades básicas e da diminuição do processo de vulnerabilidade social, cabe analisar a situação das famílias em Jeri e em Pipa (IVScT). Portanto, são as famílias não vulneráveis em Renda em Jeri?

Se observamos a tabulação, podemos ver a importância direta entre a renda e as situações de vulnerabilidade social. Dos 31 e 165 domicílios socialmente vulneráveis e vulneráveis em Jeri, 100% deles se encontram em situação de vulnerabilidade social (IVScT). Em relação às famílias não-vulneráveis, podemos observar que existe uma menor porcentagem delas em situações de vulnerabilidade social. Portanto, apesar de a renda não ser a única variável e ativo para um contexto de desenvolvimento e bem-estar social, entretanto conforme o resultado de Jeri, a distribuição/concentração da renda consiste em uma peça chave que separa as famílias vulneráveis, das famílias não vulneráveis ou menos vulneráveis.

Tabela 86: tabulação cruzada IVS Renda e IVScT (Jeri)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS renda	Baixo e médio risco	Contagem	11	23	34
		% em IVS renda	32,4%	67,6%	100,0%
		% em IVS	21,6%	11,2%	13,3%
	Nenhum risco	Contagem	6	4	10
		% em IVS renda	60,0%	40,0%	100,0%
		% em IVS	11,8%	2,0%	3,9%
	Socialmente não vulnerável	Contagem	16	0	16
		% em IVS renda	100,0%	0,0%	100,0%
		% em IVS	31,4%	0,0%	6,3%
	Socialmente vulnerável	Contagem	0	31	31
		% em IVS renda	0,0%	100,0%	100,0%
		% em IVS	0,0%	15,1%	12,1%
	Vulnerável	Contagem	18	147	165
		% em IVS renda	10,9%	89,1%	100,0%
		% em IVS	35,3%	71,7%	64,5%
Total		Contagem	51	205	256
		% em IVS renda	19,9%	80,1%	100,0%
		% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a Pipa, as famílias não-vulneráveis em relação a renda são bem menos vulneráveis que as famílias que apresentam taxas de vulnerabilidade no ativo renda. Fazendo uma comparação entre o cenário de Jeri e Pipa, a renda parece ser uma variável mais importante no contexto de Jeri do que em Pipa. Pode estar relacionado com uma maior desigualdade, instabilidade e concentração de renda entre as famílias de Jeri em comparação a distribuição da renda em Pipa. Em termos gerais, dispor de uma renda e de recursos monetários, em geral, é fundamental para a construção de ambientes familiares mais estáveis e menos vulneráveis.

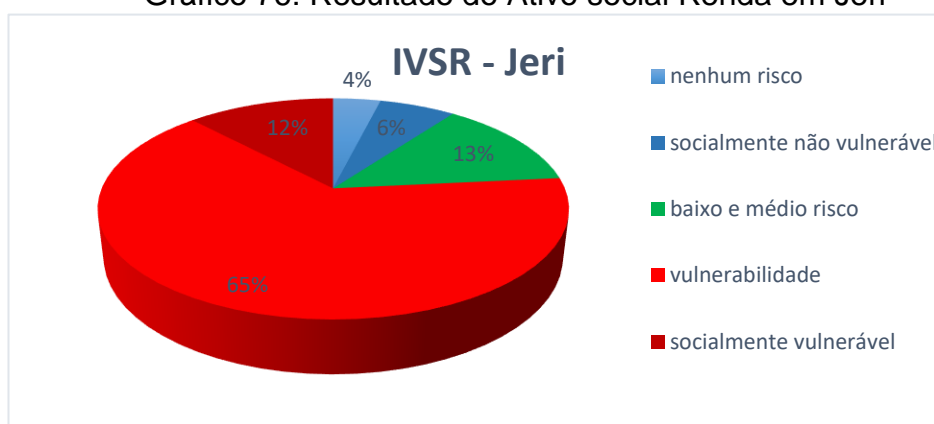
Tabela 87: Tabulação cruzada IVS renda * IVScT (Pipa)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS renda	Médio e alto risco	Contagem	20	23	43
		% em IVS renda	46,5%	53,5%	100,0%
		% em CIVS	26,7%	13,1%	17,1%
	Nenhum risco	Contagem	10	8	18
		% em IVS renda	55,6%	44,4%	100,0%
		% em CIVS	13,3%	4,5%	7,2%
	socialmente não vulnerável	Contagem	10	0	10
		% em IVS renda	100,0%	0,0%	100,0%
		% em CIVS	13,3%	0,0%	4,0%
	socialmente vulnerável	Contagem	0	24	24
		% em IVS renda	0,0%	100,0%	100,0%
		% em CIVS	0,0%	13,6%	9,6%
	Vulnerável	Contagem	35	121	156
		% em IVS renda	22,4%	77,6%	100,0%

	% em CIVS	46,7%	68,8%	62,2%
Total	Contagem	75	176	251
	% em IVS renda	29,9%	70,1%	100,0%
	% em CIVS	100,0%	100,0%	100,0%

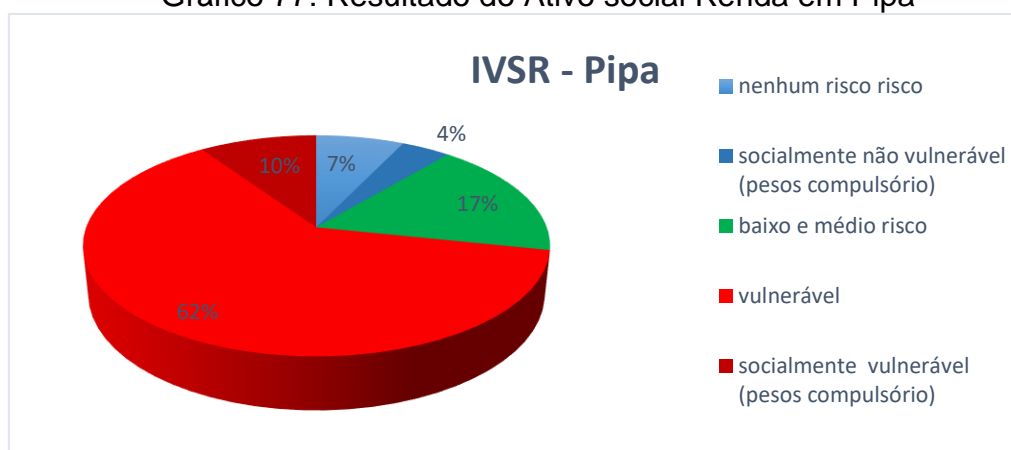
Apresentando a distribuição da renda e o cenário de vulnerabilidade das famílias de Jeri e Pipa, podemos observar que 77% das famílias de Jeri são vulneráveis quanto ao ativo renda. Apenas 20% das famílias de Jeri possuem renda e recursos monetários satisfatório. Em termos, gerais o cenário geral das famílias de Jeri em relação a renda majoritariamente vulnerável.

Gráfico 76: Resultado do Ativo social Renda em Jeri



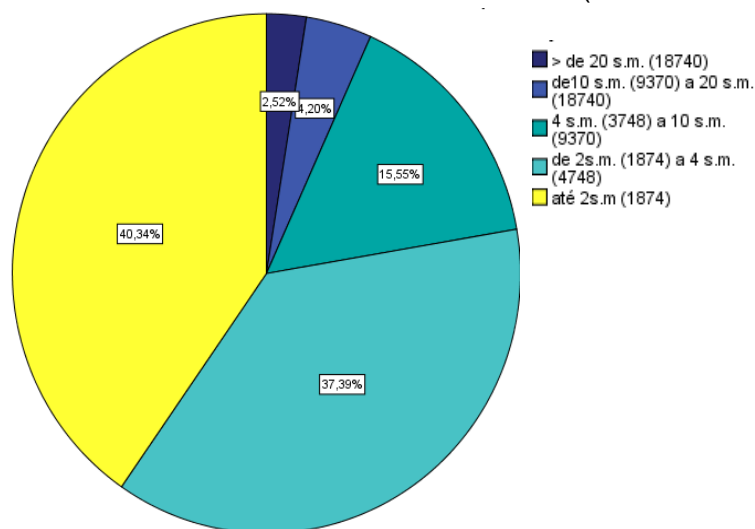
Em relação ao resultado geral da renda em Pipa, podemos afirmar que esta comunidade possui um cenário de vulnerabilidade (renda) bastante similar a Jeri. Encontramos 72% das famílias de Pipa que possuem recursos monetários precários, instáveis e sazonais. Apenas 28% das famílias se encontram em situação mais estável frente ao desenvolvimento do turismo e a precariedade do emprego e renda desta atividade na comunidade.

Gráfico 77: Resultado do Ativo social Renda em Pipa



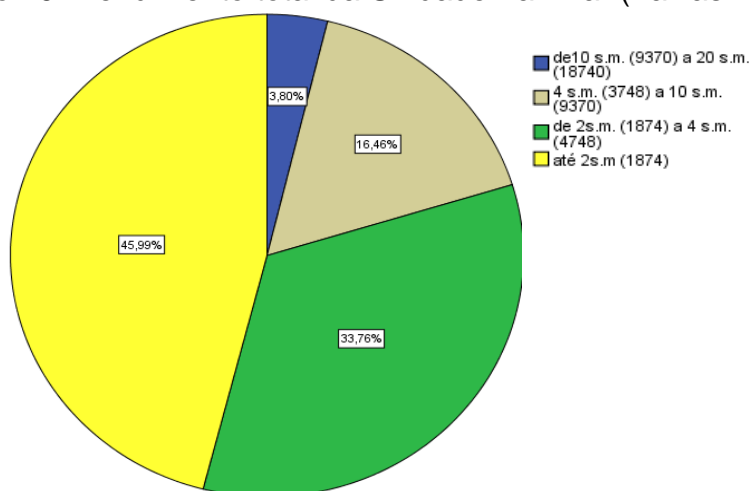
Em relação ao rendimento total das unidades familiares⁵² em JERI, podemos encontrar um cenário de desigualdade na distribuição da renda entre as famílias. Enquanto apenas 2,52% e 4,20% das famílias recebem mais de 20 salários e 10 salários por mês, respectivamente, um total de 77% (40,34% + 37,39%) das famílias de Jeri sobrevivem com menos de 4 salários.

Gráfico 78: Rendimento total da Unidade familiar (Faixas - Jeri)



Em relação a Pipa, apenas 3% das famílias possuem uma renda total entre 10 salários e 20 salários, encontramos 16% das famílias que possuem uma renda entre 4 salários a 10 salários, um total de 33% das famílias ganham entre 2 e 4 salários, e um 45% que ganham até 2 salários.

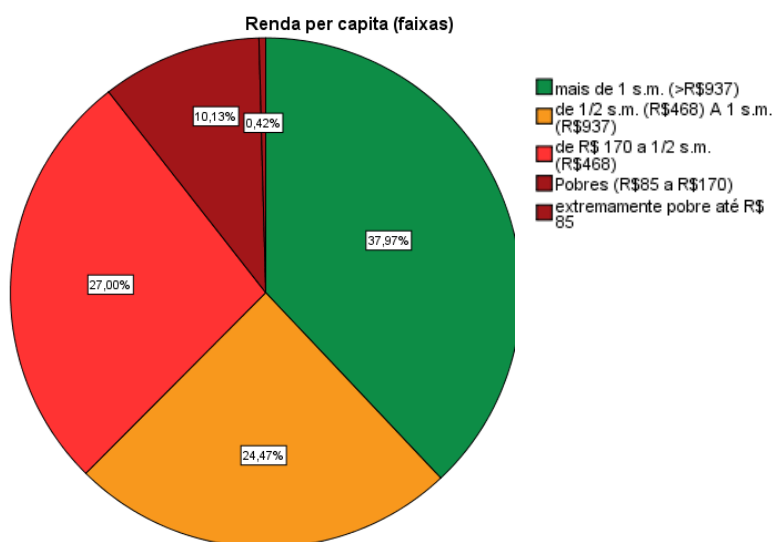
Gráfico 79: Rendimento total da Unidade Familiar (Faixas - Pipa)



⁵² A soma de todas as rendas (formais e informais) do responsável da família e de cada um dos membros do domicílio.

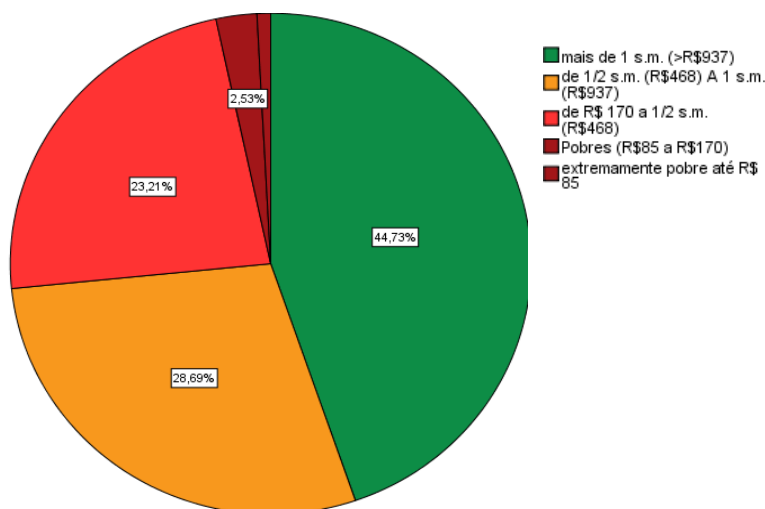
Se analisamos a renda per capita das famílias de Jeri, podemos ver que enquanto 37 % destas famílias possuem uma renda per capita maior que 1 salário mínimo, um 63% das famílias não chegam a ganhar uma renda per capita acima de 1 salário. Ademais, cabe destacar que 10% das famílias possuem uma renda menor que 170 R\$ (pobres e extremamente pobres).

Gráfico 80: Renda per capita (Faixas) - Jeri



Em Pipa a situação é menos alarmante, pois quase a metade das famílias de Jeri possuem uma renda per capita maior que 1 salário mínimo (44,73%). Ademais apenas 2,53% das famílias são consideradas pobres e extremamente pobres conforme o umbral de pobreza em comparação com Jeri que chega uma porcentagem de 27% de pobres e extremamente pobres.

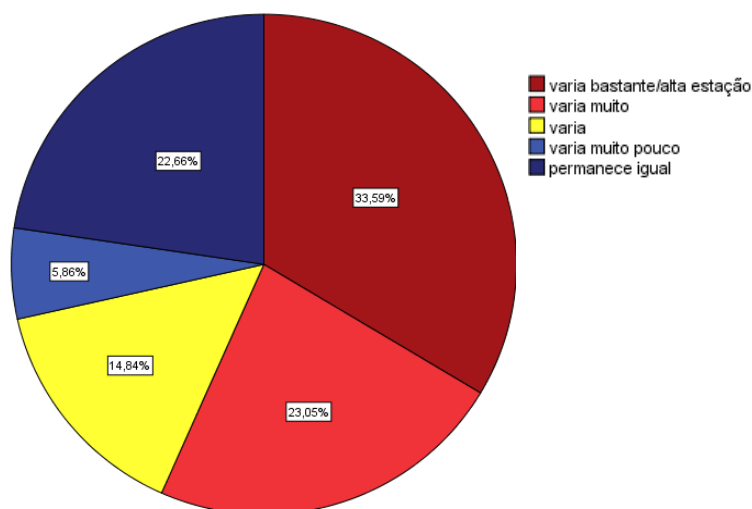
Gráfico 81: Renda Per capita (faixas) – Pipa



Um componente importante para analisar a capacidade do ativo renda nas famílias que vivem em comunidades turísticas é a questão da estabilidade anual desta renda, ou seja, se a renda permanece igual ou mais ou menos igual ao longo do ano. Uma família possui gastos fixos mensais para satisfazer as necessidades básicas de segurança (aluguel, hipoteca, água, luz, etc.) e, sobretudo as necessidades fisiológicas (cesta básica e outros). Entretanto para ter estas necessidades básicas satisfeitas é necessária uma renda fixa possa dar conta de suprir estas necessidades mínimas para viver dignamente.

Se observamos o gráfico, mais de 70% dos chefes de família em Jeri não possuem uma renda fixa ou estável. Sabendo da importância das rendas fixas e estáveis para a segurança de uma família, podemos concluir conforme o resultado que um 70% das famílias vivem em situação de instabilidade quanto aos recursos monetários e por isso se encontram em situação de vulnerabilidade quanto a possibilidade de satisfação de suas necessidades.

Gráfico 82: Sazonalidade da renda dos chefes de família (Jeri)



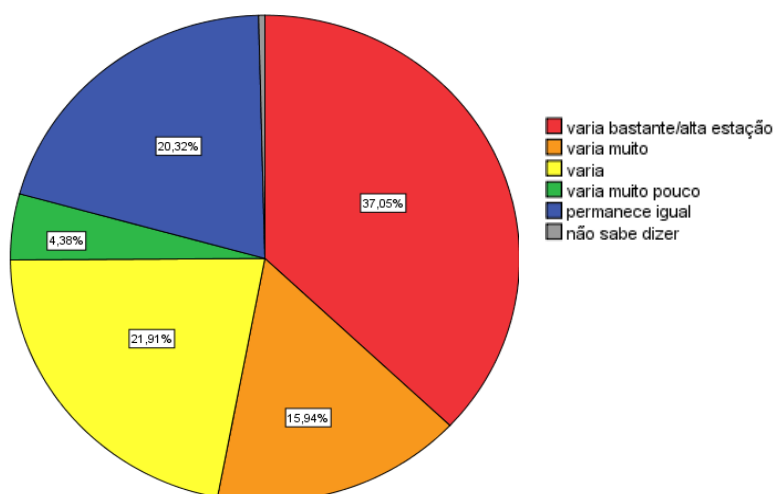
O termo “se virar nos 30” não é uma exceção, mas uma realidade destas comunidades que vivem dependentes de uma atividade econômica como o turismo que é altamente dependente do fluxo e das temporadas altas e baixas,

Por exemplo Janeiro, a gente ganha mais que fevereiro, março e abril. A gente só vai ganhar bem como em janeiro no mês de junho e junho. Não só eu, é todo mundo que trabalha por conta própria praticamente ganha mais dinheiro em janeiro, junho e julho e às vezes dezembro, mas dá para ir girando. Tem mês que tem mais dificuldade tem mês que a gente tem mais dinheiro. (R.V., entrevista pessoal, março 2017/Jeri)

Em Pipa, a questão da sazonalidade e instabilidade dos recursos monetários parece ser ainda pior em comparação a Jeri. É possível observar que 75% dos chefes de famílias e de suas respectivas famílias vivem totalmente reféns de uma renda volúvel e instável ao largo do ano,

Não, tenho uma lanchonetizinha aqui também. É aqui pertinho. Mas é um negócio assim, um dia que dar pra vender 40 ou 50 reais é um benção de Deus, quando é a baixa, até fecha, fecha porque não tem. A pipa na baixa aqui fica um negócio tão deserto (JAI. Entrevista pessoal, março 2017/Jeri))

Gráfico 83: Sazonalidade da renda dos chefes de família (Pipa)



Outro fator de importância para análise quanto a estabilidade e segurança de uma renda familiar é o nível de dependência de um chefe de família ou de uma família em uma única atividade econômica. Principalmente pela volatilidade da atividade turística, somado ao processo de sazonalidade inerente a atividade, e sobretudo pelo ciclo de vida destes destinos turísticos (BUTLER, 1980).

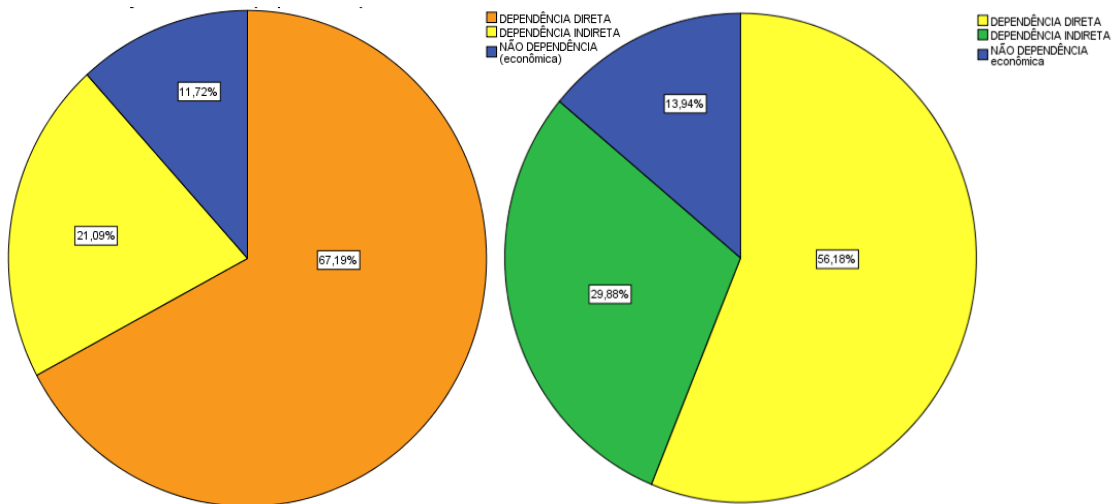
Levando em consideração a dependência econômica dos chefes de famílias em relação a atividade turística, encontramos 67% e 56% (Jeri e Pipa) de responsáveis familiares que vivem e sobrevivem diretamente do turismo. Outros 21% e 29% que vivem indiretamente do turismo, e apenas 11,72% e 13,94% que não dependem ou não possuem uma relação de dependência com o turismo. Em termos gerais, 89% e 86% das famílias de Jeri e Pipa são dependentes direto ou indiretos da atividade turística.

“Acabaria com todo mundo aqui. Porque aí não tinha mais trabalho para ninguém, porque aqui tudo é o turismo, porque assim tem gente aqui que não vive do Turismo diretamente, mas vive indiretamente. Quer dizer

indiretamente é impactado pelo turismo”. (R.V. Entrevista pessoa, março 2017/Jeri)

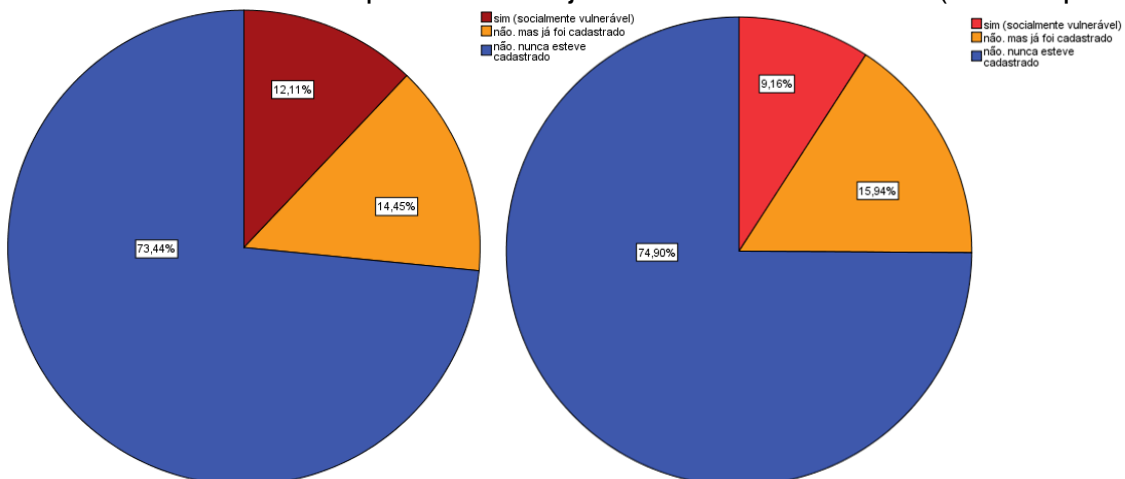
“Se hoje o turismo acabasse, acabou a convivência de Pipa, porque o turismo trouxe boas coisas, mas de uma parte também trouxe coisa ruim, mas se o turismo acabar em Pipa, acabou tudo. As pessoas vão passar necessidade, porque a maioria do povo de Pipa vive do turismo (TAN. Entrevista pessoal, abril 2017/Pipa)

Gráfico 84: Dependência econômica com a atividade turística Jeri/ Pipa



Em relação aos chefes de família ou componentes do domicílios que estão cadastrado no sistema único⁵³ e que recebem algum benefício social (bolsa família e outros), podemos observar que uma pequena minoria recebem alguma ajuda do governo, 12,11% em Jeri e 9,18% em Pipa.

Gráfico 85: Famílias que recebem ajudas sociais do Governo (Jeri e Pipa)



⁵³ **Cadastro Único para Programas Sociais** é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda.

Também é necessário destacar o 14% e 15% das famílias que já foram cadastrados e beneficiadas pelos programas sociais do governo e que hoje não recebem. Quando falamos em vulnerabilidade social, é justamente essa preocupação com pessoas que não são pobres, economicamente, porque possuem ingressos monetários, mas são suscetíveis a cair abaixo da linha de pobreza por falta de capacidade de resposta frente as mudanças e crises adversas.

Portanto, a pesar destes 14% e 15% de chefes de família já não participarem do programa de redistribuição de renda do governo nacional, está claro, que em um passado, não tão distante, já estiveram cadastrados como famílias extremamente pobres, portanto, a pesar de não serem consideradas pobres, economicamente falando, são famílias vulneráveis e com tendência a cair a linha de pobreza. Estas próprias famílias, relatam a dificuldade de sobreviver sem ajuda social do governo, e, portanto, existem as famílias que reconhecem a falta do bolsa família como fonte de ingresso e sobrevivência,

Sim, eu já fui cadastrada, eu já recebi o bolsa família só que cortaram porque eles andaram aqui e viram o que eu tinha, que eu vendia espetinho e disse que eu não precisava. Só que não tem nada a ver, porque se eu for esperar dessa venda desses churrasquinhos eu morro de fome. (AU., entrevista pessoal, março 2017/Jeri)

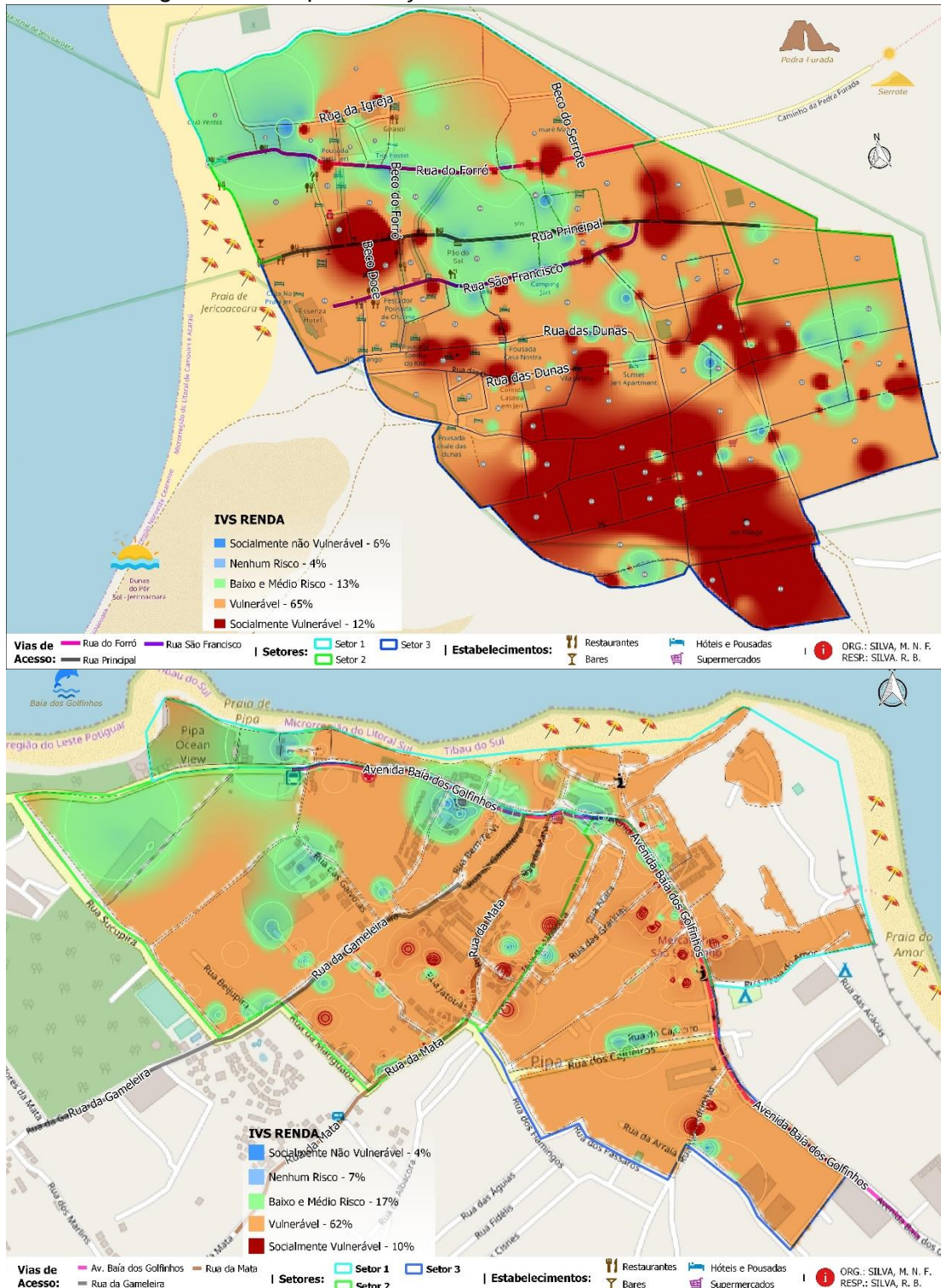
A professora de geografia da rede pública de Pipa também relata sobre a importância do bolsa família para a continuidade das crianças na escola,

O turismo traz emprego para quem? Para quem tem qualificação profissional, e a comunidade, não tem, então o bolsa família é uma, ponta de escape, para eles, está entendendo? Então é com isso, que a gente segura os alunos na escola, o bolsa família, pela frequência, é uma maneira ou de outra, indiretamente de segurar o aluno. (Professora ED., entrevista pessoa, setembro 2015//Pipa)

A distribuição espacial do resultado do ativo renda em Jericoacoara é bastante desigual. Encontramos uma mancha (vermelho escuro) que aponta as famílias socialmente vulneráveis (famílias que recebem benefício do bolsa família). Estas famílias estão concentradas majoritariamente no sul da Nova Jeri. Existe também uma mancha entre azul e verde (nenhum e baixo médio risco socioeconômico) que se concentra na área mais turística de Jeri. A área menos vulnerável está entre a rua do Forró (no Norte) e a rua São Francisco (a rua que separa a Jeri, da Nova Jeri). Esse resultado prova a segregação socioespacial existente entre Jeri e a Nova Jeri. A “nova Jeri”, um espaço construído pela própria população marginalizada e abandonada pela prefeitura e governo. A distribuição

do resultado do ativo renda no território de Pipa é quase que homogêneo. Uma grande maioria estão em situações de vulnerabilidade quanto a renda e estão espalhadas ao largo do território, com alguns poucos pontos espaciais de não-vulnerabilidade. É verdade, que não encontramos situações de extrema pobreza como encontramos em Jericoacoara.

Cartograma 25: Espacialização do resultado do Ativo Renda em Jeri



Para finalizar o subcapítulo acerca do ativo Renda, apresentamos o respectivo quadro resumo, destacando os principais resultados e conclusões a respeito desta variável e sua importância no cenário de vulnerabilidade social das comunidades de Jeri e Pipa e na condição de vulnerabilidade social das famílias de ambas as comunidades.

Quadro 40: Resultados e Conclusões sobre o ativo Renda

	Resultados	Conclusões
Jeri	1. 64,5% dos chefes de família são vulneráveis quanto ao ativo Renda. Destes 64,5%, 89,1% são vulneráveis no IVScT (tabela 86).	1. O ativo Renda aparece como fator determinante, tanto no cenário de vulnerabilidade social geral das comunidades de Jeri e Pipa, quanto na condição/situação individual de vulnerabilidade de cada domicílio, principalmente sobre as famílias de Jeri (89,1%)
Pipa	1. 62,2% dos chefes de família são vulneráveis quanto ao ativo Renda. Destes 62,2%, 77,6% são vulneráveis no IVScT (tabela 87).	
Jeri	2. 40% dos domicílios ganham até 2 salários. Enquanto um 6% dos domicílios ganham mais de 10 salários mensal. (gráfico)	2. alta concentração de renda, tanto em Jeri quanto em Pipa.
Pipa	2. 45% dos domicílios ganham até 2 salários mensais. Enquanto que outros 3,8% dos domicílios ganham mais de 10 salários mínimos ao mês (gráfico)	
Jeri	3. Apenas 37% dos domicílios de Jeri vivem com uma renda Per Capita maior que 1 salário. Outros 65% dos domicílios sobrevivem com uma renda per capita < 1 salário mínimo. Destes 65%, 10% tem uma renda per capita entre R\$ 85 e R\$ 170.	3. Precariedade da renda Uma maioria possui um nível renda muito baixo, principalmente em Jeri.
Pipa	3. Em Pipa, 44% dos domicílios vivem com uma renda Per Capita maior que 1 salário. Outros 56% dos domicílios sobrevivem com uma renda per capita < 1 salário mínimo.	
Jeri Pipa	4. a renda de 70% dos domicílios de Jeri e 75% dos domicílios de Pipa variam ao longo do ano.	4. A sazonalidade do turismo em Jeri e Pipa afeta a renda da grande maioria dos domicílios mensalmente. A economia das famílias está à mercê dos altos e baixos estações.
Jeri Pipa	5. 88% e 86% das famílias são majoritariamente dependentes diretamente e indiretamente das atividades turísticas.	5. Reina a economia uni setorial em favorecimento ao turismo. As comunidades têm dificuldade de diversificar a economias de ambos territórios. Essa é umas das razões para a baixa oferta de empregos, e que a renda das famílias esteja à mercê da sazonalidade da atividade.

D –VULNERABILIDADE SOCIAL EM CAPITAL SOCIAL

O capital social tem gozado de um crescente prestígio nas ciências sociais, tanto na literatura teórica, quanto na literatura aplicada. E, o que seria o Capital Social? Conforme Kaztman (2000) o capital social tem a ver com a capacidade de

um indivíduo mobilizar a vontade de outra (as) pessoas em seu benefício sem recorrer a força ou ameaça de força (KAZTMAN, 2000). O capital social é um instrumento que pode contribuir para a inserção de um indivíduo no mercado laboral, para um empréstimo de dinheiro não formal (amigos e família), para a utilização de uma casa (residência com permissão do dono, arrendatário, casas dos pais, e outros), e tantas outras situações que não podem ser medidas no capital físico ou humano.

Sabendo da importância do capital social como ferramenta e estratégia para alcançar melhores níveis de qualidade de vida, como se encontra a situação de vulnerabilidade de Jeri? São as famílias que possuem mais capital social, menos vulneráveis? Conforme a tabulação, uma grande porcentagem da população de Jeri é vulnerável em capital social, exatamente 232 domicílios. São estas famílias que possuem pouco ou nenhum capital social as mais vulneráveis, com 85,3%. Das famílias com baixo e médio risco em capital social, 40% delas vulneráveis e das famílias com alto risco em capital social, apenas 21% são vulneráveis.

Tabela 88: Tabulação cruzada IVS Capital social * IVScT (Jeri)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS Capital Social	alto risco	Contagem	11	3	14
		% em IVS Capital social	78,6%	21,4%	100,0%
		% em IVS	21,6%	1,5%	5,5%
	baixo e médio risco	Contagem	6	4	10
		% em IVS Capital social	60,0%	40,0%	100,0%
		% em IVS	11,8%	2,0%	3,9%
	vulnerável	Contagem	34	198	232
		% em IVS Capital social	14,7%	85,3%	100,0%
		% em IVS	66,7%	96,6%	90,6%
Total	Contagem	51	205	256	
	% em IVS Capital social	19,9%	80,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

Em Pipa, o capital social parece muito mais forte entre as famílias e ademais existe uma relação de dependência maior entre o capital social e o cenário de vulnerabilidade social de Pipa. Das 3 famílias com nenhum risco, ou seja, com alto grau de capital social, nenhuma (0%) se encontra em situação de vulnerabilidade social (IVScT). Das 8 famílias com um baixo e médio risco, apenas duas (25%) são vulneráveis. Se comparamos com as 210 famílias vulneráveis em capital social, 78% delas estão em situação de vulnerabilidade social. Em outras palavras, as

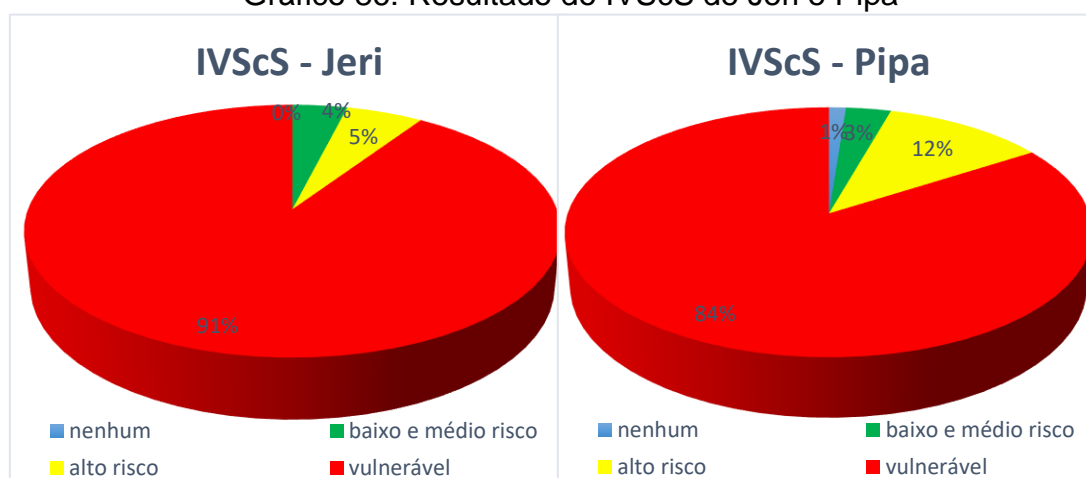
famílias que possuem redes de apoio familiar, comunitária ou política são bem menos suscetíveis as situações de vulnerabilidade social.

Tabela 89: Tabulação cruzada IVS Capital social * IVScT (Pipa)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS Capital social	alto risco	Contagem	20	10	30
		% em IVS Capital social	66,7%	33,3%	100,0%
		% em CIVS	26,7%	5,7%	12,0%
	baixo e médio risco	Contagem	6	2	8
		% em IVS Capital social	75,0%	25,0%	100,0%
		% em CIVS	8,0%	1,1%	3,2%
	nenhum risco	Contagem	3	0	3
		% em IVS Capital social	100,0%	0,0%	100,0%
		% em CIVS	4,0%	0,0%	1,2%
	vulnerável	Contagem	46	164	210
		% em IVS Capital social	21,9%	78,1%	100,0%
		% em CIVS	61,3%	93,2%	83,7%
Total	Contagem	75	176	251	
	% em IVS Capital social	29,9%	70,1%	100,0%	
	% em CIVS	100,0%	100,0%	100,0%	

Qual o cenário geral de capital social dentro das comunidades de Jeri e Pipa? A situação e o cenário de vulnerabilidade em Capital Social chegam a ser mais preocupante do que os cenários de capital humano e físico. Encontramos 91% e 84% de domicílios que possuem níveis baixíssimos de capital social. A forte imigração de “forasteiros⁵⁴” a estas comunidades, somado aos processos de segregação espacial e expulsão de nativos ao largo do tempo pela especulação imobiliária, contribuiu para um contexto social de desconfiança, insegurança e individualismo dentro de ambas as comunidades.

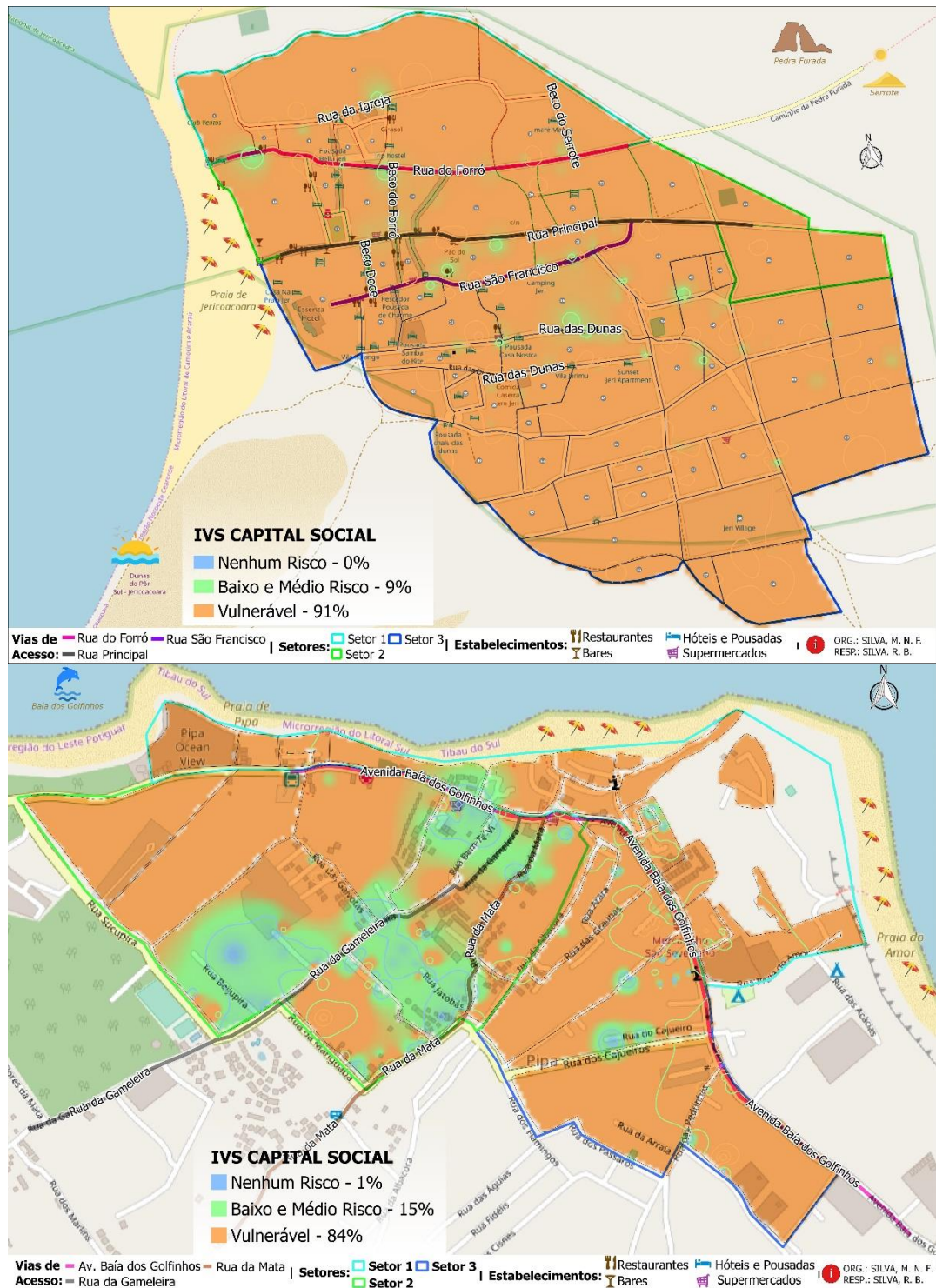
Gráfico 86: Resultado do IVScS de Jeri e Pipa



⁵⁴ Adjetivo utilizado pelos próprios nativos, quando mencionam os indivíduos e famílias advéncias de outras cidades, estados e países.

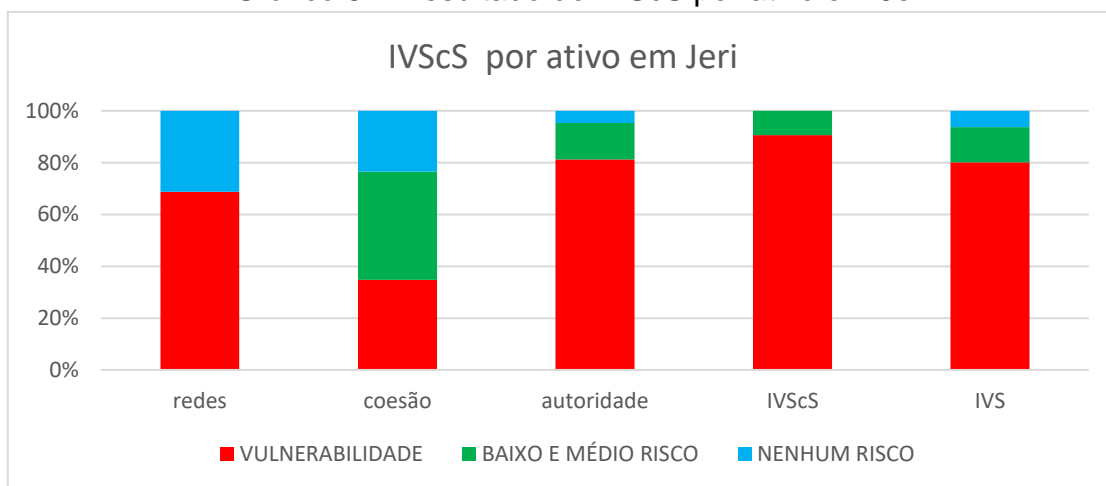
Infelizmente a falta de capital social em Jeri não parece ser uma situação pontual no espaço (segregação socioespacial), podemos observar como o cenário de vulnerabilidade socioespacial é praticamente homogêneo quanto ao capital social da comunidade. Em Pipa, ainda é possível encontrar manchas espaciais de capital social (em verde). Uma situação mais positiva em comparação a de Jeri.

Cartograma 26: Espacialização dos resultados do Capital Social em Jeri e Pipa



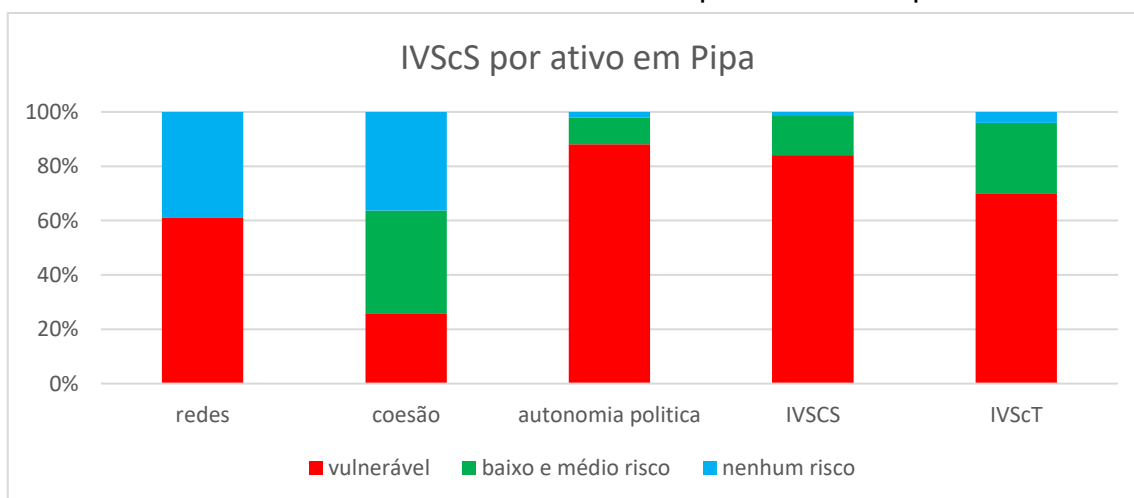
Em relação aos 3 ativos levados em conta para medir e analisar o capital social dos domicílios em Jeri e Pipa, podemos observar que o ativo redes e autoridade política são destacados como os indicadores mais fracos. Em relação a redes de solidariedade e confiança podemos observar que mais de 60% das famílias em Jeri e Pipa apontam situações de desconfiança em relação a vizinhos provedores de serviços essenciais e situações de insegurança e individualidade dentro da comunidade e como essas percepções mudaram com o tempo.

Gráfico 87: Resultado do IVScS por ativo em Jeri



Em relação ao ativo autoridade e ação política, mais de 90% e 80% dos domicílios de Jeri e Pipa encontram-se e/ou percebem-se vulneráveis, ou seja, não possuem controle sobre instituições e processos que afetam diretamente seu bem-estar e tampouco influenciam em decisões locais como respostas políticas mais amplas.

Gráfico 88: Resultado do IVScS por ativo em Pipa



Para finalizar o subcapítulo a respeito à dimensão Capital Social, apresentamos o respectivo quadro resumo, destacando os principais resultados e conclusões a respeito desta variável e sua importância no cenário de vulnerabilidade social das comunidades de Jeri e Pipa e na condição de vulnerabilidade social das famílias de ambas as comunidades.

Quadro 41: Resultado e Conclusões sobre o Capital Social

	Resultados	Conclusões
Jeri	1. 90,6% dos chefes de família são vulneráveis em Capital Social. Destes 90,6%, 85,3% são vulneráveis no IVScT (tabela 88).	1. Conforme resultado foi possível observar que o capital social é um fator determinante sobre o cenário de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa, entretanto, o capital social não é um fator com grande significância para a produção da vulnerabilidade as famílias em particular. Existem um porcentagem maior de famílias que possuem um baixo capital social, mas não são necessariamente vulneráveis quanto ao índice geral.
Pipa	1. 83,7% dos chefes de família são vulneráveis em Capital Social. Destes 83,7%, 78,1% são vulneráveis no IVScT (tabela 89).	
Jeri	2. Vulnerabilidade por ativos: 69% Redes de confiança e solidariedade 35% vulneráveis em Coesão e Integração social 81% vulneráveis ação e autoridade política	2. O ativo ação e autoridade política, ou melhor, a ausência deste ativo social entre os chefes de família e os domicílios foi o que mais contribui na produção do cenário de vulnerabilidade social existente em ambas as comunidades de Jeri e Pipa. A falta de ação política entre os moradores e a total desesperança dos chefes de família em relação aos governantes do Brasil (tanto em escala nacional quanto local) contribui para uma situação generalizada de desconfiança quanto aos projetos políticos locais e nacionais.
Pipa	2. Vulnerabilidade por ativos: 61% Redes de confiança e solidariedade 26% vulneráveis em Coesão e Integração social 88% vulneráveis ação e autoridade política	

Na continuidade se apresenta cada ativo social referente a dimensão Capital Social para um entendimento mais complexo sobre o papel desta dimensão na produção da Vulnerabilidade social de Jeri e Pipa.

IX –Ativo social Redes, confiança e solidariedade

Quando trabalhamos com a abordagem da vulnerabilidade social, é necessário aceitar que esta abordagem é multidimensional e, portanto, inúmeras variáveis podem influenciar nos níveis de incertezas, insegurança e riscos de uma comunidade. Existem casos de famílias pobres (financeiramente falando), mas que não são vulneráveis por causa das suas redes de solidariedade. Assim como existem famílias ricas, mas que são vulneráveis por conviver em um espaço individualista.

Sucintamente, a participação em redes está associada ao capital social estrutural, e por isso, a importância de entender a intensidade da rede, o nível de confiança entre as famílias, vizinhos e comunidades e, conseqüentemente o grau de solidariedade entre os membros desta rede entre os indivíduos da rede e sua influência na ação coletiva do grupo. É neste contexto, que o interesse pelos estudos de redes sociais está também relacionado com o aumento dos estudos na área de economia e sociologia sobre a importância do capital social para a qualidade de vida das famílias e comunidades.

Portanto, como se encontra a situação das redes de confiança e solidariedade em Jeri? São as famílias que possuem melhores redes de interação social, as com menores taxas de vulnerabilidade social? Conforme tabulação cruzada entre o ativo Redes e o IVScT, podemos observar que das 80 famílias que não apresentam nenhum risco nos ativos redes, 55 famílias ou 68% se encontram em situação de vulnerabilidade social. Em comparação das 176 famílias vulneráveis em redes (pouco ou nenhum grau de redes de confiança e solidariedade), 150 famílias (85%) são vulneráveis.

Tabela 90: Tabulação cruzada IVS redes * IVScT (Jeri)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS redes (Geral)	Nenhum risco	Contagem	25	55	80
		% em IVS redes	31,3%	68,8%	100,0%
		% em IVS	49,0%	26,8%	31,3%
	Vulnerável	Contagem	26	150	176
		% em IVS redes	14,8%	85,2%	100,0%
		% em IVS	51,0%	73,2%	68,8%
Total	Contagem	51	205	256	
	% em IVS redes	19,9%	80,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

O cenário de vulnerabilidade social em Pipa, também parece similar ao de Jeri, quando as famílias não vulneráveis no ativo Rede, são bem menos vulneráveis do que as famílias com baixo nível de confiança e solidariedade. Uma grande maioria dos moradores relatam sobre o ambiente individualista de Jeri. A grosso modo, juntamente com o desenvolvimento do turismo, a alta taxa de imigração e também a mudança quanto ao estilo de vida econômico e social em Jeri é comum os relatos pessimistas quanto as questões de confiança, solidariedade e amizades.

Tabela 91: Tabulação cruzada IVS redes * IVScT (Pipa)

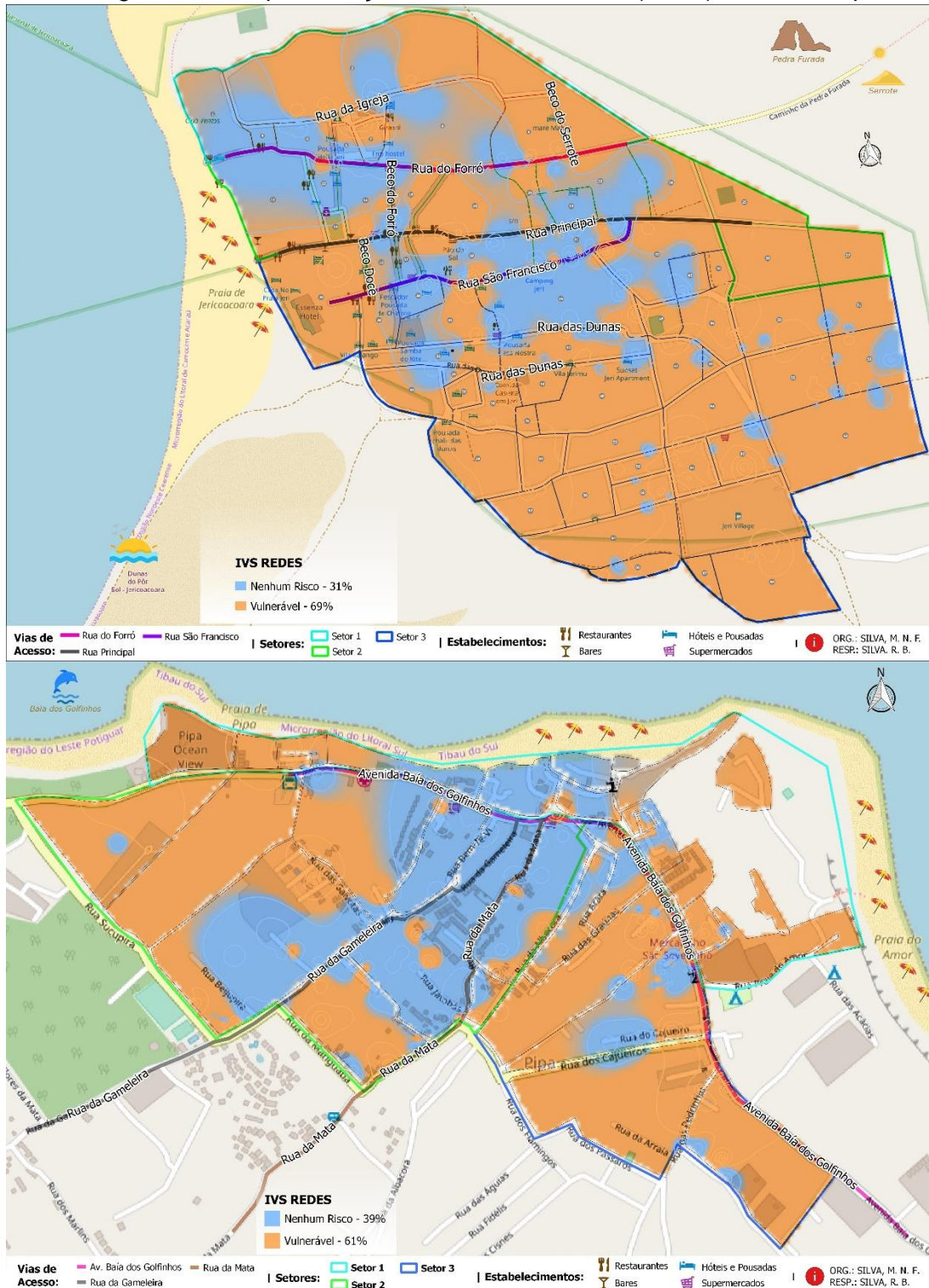
			IVScT		Total
			N	S	
IVS redes, confiança e solidariedade	Nenhum risco	Contagem	44	54	98
		% em IVS redes	44,9%	55,1%	100,0%
		% em IVS	58,7%	30,7%	39,0%
	Vulnerável	Contagem	31	122	153
		% em IVS redes	20,3%	79,7%	100,0%
		% em IVS	41,3%	69,3%	61,0%
Total	Contagem	75	176	251	
	% em IVS redes	29,9%	70,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

Em uma visão geral, sobre as redes de Jeri, podemos destacar três grupos principais quanto ao ativo redes na comunidade: a) primeiro os nativos que possuem um sentimento de pertencimento à comunidade e, ademais um círculo de amigos de infância e, sobretudo familiares na comunidade; b) um segundo grupo, que tem a ver com os empresários e proprietários de hotéis, restaurantes e comércios de médio e grande porte em Jeri, que possui uma rede estratégica de capital social e de capital político na comunidade; c) e um terceiro grupo, que podemos identificar como os trabalhadores imigrantes.

Este terceiro grupo, além de não possuir raízes familiares na comunidade, o baixo e limitado capital físico, financeiro e humano deste grupo impossibilita ou dificulta a criação de redes de confiança e solidariedade (capital social).

Conforme o cartograma abaixo, podemos observar que a distribuição do ativo rede em Jericoacoara está relacionado ao turismo. Podemos observar que as famílias não vulneráveis se espalham e se concentram ao longo da área mais turística de Jeri. A nova Jeri é a área com menos nível de confiança e solidariedade entre os indivíduos, o que pode estar relacionado a situação de migração, segregação, tráfico de drogas e etc. O grau de confiança e solidariedade em Pipa, também se concentra em uma zona específica, na área mais turística. Também existem pontos dispersos de nenhuma vulnerabilidade em redes, nas áreas não turísticas, mais residenciais.

Cartograma 27: Espacialização do resultado do IVS (redes) em Jeri e Pipa

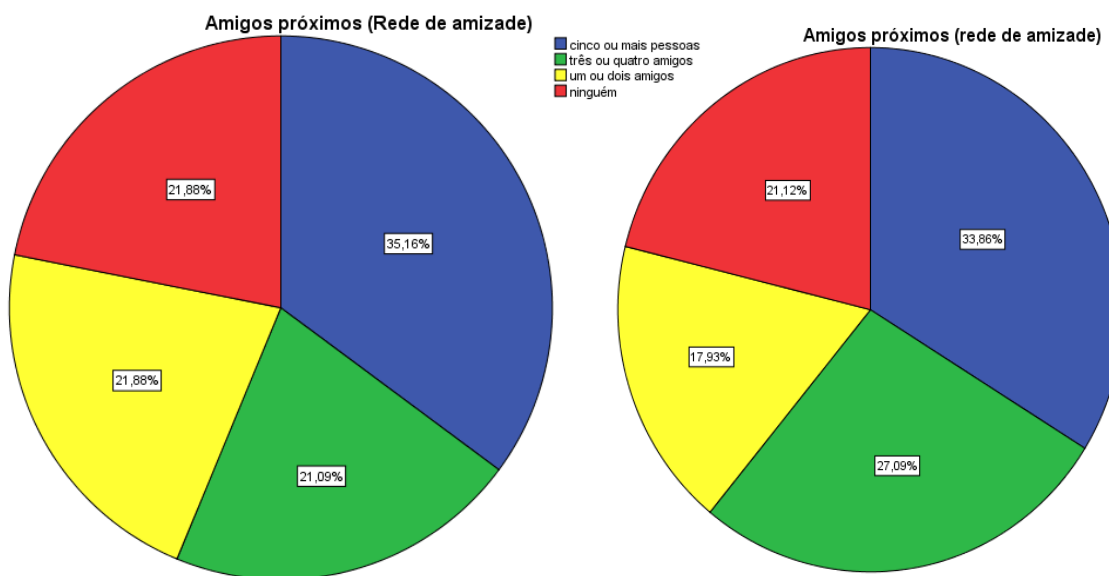


As redes de confiança e solidariedade tem muito a ver com as redes de amizade que um indivíduo e/ou família possui. Por isso, o capital social é o capital menos alienado, pois a rede de amizade, a rede de capital social não pode ser transferida pela hereditariedade. Portanto, conhecer o nível de interação social de

um chefe de família dentro de uma comunidade é importante para conhecer sua capacidade de adaptação e/ou resposta frente as adversidade e crises. Em relação a amigos próximos (rede de amizade e confiança) entre os chefes de família em Jeri e Pipa é praticamente similar.

Um 35% e 33% dos chefes de família, em Jeri e Pipa, afirmam que possuem uma rede de 5 ou mais pessoas (core azul). Apenas 21% e 27% possuem entre 3 e 4 amigos em quem confiar. Entretanto, cabe destacar, que a pesar de Jeri e Pipa serem pequenas comunidades, os chefes de famílias possuem uma rede de confiança curta de amizade.

Gráfico 89: Amigos próximos (Jeri e Pipa)



Este nível de desconfiança de amizade tem muito a ver com o alto processo de imigração em curto prazo de tempo nestas comunidades em decorrência do turismo. Quer dizer, Jeri e Pipa quadruplicaram sua população em menos de 20 anos,

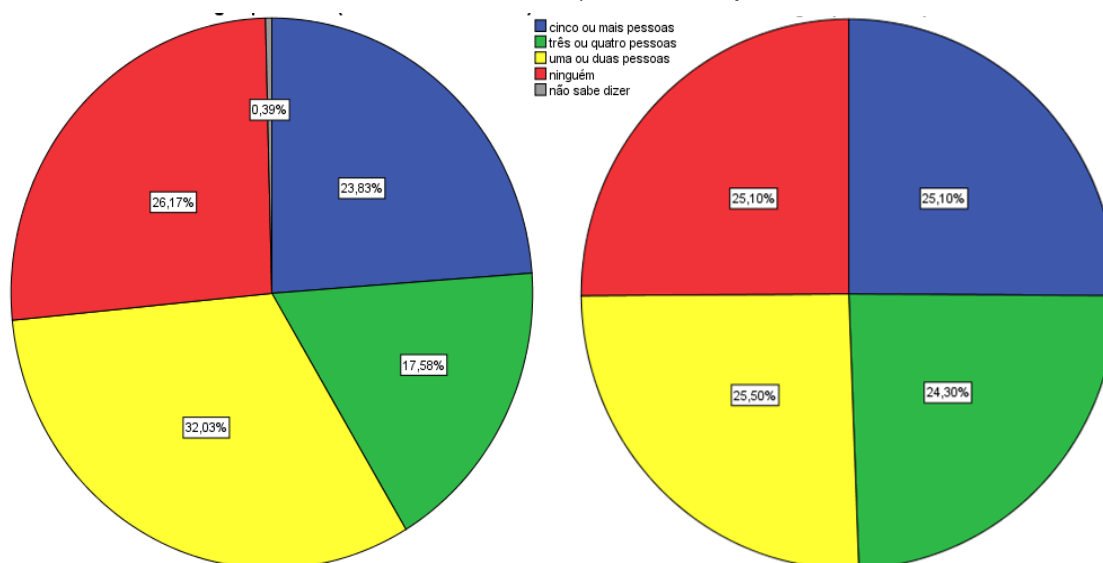
“Ela diminuiu, porque antes era só gente daqui, agora tem tanta gente daqui como gente de fora, então assim, a própria quantidade de pessoa, o trabalho, quando as pessoas vão se envolvendo com o trabalho e vão perdendo o contato com as outras pessoas e vão esquecendo a humildade” (IVA., entrevista pessoal, março 2017/Jeri)

A gente tem uma relação normal. Mas só que, assim, o povo se distanciou mais né. Porque hoje em dia é tanta gente de fora, que mal a gente vê um nativo. Não tem mais aquela convivência de ir para as portas um dos outros conversar aquela coisa. Porque o povo saíram muito pra longe, praticamente, a gente não tem nem aquele convívio que tinha, aquela criatividade que a gente tinha com a vizinhança, só a igreja assim que a gente vê as pessoas do lugar, ai agente ver (FRAN., entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa).

Quando falamos em redes de solidariedade, que tem a ver com as ajudas financeiras, emprestamos entre amigos, inserção em mercado laboral, ajuda em momentos difíceis (doença, morte, desemprego, etc.), encontramos uma rede ainda mais fraca em Jeri e Pipa. A grande maioria que afirmam ter alguém em quem pedir ajuda em momentos difíceis, destacam majoritariamente a família (mãe, filhos, tios e/ou primos) como a única “mão amiga” dentro da comunidade.

Em Jeri, apenas 23,83% e 17,58% dizem confiar em três ou mais pessoas, sobretudo nos familiares. Quer dizer, o capital social dos moradores de Jeri, é sobretudo a família, principalmente no caso dos nativos de Jeri, como relatam os moradores locais de Jeri em entrevista, *“Ave Maria quanto a isso aí, se não fosse os dois irmãos dele que mora ali na esquina era difícil. Agora a gente de fora tem não, só a família dele mesmo”* (IRE., entrevista pessoal, março 2017/Jeri); *“A minha ajuda, e eu trabalhar e comprar as coisas para eles, eu tenho ajuda da família”*. (IVA., entrevista pessoal, março 2017/Jeri)

Gráfico 90: Amigos próximos para situações de emergência (Rede de solidariedade) - Jeri e Pipa



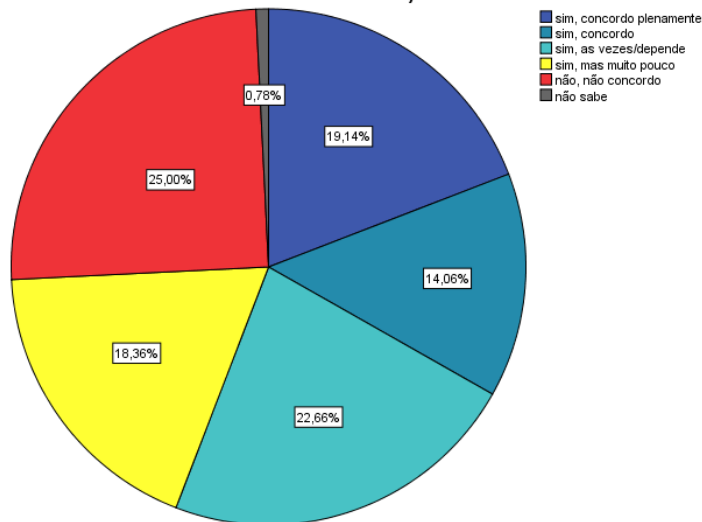
Em Pipa, 25% e 24% dos chefes de família afirmam que possuem entre três ou mais amigos ou familiares para pedir apoio em momentos de dificuldade. Entretanto, existem muitos nativos que afirmam que é muito difícil existir uma ajuda mútua entre moradores, na atualidade,

“Mas é assim, o antes é que, por ser um lugar pequeno, apenas aquela vilinha de pescadores, era só a agricultura e a pesca, que as pessoas, eu sinto que as pessoas eram mais, assim unido, por causa da pesca e da agricultura, também não tinha o que tem hoje, né?” (HEL., entrevista pessoal, setembro de 2015/Pipa)

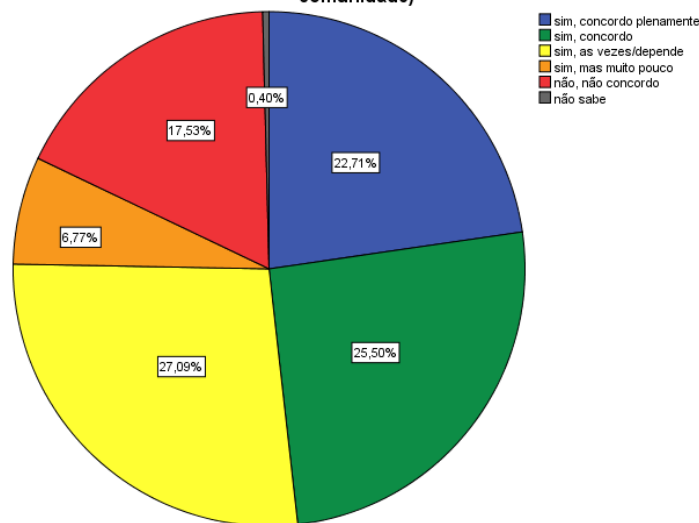
Em relação a percepção dos chefes de família quanto a ajuda mútua e solidariedade entre os membros e grupos de Jeri e Pipa é um pouco negativo. Apenas 19% e 14% dos chefes de famílias em Jeri acreditam no sentimento de solidariedade existente dentro da comunidade. Em contrapartida, 25% e 18% não concordam que exista um sentimento de solidariedade e ajuda mútua na comunidade. Nas entrevistas, falavam muito sobre o sentimento de individualismo na comunidade.

Gráfico 91: Ajuda mútua e solidariedade em Jeri e Pipa

A maioria das pessoas (comunidades) estão dispostas a ajudar? (ajuda mútua na comunidade)



A maioria das pessoas (comunidades) estão dispostas a ajudar? (ajuda mútua na comunidade)

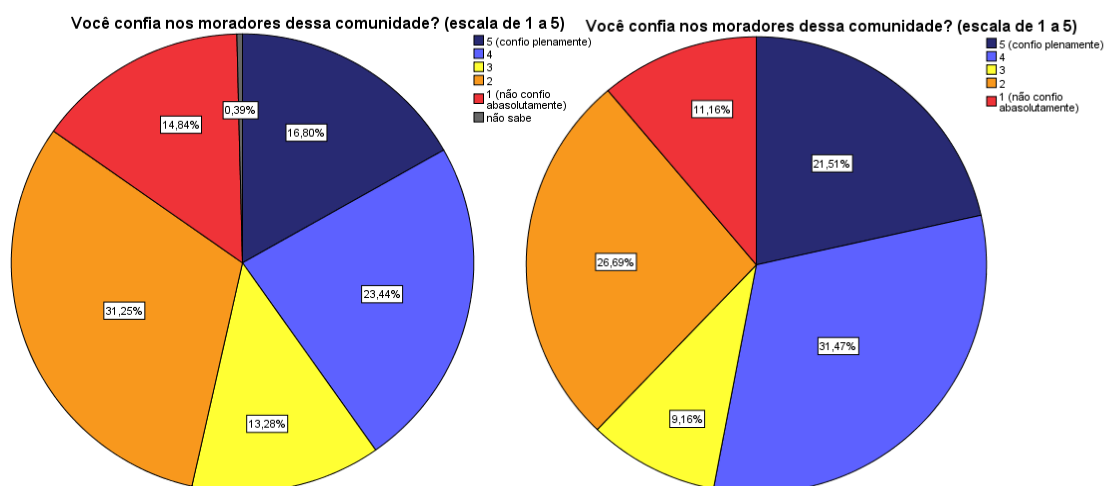


Em Pipa, a percepção dos chefes de famílias é mais positiva quanto ao sentimento de solidariedade da comunidade em comparação a Jeri. Existe um clima dividido entre aqueles que acreditam no sentimento de solidariedade e ajuda mútua entre os membros das comunidades (22% e 25%) e uma outra parte que não acreditam na solidariedade da comunidade (6% e 27%).

Em relação a confiança nos moradores locais de Jeri e Pipa, podemos encontrar um cenário dividido entre os que confiam e não confiam. A confiança na comunidade parece ser mais forte em Pipa, onde 21% e 31% responderam que confiam entre 4 e 5 pontos (80% a 100% de confiança na comunidade). Em Jeri, em comparação, o nível de confiança é bastante baixo, apenas 15% e 23% responderam que confiam em uma escala de 4 e 5 pontos. A desconfiança sobre e entre os membros das comunidades (Jeri e Pipa) tem muito a ver com a migração massiva em curto tempo de trabalhadores de outros estados, regiões e países em Jeri e Pipa. Ademais dos processos de segregação socioespacial e a diminuição ou desaparecimento da ideia de comunidade,

Só tem morando aqui 3 nativos. Os outros pessoais são todos de fora, então assim, os nativos, uns foram pro lado da mata, outros foram mais pro norte, outros pro leste. Então assim começou a distribuir as pessoas, então, hoje, poucos nativos têm comunicação. Antes a gente vivia na casa um do outro, andava muito juntos, hoje, ninguém tem mais contato, ficou no mundo perdido, aonde ninguém mais tem essa coisa de ajudar, não. (JU., entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa) -

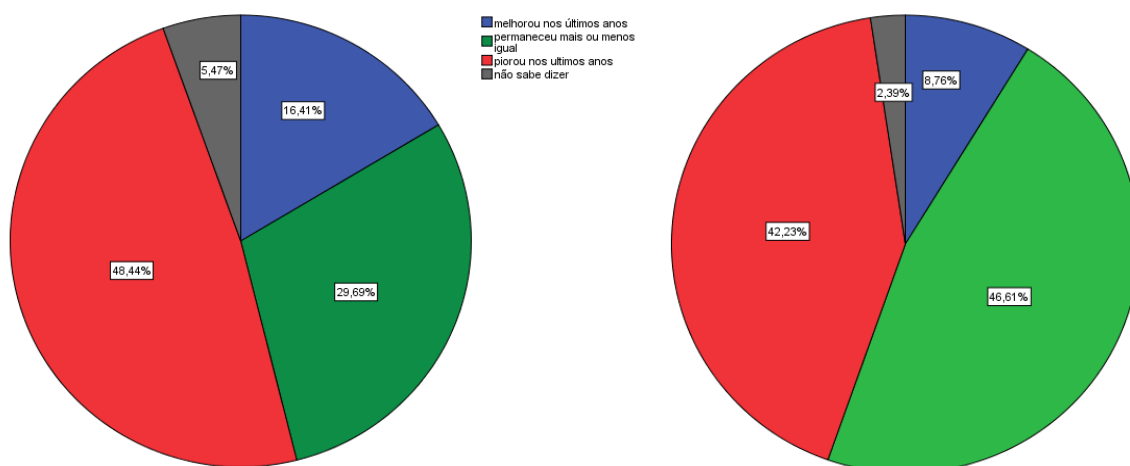
Gráfico 92: Escala de confiança nos moradores da comunidade (Escala 1 a 5)



Em relação ao grau de confiança ao longo do tempo, podemos encontrar um cenário bastante dividido, entre os que acreditam que a confiança não mudou ou

permanece igual ao longo dos anos (antes e depois do turismo) e uma outra metade que afirma que o grau de confiança piorou ao longo dos anos entre os membros da comunidade. Entre os que afirmam que a grau de confiança dentro da comunidade piorou, citavam como causas diretas e/ou indiretas a questão do tráfico e das drogas, o crescimento do turismo, a imigração de “forasteiros” e “gringos”, e o aumento do individualismo entre as pessoas.

Gráfico 93: O grau de confiança na comunidade melhorou, permaneceu mais ou menos igual ou piorou depois do turismo?



O que está claro, é que com o tempo, e sobretudo com a inserção e consolidação do turismo, a relação de confiança e ajuda mutua mudou. Tanto em Jeri, quanto em Pipa, principalmente aqueles com mais 30 anos, relatam sobre como a confiança mudou entre os moradores ao longo dos anos, principalmente com a consolidação do turismo,

Olha aqui as pessoas já foram muito unidas. A gente fazia um trabalho aqui do Conselho, todo mundo se envolvia para resolver os problemas (...) eu também digo que é porque antes as pessoas tinham menos condições, então se juntavam para poder conseguir as coisas, mas quando as pessoas foram ganhando seu dinheiro aí foi ficando tudo mais individual. (FIL., entrevista pessoal, março 2017/Jeri).

Então, os próprios moradores percebem a mudança e a diminuição do grau de confiança na comunidade. Tanto em Jeri, quanto em Pipa, era bastante relatado pelos moradores, principalmente aqueles maiores de 30 anos, sobre a mudança quanto aos aspectos de confiança, ajuda mutuo e comunhão entre os moradores,

“Os nativos antigamente, tinham uma união. Antigamente, existia uma união, qualquer problema os nativos se conjuntava todo mundo e ia resolver, ia dialogar, ia lá, hoje não. Então hoje, a união, dos nativos um

com outro, mudou muito. Pois hoje, como eu te falei, subiu a vida deles, tão melhor, ta entendendo? Antigamente não, todo mundo dependia um do outro, porque naquele tempo era só uma comunidade pequenininha, era só uma rua que a gente tinha, então naquele tempo o conjunto era bem mais unido”. (ADE., entrevista pessoal, setembro de 2015).

Vale ressaltar, que esse “antigamente”, tão mencionado nos relatos está relacionado aos últimos 20 a 30 anos. Quer dizer, em menos de 30 anos, houve uma grande mudança em termos de redes de amizade, solidariedade e confiança entre os moradores nativos de Jeri e Pipa, conforme quadro resumo.

Quadro 42: Resultados e Conclusões sobre o ativo Redes, Confiança e Solidariedade

	Resultados	Conclusões
Jeri	1. 68,8% dos chefes de família de Jeri são vulneráveis no ativo redes, confiança e solidariedade. Deste 68,8%, 85,2% são vulneráveis no índice geral.	1. A ausência de redes de amizades sólidas, e de confiança e solidariedade entre os moradores de Jeri e Pipa contribui para o cenário e situações de vulnerabilidade social em ambas as comunidades.
Pipa	1. 61% dos chefes de família de Pipa são vulneráveis no ativo redes, confiança e solidariedade. Deste 61%, 79,7% são vulneráveis no índice geral.	
Jeri	2. Tanto na comunidade de Jeri, quanto em Pipa foi possível encontrar um ambiente de pouca rede de amizade e de alta desconfiança entre os moradores locais, destacamos: 22% (Jeri) e 21% (Pipa) dos chefes de famílias afirmam não ter nenhum amigo na comunidade; 26% (Jeri) e 25% (Pipa) dos chefes de famílias afirmam não ter nenhum amigo de confiança para pedir ajuda em uma emergência qualquer; 25% (Jeri) e 17% (Pipa) afirmam que não existiu um sentimento de ajuda mútua entre os moradores; Apenas 18% (Jeri) e 21% (Pipa) dos chefes de famílias dizem confiar nos moradores da comunidade; Enquanto 82% e 79% não confiam absolutamente nos moradores da comunidade.	2. o desenvolvimento do turismo contribuiu para alguns impactos, como por exemplo: a segregação social entre os nativos locais e no alto processo de imigração, processos que afetaram diretamente nas relações de amizades, confiança e solidariedade entre os moradores locais.
Pipa		
Jeri	3. 48% e 42% dos chefes de família afirmam que o grau de confiança entre os moradores locais piorou depois do turismo.	
Pipa		

X – Ativo Coesão e Integração social

Numa sociedade em que o medo ressurgiu com uma diversidade de faces, impõe-se uma necessidade reflexiva sobre os caminhos da coesão social. O novo milênio trouxe consigo a ideia de inclusão social enquanto resposta à exclusão social. A inclusão e a coesão social refletem uma aproximação dinâmica (proactiva) ao bem-estar (SANDELL, 1998), implicando muito mais do que quebrar barreiras, pois requer investimentos e “*capabilities*” para potencializar e desenhar condições para a inclusão, num esforço holístico por parte dos atores sociais e sociedades.

Neste contexto sobre a importância da integração e coesão social como ferramentas para o desenvolvimento local e endógeno das comunidades, que

aparece uma corrente, a favor do turismo como um fator/caminho para esse processo de inclusão e coesão social dentro das comunidades (GUERRA, 2012). Acredita-se que sendo o turismo uma atividade que implica interação e participação em vários domínios da vida social, também poderia trazer efeitos positivos significativos ao nível da inclusão de indivíduos carenciados socialmente e, conseqüentemente contribuir para a coesão social das sociedades acolhedoras (CABRAL; MOURA, 2017).

O turismo assume-se como um meio de estimulação do prazer da descoberta e do convívio, concretizando desejos, necessidades e expectativas sobre os grupos locais. Na teoria, é possível encontrar quem defenda o turismo como caminho para a inclusão e coesão social entre os anfitriões e convidados, e quanto a sua prática.

Conforme tabulação, das 60 famílias de Jeri que não possuem nenhum risco de exclusão social (alto nível de inclusão e coesão social), apenas 38 famílias (63%) se encontram em situação de vulnerabilidade social. Em comparação, das 89 famílias vulneráveis no ativo inclusão e coesão social (vulneráveis à exclusão social), 78 famílias (87%) se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Tabela 92: Tabulação cruzada IVS inclusão e coesão * IVScT (Jeri)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS inclusão e coesão	Baixo e médio risco	Contagem	18	89	107
		% em IVS inclusão e coesão	16,8%	83,2%	100,0%
		% em IVS	35,3%	43,4%	41,8%
	Nenhum risco (alto grau de inclusão e coesão)	Contagem	22	38	60
		% em IVS inclusão e coesão	36,7%	63,3%	100,0%
		% em IVS	43,1%	18,5%	23,4%
Vulnerável	Contagem	11	78	89	
	% em IVS inclusão e coesão	12,4%	87,6%	100,0%	
	% em IVS	21,6%	38,0%	34,8%	
Total	Contagem	51	205	256	
	% em IVS inclusão e coesão	19,9%	80,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

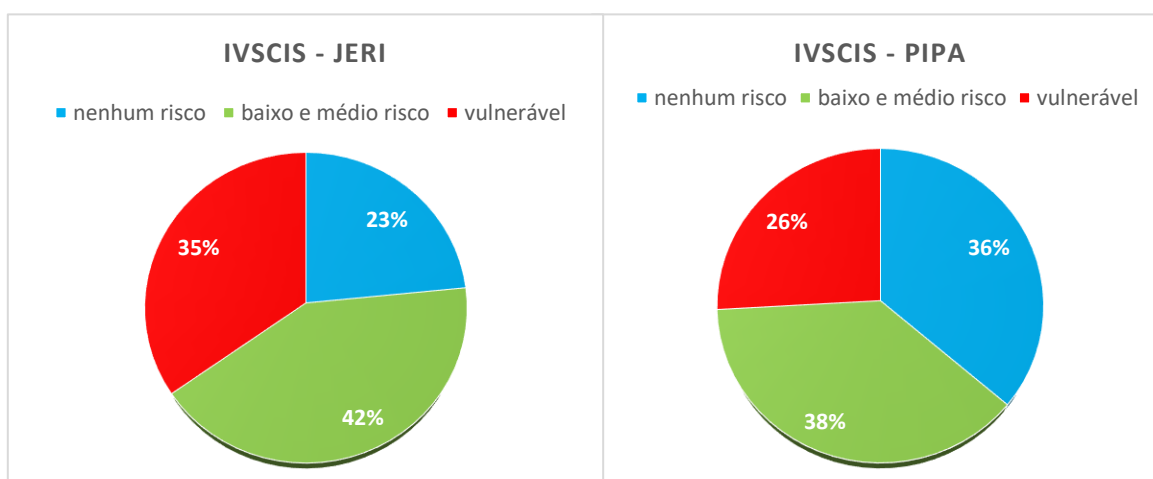
Em Pipa a situação é situação do ativo integração e coesão ainda é bem mais determinante para as situações de não-vulnerabilidade e vulnerabilidade em comparação a Jeri. Das 91 famílias com nenhum risco de exclusão social, apenas 46 (50%) estão em situação de vulnerabilidade social. Enquanto que as 65 famílias vulneráveis em inclusão e coesão social, 54 (83%) são vulneráveis.

Tabela 93: Tabulação cruzada IVS inclusão e coesão * IVScT (Pipa)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS inclusão e coesão	Médio e alto risco	Contagem	19	76	95
		% em IVS inclusão e coesão	20,0%	80,0%	100,0%
		% em IVS	25,3%	43,2%	37,8%
	Nenhum risco	Contagem	45	46	91
		% em IVS inclusão e coesão	49,5%	50,5%	100,0%
		% em IVS	60,0%	26,1%	36,3%
	Vulnerável	Contagem	11	54	65
		% em IVS inclusão e coesão	16,9%	83,1%	100,0%
		% em IVS	14,7%	30,7%	25,9%
Total	Contagem	75	176	251	
	% em IVS inclusão e coesão	29,9%	70,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

Em termos gerais, 35% e 26% (Jeri e Pipa) são vulneráveis quando ao ativo coesão e integração social

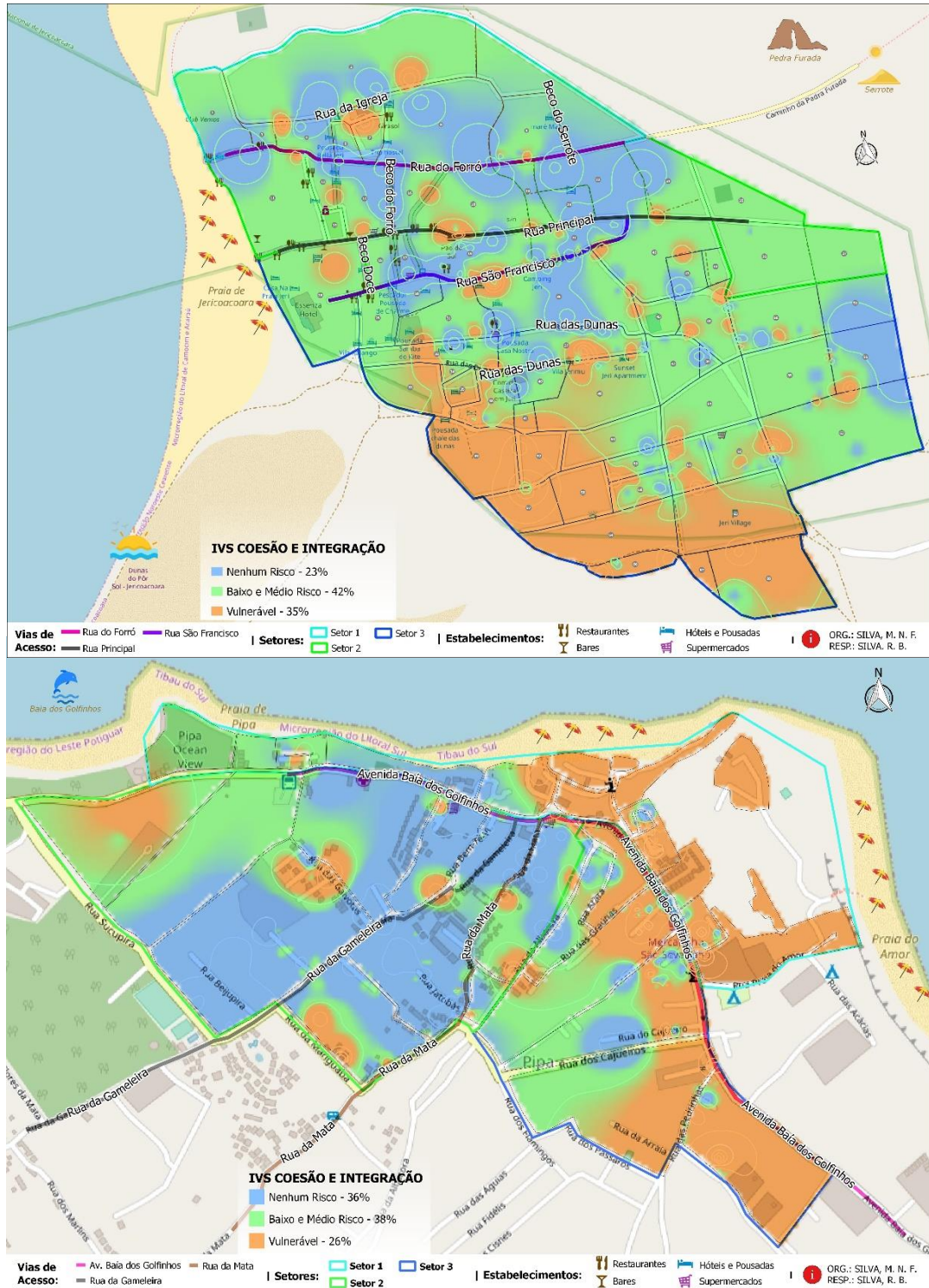
Gráfico 94: Resultado do Ativo coesão e integração social em Jeri e Pipa



Em relação a espacialização do resultado encontrado para o cenário de coesão e inclusão social em Jeri, podemos observar que as famílias mais vulneráveis e/ou excluídas se encontram mais ao sul da Nova Jeri. Essa área, construída em processo de invasão, é uma área que também se concentram as famílias socialmente vulneráveis em bens materiais, habitação, capital humano, em geral e redes. Portanto, existe uma relação direta entre a exclusão social destas famílias com os outros ativos físicos, financeiros e humanos. Entretanto vale destacar que a inclusão e coesão social se materializa espacialmente em quase totalidade do território de Jeri.

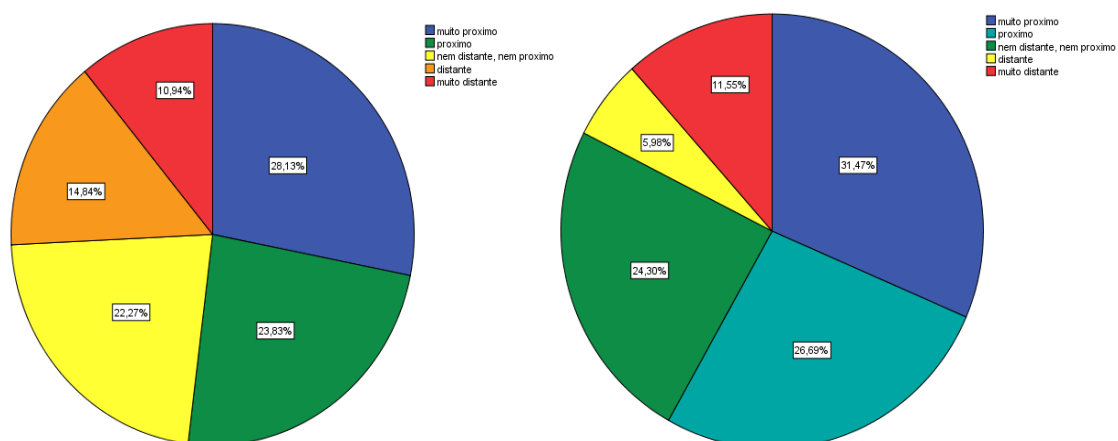
Em Pipa, a pesar do cenário de coesão e integral social ser bem mais alto em comparação a Jeri, ou seja, existir menos famílias vulneráveis em coesão e integração em Pipa, a questão espacial é mais evidente em Pipa. Parece existir uma área bem mais extensa de vulnerabilidade social em Pipa do que em Jeri.

Cartograma 28: Espacialização do resultado do ativo coesão e integração social



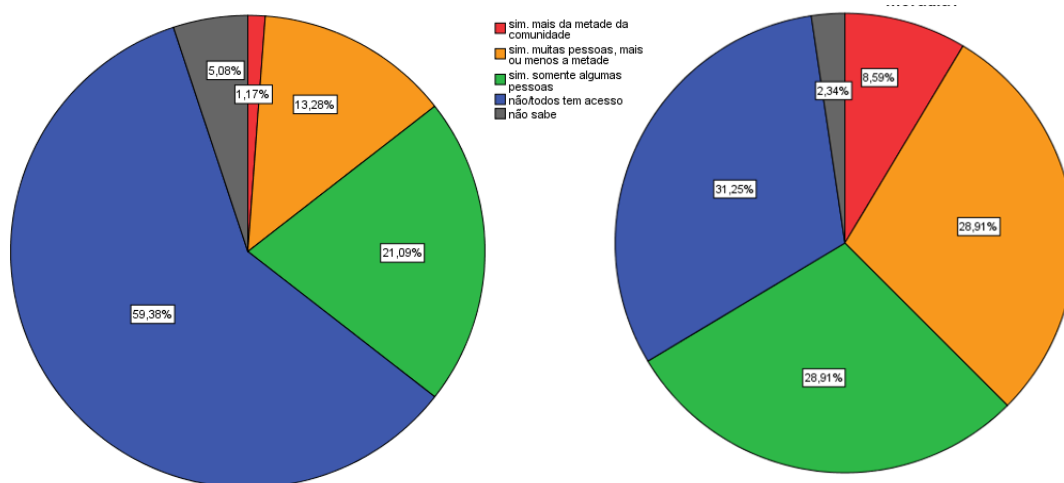
Em relação ao grau de comunhão e proximidade entre os moradores da comunidade, são bastante similares entre ambas as comunidades. Entretanto em Pipa, 57% afirmam que existe um grau de comunhão próximo e muito próximo entre os moradores. Em Jeri, 51% dos chefes de família acreditam que existe um grau de comunhão próximo e muito próximo. Apenas 10% e 11% dos chefes de famílias afirmam que o grau de comunhão entre os moradores da comunidade é muito distante ou inexistente.

Gráfico 95: Qual o grau de comunhão ou proximidade ente os moradores?



Em relação a percepção dos chefes de família quanto ao acesso das demais famílias da comunidade aos serviços de educação, podemos observar que 59% em Jeri e 31% em Pipa afirmam que todos as famílias e grupos tem acesso aos serviços de educação (cor azul).

Gráfico 96: Há grupos na comunidade que não conseguem ter acesso a serviços de educação?



Em Jeri foi possível identificar dois problemas principais, o primeiro está relacionado a inexistência do ensino médio ou estudos profissionalizantes em Jeri e, conseqüentemente a dificuldade dos adolescentes e jovens em seguir com estudos em Jijoca ou em outros lugares,

Tem muita gente que não consegue terminar o ensino médio por causa da dificuldade de chegar em Jijoca. Tem muita gente até mesmo, que quer uma faculdade, mas é muito complicado, porque aqui não tem. Até mesmo ensino médio, porque tem que estar dependendo de carro para ir porque assim os professores de lá de Jijoca não querem vim dar aula aqui. As vezes a Prefeitura não paga o carro para poder levar as crianças daqui para estudar em Jijoca, aí aqueles que podem, que pais podem pagar, tão indo estudar e os que realmente não tem condição de estudar não estuda. (M.T., entrevista pessoal, março 2017/Jeri)

Outra questão relatada é a dificuldade de acesso dos não-nativos a escola, *“Ah, tem gente aqui que não tem acesso, as pessoas que vem de fora não têm acesso à educação e não estuda”* (ERI., entrevista pessoal, março 2017/Jeri).

Em Pipa a percepção dos chefes de família a respeito ao acesso à educação das demais famílias e comunidade é muito mais negativa que o resultado encontrado em Jeri. A percepção negativa quanto ao acesso da comunidade aos serviços de educação em Pipa, está relacionado a três questões principais, destacados nas entrevistas com os moradores, o primeiro a falta de acesso do nativo a escola. Quer dizer, alguns moradores relatam que muitos trocam os estudos para trabalhar por falta do incentivo dos próprios pais e familiares,

Eles não gostam muito de estudar não, gostam não, aqui, a educação não é muita prioridade não. Não é prioridade dos nativos mesmo daqui, escapa algumas pessoas que saem, que vence, lá fora, mas que vai pra Natal, que não querem realmente ficar nessa vida aqui, aí vão pra Natal e estuda. Tem várias pessoas daqui de Pipa que já são formados que trabalha em Natal, outros trabalham aqui, mas, acho assim, das raízes dos familiares dos mais antigos, como não davam muita importância aí, é assim. (FRA., entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa)

O segundo ponto mencionado, tem a ver com a própria falta de interesse ou de mal gestão da prefeitura de Tibau de trazer projetos de qualificação profissional para a comunidade e nativos de Pipa,

Já poderíamos tá nesse caminho da inserção massiva do nativo em todo esse processo. Nós tínhamos aprovado um CEFET da vida, aqui pra Tibau do Sul, tínhamos esse CEFET, aprovado, e por questão do poder público, no caso, municipal, dessa gestão, como da outra e da outra, nós ainda não temos essa escola, que seria de hotelaria, como referência, como nivelador, e que aí si, seria uma educação continuada, né. Com formação para se formar trabalhadores e pessoas porque um curso de 3 meses não forma ninguém como profissional né, te dar uma noção pra ver se aquilo

you want to, to give the first taste, the first flavor of that, but it is not a formation (TH., personal interview, September 2015/Pipa).

Another problem highlighted is the difficulty for these young people to continue their studies at the university level. Some residents report the difficulty that some young people, especially the children of the poor, face in attending a university, and due to lack of opportunities and scholarships a large majority leave the universities and seek to survive through tourism in Pipa,

The government that does not give incentives, it is very expensive, you understand? (...) my aunt went to study theology now, and she has a self-service on the main street, she and her daughter. The daughter passed three vestibular exams, for civil engineering, but she quit, she started over, but she is working in the restaurant, why? Because for you to finance a dream, through studies you have to have money, because for you to reach where you want is very expensive, and the government does not give, you see here, the reality of Brazil here. (IZ., personal interview, September 2015/Pipa)

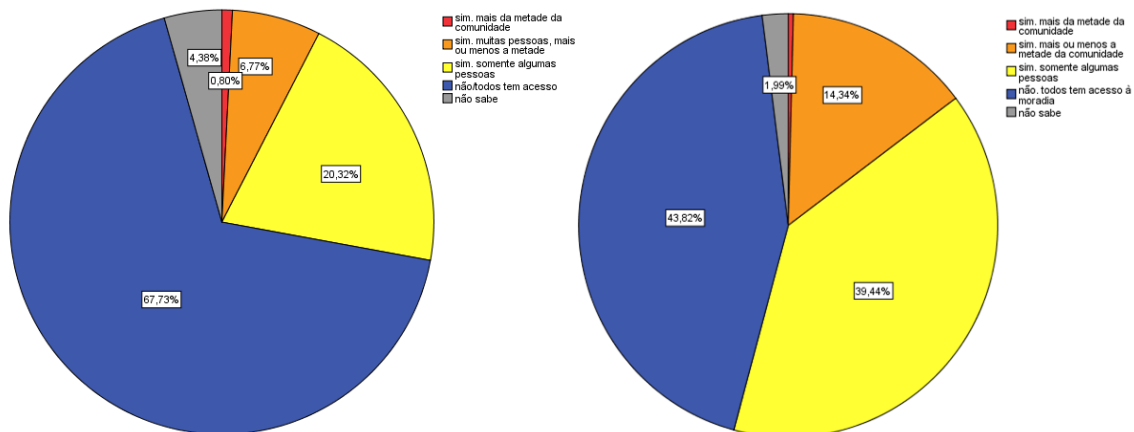
In relation to access to housing, 67% of the heads of families in Jeri, believe that 100% (all) of the community has access to housing. Other 20% believe that only some people do not have access to housing and only 13% think that half or more of the community does not have access to housing. For the heads of families who believe that there are people who do not have access to housing in Jeri, it was possible to identify that the majority mentions the issue of rent, that is, the difficulty for people to find houses to rent or for people who have a lot of difficulty in paying rent.

Here like this there are people who have, people who do not have, and there are many people who have to rent a place, and there are people who divide with two or three to be able to pay rent. I live in a small room like ours, small, because here everything is very expensive. (IRE., personal interview, March 2017/Jeri)

In Pipa, on the contrary of Jeri, it is possible to find a perception much more negative regarding access to housing by the community, that is, only 43% believe that 100% of the families have access to housing. Other 39% of the heads of families believe that only some people in the community do not have access to housing. Only 17% of the interviewees think that half or more of the population of Pipa does not have access to housing. In relation to the 57% of the interviewees who think/perceive that there are people who do not have access to housing, a large majority, highlight that they are the own natives of Pipa who are in a declining situation, as reports the resident in the interview *“many had the land here and started to sell and they organized more, and*

também tem muitos aqui que não tem nada, que tinha e deu tudo pro turismo, venderam e não tem nem aonde morar”. (JAI., entrevista pessoal, abril 2017/Pipa).

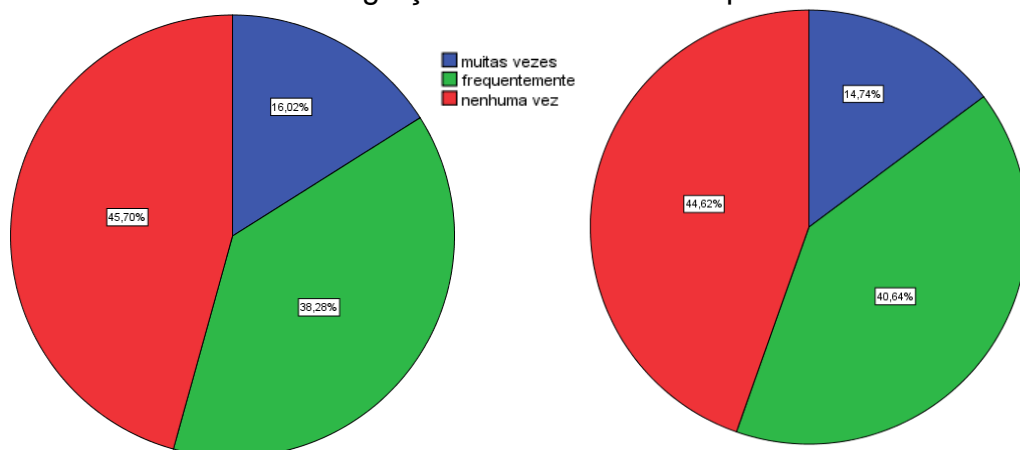
Gráfico 97: Há grupos na comunidade que não conseguem ter acesso a serviços de moradia?



Conforme o gráfico 98, sobre a situação de integração e lazer social entre os membros na comunidade, podemos observar que apenas 16% e 14% afirmam que se reúnem muitas vezes com amigos para jogar, praticas esporte, conversar ou similar. Um 45% e 44% dos chefes de família de Jeri e Pipa não se reúnem nenhuma vez com amigos. Quase a metade dos chefes de famílias afirmam não ter tempo para reunir-se com amigos ou família para momentos de lazer. Também falam das poucas opções de lazer em Jeri e Pipa. Ademais podemos destacar o custo do lazer nestas comunidades. Em Jeri, muitos mencionavam sobre os valores altos em restaurantes e passeios o que inviabiliza os momentos de lazer com amigos e família.

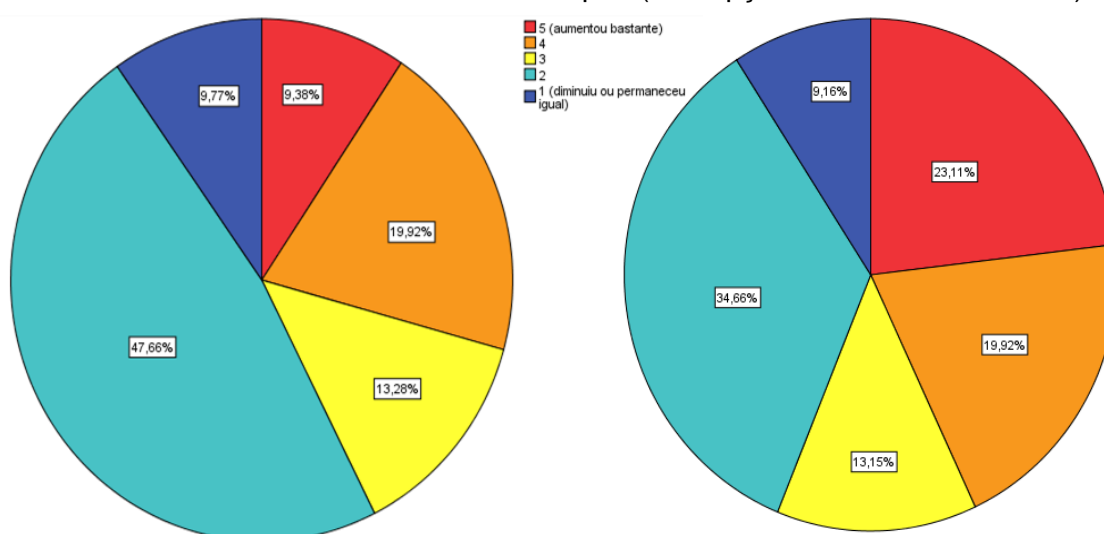
Para refletir sobre a relação turista/comunidade local, é necessário compreender a situação em que cada indivíduo envolvido se encontra. Segundo Krippendorf (1989, p.83) “a liberdade e o prazer de um são fardo e trabalho do outro”. Ou seja, enquanto a comunidade receptora trabalha em período integral, os turistas desfrutam do lazer e ócio. Este é um ponto de contradição dentro das comunidades de lazer e entre os turistas e comunidade. Os moradores locais, realmente não vivem de lazer, mas sobrevivem do lazer de outros.

Gráfico 98: Grau de integração social com outras pessoas da comunidade



A percepção dos chefes de família em relação a violência na comunidade é uma questão importante para entender a situação da integração/exclusão social dentro de uma comunidade. Conforme gráfico, é possível observar que os moradores de Jeri têm uma percepção bastante positiva enquanto a segurança ou não violência em sua comunidade. Apenas 29% (cor laranja e vermelho) dizem que a violência entre uma escala de 1 a 5, aumentou em 4 e 5 pontos (80% a 100%) ao longo dos últimos anos (antes e depois do turismo). Uma grande maioria dos chefes de família, 47% e 9% (56%) afirmam que a situação de violência diminuiu ou permaneceu mais ou menos igual com os anos. Em Pipa, 43% dos chefes de família afirmam que a violência aumentou (cor vermelho/5 e laranja/4).

Gráfico 99: Grau de violência em Jeri e Pipa? (Percepção dos chefes de família)



Foi possível perceber que existe uma percepção da violência diferente entre os moradores não nativos e os nativos. A grande maioria dos nativos relatam sobre o aumento da violência, enquanto que aos moradores não-nativos (muitos provenientes de cidades grandes), relatam sobre a tranquilidade de Jeri,

Às vezes eu vou caminhar, porque assim, antes na verdade eu subia o Serrote para caminhar, agora eu tenho medo desde que mataram aquela menina eu fiquei com medo. Ali tinha os Cajueiros que eu ia com a minha nora apanhar caju, que tem muito caju, mas agora eu nem vou, porque eu fiquei com medo, porque você podia tá ali apanhando caju, apanhando uma castanha, porque tudo dá dinheiro né, mas aqui as coisa de violência né (...). (FRAN. Entrevista pessoal/Jeri)

Aqui na verdade não tem violência é muito difícil, tem, mas é muito pouco. Não é como essas cidades grandes como Fortaleza, São Paulo (...). Só que a gente não dá para comparar porque aqui não é Fortaleza, mas pela quantidade de gente que vem a Jeri, a violência é quase nada. Assim, tem roubo, tem violência, tem morte, mas é pouco. (R.V. entrevista pessoal/Jeri)

Em Pipa, com uma pesquisa rápida no “*google*” é possível encontrar dezenas de notícias sobre assassinatos, roubos, assaltos a mão armada, tráfico de drogas e estupros. Apesar de Jeri e Pipa consistirem até pouco tempo (menos de 30 anos), comunidades de pescadores (pacatas e tranquilas), o desenvolvimento do turismo, a especulação, a imigração, em curto tempo, promove um cenário de violência e tráfico de drogas,

Ô assim para viver, o, turismo, ele tirou a liberdade da gente de ter a segurança que a gente tinha né. Antigamente, a gente tinha aquela segurança, hoje a gente não tem mais, por quê? Quando passou o turismo para a Pipa, o roubo, o ladrão, focou junto, então a gente tem muitos roubos, está entendendo? (ADE., entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa)

A situação de vulnerabilidade dos jovens, aliada a condições socioeconômicas degradadas, ocasiona uma grande tensão, que agrava diretamente os processos de integração e coesão social e que, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade.

Sim, sempre vai aumentar a violência, por conta que o turismo traz isso, mas que pode ser combatida, como em todo lugar, se o governo coloca a mão. Mas agora, do jeito que tá é isso aí, que nós nativos, falamos, tem o surfe, os meninos do surfe, tem muitos aí que podem ser campeão mundial um dia, mas por não ter base em casa, nem dos pais, e nem da sociedade, o que é fácil pra eles é o uso da droga, ou é se dar bem com o turista também, sendo aviãozinho ou fornecendo qualquer coisa ou ajudando a agilizar qualquer coisa, uma hospedagem e tal, aí acaba nem fazendo uma coisa nem outra. E a vida passa. (TH., entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa)

O relato do morador nativo em setembro de 2015 mostra a necessidade de políticas de inserção das crianças e jovens por meio do esporte ou da educação contribui para a reprodução da violência e do tráfico na comunidade. Ressalta-se que a violência, embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens opera nas especificidades de cada grupo social desencadeando comportamentos violentos.

Por isso, Jeri e Pipa, que em um passado, não tão distante eram comunidades bastantes pobres economicamente (comunidades que viviam da subsistência/pesca e agricultura), não eram violentas (pouco ou inexistente casos de violência), e, hoje, com altos níveis de ingressos econômicos, podemos observar que existe muito mais casos de violência. A violência se multiplica e se manifesta das distintas formas em ambas as comunidades, modificando o modo e a qualidade de vida dos seus moradores (ÁLVAREZ, 2015; DA SILVA, 2017). Portanto a pesar das oportunidades concentrar-se nas mãos de alguns poucos grupos, os riscos, estes sim, são destruídos pelo território, afetando sobretudo os grupos mais expostos e vulneráveis.

Para finalizar o subcapítulo acerca do ativo Coesão e Integração Social, apresentamos o respectivo quadro resumo, destacando os principais resultados e conclusões a respeito desta variável e sua importância sobre a condição de vulnerabilidade social das famílias de ambas as comunidades.

Quadro 43: Resultados e Conclusões sobre o ativo Coesão e Integração Social

	Resultados	Conclusões
Jeri	1. 34% dos chefes de família de Jeri são vulneráveis no ativo coesão e integração social. Deste 34%, 87,6% são vulneráveis no índice geral.	1. O ativo social a pesar de não apresentar-se como um fator determinante no cenário de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa (Apenas 34% e 25,9% são vulneráveis neste ativo), ao ativo coesão e integração social aparece com fator significativo e determinante sobre a vulnerabilidade social daquelas famílias que tem baixo nível de coesão e integração social (87,5% e 83,1%).
Pipa	1. 25,9% dos chefes de família de Pipa são vulneráveis no ativo coesão e integração social. Deste 25,9%, 83,1% são vulneráveis no índice geral.	
Jeri Pipa	2. Conforme a espacialização dos resultados do índice em coesão e integração social, a maioria das famílias não vulneráveis neste ativo social residem nas áreas mais turísticas, e as famílias vulneráveis em coesão e integração residem mais ao sul da Nova Jeri.	2. Residir ou está mais próximo ao núcleo turístico parece contribuir para que estes moradores se relacionem e integrem-se com um maior número de pessoas. Foi possível encontrar alguns relatos de moradores que afirmam que alguns moradores nativos de Pipa aprenderam idiomas nas ruas da comunidade. Neste

		caso o local de residência pode ser uma porta para uma maior integração social com o meio externo.
Pipa	3.Segundo a percepção dos chefes de famílias: 75% (Jeri) e 83% (Pipa) dos chefes de famílias afirmam que existe um grau de comunhão muito próximo entre os moradores.	De certa forma, parece que as teorias sobre o papel do turismo como fator de inclusão e coesão social não estão, de todo, equivocadas. Talvez o turismo pode ser usado como uma ferramenta para a integração, e sobretudo para a coesão social.
Jeri	4.Segundo a percepção dos chefes de família quanto ao acesso ao serviço de educação, 14% (Jeri) e 38% (Pipa) dos chefes de famílias acreditam que a metade ou mais da metade das crianças, adolescentes e/ou jovens não conseguem ter acesso a serviço de educação.	Neste caso é interessante destacar que ambas as comunidades não possuem sequer o ensino secundário (14 anos a 17 anos). A escola secundária mais próxima de Jeri (1 hora) e Pipa (25 minutos).
Pipa		
	5. 45% e 44% dos chefes de famílias afirmam que quase nunca se reúnem com os amigos.	5. Apesar de Jeri e Pipa serem conhecidas internacionalmente como áreas de lazer, nem todos podem dizer o mesmo. Os moradores falam da falta de tempo para reunir-se com os amigos ou para disfrutar do lazer e da falta de espaços para o lazer.

XI – ATIVO AUTORIDADE, CAPACITAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA (IVSACP)

Os indivíduos têm “autoridade” ou são “capacitados” (are “*empowered*”) na medida em que detêm um certo controle sobre instituições e processos que afetam diretamente seu bem-estar (GROOTAERT et.al., 2003). O ativo autoridade e capacitação e ação política adota uma visão ampla, que transcende o capital social e refere-se à expansão dos recursos e capacidades das pessoas em tomar parte, negociar, influenciar, controlar e responsabilizar instituições que afetam suas vidas.

E, como se encontra a situação e o cenário da ação e autoridade política em Jeri e Pipa? Em relação a Jeri, o cenário da ação política não parece ter significância na capacidade de resposta dos indivíduos frente as adversidades. As famílias que não possuem nenhum risco, ou seja, que possuem nível alto de ação e autoridade política são mais vulneráveis que as famílias com baixo e médio e risco, e um pouco menos vulneráveis do que famílias que são vulneráveis no ativo ação e autoridade política. A grosso modo, as famílias que possuem graus de ação e autoridade política, não são exatamente menos vulneráveis do que as famílias vulneráveis diante este ativo social.

Tabela 94: Tabulação cruzada IVS ação e autoridade política * IVScT (Jeri)

			IVScT		Total
			N	S	
IVS ação e autoridade política	Baixo e médio risco	Contagem	12	24	36
		% em IVS ação e autoridade política	33,3%	66,7%	100,0%
		% em CIVS	23,5%	11,7%	14,1%
	Nenhum risco	Contagem	3	9	12
		% em IVS ação e autoridade política	25,0%	75,0%	100,0%
		% em CIVS	5,9%	4,4%	4,7%
	Vulnerável	Contagem	36	172	208
		% em IVS ação e autoridade política	17,3%	82,7%	100,0%
		% em CIVS	70,6%	83,9%	81,3%
Total	Contagem	51	205	256	
	% em IVS ação e autoridade política	19,9%	80,1%	100,0%	
	% em CIVS	100,0%	100,0%	100,0%	

Em relação a Pipa a situação é bastante divergente ao cenário encontrado em Jeri. Dos 5 chefes de família/domicílios que não apresentam nenhum risco no ativo ação e autoridade política, apenas 1 (20%) se encontra em situação de vulnerabilidade social, dos 25 chefes de família que possuem nível médio e alto risco no ativo ação e autoridade política, um 56% se encontram em situação de vulnerabilidade social. Em comparação as 221 famílias que são vulneráveis em ação e autoridade política, 72% delas se encontram em situação de vulnerabilidade social (IVScT). A grosso modo, as famílias que possuem uma maior atuação política e comunitária em Pipa, possuem mais capacidade de resposta e adaptação frente as situações de risco.

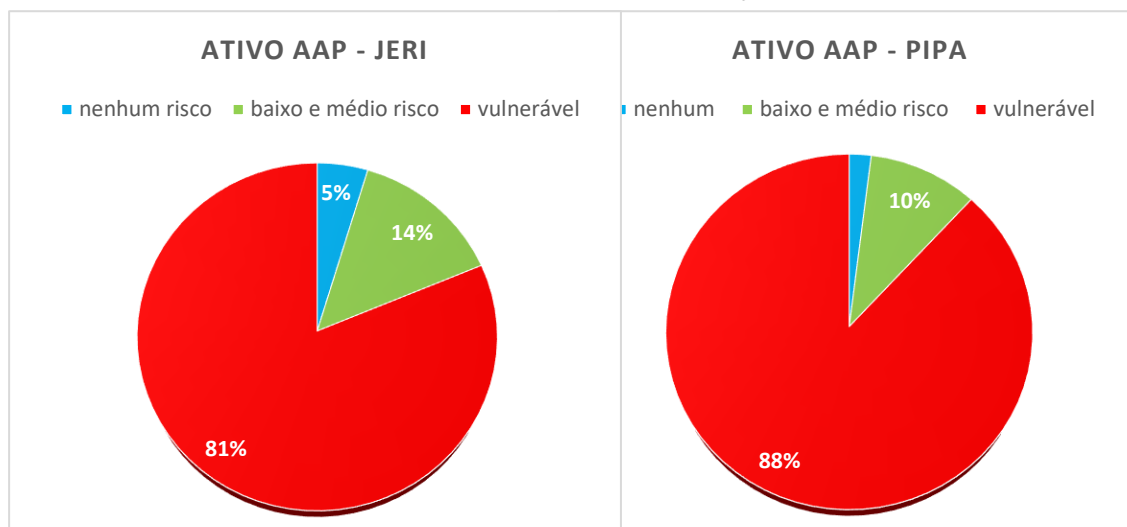
Tabela 95: Tabulação cruzada IVS ação e autoridade política * IVScT (Pipa)

IVS ação e autoridade política			IVScT		Total
			N	S	
Médio e alto risco	Contagem	11	14	25	
	% em IVS ação e autoridade política	44,0%	56,0%	100,0%	
	% em CIVS	14,7%	8,0%	10,0%	
Nenhum risco	Contagem	4	1	5	
	% em IVS ação e autoridade política	80,0%	20,0%	100,0%	
	% em CIVS	5,3%	0,6%	2,0%	
Vulnerável	Contagem	60	161	221	
	% em IVS ação e autoridade política	27,1%	72,9%	100,0%	
	% em CIVS	80,0%	91,5%	88,0%	
Total	Contagem	75	176	251	
	% em IVS ação e autoridade política	29,9%	70,1%	100,0%	
	% em CIVS	100,0%	100,0%	100,0%	

Em relação a distribuição do ativo ação e autoridade política em Jeri e Pipa é bastante preocupante, em termos gerais. Encontramos um cenário onde 81% e

88% dos chefes de famílias em situação de vulnerabilidade social neste ativo social. Apenas 5% e 2% das famílias em Jeri e Pipa não possuem nenhum risco (ou seja, possuem nível alto de ação e autoridade política) nas respectivas comunidades.

Gráfico 100: Resultado do ativo autoridade e ação política em Jeri e Pipa

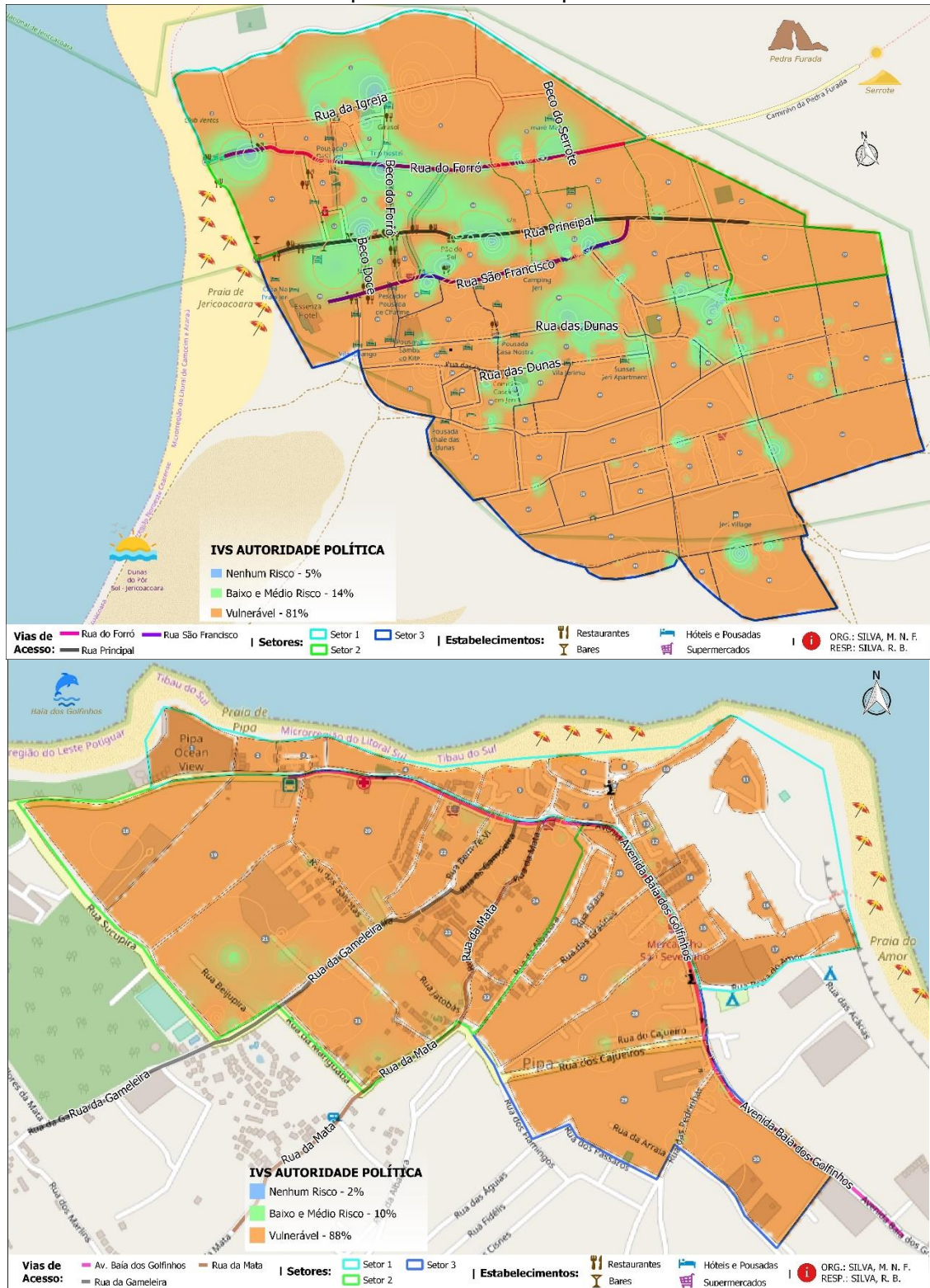


Analisando a distribuição espacial do ativo ação e autoridade política em Jericoacoara, encontramos manchas verdes e azul (nenhum e baixo e médio risco) nas áreas mais turísticas. Mas, também é verdade que a vulnerabilidade em ação e autoridades política parece ser uma questão muito mais social do que espacial. O sentimento de desconfiança e falta de esperança da comunidade de Jeri na prefeitura local e também no governo nacional (pós-Impeachment) aparece na totalidade da comunidade. Também é possível observar que as famílias não vulneráveis no ativo autoridade e ação política se concentram na área mais turística de Jeri.

Também é certo, que a pesar do território de Jeri possuir um nível de ação política comunitária forte, com diversas associações comunitárias (conselho comunitário, moradores, amo Jeri, e outras) e privadas (hoteleiros, bugueiros, artesãos, pescadores, etc.), o sentimento de desconfiança na política local também é predominante. Existem críticas sobre a multiplicação em curto tempo de associações ou organizações privadas em Jeri. Alguns grupos e ademais o próprio presidente do Conselho Comunitário de Jeri argumentam que existe uma luta de interesses entre estas organizações, e que muitas vezes não é almejado o “bem comum” da comunidade, mas o lucro entre os distintos empresários.

No caso de Pipa, a espacialização do cenário de vulnerabilidade no ativo social ação e autoridade política alcança a totalidade do território, sejam áreas turísticas ou não turísticas.

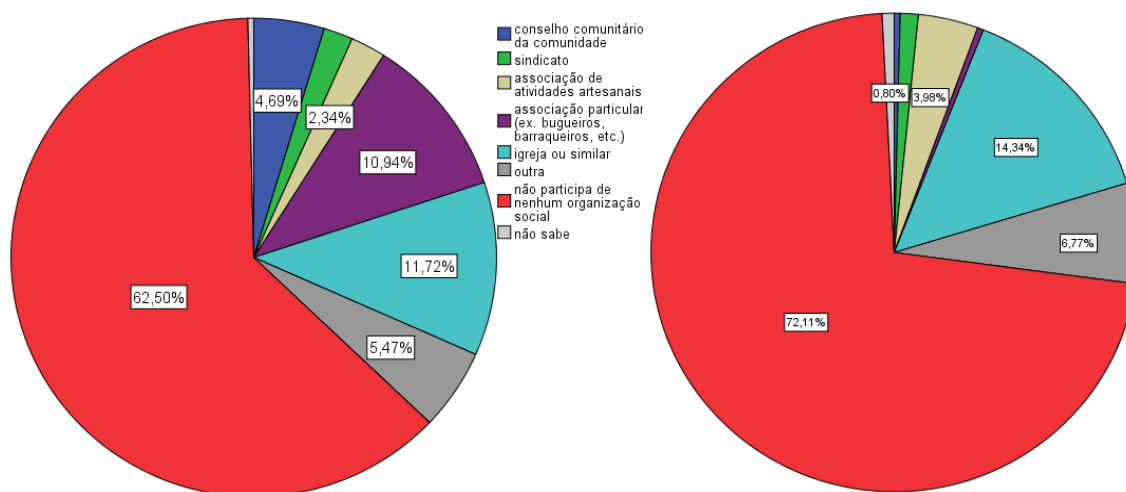
Cartograma 29: Espacialização do resultado do ativo autoridade/capacitação e ação política em Jeri e Pipa



A associação comunitária é uma forma de organizar juridicamente pessoas pertencentes a uma localidade específica e que buscam realizar objetivos comuns. A sua constituição permite uma melhor articulação da comunidade na busca pela realização dos seus objetivos imediatos, bem como auxilia no propósito de efetivação dos direitos e das garantias. Neste caso, acreditamos que a participação em alguma associação, organização, sindicato ou similar é de extrema importante para o exercício do capital social.

Em relação a Jeri, encontramos 62% dos chefes de família que não participam em nenhuma organização social e outros 38% que participam. Dos 48% engajados em alguma associação, podemos destacar as mais destacadas: 11% que participam de igrejas ou similar; 10% em alguma associação particular (bugueiros, barraqueiros, etc.); 4% do conselho comunitário (30 anos de história); 5% entre sindicatos ou associação de atividades artesanais (pesca); e 5% que participam de alguma outra organização.

Gráfico 101: Participação em associação, organização comunitária, sindicato ou similar (Jeri)

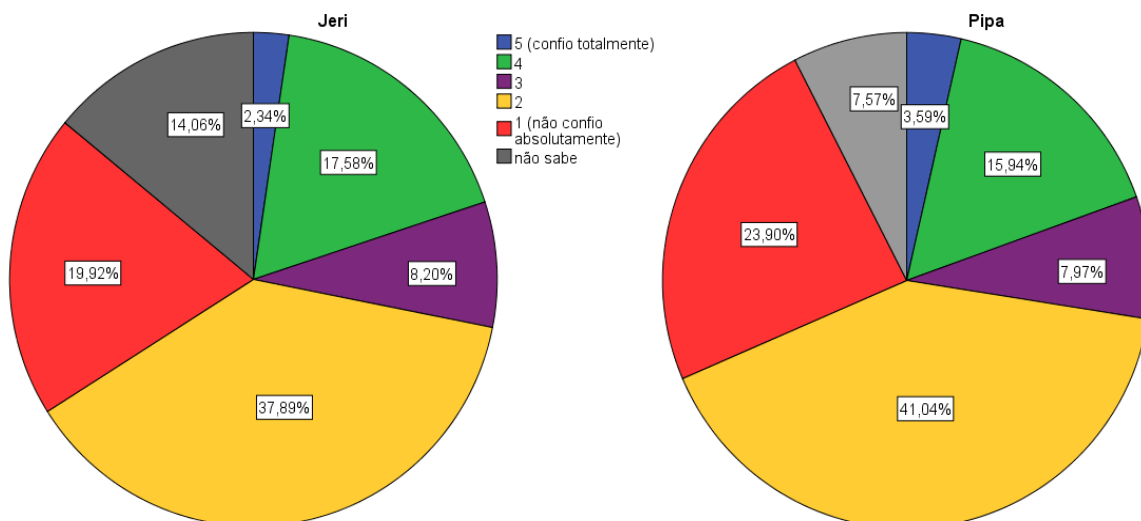


Em Pipa, 72% não participa de nenhuma organização ou associação comunitária, sindicato ou similar. Dos 28% que dizem participar ou fazer parte destacamos: 14% igreja e similar; 6% outro tipo de organização; 3,98% entre sindicatos ou associação de atividades artesanais (pesca). No caso de Pipa, já não existe o conselho comunitária, como em Jeri, entretanto existem moradores que falam da importância em (re) abrir uma associação comunitária para lutar pelo bem comum, principalmente para os moradores e nativos,

Então o que ta faltando pra gente aqui na Pipa era mais essa forma de poder cobrar mais, de ter mais ênfase na cobrança do poder público, né, de podermos reunirmos em algum lugar pra poder discutir ideias, tudo, pra ver uma coisa errada ali, e a gente ter como ir atrás com um conselho comunitário e ir atrás, através de uma associação que tem mais força, (TH., entrevista pessoal, setembro de 2015/Pipa)

Em relação ao grau de confiança dos chefes de família/domicílios a respeito à prefeitura e políticos locais de Jijoca e Jericoacoara, encontramos apenas 2,3% e 17% (19,3%) que dizem confiar muito ou totalmente na política local. Em contrapartida 19% e 37% (56%) afirmam confiar muito pouco ou absolutamente nada na prefeitura. Além dos 14% entre os que estão sem esperança e desacreditados da política. A grosso modo, encontramos um cenário de desconfiança dos moradores com a prefeitura e políticos em geral na localidade.

Gráfico 102: Grau de confiança na PREFEITURA LOCAL? (Escala 1 a 5) Jeri



Entre os motivos de desconfiança na gestão municipal de Jijoca, podemos destacar dois principais:

- a) Primeiramente, existe um sentimento entre os nativos de Jeri, no qual, uma maioria acredita que a prefeitura não governa para os nativos, “*olha eu acho que não. Ele leva muito em consideração só gente que não é nativo*”. (AU., entrevista pessoal, março 2017/Jeri);
- b) Segundo, existe uma parte de moradores que não confiam porque muitos dos prefeitos eleitos em Jijoca, não são moradores locais nem de Jericoacoara e muito menos de Jijoca,

Olha confiar, eu não confio, mas eu tô confiando mais do que na gestão passada. Porque assim, os prefeitos daqui né em Jericoacoara, normalmente eles são nem daqui de Jericoacoara. Tem também os que não são nem de Jijoca, que vem de outra cidade e até mesmo de outro país, por exemplo, aqui tinha um espanhol, que era Sérgio Herrero. (PEPE, entrevista pessoal, março 2017/Jeri);

Também cabe destacar que a pesar de uma maioria dos moradores afirmarem que não confiam na prefeitura local, muitos mostravam esperançosos com o novo prefeito (eleito em 2017) e suas primeiras ações em Jericoacoara. Principalmente relacionado a gestão do lixo, a organização das jardineiras (transporte) e também relatavam sobre a reordenação do comercio ambulante nas ruas principais de Jeri,

Olha vou te dizer uma coisa eu não sou do lado dele não, mas eu tô achando ele é bom, antigamente ninguém podia andar na rua com um monte de mesa, cadeira no meio da rua, pessoal de Fora na rua bebendo, mas ele tirou tudin. (M.C., entrevista pessoal, março 2017/Jeri)

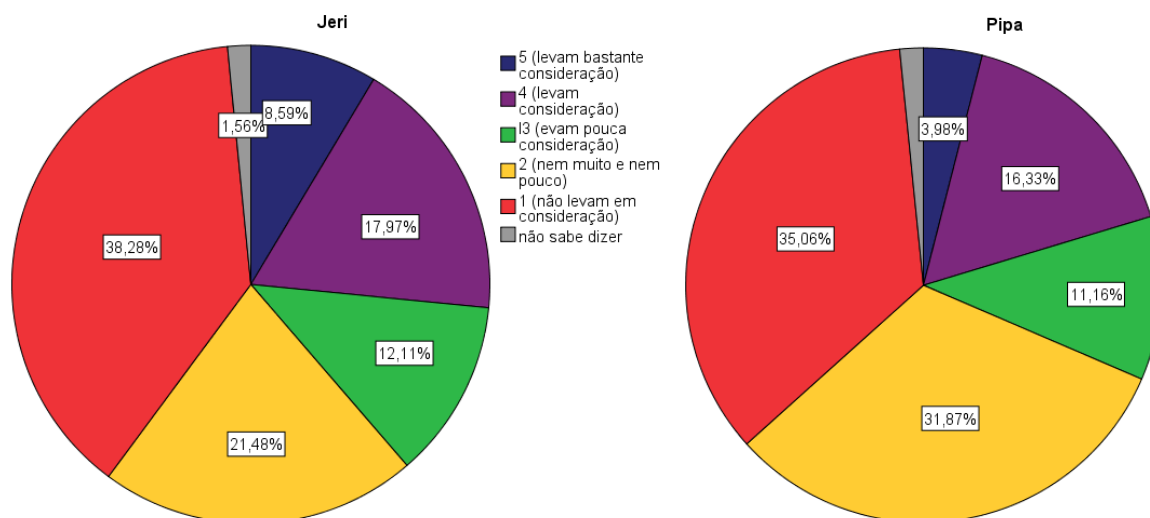
A coleta tá boa, tá 100%, se alguém falou que a coleta não tá 100%, é mentira, não é negócio de babar o Prefeito não, porque eu nem gosto dele, mas o carro tá todos os dias, passa sempre e antes passava de semana sem o carro de lixo passar por aqui, agora passa, ta 100%, pode colocar. (ERI., entrevista pessoal, março 2017/Jeri)

Em Pipa, assim como em Jeri, uma pequena parte dos domicílios dizem confiar no governo municipal, apenas 3,59% (confia totalmente) e 15,94% (confia). Em contrapartida encontramos 41% e 23% (64%) que afirmam que confiam muito pouco ou absolutamente nada na prefeitura local.

Sobre a autoridade ou ação dos chefes de família nas decisões tomadas pelo governo local, em termos gerais, mais de 59% (38% e 21%) afirmam que os líderes locais não levam em consideração as preocupações ou necessidades dos moradores locais de Jeri. Apenas 8% e 17,9% acreditam que o governo local leva em consideração as manifestações feitas pela comunidade.

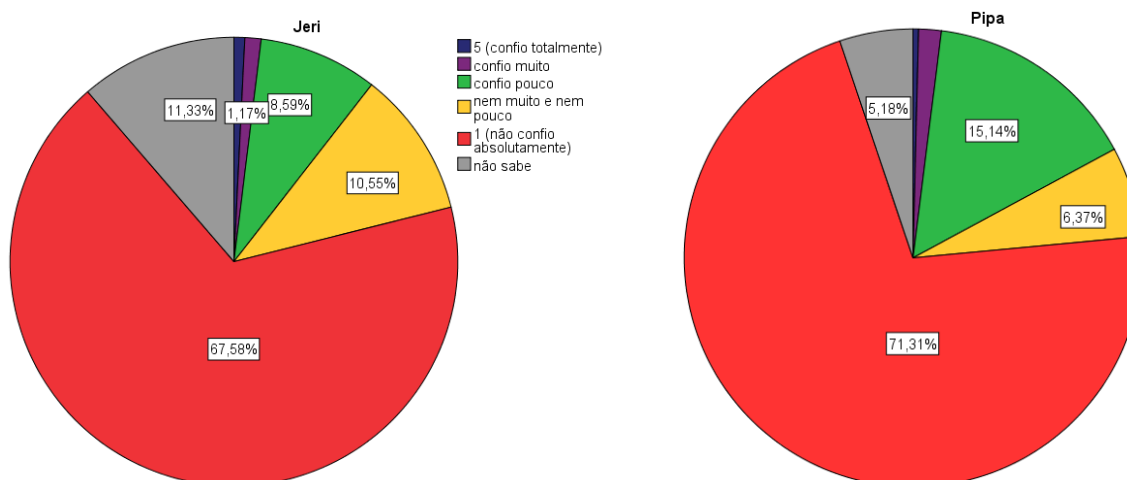
Em Pipa, 35% dos chefes de família acreditam que o governo local não leva em consideração as preocupações manifestadas pela comunidade. Em contrapartida um 3% e 16% dos chefes de família afirmam que o governo local leva em consideração as reivindicações da comunidade. Em termos gerais, uma maioria dos chefes de família em Pipa desacreditam ou desconfiam nas ações e decisões políticas do governo e líderes locais.

Gráfico 103: O governo e os líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas pela comunidade para a tomada de decisão? Jeri



A rejeição do governo nacional (presidência) não é novidade no Brasil. Desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, encontramos um cenário de rejeição da nomeação do novo presidente do país. O resultado de 10% e 67% (77%) de rejeição e desconfiança dos chefes de família de Jeri em relação a presidência do Brasil (2017) é o reflexo do atual cenário de crise política do país. Em Pipa, a rejeição e desconfiança quanto ao governo nacional brasileiro chega aos 71%, quase a totalidade da comunidade. Apenas 15% dos chefes de famílias dizem confiar no governo nacional.

Gráfico 104: Grau de confiança nos membros do governo Nacional (Brasil)? - Jeri e Pipa



Das causas ou motivos que podemos destacar quanto ao sentimento de desconfiança ou pessimismo dos domicílios em relação a (as) gestão (ões) da prefeitura, estão relacionados aos seguintes temas principais:

Quadro 44: Percepção dos chefes de família de Pipa e Jeri sobre os principais problemas de caráter político

Questão	Causa	Problemas	Problemas	Impactos
1-Infrestrutural:	-Ausência de planejamento estratégico de ordenação urbanística	-Déficit e/ou precariedade de infraestrutura básica municipal	-Falta de vias alternativas de acesso -Vias de acesso degradadas (estradas e vicinais)	
		-Déficit e/ou precariedade de infraestrutura básica da comunidade	-déficit de redes de saneamento	-Proliferação de fossa negra
			-déficit de rede de abastecimento de água	-Proliferação de poços artesanais -falta de água
			-déficit de calçadas e espaços para pedestres (Pipa)	-Problemas de acidente de trânsito -área turística saturado
			-déficit de estacionamentos (Pipa)	
			- Ruas estreitas	
			- déficit de manutenção das ruas	
			- déficit de asfaltamento de ruas (Pipa)	-Problemas de alagamento
			-Déficit de investimento em transporte público	-Dificuldade de deslocamento -cultura do uso do carro
			-Déficit de áreas de recreação e lazer para os moradores locais	-Déficit de oferta ao usuário de esportes -Déficit de áreas de recreação para crianças
-Déficit de manutenção em áreas de lazer turísticas;	-Déficit de oferta de lazer e reunião para jovens e adultos - Precariedade de áreas de lazer turísticas			
2-Social	Ausência do poder público para a melhoria do ensino de educação	Precarização do ensino público	-Déficit de investimento na educação pública municipal; -inexistência de colégios de ensino médio na comunidade; - Dificuldade de acesso a universidades;	-Problema na educação e motivação dos jovens -Abandono escolar de jovens para trabalhar no turismo -baixo grau de escolaridade da comunidade
			Falta de políticas de inserção dos jovens na educação, trabalho e esporte	Inexistência ou de ineficiência políticas de programas de formação, qualificação e inovação
	Inexistência ou de ineficiência	- falta de incentivo a inserção dos jovens		

		políticas ou programas de inserção do jovem ao mercado de trabalho	no mercado de trabalho	-Aumento da Violência, tráfico de drogas e prostituição
		Inexistência de políticas públicas ou programas para o desenvolvimento do esporte na comunidade	- faltam projetos sociais de esporte e lazer para os jovens	
3 - Cultural	Gestão Política de curto prazo (conveniência com o setor turístico e imobiliário)	-Polarização do setor turístico e imobiliário (competência intersectorial do turismo frente a outras atividades) -Ausência de políticas de incentivo as atividades tradicionais	-Déficit nas instalações pesqueiras (portos e passeio marítimo) -Progressiva redução da frota pesqueira -Progressiva redução do setor pesqueiro como trabalho familiar -mudança do valor de uso do solo	Abandono das atividades tradicionais (pesca artesanal e agricultura de subsistência)
4-Ambiental	-Falta de compromisso e sensibilização por problemas ambientais por parte do poder público	-Déficit de políticas ambientais e de proteção a zona costeira - Déficit de agentes de segurança na proteção do meio ambiente e zona costeira -Gestão inadequada da natureza e meio ambiente	-Uso público e privado prejudicial aos espaços naturais e zonas costeiras	-Degradação do solo e das praias -Poluição (mar e praias) -Desmatamento descontrolado (Zona da mata-Pipa) -Aquecimento da temperatura -Ocupação irregular de áreas de risco (dunas moveis-nova Jeri)
5-Politica	-Ineficiência de regulação do sistema político nas diferentes escalas administrativas	-Percepção de Corrupção institucionalizada no Governo Federal Percepção de corrupção e nepotismo no Governo municipal e local	-Desconfiança nos partidos políticos (percepção da corrupção nos partidos) -Desconfiança no congresso (percepção da corrupção nos políticos em geral) -Incapacidade administrativa dos políticos e equipe (falta capacitação) -Falta de transparência dos gastos públicos -Perpetuação de famílias ricas e influentes nos cargos políticos (nepotismo) -Políticos externos a comunidade local -Políticos levam em consideração apenas	-Sentimento de insegurança e desconfiança no sistema político federal, municipal e local

Fonte: elaboração própria, segundo entrevistas semiestruturadas.

E – ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL E CARACTERÍSTICAS DO TURISMO (IVScgT)

O turismo pode contribuir para o desenvolvimento local ou não. O turismo também pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos moradores ou não. A capacidade da atividade do turismo, como uma atividade multifacetada e multidimensional, em melhorar a qualidade de vida de uma comunidade e contribuir para o seu desenvolvimento econômico e social, tem a ver, com a maneira em que a estrutura de oportunidade (estado, mercado e sociedade) planeja e orienta sua prática para maximizar os efeitos positivos do turismo e minimizar os efeitos negativos sobre os diferentes grupos e comunidades, levando em conta as necessidades reais dos indivíduos e famílias.

A grosso modo, o turismo é uma espécie de líquido que se ajusta e se manifesta (positivamente ou negativamente) de acordo com o recipiente (ambiente) no qual é inserido. Por isso, a grande maioria dos destinos turísticos localizados na região centro sul não são comunidades vulneráveis, e quase a totalidade dos destinos turísticos do Nordeste são comunidades em situação de vulnerabilidade social (IVS, 2010/ capítulo 6).

Portanto existe alguma relação direta entre as características do turismo in lócus e o cenário de vulnerabilidade em Jeri? Conforme a tabulação a única família com nenhum risco quanto as características in lócus do turismo em Jeri, tampouco é uma família em situação de vulnerabilidade social. Enquanto isso, das 213 famílias vulneráveis quanto ao turismo (emprego, férias, nível de satisfação, custo de vida, etc.), 186 (87%) delas se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Tabela 96: Tabulação cruzada IVS características do turismo * IVScT - Jeri

			IVScT		Total
			N	S	
IVS características do turismo (Geral)	Baixo e médio risco	Contagem	23	19	42
		% em IVS características do turismo	54,8%	45,2%	100,0%
		% em IVS	45,1%	9,3%	16,4%
	Nenhum risco	Contagem	1	0	1
		% em IVS características do turismo	100,0%	0,0%	100,0%
		% em IVS	2,0%	0,0%	0,4%
Vulnerável	Contagem	27	186	213	
	% em IVS características do turismo	12,7%	87,3%	100,0%	

	% em IVS	52,9%	90,7%	83,2%
Total	Contagem	51	205	256
	% em IVS características do turismo	19,9%	80,1%	100,0%
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%

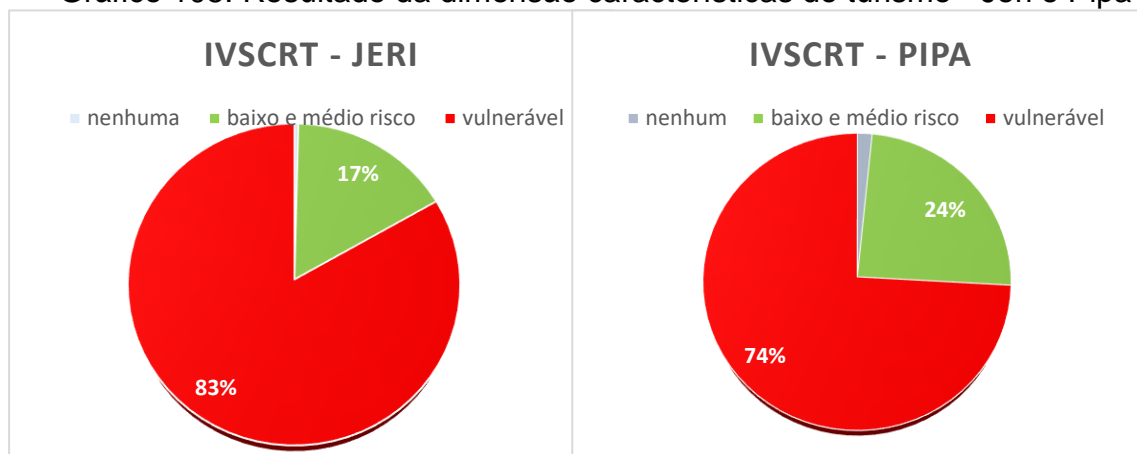
Em Pipa, tem uma relação similar à de Jeri, as famílias com menos grau de vulnerabilidade social ou risco na dimensão das características gerais do turismo in lócus, são menos susceptíveis a serem famílias em situação de vulnerabilidade social.

Tabela 97: Tabulação cruzada IVS características do turismo (Geral) * IVScT - Pipa

			IVScT		Total
			N	S	
IVS características do turismo	Médio e alto risco	Contagem	36	25	61
		% em IVS características do turismo	59,0%	41,0%	100,0%
		% em IVS	48,0%	14,2%	24,3%
	Nenhum risco	Contagem	3	1	4
		% em IVS características do turismo	75,0%	25,0%	100,0%
		% em IVS	4,0%	0,6%	1,6%
	vulnerável	Contagem	36	150	186
		% em IVS características do turismo	19,4%	80,6%	100,0%
		% em IVS	48,0%	85,2%	74,1%
Total	Contagem	75	176	251	
	% em IVS características do turismo	29,9%	70,1%	100,0%	
	% em IVS	100,0%	100,0%	100,0%	

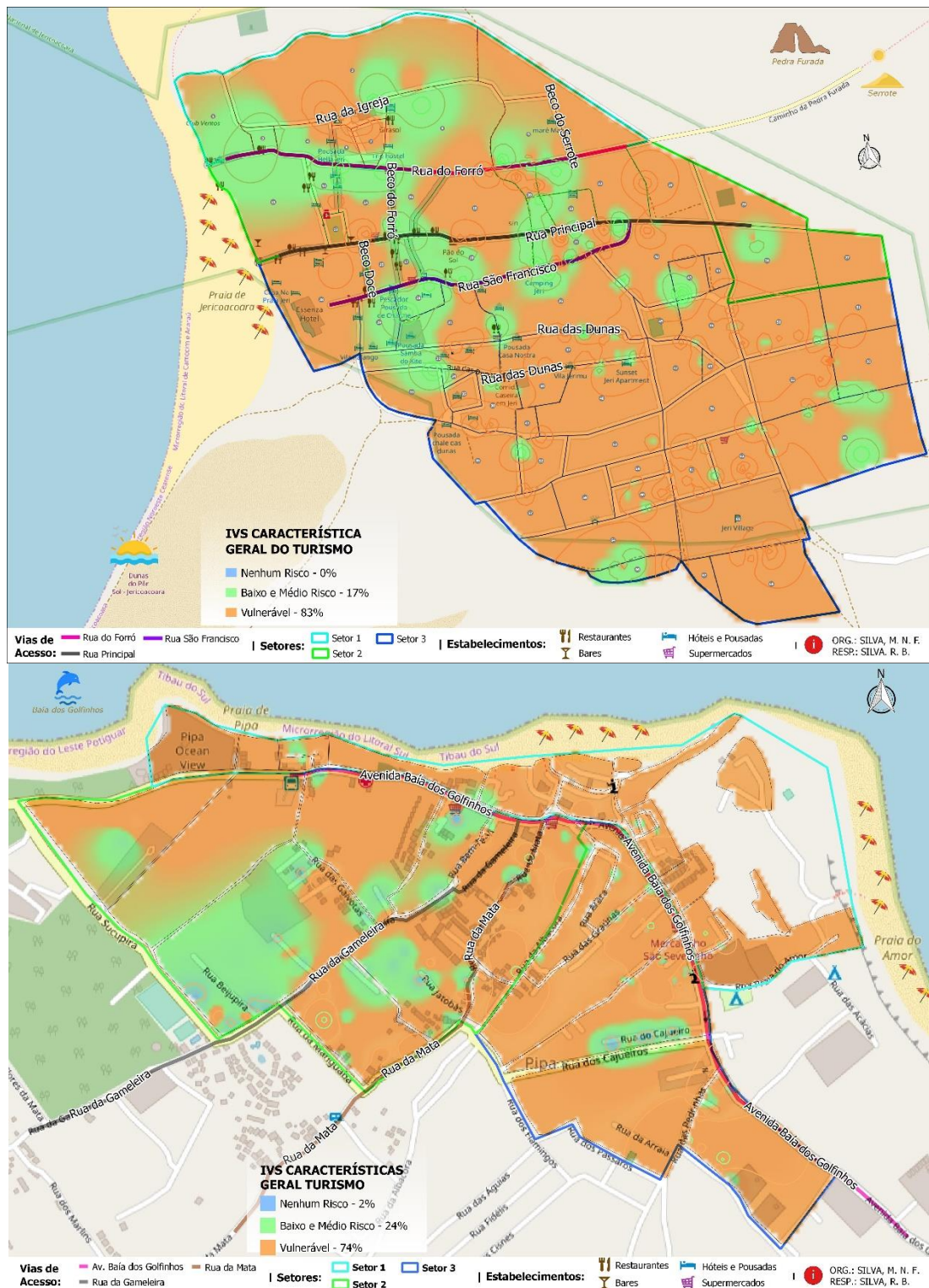
Portanto, quais as características do turismo in lócus em ambas comunidades? As condições são favoráveis para a diminuição do cenário de vulnerabilidade social e conseqüentemente desenvolvimento local? Conforme os gráficos e sabendo que esta dimensão é uma espécie de resumo geral quanto a capacidade de resposta e de adaptação dos indivíduos e famílias de Jeri e Pipa frente ao desenvolvimento da atividade turística nem seus territórios, podemos observar, portanto, que 83% e 74% das famílias são vulneráveis quanto as características gerais do turismo in lócus.

Gráfico 105: Resultado da dimensão características do turismo - Jeri e Pipa



Em relação a espacialização do resultado da dimensão no território de Jeri é possível observar como as áreas mais turísticas são menos vulneráveis em comparação as áreas não turísticas. Em Pipa o cenário também é bastante vulnerável quanto as características gerais do turismo in lócus. É possível encontrar umas poucas manchas de nenhum ou baixo e médio risco no território de Pipa. As características do turismo in lócus, também tem a ver com a questões relacionadas ao lazer dos moradores. Quer dizer, a pesar de Jeri e Pipa não consistirem em um lugar de turismo para os moradores, mas sim, um lugar de trabalho, é importante conhecer a questão do lazer e tempo livre dos moradores para entender a qualidade de vida da comunidade.

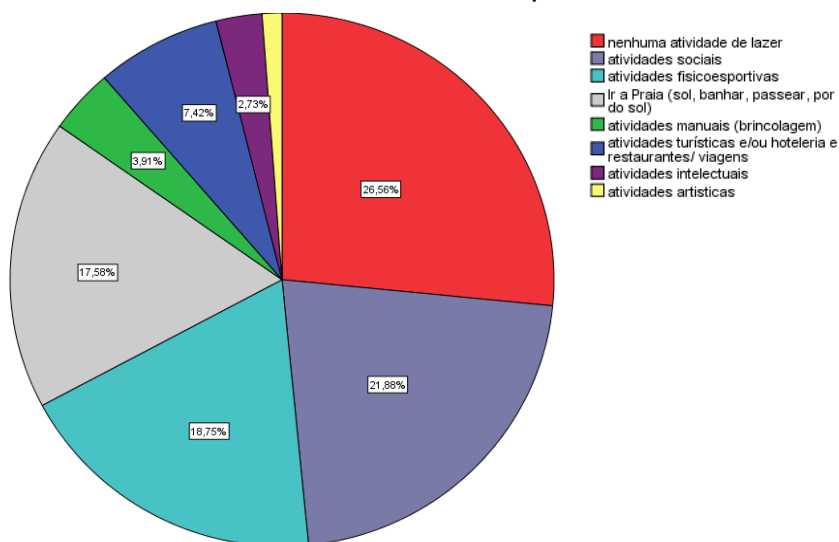
Cartograma 30: Espacialização do resultado da características do turismo (Jeri/Pipa)



Conforme gráfico 106, 26% dos chefes de família de Jeri afirmam que não realizam nenhuma atividade de lazer em seu tempo livre. Muitos comentavam que usavam o tempo livre para descansar ou realizar alguma atividade doméstica. Encontramos 74% de chefes de família que dizem realizar alguma atividade social,

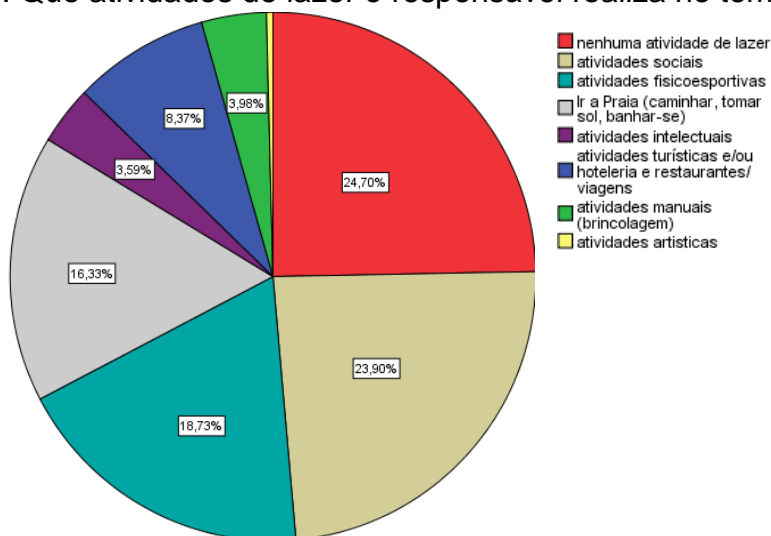
físicoesportiva, manual, turística intelectual, artística e/ou ir à praia. Se observamos, a pesar dessas pessoas viverem em uma comunidade turística e conviverem e sobreviverem cotidianamente do turismo e turistas, apenas 7% afirmam realizar alguma atividade turística (restaurantes, viagens, passeios, conhecer novos lugares, alugar hotel ou similar) no seu tempo livre.

Gráfico 106: Que atividades de lazer o responsável realiza no tempo livre?



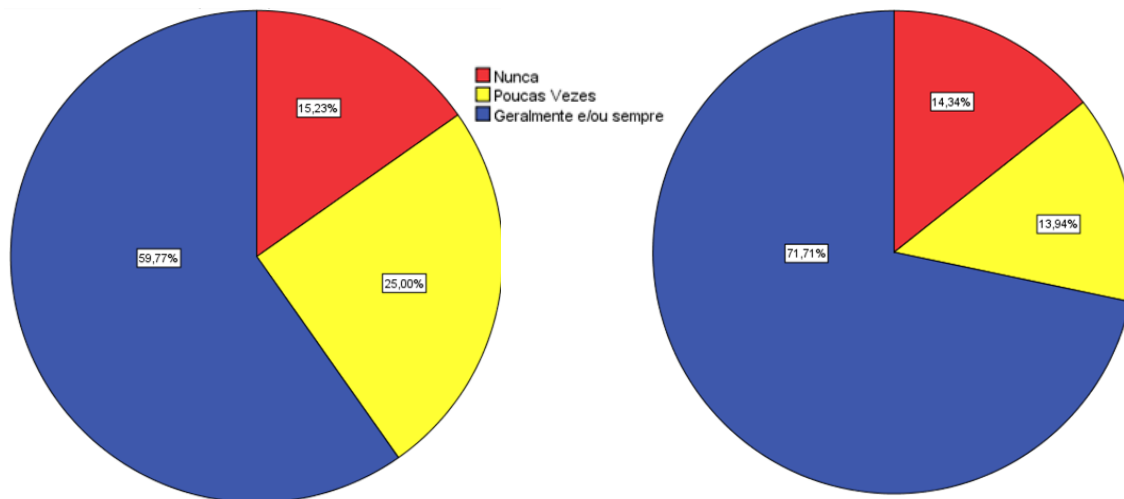
Em Pipa, o resultado é bastante similar. Podemos observar que 24% dizem não realizar nenhuma atividade de lazer em seu tempo livre. Mais da metade dos chefes de família realizam alguma atividade social (ir à igreja, visitar amigos e familiares ou similar), atividades físicoesportiva (esportes em geral) e/ou ir à praia. Apenas 8% dizem realizar alguma atividade turística em seu tempo livre.

Gráfico 107: Que atividades de lazer o responsável realiza no tempo livre? Pipa



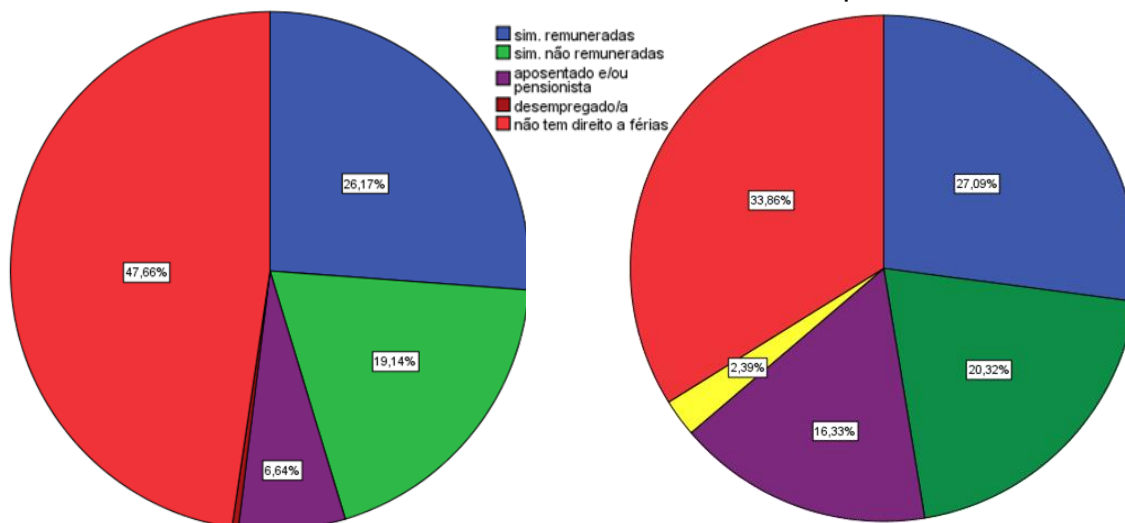
É relação a frequência que os chefes de família realizam atividades de lazer, podemos observar que 59% e 71% em Jeri e Pipa dizem realizar geralmente e/ou sempre. Neste caso, os chefes em Pipa parecem realizar com muito mais frequência atividades de lazer.

Gráfico 108: Qual a frequência que realiza atividades de lazer? Jeri e Pipa



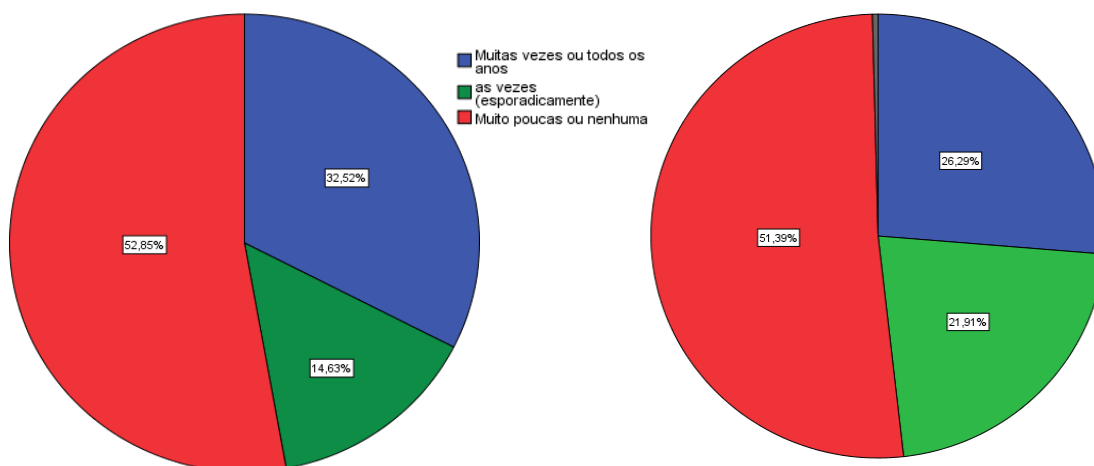
O direito a férias é um direito trabalhista universal. Entretanto, podemos observar que em Jeri esse direito não parece ser uma prática, mas uma exceção. Apenas 26% dos chefes de família possuem direito a férias remuneradas. Em contrapartida 47% dos chefes de famílias afirmam não ter nenhum direito a férias. Esse resultado tem a ver com o tipo de emprego existente em Jeri. Muitos trabalhos em turismo são temporários e sazonais com nenhum direito trabalhista. Ademais de uma parte dos chefes de família que para sobreviver são obrigados a trabalhar na informalidade e clandestinidade, sem direito a férias, decimo terceiro ou previdência. Em Pipa, a situação em relação ao direito de férias entre os chefes de famílias é um pouco menos vulnerável do que em Jeri, quando 33% não possuem direito a férias e em Jeri são 47%. Portanto, não é uma questão de emprego é uma questão de que tipo de emprego e direitos trabalhistas é promovido pelas estruturas de oportunidades de uma comunidade.

Gráfico 109: Direito a férias? Jeri e Pipa



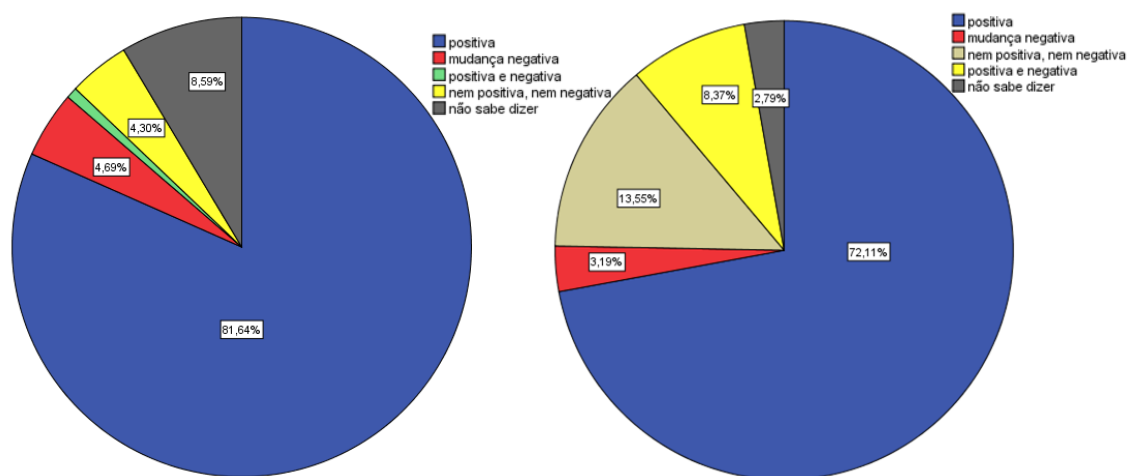
Outra pergunta que fizemos ao chefe de família para compreender a qualidade de vida e desenvolvimento social das famílias era sobre a frequência que estes já haviam usufruído de férias. Em Jeri, 52% dos chefes de famílias responderam que nunca ou muito poucas vezes usufruíram de férias (remuneradas ou não) nos últimos 10 anos. Apenas 32% afirmaram haver aproveitado usufruído de férias todos os anos ou quase todos os anos (nos últimos 10 anos). Em Pipa, 51% também afirmam não haver usufruído de férias nos últimos 10 anos, em comparação aos 26% que dizem ter tirado férias muitas vezes ou todos os anos. Em outras palavras, encontramos um cenário onde mais da metade dos chefes de famílias e suas respectivas famílias não usufruíram de nenhuma ou poucas férias em 10 anos. Portanto, o paraíso de férias para uns, é o fardo de outros.

Gráfico 110: Qual a frequência que usufruiu de férias nos últimos 10 anos (remuneradas ou não)? Jeri e Pipa



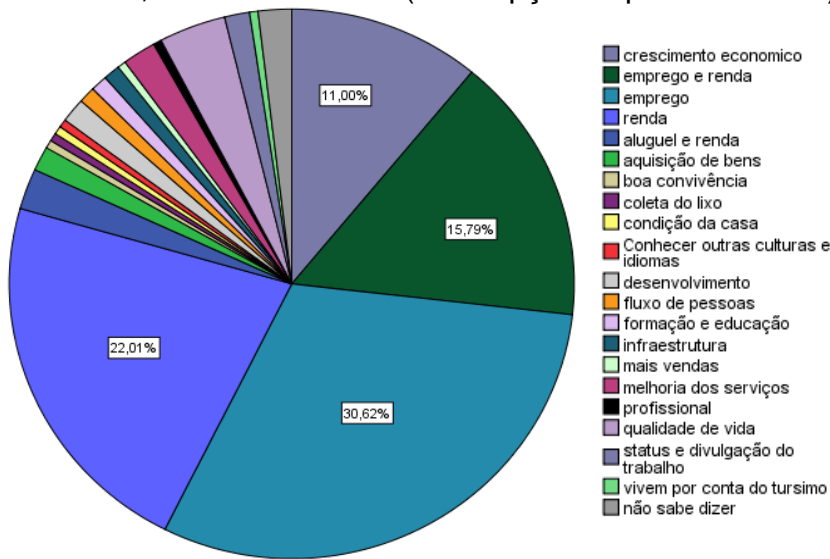
Conforme o gráfico, quanto a percepção dos chefes de família e o crescimento do turismo em suas respectivas comunidades, podemos observar que 81% e 72% dos chefes de família responderem que o turismo foi positivo para sua família. Apenas 19% e 28% responderam que o turismo não foi unicamente positivo. Em termo gerais, uma grande maioria (quase totalidade) dos chefes de família acreditam que o turismo foi positivo para suas famílias, com algumas exceções que também perceberam os impactos negativos advindo com o turismo.

Gráfico 111: O desenvolvimento do turismo foi positivo ou negativo para sua família? (Percepção dos responsáveis) Jeri e Pipa



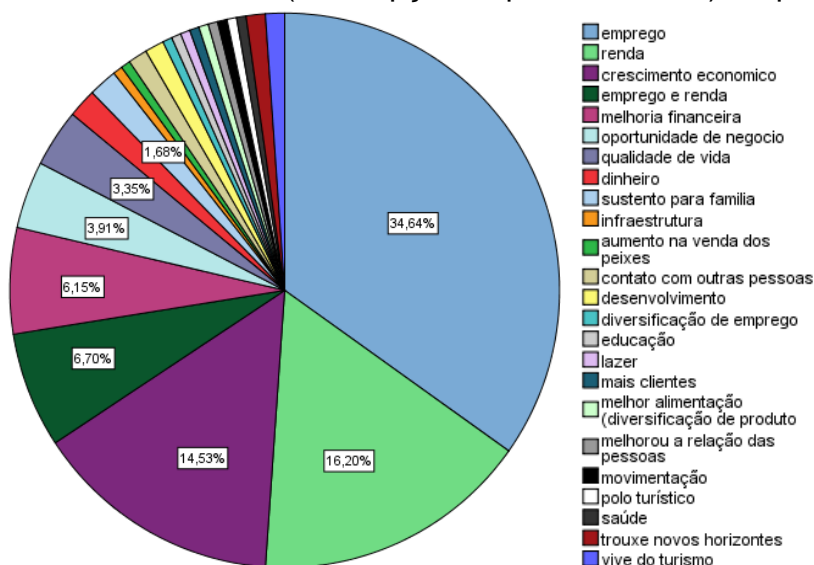
Como qualquer questão aberta, é bem difícil reduzir e padronizar as 256 e 251 respostas dos chefes de família de Jeri e Pipa. Conforme a percepção dos chefes de família em Jeri, podemos destacar as principais: crescimento econômico (11%); emprego e renda (15,79%); emprego (30%) e Renda (22%). Em resumo, 78% dos chefes de família destacam crescimento econômico e emprego e renda.

Gráfico 112: Destaque qual a maior/mais importante mudança POSITIVA na sua família, com do turismo? (Uma opção – questão aberta) - Jeri



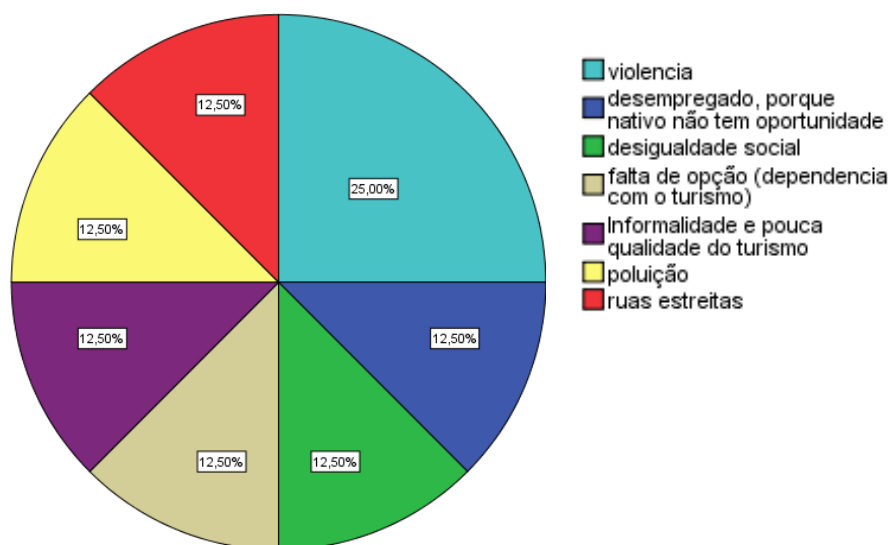
Conforme a percepção dos chefes de família em Pipa quanto aos impactos positivos do turismo sobre suas respectivas famílias, podemos destacar as principais: emprego (34,64%); renda (16,20%); crescimento econômico (14,53%); emprego e Renda (6,70%) e melhoria financeira (6,15%). Em resumo, 78% dos chefes de família destacam majoritariamente a questão do emprego e renda e crescimento econômico como os pontos mais positivos para as respectivas família e comunidade.

Gráfico 113: Destaque qual a maior/mais importante mudança POSITIVA na sua família, com o turismo? (Uma opção – questão aberta) - Pipa



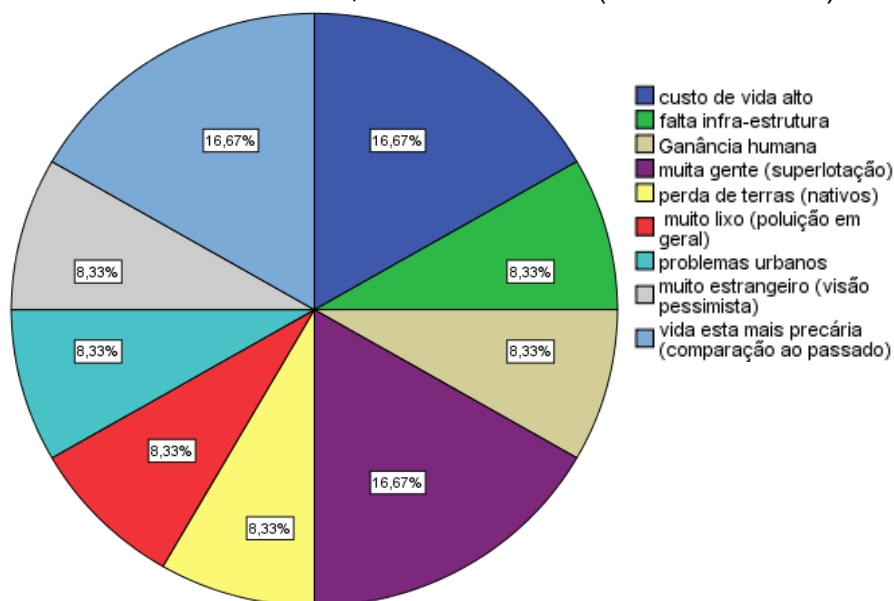
Em relação aos impactos negativos percebido pelos chefes de família e respectivamente as famílias de Jeri, foram destacados os principais: a violência – roubos, furtos, estupros e assassinatos (25%); desemprego por parte dos nativos (12%); desigualdade social (12%); dependência econômica com o turismo – o turismo como única opção (12%); informalidade dos trabalhos (12%); poluição - lixo (12%) e ruas estreitas (problema para circulação – 12%).

Gráfico 114: Destaque qual a maior/mais importante mudança negativa para a sua família e comunidade, com o turismo? (Questão aberta) – Jeri



Enquanto aos impactos negativos do turismo sobre as famílias e comunidade de Pipa, conforme a percepção dos chefes de família, foram destacados os seguintes: alto custo de vida (16,67%); falta de infraestrutura (8,33%); ganancia/ambição humana (8%); superlotação/excesso de fluxo (16,67%); perda de terras (especulação), referindo-se aos nativos (8,33%); poluição e lixo (8,33%); problemas urbanos (exemplo: violência, segregação, favelização, etc. – 8,33%); muitos estrangeiros – visão pessimista (8,33%); e vida mais precária (comparação ao passado – 16,67%).

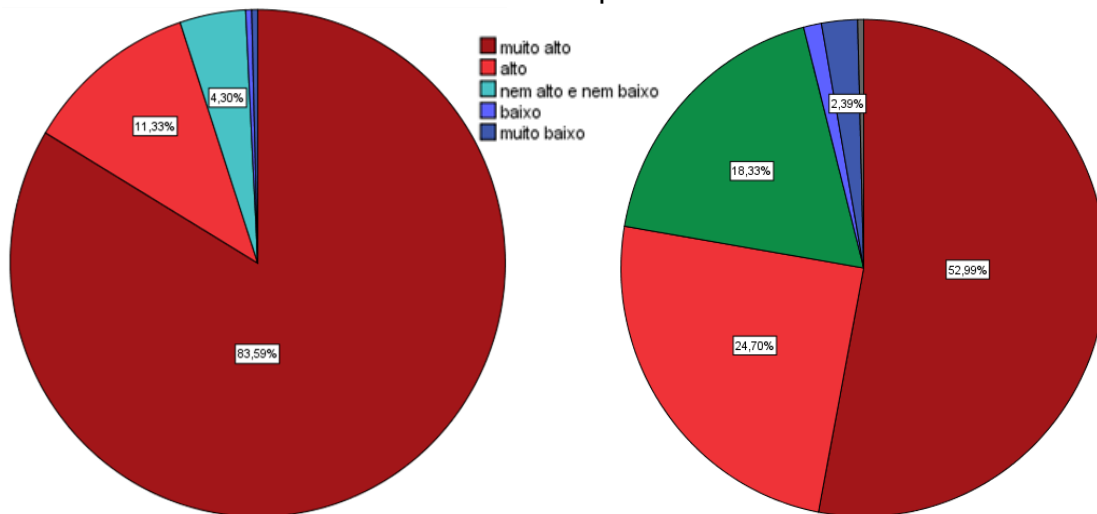
Gráfico 115: Destaque qual a maior/mais importante mudança NEGATIVA para a sua família e comunidade, com o turismo? (Questão aberta) - Pipa



O custo de vida é uma variável bastante importante na hora de analisar a qualidade de vida de uma família. Uma família para satisfazer suas necessidades básicas, precisa ter uma renda que possa acessar uma moradia de qualidade, uso de transporte, gastos mensais, alimentação e, também que lhe der acesso ao lazer e entretenimento. Portanto a relação entre o custo de vida alto ou baixo e os empregos e salários podem interferir diretamente no bem-estar e qualidade de vida de um indivíduo e sua família. Conforme o custo de vida segundo a percepção dos chefes de família e as respectivas dificuldades ou facilidades de satisfazer as necessidades básicas com suas respectivas rendas, podemos observar que uma maioria assinala que o custo de vida em Pipa e sobretudo em Jeri é alto e muito alto. Portanto 94% e 74% dos chefes de famílias afirmam que o custo de vida é bastante alto.

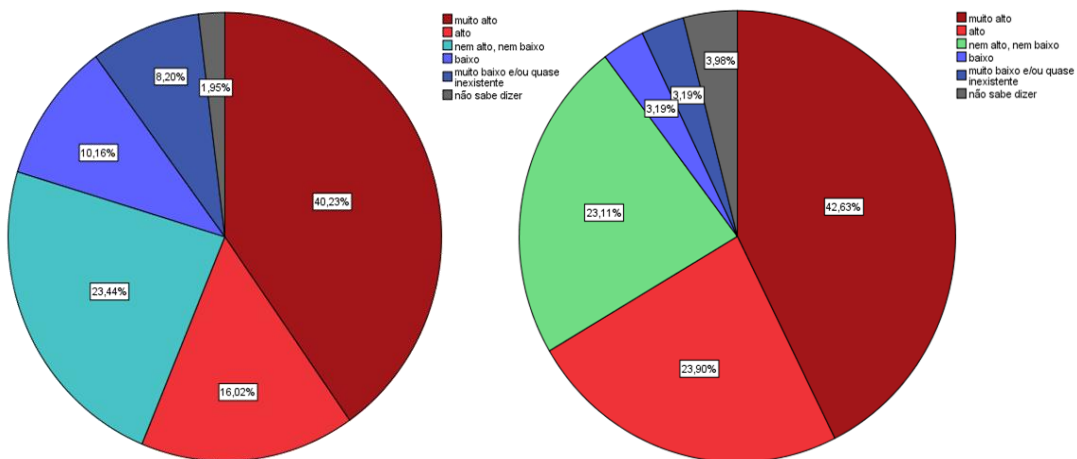
O custo de vida, foi o tema mais elucidado entre os entrevistadores tanto no questionário quanto nas entrevistas em profundidade. Havia muitas críticas dos moradores a subida de preço do aluguel, da alimentação, nos produtos domésticos, ademais dos serviços em geral (transporte, água e energia). Muitos denunciavam nas entrevistas sobre um preço único e alto nos mercados e restaurantes, sem levar em conta a diferença salarial entre o turista e o morador.

Gráfico 116: Custo de Vida na comunidade? (Percepção do chefe de família) Jeri e Pipa



Outro tema relevante, é sobre o tráfico de drogas nas comunidades. Existe um receio, principalmente em Jeri quanto ao tema. Essa pergunta causava um certo mal-estar entre o entrevistador e os entrevistados em Jeri. Alguns chefes de família, principalmente mulheres recusavam responder ou falar sobre o tema. Conforme o resultado, podemos observar que 56% e 65% das famílias afirmam que o tráfico de drogas é alto e muito alto em Jeri e Pipa.

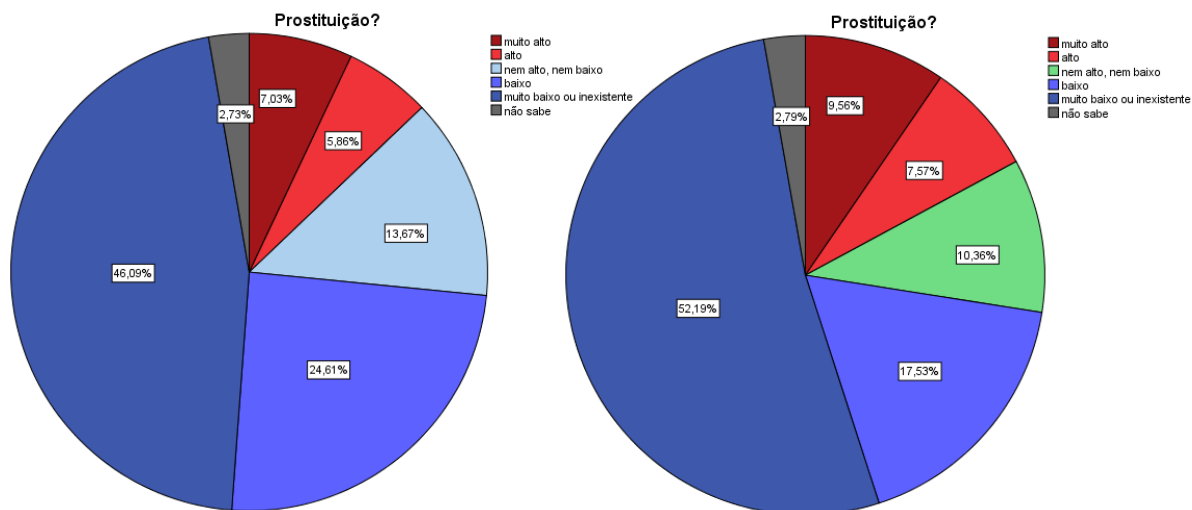
Gráfico 117: Tráfico de drogas segundo a percepção famílias (Jeri e Pipa)



Em relação a prostituição, mais de 70% dos chefes de família afirmam que é bem baixo os casos em ambas as comunidades. Existem poucos casos (exceções) de jovens homens e/ou mulheres que buscam acompanhantes forasteiras, e sobretudo estrangeiras. Em alguns questionários encontramos casos de mães que tem filhos ou filhas casadas com estrangeiros que moram no exterior.

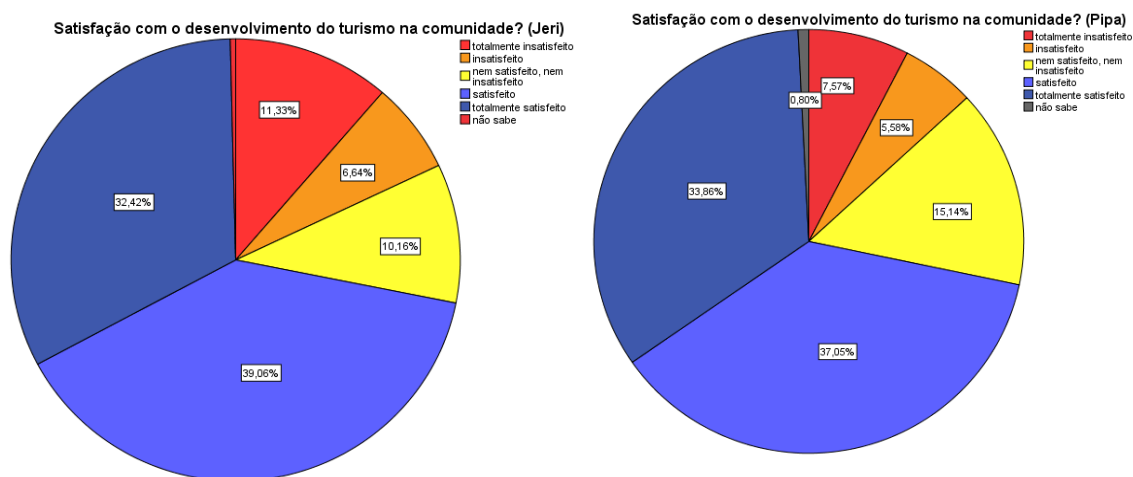
Algumas mencionavam que uma parte da sua renda eram ajudas enviadas pelos seus filhos desde o estrangeiro, como uma espécie de mesada.

Gráfico 118: Prostituição segundo a percepção do chefe de família em Jeri e Pipa



A pesar, do cenário de vulnerabilidade social dos chefes e famílias de Jeri e Pipa, é possível encontrar 71% e 70% que se dizem satisfeitos com o desenvolvimento do turismo na comunidade. A pesar dos impactos negativos, dos empregos ilegais, o custo de vida, tráfico de drogas, a insegurança, etc. ainda assim, uma maioria se sente satisfeito com o turismo.

Gráfico 119: Satisfação com o turismo



Para finalizar o subcapítulo acerca da dimensão Características do Turismo, apresentamos o quadro resumo, destacando os principais resultados e conclusões

a respeito desta variável e sua importância sobre o cenário e a condição de vulnerabilidade social das famílias de ambas as comunidades.

Quadro 45: Resultados e Conclusões sobre a Dimensão Características do turismo

Resultados		Conclusões	
Jeri	1. 83,2% dos chefes de família de Jeri são vulneráveis quanto a dimensão Características gerais do turismo (CGT). Deste 83,2%, 87,3% são vulneráveis no índice geral.	A dimensão, Características Gerais do Turismo destaca-se como um fator determinante sobre o cenário e a condição de vulnerabilidade social das famílias e comunidades de Jeri e Pipa (83,2% e 74,1% vulneráveis neste ativo).	
Pipa	1. 74,1% dos chefes de família de Jeri são vulneráveis quanto a dimensão Características gerais do turismo (CGT). Deste 74,1%, 80,6% são vulneráveis no índice geral.		
Jeri	2. Apenas 26% (Jeri) e 24% (Pipa) dos chefes de família dizem realizar atividades de lazer ou ócio no tempo livre.	A liberdade e o prazer de um são fardo e trabalho do outro” Krippendorf (1989, p.83). Enquanto a comunidade receptora trabalha em período integral, os turistas desfrutam do lazer e ócio. Os moradores locais, realmente não vivem de lazer, mas sobrevivem do lazer de outros.	
Pipa			
Jeri	3. 47,6% e 33% dos chefes de famílias dizem não ter direito à férias (remuneradas ou não remuneradas)		
Pipa			
Jeri	4. 52,8% e 51,3% afirma não a ver usufruído de férias nos últimos 10 anos	Para os moradores a maior contribuição do turismo é o crescimento econômico e emprego e renda, ou seja, de caráter exclusivamente econômico.	
Pipa			
Jeri	5. 81,6% e 72% dos chefes de famílias afirmam que o crescimento do turismo foi positivo para suas famílias e comunidades		
Pipa			
Jeri	6. Mudança positiva do turismo: 11% das famílias destacaram o crescimento econômico e 68% destacaram o emprego e renda.		
Pipa	6. Mudança positiva do turismo: 14,5% destacaram o crescimento econômico e 57,5% das famílias destacaram o emprego e renda.		
Jeri	7. Mudança negativa do turismo: 12,5% destacaram a violência; 12,5% a desigualdade social; 12,5% desemprego entre os nativos.		
Pipa			7. Mudança negativa do turismo: 16,6% alto custo de vida; 8% falta de infraestrutura; 8% ganância humana; 16% superlotação na comunidade
Jeri	8. custo de vida: 83% e 52% dizem que é muito alto		A questão do custo de vida, sobretudo em Jeri aparece como um dos maiores problemas atual dos moradores locais. O custo de vida é uma variável que determina muitas das estratégias inseguras realizadas pelos moradores para a sobrevivência diária, como exemplo: multiempregos, largas jornadas de trabalho (44 horas de trabalho), venda de drogas, e etc.
Pipa			
Jeri	9. Tráfico de drogas: 56% e 65% afirmam que é alto e muito alto o grau de tráfico de drogas nas comunidades	O tráfico de drogas e a violência são os grandes problemas que chegaram junto com o dito “progresso”. Está claro que a droga chega onde existe demanda, e Jeri e Pipa são grandes mercados de drogas. E neste caso O TURISMO e o turista têm sua grande dose de contribuição. O que mais chama atenção é a nível de tráfico de drogas existente em comunidades tão pequenas (menos de 4 mil habitantes).	
Pipa			
Jeri	10. satisfação com o turismo:		

Pipa	71% e 70% dos chefes de famílias dizem estar satisfeito com o turismo na comunidade	A pesar dos inúmeros impactos negativos destacados pelas famílias, ainda uma grande maioria se sente satisfeito com o turismo. De fato, o turismo contribuiu para melhorar a vida dos moradores, sobretudo em aspecto econômico, mas está claro que ainda falta um largo trabalho para corrigir e diminuir os impactos negativos e aumentar a capacidade de resposta da população
-------------	---	---

Na continuidade apresentamos os resultados mais pertinentes e uma discussão final sobre o cenário de vulnerabilidade social em Jeri e Pipa.

7.4 Discussão final sobre as estruturas de oportunidades e a capacidade de resposta das famílias em Jeri e Pipa.

Para finalizar a seção de discussão sobre os resultados da investigação, se apresenta nesta seção o contexto da vulnerabilidade social em Jeri e Pipa, desde uma análise entre as estruturas de oportunidades (escala macro e micro) e a capacidade de resposta das famílias (ativos/IVScT, estratégias e metas de vida). O objetivo é apresentar o porquê e as causas mais evidentes quanto ao cenário de vulnerabilidade social nestas comunidades.

Para refletir sobre o cenário de vulnerabilidade social é necessário entender a relação entre as EOP e a capacidade de resposta das famílias. Em termo geral, é possível encontrar dois cenários, entre vulnerável e não vulnerável. O cenário não vulnerável estaria associado a um conjunto de oportunidades diversificado e, conseqüentemente uma facilidade de acesso a estas oportunidades, o que contribuiria a médio e longo prazo com uma maior dotação e diversificação de ativos sociais por parte das famílias e, por sua vez um emprego de estratégias de inversão e/ou acumulação para um bem-estar futuro (Quadro 46). Em contraposição, podemos encontrar um cenário de vulnerabilidade, associado a uma EOP estruturalmente desigual e uma baixa capacidade de resposta das famílias.

Para iniciar as discussões, mais gerais, sobre os resultados encontrados cabe selecionar algumas perguntas objetivas para delinear um caminho reflexivo sobre Jeri e Pipa, destacamos (quadro 46):

- Qual a dificuldade dos territórios, turísticos ou não-turísticos da região Nordeste, de acessar as EOP (educação, trabalho, renda, capital humano e infraestrutura)

nas diferentes escalas? O turismo é um passaporte para o desenvolvimento do Nordeste?

- Como as EOP criam um contexto econômico dependente do turismo (competência intersetorial) em Jeri e Pipa? Quer dizer, o turismo é uma opção de econômica e de renda (a mais) no contexto econômico das comunidades no Nordeste ou o turismo é a única opção de sobrevivência destas comunidades?
- Como as EOP e o crescimento do turismo afetam as relações intrasociais dos indivíduos, famílias e comunidades (meio externo)?
- Como as EOP, o turismo e a segregação socioespacial afetam a dotação e diversificação de ativos sociais das famílias e comunidade?
- Como a desigual distribuição do conjunto de oportunidades e o baixo portfólio de ativos das famílias influência nas estratégias e na meta de bem-estar das famílias?

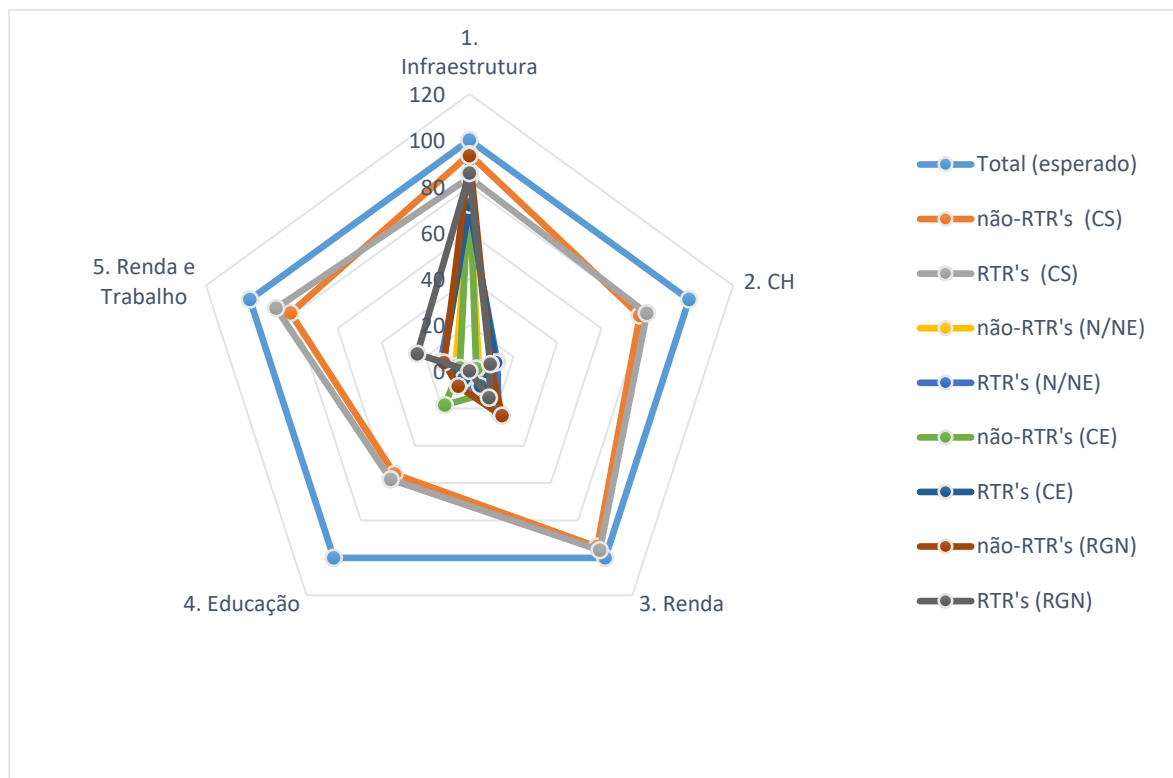
Quadro 46: Contextualização do cenário de vulnerabilidade social em Jeri e Pipa

ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES			CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS FAMILIAS E COMUNIDADES			
a.1 Contexto político (escala macro) Qual a dificuldade de acessar as EOP no Nordeste?	a.2. Contexto político (Dependência intersetorial) Dependência do turismo?	b.Meio externo? (a1. x a.2)	c. Dotação e diversificação dos ativos das famílias? (a x b x c)	d.vulnerabilidade de frente ao turismo Dependência do turismo? (axbxc)	e. Estratégias empregadas ? (axbxcxd)	f. Meta de vida, em geral? (axbxcxdxe) Qual a meta, em geral, das famílias de Jeri e Pipa?
Alta (contexto desigual)	Alta	Segregação?	Baixa?	Alta?		Cenário 1: Vulnerabilidade Bem-estar imediato? (Sobrevivência) Bem-estar futuro? Consumo? Inversão?
Baixo (igualitário)	Baixa	Coesão e integração social?	Alta?	Baixa ou nenhuma?	Acumulação ?	
						Cenário 2: Não-vulnerabilidade

- **Contexto político (macro e micro/a.1):**

Voltando ao debate realizado no capítulo 6, sobre a relação entre os ativos e estruturas de oportunidades em escala macro, podemos observar no gráfico 122, que existe uma diferença entre o grau de desenvolvimento existente na região Centro Sul e na região Nordeste. A grande maioria dos territórios (turísticos ou não turísticos) do Centro-Sul possuem níveis altos em infraestrutura, capital humano, renda, renda e trabalho e, por último a educação. Em contraposição, na região Norte e Nordeste, sejam os territórios turísticos ou não turísticos, os níveis de capital humano, educação, renda e trabalho são baixíssimos, com exceção da dimensão infraestrutura que possui um nível melhor em comparação as outras dimensões destacadas.

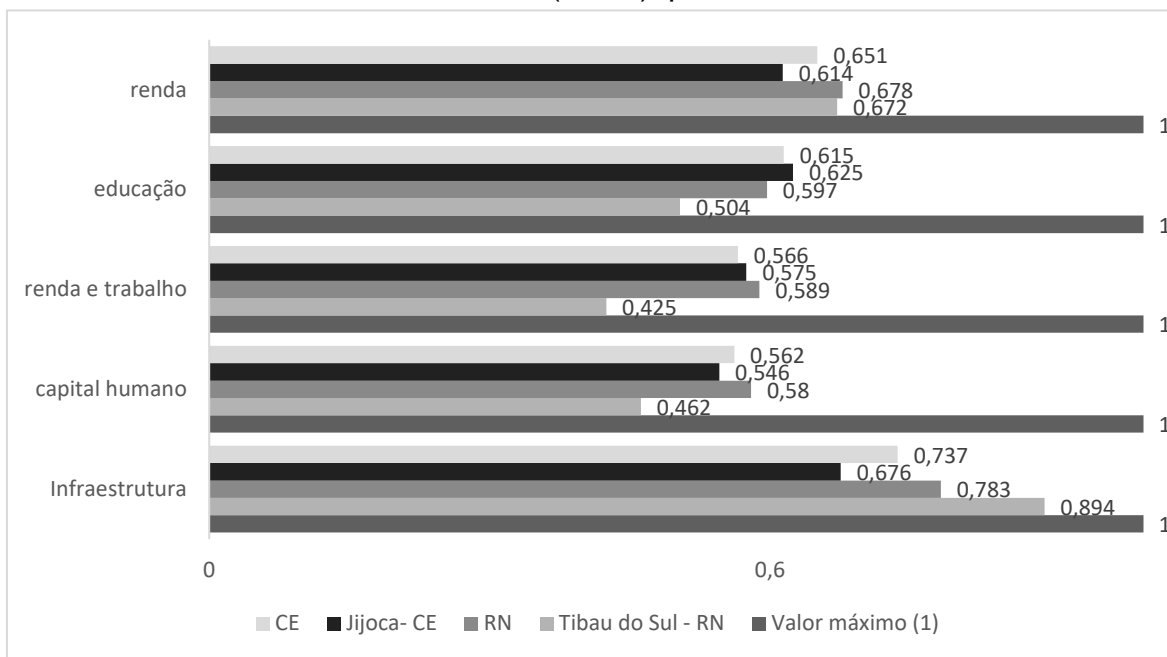
Gráfico 120: Desenvolvimento em territórios turísticos e não turístico no Brasil



O resultado encontrado no gráfico 120, se repete e se confirma no gráfico 121. Se analisamos os níveis de desenvolvimento, mais especificamente na área de pesquisa, Jijoca de Jericoacoara (estado do Ceará) e Tibau do Sul (estado do Rio Grande do Norte), ambos localizados na região Nordeste, podemos observar que os resultados são bastante similares entre si. Ademais o grau de

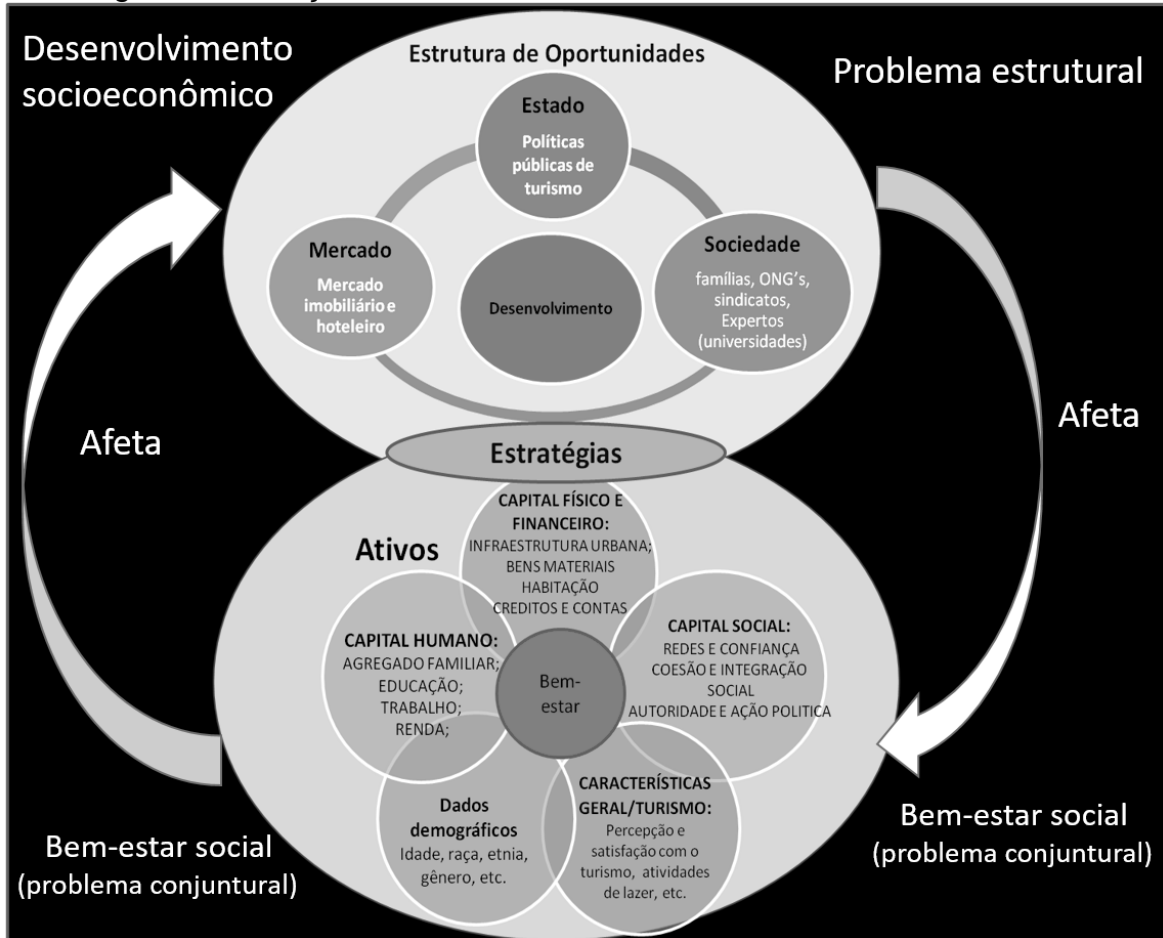
desenvolvimento, nas diferentes dimensões é melhor em escala estadual (CE e RN) do que nas escalas municipais (Jijoca e Tibau). Também é possível observar que as taxas de desenvolvimento média, alta ou muito alta (> 0,6), acontece apenas nas dimensões de renda e infraestrutura o que confirma o resultado do gráfico 121.

Gráfico 121: Resultado do IDH e IVS (Brasil) por dimensão nas áreas de estudo



Em termos gerais, o problema estrutural e historicamente vivenciado na região Nordeste, afeta seus diferentes territórios, sejam eles turísticos ou não turísticos (nas diferentes escalas/de cima para baixo/fig.54). Como consequência, o bem-estar das famílias é diretamente afetado por esses problemas em escala macrossocial (como a falta de infraestrutura; déficit em capital educativo e humano das famílias; condição precária de renda e trabalho nas comunidades) e, por sua vez essa questão estrutural que afeta o bem estar das população, produz um cenário de vulnerabilidade entre os grupos locais e, portanto inviabiliza o processo de desenvolvimento humano e social das comunidades, dos municípios, dos estados e, conseqüentemente da região Nordeste e Brasil (de baixo para cima/fig.76).

Figura 54: Relação entre o desenvolvimento e bem-estar das famílias.



- Meio externo (segregação e/ou integração social/axbxc);

A pressão do Estado, de um lado, e a pressão do mercado para o desenvolvimento do turismo (especulação e valorização do solo) em Jeri e Pipa, do outro lado, contribuiu para a construção de um território segregado nos últimos anos em ambas as comunidades. Tanto com o resultado do IVScT, quanto com as entrevistas realizadas com os chefes de famílias foi possível identificar a existência e as questões relacionadas a segregação socioespacial em Jeri e Pipa.

Podemos marcar o crescimento do turismo como o principal fator que deu início as primeiras marcas da segregação socioespacial em ambas as comunidades. As famílias falam sobre o processo de especulação e a venda de terras em Jeri e Pipa entre os nativos e os forasteiros. A especulação imobiliária forçou a expulsão dos nativos às áreas menos valorizadas (nova Pipa e Nova Jeri). Ademais, essa pressão do mercado conjuntamente com a falta de planejamento do

poder público para orientar o uso e ocupação em Jeri e Pipa, contribuiu para um processo de favelização de certos grupos,

“Se tivesse tido a educação necessária, tivesse tido e tal, poderia ser que hoje fosse melhor, mas hoje em dia, a maioria, 80 % dos nativos, para mim, são favelizados. Estão morando longe. Venderam a preço de banana as coisas, não souberam lidar com o dinheiro” (THA, entrevista pessoal, setembro 2015/Pipa).

As entrevistas confirmam o resultado encontrado no IVScT. Com a realização dos cartogramas com a espacialização dos resultados do índice de vulnerabilidade social nas diferentes dimensões e ativos (capítulo 8) foi possível encontrar a existência de um cenário de vulnerabilidade, assim como identificar os grupos vulneráveis e não vulneráveis (socialmente não vulnerável; nenhum, baixo e médio risco; vulnerável e socialmente vulnerável); e, conseqüentemente delimitar as áreas mais e menos vulneráveis. Ademais foi possível encontrar a relação entre as áreas mais vulneráveis como sendo as áreas não-turísticas, assim como as áreas menos vulneráveis estão associadas as zonas turísticas de Jeri e Pipa, o que reafirma o processo de segregação socioespacial existente em ambas as comunidades e sua relação com o desenvolvimento do turismo (especulação, valorização do solo, valor da terra, mercado imobiliário e hoteleiro, etc.).

E como esse contexto afeta o portfólio de ativos sociais das famílias e comunidades?

- **Dotação, diversificação dos ativos (b) e as EOP (a.1 x a.2):**

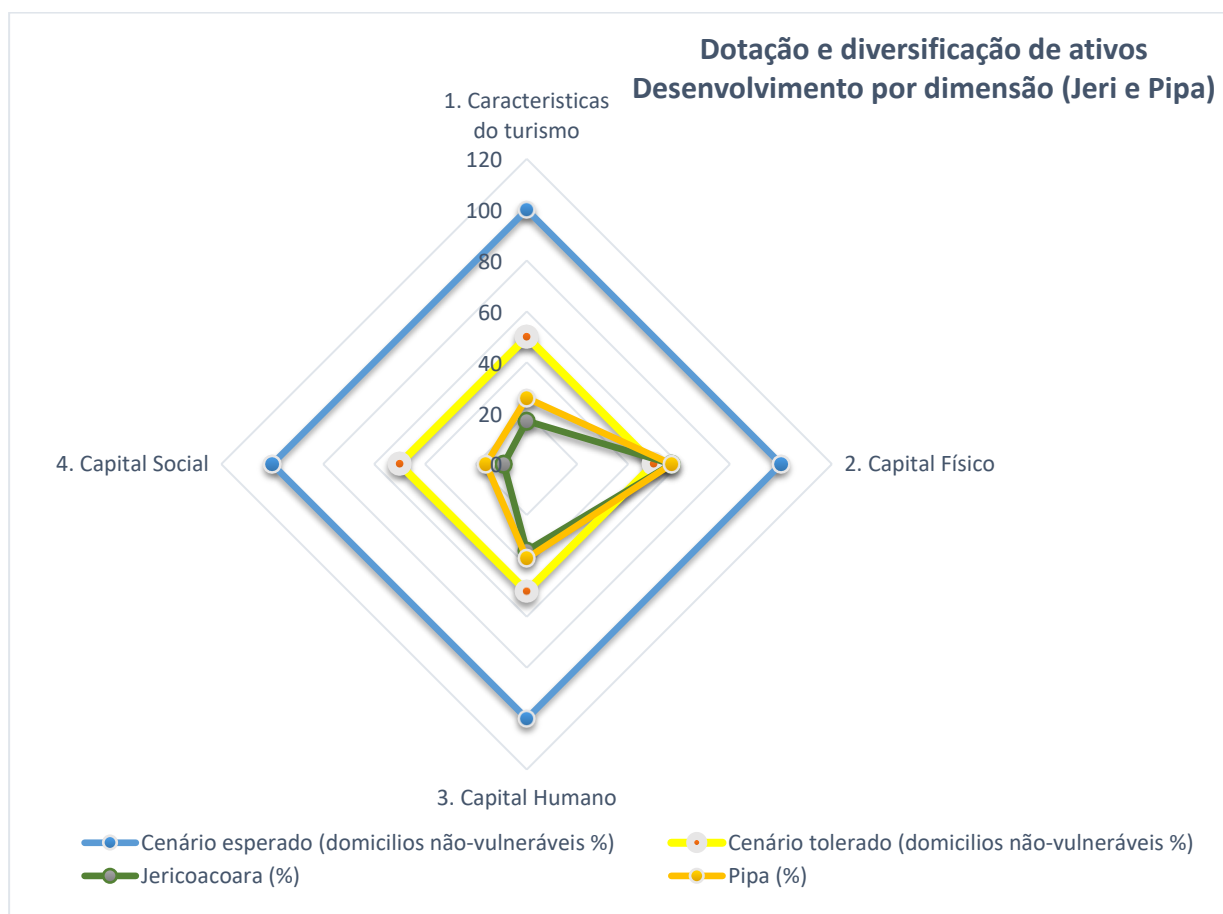
Observando o gráfico abaixo sobre a capacidade de resposta e/ou adaptação dos chefes de famílias e suas respectivas famílias frente ao desenvolvimento do turismo em ambas as comunidades, podemos entender que em termos gerais, uma maioria da população (%) vivem em um cenário de vulnerabilidade social.

O cenário esperado para que uma comunidade possa alcançar níveis de bem-estar ou qualidade de vida ou desenvolvimento humano é um cenário onde a totalidade (100%) ou a sua maioria (> 50%) dos membros (no caso domicílios) possuam altos níveis de capital físico, humano, social e capacidade de resposta frente ao desenvolvimento do turismo. Com a análise comparativa entre as

diferentes dimensões/capitais entre os domicílios de Jeri e Pipa, é possível observar que a maioria das famílias são vulneráveis, em outras palavras não alcançam níveis tolerados de desenvolvimento humano.

O resultado é bastante similar entre o cenário de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa, e o capital físico é o único capital, no qual, uma maior porcentagem (>50%) de famílias conseguem alcançar níveis minimamente tolerados de desenvolvimento. Quer dizer, nas outras dimensões (capital humano, social e características gerais do turismo), encontramos um cenário, no qual, a população em geral não consegue alcançar níveis tolerados de desenvolvimento.

Gráfico 122: Capacidade de resposta das famílias por dimensão

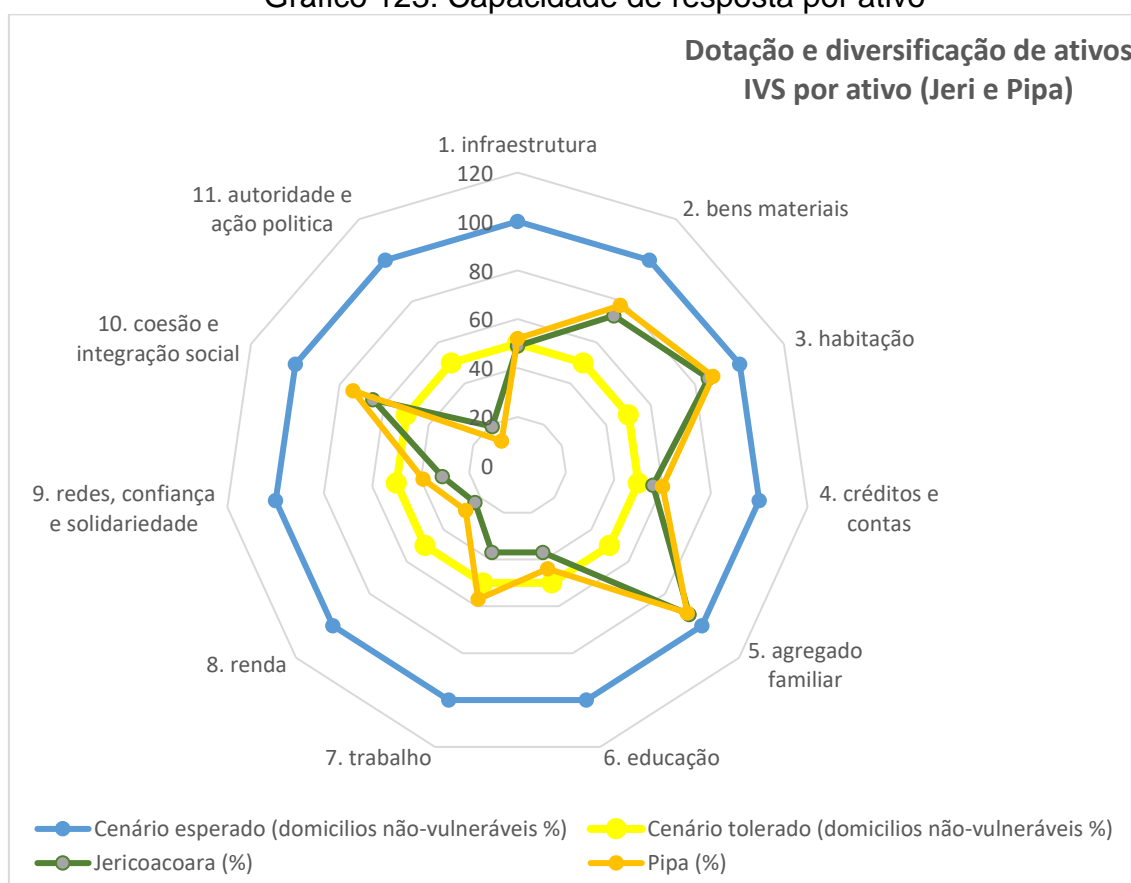


Em relação ao acesso, quantidade e qualidade (dotação e diversificação) dos ativos sociais dos domicílios podemos observar que uma maioria das famílias conseguem alcançar níveis acima do tolerado (> 50% das famílias), em relação aos seguintes ativos: Infraestrutura (Pipa 52%); bens materiais (73% e 78% não-vulneráveis), habitação (86% e 88% não-vulneráveis), crédito e contas (56% e 60%), agregado familiar (93% e 92%), trabalho (apenas em Pipa 57%), e coesão e

integração social (65% e 74%). Em termos gerais, as famílias tem uma maior capacidade de resposta para conseguir os ativos relacionados ao capital físico, como os bens materiais, habitação e créditos e contas.

Em relação aos ativos sociais, nos quais, a grande maioria da população é mais vulnerável ou que possuem menos capacidade de resposta podemos destacar os ativos: infraestrutura (apenas 49% dos chefes de famílias em Jeri não são vulneráveis), educação (37% e 44%), trabalho (Jeri 37%), renda (23% e 28%) e autoridade política (19% e 12%). Em resumo as famílias parecem ser mais vulneráveis ou possuir menos capacidade de resposta para alcançar níveis minimamente toleráveis sobre os ativos humanos e sociais, com excessão no ativo infraestrutura em Jeri.

Gráfico 123: Capacidade de resposta por ativo



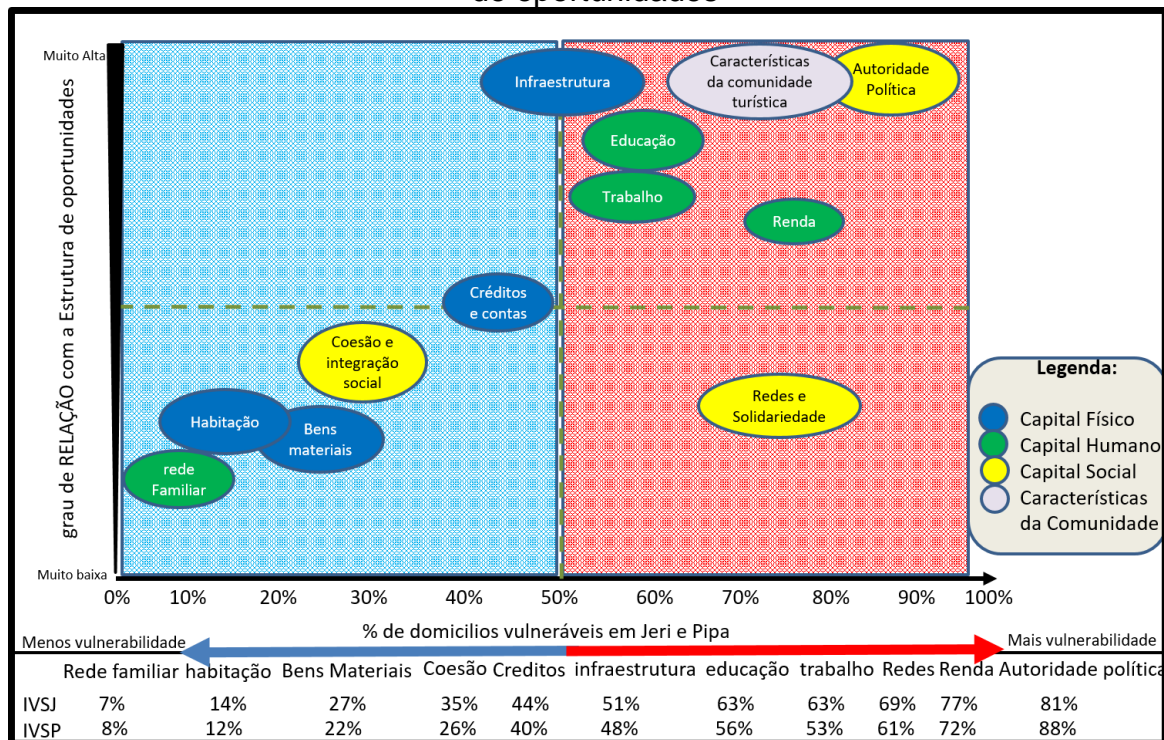
Se observamos a figura 55, podemos ver que as variáveis que dependem ou tem mais relação de dependência com as EOP (Estado, mercado e sociedade), são as quais, as famílias de Jeri e Pipa aparecem com os maiores graus de vulnerabilidade social. Em contraposição, as variáveis que dependem menos da

EOP, ou seja, que depende mais da capacidade de resposta dos próprios indivíduos/famílias, são as variáveis que aparecem com as menores taxas de vulnerabilidade social. Esta discussão chama atenção sobre a conexão direta/indireta entre a vulnerabilidade dos grupos e a eficiência ou ineficiência das estruturas de oportunidades. Portanto, a EOP como a principal fonte de ativos sociais, deveria ser capaz de dotar e diversificar esses ativos entre os diferentes grupos existentes, entretanto, o que encontramos é um sistema estruturalmente desigual.

Conforme figura 55 é possível identificar que os ativos infraestrutura (capital físico), educação, trabalho, renda (capital humano), autoridade política e redes de confiança (capital social) são os ativos que mais determinam as situações e o cenário de vulnerabilidade social nas comunidades de Jeri e Pipa. Quer dizer, mais de 50% dos chefes de família em Jeri e Pipa se encontram em situação de vulnerabilidade por conta, principalmente, destes 6 ativos sociais. E qual a relação entre estes seis ativos e as estruturas de oportunidades? Conforme a figura, podemos observar que com a exceção do ativo redes, confiança e solidariedade (capital social), os demais tem uma relação muito alta e estreita com as EOP, sobretudo com o poder público ou a falta dele.

Em contraposição, os ativos sociais que menos determinam as situações e o cenário de vulnerabilidade social de Jeri e Pipa, são exatamente, os ativos que menos dependem das estruturas de oportunidades, ou seja, são os ativos que podem ser conquistados com a própria capacidade das famílias. Por exemplo, o ativo habitação, a pesar de existir uma certa relação com as estruturas de oportunidades, ainda assim, ter uma moradia, nos dias de hoje, tem muito mais relação com a própria capacidade de resposta de um indivíduo ou família – seja por seu capital físico, financeiro ou humano - do que com o próprio Estado (ex. políticas de habitação) ou Mercado (ex. bancos). Neste caso, se observamos a figura e o ativo habitação, apenas 14% e 12% das famílias entrevistadas em Jeri e Pipa, se encontram em situação de vulnerabilidade social neste ativo.

Figura 55: Relação entre o cenário de vulnerabilidade de Jeri e Pipa e a estrutura de oportunidades



A grosso modo, podemos afirmar que as situações de vulnerabilidade social existente no cenário turístico de Jeri e Pipa, tem muito mais relação com o poder público e privado ou a falta deles (em níveis estruturais), do que com a própria capacidade de resposta dos indivíduos e famílias. Por isso, cabe destacar, que a capacidade de resposta e o uso dos ativos de um indivíduo ou família, não são suficientes para garantir uma qualidade de vida ou diminuir os níveis de risco ou vulnerabilidade social. Portanto a questão não é ter ativos sociais, mas é compreender as facilidades ou dificuldades das famílias ou grupos em acessar a esse conjunto de oportunidades (educação, trabalho, renda digna, moradia, etc.).

Em termos gerais, podemos afirmar que a estrutura de oportunidades (EOP), afeta consideravelmente no acesso, quantidade e qualidade dos ativos sociais e ademais nas estratégias empregadas pelas famílias. As relações entre estes e outros aspectos no uso dos recursos internos mostram, como característica que o Estado e o mercado não somente têm que contribuir a gerar um cenário propício para o desenvolvimento econômico, sociocultural, político e ambiental para os cidadãos, se não, ademais, necessitam fortalecer a quantidade, qualidade e diversidade destes ativos e fomentar hábitos e pautas de condutas para diminuir a vulnerabilidade em qualquer de seus níveis de agregação.

- Dependência do turismo, estratégias e meta de vida (axbxcxdxexf)

Para finalizar a discussão final, podemos especificar que esse contexto político estruturalmente desigual vivenciado na região Nordeste afeta os estados e municípios respectivamente e, conseqüentemente a capacidade de resposta dos moradores locais o que determina a dependência econômica destas famílias em relação ao turismo e por sua vez, no emprego de estratégias de defesa para a sua sobrevivência diária.

Figura 56: relação entre dependência do turismo, estratégias e meta de vida das famílias

Dependencia turismo	Influência →	Estratégias empregadas	←	Metas de Vida
Alta		Consumo (defensiva)		Bem-estar imediato (sobrevivência)
media		Inversão (adaptação)		Bem-estar futuro
baixa		Acumulação (ofensivas)		

Em outras palavras, podemos afirmar que a redução da vulnerabilidade social em Jeri e Pipa não depende apenas da capacidade do turismo como motor de desenvolvimento, a questão é muito mais complexa. A inserção da atividade turística em um ambiente estruturalmente desigual, como o caso dos territórios nordestinos, apenas está REFORÇANDO as estruturas de dependências (pré-existentes) e, ademais AGRAVANDO E (RE) PRODUZINDO as situações de vulnerabilidade social a médio e longo prazo (pós-turismo). E, portanto, é possível afirmar que “o desenvolvimento da atividade turística, por si, não pode garantir o desenvolvimento humano e social nos territórios”.

Em resumo para que exista um processo de desenvolvimento humano e social é necessário uma mudança em nível estrutural (escala macro e micro) e, conseqüentemente um planejamento que não seja orientado exclusivamente as dimensões turísticas (em uma visão intersetorial), mas que possa focar em aspectos socioterritoriais (visão holística e multidimensional), quer dizer, que possa levar em consideração todas as dimensões necessárias para reverter a vulnerabilidade estrutural, histórica e socialmente construída e impregnada nestas comunidades do nordeste brasileiro.

**CAPÍTULO 8:
CONCLUSÕES FINAIS**

CAPÍTULO 8: CONCLUSÕES FINAIS

Através do desenvolvimento desta presente trabalho de investigação foi possível, de um lado, propor uma ferramenta para avaliação do desenvolvimento dos territórios turísticos, desde o enfoque da vulnerabilidade social, e do outro, *analisar, medir e avaliar a capacidade do turismo em contribuir para o desenvolvimento e bem-estar de comunidades e grupos locais, efetuando uma aplicação prática, a nível macrossocial, na região Nordeste do Brasil, e a nível microssocial, nas comunidades locais de Jericoacoara e Pipa.*

A modo de conclusão final se apresentam neste capítulo as principais reflexões e resultados que foram gerados ao largo deste processo e que permitem dar resposta as perguntas, hipótese e objetivos específicos previamente determinados no capítulo 1.

8.1 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA DO ENFOQUE DA VULNERABILIDADE SOCIAL AOS ESTUDOS DO TURISMO

O primeiro objetivo específico da tese era de *aprofundar no conhecimento entre os estudos do turismo, desenvolvimento e vulnerabilidade e as metodologias de estudos relacionadas.* Esta análise permitiu de um lado, encontrar as limitações dos estudos do turismo/desenvolvimento, até então, realizados desde uma racionalidade econômica – negligenciando elementos humanos e sociais em potencial - e, conseqüentemente da sua análise limita a avaliação dos impactos, e do outro, a necessidade de buscar uma alternativa teórica, conceitual, metodológica

e empírica para quantificar e identificar os aspectos sobre os quais é necessário atuar para pensar e fazer o turismo.

A avaliação dos impactos, tão praticada entre os estudos do turismo, possui uma limitada capacidade de análise causal (se limita aos efeitos), o que contribui para a replicação de políticas públicas subordinadas à hegemonia econômica, em detrimento aos impactos socioambientais. A análise dialética entre estrutura e agência também faz parte das limitações desta metodologia. As populações locais são consideradas atores passivos frente aos impactos externos do turismo. Estas limitações contribuem para a incapacidade destas análises metodológicas e interpretativas dos estudos do turismo de criar um quadro de soluções - estruturais e/ou conjunturais adaptado à realidade e necessidade das comunidades - para os tomadores de decisão.

Por isso apostamos que boa parte dos déficits das metodologias da avaliação dos impactos podia ser solucionada com a inclusão do enfoque da Vulnerabilidade Social à avaliação do desenvolvimento do turismo. A inclusão da vulnerabilidade aos estudos do turismo contribuiu para superar a imediata comparação dos impactos macroeconômicos com outros que repercutem diretamente no bem-estar dos indivíduos e grupos e permitiu desenvolver uma reflexão a longo prazo sobre os efeitos estruturais do turismo, tanto em plano ambiental quanto socioeconômico e cultural. Também deu relevância às causas e aos efeitos do turismo sobre os atores locais (grupos locais em oposição ao turista), ligando o enfoque macro ao micro, no qual, foi possível avaliar a capacidade de resposta dos diferentes indivíduos, famílias e grupos frente ao turismo.

Entre as contribuições coletadas durante o desenvolvimento do trabalho sobre a abordagem da vulnerabilidade na avaliação do desenvolvimento de territórios turísticos, destacamos:

Primeiramente, o enfoque da vulnerabilidade social possibilita um **olhar multidimensional** sobre o conceito de desenvolvimento, e conseqüentemente contribuiu para a inserção de outras dimensões para a avaliação do desenvolvimento dos territórios turísticos, como capital humano, social, redes de confiança, solidariedade, etc. A grosso modo, a ideia de desenvolvimento humano e o caráter multidimensional do enfoque da vulnerabilidade (inerente aos estudos de *Capability Approach/Assets-Vulnerability/* e AVEO) possibilitou um discurso

alternativo de turismo, superando a racionalidade puramente economicista – procurou-se avançar no entendimento dos condicionantes para além do crescimento económico - desafiando os discursos hegemónicos.

O enfoque da vulnerabilidade contribui para uma **visão integral** sobre o turismo e desenvolvimento. Em outras palavras o carácter multidimensional da vulnerabilidade contribui para um enfoque socioterritorial com uma perspectiva heurística onde foi possível contemplar o território como um palco socialmente construído onde ocorre o social e o simbólico, mas também o natural, espacial, social, cultural, económico, político e histórico.

Em terceiro lugar, o **enfoque da vulnerabilidade é flexível** e tem a capacidade de medir o desenvolvimento ou a vulnerabilidade dos grupos sociais desde diferentes contextos (políticos, económico ou social), escalas (nacional, estadual, local) ou tempo-espço (análises sincrónicas ou diacrónicas). Neste sentido, foi possível elaborar uma ferramenta para avaliação do desenvolvimento dos territórios turísticos, graças a flexibilidade do enfoque da vulnerabilidade.

Em quarto lugar, o **enfoque é dinâmico e Dialético**: Insere uma análise dialética entre as causas de fundo/estruturais (**escala macro**) e a agência humana (**micro**). O conhecimento sobre a fonte e distribuição de ativos sociais em uma sociedade ajudou a desvendar a **estrutura profunda** que dá conta do carácter mais ou menos concentrado e mais ou menos permanente da distribuição de ingressos sobre os diferentes territórios e como esta distribuição desigual dos recursos sobre os indivíduos de uma comunidade contribui para a progressão da vulnerabilidade em médio e longo prazo. O enfoque faz um reconhecimento explícito da situação de vulnerabilidade dos atores, quando busca reconhecer e identificar os ativos das famílias (escala micro), assim como, a forma que estes atores se articulam entre si e em redes (familiares, vizinhança, comunidades, sindicatos, política, etc.) para acessar as estruturas de oportunidades (escala macro) e lograr metas de bem-estar social futuro (estratégias).

O enfoque da vulnerabilidade e a relação dialética entre estruturas e a capacidade de resposta dos atores - contribuiu para superar os estudos e análises do turismo, até então praticados, focalizados nos impactos negativos ou positivos do turismo sobre as comunidades (de cima para baixo), desconsiderando ou negligenciando o papel destes grupos locais em um processo de adaptação ao

fenômeno turístico, assim como sua capacidade de influenciá-lo (de baixo para cima).

Em quinto lugar, o esquema conceitual da vulnerabilidade social contribuiu para o entendimento acerca da **heterogeneidade** existente entre os indivíduos, famílias e grupos. A novidade que introduz o enfoque da vulnerabilidade é a de promover um marco que permite organizar e dar sentido as características heterogêneas dos grupos. Por um lado, de um portfólio limitado de ativos que podem mobilizar os domicílios e que constitui a estrutura profunda que fundamenta a heterogeneidade da pobreza, e por outro lado, as transformações desde as estruturas de oportunidades e de seus requerimentos de acesso as fontes de oportunidades.

A aceitação da existência de uma heterogeneidade entre os indivíduos, seja pelo acesso ou controle limitado de ativos, contribuiu com uma perspectiva muito mais complexa sobre o binômio turismo/desenvolvimento, superando a ideia idílica e romântica sobre a existência de comunidades turísticas com características estritamente homogêneas, dando margem e voz aos diferentes grupos.

O sexto ponto está relacionado a **progressão da vulnerabilidade**. Neste caso, a ideia da progressão da vulnerabilidade, nos ajudou a superar a ideia de turismo como milagre ou turismo como desastre. A desigualdade socioespacial não aparece com o turismo, ao contrário, a maioria das comunidades tradicionais possuíam, antes mesmo do turismo, níveis de vulnerabilidade social e até mesmo de pobreza estrutural crônica. Portanto, apesar da quantidade e qualidade dos ativos sociais que detém uma família e a capacidade dos indivíduos para superar as adversidades serem variáveis importantes para a análise da vulnerabilidade social de uma comunidade, não se pode desconsiderar, os processos (a história), as estruturas (causas de fundo e as pressões dinâmicas) e as condições inseguras pré-determinadas ou pré-existentes de um território no tempo-espaço. Na região Nordeste, por exemplo, foi possível observar que as políticas públicas de turismo não conseguiram reverter as injustiças historicamente e socialmente construídas nesta região, porque negligenciaram, de um lado, as desigualdades estruturais e históricas entre o Sul e o Norte do país; e do outro lado, a falta de uma correção dos problemas estruturais mais urgentes e pertinentes da região.

Por último, o enfoque da vulnerabilidade pode contribuir para a **desenho e revisão de políticas públicas**. O reconhecimento das necessidades reais dos indivíduos, contribui para a revisão das políticas públicas como agenda futura. Neste sentido a inclusão do enfoque da vulnerabilidade aos estudos do turismo contribui como uma ferramenta de comunicação e gestão que garante de um lado, um processo de conscientização e mitigação dos indivíduos e grupos sobre os cenários e situações de vulnerabilidade social existente, e do outro, informação densa e de qualidade para o aprimoramento dos desenhos de políticas públicas que maximizem os efeitos positivos do turismo sobre os diferentes grupos/comunidades.

8.2 CONTRIBUIÇÕES DA MEDIÇÃO DA VULNERABILIDADE E DO QUADRO AVEOT PARA AVALIAÇÃO DO TURISMO

Mesmo com as frequentes declarações políticas e econômicas a favor do binômio turismo/desenvolvimento e de sua importância na economia de muitas regiões, segue aumentando a lista de pesquisadores de distintos campos científicos que têm identificado impactos, diretamente ou não, gerados ou agravados pelo turismo. Notadamente quando este é desenvolvido desconsiderando as necessidades reais dos grupos locais, voltando-se, tão somente, para a adaptação do lugar, as exigências dos visitantes e aos interesses do mercado.

As teorias e os quadros existentes geralmente não têm sido úteis no desenvolvimento de uma compreensão abrangente do fenômeno turístico e muito menos com uma capacidade de rever e planejar o turismo a partir das reais necessidades dos indivíduos, famílias e grupos. Neste sentido o segundo objetivo específico da tese era *ELABORAR E PROPOR um marco conceitual, metodológico e prático para analisar, medir e avaliar empiricamente o desenvolvimento e a vulnerabilidade social nos territórios turísticos a partir da inserção do enfoque da vulnerabilidade social (estrutura de oportunidades, ativos sociais e estratégias), como ferramenta de ajuda para decisão, gestão e planejamento do turismo.*

O quadro AVEOT pode ser usado como um modelo conceitual e metodológico abrangente para ajudar a garantir que todas as questões-chaves relacionadas ao objeto ou área de estudo sejam consideradas. Em outras palavras,

pode ser usado como um simples diagrama, infográfico ou modelo para identificar e discutir a natureza das questões sociais mais significativas dentro de um contexto turístico por consistir em um quadro compatível com os problemas mais comuns das diferentes comunidades.

O quadro tem capacidade metodológica para ser usado em todas as fases de um planejamento estratégico (investigação, diagnóstico, planejamento⁵⁵) ou de uma parte dele. Outro ponto relevante é que o quadro social pode ser usado a partir de todas as categorias de análises (estruturas de oportunidades, ativos e estratégias) ou pode ser simplificada segundo os objetivos da pesquisa, tempo para elaboração e execução ou simplesmente por falta de orçamento para a realização da atividade.

O AVEOT pode garantir uma identificação saturada do conjunto das causas, das pressões dinâmicas e das condições inseguras e dos variados impactos existentes e conseqüentemente os principais componentes sociais relacionados ao contexto para uma análise complexa da realidade. Na continuidade destacamos a contribuição do AVEOT para a avaliação dos cenários turísticos:

1. Identificação de questões-chaves (fatores) para a investigação: A seleção de questões-chaves é talvez o passo mais crítico no processo investigação e avaliação do nível de bem-estar e desenvolvimento nos territórios, principalmente quando envolve fatores tangíveis e intangíveis. Portanto o quadro pode ser usado para auxiliar na identificação de critérios apropriados para a investigação, tomando como referência outros fatores importantes que só seria possível com uma adequada avaliação sobre o que as próprias famílias e grupos (internos) valorizam como fatores fundamentais para o melhoramento do nível de bem-estar social.

- Por se tratar de um **quadro flexível, dinâmico e interativo** dar muito “jogo” para a investigação, desde metodologias quantitativas e qualitativas ou participativas e não participativas;

2. Diagnóstico: Para a construção de um bom diagnóstico quanto ao desenvolvimento do turismo nas comunidades é necessário abusar de ferramentas metodológicas para alcançar um entendimento completo sobre as fontes de ativos (EOP); a quantidade e qualidade de ativos sociais que dispõe as famílias e

⁵⁵ O quadro metodológico foi construído e testado nas duas primeiras fases (investigação e diagnóstico) em conformidade com a tese de doutorado.

comunidade; e finalmente as estratégias e metas das famílias (estratégias de consumo, acumulação e ofensivas). Portanto, o quadro pode contribuir com:

3. Identificação das situações/condições e cenários de vulnerabilidade:

O quadro possibilita um amplo leque de ferramentas conforme (figura 6), que possibilitam encontrar se existe ou não vulnerabilidade? Quais as situações e cenários de vulnerabilidade? Qual o grau de vulnerabilidade? A que são vulneráveis?

- Identificação **dos grupos mais ou menos vulneráveis**. É possível identificar as diferentes situações de risco socioeconômico (entre aqueles grupos vulneráveis e não vulneráveis) seja por suas condições demográficas (idade, gênero, raça, naturalidade, dependência com o turismo), seja por questões de (des)vantagens sociais (trabalho, saúde, qualificação profissional, renda, etc.);

- Ajuda a entender as causas que fazem grupos serem mais vulneráveis que outros (Por que são vulneráveis?; A que são vulneráveis?), ademais de contribuir com um quadro lógico de atuação (Como atuar?). A leitura entre uma análise micro (estratégias e ativos) – capacidade de resposta – e uma análise macrossocial (estruturas de oportunidades) contribui para uma visão holística, multidimensional e multissetorial sobre **as causas (estruturais e conjunturais)** e os processos determinantes para a conformação de situações e dos cenários de “mais” ou “menos” vulnerabilidade. Além disso o modelo tem capacidade analítica de interpretar o porquê da vulnerabilidade social – sempre quando o investigador não se limite apenas a identificação dos ativos (análise micro).

- A metodologias e ferramentas (qualitativas/quantitativas; participativa ou não participativa) também contribui para **identificar as dimensões, ativos e indicadores mais significativos/determinantes** na produção da vulnerabilidade social dos indivíduos e famílias, e sobre os territórios. Dessa forma possibilita um diagnóstico mais preciso; com propostas mais acertadas com as necessidades reais dos grupos e para a avaliação periódica das propostas e de sua capacidade para reverter os cenários de vulnerabilidade social.

4. Planejamento e propostas: podemos destacar alguns pontos positivos do quadro AVEOT ao planejamento;

- Onde atuar? Para um planejamento mais acertado com a realidade, se sugere usar ferramentas ou técnicas que possam georeferenciar os domicílios ou

grupos e comunidades. Não se pode entender a vulnerabilidade como um fenômeno homogêneo, e por isso, sempre existiram grupos ou áreas mais vulneráveis que outras. Portanto, o georreferenciamento da investigação pode contribuir para a localização espacial dos grupos vulneráveis ou de áreas mais vulneráveis. Essa identificação de áreas mais vulneráveis dentro dos territórios turísticos pode contribuir com um **planejamento socioespacial** mais acertado, e conseqüentemente maximizar os impactos positivos sobre o coletivo (famílias e grupos locais) ou sobre um determinado espaço (área).

- A tentativa de analisar o fenômeno do turismo desde as diferentes categorias de análise (EOP, Ativos e estratégias) pode contribuir para um **planejamento estrutural e conjuntural** nas diferentes escalas. O diagnóstico pode contribuir com uma leitura sobre as estruturas de oportunidades e a capacidade de resposta, e, portanto, o planejamento também pode ser elaborado de forma que atue tanto sobre os ativos sociais, quanto sobre as fontes destes ativos sociais (EOP/ Estado, Mercado e sociedade);

- Assim como qualquer atividade econômica, o turismo deve ser analisado constantemente. Entendendo que o turismo faz parte de territórios (espaço socialmente construído), e estes espaços mudam constantemente, as propostas e o planejamento devem dar conta destas mudanças. Portanto, o quadro também possibilita ferramentas que contribui para uma **avaliação periódica** dos territórios turísticos e o bem-estar dos grupos.

Acreditamos que o quadro social abrange tudo o que precisa ser considerado para avaliação do desenvolvimento e bem-estar e dos indivíduos e comunidades turísticas. Incluindo o que as pessoas valorizam sobre sua situação atual, suas aspirações e expectativas, além de identificar também os impactos do turismo e as questões de planejamento da atividade e as possíveis medidas de mitigação e melhoria das condições de vida das diferentes famílias.

O marco conceitual e metodológico AVEOT é um ponto de partida útil para qualquer projeto, investigação ou diagnóstico social para mapeamento de um contexto local. A linguagem do *framework* é simples e acessível, permitindo que seja usada por todos os especialistas sociais e metodologicamente pode ser usado para apoiar todas as fases de desenvolvimento de projetos ou investigação: incluindo definição das variáveis, coleta de dados, diagnósticos, desenvolvimento

de planos de gestão, formulação de indicadores de monitoramento e elaboração de revisões sociais. Também consiste em uma ferramenta de comunicação para garantir o processo de mitigação e de planejamento de políticas públicas.

8.3 CONCLUSÕES SOBRE A APLICAÇÃO EMPÍRICA-EXPERIMENTAL DO QUADRO AVEOT

Analisar o fenômeno do turismo não é uma tarefa fácil e por isso buscamos elaborar diferentes propostas para avaliar o desenvolvimento do turismo. Para tanto, **o terceiro objetivo específico ANALISAR, MEDIR E AVALIAR o desenvolvimento e a vulnerabilidade social em territórios turísticos, desde uma análise dialética entre as estruturas de oportunidades (questões estruturais) e a capacidade de resposta dos grupos (/questões conjunturais), efetuando uma aplicação empírica/prática em escala macro (Brasil e regiões) e escala micro (nas comunidades turísticas de Jericoacoara e Pipa/Nordeste Brasil).**

A proposta AVEOT possibilitou: 1) Analisar os contextos sociopolíticos relacionados com o avanço progressivo do desenvolvimento do turismo nos territórios Nordestinos e seus efeitos e consequências; 2) identificar e analisar o cenário e as situações de vulnerabilidade existentes nas comunidades e sua relação com o desenvolvimento do turismo; 3) Analisar a capacidade dos grupos/domicílios de enfrentar o processo de mudanças sociopolíticas decorrente do desenvolvimento do turismo nas comunidades, a partir das diferentes estratégias empregadas para superar e evitar seu deterioro a curto, médio e longo prazo; 4) Compreender o papel estratégico da estrutura de oportunidades (Estado, mercado e sociedade) para o desenvolvimento do turismo e as contradições nas diferentes escalas na construção de comunidades mais ou menos vulneráveis à médio e a longo prazo.

8.3.1 Conclusões sobre a relação entre turismo, desenvolvimento e vulnerabilidade na região Nordeste, desde a análise das EOP.

O objetivo específico era de testar estatisticamente se havia uma relação de dependência significativa (ou não) entre os níveis de desenvolvimento humano e de vulnerabilidade (capital humano, educação, renda, trabalho e infraestrutura) e a

atividade turística. Para ilustrar a metodologia realizamos a análise com os municípios do Brasil, nas diferentes escalas. Para isso foi necessário primeiramente um levantamento de dado secundário em documentos oficiais do governo: a) dados do Índice de Desenvolvimento Humano e dados do Índice de Vulnerabilidade Social do Brasil; b) seleção de territórios turísticos do país (Destinos indutores do Turismo/DIT's e Roteiros Turísticos do Turismo/RTR's). Finalmente foi realizado um cruzamento das informações (turismo, desenvolvimento e vulnerabilidade) através de uma análise estatística descritiva de referência cruzada e testes Qui-quadrado para realização de provas de hipóteses para amostras independentes.

Ao observar a relação entre os níveis de desenvolvimento humano (IDH) e os territórios turísticos e não turísticos, em termos relativos, foi possível constatar que os municípios que apresentam os índices mais baixos de desenvolvimento humano de todos os municípios do Brasil (5.568) são os municípios turísticos – sejam os DIT's, RTR's ou os municípios litorâneos. Portanto, **os territórios turísticos não são os mais desenvolvidos.**

Ao observar a relação entre os níveis de desenvolvimento humano (IDH) e os territórios turísticos e não-turísticos segundo sua localização regional (Centro-Sul ou Norte-Nordeste), foi possível constatar que os municípios que apresentam os índices mais baixos de desenvolvimento humano são os municípios turísticos e não turísticos da região do Norte e Nordeste, e em contraposição, os municípios que apresentam os índices mais altos de desenvolvimento humano são os municípios turísticos ou não-turístico localizados na região Sul. Portanto o nível de desenvolvimento dos municípios no Brasil, não depende da característica turística ou não turística.

Ao fazer uma análise entre os níveis de vulnerabilidade social (IVS) e os territórios turísticos e não-turísticos, em termos relativos, também foi possível constatar que os municípios que apresentavam os índices mais baixos de vulnerabilidade social de todos os municípios do Brasil eram os municípios não-turísticos, em contraposição os municípios que apresentam os índices mais altos de vulnerabilidade social são os municípios turísticos. **Portanto, os territórios turísticos não são os menos vulneráveis.**

Neste sentido, fazendo a mesma análise entre os níveis de vulnerabilidade social (IVS) e os territórios turísticos e não-turísticos, segundo sua localização

regional (Centro-Sul ou Norte-Nordeste), foi possível constatar que os municípios que apresentavam os índices mais baixos de vulnerabilidade social eram os municípios (turísticos ou não-turísticos) localizados na região Centro-Sul, e em contraposição, os municípios que apresentam os índices mais altos de vulnerabilidade social são os municípios (turísticos ou não-turístico) localizados na região Norte-Nordeste. Portanto não são os municípios turísticos os menos vulneráveis, mas sim, aqueles municípios (turísticos ou não-turísticos) localizados na região Centro-Sul do país.

Também resulta interessante observar, que foi possível encontrar resultados similares quando analisamos a relação entre os níveis de desenvolvimento (IDH), vulnerabilidade (IVS) e turismo em suas diferentes dimensões (renda, educação, infraestrutura, capital humano e renda e trabalho) e nas diferentes escalas (Brasil e regiões; região nordeste e seus estados; e no Ceará e Rio Grande do Norte). Até mesmo fazendo a análise de dependência entre turismo, desenvolvimento e a dimensão renda ou trabalho - que são dimensões defendidas pelos apoiadores do turismo - não foi possível encontrar nenhuma relação de dependência significativa entre ambas as categorias. Ao contrário, os territórios não turísticos, sempre apareciam com melhores os melhores índices de desenvolvimento ou vulnerabilidade em comparação aos territórios turísticos.

Portanto, foi possível comprovar que estatisticamente não existe uma relação de dependência entre turismo/ desenvolvimento e vulnerabilidade/ turismo. Ademais foi possível observar que os índices mais baixos de desenvolvimento e mais altos de vulnerabilidade se concentram, majoritariamente na Região Norte-Nordeste (mostrando um problema regional), e em seu conjunto de municípios, sejam eles turísticos ou não-turísticos.

Desta forma, se logra verificar a hipótese que **o desenvolvimento da atividade turística, por si, não garantiu o desenvolvimento nos territórios da região Nordeste e muito menos contribuiu para reverter as desigualdades estruturais, sociais e regionais no país.**

Isto leva a refletir sobre as repercussões que geram a uni funcionalidade ou uni especialização na atividade turística adotando uma visão estritamente setorial que contrasta com o caráter político e multissetorial do desenvolvimento humano, social ou endógeno, limitando-se unicamente a atividade única do turismo,

em detrimento de políticas públicas que possam corrigir os problemas estruturais e sociais, mais urgentes, desde uma visão integral sobre o território (educação, saúde, economia, infraestrutura, renda, etc.) e os grupos locais.

Desde esta metodológica, elaborada a partir das ideias do quadro AVEOT, é possível desenhar políticas públicas mais acertadas com a realidade e as necessidades estruturais da população dos diferentes municípios da região Nordeste, e segundo as diferentes dimensões e variáveis do IDH e IVS do Brasil.

8.3.2 Contribuições do IVScT para avaliação dos ativos sociais nas comunidades locais

O objetivo principal da proposta de construção do IVScT era de identificar os diferentes cenários/situações de carências ou desvantagens diferenciadas dos domicílios segundo o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns ativos sociais. Para ilustrar a nossa proposta selecionamos as comunidades de Jericoacoara/CE e Pipa/RN no Brasil. Foram realizados 256 questionários em Jericoacoara e 251 questionários em Pipa, aplicados aos chefes de família (homem ou mulher). Os dados coletados a partir dos questionários e das entrevistas realizadas em Jeri e Pipa contribuíram com alguns resultados e conclusões prévias. Destacamos as principais VANTAGENS do IVScT:

- **Identificação das situações/condições e cenários de vulnerabilidade:**
Vantagens, limitações e futuras linhas de investigação

O índice ajudou a identificar o grau de vulnerabilidade social existentes em Jericoacoara e Pipa e permitiu avaliar o cenário e as situações de vulnerabilidade social. Foi possível constatar que a pesar da importância de ambas as comunidades no cenário turístico internacional e na economia das suas respectivas cidades, a grande maioria das famílias residentes, (tanto em Jeri, quanto em Pipa) se encontram em uma situação de vulnerabilidade social. Neste sentido é impossível afirmar que o turismo seja uma ferramenta de desenvolvimento para estas comunidades, quando a maioria se encontra em situação de vulnerabilidade frente ao turismo.

Os dados publicados pelo índice IVScT confirmam o grau de vulnerabilidade das comunidades de Jericoacoara e Pipa, em consonância com os resultados encontrados anteriormente em nível nacional e regional, tema que desenvolvemos no capítulo 6 e na seção 8.3.1, sobre a relação entre turismo-desenvolvimento-vulnerabilidade no Brasil e regiões. Portanto, os problemas estruturais não resolvidos da região Nordeste afetam diretamente o bem-estar da população e seu nível de desenvolvimento.

Portanto, a pesar de Jeri e Pipa se destacarem no cenário turístico internacional, e possuírem altos níveis de crescimento econômico, possuem baixo nível de desenvolvimento humano (IDH/Brasil) e alto grau de vulnerabilidade social (IVS/Brasil e IVScT), desta forma, se logra verificar a hipótese que **Crescimento econômico ou crescimento turístico não é o mesmo que desenvolvimento (humano ou social).**

- **Identificação e Caracterização dos grupos** (vulneráveis e não vulneráveis) segundo os aspectos gerais;

Foi possível caracterizar as famílias de Jeri e Pipa em quatro grupos/tipologias principais, são elas:

1) **socialmente não-vulnerável**: Este grupo é uma minoria, tanto em Jeri e Pipa. Apenas 6% e 4% das famílias de Jeri e Pipa se encontram em uma situação de socialmente não-vulnerável. 2) **nenhum, baixo e médio risco, este grupo** também são famílias não-vulneráveis. Este grupo também é minoria, apenas um 14% (Jeri) e 26% (Pipa) das famílias possuem uma dotação e diversificação de seus ativos sociais; 3) **Grupo vulnerável**: são as famílias que por baixo capital físico e/ou humano e/ou social e/ou pelas características gerais do turismo, correm risco de pobreza a curto prazo e/ou exclusão social a médio e longo prazo. É neste grupo que se concentra a maioria dos domicílios de Jeri (68%) e Pipa (60%) onde as famílias vivem em uma situação de vulnerabilidade social; 4) **socialmente vulnerável**: são as famílias pobres (estruturalmente) e que correm risco de exclusão social. A pesar de ser uma minoria (12% e 10%) é o grupo mais preocupante, porque vivem em situações de pobreza extrema ou crônica.

- **Identificação das dimensões e os ativos sociais** que mais determinam na produção da vulnerabilidade de Jeri e de Pipa. A maioria dos domicílios são

vulneráveis por falta do capital humano, social e, também pelas características/impactos gerais do turismo, destacando os ativos: “autoridade e ação política”, “Redes de confiança e solidariedade”, “Trabalho”, “Renda” e “educação”.

- **Identificação das áreas mais vulneráveis:** As áreas que possuem mais comércio e atividades turísticas são as que concentram menos famílias vulneráveis, ao contrário as áreas mais residenciais que foram expandidas através de um processo de expansão, mas também de invasão concentram a maior parte das famílias vulneráveis.

Também foi possível relacionar a condição de vulnerabilidade social dos diferentes grupos – por sua baixa dotação e diversificação de ativos - com as estruturas de oportunidades (desvantagens socioeconômicas).

Foi possível constatar que a vulnerabilidade social das famílias em Jeri e Pipa era determinada pela ausência ou insuficiência daqueles ativos sociais que possuem maior relação de dependência com as estruturas de oportunidades, como exemplo: autoridade e ação política, infraestrutura, características de turismo, educação, trabalho e renda. O que comprova que o turismo (como uma estrutura de oportunidades) não conseguiu gerar e/ou distribuir uma quantidade ou qualidade de ativos sociais para as comunidades.

A pesar do IVScT contribuir para uma análise empírica densa sobre o cenário de vulnerabilidade social, é necessário pontuar as LIMITAÇÕES da metodologia e apresentar as propostas para a correção das limitações:

- O IVScT consiste em uma metodologia quantitativa, e, portanto, a pesar de poder medir a vulnerabilidade, desde a identificação dos ativos sociais não é possível entender o conteúdo e as causas dessa vulnerabilidade social. Existe a necessidade de incluir metodologias qualitativas para uma análise complexa sobre o desenvolvimento e o turismo, o que realizamos com análise combinada entre as estratégias e os ativos sociais. Por isso foram aplicadas entrevistas em profundidade para analisar as estratégias das famílias nas comunidades.
- O IVScT tem a ver com a quantidade e qualidade dos ativos dos domicílios das comunidades, entretanto, para uma visão integral da vulnerabilidade e das situações de bem-estar a análise não pode ser resumida ao conjunto de ativos

dos domicílios, deve-se avaliar as fontes e a distribuição destes ativos (EOP) em conjunto com a capacidade de resposta das famílias. Por isso, a tese apresenta três exemplos práticos de como analisar as EOP, ativos e as estratégias em consonância uma com a outra.

- O IVScT foi construído para uma análise local, em comunidades turísticas, entretanto, a análise estrita e exclusiva sobre a escala local não explica a complexidade do contexto da vulnerabilidade em termos conjunturais e conjunturais. Não se entende o local sem o global. Por isso a necessidade de entender o contexto das políticas públicas de turismo no Brasil e regiões e conseqüentemente a relação entre os níveis de desenvolvimento humano e de vulnerabilidade social no Brasil e os territórios turísticos do país.

8.3.3 Conclusões sobre a relação entre as estratégias e as metas de vidas das famílias de Jeri e Pipa

Também apresentamos um exemplo prático capaz de analisar as estratégias e a capacidade de respostas dos domicílios frente às atividades turísticas. Para esta metodologia apostamos por uma abordagem qualitativa. Foi realizado trabalho de campo em Jeri e Pipa para aplicação de entrevista semiestruturadas com os chefes de famílias dos domicílios. Realizamos uma amostragem não-probabilística por saturação para alcançar uma amostra relevante para a pesquisa.

Com a análise minuciosa sobre as estratégias empregadas e as dificuldades das famílias/grupos para alcançar as estruturas de oportunidades e superar as adversidades existentes nos cenários turísticos de Jeri e Pipa, foi possível encontrar os principais problemas estruturais e conjunturais que afetavam a capacidade de resposta das famílias, destacamos:

- A desigualdade regional do país e os problemas estruturais e crônicos da região Nordeste;
- Políticas públicas elaboradas de cima para baixo, sem levar em consideração a características locais das diferentes comunidades.
- A adoção de políticas uni setoriais para as comunidades litorâneas da região Nordeste - negligenciando outras atividades econômicas - contribuindo para

um processo de dependência econômica socialmente vulnerável das comunidades em relação ao turismo;

- O processo de especulação e valorização das comunidades, através do turismo, contribui para um processo de segregação socioespacial;
- A pouca dotação e diversificação de ativos somados a desigual distribuição destes ativos sociais também afeta a capacidade de resposta e as estratégias dos grupos locais;
- A adoção de políticas uni setoriais em favorecimento ao desenvolvimento único do turismo, também afeta o nível de dependência socialmente vulnerável das famílias em relação a atividade do turismo.

Estes são apenas alguns problemas encontramos que contribuíam na progressão da vulnerabilidade e na baixa capacidade de resposta das famílias de Jeri e Pipa. Em termos gerais, a relação dialética entre estes problemas estruturais e conjunturais a nível macrossocial e microssocial contribui para a progressão da vulnerabilidade social nestas comunidades e, conseqüentemente impede que os grupos adotem estratégias de inversão ou acumulação para uma meta de vida de bem-estar social futuro.

Foi possível identificar que a grande parte da população de Jeri e Pipa adotam estratégias de consumo (popularmente conhecidas como estratégias de sobrevivência) como forma de alcançar um bem-estar social imediato. Desta forma, é possível reafirmar a **hipótese** (desde a análise das estratégias e das metas de vida dos grupos locais de Jeri e Pipa) **que o desenvolvimento uni setorial do turismo – dentro destas comunidades socialmente vulneráveis - apenas REFORÇOU as estruturas de dependências e (RE) PRODUZIU novas situações de vulnerabilidade social a médio e longo prazo (pós-turismo) ”** sobre os grupos.

8.4 REFLEXÃO FINAL DO TRABALHO E AGENDA FUTURA

Para finalizar as conclusões finais do trabalho de tese, se faz necessário deixar uma reflexão mais pessoal sobre as contribuições, desafios e agenda futura desta pesquisa. Neste sentido, destacaremos o papel do pesquisador e da academia no pós-tese.

1.- Qual a importância do conhecimento científico do turismo? Que papel deve jogar o pesquisador e a academia para a mudança das políticas públicas turísticas no Brasil?

A região Nordeste ou novo Nordeste turístico foi construída nas últimas décadas dentro de um discurso favorável ao binômio turismo/desenvolvimento fomentado desde as teorias de desenvolvimento hegemônicas. Neste sentido o turismo aparece como o milagre e como passaporte para o tão sonhado desenvolvimento. O discurso parte das teorias ortodoxas que acreditam que o desenvolvimento é produzido por estágios de crescimento econômico e que esse crescimento econômico pode ser alcançado desde um processo de modernização, homogeneização e internacionalização dos lugares. No Brasil, esse discurso foi fomentado sobretudo pelos estados nordestinos e financiados por empréstimos internacionais milionários (através do BID) e posto em marcha pelas políticas de turismo (PRODETUR) nos anos 1990.

Entretanto, depois de mais de três décadas de políticas de turismo, endividamentos dos estados e reconfiguração dos espaços litorâneos não foi possível encontrar dados empíricos que comprovassem a existência dessa relação entre turismo e desenvolvimento. Ao contrário. Ao mesmo tempo que o turismo melhorou (superficialmente) a condição financeira das famílias, contribuiu para uma piora considerável e preocupante de outros elementos que também condicionam e determinam o estado de bem-estar social das famílias e comunidades, como por exemplo: o capital humano, educação, o capital social, as redes de amizades, de solidariedade, de confiança, o sentimento de segurança, de cooperação, etc.

Sem contar com os inúmeros impactos sociais negativos que foram destacados pela população, como o tráfico de droga, a prostituição, a violência e aumento do custo de vida. A grosso modo, se houve desenvolvimento, aconteceu exclusivamente em termos puramente econômicos. Em outras palavras, a persistência do discurso hegemônico de que o turismo é o passaporte para o desenvolvimento para a região Nordeste e Brasil, foi contrariado empiricamente, desde uma análise dialética entre as estruturas e a agência humana. O quadro AVEOT e sua aplicação empírica contribuiu para o entendimento sobre a relevância de investigações empíricas na escala micro/local e também para a compreensão sobre a necessidade de uma pedagogia social capaz de dismantlar o discurso

hegemônico para construir uma nova “práxis” das políticas de turismo voltadas para o bem comum e não para incentivar o acúmulo de benefícios nas mãos de poucos.

A inserção da vulnerabilidade à construção do quadro AVEOT para a avaliação do turismo contribuiu para alcançar uma posição equilibrada, baseada na ciência e na defesa da objetividade. Adicionalmente, foi possível estudar sistematicamente a própria estrutura do turismo a partir de diversos campos de investigação ou disciplinas (sociologia, turismo, geografia, antropologia, etc.) e definindo seu lugar no amplo contexto multidisciplinar. A inclusão de uma abordagem da vulnerabilidade contribuiu para um tratamento totalizador do turismo, não apenas dos seus impactos ou formas, mas da sua capacidade transformadora dos lugares, desde uma visão integral e holística.

A grande relevância deste trabalho tem relação com a construção de um marco conceitual e metodológico empírico que ajuda a avançar a ciência turística e melhorar o bem-estar das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Em outras palavras, este trabalho se destaca por dar luz ao enfoque científico (objetividade) e empírico que possibilita questionar os discursos ideológicos e contrariar as políticas hegemônicas que apenas legitimam as desigualdades.

Portanto, esta tese faz parte dessa geração de trabalho baseada no conhecimento científico do turismo (JAFARI, 2001/*Tourism knowledge-based platform*), na qual, chama a atenção sobre o papel do turismo na atualidade e a necessidade do turismo, assim como outras indústrias, de recobrar sua própria voz pública, podendo atuar com decisão, prever os acontecimentos e ademais poder influir e incluso canalizar os acontecimentos antes que se produzam.

Neste sentido, destacamos os desafios do pesquisador nesta nova era Bolsonaro.

2.- Que papel joga o pesquisador nesta nova era Bolsonaro? Quais os novos desafios?

Segundo os resultados encontrados na presente tese foi possível reconhecer que existe uma desigualdade entre a região Centro Sul e a região Norte Nordeste. A política centralista no Brasil contribuiu para a constituição de um cenário estruturalmente marcado pela pobreza na região Norte e Nordeste e por uma relação de desigualdade macrorregional (tanto social quanto econômica) entre

o Norte/Sul do país. Entretanto, com a era Pós-Lula e a criação e expansão de programas sociais e estruturais (como exemplo: bolsa família, minha casa e minha vida, Luz para todos, PAC, Prodetur, entre outros), os níveis de qualidade de vida na região Norte e Nordeste do país foram minimamente melhorados.

Os resultados encontrados na tese têm relação com uma era pós-Lula (programas sociais e descentralização de políticas públicas), e ainda assim, encontramos uma brecha enorme entre os níveis de desenvolvimento e vulnerabilidade social da região Norte/Nordeste em comparação com o Centro/Sul (Censo de 2000 e 2010). Sem contar com os resultados negativos sobre o cenário de vulnerabilidade social a escala local em Jeri e Pipa. Neste caso, cabe a reflexão ou a preocupação sobre o papel que joga o pesquisador - dedicado aos temas de turismo e desenvolvimento na região Nordeste -, nesta nova era Bolsonaro. Uma era de políticas liberais, centralista e positivista, associadas a políticas de privatização, de redução de ajudas sociais e da estigmatização do Nordeste.

Neste sentido, a era Bolsonaro poderia significar um avanço do cenário de vulnerabilidade social no Brasil e agravar ainda mais as brechas, historicamente e socialmente construídas, entre a região Norte/Nordeste e Centro-Sul?

O papel do pesquisador – nos estudos do turismo e desenvolvimento – é exatamente o de prever os acontecimentos (tanto positivos quanto negativos); formular opções; ter alternativas à sua disposição e, ademais poder influir e canalizar os acontecimentos antes que se produzam. Portanto, o quadro AVEOT pode contribuir como um caminho e uma ferramenta poderosa (para os pesquisadores), dedicada a avaliação empírica contínua entre o nível e a progressão da vulnerabilidade social a escala macro e a escala micro, desde a análise das estruturas de oportunidades (era Bolsonaro/pós-2019) e a capacidade de resposta dos grupos.

3.- Que papel joga o pesquisador e academia? Como concretizar, planejar e explorar os resultados obtidos através deste trabalho para que tenha um impacto sobre os grupos e comunidades turísticas (para além do mundo académico)?

Para finalizar a reflexão final sobre a tese, cabe, reconhecer que o caráter multifacetado, multidimensional e multissetorial da vulnerabilidade torna-o um caminho interessante em âmbitos teórico, conceitual e metodológico para a medição, gestão e avaliação do desenvolvimento e vulnerabilidade dos territórios e

cenários turísticos. A análise das estruturas e da agência realizada nesta tese, desde o quadro AVEOT, contribuiu para uma mirada extensa sobre a progressão da vulnerabilidade social dos grupos e comunidades na região Nordeste e para a produção de informação densa sobre os cenários e as situações de vulnerabilidade existentes nas comunidades de Jeri e Pipa.

Nesta linha, podemos afirmar, que a tese não é o fim, mas o início de um novo desafio, de uma agenda futura, que será a de dar sentido a estas informações, o que nos ajudará de um lado, a garantir um processo de conscientização dos indivíduos e grupos sobre os cenários e situações de vulnerabilidade social existente em suas comunidades, e do outro, na possibilidade de desenhar políticas públicas mais efetivas para maximizar os efeitos positivos do turismo sobre os diferentes grupos destas comunidades.

Tendo em conta estas considerações e conclusões é possível estabelecer linhas futuras de investigações para seguir avançando e também uma agenda futura para dar uso social aos dados e resultados encontrados, destacamos:

- O IVSCT levou em consideração apenas os moradores locais, entretanto, existem outros atores e agentes importantes para o entendimento das comunidades turísticas. Destacamos a importância de incluir em trabalhos futuros os trabalhadores migrantes (entendido como os trabalhadores formais ou não formais de Jeri e/ou Pipa que não possuem residência nestas comunidades);

- Efetuar medições em diferentes períodos que permitam avaliar a evolução ou diminuição da vulnerabilidade no tempo e identificar tendências nos níveis de vulnerabilidade sobre os grupos;

- Ampliar e utilizar o IVScT em demais comunidades turísticas como uma ferramenta para o planejamento territorial contínuo.

- Ampliar o enfoque participativo, incorporando diversos *stakeholders* e grupos de interesse para identificar novas variáveis para avaliação contínua das comunidades.

- O planejamento do turismo e **revisão de políticas públicas**. O reconhecimento das necessidades reais dos indivíduos, contribui para a revisão das políticas públicas como agenda futura. Neste sentido nossa agenda futura é explorar os resultados obtidos e transformá-los úteis ao aprimoramento dos

Para finalizar e concluir cabe destacar que estes estudos contribuem para a medição (quantitativa e qualitativa) e avaliação do desenvolvimento e vulnerabilidade social das comunidades, desde um enfoque empírico e prático. Portanto, todos estes instrumentos devem ser vistos como um ponto de partida para o debate e para fazer a sociedade pensar em conjunto sobre os conceitos de desenvolvimento e vulnerabilidade e, conseqüentemente conseguir transformá-los em conceitos operativos, incorporando em uma agenda política de maneira prática e organizada. Neste sentido, vale lembrar que estas metodologias, assim como o IVScT são apenas ferramentas e que as melhorias e os avanços somente serão alcançados se existe uma atitude decidida para assumir as mudanças que sejam necessárias para conseguir um desenvolvimento de fato, baseado no bem-estar social das populações.

CAPÍTULO 8: RESULTADOS Y CONCLUSIONES FINALES

A través del desarrollo de este trabajo de investigación fue posible proponer una herramienta para *analizar, medir y evaluar la capacidad del turismo para contribuir al desarrollo y bienestar de las comunidades y grupos locales desde el enfoque de la vulnerabilidad social (activos, oportunidades y estructuras de estrategias), efectuando una aplicación práctica a nivel macrosocial en la región Nordeste de Brasil, y a nivel microsociales en las comunidades locales de Jericoacoara y Pipa.*

A continuación, a modo de conclusión final presentamos los principales resultados, contribuciones y reflexiones que se generaron durante el desarrollo de la investigación y que permitió dar respuesta a las hipótesis y los objetivos específicos predeterminados.

8.1 Contribuciones del enfoque de la Vulnerabilidad Social para los estudios turísticos

El primer objetivo específico de la tesis fue *profundizar en el conocimiento de los estudios de turismo, desarrollo y vulnerabilidad, así como las metodologías de estudio relacionadas.* Este análisis permitió, por un lado, encontrar las limitaciones de los estudios del turismo/desarrollo que, hasta entonces, se realizaron desde una racionalidad económica (descuidando elementos humanos y sociales) y, por otro, contribuyó con una alternativa teórica, conceptual, metodológica y empírica para cuantificar e identificar los aspectos sobre los cuales es necesario actuar para pensar y hacer el turismo.

La inclusión de la vulnerabilidad en los estudios del turismo contribuyó a superar la inmediata comparación de los impactos macroeconómicos con otros que repercuten directamente en el bienestar de los individuos y grupos y permitió desarrollar una reflexión a largo plazo sobre los efectos estructurales del turismo tanto en el plano ambiental como en el socioeconómico y cultural. Se dio prioridad a las causas y los efectos sobre los actores locales y se vinculó el enfoque macro al micro, siendo posible evaluar la capacidad de respuesta de los diferentes individuos, familias y grupos frente al turismo.

Entre las aportaciones recopiladas durante el desarrollo del trabajo acerca del enfoque de la vulnerabilidad en la evaluación del desarrollo de los territorios turísticos, se incluyen:

En primer lugar, el enfoque de la vulnerabilidad social permite una **mirada multidimensional** en el concepto de desarrollo y, por lo tanto, contribuyó a la inclusión de otras dimensiones para la evaluación del desarrollo de los territorios turísticos, como el capital humano, social, redes de confianza, solidaridad, etc. A grandes rasgos, la idea del desarrollo humano y la naturaleza multidimensional del enfoque de vulnerabilidad (inherente a los estudios de *capability approach*, *assets-vulnerability* y *AVEO*) permitió un discurso alternativo de turismo, superando la racionalidad puramente económica, desafiando a los discursos hegemónicos y de modernización.

La vulnerabilidad contribuye a una **visión integral** sobre turismo y desarrollo. En otras palabras, la naturaleza multidimensional de la vulnerabilidad contribuye al enfoque socio-territorial con una perspectiva heurística donde se contempla el territorio como un palco o escenario socialmente construido en el que se desarrolla lo social y lo simbólico, además de lo natural, espacial, cultural, económico, político e histórico.

En tercer lugar, el enfoque de la vulnerabilidad **es flexible** y tiene la capacidad de medir el desarrollo o la vulnerabilidad de los grupos sociales desde diferentes contextos (político, económico o social), escalas (nacionales, estatales, locales) o en el espacio-tiempo (análisis sincrónico o diacrónica). En este sentido, fue posible desarrollar una herramienta para evaluar el desarrollo de las zonas turísticas gracias a la flexibilidad del enfoque de vulnerabilidad.

En cuarto lugar, el **enfoque es dinámico y dialéctico**: Incluye un análisis dialéctico de las causas de fondo/estructurales (escala macro) y la agencia humana (escala micro). El conocimiento sobre el origen y la distribución de los activos sociales en una sociedad ayuda a descubrir la estructura profunda, que explica el carácter más o menos concentrado y más o menos permanente de distribución de ingresos en los diferentes territorios y cómo esta distribución desigual de los recursos sobre los individuos contribuye a la progresión de la vulnerabilidad a medio y largo plazo. El enfoque hace un reconocimiento explícito de la situación de vulnerabilidad de los actores cuando se trata de reconocer e identificar los activos de la familia (escala micro), así como la forma en que estos actores se articulan entre sí y en redes (familia, vecinos, comunidades, sindicatos, política, etc.) para acceder a las estructuras de oportunidades (escala macro) y alcanzar los objetivos de bienestar social en el futuro (estrategias).

El enfoque de vulnerabilidad y la relación dialéctica entre estructuras y la capacidad de respuesta de los actores contribuye a superar los estudios y análisis del turismo que, hasta la fecha, se centraron en los impactos negativos o positivos del turismo en las comunidades (de arriba a abajo), ignorando o despreciando el papel de estos grupos locales en un proceso de adaptación al fenómeno turístico, así como como su capacidad para influir en él (de abajo arriba).

En quinto lugar, el marco conceptual de la vulnerabilidad social ha contribuido a la comprensión de la **heterogeneidad** entre los individuos, familias y grupos. La novedad que introduce este enfoque es el de promover un marco que permite organizar y dar sentido a las características heterogéneas de los grupos. Por un lado, una cartera limitada de activos que pueden movilizar a los hogares y que constituyen la estructura profunda que fundamenta la heterogeneidad de la pobreza, y por otro lado, la transformación de las estructuras de oportunidades y de sus requerimientos de acceso a las fuentes de oportunidades.

El sexto punto está relacionado con la **progresión de la vulnerabilidad social**. En este caso, la idea de la progresión de la vulnerabilidad contribuyó a superar la idea de turismo como un milagro o turismo como un desastre. La desigualdad socioespacial no aparece con el turismo, sino al contrario. La mayoría

de las comunidades tradicionales poseían, incluso antes del turismo, niveles de vulnerabilidad social e incluso de pobreza estructural crónica.

Así que, Por lo tanto, a pesar de la cantidad y la calidad de los activos sociales que posee una familia y la capacidad de los individuos para superar las adversidades, son variables importantes para el análisis de la vulnerabilidad social de la comunidad, no se puede ignorar los procesos (la historia), las estructuras y las condiciones inseguras predeterminadas o preexistentes de un territorio en el tiempo-espacio. En el Nordeste, por ejemplo, se observó que las políticas públicas de turismo no lograron revertir las injusticias históricamente y socialmente construidas de esta región porque descuidaron, por un lado, las desigualdades estructurales históricas entre el sur y el norte del país y, por otro lado, la falta de una corrección de los problemas estructurales más urgentes y relevantes de la región.

Por último, el enfoque de la vulnerabilidad puede contribuir al **diseño y revisión de las políticas públicas**. El reconocimiento de las necesidades reales de individuos favorece la revisión de las políticas públicas como un proyecto futuro. En este sentido, la inclusión del enfoque de vulnerabilidad en los estudios de turismo contribuye como una herramienta de comunicación y gestión que asegura, por un lado, un proceso de sensibilización de los individuos y grupos sobre los escenarios y situaciones sociales existentes y, por otro lado, información densa y de calidad para mejorar el diseño de las políticas públicas que maximicen los efectos positivos del turismo sobre los diferentes grupos/comunidades.

8.2 RESULTADOS Y CONTRIBUCIONES DE LA APLICACIÓN EMPÍRICA-EXPERIMENTAL DEL CUADRO AVEOT

Analizar el fenómeno del turismo no es una tarea fácil y por eso buscamos elaborar diferentes propuestas para evaluar el desarrollo del turismo. Para ello, el tercer objetivo específico fue Analizar, Medir y Evaluar el desarrollo turístico desde un análisis dialéctico entre las Estructuras de oportunidades (cuestiones estructurales) y la capacidad de respuesta de los grupos (cuestiones coyunturales), efectuando una aplicación empírica/práctica a escala macro (Brasil y regiones) y escala micro (en las comunidades turísticas de Jericoacoara y Pipa).

La propuesta AVEOT permitió: 1) Analizar los contextos sociopolíticos relacionados con el avance progresivo del desarrollo del turismo en los territorios Nordesteños y sus efectos y consecuencias; 2) identificar y analizar el escenario y las situaciones de vulnerabilidad existentes en las comunidades y su relación con el desarrollo del turismo; 3) Analizar la capacidad de los hogares para enfrentar el proceso de cambios sociopolíticos resultantes del fenómeno del turismo en las comunidades; 4) Comprender el papel estratégico de la estructura de oportunidades (Estado, mercado y sociedad) para el desarrollo del turismo y sus contradicciones en las diferentes escalas en la construcción de comunidades más o menos vulnerables a medio y largo plazo.

8.2.1 Resultados sobre la relación entre el desarrollo turístico y la vulnerabilidad en el Nordeste, a partir del análisis de EOP.

El objetivo específico fue probar estadísticamente si existía una relación de dependencia significativa (o no) entre los niveles de desarrollo humano y la vulnerabilidad (capital humano, educación, ingresos, trabajo e infraestructura) y el turismo. Para ilustrar la metodología realizamos el análisis con los municipios de Brasil, en las diferentes escalas. Para eso fue necesario, en primer lugar, a una revisión de datos de documentos oficiales del gobierno: a) Datos del Índice de Desarrollo Humano y datos del Índice de Vulnerabilidad Social de Brasil; b) Selección de territorios turísticos del país. Finalmente se realizó un cruce de información (turismo, desarrollo y vulnerabilidad) mediante un análisis estadístico descriptivo de referencia cruzada y prueba de Chi-cuadrado para llevar a cabo pruebas de hipótesis para muestras independientes.

Mediante la observación de la relación entre los niveles de desarrollo humano (IDH) y los territorios turísticos y no turísticos, en términos relativos, se encontró que los municipios que tienen los niveles más bajos de desarrollo humano de todos los municipios en Brasil (5568) son municipios turísticos. Por lo tanto, **las zonas turísticas no son los más desarrollados.**

Al observar la relación entre los niveles de desarrollo humano (IDH) y los territorios turísticos y no turísticos de acuerdo a su ubicación regional (Centro-Sur o Norte-Nordeste), se encontró que los municipios con los índices de desarrollo humano más bajos son los municipios turísticos y no turísticos de la región Norte y

Nordeste y, por otro lado, los municipios que presentan los índices más altos de desarrollo humano son los municipios turísticos y no turísticos en el Centro-Sur. Por lo tanto, el nivel de desarrollo de los municipios en Brasil no depende de la característica turística o no turística.

Al hacer un análisis entre los niveles de vulnerabilidad social (IVS) y los territorios turísticos y no turísticos también se estableció (en términos relativos) que los municipios con los menores niveles de vulnerabilidad social de todos los municipios de Brasil fueron los municipios no turísticos. En contraposición, los municipios que tienen los más altos niveles de vulnerabilidad social son los municipios turísticos. **Por lo tanto, los territorios turísticos no son los menos vulnerables.**

En este sentido, haciendo el mismo análisis entre los niveles de vulnerabilidad social (IVS) y los territorios turísticos y no turísticos según su ubicación regional (Centro-Sur o Norte-Nordeste), se encontró que los municipios con los menores niveles de vulnerabilidad social fueron los municipios (turísticos o no turísticos) ubicadas en la región Centro-Sur. Por el contrario, los municipios que tienen las tasas más altas de vulnerabilidad social son municipios (turísticos o no turísticos) localizados en la región Norte y Nordeste. Por lo tanto, no son los municipios turísticos los menos vulnerables, sino los municipios (turísticos o no turísticos) ubicados en la región Centro-Sur del país.

También resulta interesante destacar que se encontraron resultados similares cuando analizamos la relación entre el Índice de Desarrollo Humano (IDH), Índice de Vulnerabilidad Social (IVS) y el turismo en sus diferentes dimensiones (renta, educación, infraestructura, capital humano y renta/trabajo) y en las diferentes escalas (Brasil, Región Nordeste, Ceará y Rio Grande do Norte). Incluso haciendo el análisis de dependencia entre turismo, desarrollo y la dimensión renta o trabajo (que son dimensiones defendidas por los partidarios del turismo) no fue posible encontrar ninguna relación de dependencia significativa entre ambas categorías. Al contrario, los territorios no turísticos siempre aparecían con mejores índices de desarrollo humano o de vulnerabilidad social en comparación a los territorios turísticos.

Por lo tanto, fue posible comprobar que estadísticamente no existe una relación de dependencia entre turismo, desarrollo y vulnerabilidad. Además, se

observó que las tasas más bajas de desarrollo y la mayor vulnerabilidad se concentran, principalmente en el Norte-Nordeste (mostrando un problema regional) y en su conjunto de municipios, sea ellos turísticos o no turísticos.

De esta forma se logra verificar la hipótesis de que **el desarrollo del turismo en sí mismo no garantiza el desarrollo de los territorios de la región Nordeste y mucho menos contribuye a revertir las desigualdades estructurales, sociales y regionales en el país.**

Esto nos lleva a reflexionar sobre el impacto que genera la uní-funcionalidad o la uní-especialización en la industria del turismo mediante la adopción de un enfoque estrictamente sectorial que contrasta con el carácter político y multisectorial del desarrollo humano, social o endógeno, limitándose únicamente al turismo en detrimento de las políticas públicas que pueden corregir los problemas estructurales y sociales más urgentes desde una visión integral sobre territorio (educación, salud, economía, infraestructura, ingresos, etc.) y los grupos locales.

Desde esta metodología, elaborada a partir del marco AVEOT, es posible diseñar políticas más adaptadas a la realidad y a las necesidades estructurales de la población de los diferentes municipios de la región Nordeste y según las diferentes dimensiones y variables del IDH y IVS Brasil.

8.2.2 Resultados del IVScT y la evaluación de los activos sociales en comunidades turísticas

El objetivo principal de la propuesta de construcción IVScT era identificar los diferentes escenarios o situaciones de carencias o desventajas diferenciadas de los domicilios según el acceso, la ausencia o la insuficiencia de algunos activos sociales. Para ilustrar nuestra propuesta seleccionamos las comunidades de Jericoacoara/CE y Pipa/RN en Brasil. A continuación, se presentan las principales ventajas encontradas en la aplicación del IVScT:

- **Identificación de situaciones/condiciones y escenarios de vulnerabilidad**

El índice ayudó a identificar el grado existente de vulnerabilidad social en los hogares de Jericoacoara y Pipa y permitió evaluar el escenario a nivel general. Se

encontró que, a pesar de la importancia de ambas comunidades en la escena del turismo internacional y la economía de sus respectivas ciudades, la gran mayoría de los hogares (tanto en Jericoacoara como en Pipa) se encuentran en una situación de vulnerabilidad social. En este sentido es imposible afirmar que el turismo haya sido una herramienta de desarrollo para estas comunidades.

Los datos arrojados por el índice IVScT confirman el grado de vulnerabilidad de las comunidades de Jericoacoara y Pipa equiparándose a los resultados encontrados previamente a nivel nacional y regional, tema que desarrollamos en el Capítulo 6 (apartado 8.3.1), sobre la relación entre el turismo-desarrollo-vulnerabilidad en Brasil y regiones. Por lo tanto, los problemas estructurales sin resolver de la región Nordeste afectan directamente al bienestar de la población y su nivel de desarrollo.

A pesar de que Jericoacoara y Pipa destacan en el escenario turístico internacional y poseen altos niveles de crecimiento económico (Capítulo 6), ambas comunidades tienen un bajo nivel de desarrollo humano y alto grado de vulnerabilidad social (Capítulos 6 y 7), de esta forma, se consigue verificar la hipótesis de que **el crecimiento económico o el crecimiento del turismo no es lo mismo que el desarrollo (humano o social).**

- **Identificación y caracterización de los grupos** (vulnerable y no vulnerable) de acuerdo a los aspectos generales;

Fue posible caracterizar a las familias de Jeri y Pipa en cuatro grupos/tipologías principales, describiéndolas a continuación:

- 1) **Socialmente no vulnerable:** Este es un grupo minoritario, tanto en Jericoacoara como en Pipa. Sólo el 6% y el 4% de las familias de Jericoacoara y Pipa se encuentran en una situación socialmente no vulnerable.
- 2) **Ninguno, bajo, medio riesgo:** también son familias no vulnerables. Este grupo también es minoritario, sólo un 14% (Jericoacoara) y un 26% (Pipa) de las familias poseen una dotación y diversificación de sus activos sociales;
- 3) **Grupo vulnerable:** son familias que por bajo capital físico y/o humano y/o social y/o por las características generales de turismo, corren un riesgo de pobreza a corto plazo y/o exclusión social a medio y largo plazo. Este grupo compone la mayoría de los hogares de Jericoacoara (68%) y Pipa (60%), donde las familias viven en una situación de

vulnerabilidad social; 4) **Socialmente vulnerable**: son familias pobres (estructuralmente) y en riesgo de exclusión social. A pesar de ser una minoría (Jericoacoara 12% y Pipa 10%), es el grupo más preocupante, porque viven en situaciones de pobreza extrema o crónica.

- **Identificación de las dimensiones y de los activos sociales** que más determinan en la producción de la vulnerabilidad de Jericoacoara y de Pipa. La mayoría de los hogares son vulnerables principalmente por falta de capital humano y social y también por las características o impactos generales del turismo, destacando los activos: "Autoridad y acción política", "Redes de confianza y solidaridad", "Trabajo", "Renta" y "Educación".
- **La identificación de las zonas más vulnerables**: Las áreas que tienen más actividades comerciales y de turismo concentran a las familias menos vulnerables, a diferencia de las zonas más residenciales que han sido ampliadas a través de un proceso de expansión, pero también de invasión, donde se concentran la mayoría de las familias vulnerables.
- También fue posible relacionar la condición de vulnerabilidad social de los diferentes grupos de activos con las estructuras de oportunidad por su baja asignación y diversificación (desventajas socioeconómicas).

Fue posible constatar que la vulnerabilidad social de las familias en Jericoacoara y Pipa estaba determinada por la ausencia o insuficiencia de aquellos activos sociales que poseen una mayor relación de dependencia con las estructuras de oportunidades como, por ejemplo: autoridad y acción política, infraestructura, características de turismo, educación, trabajo y renta. Lo que demuestra que el turismo (como estructura de oportunidades) no puede generar y/o distribuir una cantidad o calidad de activos sociales para las comunidades.

Al final de todos los resultados encontrados desde IVScT, se logra verificar y exponer que el desarrollo uni-sectorial del turismo dentro de estas comunidades socialmente vulnerables sólo REFORZÓ las estructuras de dependencias (ya preexistentes) y, además, AGRAVÓ y (RE) PRODUJO nuevas situaciones de vulnerabilidad social a medio y largo plazo sobre los grupos.

8.2.3 Resultados sobre la relación entre las estrategias y objetivos de vida de las familias Jeri y Pipa

También presentamos un ejemplo capaz de analizar las estrategias y la capacidad de respuesta de hogares frente a las actividades turísticas. Para esta metodología apostamos por un enfoque cualitativo. Se realizó un trabajo de campo en Jericoacoara y Pipa para la aplicación de entrevistas semiestructuradas con los responsables o jefes del hogar.

Con el análisis detallado de las estrategias empleadas y las dificultades de las familias/grupos para alcanzar las estructuras de oportunidades y superar las dificultades existentes en los escenarios turísticos de Jericoacoara y Pipa, fue posible detectar los principales problemas estructurales y coyunturales que afectan a la capacidad de respuesta de las familias, destacando:

- La desigualdad regional del país y los problemas estructurales crónicos de la región Nordeste;
- Políticas públicas elaboradas de arriba hacia abajo, sin tener en cuenta las características locales de las diferentes comunidades;
- La adopción de políticas uni sectoriales para las comunidades costeras de la región Nordeste descuidando otras actividades económicas y contribuyendo a un proceso de dependencia económica socialmente vulnerable de las comunidades en relación al turismo;
- El proceso de especulación en las comunidades a través del turismo contribuyó a un proceso de segregación socio-espacial;
- La poca dotación y diversificación de activos sumados a la desigual distribución de estos activos sociales también afectó a la capacidad de respuesta y a las estrategias de los grupos locales;
- La adopción de políticas uni sectoriales en favor del desarrollo único del turismo también afectó al nivel de dependencia socialmente vulnerable de las familias en relación a la actividad del turismo.

Estos son sólo algunos problemas que contribuyen a la progresión de la vulnerabilidad y a la baja capacidad de respuesta de las familias de Jericoacoara y

Pipa. En términos generales, la relación dialéctica entre estos problemas estructurales y coyunturales a nivel macrosocial y microsociales contribuye a la progresión de la vulnerabilidad social en estas comunidades y, consecuentemente, impide que los grupos adopten estrategias de inversión o acumulación para una meta de vida de bienestar social futuro.

De esta forma, es posible reafirmar desde el análisis de las estrategias y de las metas de vida de los grupos locales de Jericoacoara y Pipa que el desarrollo uni sectorial del turismo (dentro de estas comunidades socialmente vulnerables) sólo REFORZÓ las estructuras de dependencias y reprodujo nuevas situaciones de vulnerabilidad social a medio y largo plazo sobre los grupos.

8.3 REFLEXIÓN FINAL DEL TRABAJO

La región Nordeste, o nuevo Nordeste turístico, fue construido en las últimas décadas dentro de un discurso favorable al binomio turismo/desarrollo fomentado desde las teorías de desarrollo hegemónicas. El discurso parte de las teorías ortodoxas que creen que el desarrollo es producido por etapas de crecimiento económico y que ese crecimiento económico es fruto de un proceso de modernización, homogeneización e internacionalización. En este sentido el turismo aparece como el milagro y como pasaporte para el tan soñado desarrollo. Este discurso fue fomentado por los estados nordestinos y financiados por préstamos internacionales millonarios (a través del BID) y puesto en marcha por las políticas de turismo (PRODETUR), en los años 1990.

Sin embargo, después de más de 30 años de políticas de turismo, endeudamientos de los estados, y reconfiguración de los espacios costeros, no fue posible encontrar datos empíricos que demuestren la existencia de esa relación entre turismo y desarrollo, sino todo lo contrario. Al mismo tiempo que el turismo ha mejorado (superficialmente) la condición financiera de las familias, ha contribuido a un empeoramiento considerable y preocupante de otros elementos que condicionan el estado de bienestar social de las familias y comunidades, como, por ejemplo: el capital social, las redes de amistades, de solidaridad, de confianza, el sentimiento de seguridad, de cooperación, etc.

Además, después de más de 30 años de políticas de turismo, poco cambió en cuanto al capital humano y el nivel de educación de la población en comparación con las otras regiones del país. La gran mayoría sigue con un bajo nivel de educación, de cualificación profesional, con trabajos precarios y mal pagados. Sin contar con los numerosos impactos sociales negativos que han sido destacados por la población, como el tráfico de drogas, la prostitución, la violencia y el aumento del coste de vida. A grosso modo, si hubo desarrollo, ocurrió exclusivamente en términos puramente económicos.

Para concluir la reflexión final sobre la tesis, cabe reconocer que el carácter multifacético, multidimensional y multisectorial de la vulnerabilidad lo convierte en un camino interesante en ámbitos teóricos, conceptuales y metodológicos para la medición, gestión y evaluación del desarrollo de las comunidades turísticas. El análisis de las estructuras y de la agencia humana realizado en esta tesis desde el cuadro AVEOT, contribuyó a una mirada extensa sobre la progresión de la vulnerabilidad social de los grupos y comunidades en la región Nordeste y a una producción de información densa sobre los escenarios y las situaciones de vulnerabilidad existentes en las comunidades de Jericoacoara y Pipa.

En esta línea podemos afirmar que la tesis no es el fin, sino el inicio de un nuevo desafío, de una agenda futura, que será la de dar sentido a estos conocimientos. Esto nos ayudará, por un lado, a garantizar un proceso de concienciación de los individuos y grupos sobre los escenarios y situaciones de vulnerabilidad social existente en sus comunidades y, por otro lado, contribuirá en el diseño de políticas públicas más efectivas para maximizar los efectos positivos del turismo sobre los diferentes grupos de estas comunidades y minimizar los efectos negativos

BIBLIOGRAFIA E ANEXOS

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- AIRES, J. D. M (2012): “Histórias e relatos sobre Pipa: a praia internacional do Rio Grande do Norte”. 114f. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal.
- ALEDO, A. (2002): “Desigualdad, urbanismo y medio ambiente: la primera urbanización”. In: **La ciudad en el tercer milenio**. Universidad Católica San Antonio de Murcia, 2002. p. 151-174.
- ALEDO, A. (2016) Turismo residencial y vulnerabilidad en el interior del Levante español. In. Gascón, J.; Cañada, E. (org). **Turismo residencial y gentrificación rural**. PASOS, RTPC & Foro de Turismo Responsable: Tenerife, p. 37-69.
- ALKIRE, S (2002): “Dimensions of Human Development”. *World Development*, v.30, n.2, p.181-205.
- ALKIRE, S (2005): “Why the capability approach?” *Journal of human development*, v. 6, n. 1, p. 115-135.
- ALTÉS, C. (2006). *El turismo en América Latina y el Caribe y la experiencia del BID*. Serie de informes técnicos del Departamento de Desarrollo Sostenible. Publicación del Banco Interamericano de Desarrollo, Julio de 2006.
- ÁLVAREZ, W. Á (2015): “Sobreviviendo con la pipa: drogas, violencia y conflictos interétnicos en El Paraíso”. Quito: Flacso Ecuador, 2015, 136 p. Disponível em: < <http://biblio.flacsoandes.edu.ec/catalog/resGet.php?resId=56214>>. Acesso em 12/11/2018.
- ALVES, F. Dutra; SALES, E. J. C. G.; CLARO, Campus Rio (2010): “O Estudo do Turismo na Ciência Geográfica: Propostas Teórico-Metodológicas”. Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL–SeminTUR, v. 6, p. 1-11.
- ALVES, J., Ribeiro, M., Miranda, L., & Bento, S. (2018): “Fases do desenvolvimento de destinações turísticas: O caso da praia da Pipa-Brasil”. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1(27/28), pp.1003-1012.
- ANDRADE, T. A (1988): “As desigualdades inter-regionais de desenvolvimento econômico no Brasil”. Instituto de Pesquisas do IPEA: Rio de Janeiro, 40p.
- ANDRADE, T. A. (1977): “Desigualdades regionais no Brasil: uma seleção de estudos empíricos”. *Pesquisa Planejamento econômico*: Rio de Janeiro, 7(1), pp 205-226.
- AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. de O (2007): “Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho”. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v. 7, n. 2, p. 479-500.

- ARAÚJO, M. C. C. (2002): “*Uma viagem insólita: de um território pesqueiro a um “paraíso” turístico–Pipa/RN*” (Doctoral dissertation, Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal: UFRN).
- ARAÚJO, Nicodemos (1987): “*Jericoacoara*”. Acaraú: CE, 122p.
- ARBIZ, G.; ZILBOVICIUS, M (2001): “Por uma estratégia de civilização”. In. ABRAMOVAY, R.; ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. (Orgs.). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: UNESP/edusp, p.55-69.
- ARCHER, B.; COOPER, C (2001): “Os impactos positivos e negativos do turismo”. *Turismo global*, v. 2.
- ATTANASIO, Orazio; SZÉKELY, Miguel (1999): “Pobreza y activos en la América Latina”. *El Trimestre Económico*, v. 66, n. 3.
- BARAIBAR, X. (1999): “Temas viejos en tiempos nuevos: aproximaciones al debate sobre exclusión social”. Tesis de Maestría no publicada. Departamento de Trabajo Social.Facultad de Ciencias Sociales. UDELAR. Montevideo, Uruguay.
- BARBOSA, L. M (2015). Turismo No Nordeste Brasileiro: Concepções Da Política do Prodetur a Partir das dinâmicas Territoriais. In. Anais do XI ENANPEGE, A diversidade da geografia brasileira, ISSN 2175-8875.
- BAUDRILLARD, J. (2008): “A sociedade de consumo”. Portugal: Edições 70, 2º edição, 289p.
- BEDDOE, C (2001) : “the incidence of sexual exploitation of children in tourism: a report commissioned by the world tourism organization’. Madrid, spain: world tourism organization.
- BEIGEL, F. (2006) “Vida, muerte y resurrección de las teorías de la dependencia” en AAVV, Crítica y Teoría en el pensamiento social latinoamericano. CLACSO. Buenos Aires.
- BENEVIDES, I.P (1997): ‘Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local’. En: RODRIGUES, A.B. (org.). Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: HUCITEC, pp. 23-41.
- BENI, M (2006): ‘Política e planejamento do turismo no Brasil’. São Paulo: Aleph.
- BENI, M. (1997), Análise Estrutural do Turismo, Senac Editora, São Paulo
- BEZERRA, Karen Ann Câmara; SÁ, Ricardo Miranda (2008): “Urbanização e turismo em ponta negra: transformações especiais na Cidade de Natal-RN”. V Seminário de pesquisa em turismo do MERCOSUL (SeminTUR), Caixias do Sul.
- BIANCHI, R. V. (2003). Place and power in tourism development: tracing the complex articulations of community and locality. *Pasos*, 1(1), 13-32.
- BOHLE, Hans-Georg (2010): “Geografia do Desenvolvimento (development geography)”. Fortaleza: **Mercator**, v. 9, n. 20, pp. 7-28. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/510>>. Acesso em: 08 jun. 2018.
- BOISIER, S (1993). “Desarrollo regional endógeno en Chile. ¿Utopía o necesidad?”, en *Ambiente y Desarrollo* , Vol. IX-2, CIPMA, Santiago de Chile.
- BOISIER, S (2001). Desarrollo (local): ¿De qué estamos hablando? In: Madoery, Oscar e Vázquez Barquero, Antonio (Eds.), *Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local*. Rosario: Editorial Homo Sapiens.
- BOLTVINIK, Julio, et al (2014): “Multidimensionalidad de la pobreza: propuestas para su definición y evaluación en América Latina y el Caribe”. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 448p.
- BOSI, E. (1996): “Cultura popular e cultura de massa”. *Leituras de operárias. Petrópolis, RJ: Vozes*, pp. 45-59.

- BRANDÃO, P. R. B. (2013): "Territórios do turismo, territórios de todos: *Um estudo um estudo comparado sobre urbanização e formação de territórios em balneários turísticos do Nordeste do Brasil*". 303f. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2014). Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (93), 33-60. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452014000300003>
- BRITTON, S (1982) : 'The Political Economy of Tourism in the Third World'. *Annals of tourism research*, v. 9, p. 331- 358.
- BROHMAN, J (1996): 'new directions in tourism for third world development'. *Annals of tourism reseach*, 23 (1), p. 48-70.
- BROWN, F. y Hall, D. (eds.) (2000). *Tourism in Peripheral Areas: Case studies*. Chanel View Publications.
- BRYDEN, J. M. (1973). *Tourism and development*. CUP Archive.
- BUSSO, G (2006): "Migración interna, pobreza y desarrollo territorial en el Cono Sur de América Latina: impactos sociodemográficos de la migración interna a nivel de divisiones administrativas mayores en Argentina, Bolivia, Brasil y Chile". *Población*, v. 1, p. 1 - 34.
- BUSSO, Gustavo (2001): 'Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para Latinoamérica a inicios del siglo XXI'. documento presentado en el Seminario Internacional "Las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe" (Santiago de Chile, 20 y 21 de junio), inédito.
- BUTLER, R (1998) : 'Sustainable tourism: Looking backwars in order to progress?' En: HALL, M.; LEW, A. (ed.). *Sustainable tourism: a geographycal analysis*. Essex, UK: Addison Wesley Longman Limited, p. 25-34.
- BUTLER, R. W.; PEARCE, D. G. (Eds.). (1993). *Tourism research: critiques and challenges*. London: Routledge.
- BUTLER, R. (1980): 'The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources'. *Canadian Geographer / Le Géographe canadien*, 24: 5-12.
- CABANILLA, E. (2015). Impactos culturales del turismo comunitario en ecuador sobre el rol del chamán y los ritos mágico-religiosos. *Estudios y perspectivas en turismo*, 24(2), 356-373.
- CABRAL, A. R.; Moura, A. F. A. (2017): "O turismo como fator de inclusão e coesão social". *Dedica: Revista de Educação e Humanidades*, n (11), pp.115-132.
- CACCIAMALI, Maria Cristina (2016): "Globalização e processo de informalidade". *Economia e sociedade*, v. 9, n. 1, p. 153-174.
- CACHO, A. D. N. B.; AZEVEDO, F.F (2010): "O turismo no contexto da sociedade informacional". *Revista brasileira de pesquisa em turismo*. v.4, n.2, p.31-48, ago. 2010.
- CAÑADA, E.; GASCON, J (2007): 'turismo y desarrollo: herramientas para una mirada crítica'. Managua: enlace, 2007, 187p.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo (1981). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- CAVALCANTE, E (1998): "sustentabilidade do desenvolvimento: fundamentos teóricos e metodológicos do novo paradigma". 2ed. Recife: UFPE.

- CELADE - Centro Latinoamericano y Caribeño de demografía (1999): “Vulnerabilidad demográfica y desventajas sociales: el caso de Chile”. Área de Población y Desarrollo. LC/DEM/R.299, Santiago de Chile.
- CELADE – Centro Latinoamericano y Caribeño de demografía (2002): “Vulnerabilidade sociodemografica: viejos y nuevos riesgos para comunidades, hogares y personas”. Santiago – Chile. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/13051/S_2002632_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 02/04/2015.
- CEPAL – Comissão Econômica para América Latina y el Caribe (1986): “O Programa de Estabilização e a Economia Brasileira”. UNICAMP, Convênio. Campinas, outubro.
- CEPAL – Comissão Econômica para América Latina y el Caribe (2002): ‘Socio-demographic vulnerability: old and new risks for communities, households and individuals’. Summary and conclusions. Brasília: UMA.
- CEPAL – Comissão Econômica para América Latina y el Caribe (2013): “La medición multidimensional de la pobreza”. Conferencia Estadística de las Américas. Santiago: CEPAL, 12 p. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/16433>. Acesso em 23/03/2015.
- CHOK, Stephanie; MACBETH, Jim; WARREN, Carol (2007) : ‘Tourism as a tool for poverty alleviation: A critical analysis of ‘pro-poor tourism’ and implications for sustainability’. *Current issues in Tourism*, v. 10, n. 2-3, p. 144-165.
- CHRIST, C.; HILLEL, O.; MATUS, S.; SWEETING, J (2003) : ‘tourism and biodiversity: mapping tourism’s global footprint’. *Conservation international*, Washigton. Disponível: <http://www.unep.org/pdf/tourism-and-biodiversity.pdf>. Acesso em: 26/09/2016.
- CHRISTALLER, W (1963). “Some considerations of tourism location in Europe: The peripheral regions – underdeveloped countries – recreation areas”. *Regional Science Association; Papers XII, Lund Congress* 12: 95–105.
- COHEN, E. (2005). Principales tendencias en el turismo contemporáneo. traducción: Rubén Blanco. *Revista Política y sociedad*, 42(1), 11-24.
- COHEN, Erik (1987): “Alternative Tourism”—A Critique. *Tourism Recreation Research*, vol. 12, no 2, p. 13-18.
- CONCEIÇÃO, A.F.; OLIVEIRA, C.G.; SOUZA, D.B. ROSTOW E OS ESTÁGIOS PARA O DESENVOLVIMENTO (2016). In. *Introdução às teorias do desenvolvimento*. (orgs.) Paulo André Niederle [e] Guilherme Francisco Waterloo Radomsky. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 11-15
- CORIOLOANO, L. N.M.T (2013): “Lazer e turismo para o desenvolvimento na escala humana”. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 1, n. 2, p. 126-141.
- CORIOLOANO, L.N.M.T (2012): ‘A contribuição do turismo ao desenvolvimento local’. In. PORTUGUEZ, A.P.; SEABRA, G.; QUEIROZ, O.T.M.M. (orgs.). *Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 396p.
- CORIOLOANO, L. N. (2009). *Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário*. In *Anais de Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais*. Brasília.
- CORIOLOANO, Luzia Neide; DE ALMEIDA Humberto Marinho (2011). O TURISMO RURAL NO SEMIÁRIDO DO NORDESTE BRASILEIRO. *Revista Geográfica de América Central* . Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre, pp. 1-21.

- CORIOLOANO, L.N.M.T (2006a): "Epistemologia da análise do discurso no turismo". Caderno Virtual de Turismo, v. 5, n. 2.
- CORIOLOANO, L.N.M.T (2006b): "O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza". São Paulo: Annablume, 238p.
- CORIOLOANO, L.N.M.T (2003): "Os limites do desenvolvimento e do turismo". Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, v. 1, n. 2, p. 161-171.
- COSTA, L. Farias Almeida (2001). Revisitando a Questão do Nordeste: representações de uma região-problema. Revista Políticas Públicas e Sociedade, v. 1, n. 1, p. 83- 97.
- COVARRUBIAS, R. R.; RODRÍGUEZ, J.J. B. (2018). Multifuncionalidad territorial y turismo. Implicaciones socioculturales, económicas y ambientales en destinos rurales emergentes. Un caso de estudio en Comala, Colima. Investigaciones Turísticas (15), pp. 79-107.
- CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine (2002): "A pobreza como um fenômeno multidimensional". RAE-eletrônica, v. 1, n. 2, p. 1-11.
- CROW, Graham and Allen, Graham (1994): '*Community life: an introduction to local social relations*', New York, US: Harvester-Wheatsheaf, 256p.
- CRUZ, R.de C.A. da (2015). Políticas públicas no Nordeste do Brasil: a produção de enclaves e de desigualdades socioespaciais. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n.º. 8 (dezembro), p. 11-31, dx.doi.org/10.17127/got/2015.8.002.
- CRUZ, R.de C.A. da (2006): "Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço". Em publicação: *America Latina: cidade, campo e turismo*. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Monica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO, San Pablo. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf>>. Acesso em: 29/09/2016.
- CRUZ, R.de C.A.da (1999): "Política de turismo e (re) ordenamento de territórios no litoral do nordeste do brasil". Tese de doutorado. Departamento de geografia da faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da universidade de são Paulo, Brasil.
- CRUZ, R.de C.A.da (2000): "Turismo e o mito do desenvolvimento". Espaço e geografia, vol.3, p. 21-31.
- CRUZ, R.de C.A.da (2005): "Políticas Públicas de Turismo no Brasil: território usado, território negligenciado". Geosul, Florianópolis, v.20, n.40, p.27-43.
- CULLEN, S (2005): "Sex tourism is big Money for pims and politicians". *Contours*. Vol.15. p.12. ECTWT. Disponível em: http://www.ecotonline.org/pages/downloads/contours%20vol%2015_no.1_for%20ecot.pdf. Acesso em: 27/09/2016.
- DA CRUZ, G.; BERBERI, A. P. C.; GUZELA, M. T (2008): "Ciência e Pesquisa: reflexões sobre a inserção do turismo e do ensino superior frente ao panorama científico". *Consejo científico asesor*, v. 6, p. 109.
- DA CUNHA, J. M. P., Jakob, A. A., Hogan, D. J., & Carmo, R. L. (2016): "A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas". *Anais*, 1-19.
- DA SILVA, S. M. (2017): "Os Impactos Socioeconômicos do Turismo: Estudo de caso na Comunidade Brasileira de Jericoacoara -Ceará (2000-2015) ". Porto: Universidade Fernando Pessoa, 326p.
- DANTAS, E. W. C (2010): "Programa de Desenvolvimento do turismo no Nordeste Brasileiro (1995 a 2005): Prodetur-NE, o divisor de águas". En. Turismo e

- imobiliário nas metrópoles. DANTAS, E.W.C. (orgs). 1 ed. v.1. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 35-44.
- DANTAS, E.W.C (2009): “Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral”. Fortaleza: Edições UFC, 127p.
- DANTAS, E. W. C (2007): “Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro”. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, n (22), p. 09-30.
- DANTAS, E.W.C (2006). Litoralização do Ceará: Fortaleza, da “Capital do Sertão” a “Capital do Sol”. In. Silva, J.B.; DANTAS, E.W.C.; ZANELLA, M.E.Z.; MEIRELES, A.J.A. (orgs.). Litoral e Sertão: natureza e sociedade no Nordeste Brasileiro. Fortaleza: expressão gráfica p.245-253.
- DANTAS, E. W. C (2002): “Construção da imagem turística de Fortaleza/ceará”. Mercator: Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, P.53-59.
- DE ALMEIDA, M. G (2004): “Desenvolvimento turístico ou desenvolvimento local? Algumas reflexões”. Anais do ENTBL – planejamento para o desenvolvimento local. Curitiba – Paraná.
- DE ARAÚJO, Carolina Dutra; DE CARVALHO, Acácio Geraldo; DA SILVA, Carlos Domingos (2005): “Impactos ambientais do Turismo na Ilha Grande: Um estudo Comparativo sobre a percepção dos moradores da Vila do Abraão e da Vila Dois Rios”. Caderno Virtual de Turismo, v. 5, n. 3, p. 18-26.
- DE ASSIS, L. Francisco (2002): “Turismo sustentável e globalização: impasses e perspectivas”. Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS), v. 4, n. 1.
- DE DAVIS, D.E (1978) Development and the tourist industry in Third World countries. *Society and Leisure*, v.1, n.2, p.301-324.
- DE KADT, E (1984) : ‘**Tourism: passport to development?** Perspectives on the social cultural effects of tourism on developing countries’, Washington: World Bank.
- DE KADT, E (1979). Social Planning for Tourism in the Development Countries. *Annals of tourism research*, v. 6, n.1, p. 36-48.
- DEMAJOROVIC, Jacques; ALEDO, Antonio; GARCÍA-ANDREU, Hugo (2010): “Turismo residencial en nordeste de Brasil: evolución, riesgos y perspectivas”. Disponível em: <<http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/24875>>. Acesso em: 02/03/2016.
- DEMAJOROVIC, Jacques; ALEDO, Antonio; Landi, Beatriz; Kondo, Ana Luisa (2011): “Complejos turísticos residenciales: Análisis del crecimiento del turismo residencial en el Mediterráneo español y en el Litoral Nordeste (Brasil) y su impacto socio-ambiental”. *Estudios y perspectivas en Turismo*, vol. 20, no 4, p. 772-796.
- DEMO, Pedro (2003): “Pobreza da Pobreza”. Petrópolis: Editora Vozes, 389 p.
- DFID - Department for International Development (1999): ‘Tourism and poverty elimination: Untapped potential’. DFID, IK. Disponível em: <http://www.propoortourism.org.uk/dfid_summary.PDF>. Acesso em 23/03/2016.
- DIEGUES, A.C (1995): “**Povos e Mares:** Leituras em Sócio-antropologia Marítima”. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo.
- DOS SANTOS, Theotônio (1973). Imperialismo e dependência na América Latina. In: F. Bonilla & Girling (ed.). *Structures of dependency*. Stanford, CA, Institute of Political.

- DUDA, J. I. M.; ARAUJO, L. M (2014). Polos de turismo no Nordeste do Brasil: crescimento, desenvolvimento e escassez de conhecimento. Caderno Virtual de turismo. Rio de Janeiro, v. 14, n.3, p. 204-218, dez
- DURBARRY, R. (2004). Tourism and economic growth: the case of Mauritius. *Tourism Economics*, 10(4), 389-401.
- DURKHEIM, Emile (1893). *The Division of Labor in Society*. New York, Free Press, 1997.
- ESCOBAR, A (1995): 'Encountering Development: the making and unmaking of the third world'. Princeton: Princeton University Press.
- FARIA, D. M. C. P (2012): "Desenvolvimento e turismo: uma abordagem conceitual". Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR.
- FARIA, L.O (2006): "Uma reflexão sobre o fortalecimento das instituições, o desenvolvimento e a democracia". Anais do encontro nacional de pós-graduação em administração – ENANPAD, 2006, Salvador. Anais do encontro nacional de pos graduação em administração.
- FAZITO, M., Rodrigues, B., Nascimento, E., & Pena, L. C. S. (2017). O papel do Turismo no Desenvolvimento Humano. *Paper do NAEA*, 372.
- FAZITO, Mozart (2015): "Modernização Turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento". In: *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*, Ilvio Lima Figueiredo, Francisco Fransualdo de Azevedo, Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (Org.). Belém: NAEA, p. 108-126.
- FILGUEIRA, Carlos (2001a): "Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes". Seminário Internacional: Las Diferentes Expresiones de la Vulnerabilidad Social Santiago de Chile, v. 20, 21p.
- FILGUEIRA, Carlos (2001b): "La actualidad de viejas temáticas: sobre los estudios de clase, estratificación y movilidad social en América Latina". CEPAL, 2001b.
- FOLADORI, G (2001): "Limites do desenvolvimento sustentável". Tradução de Marise Manoel. Campinas: Unicamp, 221p.
- FONSECA, M. A. P (2007): "Tendências atuais do turismo potiguar: A internacionalização e a interiorização". In: NUNES, E.; CARVALHO, E.; FURTADO, E; FONSECA, M. (Org.). *Dinâmica e gestão do território potiguar*. 1ª ed. Natal: EDUFRN, v. 1, p. 213-233.
- FONSECA, Marília (1998): "O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro". *Revista da Faculdade de Educação*, v. 24, n. 1, p. 37-69.
- FONTELES, J.O (2000): "**Jericoacoara**: turismo e sociedade". Sobral: edições UVA, 242p.
- FONTELES, J.O (2015): "Inserção dos atores sociais locais na gestão do turismo em Jericoacoara". *CRevista Iberoamericana de Turismo – RITUR*, Penedo, Vol. 5, Número Especial, p. 54-69.
- FOX, J. (1996). How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico. *World Development*, 24 (6), 1089-1103.
- FRANK, A (2004) : 'The development of the underdevelopment: from capitalista and underdevelopment in Latin America'. In.: *The sustainable urban development reader*. Londres: Routledge, 2004. p. 38-41.
- FRANK, André Gunder (1978). *Dependent accumulation and Underdevelopment*, *Monthly Review*.
- FREIRE, Paulo (2000). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas a outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

- FREITAS, T.D.; CASSOL, A.; CONCEIÇÃO, A.F; NIEDERLE, P.A. Sen e o desenvolvimento como liberdade. In. In. Introdução às teorias do desenvolvimento. (orgs.) Paulo André Niederle [e] Guilherme Francisco Waterloo Radomsky. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 51-64.
- FURTADO, C (1978): “A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos”. *Editora Nacional*, vol. 3.
- FURTADO, C (1985): “O mito do desenvolvimento econômico”. São Paulo: círculo do livro S.A.
- GALLERO, A. El impacto de la globalizacion sobre el turismo. In. Rodrigues, A. (orgs.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Editora Hucitec.
- GALVÃO, A.G (1995): “Jericoacoara Sonhada”. São Paulo: Annablume.
- GAMA, A.; SANTOS, N. P (1991): “Tempo livre, lazer e terciário”. *Cadernos de Geografia*, v. 10, p. 99-129.
- GARCÍA-ANDREU, H., Aledo, A., & Ullán de la Rosa, F. J. (2017). ¿ Es viable a largo plazo el turismo comunitario? Lecciones aprendidas del caso de Prainha do Canto Verde (Brasil). *Gazeta de Antropología*, 2017, 33 (1).
- GASCÓN, J. (2011). La metodología “Pro-Poor Tourism”: un análisis crítico. *Opiniones en Desarrollo. Programa Turismo responsable, artículo*, 9, 2-21.
- GIDDENS, A (1991): “As consequências da modernidade”. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 177p.
- GIDDENS, A (1994) : ‘*Beyond left and right: The future of radical politics*’. Stanford University Press, 1994.
- GIDDENS, A (1997): “**Política, sociologia e teoria social**”. Tradução: Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Unesp, 344p.
- GIDDENS, A (2000): “O mundo na era da globalização”. Lisboa: Editorial presença.
- GIDDENS, A. (1989). A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes.
- GONÇALVES, Hugo Feitosa. (2017). TURISMO E DESENVOLVIMENTO NO NORDESTE BRASILEIRO NOS ANOS 2000. *Qualitas Revista Eletrônica*. v.18, n.3, setembro / dezembro.
- GONÇALVES, S. (2014): “A dimensão sociocultural do processo de territorialização turística em Tibau do Sul/RN”. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, 1(1), 115-132.
- GONZÁLEZ, Leandro (2009): “Orientaciones de lectura sobre vulnerabilidad social”. In. *Lecturas sobre vulnerabilidad y desigualdad social*. González, L.M. (comp.). Argentina: Coplar, p. 13-29.
- GOUGH, I (2000): “global capital, human needs and social policies: Selected essays: 1994 – 1999”. Cap. I. London: Palgrave, 2000.
- GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N.; WOOLCOCK, M (2003). Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS). Banco Mundial. Grupo Temático sobre Capital Social. Disponível em:<<https://pdfs.semanticscholar.org/78c0/5e2cf57a2c39dec080a3b0b43c232069c769.pdf>>. Acesso em: 08/03/2017.
- GROOTAERT, Christiaan (2001). “Does Social Capital Help the Poor? A Synthesis of Findings from the Local Level Institutions Studies in Bolivia, Burkina Faso, and Indonesia.” Local Level Institutions Working Paper 10. World Bank, Social Development Department, Washington D.C.

- GROOTAERT, Christiaan; Van Bastelaer, Thierry (2002a). *The Role of Social Capital in Development: An Empirical Assessment* New York: Cambridge University Press.
- GROOTAERT, Christiaan; Van Bastelaer, Thierry (2002b). *Understanding and Measuring Social Capital: A Multidisciplinary Tool for Practitioners*. Washington D.C.: World Bank.
- GRUSKY, David; KANBUR, Ravi (2006). Conceptual Ferment in Poverty and Inequality Measurement: The View from Economics and Sociology. **Poverty and Inequality**, p. 1-29.
- GUERRA, P. (2012). Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. *Revista Angolana de Sociologia*, n (10), p. 91-110.
- HARRISON, David (2008). Pro-poor tourism: A critique. *Third World Quarterly*, vol. 29, no 5, p. 851-868.
- HARVEY, D. (2007). *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press, USA.
- HIDALGO, M.M (2008). Introducción a las teorías del desarrollo. In. PIQUERAS, A.I. et.al. (coords.) *Desarrollo y cooperacion: un analisis crítico*. Valencia:Tirant lo Blanch, p.91-112.
- HIERNAUX-NICOLAS, Daniel (2002). **¿Cómo definir el turismo? Un repaso disciplinario**. *Aportes y Transferencias*, 6(2), 11-27. ISSN 0329-2045
- HILL, C.W.L (2002). *International business: competing in the global marketplace*. New York: McGraw-Hill Publishing Co.
- HOIVIK, T.; HEIBERG, T (1980). "Centre-periphery tourism and self-reliance". *International Social Science Journal* 32 (1), p.69–98.
- HUNTER, C. (1997). Sustainable tourism as an adaptive paradigm. *Annals of tourism research*, 24(4), 850-867.
- IANNI, O (1995). *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: civilização brasileira.
- IBÁÑEZ, Ana Maria, Kathy Lindert and Michael Woolcock (2002). "Social Capital in Guatemala: A Mixed Methods Analysis". Technical Background Paper No. 12, prepared for the Guatemala Poverty Assessment Washington, D.C.: The World Bank.
- JAFARI, J. (2005). El turismo como disciplina científica. **Política y sociedad**, v. 42, n. 1, p. 39-56.
- JAFARI, J. (2001). The Scientification of Tourism. In *Hosts and Guests Revisited: Tourism Issues of The 21st Century*, V.L.Smith and M. Brent (Eds), New York: Cognizant Communication, pp. 28–41.
- JENKINS, Carson L.; HENRY, B. M (2000). Government involvement in tourism in developing countries. In. TISDELL, C. (ed.).*The economics of tourism*. Edward Elgar Publishing, 2000,v. 2, p. 375-397.
- JUDT, T., (2011). *Um tratado sobre os nossos atuais descontentamentos*, Lisboa: Edições 70, 171p.
- KABBER, N (1994). *Reversed realities: gender hierarchies in development thought*. London and new York: verso.
- KAZTMAN, R (1999). Marginalidad e integracion social em Uruguay. In: Carpio, J. e Novacovky, I. *De igual a Igual*. El desafio del Estado ante los nuevos problemas sociales. Buenos Aires: Siempre e CLACSO.
- KAZTMAN, Rubén (2000). Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social.**BID-Banco Mundial-CEPAL-IDEC**, v. 5, p. 275-301.

- KAZTMAN, Rubén et al (1999a). Activos y estructuras de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Naciones Unidas (UN), PNUD, Oficina de Montevideo: CEPA, 357 p.
- KAZTMAN, Rubén et al (1999b). **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Equipo Técnico Multidisciplinario para Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay.
- KAZTMAN, Ruben; FILGUEIRA, Fernando (2006). As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (AVEO). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp.
- KO, T.G. (2001). Assessing progress of tourism sustainability. *Annals of Tourism Research*, 28 (3): 817–820. DOI : [10.1016/S0160-7383\(00\)00070-0](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(00)00070-0)
- KRIPPENDORF, J (1989). **sociologia do turismo**: para uma compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- KRIPPENDORF, J. (1987) “The holidaymakers: Understanding the impact of leisure and travel.” Heinemann. Londres.
- KRIPPENDORF, J (1982). Towards New Tourism Policies: The Importance of Environmental and Socio-cultural Factors. **Tourism Management**, v. 3, n.3, p.135-148, 1982.
- KUKLYS, W (2005). Amartya Sen’s capability approach: theoretical insights and empirical applications. In. Studies in choice and welfare. Berlin: Springer.
- LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C (2000). Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C (edit.). Turismo: teoria e prática. São Paulo: Atlas, p. 117-131.
- LIMA, L. C (1998). Carrying Capacity Assessment of Pulau Payar Marine Park, Malaysia – Bay of Bengal Programme. Madras: Bay of Bengal Programme, nº 79.
- LIMA, L.C.; SILVA, A.M.F. da (2004). **O local globalizado pelo turismo**: Jeri e Canoa no final do século XX. Fortaleza: EDUECE, 118p.
- LINDBERG, K.; MCCOOL, S.; STANKEY, G (1997). Rethinking Carrying Capacity. *Annals of Tourism Research*, v. 24, n. 2, p. 461-464.
- LIPTON, M. and MARWELL, S (1992). The new poverty agenda: an overview. Discussion paper 306. Brighton: Institute of development studies.
- LOLOUM, T. (2010). “Con-dominium. Turismo residencial internacional y desarrollo inmobiliario en el nordeste brasileño.” Tesis de Máster, Planificación Integrada para el Desarrollo Local y la Gestión Ambiental, Universidad de Lleida/CIHEAM, Zaragoza.
- LOPES, A. O. B.; DOS SANTOS T., D; DE ARAÚJO, R.M (2012). Turismo como Vetor de Desenvolvimento Local: um olhar através das idéias de Theodor Adorno e Max Horkeimer. **Revista Turismo em Análise**, v. 23, n. 1, p. 104-127.
- LOPES, R. (2016). Gerações de Política Regional - Apresentação; Aula de Política Regional e das Cidades, ISCTE-IUL.

- LUCHIARI, M. T. D. P. (1999). O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP. 218p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280255>>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- LUCHIARI, M. T. D.P (1998). Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Orgs. **SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa Turini**, p. 105-130, 1998.
- MALDONADO, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: Genesis, características e políticas. In Bartholo, R.; Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem.
- MALDONADO, C (2006). Negócios turísticos com comunidades (NETCOM). Manual de facilitador. Módulo 3. El turismo comunitário en América Latina. OIT-REDTUS, Quito, Ecuador.
- MALTA, Guilherme Augusto Pereira; BARBOSA, Maria Flávia Pires (2013). Turismo e desenvolvimento: reflexões acerca de uma complexa relação¹. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. São Paulo, v. 6, n. 05, nov2013, pp. 862-895.
- MARINHO, Francisco Fernandes (2007). Literatura da praia da Pipa. Natal: [s.n.].
- MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira (2002). Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações-Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 3, n. 5, v. 3, n. 5, set.
- MASLOW, A (1991). Motivacion y personalidad, Madrid: Díaz de Santos.
- MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martín (1994). Desarrollo a escala humana: Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Em base a la edición de development dialogue (1986). Barcelona: Icaria Antrazyt, 146p.
- MCMICHAEL, P (2000). development and social change: a global perspective. 2ed. California: Pine Forge Press.
- MEDEIROS, S. T. B. F. de (2006). *Um lugar para chamar de "meu": estudo sobre relação afetiva com o lugar de moradores da praia de Pipa-RN*. MS thesis. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- MEGUIS, T., VIANA, P., & HAMOY, J. (2015). Do desenvolvimento global ao desenvolvimento local: novas perspectivas do desenvolvimento do turismo. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 3(1).
- MIOSSEC, J.M (1976). Un modèle de l'espace touristique. **L'Espace géographique**, v.6, n.1, p. 41-48, 1976.
- MITCHELL, R. E; REID, D. G. 2001. Community integration: Island tourism in Peru. *Annals of tourism research*. v. 28, n.1, p. 113-139. Moulaert, F.
- MODESTE, N. C (2000). the impact of growth in the tourism sector on economic development: the experience of selected caribbean countries. In. Tisdell, C. (ed.). *The economies of tourism*. Edward Elgar Publishing, v.2.p.436-445.

- MORENO CROSSLEY, Juan Cristóbal (2008). El concepto de vulnerabilidad social en el debate en torno a la desigualdad: problemas, alcances y perspectivas. **Observatory on Structures and Institutions of Inequality in Latin America, Working paper series**, v. 9, p. 2-38.
- MOSER, C (1998). The asset vulnerability framework: Reassessing urban poverty reduction strategies. *World development*, 1998.
- MOWFORTH, M.; MUNT, I (2003). *Tourism and sustainability: development and new tourism in the third world*. 2ed. New York: Routledge.
- MOWFORTH, M.; MUNT, I (2009). *Tourism and sustainability development and new tourism in the third world*. Londres: Routledge.
- MUÑOZ MAZÓN, A. I., MORALEDA, L. F; FAYOS-SOLÀ, E. (2012). Turismo como instrumento de desarrollo: Una visión alternativa desde factores humanos, sociales e institucionales. **PASOS**. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v.10, n.5, p.437-469, 2012.
- MURRAY, Ivan; (2015). **Capitalismo y turismo en España: del " milagro económico" a la " gran crisis"**. Prólogo y traducción: SALOM, Macià Blázquez. Alba Sud Editoria, Colección Turismos, 426p.
- NARAYAN, Deepa, and Michael Cassidy (2001). "A Dimensional Approach to Measuring Social Capital: Development and Validation of Social Capital Inventory." *Current Sociology*, 49 (2): 49-93.
- NARAYAN, Deepa; PRITCHETT, Lant (1999). "Cents and Sociability: Household Income and and Social Capital in Rural Tanzani. *Revista Economic Development and Cultural Change*, 47(4):871-97.
- NICOLAS, D (2001). Elementos para um análise sociogeografico del turismo. In. rodrigues, a. (org). **Turismo e geografia: reflexes teóricas e enfoques regionais**. Editora hucitec, são Paulo.
- NOGUES-PEDEGRAL, A.M (2016). Entre el lestisco y la jara: cinco conclusiones sócio-antropologicas sobre el turismo. *Revista Quaderns de l'Institut Catala d'Antropologia*, 32, p.29-50.
- NOGUÉS-PEDREGAL, A. M. (2009). Genealogía de la difícil relación entre antropología social y turismo. *Pasos. Revista de turismo y patrimonio cultural*, 7, 1.
- OKAZAKI, Etsuko (2008). "A community-based tourism model: Its conception and use", *Journal of Sustainable Tourism*, nº 16 (5): 511-529. DOI: 10.1080/09669580802159594
- OLIVEIRA, E. S (2007). Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré-Bahia. **Revista Internacional de desenvolvimento local**, v. 8, n. 2, p. 193-202.
- OMT – Organização Mundial do Turismo (1999): *Guía para las administraciones locales: Desarrollo Turístico Sostenible*. Organización Mundial del Turismo. Madrid.
- OMT - Organização Mundial Do Turismo (2001). *Introdução ao turismo*. Trad. Dolores M.R.C. São Paulo: Roca.

- OURIQUES, H. R (1998). **Turismo em Florianópolis: uma crítica à " indústria pós-moderna"**. Editora da UFSC.
- PAIVA, R (2007). Turismo e pós-modernidade: os processos urbanos contemporâneos. **Designio**, n.7/8, são Paulo, pp. 152-160.
- PAIVA, R (2012). O turismo e as práticas socioespaciais. **Revista turismo e desenvolvimento**. n (17/18), p. 1013 – 1024.
- PARKER, C (2003). Capital social y superación e la pobreza: nuevos enfoques para la evaluación de impacto. In. Capital social y superación e la pobreza urbana y rural. Arriagada, I.; Miranda, F. (orgs.). seminário taller: Santiago de chile, issn. 1680-9041.
- PERALES, R. M. Y. (1998). El desarrollo del Turismo Rural a través del programa LEADER I: El caso de la comarca valenciana de Els Ports. *Estudios turísticos*, (136), 5-26.
- PICORNELL, C (2015). Los impactos del turismo. **Papers de turisme**, n. 11, p. 65-91.
- PLAZA, Beatriz (2006). The return on investment of the Guggenheim Museum Bilbao. **International journal of urban and regional research**, v. 30, n. 2, p. 452-467.
- POLÈSE, M. (1998). Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações económicas. Coimbra: Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional.
- POLET, F. (2011). Dinâmicas e impactos da expansão do turismo no arquipélago dos Bijagós: lições para a AMPC. IMVF e Tinguena, 96p.
- PORTER, P.; SHEPRARD, E (1998). A world of difference: society, nature and development. Nova Iorque: The Guilford Press.
- PORTES, Alejandro (1999). Capital social: sus orígenes y aplicaciones en la sociología moderna. *De igual a igual. El desafío del Estado ante los nuevos problemas sociales* p. 243-266.
- PREBISCH, Raúl (1982). El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: GURRIERI, Adolfo (Org.). La obra de Prebisch en la CEPAL. México: Fondo de Cultura Económica, v. 1.
- REED, M. G. (1997). Power relations and community-based tourism planning. *Annals of Tourism Research*, v. 24, n. 3, p. 566-591.
- REID, D (2003). tourism, globalization and development: responsible tourism planning. London: Pluto press.
- REJOWSKI, M (2001). Turismo e pesquisa científica: Pensamento internacional x Situação Brasileira. 5 ed. Campinas: Papirus.
- REVEZ, J. (2014). Papel das associações de desenvolvimento local e regional, como estrutura organizacional e funcional inovadora de gestão no desenvolvimento local: a experiência portuguesa do alentejo. *Desenvolvimento Regional em debate: DRd*, 4(2), 115-139.
- RIBEIRO, Flávio Diniz (2008). Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria. Tese (Doutorado em

- História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RIBEIRO, J. C., & Vereiro, L. C. (2007). Turismo e desenvolvimento regional: O espaço rural como destino turístico. Vila Real: Casa Nobre.
- RODRIGUES, A. M (1999). A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. *Turismo: espaço, paisagem e cultura. Orgs. YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A*, 1999, p. 55-62.
- RODRIGUES, A.A.B (1997). Turismo: desenvolvimento local. São Paulo: HUCITEC.
- RODRIGUES, A.A.B (1998). Uma abordagem geográfica do espaço do turismo. In. CORIOLANO, L.N.M.T. Turismo com ética. Fortaleza: UECE.
- RODRIGUES, A.M (2000). Turismo e o mito da sustentabilidade: o eterno retorno ao mito do desenvolvimento. In. Encontro nacional de turismo com base local. 4, 2000, Joinville: IELUSC (palestra proferida).
- RODRIGUES, A.M (2002). Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In. RODRIGUES, A.B. (E.d.) Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, p. 42 – 54.
- RODRÍGUEZ VIGNOLI, Jorge (2000). **Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales**. Santiago, CELADE, serie poblacion y desarrollo, nº 5.
- RODRÍGUEZ VIGNOLI, Jorge (2001). **Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes**. Proyecto Regional de Población CELADE-FNUAP. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) - División de Población.
- RODRIGUEZ, A (1996). Produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In. Yagizi et.al. Turismo, espaço, paisagem e cultura. ed. Hucitec.
- RODRÍGUEZ, A.; ABRAMO, P (2008). Reinventar a cidade—urbanismo, cultura e governança na regeneração de Bilbao. *A Cultura pela Cidade*, p. 103-133.
- ROSTOW, Walt Whitman (1960). *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROUSSEL, D. *Tourisme et développement local: expérience de la Réunion*. Tese de doutoramento em Ciências Econômicas. França, Université Du Littoral, Côte d’Opale (ULCO), 2006. Disponível em: Acesso em 27 ago. 2013
- ROZAS, G (1998). Pobreza y desarrollo local. In. Excerpta, Universidad do Chile, n.7.
- RUIZ-BALLESTEROS, Esteban (2008). “Turismo comunitario en Ecuador. Comprendiendo el community-based tourism desde la comunidad”, *Pasos. Revista de turismo y patrimonio cultural*, nº 6 (3): 399-418
- SACHS, I. (1993) Estratégias de transição para o século XXI. In: Bursztyn (Org.) *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. Brasiliense, São Paulo pp. 20-56.

- SALAZAR, M.N. (2006) “Antropolgia del turismo en países en desarrollo: análisis críticos de las culturas, poderes e identidades generados por el turismo.” *Tabula Rasa*. (5): 99 -128.
- SANDELL, Richard, (2003). “Social inclusion, the museum and the dynamics of sectoral change”, *Museum and Society*, vol. 1, n (1), pp. 45-62.
- SANSOLO, D. (2009). Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In Bartholo, R; Bursztyn, I; Sansolo, D. Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem.
- SANTOS, M (2008). **técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5º ed. São Paulo: Edusp.
- SCHILCHER, Daniela (2007). Growth versus equity: The continuum of pro-poor tourism and neoliberal governance. **Current Issues in Tourism**, v. 10, n. 2-3, p. 166-193.
- SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A.P. (2015). Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. *cultur*, ANO 9 - Nº 01 – FEV, p.36-59.
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (2013). Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). São Paulo, 2013.
- SEGRELLES, J. A. (2007). La multifuncionalidad rural: realidad conflictiva en la Unión Europea, mito en América Latina. *Ería*, 72, 89–99.
- SEN, A (2005). Human rights and capabilities. **Journal of human development**, v. 6, n. 2, p. 151-166.
- SEN, A. (1990). Development as capability expansion”. In. GRIFFIN, K.; KNIGHT, J. Human development and the international development strategy for the 1990’s. London: MasMillan.
- SEN, A. (1992). **Inequality reexamined**. Clarendon Press.
- SEN, A. (1997). Poverty in the human development perspective: concept and measurement. In. Human Development Report. p. 15-23
- SEN, A. (1999). Development as freedom. Oxford: Oxford University Press.
- SEN, A. (2000). Desenvolvimento como liberdade. Tradução: Laura Texeira Motta. São Paulo: Companhia das letras.
- SEN, A; DREZE, J (1995). **India**: Economic development and social opportunity. Clarendon Press: Oxford, 306p.
- SEN, Amartya (2003). Development as capability expansion. In. SAKIKI, F.; KUMAR, A.K.S. Readings in human development: concepts, measures and policies for a development paradigm. Oxford University Press, p. 3-16.
- SERRANO, C.M. DE T.; LUCHIARI, M.T.D.P (1993). Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e suas críticas. In. RODRIGUES, A.M. (org.) Textos didáticos (Meio Ambiente – ecos do eco), n. 8, IFCH/ unicamp, Campinas, SP, pp. 19-31.
- SHARPLEY, R (2000). Tourism and sustainable development: exploring the theoretical divide. *Journal of sustainable Tourism*, Clevedon, v.8, n.1-19.

- SHARPLEY, R (2009). *Tourism development and environment: Beyond sustainability?* London: Earthscan.
- SHARPLEY, Richard; TELFER, David J (2014). (Ed.). **Tourism and development: concepts and issues**. Channel View Publications.
- SHARPLEY, Richard; TELFER, David J (2015). 2^oed. **Tourism and development in the developing world**. Routledge.
- SILVA, Ana Márcia Rodrigues da; LACERDA, Fernanda Calasans Costa; NADER, H. D (2011). A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacidades. *Bahia Análise & Dados. Pobreza, desigualdade e ciclos econômicos*. Salvador: SEI, vol. 21, no 3, p. 509-527.
- SILVA, E. F.; OLIVEIRA, J. E. L (2012). Impactos socioambientais decorrentes da atividade turística em comunidades costeiras do RN. **Sociedade e Território**, v. 24, n. 1, p. 146-165.
- SILVA, E. F.; OLIVEIRA, J. E. L (2013). Gestão Territorial e Ocupação do Solo no Município de Tibau do Sul/RN-Brasil. *Sociedade e Território*, vol. 25, no 1, p. 62-79.
- SILVA, M. N, F (2013). O imobiliário-turístico no Nordeste brasileiro: o turismo residencial e a macrourbanização turística a partir da expansão e expressão dos resorts no litoral. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- SILVA, M.N.F. DANTAS, E.W.C (2018). Prodetur y el capital inmobiliario en el Nordeste: Bahia, Pernambuco, Rio Grande del Norte y Ceará. In: Mazón, Tomás (ed.). *Turismo residencial. Nuevos estilos de vida: de turistas a residentes*. Sant Vicent del Raspeig: Publicacions de la Universitat d'Alacant. ISBN 978-84-1302-011-2, p. 243 - 262.
- SILVA, M.N.F.; Da Silva, M. M. N.; de Sousa Silva, N. G (2017): "Interiorização, Regionalização e Internacionalização do turismo no Nordeste". In: A cidade e o urbano, contribuição da Geografia: que teorias para este século? ANAIS DO XV Encontro Nacional do SIMPURB. Salvador: SIMPURB.
- SILVA, S.B.M (2003). O turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial. CORIOLANO, L.N.M.T.; LIMA, L. C. (orgs.). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, p.19-25.
- SINCLAIR, M.T.; STABLER, M (2009). *Aspectos econômicos do turismo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- SMITH, V. L., & EADINGTON, W. R. (Eds.). (1992). *Tourism alternatives: Potentials and problems in the development of tourism*. University of Pennsylvania Press. Social Capital in Rural Tanzania." *Economic Development and Cultural Change* 47(4): 871-97.
- SOFIELD, T.;BAUER,J.DELACY, T.;LIOMAN, G.; DAUGHERTY, S (2004). Sustainable tourism – elimination poverty: na overview. Queensland, Australia: CRC for sustainable tourism.

- SOLHA, K.T.; TULIK, O (2004). Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil. 2004. 178f. Tese (doutorado em relações públicas, propaganda e turismo). Escola de comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Maurício (2008). Economia e movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense. Republicado pelo Centro Edelstein de Pesquisas Sociais em 2008.
- STEWART, F (2006). Basic Needs Approach. In: CLARK, David (org.). The Elgar Companion to Development Studies. Cheltenham, UK: Edward Elgar Pressing.
- STREETEN, P (1981). Why Basic Needs? In: STREETEN, P. et alli. First Things First: meeting basic human needs in developing countries. Oxford University Press.
- STREETEN, P (2006). Culture and economic development. In: GINSBURGH, V.A. THROSBY, D. (Eds.) Handbook of the economic of art and culture. Amsterdam:Elsevier, 2006. v.1, p. 400-412.
- SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro (1988). El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo. 22. ed. México: Siglo XX Editores.
- TAVARES, M.; FIORI, J.L (1993). Desajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro: paz e terra.
- TELFER, David J. et al (2002). The evolution of tourism and development theory. **Tourism and development: Concepts and issues**, p. 35-80.
- THOMAS, A. Meanings and views of development (2000). In. Allen, T.; THOMAS, A. (Eds.). Proverty and development into the 21st century. Oxford: the open University, p.23-48.
- TISDELL, Clement Allan (1998). Ecotourism: aspects of its sustainability and compatibility with conservation, social and other objectives. [St. Lucia, Qld.]:
- TOURAINÉ, A. (1994). Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes.
- TRAVÉ MOLERO, R. (2015). Comunicación y mediaciones culturales en la producción de hegemonía en contextos turísticos. Discursos y prácticas sobre el desarrollo turístico de Portmán (Murcia). Tesis doctoral. Universitas Miguel Hernández.
- TRINDADE, T. C. D. S. (2009). Dando um banho de carinho! Os caça-gringas e as interações afetivo-sexuais em contextos de viagem turística (Pipa RN).
- TRINDADE, T. C. D. S. (2010). A rotina antes do paraíso: narrativas sobre a história de um destino turístico potiguar. *Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)*, 19(19), 173-196.
- TURNER, L. (1976). The international division of leisure tourism and the third world. *Annals of Tourism Research*, 4(1), 12-24.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. (2007). Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial *Investigaciones Regionales*, núm. 11, pp. 183-210
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. (2002): Endogenous development. Londres y Nueva York, Routledge.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. (1993): Política Económica Local. Madrid, Pirámide.

VERA-REBOLLO, J. F. (dir.) (2001). Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores. Instituto Universitario de Geografía Universidad de Alicante, nº1, 75p.

Documentos e jornais

- BCB – Banco Central do Brasil (2015). Boletim Regional do Banco Central do Brasil Brasília v. 9 n. 1 jan. 2015 p. 1-113. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2015/01/br201501P.pdf>> Acesso em: 01/06/2018.
- BLOG LIVEPIPA – 18/10/2017. Disponível em: <http://www.livepipa.com/pt/places/praca-do-pescador---central-square-praia-de-pipa>. Acesso em: 16/10/2018.
- BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (2005): “Relatório final do Prodetur I”. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/prodetur_ne1/gerados/apresentacao.asp> Acesso em: 8 de setembro de 2017.
- BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (2012): “Relatório Final do Prodetur II”. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/prodetur_ne2/gerados/apresentacao.asp. Acesso em: 8 de setembro de 2017.
- CONFIEX - Comissão de Financiamentos Externos (2012): “Relatório dos Projetos dos estados e municípios”. Ministério do Planejamento, Secretaria de Assuntos Internacionais. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seain/downloads/2013/130204_Estados_e_Municipios.pdf> Acesso em: 02 de agosto de 2014.
- DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (2013): “Pesquisa básica de vulnerabilidade socioeconômica”. disponível em: <http://www.dnit.gov.br/download/planejamento-e-pesquisa/desapropriacao-e-reassentamento/1anexo-pesquisa-basica-de-vulnerabilidade-socioeconomica-para.pdf>. Acesso em 13/11/2018.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – 11/01/2016. Disponível: <https://www.ceara.gov.br/2016/01/11/governo-do-estado-inaugura-upa-24h-de-gericoacoara-nesta-terca-feira-12/>. Acesso em 20/10/2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000): “Censo Demográfico”. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010): “Censo Demográfico”. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 fevereiro. 2018.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). VAB por setor de atividade em 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2012/base. Acesso em: 18/12/2018.
- IBGE (2017). CIDADES – Jijoca de Jericoacoara. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/jijoca-de-gericoacoara/panorama>. Acesso em: 23/10/2018.

- IBGE (2017). CIDADES – Tibau do Sul. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/tibau-do-sul/panorama>. Acesso em: 23/10/2018.
- IBGE. Censo Demográfico 2000 – Características Gerais da População. Resultados da Amostra. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_populacao.shtm. Acesso em 02/04/ 2016.
- IBGE. Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População. Resultados da Amostra. Disponível em: < Índice de ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/>. Acesso em 02/04/ 2016.
- ICMBIO – 05 de Junho de 2018. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9672-lixo-deixado-em-jericoacoara-e-recolhido-por-voluntarios>. Acesso em: 18/10/2018.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros (IVS). Brasília: Ipea, 2015. <Disponível em: <https://goo.gl/iDo84e>>. Acesso em: 12/9/2016.
- JORNAL AGORA RN - 29/03/2018. Disponível em: < <http://agorarn.com.br/agorapipa/complexo-poliesportivo-do-anel-viario-em-pipa-esta-abandonado/>>. Acesso em: 15/10/2018
- JORNAL DIARIO DO NORDESTE (2017). Disponível em: < <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/jeri-tera-dez-voos-semanais-a-partir-de-dezembro-1.1850993>. Acesso em: 12/09/2018.
- JORNAL O POVO – 08/07/2017. Disponível em: < <https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2017/07/lixo-jijoca-de-jericoacoara-nao-tem-plano-para-gestao-dos-residuos-so.html>. Acesso em: 15/10/2018.
- JORNAL O POVO – 01/03/2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/jijocadejericoacoara/2018/03/projeto-quer-corriger-saneamento-de-jericoacoara-pousadas-sao-visitadas.html>. Acesso em: 15/10/2018.
- JORNAL OGLOBO - 23/08/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/08/oficina-de-reciclagem-recolhe-lixo-da-praia-da-pipa-rn-durante-festival.html>>. Acesso em 16/10/2018;
- MTUR - Ministério do Turismo (2008). Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional - Relatório Brasil / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador). — 2ª ed. revisada — Brasília :. 84 p.ISBN: 978-85-61239-15-2.
- MTUR - Ministério do Turismo (2007). Coordenação Geral de regionalização. **Programa de Regionalização do turismo – Roteiros do Brasil:** Ação Municipal para regionalização do Turismo. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de políticas de turismo. Departamento de Estruturação, articulação e ordenação turística, Brasília, 2007.
- MTUR - Ministério do Turismo (2004). Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros: Programas de Desenvolvimento do Turismo - Ministério do Turismo. Apresentação ppt. 5 nov 2004. Disponível em <

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/38_8220/mod_resource/content/1/PNRT%20-%20MTur.pdf > Acesso em: 06 jul 2016.

NUGA/UECE (1985). **Área de proteção ambiental** – Jericoacoara.

Fortaleza:ed.Fundação Democrito Rocha.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA– Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada; FJP – Fundação João Pinheiro (2010). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro (IDHM). Brasília: Pnud; Ipea; FJP. (Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). Disponível em: <<https://goo.gl/kb6upl>>. Acesso em: 13/10/2016.

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares. (2008-2009). Disponível em: <http://www.abeso.org.br/uploads/downloads/70/553a23f27da68.pdf>. Acesso em: 12/08/2016.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO –PAC (2012). **Relatório do PAC (2007-2012)**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/estado>>. Acesso em: 08 de agosto de 2016.

TRIBUNA DO NORTE – 07/01/2010. Disponível em:

<<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/anel-viario-sera-concluido-em-marco/136898>>. Acesso em 15/10/2018.

ANEXO 1: Pesquisa de Vulnerabilidade Social e Comunidades Turísticas – Jericoacoara e Pipa (Domicílios Particulares Ocupados - uso moradia e uso mixto)

CABEÇALHO DE IDENTIFICAÇÃO

1. Nome do entrevistador

2. Data e hora da entrevista

3. Setor / quadra

4. Endereço completo do domicílio – Ponto de referencia

5. Coordenadas geográficas (UTM) _____

A – IDENTIFICAÇÃO – DADOS DEMOGRAFICOS

6. Nome do entrevistado

7. **Vinculo do entrevistado com o domicilio/família?**
 1. Responsável/arrimo da família/domicilio
 2. Esposo/Esposa do responsável/arrimo de família
 3. Filho/Filha
 4. Outros _____
8. **Existem mais de um responsável pelo domicilio?**
 1. Apenas um responsável/animo de família (1)
 2. Mais de um responsável/animo de família (0)
9. **Qual a idade do responsável do domicilio?** _____
 1. Adultos entre 30 - 59 anos de idade (0)
 2. Jovens adultos entre 18 – 29 anos de idade (1)
 3. Jovens menores de 17 anos de idade (2)
 4. Adultos > 60 anos de idade (2)
10. **Possui documento de registro civil? (Certidão de nascimento, carteira de identidade e cadastro de pessoa física (CPF))**
 1. SIM. Sempre teve (0)
 2. SIM. Há pouco tempo (1)
 3. NÃO. Nunca teve (2)
 4. Outra condição _____(--)
11. **Qual o sexo do responsável do domicilio?**
 1. Mulher (1)
 2. Homem (0)
12. **Qual a cor/raça do responsável do domicilio? (Pode ser respondido conforme critérios subjetivos)**
 1. Branca (0)
 2. Preta (1)
 3. Amarela (0)
 4. Parda (0)

5. Indígena e/ou quilombola (1)
 6. Não sabe
- 13. Estado civil**
1. Casado/junto (0)
 2. Solteiro (1)
 3. Divorciado (1)
 4. Viúvo (1)
- 14. Em relação ao responsável do domicílio, onde nasceu? _____**
1. Nativo de Pipa/Jeri
 2. Nativo da região (nasceu em comunidade próxima)
 3. Adventício de municípios vizinhos
 4. Adventício do RN/CE
 5. Adventício da região Nordeste
 6. Adventício de outra região do Brasil
 7. Estrangeiro
- 15. Quantos anos vive em Pipa/Jeri? _____**
1. Toda a vida
 2. >20 anos
 3. 11 – 20 anos
 4. 6 – 10 anos
 5. 2 – 5 anos
 6. < 2 anos

B - CAPITAL FÍSICO E FINANCEIRO

I – INFRAESTRUTURA

16. Dada a sua localização/situação, o imóvel/domicílio é atendido por serviços de:

	ATENDITO POR: SATISFAÇÃO			ATENDITO POR: SATISFAÇÃO			
EDUCAÇÃO	SIM (0)	SIM (0)	()	TRANSPORTE PÚBLICO	SIM (0)	SIM (0)	()
	NÃO (1)	NÃO (1)			NÃO (1)	NÃO (1)	()
SAÚDE	SIM (0)	SIM (0)	()	SEGURANÇA	SIM (0)	SIM (0)	()
	NÃO (1)	NÃO (1)			NÃO (1)	NÃO (1)	()
COLETA DE LIXO	SIM (0)	SIM (0)	()	ESPORTE E LAZER	SIM (0)	SIM (0)	()
	NÃO (1)	NÃO (1)			NÃO (1)	NÃO (1)	()
ESGOTO	SIM (0)	SIM (0)	()				
	NÃO (1)	NÃO (1)					

II – BENS MATERIAIS

17. Em relação a esse domicílio, qual é a condição de posse?

1. Próprio já pago ou pagando (0)
2. Alugado (1) PREÇO? _____
3. Cedido por empregador (1) _____
4. Cedido de outra forma e/ou invadido (1) _____
5. Outra condição _____(--)
6. Não sabe

18. Em relação a propriedade, como exemplo casa, apartamento ou similar, poderia informar se possui uma ou mais de uma?

1. Nenhuma propriedade (1)
2. Uma propriedade (0) onde? _____
3. Mais de uma propriedade (0) onde? _____
4. Não sabe ou não responde

19. Tem na casa: geladeira, televisor, antena parabólica, telefone/celular e/ou computador?

1. Quatro ou todos os itens (0)
2. Dois ou três itens (1)

3. Nenhum, um (2)
- 20. Possui algum meio de transporte para passeio ou trabalho, como uma moto ou carro?**
1. SIM (0)
 2. NÃO (1)
 3. Não sabe

III – HABITAÇÃO

- 21. Saberá me informar o tamanho desse domicílio em m²?**

1. Igual ou maior a 40 m² (0)
2. Até 40 m² (1)
3. Não sabe

- 22. Em relação a esse domicílio você poderia me dizer qual o estado da condição física da mesma em geral?**

1. Bom estado (0)
2. Aceitável e/ou recuperável (para reformar) (0)
3. Situação precária (potencial ao risco) (1)
4. Situação indesejável (risco saúde) (2)
5. Não sabe

- 23. Em relação à água utilizada por esse domicílio, poderia informar qual a sua proveniência?**

1. Rede geral de distribuição (0)
2. Água canalizada por poço ou nascente (1)
3. Cisterna (1)
4. Outra proveniência _____ (–)
5. Não sabe

- 24. Qual o modo de escoamento dos banheiros/sanitários?**

1. Rede coletora de esgoto ou pluvial (0)
2. Fossa séptica (0)
3. Fossa rudimentar ou negra (1)
4. Vala (2)
5. Direto para rio, lago ou mar (2)
6. Outro destino _____ (–)
7. Não sabe

- 25. Em relação ao lixo deste domicílio, poderia me informar como é feita a coleta ou seu destino?**

1. Coletado diretamente (0)
2. Coletado indiretamente (0)
3. Queimado ou enterrado na propriedade (2)
4. Jogado em terreno baldio ou logradouro (1)
5. Jogado em rio, lago ou mar (2)
6. Outro destino _____ ()
7. Não sabe

IV – CRÉDITOS E CONTAS

- 26. Em relação ao responsável do domicílio, possui conta bancária?**

1. SIM (0)
2. NÃO (1)
3. Não sabe

- 27. O responsável tem opção de crédito? _____**

1. SIM. Já usou e/ou continua usando (0)
2. SIM. Nunca usou (0)
3. NÃO. Não tem (1)
4. Outra condição (–) _____
5. Não sabe

28. Poderia me informar se possui alguma reserva de dinheiro, como exemplo:

EM CASO DE MAIS DE UMA OPÇÃO, MARCAR A MAIS ESTÁVEL.

1. Dinheiro em poupança (0)
2. Dinheiro em fundo de aplicação financeira (CDB, RDB, Commodities, etc.) (0)
3. Ações(0)
4. Dinheiro em ouro, moedas estrangeiras, etc. (0)
5. Outros _____ (-)
6. Nenhuma reserva de capital financeiro (1)
7. Não sabe

C - CAPITAL HUMANO

V – COMPOSIÇÃO FAMILIAR

29. Em relação a sua família, poderia me informar as idades e quantidade de pessoas que vivem nesse domicílio? Existem:

Marcar as opções quantos?

1. Crianças (0 - 5 anos) _____
2. Crianças e adolescentes (6 - 14 anos) (questão 30 - 32) _____
3. Jovens (15 17 anos) (questões 31 - 32) _____
4. Idosos acima de 60 anos (pular para questão 33 - 34) _____
5. Jovens e adultos entre 18 - 60 anos (questão 35) _____
6. Mora sozinho (> 18 anos ou < de 60 anos) (pular para questão 35)
7. Não sabe

30. Em relação às crianças e adolescentes (6 - 14 anos) do seu domicílio, ele (a), eles (as):

Em caso de mais de uma em tal faixa etária, considerar a pior situação

1. Só estuda (0)
2. Estuda e trabalha (2)
3. Só trabalha (2)
4. Não estuda e não trabalha (2)
5. Outra condição _____ (--)
6. Não sabe

31. Em relação aos jovens (15 - 17) do seu domicílio, ele (a), eles (as): a pior situação

1. Só estuda (0)
2. Estagiando e/ou aprendiz e estuda (0)
3. Estuda e trabalha (0)
4. Só trabalha (1)
5. Não estuda e não trabalha (2)
6. Outra condição _____ (--)
7. Não sabe

32. Existe no domicílio adolescente e jovem (< de 17 anos de idade), do sexo feminino, grávida e/ou com filhos?

1. SIM (1)
2. NÃO (0)
3. Não sabe

33. Em relação ao (s) idosos (>60 anos) do seu domicílio, ele (a), eles (as) recebem alguma remuneração (aposentadoria, pensão, trabalho remunerado, etc.)?

Em caso de mais de um em tal faixa etária, considerar a pior situação.

1. SIM (0)
2. NÃO (1)
3. Não sabe

34. Idoso (>60 anos) vivendo sozinho?

(Responder apenas se o responsável do domicílio for maior de 60 anos de idade)

1. SIM (1)
2. NÃO (0)

- 35. Neste domicílio, possui algum morador com deficiência (física e/ou mental)?**
1. SIM (1)
 2. NÃO (0)
 3. Não sabe
- 36. Nesse domicílio, possui alguma pessoa com doença crônica, ou é inapta para o exercício da atividade remunerada (dependentes)?**
1. SIM (2)
 2. NÃO (0)
 3. Não sabe
- 37. Nesse domicílio, possui algum morador em alguma dessas situações:**
1. Dependência de álcool (2)
 2. Dependentes ou usuários de drogas ilícitas (2)
 3. Presos nos últimos 12 meses (2)
 4. Cumprindo medidas socioeducativas (2)
 5. Morando na rua e/ou em abrigo (2)
 6. Nenhuma das opções acima (0)
 7. Não sabe

VI – EDUCAÇÃO

- 38. O responsável pelo domicílio sabe ler e escrever?**
1. SIM (0)
 2. NÃO (2)
 3. Não sabe
- 39. Qual o grau de escolaridade do responsável? (Mora sozinha pular a questão 40)**
1. Pós-graduação completa (0)
 2. Superior completo (0)
 3. Ensino médio completo (0)
 4. Ensino fundamental I e II completo (1)
 5. Nenhum nível de ensino completo (2)
 6. Não sabe
- 40. Em relação ao grau de escolaridade da sua família, há quem tenha?**

Quantos? Idade?

- Pós-graduação completa (idade?) _____
- Superior completo (idade?) _____
- Superior incompleto (idade?) _____
- Ensino médio completo (idade?) _____
- Ensino médio incompleto (idade?) _____
- Ensino fundamental completo (idade?) _____
- Ensino fundamental incompleto (idade?) _____
- Analfabetos (idade?) _____
- Não estuda (idade?) _____
- Outra condição (idade?) _____

(RESPOSTA AVALIADA PELO ENTREVISTADOR)

1. Adolescentes e jovens ANALFABETOS entre (10 – 24 anos) (3)
2. Adultos ANALFABETOS maiores de 25 anos (2)
3. Crianças e adolescentes que NÃO ESTUDAM entre (6 – 17 anos) (2)
4. Jovens e adultos com APENAS 1º GRAU >18 (1)
5. Adultos sem nenhum nível de ensino completo > 18 anos (2)
6. Nenhuma dessas situações (0)

VII – TRABALHO

- 41. Ocupação (ões) do responsável (todas as ocupações laborais, tanto remuneradas quanto não remuneradas)**

Atividade principal (AP) Outras (O)

NENHUMA (PULAR QUESTÃO 43)

_____ ()
_____ ()

APENAS AS OCUPAÇÕES REMUNERADAS

1. Nenhuma (0)
2. Uma (0)
3. Dois (0)
4. Três (1)
5. Multiemprego e/ou multitarefas (Faz tudo) (2)
6. Não sabe

42. Dono de algum estabelecimento comercial, turístico ou similar em Pipa?

1. SIM. PROPRIETÁRIO. (qual) _____
2. SIM. ALUGOU ARRENDOU DE OUTRO. (qual) _____
3. NÃO. VENDOU/FECHOU OU ARRENDOU. (qual) _____
4. NÃO. NUNCA FOI PROPRIETÁRIO

43. Em relação a sua atual ocupação, você é:

Se possuir mais de uma ocupação, optar pela mais estável.

1. Empregado público e/ ou privado (0)
2. Conta própria e/ou empregador (0)
3. Empregado temporário (1)
4. Empregado em atividade de auto sustento (ex. pesca ou agricultura) (pular a q. 45) (1)
5. Aprendiz ou estagiário (1)
6. Trabalhador doméstico (1) caseiro, dono de casa, faxineira, diarista.
7. Aposentado (QUESTÃO 47) (1)
8. Desempregado (pular a QUESTÃO 47) (3)
9. Outra condição _____ (--)

44. Em relação ao contrato de trabalho, você possui:

1. Com contrato indeterminado (0)
2. Com contrato determinado (0)
3. Com contrato temporário sazonal (1)
4. Com contrato por serviço ou tarefa (1)
5. Sem contrato/ clandestino e/ou informal (2)
6. Outro tipo de contrato _____ (--)
7. Não sabe

45. Em relação a previdência, você paga o INSS/ ou possui sistema de proteção similar (microempresário, colônia, sindicato, paga no país de residência)?

1. COM PREVIDENCIA. Sempre pagou (0)
2. COM PREVIDENCIA. Contribui há pouco tempo (1)
3. SEM PREVIDENCIA. Com tempo de contribuição (1)
4. SEM PREVIDÊNCIA. Nunca pagou (2)
5. OUTRA CONDIÇÃO _____ (--)
6. Não sabe

46. Quantas horas trabalha por semana?

1. <44 horas semanais (0)
2. >44 horas semanais (1)
3. Não sabe

VIII – RENDA

47. Poderia me informar quais suas fontes de rendas?

1. _____
2. _____

3. _____
4. Não tem ou desempregado (QUESTÃO 48)
5. Não sabe
- 48. Rendimento mensal e per capita da unidade familiar**
 SOMATÓRIO DAS RENDAS INDIVIDUAIS R\$: _____
 Nº DE PESSOAS NA UNIDADE FAMILIAR: _____
 RENDA PER CAPITAL (I/II) _____

RENDIMENTO TOTAL DA UNIDADE FAMILIAR					
Renda per capita da unidade familiar	até 2 s.m. (1874)	de 2 s.m. (1874) a 4 s.m. (3748)	de 4 s.m. (3748) a 10 s.m. (9.370)	de 10 s.m. (9.370) a 20 s.m. (18.740)	> de 20 s.m. (18.740)
Extremamente pobre até R\$85	a. (socialmente vulnerável)	a. (socialmente vulnerável)	a. (socialmente vulnerável)	a. (socialmente vulnerável)	a. (socialmente vulnerável)
Pobres (de R\$85 a R\$170)	b. (2)	b. (2)	b. (2)	b. (2)	b. (2)
de R\$170 a 1/2 s.m. (R\$468)	b. (2)	b. (2)	c. (1)	c. (1)	c. (1)
de 1/2 s.m. (R\$468) a 1 s.m. (R\$937)	b. (2)	c. (1)	d. (0)	d. (0)	d. (0)
mais de 1 s.m. (>R\$937)	c. (1)	c. (1)	d. (0)	e. (socialmente não vulnerável)	

- a- Socialmente vulnerável
 b- Vulnerável (2)
 c- Tendência a vulnerável (1)
 d- Não vulnerável (0)
 e- Socialmente não vulnerável
 f- Não sabe

- 49. Sua renda mensal varia ao longo do ano ou é a mesma todo o ano?**

Permanece igual ou quase igual todo o ano (0) 1 2 3 4 5 varia bastante, de acordo com a alta e baixa estação (1)

- 50. Com sua atual renda, você diria que possui dificuldade para conseguir chegar ao final do mês?**

1. Nenhuma dificuldade (0)
 2. Pouca dificuldade (0)
 3. Nem muita e nem pouca dificuldade (0)
 4. Muita dificuldade (1)
 5. Bastante dificuldade (2)
 6. Não sabe

- 51. Qual a relação do responsável com o turismo na comunidade (Se acabasse o turismo hoje em Pipa/Jeri, o que seria de você e de sua família?).**

1. O responsável tem uma relação de NÃO DEPENDÊNCIA econômica com o turismo (0)
 2. O responsável tem uma relação de dependência econômica INDIRETA com o turismo (1)
 3. O responsável tem uma relação de dependência econômica DIRETA com o turismo (2)

- 52. O responsável do domicílio está cadastrado no CADASTRO ÚNICO (programas de transferências de renda como bolsa família e outros)**

1. NÃO. Nunca esteve cadastrado (0)
 2. SIM (socialmente vulnerável)
 3. Outra condição _____ (--)

D - CAPITAL SOCIAL

IX – Redes de confiança e solidariedade.

- 53. Quantos amigos próximos você diria que tem hoje? Essas pessoas são aquelas com quem se sente à vontade, para conversar a respeito de assuntos particulares, ou chamar quando precisa de ajuda.**

1. Cinco ou mais pessoas (0)
 2. Três ou quatro amigos (0)
 3. Uma ou dois amigos (0)

4. Ninguém (1)

54. Se de repente você se deparasse com uma situação de emergência mais grave, tal como a morte de um dos membros do seu domicílio que contribuem para o sustento da casa, ou [URBANO: perda do emprego] quantas pessoas, de fora do seu domicílio, estariam dispostas a lhe ajudar?

1. Cinco ou mais pessoas (0)
2. Três ou quatro pessoas (0)
3. Uma ou duas pessoas (0)
4. Ninguém (1)

55. Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações: A maioria das pessoas nesta comunidade está disposta a ajudar caso você precise?

(1) não, não concordo 1 2 3 4 5 sim, concordo plenamente (0)

56. Qual o seu grau de confiança em relação aos moradores dessa vila?

(1) não confio 1 2 3 4 5 confio plenamente (0)

57. Você acha o grau de confiança nesta comunidade, ao longo dos últimos anos, melhorou, piorou, ou permanece mais ou menos o mesmo?

1. Melhorou nos últimos anos (0)
2. Permaneceu mais ou menos o mesmo (0)
3. Piorou nos últimos anos (1)
4. Não sabe

X – COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL

58. Como você descreveria o grau de comunhão ou proximidade em seu (sua) bairro/localidade? Numa escala de 5 pontos, em que 1 quer dizer “muito distante” e 5 “muito próximo”.

muito distante (1) 1 2 3 4 5 muito próximo (0)

59. Nos últimos três meses, qual foi a frequência que você se reuniu com outras pessoas para jogar, praticar esportes, ou outras atividades recreativas?

1. Muitas vezes (0)
2. Frequentemente (0)
3. Nenhuma vez (1)

60. Em relação a violência, o grau de violência em Pipa, aumentou, diminuiu ou permaneceu mais ou menos igual em relação há anos atrás?

diminuiu (0) 1 2 3 4 5 aumentou bastante (1)

61. Há grupos de pessoas na comunidade que não conseguem ter acesso a serviços de educação?

1. NÃO/ Todos tem acesso a serviços de educação (0)
2. SIM/ Somente algumas pessoas (0)
3. SIM/Muitas pessoas, mais ou menos a metade da comunidade (1)
4. SIM/ Mais da metade da comunidade (2)
5. Não sabe

62. Há grupos de pessoas na comunidade que não conseguem ter acesso à moradia?

1. NÃO/ Todos tem acesso à moradia (0)
2. SIM/ Somente algumas pessoas (0)

3. SIM/Muitas pessoas, mais ou menos a metade da comunidade (1)
4. SIM/ Mais da metade da comunidade (2)
5. Não sabe

XI – AUTORIDADE OU CAPACITAÇÃO E AÇÃO POLITICA

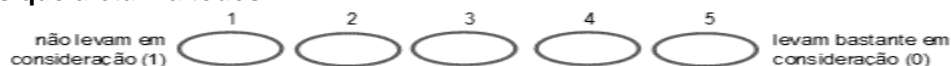
63. Em relação a essa comunidade, você participa de alguma associação ou organização comunitária ou similar, como:

1. Conselho comunitária de Pipa (0)
2. Sindicato (0) _____
3. Associação de atividades artesanais ex. pescadores, campestinos ou rendeiras (0)
4. Associação particular ex. bugueiros, barraqueiros, hoteis, etc (0) _____
5. Igreja ou similar (0)
6. Outra _____ (--)
7. Não participa de nenhuma organização social (1)
8. Não sabe

64. Em relação a prefeitura local, qual o seu grau de confiança?

1. Confio totalmente (0)
2. Confio muito (0)
3. Nem pouco, nem muito (0)
4. Confio pouco (1)
5. Não confio absolutamente (2)
6. Não sabe

65. Até que ponto o governo local e os líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas por você e por outras pessoas como você, quando tomam decisões que afetam a todos?



66. Quanto você confia nos membros do governo nacional (Brasil)?

1. Não confio absolutamente (2)
2. Confio pouco (1)
3. Nem pouco, nem muito (0)
4. Confio muito (0)
5. Confio totalmente (0)
6. Não sabe

E – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TURISMO - PIPA

67. O que o responsável do domicílio faz no seu tempo livre?

1. Atividades turísticas (restaurantes, festas, passeios, viagens, etc.) (0) _____
2. Atividades manuais (jardinagem, artesanato, etc.) (0) _____
3. Atividades sociais (ong's, trabalho voluntario, missa, comida em família, visitar amigos, etc.) (0) _____
4. Atividades intelectuais (ler, escrever, etc.) (0) _____
5. Atividades artísticas (teatro, cinema, dança, etc.) (0) _____
6. Atividades físicoesportiva (esporte em geral) (0) _____
7. Nenhuma atividade de lazer (1)
8. Outra condição (--)_____

68. Qual a frequência realiza atividades de lazer?

1. Nunca (2)
2. Poucas vezes (1)
3. Nem muito, nem pouco (0)
4. Geralmente e/ou frequentemente (0)
5. Sempre (0)
6. Não sabe

69. Responsável tem direito a férias?

1. SIM. Remuneradas (0)
2. SIM. Não remuneradas (0)
3. Não tem direito a férias (1)
4. Outra situação _____ ()
5. Não sabe

70. Nos últimos 10 anos, qual a frequência que o responsável usufruiu de férias, remuneradas ou não remuneradas?

1. Muitas vezes ou todos os anos (0)
2. Esporadicamente (1)
3. Muito poucas ou nenhuma (2)
4. Não sabe

71. Destaque a maior mudança na sua família, com ao desenvolvimento do turismo em Pipa (uma opção)

1. Mudança positiva _____ (0)
2. Mudança negativa _____ (1)
3. Nem positiva, nem negativa _____ (0)
4. Positiva e negativa _____ (1)
5. Não sabe dizer

72. Destaque a principal mudança na comunidade nos últimos anos, após o desenvolvimento do turismo (uma opção)

1. Mudança positiva _____ (0)
2. Mudança negativa _____ (1)
3. Nem positiva, nem negativa _____ (0)
4. Positiva e negativa _____ (1)
5. Não sabe dizer

73. Questões sobre custo de vida, tráfico de drogas e prostituição.

Custo de vida	Alto (1) Baixo (0)	Muito alto (1) Alto (0) Nem alto, nem baixo (0) Baixo (0) Muito baixo (0)	()
Tráfico de drogas	Alto (1) Baixo (0)	Muito alto (1) Alto (0) Nem alto, nem baixo (0) Baixo (0) Muito baixo (0)	()
Prostituição	Alto (1) Baixo (0)	Muito alto (1) Alto (0) Nem alto, nem baixo (0) Baixo (0) Muito baixo (0)	()

74. Em termos gerais, você e sua família estão satisfeitos com o desenvolvimento da atividade do turismo na sua comunidade?

1. Totalmente insatisfeito (2)
2. Moderadamente insatisfeito (1)
3. Nem satisfeito, nem insatisfeito (0)
4. Moderadamente satisfeito (0)
5. Muito satisfeito (0)
6. Não sabe

Avaliação do questionário segundo entrevistador

Questionário Válido

Questionário Inválido

ANEXO 2 – QUADROS FINAIS DA ANÁLISE

Quadro 47: Índices de vulnerabilidade por capital/dimensão, segundo pior cenário geral do questionário.

Pior cenário Identificação GERAL/REAL	Fator inflexão	Valor de inflexão	Valor considerado
7	40%	2,8	3
Nenhum risco			0
Baixo, média e alto risco socioeconômico			1 - 3
Vulnerabilidade			>3

Pior cenário Capital Físico GERAL	Fator inflexão	Valor de inflexão	Valor considerado
23	25,2%	5,98	6
Nenhum risco			0
Baixo, médio e alto risco			1 - 6
Vulnerabilidade social			>6

Pior cenário CH geral	Fator inflexão	Valor de inflexão	Valor considerado
38	13%	4,94	5
Nenhum risco			Socialmente não vulnerável ou 0
Baixo, médio e alto risco			1 - 5
Vulnerabilidade social			>5 ou (socialmente vulnerável)

Pior cenário CS geral	Fator inflexão	Valor de inflexão	Valor considerado
18	12,4%	2,16	2
Nenhum risco			0
Baixo, médio e alto risco			1-2
Vulnerabilidade social			> 2

Pior cenário características gerais (GERAL)	Fator inflexão	Valor de inflexão	Valor considerado
16	17%	2,72	3
Nenhum risco			0
Baixo, médio e alto risco			1 - 3
Vulnerabilidade			>3

Quadro 48: Índices de vulnerabilidade por ativos, segundo pior cenário geral do questionário.

INFRAESTRUTURA	Pior índice geral	7	22,8 %	1,60	2
Nenhum risco					0
Baixo, médio risco					1 - 2

Vulnerabilidade social	>2				
BENS MATERIAIS	Pior índice geral	5	32,2 %	1,61	2
Nenhum risco	0				
Baixo, médio e alto	1 - 2				
Vulnerabilidade social	>2				
HABITAÇÃO	Pior índice geral	8	18,4	1,45	1
Nenhum risco	0				
Médio e alto risco	=1				
Vulnerabilidade social	> 1				
CRÉDITOS	Pior índice geral	3	28%	0,84	1
Nenhum risco	0				
Médio e alto risco	= 1				
Vulnerável	>1				
AGREGADO	Pior índice geral	15	20%	3	3
Nenhum risco	0				
Baixo, médio e alto	1-3				
Vulnerável	>3				
EDUCAÇÃO	Pior índice geral	7	4,4%	0,28	0
Nenhum risco	0				
Vulnerável	>=1				
TRABALHO	Pior índice geral	10	9,6%	0,96	1
Nenhum risco	0				
Médio e alto risco	= 1				
Vulnerável	>1				
RENDA	Pior índice geral	6	18,4 %	1,09	1
Nenhum risco	Socialmente não vulnerável ou 0				
Médio e alto risco	=1				
Vulnerável	>1 ou socialmente vulnerável				
REDES	Pior índice geral	5	8,8%	0,45	0
Nenhum risco	0				
Vulnerável	>=1				
COESÃO	Pior índice geral	7	8,8%	0,63	1
Nenhum risco	0				
Médio e alto risco	=1				
Vulnerável	>1				
AUTORIDADE	Pior índice geral	6	20%	1,2	1
Nenhum risco	0				
Médio e alto risco	=1				
Vulnerável	>1				